Jornal Oficial
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Prefeitura Municipal de Acorizal 4
Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Alto Garças 7
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 9
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 12
Prefeitura Municipal de Apiacás 12
Prefeitura Municipal de Araguaiana 17
Prefeitura Municipal de Araguainha 18
Prefeitura Municipal de Araputanga 24
Prefeitura Municipal de Arenápolis 24
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 25
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 25
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 25
Prefeitura Municipal de Brasnorte 25
Prefeitura Municipal de Campinápolis 26
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 28
Prefeitura Municipal de Campo Verde 30
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 44
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 46
Prefeitura Municipal de Canarana 48
Prefeitura Municipal de Castanheira 48
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 49
Prefeitura Municipal de Cláudia 49
Prefeitura Municipal de Cocalinho 50
Prefeitura Municipal de Colíder 51
Prefeitura Municipal de Confresa 57
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 57
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 71
Prefeitura Municipal de Cuiabá 164
Prefeitura Municipal de Curvelândia 165
Prefeitura Municipal de Cáceres 165
Prefeitura Municipal de Diamantino 172
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 172
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 172
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 172
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 173
Prefeitura Municipal de General Carneiro 177
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 177
Prefeitura Municipal de Guiratinga 177
Prefeitura Municipal de Indiavaí 178
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 178
Prefeitura Municipal de Itanhangá 181
Prefeitura Municipal de Itaúba 182
Prefeitura Municipal de Itiquira 184
Prefeitura Municipal de Jaciara 185
Prefeitura Municipal de Jangada 188
Prefeitura Municipal de Juara 189
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 214
Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde 216
Prefeitura Municipal de Marcelândia 216
Prefeitura Municipal de Matupá 217
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 219

Prefeitura Municipal de Nobres 223
Prefeitura Municipal de Nortelândia 223
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 245
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 249
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 282
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 282
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 283
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 283
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 283
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 283
Prefeitura Municipal de Nova Mutum 284
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 296
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 297
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 297
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 299
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 300
Prefeitura Municipal de Paranatinga 301
Prefeitura Municipal de Paranaíta 302
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 304
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 305
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 305
Prefeitura Municipal de Poconé 305
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 306
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 307
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 310
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 310
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 310
Prefeitura Municipal de Poxoréu 311
Prefeitura Municipal de Querência 312
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 317
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 323
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 323
Prefeitura Municipal de Rio Branco 323
Prefeitura Municipal de Rondolândia 324
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 324
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 324
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 325
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 326
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 326
Prefeitura Municipal de Sapezal 328
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 357
Prefeitura Municipal de Sinop 359
Prefeitura Municipal de Sorriso 360
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 361
Prefeitura Municipal de São José do Povo 362
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 362
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 365
Prefeitura Municipal de Tabaporã 366
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 366
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 367
Prefeitura Municipal de União do Sul 381
Prefeitura Municipal de Vila Rica 383
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 384
Prefeitura Municipal de Água Boa 388

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2015 PARA REGISTRO DE PREÇO

O Município de Acorizal/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIALPARA REGISTRO DE PREÇO**, **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA** 07 DE MAIO DE 2015, ÀS 9h00m (horário local), na Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, localizado à Avenida Honorato Pedroso de Barro, s/n, Bairro Nova Acorizal,em Acorizal/MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes às AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES PARA ATENDER AS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou pelo e-mail licitação_acorizal@hotmail.com.

ADEMIR MARIA DA SILVA

Pregoeira Oficial

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2015 PARA **REGISTRO DE PREÇO**

O Município de Acorizal/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que irá **PRORROGAR** a abertura do **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO**, **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** para o **DIA** 30 DE ABRIL DE 2015, ÀS 09:00 HORAS (horário local), que será realizado na Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, localizado na Avenida Honorato Pedroso de Barros, s/n, Bairro Nova Acorizal, em Acorizal/MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR E MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ACORIZAL/MT. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou solicitar pelo e-mail licitação_acorizal@hotmail.com.

Acorizal, 23 de Abril de 2015.

ADEMIR MARIA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 002/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua Silvio José de Castro Maia, n.º1034 Centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento de todos o julgamento do certame supracitado cujo objeto trata-se de **AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MARIA JULIA DE ALMEIDA NO MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA**, ao qual a empresa **SÉRGIO MARCOS MACIEL BORGES E CIA LTDA-ME,** apresentou as planilhas dentro do prazo estabelecido pela CPL e de acordo com o parecer 006/2015 do senhor engenheiro Áureo Sierra da Silva as planilhas estão em conformidade com o edital. Desta forma a mesma sagrou-se vencedora do certame com valor total *de R$ 386.265,30(Trezentos e oitenta e seis mil duzentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos)*. Informações mais detalhada com a CPL pelo fone (66) 3481-1165, e_mail: lici.altoaia@gmail.com. Alto Araguaia, 23 de Abril de 2015.

Rísia Kelly V. B. Resende

Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 007/2015 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, com a BANDA RAIMUNDOS para apresentação do show dia **04/09/2015,** onde ficou acertado o cachê de **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais),** por ocasião do XIX Festival Náutico e XVII Festival Cultural, resolve RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Araguaia - MT., 23 de Abril de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011 DIVULGA GABARITO OFICIAL

A Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação de Alto Araguaia – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2015, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

RESOLVE:

I – Divulgar o gabarito oficial das provas objetivas do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2015, conforme anexo único que integra este Edital Complementar;

II – Informar aos candidatos que não haverá mais prazo para interpor recursos contra o gabarito.

Alto Araguaia - MT, em 22 de Abril de 2015.

Abilene Antonia de Bastos Queiroz

Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2015

CARGO: 001 – PROFESSOR PEDAGOGO – ZONA URBANA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	A	D	C	C	B	C	D	A	A	D	B	C	C	B	A	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
D	A	C	B	C	A	A	B	D	B										

CARGO: 003 – PROFESSOR DE CIÊNCIAS – ZONA URBANA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	A	D	C	C	B	C	D	A	A	D	B	C	C	B	A	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
C	D	B	B	A	C	D	A	A	B										

CARGO: 005 – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – ZONA URBANA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	A	D	C	C	B	C	D	A	A	D	B	C	C	B	A	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
B	D	A	C	B	B	C	A	C	D	

CARGO: 006 – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – ZONA RURAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	A	D	C	C	B	C	D	A	A	D	B	C	C	B	A	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
B	D	A	C	B	B	C	A	C	D										

CARGO: 007 – PROFESSOR DE HISTÓRIA– ZONA URBANA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	A	D	C	C	B	C	D	A	A	D	B	C	C	B	A	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
B	D	C	C	A	B	D	A	C	D										

CARGO: 0012 – PROFESSOR DE PORTUGUÊS/INGLÊS – ZONA RURAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	A	D	C	C	B	C	D	A	A	D	B	C	C	B	A	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
A	B	D	C	B	C	A	D	A	A										

CARGO: 013 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	A	D	C	C	B	C	D	A	A	D	B	C	C	B	A	C	A	D
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
C	A	B	D	A	C	B	D	A	B										

CARGO: 015 – MONITOR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – ZONA URBANA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	B	B	C	A	D	C	A	A	C	B	D	D	C	B	A	C
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
D	C	A	B	D	D	B	C	A	D										

CARGO: 016 – INSTRUTOR DE CORAL – ZONA URBANA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	D	B	B	C	A	D	C	A	A	C	B	D	D	C	B	A	C
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS																			
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
A	B	D	C	A	A	D	B	B	C										

CARGO: 017 – MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR URBANO – ZONA URBANA																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	A	A	A	B	B	D	C	A	C	C	B	D	A	B	D	B	C

CARGO: 018 – CONTÍNUO – ZONA URBANA																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	A	A	A	B	B	D	C	A	C	C	B	D	D	C	B	A	C

CARGO: 019 – CONTÍNUO – ZONA RURAL																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	B	A	A	A	B	B	D	C	A	C	C	B	D	D	C	B	A	C

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
OBRA - CONTRATO 216

Primeiro termo aditivo ao contrato: 216/2015

Contratada: Construtora BH ltda

Objeto: Contratação de empresa para construção de 40 (quarenta) unidades habitacionais, Lote 02.

Prazo: Fica o presente prorrogado seu prazo de vigência em 252 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 08/03/2016, e a execução dos serviços em 180 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 24/10/2015, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 23/04/2015

Alto Araguaia 23/04/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 008/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua Silvio Jose de Castro Maia, n.º 1034 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 por meio da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supracitado, cujo objeto trata de **Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos. – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, tipo menor preço global. Sagrou-se vencedora do certame aempresa *GILBERTO JOSE* **MANTELLI ME com o valor mensal de R$1.900,00 (Um mil e novecentos reais).** Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3481-2885 ou 1165. E-mail: lici.altoaia@gmail.com.br. Alto Araguaia – MT 23 de Abril de 2015

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A PROVA OBJETIVA

A Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação de Alto Araguaia – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10.1 do Edital de Abertura nº 001/2015, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a apreciação dos recursos oferecidos quanto à divulgação do gabarito preliminar pela Banca Examinadora,

RESOLVE:

I – Divulgar o resultado do julgamento dos recursos apresentados pelos candidatos, conforme segue abaixo:

NÍVEL MÉDIO

Candidato/ Inscrição	**Cargo**	**Nº da Questão**	**Fundamentação do Recurso**	**Julgamento do Recurso**
Amanda de Oliveira Valeiro /00257	Monitor de Desenvolvimento Infantil	07	Na frase o verbo "há" não pode ser substituído pelo verbo "fazer" e sim "ocorrer" como consta na alternativa "C' que também está correta, logo, a única errada é a alternativa D e não a C como foi divulgado.	**Recurso sem provimento.** **QUESTÃO 07** "Por um lado há estudiosos que defendem que a culpa pela disseminação da propina é a burocracia, já por ou-

				tro há os que defendem que é mesmo uma questão de caráter.” Sobre o verbo “haver” é INCORRETO afirmar que: A) É impessoal. B) Sendo impessoal, permanece na 3ª pessoa do singular. C) Pode assumir o significado de “ocorrer”e, nesse caso, terá um sujeito. D) Pode ser usado como sinônimo de “fazer”, na indicação de tempo transcorrido. Resposta: A resposta correta é a letra C. Nesse caso o verbo “haver” não poderá assumir o significado do verbo “ocorrer”. Na frase o verbo “haver” está no sentido “existir”. Entretanto, o comando da questão solicita que o candidato faça também uma analise sobre o verbo “haver”. O verbo assim indicado pode ser sinônimo do verbo “fazer” quando indica tempo transcorrido, tornando-se impessoal. Portanto, fica mantida a questão.
		21	Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Logo, é dever de assegurar prioritariamente também seus direitos em relação ao trabalho de abuso infantil.	Recurso sem provimento. A Candidata Cita o Art. 227 para fundamentar seu recurso referente a questão 21. Cito a questão. Questão21: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade NÃO compreende: A) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias. B) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública. C) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. D) Trabalho e exploração infantil. Julgamento: Considera-se que há por parte da candidata a incompreensão/interpretação do enunciado. Pois de forma alguma, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar “Trabalho e exploração infantil”; muito pelo contrário. Como bem citou a candidata: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Logo, é dever de assegurar prioritariamente também seus direitos em relação ao trabalho de abuso infantil.” Ante o exposto, a questão não deve ser anulada e o gabarito fica sem alteração.

FUNDAMENTAL COMPLETO

Candidato/ Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do Recurso	Julgamento do Recurso
Liliane Borges da Silva - 00182	Monitor de Transporte Escolar	08	Na questão "Claudio" esta construindo um muro. No primeiro dia de serviço, ele construiu um décimo Do muro, no segundo dia, também construiu um décimo do muro; e no terceiro dia o triplo do dia Anterior. Quando se diz um décimo do muro entende-se que o muro esta divido em 10 partes iguais, então no Primeiro dia uma parte foi feita e restam 9. No segundo dia o muro foi novamente divido em 10 partes iguais já que ele fez mais um décimo do Muro novamente. Como no primeiro dia restaram 9 partes é de se concordar que no segundo dia a Parte construída foi menor que no primeiro dia... E se ele fez o triplo do dia anterior não é Possível que tenha conseguido construir metade do muro e sim menos que a metade... Alternativa correta letra d Http://aventurasempalavras.blogspot.com.br/2009/01/1-dcima-01-ou-1-dcimo-110-parte-de-um.html	Recurso sem provimento. A situação do problema apresentado relata que no primeiro dia de serviço ele construiu um décimo do “muro”, segundo dia um décimo do “muro” e no terceiro dia o triplo de um décimo do “muro”. Em todas as situações as partes solicitadas foram em relação ao muro, ou seja, o “todo” e não das partes restante do muro. Vejamos: Portanto foi construída a metade do muro. O gabarito está correto, não havendo alteração.
		10	A questão pede para calcular o dobro de - 20 (que seria -20 + -20= +40 porque (-) com (-) é igual A (+) em seguida pede para diminuir com o resultado do triplo de -5(que seria - 5 + -5 + -5 = -15. Porque teríamos três sinais (-) + (-) resultaria em (+) nesse caso (+) + (-) = - Então teríamos= (+40) -	Recurso sem provimento. Vejamos: 2 . (- 20) – 3 . (- 5) = - 40 + 15 = - 25 A soma de dois números positivos será um número positivo. + 20 + + 20 = + 40 ou + 20 + (+ 20) = + 40 A soma de dois números negativos será um número negativo. - 20 + - 20 = - 40 ou - 20 + (- 20) = - 40

			(-15) = + 25 porque conserva o sinal do maior. A alternativa correta seria d e não c Http://www.matematicoteca.com/2012/02/regra-de-sinais.html	A multiplicação de dois números negativos resulta em um número positivo. - 3 . (-5) = + 15 Quando dois números tiverem sinais diferentes, o sinal do resultado corresponderá ao sinal do número que está mais distante da origem. -40 + 15 = - 25 Portanto o gabarito está correto não havendo alteração.
		19	A questão induz que as medidas cabíveis serão aplicadas aos pais ou ao responsável pela criança ou adolescente. Nesse caso duas alternativas poderiam ser escolhidas. Alternativa (a) porque o encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família, é para a criança e ao adolescente. Conforme artigo 101 do ECA. E a alternativa b.	Recurso sem provimento. A candidata não entendeu o enunciado da questão, quando utilizada a palavra "EXCETO" ele teria que perceber dentre as alternativas aquela que NÃO é uma medida socioeducativa. Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: **EXCETO** (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; **(NEUROLÓGICO)** (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;(Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) V - advertência. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) A **alternativa B** é a incorreta, porque o encaminhamento é para tratamento psicológico ou psiquiátrico e não neurológico como afirma a alternativa. Portanto, permanece o gabarito.
Maiquel Vieira de Oliveira - 00002	Monitor de Transporte Escolar	06, 07, 08, 09, 10	Venho através dessa comunicar que no edital não havia matemática na prova de Transporte Escolar e caíram algumas questões. Gostaria de uma revisão.	Recurso sem provimento. Informamos ao candidato que o Edital Complementar Nº 003/2015, retificou o conteúdo programático do cargo de Monitor de Transporte Escolar, passando a contar com o conteúdo de matemática. Portanto, ficam mantidas as questões. Permanece o gabarito.

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para apresentação de recursos contra questões da prova objetiva na esfera administrativa nos termos do Edital de Abertura nº 001/2015.

Alto Araguaia - MT, 22 de Abril de 2015.

Abilene Antonia de Bastos Queiroz

Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14, DE 28 DE JANEIRO DE 2015.

"*ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 238.390,00* (**DUZENTOS E TRINTA E OITO MIL, TREZENTOS E NOVENTA REAIS**), **EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA MUNCIPAL DE ESPORTES, LAZER, CULTURA E TURISMO, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 997/14 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor deR$: 238.390,00 (duzentos e trinta e oito mil, trezentos e noventa reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.006	3.3.90.39.00.00.00.00	6.000,00
2.056	3.1.90.11.00.00.00.00	180.000,00
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	7.050,00
2.011	3.1.90.13.00.00.00.00	4.000,00
2.041	3.3.90.39.00.00.00.00	39.700,00
2.080	3.3.90.39.00.00.00.00	1.640,00
TOTAL		R$ 238.390,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.006	3.3.90.35.00.00.00.00	6.000,00
1.005	4.6.90.71.00.00.00.00	90.000,00
2.008	3.3.90.47.00.00.00.00	90.000,00
2.053	3.3.90.39.00.00.00.00	52.390,00
TOTAL		R$ 238.390,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos vinte oito dias do mês de janeiro 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 072, 23 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA LEILANE GONÇALVES DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DA DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 2º, §3° da Lei Municipal nº 873, de 24 de Outubro de 2011, e com o art. 30 anexo II, da Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar LEILANE GONÇALVES DA SILVA, portadora da Carteira de Identidade com Registro Geral nº. 5466410 SPTC/GO e inscrita no CPF sob o nº 010.654.691-01, do cargo em comissão de GERENTE DA DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 01/05/2015.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 23 de Abril de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 069, 23 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA LEILANE GONÇALVES DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DA DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 2º, §3° da Lei Municipal nº 873, de 24 de Outubro de 2011, e com o art. 30 anexo II, da Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar LEILANE GONÇALVES DA SILVA, portadora da Carteira de Identidade com Registro Geral nº. 5466410 SPTC/GO e inscrita no CPF sob o nº 010.654.691-01, do cargo em comissão de GERENTE DA DIVISÃO DE ÁGUA E ESGOTO, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 01/05/2015.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 23 de Abril de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 071, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Desliga servidora do Serviço Público Municipal em virtude de aposentadoria por idade.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o artigo 227 da Lei 292/90 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, com a nova redação dada pelo artigo 76 da Lei nº 886/2011;

CONSIDERANDO que o Parágrafo Único do art. 53 da Lei nº 292/90, com nova redação proposta pela lei nº 886/2011, determina que a aposentadoria do servidor público extingue automaticamente o vínculo com a administração pública;

R E S O L V E:

Art. 1.º: DESLIGAR do quadro de servidores públicos municipais a servidora IRACILDA MARIA CAMILA DA CRUZ COSTA, lotada no cargo de Apoio Administrativo Educacional, portadora do Registro Geral: 1110992 SSP/GO, CPF: 415.764.891-91, em virtude de aposentadoria por idade.

Art. 2º - Esta Portaria produzirá efeitos legais a partir de 30 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 23 de Abril de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 069, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

PRORROGA OS PRAZOS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INSTAURADOS NAS PORTARIAS 173/2014, 174/2014, 040/2015.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o artigo 191 da Lei Municipal 292/90;

Considerando o oficio 011/2015/CP/SVA que solicita prorrogação de prazo para conclusão dos processos administrativos disciplinares;

Considerando a Portaria 020/2015 que prorroga prazos dos processos administrativos disciplinares;

R E S O L V E:

Art. 1º. Prorrogar por sessenta dias o prazo das seguintes portarias de instauração de processo administrativo disciplinar:

PORTARIA Nº 173/2014 - Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis irregularidades praticadas pelo servidor Eraldo Balduino da Silva.

PORTARIA Nº 174/2014 - Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis irregularidades praticadas pelos servidores: Dinorá Santana Ribeiro, Silvana Soares Venero da Silva, Marcolina de Oliveira, Vanessa Oliveira Paes e Valentin Neder.

PORTARIA N° 040/2015 – Instaura processo administrativo da servidora Marinaide Gomes de Oliveira.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT, em 17 de Abril de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 070, DE 23 DE ABRIL DE 2015

Desliga servidor do Serviço Público Municipal em virtude de aposentadoria por idade.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO

o artigo 227 da Lei 292/90 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, com a nova redação dada pelo artigo 76 da Lei nº 886/2011;

CONSIDERANDO que o Parágrafo Único do art. 53 da Lei nº 292/90, com nova redação proposta pela lei nº 886/2011, determina que a aposentadoria do servidor público extingue automaticamente o vínculo com a administração pública;

R E S O L V E:

Art. 1.º – DESLIGAR do quadro de servidores públicos municipais o servidor MARIO GONÇALVES DA SILVA, lotado no cargo de Professor, portador do Registro Geral: 733278 SSP/PE, CPF: 128.707.144-91, em virtude de aposentadoria por idade.

Art. 2º - Esta Portaria produzirá efeitos legais a partir de 30 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 23 de Abril de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 052/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço Global, no **dia 13 de maio de 2015, às 13:00 horas**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DENTRE OUTROS, A FIM DE ATENDER AS DIVERSAS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail: compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site http://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 23 de abril de 2015. Hugo César Souza Pereira – Pregoeiro Oficial.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15, DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

"*ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 345.100,00* (**TREZENTOS E QUARENTA CINCO MIL E CEM REAIS**), **EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL**

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 997/14 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º.

Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 345.100,00 (trezentos e quarenta cinco mil e cem reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.086	3.1.90.11.00.00.00.00	30.000,00
2.080	3.3.90.39.00.00.00.00	60.000,00
2.006	3.3.90.39.00.00.00.00	70.000,00
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	4.000,00
2.066	4.4.90.52.00.00.00.00	2.400,00
1.020	4.4.90.51.00.00.00.00	140.000,00
2.082	3.3.90.30.00.00.00.00	6.000,00
1.013	4.4.90.51.00.00.00.00	1.200,00
2.082	3.3.90.36.00.00.00.00	1.500,00
2.101	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
TOTAL		R$ 345.100,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.061	3.1.90.11.00.00.00.00	30.000,00
1.013	4.4.90.51.00.00.00.00	157.100,00
1.028	4.4.90.51.00.00.00.00	158.000,00
TOTAL		R$ 345.100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, aos vinte nove dias do mês de janeiro 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
RETIFICACAO VALOR CONTRATO 53/2015

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO 053/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITO ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

CONTRATADA: COOPAVERDE - COOPERATIVA AGROPECUARIA DE BOVINOS E DERIVADOS CAPAO VERDE

CNPJ01866234/0001-89

OBJETO: AQUISICAO GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTACAO ESCOLAR

PROCESSO CHAMADA PUBLICA 001/2015

RETIFICA O VALOR TOTAL DE 66.220,40 PARA R$ 46.270,40

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE REVOGAÇÃO DE RESOLUÇÃO

Termo de Revogação de Resolução

Alessandro Souza de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, no uso de suas atribuições legais Revoga a Resolução n° 001/2015.

Fica revogada a Resolução n° 001/2015 das Comissões Permanentes da Câmara Municipal para Legislatura de 2015/2016.

Comissão de Orçamento, Finanças, Obras e Serviços Público

Presidente: Juarez Vaz de Almeida

Relator: Fabrício Carvalho de Santana

Membro: Ivo Ramos dos Santos

Comissão de Justiça e Redação e Urbanismo

Presidente:

Fabrício Carvalho de Santana

Relator: Márcia Leite de Oliveira

Membro: Samuel Guarnieri de Lima

Comissão de Saúde, Educação e Assistência Social

Presidente: Rosinei Rodrigues da Silva

Relator: Jurandir Ferrer de Figueiredo

Membro: José Mauro Batista da Silva

Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, 23 de Abril de 2015.

ALESSANDRO SOUZA DE CARVALHO

PRESIDENTE CAMARA MUNICIPAL

ALTO PARAGUAI-MT

JURIDICO
ALTERACAO CONTRATO ADMINISTRATIVO 055/2015

I ALTERAÇÃO AO *CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 055/2015*

em conformidade com a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015 do PREGÃO Nº 006/2015 REFERENTE ATA DE SESSÃO REALIZADA NO DIA 17/04/2015.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI,** pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Cidade de Alto Paraguai, Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 03.648.532/000128, neste representada pelo Prefeito Municipal o

Sr. Adair José Alves Moreira,

brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20.

CONTRATADA: De outro lado, a empresa M. A CHAGAS,inscrita no CPNPJ 15.619.906/0001-66, com endereço na Avenida Principal – Capão Verde – zona rural em Alto Paraguai - MT.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram a presente ALTERAÇÃO CONTRATUAL REFERENTE AO VALOR do contrato n. º 055/2015, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8. 666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FINALIDADE

1.1. O presente termo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados no contrato nº 055/2015 – CLAUSULA 4ª. DO PREÇO E DO PAGAMENTO.

1.2. DA LEGALIDADE

**Alterar-se-á a cláusula (DO PREÇO), haja vista acordo realizado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI e a empresa M. A. CHAGAS, ora CONTRATADA, haja vista que a situação financeira vivenciada pelo Município e a necessidade da prestação dos serviços de transporte escolar e outros preços praticados pelo TRANSPORTE ESCOLAR na região, RESOLVEM de comum acordo, ALTERAR O VALOR GLOBAL DO CONTRATO DE R$** R$ 304.362,00 (trezentos e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais), sendo o valor pago por quilômetro rodado de R$ 5,55. (cinco reais e cinquenta e cinco centavos)referente à (s) linha (s) DESCRITAS NO ITEM 03 ANEXO III para o valor de R$ 3,98 (Três reais e noventa e oito centavos) por quilometro rodado, totalizando o valor global do contrato para R$ 218.263,20 (duzentos e dezoito mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

2.1. Esse presente aditivo decorreu do contrato nos termos e condições do Processo de Pregão Presencial n. 006/2015, submetendo-se as partes ás disposições da lei 8.666/93, e demais clausulas e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DEMAIS CLÁUSULAS

4.1. Todas as demais cláusulas e sub clausulas do contrato em referência, não alteradas por este instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente termo ratificados.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai, em 23 de abril de 2015.

_____ PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA CONTRATANTE	_____ M. A. CHAGAS CNPJ 15.619.906/0001-66 CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ CPF: _____	_____ CPF: _____

SMPG/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

AVISO DE LICITAÇÃO *PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015*

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **07/05/2015 às 09:00 horas**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, tipo “Menor Preço por Lote”, cujo objetivo é: **Registro de Preço para futura e eventual de aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, para atender as necessidades das Escolas Municipais, deste município, conforme especificações constantes no anexo I.** O Edital completo está a disposição na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Rua Presidente Médici, 470, Bela Vista, setor de licitação/pregão das 07h30min as 11h30min e das 13h00min as 17h00min, ou pelo telefone (65) 3396-1468.

Alto Paraguai - MT, 23 de Abril de 2015.

Cleonice Gonçalves dos Santos

PREGOEIRA

SMPG/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia *08/05/2015* ***às 14:00 horas***, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, tipo “Menor Preço por Item”, cujo objetivo é: **Contratação de Empresa para eventual e futura Locação de máquinas para realizar serviços asfálticos e atender as necessidades da Secretaria de Infra-estrutura, deste município, conforme especificações constantes no anexo I.** O Edital completo está a disposição na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Rua Presidente Médici, 470, Bela Vista, setor de licitação/pregão das 07h30min as 11h30min e das 13h00min as 17h00min ou pelo telefone (65) 3396-1468.

Alto Paraguai - MT, 23 de Abril de 2015.

Cleonice Gonçalves dos Santos

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE
LEI NR. 406 DE 22 DE ABRIL DE 2015

Lei nº 406/2015, de 22 de abril de 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Senhor *Adair José Alves Moreira,* no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVA** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei.

Art. – 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial com a finalidade de criar dotações orçamentárias inexistentes no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, para a aquisição de materiais.: Combustível,pecas,pneus,para serem utilizados em veiculo ou maquina, aquisiçãoe locação de maquinários , aquisição de fábrica de manilha/tubo,aquisição de madeira/manilhas para ponte,aquisição de Caminhão Pipa,para serem utilizados na recuperação/manutenção de pontes e de estradas não asfaltadas.

Parágrafo Único. A abertura do crédito especial que menciona o caput deste artigo terá como fonte a entrada na conta do município de recursos financeiros provenientes de FETHAB- **Fundo Estadual de Transporte e Habitação**

Art. – 2º

Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial para criar dotação orçamentária inexistente no Orçamento vigente,por Excesso de Arrecadação ,no valor de até R$ 1.456.722,30 (Um milhão,quatrocentos e cinquenta e seis mil,setecentos e vinte e dois reais e trinta centavos) com finalidade de promover adequações ao Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai para recuperação de estradas não asfaltadas.

Art. – 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Adair Jose Alves Moreira

Prefeito

Órgão 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO - SMIES

Descrição	Códigos	Nomes	Valor
Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO - SMIES	
Unidade	002	DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Função	15	URBANISMO	
Subfunção	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa	0025	EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA	
Ação		ABERTURA E MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
Elemento da Despesa	339030	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos	0.1.02.000000	TRANSFERÊNCIA DO FETABH/ESTADO	
Elemento da despesa	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	
Fonte de recursos	0.1.02.000000	TRANFERENCIA DO FETHAB/ESTADO	
Elemento da despesa	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	
Fonte de Recursos	0.1.02.000000	TRANSFERENCIA DO FETHAB/ESTADO	
Elemento da Despesa	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte de Recursos	0.1.02.000000	TRANSFERENCIA DO FETHAB/ESTADO	
Elemento da Despesa	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte de Recursos	0.1.02.000000	TRANSFERENCIA DO FETHAB/ESTADO	

Adair Jose Alves Moreira

Prefeito

Órgão – 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO - SMIES

Descrição	Códigos	Nomes	Valor
Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTUTA E SANEAMENTO-SMIES	
Unidade	002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
Função	15	URBANISMO	
Subfunção	661451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa	0025	EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA	
Ação	1002	CONSTRUÇAO E REFORMAS PONTES DE MADEIRAS E CONCRETO	
Elemento da Despesa	339030	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte de Recursos	0.1.02.000000	TRANSFERENCIA DO FETHAB/ESTADO	
Elemento da Despesa	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOAS JURIDICA	
Fonte de Recursos	0.1.02.000000	TRANSFERENCIA DO FETHAB/ESTADO	
Elemento da Despesa	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOSDE TERCEIROS PESSOAS FISICA	
Fonte de Recursos	0.1.02.000000	TRANSFERENCIA DO FETHAB/ESTADO	
Elemento da Despesa	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte de Recursos	0.1.02.000000	TRANSFERENCIA DO FETHAB/ESTADO	
Fonte de Despesa	449052	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte de Recursos	0.1.02.000000	TRANSFERENCIA DO FETHAB/ESTADO	
VALOR TOTAL			R$ 1.456.722,30

Adair Jose Alves Moreira

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N° 003/2015

RESOLUÇÃO N° 003/2015

Nomeia membros para Comissão

Permanente dá outras providencias.

Alessandro Souza de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a presente Resolução.

Art. 1° - Ficam nomeados os membros das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, para a Legislatura de **2015/2016**.

Art. 2° - As Comissões Permanentes ficam compostas da seguinte forma:

Comissão de Orçamento, Finanças, Obras e Serviços Público

Presidente: Ivo Ramos dos Santos

Relator : Rozinei Rodrigues da Silva

Membro : Juarez Vaz de Almeida

Comissão de Justiça e Redação e Urbanismo

Presidente: Jurandir Ferrer de Figueiredo

Relator : Fabricio Carvalho de Santana

Membro : José Mauro Batista da Silva

Comissão de Saúde, Educação e Assistência Social

Presidente: Marcia Leite de Oliveira

Relator : Fabricio Carvalho de Santana

Membro : Samuel Guarnieri de Lima

Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, 23 de Abril de 2015.

Alessandro Souza de Carvalho

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Alto Paraguai-MT

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 70/2015

CONTRATO N. 70/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITO ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

CONTRATADA: OLISEU BATISTA FERREIRA

CPMF 397.393.259-04

OBJETO: AQUISICAO GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTACAO ESCOLAR ENTREGA DE PEIXE

PROCESSO CHAMADA PUBLICA 001/2015

VALOR TOTAL:19.950,00

VIGENCIA: 20/04/2015 A 31/12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
TOMADA DE PREÇOS 003/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Comissão Permanente de Licitação no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.666 de 21 de junho de 1883 e 8.883 de 08 de junho de 1994, torna público, para conhecimento dos interessados, na modalidade supra, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO "PROJETO REBOCAR" NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI. Comunica aos interessados, que a licitação realizada no dia 14/04/2015, as 07h00min (horário de Mato Grosso) teve como vencedor a empresa: TORRE ENGENHARIA EIRELI – ME, com proposta no valor de R$ 182. 859,85 (Cento e oitenta e dois mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) por apresentar menor preço e atender os requisitos do processo licitatório. Alto Taquari – MT, 23 de abril de 2015. Cacilda Ferreira dos Santos. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

A**Câmara Municipal deAPIACÁS**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº001/2015, RESOLVE:

I. Comunicar que não houve recursos sobre a divulgação do Gabarito das Provas Objetivas, realizadas no dia *19 DE ABRIL DE 2015*;

II. Divulgar o Resultado das Provas Objetivas, realizadas no dia **19 DE ABRIL DE 2015**;

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital nº 001/2014, contado da data da publicação deste Edital no endereço eletrônico: exata@exataplenejamento.com.br;

IV. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br e afixada no Mural da Câmara Municipal de Apiacás/MT.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Apiacás (MT), 23 de Abril de 2015.

José Eder da Luz –Presidente da Câmara Municipal

Fernando Bialeski

– Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Aldair José dos Santos – Secretário

Sedival Araújo–Membro

Leilson Balduino Feitosa–Suplente

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 024/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade Pregão Presencial 020/2015, no dia 07/05/2015 **às 8:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8. 666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MARMITAS E REFEIÇÕES COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 025/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 021/2015,** no dia 08/05/2015 **às 8:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **MATERIAIS DE ARMARINHOS E AVIAMENTOS,** COM ENTREGA FRACIONADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 026/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 022/2015,** no dia 11/05/2015 **às 8:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT. Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 0718/2015

DECRETO Nº. 0718/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Artigo 1° - **Nomeia membros de Comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

PRESIDENTE:

ANA RITA ANTUNES CARDOSO

SECRETARIA EXECUTIVA

JULIANE RAQUEL SPILLER

REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL

TITULAR: ANABELA PEREIRA ALVES DIEFENTHAELER

SUPLENTE: ALINE DOS SANTOS

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: ANTONIA APARECIDA PIGOSSO

SUPLENTE: WITAMAR SILVA PEREIRA

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

TITULAR: EDVALDO GRECCO CARDOSO

SUPLENTE: LILIAN EVANGELISTA ROCHA

REPRESENTANTES DO GRUPO DA TERCEIRA DA IDADE:

TITULAR: NEUZA MARIA FERREIRA ZAGLI

SUPLENTE: LEONILDO CAMPEONE SANCHES

REPRESENTANTE DA ACIA – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE APIACÁS:

TITULAR: IVONETE CARVALHO

SUPLENTE: EDGAR DE OLIVEIRA

REPRESENTANTES DA IGREJA BATISTA:

TITULAR: SANDRA MARA BERNARDO

SUPLENTE: RAQUEL BRAZIL DA SILVA

REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA.

TITULAR: CIRLEI APARECIDA DA SILVA

SUPLENTE: ROSELAINE FLAUZINO DA SILVA

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT , 22 de abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 0717/2015

DECRETO Nº. 0717/2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Artigo 1° - **Nomeia membros de Comissão do Conselho Municipal do Idoso.**

Presidente: Indira Maria Boschetti Giacomelli

Vice Presidente: Edmar Mesquita Soares

I – Representantes do Governo Municipal:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Franciele Almeida – CPF: 013.229.351-06

Suplente: Gislene Nunes Xavier da Silva - CPF: 011.894.551.37

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Willian Peter de Carvalho – CPF: 221.278.588-75

Suplente: Ana Rita Antunes Cardoso – CPF:886.827.301-20

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Edimar Mesquita Soares – CPF: 887.406.411-04

Suplente: Eulina Torres Rodrigues – CPF:175.944.303-44

Representantes do Gabinete do Prefeito:

Titular: Marcia Freieslebem – CPF: 538.025.191-91

Suplente: José Roberto Pereira da Silva – CPF: 176.154.818-21

II - Representantes da Sociedade Civil:

Representantes ACAP – Associação Conviver dos Aposentados e Pensionistas de Apiacás.

Titular: Nair Klein – CPF: 013.731.111-78

Suplente: Madalena Carrion Betin – CPF: 947.419.801-20

Representantes da Igreja Católica.

Titular: Indira Maria Boschetti Giacomelli – CPF: 631.777.491-91

Suplente: Marcos Schmidt – CPF: 040.402.669-94

III - Representantes das Organizações não Governamentais:

Representantes da ACIA – Associação Comercial e Industrial de Apiacás/MT.

Titular: Maicon Castro Pereira – CPF: 055.858.441-13

Suplente: Valeria Freitas Perlim – CPF: 058.064.991-11

Representantes da Associação dos Trabalhadores Rurais de Apiacás

Titular: Salete Olea Bialeski Ghelere – CPF: 844.446.221.72

Suplente: Gerson Pedro de Araújo – CPF: 267.703.771-87

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT , 22 de abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 0719/2015

DECRETO Nº. 0719/2015

SÚMULA: **DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.**

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Artigo 1° - Nomeia membros de Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social/ Programa Bolsa Família.

Presidente: Luiza dos Santos Oliveira

Vice Presidente: Gislene Nunes Xavier da Silva

I – Representantes do Governo Municipal:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Franciele Almeida

CPF: 013.229.351-06

Suplente: Gislene Nunes Xavier da Silva

CPF: 011.894.551-37

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Ana Rita Antunes Cardoso

CPF: 886.827.301-20

Suplente: Priscila de Oliveira Combinato

CPF: 352.333.368-71

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Rosicleide Souza Macedo

CPF: 015.005.911-65

Suplente: Lauzina Pereira Souza

CPF: 281.349.823-87

Representantes do Órgão de Finanças:

Titular: Lidia Maria Silva Contrera

CPF: 408.316.918-40

Suplente: Edemir Della Giustina

CPF: 353.248.561-34

II- Representantes Não Governamental

Representantes ACAP – Associação Conviver dos Aposentados e Pensionistas de Apiacás.

Titular: Olga Hoeff

CPF: 503.340.691-49

Suplente: Diva Alves Sanches

CPF: 267.198.298-40

Representante dos Usuários:

Titular: Eliane dos Santos Araújo

CPF: 020.010.521-38

Suplente: Maria Sueli Santos da Silva

CPF: 014.746.111-17

Representantes da AMA – Associação Mãos Amigas do Município de Apiacás/MT.

Titular: Luiza dos Santos Oliveira

CPF: 204.577.578-09

Suplente: Suzete Betin

CPF: 940.462.981-20

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Salete Bialeski

CPF: 844.446.221-72

Suplente: Gerson Araújo

CPF: 267.703.771-87

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 23 de abril de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
APIACÃ¡S-EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO_0012015 - COMPLEMENTAR 003 - RESULTADO PARCIAL - RESULTADOFINAL (1)

CAMARA MUNICIPAL DE APIACAS – MT
CAMARA DE APIACAS-PROCESSO SELETIVO N° 001/2015)
ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

AGENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Resultado
000118	ADRIANA APARECIDA RIBEIRO	02/05/1974	-							0.00	0	Ausente
000109	ADRIANA BATISTA DE OLIVEIRA	21/12/1976	-							0.00	0	Ausente
000116	ALESSANDRA XAVIER SOARES DE SOUZA	10/08/1996	-							0.00	0	Ausente
000110	ANTONIA DE JESUS	30/07/1984	-							0.00	0	Ausente
000112	CHEILA ADRIANE BAUMGART NETO	07/01/1976	-							0.00	0	Ausente
000119	DANIELE DOS SANTOS SILVA	20/12/1984	-							0.00	0	Ausente
000111	DIEGO PEREIRA VIANA	10/02/1989	-							0.00	0	Ausente
000114	EDERWILLIAM	29/08/1995	-							0.00	0	Ausente
000107	ERICA ALINE DOS SANTOS	27/05/1982	15.00	15.00	12.00	28.00				70.00	70	Aprovado
000117	FRANCIANE DE PAULA DE MORAES	02/11/1985	15.00	15.00	9.00	21.00				60.00	60	Aprovado
000108	ROSELI DA SILVA DIAS	18/10/1972	-							0.00	0	Ausente
000102	SANDRA LUBIANA JACOB DE MELO	24/03/1977	-							0.00	0	Ausente

CAMARA MUNICIPAL DE APIACAS – MT

CAMARA DE APIACAS-PROCESSO SELETIVO N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO PARCIAL

CONTADOR												
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Resultado
000106	CELINA ZUFINO DA SILVA	17/08/1980	-							0.00	0	Ausente
000115	DIEGO PEREIRA VIANA	10/02/1989	-							0.00	0	Ausente
000113	EBER GOMES DE OLIVEIRA	16/11/1984	5.00	0.00	6.00	0.00				11.00	11	Reprovado
000101	JOÃO PAULO MORIMÃ DA SILVA	26/06/1972	-							0.00	0	Ausente
000100	JUCIMARA IZIDORA DA SILVA	25/10/1981	-							0.00	0	Ausente
000104	LEONARDO FERNANDES DA SILVA	04/06/1983	15.00	10.00	12.00	28.00				65.00	65	Aprovado
000103	PEDRO WASHINGTON PEREIRA SILVA	29/06/1990	-							0.00	0	Ausente
000105	VALDECY LOPES DE MATOS	05/10/1973	-							0.00	0	Ausente

CAMARA MUNICIPAL DE APIACAS – MT
CAMARA DE APIACAS-PROCESSO SELETIVO N° 001/2015)
ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

LEGENDA	
CE	Conhecimento Específico
CG	Conhecimentos Gerais
MAT	Matemática
PORT	Português

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2015

Cedente: Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT

Cessionária: Prefeitura Municipal de Montes Claros de Goias - GO

Objeto: Cessão de Uso de Caminhões

Data: 10/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº. 078, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 078, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Elevar o nível dos servidores:

Ana Maria Pinto de Araujo - CPF: 535.370.251- 49 **Adenilva Vieira de Oliveira Alves - CPF: 592.677.801- 82 Eva Ribeiro Dutra- CPF: 592.765.501 - 78 Leidimar Rodrigues da Silva Souza - CPF: 592.759.441- 72 Ademilso Alves de Oliveira - CPF: 201.727.531- 04 Adielânia Alves de Oliveira - CPF: 592.858.931- 04 Brasilina Maria Mendes dos Santos Araujo - CPF: 535.370.091- 00**

Herodites David Ribeiro de Freitas - CPF: 890.462.261- 15

Maria Vieira Campos - CPF: 513.753.701- 20 Sebastiana da Silva Mendes - CPF: 592.819.441- 20 Adilson Mendes dos Santos - CPF: 535.368.781- 72 Celis Antonio Rodrigues de Oliveira - CPF: 592.842.931- 20 José Naves Passos - CPF: 201.708.741- 68 Judith David Ribeiro de Freitas - CPF: 721.574.701- 82 Hugo de Araujo de Oliveira - CPF: 905.819.621- 68 Carlos Batista Borges - CPF: 496.049.451- 49

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 077, DE 16 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 077, DE 16 DE MARÇO DE 2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeada Comissão Examinadora para o Concurso Publico N° 001/2015, que será composta pelos seguintes Componentes:

PRESIDENTE: ALICE DANUSA FERNANDES LACERDA CPF: 895.070. 451-04

MEMBRO: ALBERTO THEODORO DA SILVA CPF: 033.156.708-38

MEMBRO: JOSÉ CARLOS NAVES GONÇALVES CPF: 496.044.221-20

PARAGRAFO UNICO –

A Comissão Examinadora terá que cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do Concurso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 076, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 076, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor, *EDIAN ALVES DE SOUZA, CHEFE DE DIVISÃO DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO, RG: 5585100-34 SSP/MT* e **CPF: 039.839.321-42** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **03/06/2013 a 02/06/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 16/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **15/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 066, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 066, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, *MARLI ROSA DE SOUZA, CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO ADM. E ARQUIVO INTERNO, RG: 760049 SSP/MT* e **CPF: 496.078.121 - 15** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/03/2013 a 28/02/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 075 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 075 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença Prêmio a servidora **ANALIA BARRETO DE OLIVEIRA, TÉCNICO TRIBUTÁRIO, RG: 0651.823 - 0** e **CPF: 362.137. 211 - 34** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVIII** da Lei Orgânica do Município, referente ao qüinqüênio de **01/07/2008 a 30/06/2013,** sendo 90 (noventa) dias consecutivos para ter inicio

09/03/2015,

devendo seu retorno acontecer em 08/06/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 074 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 074 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença Prêmio a servidora **STAEL DIAS SOUZA, GARI, RG: 1196682-3SSP/MT** e **CPF: 016.993.911 - 14** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVIII** da Lei Orgânica do Município, referente ao qüinqüênio de **10/07/2009 a 09/07/2014,** sendo 90(noventa) dias consecutivos para ter inicio **09/03/2015,** devendo seuretorno acontecer em 08/06/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 055, DE 02 DE MARÇO 2015.

PORTARIA Nº. 055, DE 02 DE MARÇO 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1°- Conceder Férias indenizadas ao servidor *JONAS BATISTA DE MATOS, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, RG: 18695442 – SSP/MT* e **CPF: 046.605.511-05** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/01/2013 a 01/01/2014**, **sendo 10(dez) dias Indenizados e 20 (vinte) dias de gozo.**

Artigo 2º -

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 073, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 073, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora **JUDITH DAVID RIBEIRO, Continuo (a)**, **RG: 0634419 - 4 SSP/MT** e **CPF: 721.574.701- 82**, de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/03/2014 a 01/03/2015**, sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de

06/03/2015

, devendo seu retorno acontecer em 05/04/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 056, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 056, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, *LUIZA MARIA DOS SANTOS,GARI, RG: 760 026 SSP/MT* e **CPF: 496.007.311- 15** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/02/2012 a 31/01/2013,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 071 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 071 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença Prêmio a servidora **LUZIA MENDES DE SOUZA, CONTINUO (A), RG: 437395 SSP/MT** e **CPF: 790.813.801 - 25** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVIII** da Lei Orgânica do Município, referente ao qüinqüênio de **02/05/2005 a 01/05/2010,** sendo 60(sessenta) dias consecutivos para ter inicio

06/03/2015,

devendo seu retorno acontecer em 04/05/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº.070,DE 04 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº.070,DE 04 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor, *DAVID JOSE DE SOUZA FILHO, OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA, RG: 773 327 SSP/MT* e **CPF: 513. 712.941-00** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2012 a 09/02/ 2013,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 04/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **03/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 069, DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 069, DE 02 DE MARÇO DE 2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerado do cargo de DAS I,III:

REGIANE VIEIRA MARQUES	**CHEFE DE DIVISÃO DE J.S.M - U.M.C - U.M.M.T – U.M.E.C.I emissão de CTPS**
ANA LUCIA PAIS DE MATOS MARQUES	**CHEFE DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH**
ANALIA BARRETO DE OLIVEIRA	CHEFE DE DIVISÃO DE TRIBUTOS
HERONIAS TEIXEIRA DE SOUZA	CHEFE DE DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 068, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 068, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, *MARIA JOSE ALVES DE SOUZA, PROFESSOR 20 HORAS, RG: 711.314 SSP/MT* e **CPF:458.540.091 - 53** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/03/2012 a 28/02/2013,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 067, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 067, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, *LINALVA PEREIRA DOS SANTOS, CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRANSITO, RG:07278969 SSP/MT* e **CPF:460.012.981 - 49** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/03/ 2013 a 28/02/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 072, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 072, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora **MARIA DALVANI DE SOUZA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, **RG: 078447 SSP/MT** e **CPF: 283.868. 841-34** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **03/02/2013 a 02/02/2014**, sendo **30 (trinta)** dias afastado

a partir de 06/03/2015

, devendo seu retorno acontecer em 05/04/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 057, DE 02 DE MARÇO 2015.

PORTARIA Nº. 057, DE 02 DE MARÇO 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, *LEIDIANE ALMEIDA DE SOUZA, GARI, RG: 1869567-1 SSP/MT* e **CPF: 007.127.051-55** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/07/2013 a 09/07/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 058, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 058, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor, *MARCELO CARDOSO DE ALMEIDA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, RG: 00530590 SSP/MT* e **CPF: 496.073.321-72** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/01/2012 a 01/01/2013,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º -

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 054, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 054, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1°- Conceder Férias indenizadas ao servidor *DOMINGOS PEREIRA DE SOUZA, OPERADOR DE MAQUINA PESADA, RG:0034158 – 4 SJ/MT* e **CPF: 172.426.651 - 91** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/04/2013 a 31/03/2014**, **sendo 10(dez) dias Indenizados e 20 (vinte) dias de gozo.**

Artigo 2º -

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 059, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 059, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor, *CLAUDINEI RODRIGUES DUTRA, ASSESSOR ESPECIAL, RG: 634 484 SSP/MT* e **CPF: 459.996.431-04** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/01/2013 a 01/01/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 060, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 060, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1°- Conceder Férias indenizadas a servidora *ERIKA RIBEIRO DUTRA, CHEFE DE GABINETE, RG:1196676-9 SSP/MT* e **CPF: 719.436.331-34** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/04/2013 a 31/03/2014**, **sendo 10(dez) dias Indenizados e 20 (vinte) dias de gozo.**

Artigo 2º -

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 061, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 061, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, *LEISIANE RODRIGUES DE SOUZA, CHEFE DE DIVISÃO DE CONVENIOS E CONTROLE DE ESTOQUE DE MEDICAMENTOS,RG:1751292-1 SSP/MT* e **CPF:018.121.541-19** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **24/09/2013 a 23/09/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 062, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 062, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor, *MARA RUBIA PEREIRA DUTRA, CHEFE DE DIVISÃO GERAL DE SAUDE, RG: 1151661 - 5 SJ/MT* e **CPF: 692.435.811 - 04** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **02/01/2013 a 01/01/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º -

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº.063, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº.063, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor, *LUZIANO RODRIGUES DA SILVA, ALMOXARIFE, RG: 0437448 - 7 SSP/MT* e **CPF: 325.653.131 - 87** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/07/2011 a 30/06/2012,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015,** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 18

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 18

NUMERO DO CONTRATO: N.º 18/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha

CONTRATADA: **LUCIANA SANTOS OLIVEIRA**

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a Prestação de serviços de Bióloga, como responsável pelo Sistema de Abastecimento Água e Esgoto – SAE no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 08 Meses e 09 Dias.

VALOR DO CONTRATO: 6.566,66 (Seis Mil, Quinhentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 22/04/2015

VIGENCIA: 22/04/2015 à 31/12/2015.

PORTARIA Nº. 064, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 064, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, *CHRISTINE CABRAL OLIVEIRA SOUZA, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, RG: 463902 - 7 SSP/GO* e **CPF: 007.893.921 - 60** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2013 a 09/02/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 15/2015

RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 15/2015

Pelo presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL que entre si celebram de um lado o Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Rua Bahia, 426 – centro, cidade de Araguainha – MT, inscrita no CNPJ/MF

sob o nº. 03.947.926/0001-87, neste ato pela Prefeita Municipal, senhora **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, casado em regime de Comunhão Universal de Bens, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº. 486.517-SSP/GO, e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 592.724.901-97, residente e domiciliada no Sitio das Mangueiras, as Margens da Rodovia MT-100, KM 72, Zona Rural, CEP 78.615-000 Araguainha (MT), doravante denominado de **CONTRATANTE** e o *Sr.***OSVALDINO BARBOSA DO NASCIMENTO,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Araguainha – MT, CPF: 038.969.451-73, doravante denominado de **CONTRATADO**, resolvem mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo é a rescisão do contrato nº15/2015 o objeto do presente é a contratação de prestação de serviços no cargo de gari para limpeza dos terrenos baldios junto a Secretaria de Obras na Prefeitura Municipal de Araguainha – MT de comum acordo, nos termos do art. 79, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

Este instrumento entra em vigor no dia 07 de Abril de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Araguaia – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO** mutuamente assinam o presente instrumento de RESCISÃO contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Araguainha – MT, 07 de Abril de 2015.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

OSVALDINO BARBOSA DO NASCIMENTO

RG: 1869687-2 SSP/MT

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Celis Antonio R. De oliveira CPF: 592.842.931-20 RG: 081.538-09 SSP/MT	Vander Lucio Nunes de Jesus CPF: 003.914.751-77 RG: 3829835/DGPC-GO

RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 14/2015

RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 14/2015

Pelo presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL que entre si celebram de um lado o Município de Araguainha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Rua Bahia, 426 – centro, cidade de Araguainha – MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.947.926/0001-87, neste ato pela Prefeita Municipal, senhora **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, casado em regime de Comunhão Universal de Bens, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº. 486.517-SSP/GO, e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 592.724.901-97, residente e domiciliada no Sitio das Mangueiras, as Margens da Rodovia MT-100, KM 72, Zona Rural, CEP 78.615-000 Araguainha (MT), doravante denominado de **CONTRATANTE** e o *Sr.***LAZARO BARBOSA NASCIMENTO,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Araguainha – MT, CPF: 012.094.811-70, doravante denominado de **CONTRATADO**, resolvem mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo é a rescisão do contrato nº14/2015 o objeto do presente é a contratação de prestação de serviços no cargo de gari para limpeza dos terrenos baldios junto a Secretaria de Obras na Prefeitura Municipal de Araguainha – MT de comum acordo, nos termos do art. 79, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

Este instrumento entra em vigor no dia 07 de Abril de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Araguaia – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO** mutuamente assinam o presente instrumento de RESCISÃO contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Araguainha – MT, 07 de Abril de 2015.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

LÁZARO BARBOSA NASCIMENTO

RG: 1705926-7 SSP/MT

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Celis Antonio R. De oliveira CPF: 592.842.931-20 RG: 081.538-09 SSP/MT	Vander Lucio Nunes de Jesus CPF: 003.914.751-77 RG: 3829835/DGPC-GO

PORTARIA Nº. 093, DE 07 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº. 093, DE 07 DE ABRIL DE 2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª. MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato exonerada a servidora a Sr.ª **NOELIA NERY DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora do **RG 1207305-9 SSP/MT** e

CPF: 958.738.801-15,

como Fiscal de Contrato onde gerenciava a execução dos contratos conforme determina o Art.67 da Lei 8.666/93.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 080, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 080, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Licença Prêmio a servidora **DAGMAR MENDES DE MATOS, PROFESSORA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, RG: 516775 SSP/MT** e **CPF: 352.900.991-15** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso XVIII** da Lei Orgânica do Município, referente ao qüinqüênio de **01/01/1999 a 01/01/2004,**,totalizando 90(noventa) dias consecutivos para ter inicio

24/03/2015,

devendo seu retorno acontecer em 23/06/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 079, DE 17 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 079, DE 17 DE MARÇO DE 2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SR.ªMARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam neste ato a disposição das secretarias os funcionários abaixo relacionados:

- Dannyllo Vieira de Oliveira Souza, fica a disposição da Unidade de Saúde com função gratificada I

- Regiane Vieira Marques, fica a disposição da J.S.M – U.M.C – U.M.M.T – U.M.E.C.I emissão de CTPS,com função gratificada I

- Isolina Carrijo Batista fica a disposição do Recursos Humanos com função gratificada I

- Lourdes Batista Barreto fica a disposição do Recursos Humanos com função gratificada I

- Deuzimar Barreto Pereira fica a disposição do CRAS com a função gratificada II

- Suleide Rodrigues Dutra fica a disposição da Secretaria de Ação Social com função gratificada II

- Weberty Cesar Mesquita fica a disposição do Portal de Transparência função gratificada II

- Vander Lucio Nunes de Jesus fica a disposição da Licitação função gratificada III

- Ana Lucia Pais de Matos Marques fica a disposição da Contabilidade função gratificada III

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 065, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 065, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª.MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, *SIRLENE JOSE DE MORAIS PASSOS, CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO SOCIAL,RG: 0815379-5 SSP/MT* e **CPF:910.743.981 - 49** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/03/2013 a 28/02/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado **a partir de 02/03/2015** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2015.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Maria José das Graças Azevedo

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008-2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008-2015

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT torna público, que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 008-2015, tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, INCLUINDO A REPOSIÇÃO DE PEÇAS QUANDO NECESSÁRIO**.** Dia 08-05-2015. Entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e a Documentação do Credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro até o dia 08-05-2015 as 08:00 horas (horário de Mato Grosso). O Edital Completo encontra-se afixado no endereço Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga -MT. CEP 78.260-000 – Araputanga – MT, podendo o mesmo ser retirado junto a Equipe Pregoeira através dos telefones: (65) 3261-1736 ou 3261-1100, ou através do email: seplan2@araputanga.mt.gov.br. A abertura do envelope Nº 01: **dia 08-05-2015**, no endereço estabelecido no edital. Regida pelas Leis Federais: Lei nº 10.520 de 2002, Lei 8.666 de 93 (com alterações da Lei 8883-94 e da Lei nº 9.648-98) e Decreto Municipal 29-2010. Araputanga – MT, 23 de Abril de 2015. REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 010/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVENIDA PREFEITO CAIO, 642- VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.

***CNPJ-24.977.654/0001-38* - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105**

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT PARA OS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARENÁPOLIS-MT.

EMPRESA VENDEDORA: CARLOS EDUARDO RONDON-ME, com o valor total nos itens 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007 e 008 de R$-69. 805,50 (sessenta e nove mil oitocentos e cinco reais e cinqüenta centavos).

Arenápolis- MT, 22 de abril de 2015.

LUCIANA DE SOUZA BARRETO

PREGOEIRA

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 009/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVENIDA PREFEITO CAIO, 642- VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.

***CNPJ-24.977.654/0001-38* - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105**

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UM MÉDICO (ORTOPEDISTA) PARA ATENDIMENTO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ORTOPEDIA AOS PACIENTES QUE NECESSITAM NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT.

Empresa vencedora: MEDBUGRE LTDA ME, com o valor global de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

Arenápolis- MT, 22 de abril de 2015.

LUCIANA DE SOUZA BARRETO

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº: 059/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: PARECIS MAQUINAS *AGRICOLAS LTDA*, inscrita no CNPJ nº 11.130.959/0001-68

Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência

Prazo de Vigência: 31/12/2014 à 30/12/2015.

Responsável Jurídico: Antônio Carlos Rufino de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 10.657 DE 10 DE ABRIL DE 2.015.

"Dispõe sobre demissão do Quadro de Provimento Efetivo a servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e; **Considerando o Processo Administrativo, referente à Portaria nº 10.436, de 15 de dezembro de 2014, que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração dos fatos; Considerando o Relatório final conclusivo manifestando no sentido de que houve abandono de emprego com infringência no Art. 149, Incisos II e III; Considerando o princípio do interesse público e da Administração Pública, que devem ser observados com rigor e determinação, afim de que o dever de bem servir a coletividade seja plenamente alcançado,**

R e s o l v e:

I

– Demitir, com base no Art. 149, incisos II e III da Lei Complementar nº 03, de 04/12/1991, a servidora MÁRCIA HELENA LEONEL COSTA RODRIGUES, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, no cargo de Auxiliar Administrativo.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de abril de 2.015.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 015/2015/ PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público que **ACOLHE** a impugnação apresentada pela empresa SILVIO PALMEIRA NETTO - ME. Devendo a Administração Municipal providenciar uma nova data para o Pregão Presencial: objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO E BEBEDOURO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ECUAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL*. Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000 – Ramal – 2045. Antônio da Silva Neto (Pregoeiro Oficial) e equipe de apoio, 22/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

LOCAL E DATA: Dia 08 de maio de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços concernente a consultoria e planejamento, organização nos instrumentos de gestão em saúde, e realização de projetos na saúde, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência nº 001/2015

CREDENCIAMENTO: Das 08h30min até às 09h00min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS

: 09h00min (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas pelo telefone (65) 3331-1191 ou através do site www.baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 23 de abril de 2015.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA DE BRASNORTE
AVISO CONVITE 05

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE**, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade *Convite* **Nº 005/2015**, destinada **DESPESAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO PARA GESTÃO ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL, INCLUINDO ASSESSORIA E LOCAÇÃO DE SOFTWARES.**, teve como vencedora(s) a

empresa(s): **ÔMEGA - ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA. com o valor total de R$ 21.450,00**.

Brasnorte-MT, 23 de abril de 2015.

_____

CRISTIANE GEMMI

Pres. Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA DE BRASNORTE
AVISO RESULTADO PREGÃO 012/2015

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE**, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade *Pregão* **Nº 0012/2015**, destinada **DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO PARA ATENDER ESTA PREFEITURA.**, teve como vencedora(s) a empresa(s): **MARIA CRISTINA MATTEI - EPP com o valor total de R$ 52. 080,00**.

Brasnorte-MT, 23 (VINTE E TRêS) de abril de 2015.

_____

DONIZETE ALVES DE SOUZA

Pregoeiro

PREFEITURA DE BRASNORTE
LEI Nº. 1.748/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015 - REPUBLICA-SE POR TER SAÍDO INCORRETO NA EDIÇÃO Nº. 2.206 DE 15/04/2015

LEI Nº. 1.748/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Brasnorte, a realizar Processo Seletivo Público, para contratação de prestadores de serviços e dá outras providências.

O Sr. *EUDES TARCISO DE AGUIAR*, Prefeito do Município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **FAZ SABER** que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Brasnorte, autorizado a prover a quantidade de cargos abaixo relacionados com seus respectivos vencimentos e local de trabalho, para atender Programas firmados pelo Executivo Municipal com outro órgão da Administração Estadual e/ou Federal, enquanto durarem os programas.

CARGOS	MICRO ÁREA	VAGAS	REM
Agente Comunitário de Saúde	Nosso Lar	02	R$ 1.092,07
Agente Comunitário de Saúde	Rural	01	R$ 1.092,07
Agente Comunitário de Saúde	Cerejal	01	R$ 1.092,07

ARTIGO 2º - As contratações realizadas através do processo seletivo autorizado por esta Lei serão a partir de maio de 2015.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte - MT, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

EUDES TARCISO DE AGUIAR

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2,466 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 2,466 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que alguns membros se desligaram do segmento que representavam no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

Considerando a necessidade de recomposição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

DECRETA

Art. 1º

- O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – âmbito municipal - terá a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

a) MARCILENE PRADO – Titular; b) KALIU INÁCIO DA COSTA – Suplente.

II – Representantes dos Professores da Educação Básica:

a) PRISCILA CINTHIA SILVÉRIO NERES – Titular; b) VANDERLANDE JOSÉ SILVA – Suplente.

III - Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

a) RUBENSMAR DOS SANTOS VILELA – Titular; b) MARILENE CORREA BORGES – Suplente.

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

a) HOZANA DE SOUZA FERREIRA – Titular; b) LÍGIA KELLYS FERREIRA DE PAULA CALDAS – Suplente.

V - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Pública:

a) SIRLEI ALMEIDA SILVA – Titular;

b) SÔNIA MESSIAS DOS SANTOS BORGES – Suplente;

c) FLAVIA APARECIDA CASTRO – Titular;

d) CLEIDIA APARECIDA SOUZA – Suplente.

VI - Representantes do Conselho Tutelar:

a) ERMELINDA MARIA DA GLÓRIA BARBOSA – Titular; b) VALDIRENE ALVES DA FONSECA – Suplente.

VII – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) WANDERLEI PEREIRA DE LIMA – Titular; b) RENATO RÉGIO GONÇALVES SANTOS – Suplente.

VIII – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

a) MARIA APARECIDA ANDRADE DA CRUZ – Titular; b) MARCILON TSERE ORI – Suplente.

IX – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) ALDA TERTULIANO ALVES – Titular; b) LOURDES BERNARDES DE FREITAS VIEIRA – Suplente.

X – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública – Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas (Alunos do EJA):

a) LAZARA FERNANDES DA SILVA – Titular; b) MARCILENE GOMES DO CARMO ARRUDA – Suplente.

Art. 2º – Os membros nomeados por meio deste decreto exercerão mandato de 06/04/2015 com vencimento em 06/04/2017 e atribuições nos termos da legislação correlata.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, notadamente o Decreto nº 2.460/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal, Campinápolis-MT, 22 de abril de 2.015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
ORDEM DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DE OBRA

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZA** a empresa *A. F. DOS SANTOS – CONSTRUTORA - EPP.*, inscrita no CNPJ sob o nº 11.060.248/0001-64, com sede na Rua B, nº 400, Quadra 1, Lote 4, Bairro Novo Mundo, Aragarças/GO, legalmente representada, neste ato, por seu administrador o Senhor **ADINALDO FERREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 271.797.811-72 e RG nº 330104 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Castelo Branco, nº 50. Bairro Domingos Mariano, na cidade de Barra do Garças/MT, a **INÍCIAR** a obra abaixo descrita:

Reconstrução de ponte de madeira sobre o córrego da Júlia.

Localização Geográfica:

14°40'25.74"S

53° 2'1.25"O

A obra deverá ser executada em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Quantitativos, especificações e prazos contidos no Contrato Administrativo nº 027/2015.

Campinápolis/MT, 22 de abril de 2015.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
ORDEM DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DE OBRA

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZA** a empresa *A. F. DOS SANTOS – CONSTRUTORA - EPP.*, inscrita no CNPJ sob o nº 11.060.248/0001-64, com sede na Rua B, nº 400, Quadra 1, Lote 4, Bairro Novo Mundo, Aragarças/GO, legalmente representada, neste ato, por seu administrador o Senhor **ADINALDO FERREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 271.797.811-72 e RG nº 330104 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Castelo Branco, nº 50. Bairro Domingos Mariano, na cidade de Barra do Garças/MT, a **INÍCIAR** a obra abaixo descrita:

Reconstrução de ponte de madeira sobre o córrego da Júlia.

Localização Geográfica:

14°40'25.74"S

53° 2'1.25"O

A obra deverá ser executada em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha de Quantitativos, especificações e prazos contidos no Contrato Administrativo nº 027/2015.

Campinápolis/MT, 22 de abril de 2015.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 011/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 1381/2015.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015.

OBJETIVO: Aquisição de 02 (dois) veículos tipo Motocicleta 150 cilindradas com partida elétrica para atender a Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comercio e Secretaria Municipal de Administração.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

ADJUDICAR os resultados da licitação, modalidade Pregão Presencial n. º 011/2015 de 13 de abril de 2015, realizada para contratação de empresa do ramo de comercialização de veículos, para o fornecimento de 02 (dois) veículos tipo Motocicleta 150 cilindradas com partida elétrica para atender a Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comercio e Secretaria Municipal de Administração com as configurações de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência; e HOMOLOGAR as propostas das empresas:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
MOTO CAMPO PRIMAVERA LTDA	04.074.612/0001-80	R$ 16.800,00

Devendo ser pago mediante a entrega dos objetos com a fatura em documento válido, após o atesto do recebimento do objeto, pelo fiscal do contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de abril de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 6138, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

"Nomeia Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Reconstrução de Ponte de Madeira sobre o Córrego da Júlia, referente à Dispensa de Licitação nº 02/2015 e Contrato Administrativo nº 027/2015".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

I - Nomear o Engenheiro **HUMBERTO DAVID SANTANA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 785510 SSP/GO, CPF nº 270.457.141-49 e Carteira Profissional do CREA MT02911/D-D, expedida em 26/07/1983 e Registro Nacional nº 120270330-5, para exercer a função de Fiscal, Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da **Reconstrução de Ponte de Madeira sobre o Córrego da Júlia, referente à Dispensa de Licitação nº 02/2015 e Contrato Administrativo nº 027/2015"**, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

II - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEO-BRAS.

III - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado

não acarretará ônus para o Município

.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis – MT, 22 de abril de 2015.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 006 ao Contrato de Prestação de Serviço nº060/2012

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Constral Construtora Ltda

Objeto: alterar a Segunda – Da Vigência, do Contrato.

Prazo:03 meses

Data: 17/04/2015

Procedimento Licitatório: Concorrência Pública n° 009/2012

Secretaria: Infraestrutura

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 002 ao Contrato *de* Prestação de Serviço nº 062/2014

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Eletro Rede Ltda-ME

Objeto: alterar a Cláusula Segunda – Da Vigência, do Contrato.

Prazo: 60 dias

Data: 17/04/2015

Procedimento Licitatório: Tomada de Preço n° 018/2014

Secretaria: **Esportes e Lazer**

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 059/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, E, SANEPAVI – SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis**,** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24. 772.287/0001-36.

Contratada: SANEPAVI – Saneamento e Pavimentação Eireli,inscrita no CNPJ sob n° 52.519.048/0001-04, estabelecida na rua da Consolação n° 3037, Conjunto 01, Bairro Cerqueira Cesar, CEP: 01.416-001, na cidade de São Paulo.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de obras de drenagem e pavimentação asfáltica nos Bairros Jardim das Palmeiras e Pólo Empresarial, conforme Contrato de Financiamento nº 0401.162-49/13 Caixa Econômica Federal.

Registra-se a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para a servidora AMANDA MENDONÇA, Coordenadora de Gestão e Assuntos Estratégicos, matrícula funcional nº 2298.

Campo Novo do Parecis-MT, 16 de abril de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Contratante

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº 031, DE 23 DE ABRIL DE 2015

Declara luto oficial nos órgãos da Administração Pública Municipal de Campo Novo do Parecis.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando o falecimento do Servidor Laurival Vicente de Freitas Reis ocorrido na data de 22/04/2015, às 21h30min, no Município de Cuiabá - Mato Grosso,

Considerando ser cidadão pioneiro no Município de Campo Novo do Parecis, *com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o desenvolvimento e progresso desta cidade,*

D E C R E T A

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial nos dias 23, 24 e 25 de abril, nos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, em decorrência do falecimento do Servidor LAURIVAL VICENTE DE FREITAS REIS, Assistente de Infraestrutura, **vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura** do município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Fica decretado Ponto Facultativo nos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, no período matutino, do dia 24 de abril de 2015, (sexta-feira).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de abril de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 202/2015, DE 22 DE ABRIL DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.170/2007, de 09.05.07, alterada pela Lei nº 1.345/2010, que dispõe sobre a reestruturação do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis,

Considerando a Ficha Clínica – Saúde Ocupacional da servidora abaixo elencada,

R E S O L V E

1. PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias,os efeitos daPortaria nº 123 de 16 de março de 2015, em que concede desvio de função, em virtude delicença para tratamento de saúde à servidora Municipal, GENI IVETE HEGELE, cargo Agente Educacional, especialidade Auxiliar de Creche, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

2. O período da nova vigência tem seu início em 16 de abril de 2015 e término em 15 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias do mês de abril de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº. 028, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

Altera os Anexos I e II ao Decreto Executivo nº 006, de 6 de janeiro de 2015, que estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso para o Exercício de 2015.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto nos arts. 8° e 13, da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências,

Considerando o não ingresso da Receita de Operação de Crédito referente ao Contrato de Financiamento – Programa Pró-Transporte nº 0401. 169-49/13 – Operações com Estados, Municípios e Distrito Federal/Caixa Econômica Federal,

DECRETA

Art. 1º. Os Anexos I e II ao Decreto Executivo nº 006, de 6 de janeiro de 2015, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I e II a este Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de abril de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, Diário Oficial de Contas/ TCE MT e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 004/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, E, CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS BELCHIOR LTDA-EPP.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis**,** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24. 772.287/0001-36.

Contratada: Construtora e Prestadora de Serviços Belchior Ltda-EPP,inscrita no CNPJ sob n° 03.362.824/0001-08, Inscrição Estadual n° 13.190.436-1, estabelecida na rua Severino Euflasino de Lima n° 1. 199-NE, Sala 02, bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade de Campo Novo do Parecis.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta de resíduos urbanos domésticos - lixo domiciliar nas vias públicas urbanas e suburbanas do Município, bem como, transporte, destinação final dos resíduos, ao Aterro Sanitário que os receberá, conforme Concorrência Publica n° 09/2013.

Registra-se a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para o servidor FRANCISCO ARCANJO SILVA DA COSTA, Agente de Infraestrutura, matrícula funcional nº 1576.

Campo Novo do Parecis-MT, 09 de abril de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Contratante

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 014/2015

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Bom Sucesso Administradora de Serviços Ltda - ME

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, desinfecção hospitalar e lavanderia incluindo o fornecimento de equipamentos, produtos saneantes domissanitários, materiais de higiene e insumos, para atuar nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde (Centro de Saúde, Unidades de Saúde, Centro de Reabilitação, Centro Odontológico, Vigilância Epidemiológica, etc), visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, a proteção da saúde dos usuários do Sistema de Saúde Pública - SUS, bem como dos servidores que desempenham suas atividades nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde e cumprir com as normas, rotinas e determinações legais.

Órgão: 10 Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 002 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0006 Campo Novo Mais Saúde

Projeto Atividade: 2097 Manutenção e Conservação das Unidades de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 114008 Transferências de Recursos do SUS PAB – Piso de Atenção Básica

Reduzido: 628

Órgão: 10 Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 002 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0006 Campo Novo Mais Saúde

Projeto Atividade: 2097 Manutenção e Conservação das Unidades de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 10200 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos Saúde

Reduzido: 627

Valor Total:R$ 603.120,34

Data: 13/04/2015

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 024/2015

Secretaria: Saúde

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 199, DE 17 DE ABRIL DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto no art. 97 daLei Complementar nº 005, de 30 de dezembro de 2003, que instituiu o Regulamento de Processos de Aplicação de Penalidades e demais cominações concernentes ao PDCNP e suas legislações correlatas,

Considerando a necessidade administrativa e o interesse público,

RESOLVE

1. ALTERAR, os membros da Comissão Especial de Julgamento de Recursos:

"VI – 1 (um) representante ligado a Assessoria Jurídica.

Titular: Anderson Elias Siebert, matrícula nº 85, OAB nº 18.591, CPF nº 782.913.481 – 20;

Suplente: Priscila Sacardi Biudes Rubert, matrícula nº 2485, OAB nº 7286, CPF nº 834.394.201-91."

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de abril de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 087/2014, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTEIRO.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: IMPPACTO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: Fica acrescido do contrato originário o valor de R$ 1.964,20 (um mil novecentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos).

Data de assinatura: 03 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 259/2015

PORTARIA Nº 259/2015, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA A SENHORA FATIMA WENTZ LOZANO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.075, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DENOMINA DE AVENIDA LOURIVAL LOPES, NO DISTRITO INDUSTRIAL II, NESTA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica oficializada a denominação de "Avenida Lourival Lopes" a Avenida "Sem Nome", tendo o seu início na Avenida Nelson Camilo Fernandes, que fica paralela à BR 070, sentido Serra de São Vicente e seu final na Empresa Ric Comércio de Algodão, Avenida a ser nominada é paralela a Rua Francisco Gardez, conforme mapa em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da publicação dela, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 23 de abril de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 020/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: SEBRAE/MT- SERVIÇOS DE APOIO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO.

Objeto: Contratação de empresa para Assessoria e Acompanhamento Técnico na elaboração de Projeto para Captação de Recursos provenientes do Programa de Modernização da Administração Tributária.

Valor: R$ 8.000,00 (oito mil reais).

Vigência: Até 31 de Dezembro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 024/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: COOPERATIVA MISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE.

Valor: 255.718,20 (duzentos e cinqüenta e cinco mil setecentos e dezoito reais e vinte centavos).

Vigência: Até 31 de Dezembro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 113/2014, CUJO OBJETO É A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS E CREAS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACABAMENTOS LTDA.

Objeto: Fica prorrogada no prazo de 02 (dois) meses.

Data de assinatura: 19 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.076, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DESTE MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 1 º. Esta lei dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação. Art. 2 º. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município de Campo Verde far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, assegurando-se a proteção integral e a prioridade absoluta, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. As ações a que se refere o caput deste artigo serão implementadas através de:

I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer e trabalho;

II - Serviços, programas e projetos de Assistência Social, para aqueles que deles necessitem;

III - Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - Serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI - Políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito a convivência familiar de crianças e adolescentes;

VII - Campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Art. 3 º. A política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será executada através do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, composto pela seguinte estrutura:

I - Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

III - Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA;

IV - Conselhos Tutelares;

V - Entidades de Atendimento governamentais e não governamentais;

VI - Serviços públicos especializados no atendimento de crianças, adolescentes e famílias, a exemplo dos CREAS/CRAS e CAPs.

CAPÍTULO I

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 4 º. Fica instituída a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, espaço colegiado de caráter deliberativo, composta por delegados, representantes das entidades ou movimentos da sociedade civil organizada diretamente ligado à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e do Poder Executivo, devidamente credenciados, que se reunirão a cada dois anos, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, mediante regimento próprio.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá convocar a Conferência extraordinariamente, por decisão da maioria de seus membros.

Art. 5 º. A Conferência será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em período determinado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, ou por iniciativa própria, através de edital de convocação, publicado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, no qual constará o Regulamento da Conferência.

§ 1°. Para a realização da Conferência, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA constituirá comissão organizadora paritária, garantindo a participação de adolescentes.

§ 2°. Em caso de não convocação por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA dentro do prazo referido no caput deste artigo, a iniciativa caberá a 1/3 (um terço) das entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que formarão comissão paritária para organização e coordenação da Conferência.

§ 3º. Em qualquer caso, cabe ao Poder Público garantir as condições técnicas e materiais para realização da Conferência.

Art. 6 º. A convocação da Conferência deve ser amplamente divulgada nos principais meios de comunicação de massa, bem como através de convocação oficial às entidades, organizações e associações definidas no Regulamento da Conferência. Art. 7 º. Os delegados da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente representantes dos segmentos da sociedade civil serão credenciados com antecedência, garantindo a participação dos representantes de cada segmento, com direito à voz e voto, conforme dispor o Edital de Convocação e o Regulamento da Conferência. Art. 8 º. Os delegados do Poder Executivo na Conferência serão indicados pelos gestores estaduais regionais e municipais de cada política setorial de atendimento à criança e ao adolescente, mediante ofício enviado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no prazo de até 10 (dez) dias anteriores à realização da Conferência, garantindo a participação dos representantes das políticas setoriais que atuam direta ou indiretamente na defesa dos direitos da criança e do adolescente, com direito a voz e voto. Art. 9 º. Compete à Conferência:

I - aprovar o seu Regimento;

II - avaliar através de elaboração de diagnóstico, a realidade da criança e do adolescente no Município;

III - fixar as diretrizes gerais da política municipal de atendimento à criança e do adolescente no biênio subsequente ao de sua realização;

IV - eleger os segmentos não governamentais titulares e suplentes representantes da sociedade civil organizada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

V - eleger os representantes do município para as Conferências realizadas com abrangência regional e/ou estadual;

VI - aprovar e dar publicidade às suas deliberações, através de resolução.

Art. 10 º. A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui caráter deliberativo, e suas deliberações relativas à política de

atendimento à criança e ao adolescente serão incorporadas ao Planejamento Estratégico dos órgãos públicos encarregados de sua execução e a suas propostas orçamentárias com a mais absoluta prioridade, observado o disposto no artigo 4º, caput e parágrafo único, alíneas “c” e “d”, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e artigo 227, caput, da Constituição Federal. Art. 11 º. O Regulamento e o Regimento da Conferência irão dispor sobre sua organização e sobre o processo eleitoral dos segmentos não governamentais representantes da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, mencionados no Art. 15º desta Lei.

Parágrafo único. A eleição dos segmentos não governamentais será realizada em assembléia própria de cada segmento, durante a Conferência, sob fiscalização do Ministério Público.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Seção I

Da Criação e Vinculação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Art. 12 º. Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, como órgão deliberativo, controlador e fiscalizador das ações da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS-SMAS. Art. 13 º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será composto por 4 (quatro) representantes governamentais e 4 (quatro) representantes não-governamentais, sendo que para cada titular haverá um suplente. Art. 14 º. Os representantes governamentais serão os Secretários Municipais das pastas abaixo relacionadas ou outros representantes indicados por estes, dentre os servidores preferencialmente com atuação e/ou formação na área de atendimento à Criança e ao Adolescente, os quais justificadamente poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo:

I - 01 (um) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS;

II - 01 (um) representantes da Secretaria Municipal de Saúde-SMS;

III - 01 (um) representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SMEC;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer-SMEL;

Parágrafo único. Os Secretários Municipais titulares das pastas acima mencionadas são considerados membros natos e, caso não possam exercer as funções de conselheiro, ser-lhes-á facultado indicar um representante, desde que este tenha poder de decisão no âmbito da Secretaria.

Art. 15 º. Os representantes da sociedade civil organizada serão escolhidos na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre as entidades constituídas há pelo menos 01 (um) ano que prestem atendimento direto a crianças e adolescentes, ou que inclua em seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos de crianças e adolescentes, nos moldes do disposto nos arts. 87, inciso V, 90 e 210, inciso III, da Lei nº 8.069/90.

§ 1º. A escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente dar-se-á por intermédio de assembleia realizada entre as próprias entidades que possuam o perfil acima indicado;

§ 2º. A vaga no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente pertencerá à entidade escolhida, que indicará um de seus membros para atuar como titular e outro como seu substituto imediato;

§ 3º. Para cada entidade escolhida a integrar o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente haverá uma suplente, respeitada a ordem de votação na assembleia a que se refere o §1º deste artigo.

§ 4º. Os segmentos não governamentais eleitos deverão indicar seus representantes, garantindo que estes tenham preferencialmente atuação e/ou formação na área de atendimento ou defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, sendo vedada a indicação de representante que seja servidor público que exerça cargo em comissão na Administração Pública municipal, ou seja, cônjuge, convivente em regime de união estável ou parente até o terceiro grau do Prefeito ou de servidores municipais ocupantes de cargos em comissão no município;

Art. 16 º. De modo a assegurar o caráter plural e representativo do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, não será permitido que as entidades pertencentes a um determinado segmento e/ou que prestem determinada modalidade de atendimento ocupem mais de 01 (uma) vaga no Conselho, ressalvada a inexistência de outras entidades interessadas e habilitadas a compor o órgão;

Seção II

Da Eleição dos representantes da sociedade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 17 º. O processo de eleição dos conselheiros não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizado na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Art. 18 º. O colégio eleitoral será formado por delegados indicados e/ou eleitos pelas entidades não governamentais que tenham programas registrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, organizações não governamentais de defesa e garantia de direitos e de apoio às entidades de atendimento da criança e adolescente, Associação de Pais, Professores e Servidores e outras entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade previamente cadastradas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º. A entidade, organização e associação que tiver interesse em pleitear uma vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá apresentar sua candidatura através de ofício, até 20 (vinte) dias antes da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA dará ampla publicidade da relação das entidades consideradas habilitadas a concorrer a uma das vagas da sociedade civil junto ao órgão, dando ciência pessoal ao Ministério Público, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para realização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 19 º. A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é considerada de interesse público relevante, não sendo remunerada, e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverão prestar informações sobre as demandas e deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA aos seus representados, garantindo assim a participação efetiva nas reuniões ordinárias, extraordinárias e de comissões temáticas.

Art. 20 º. A eleição dos representantes da sociedade junto ao Conselho Municipal dos Direitos de Criança e Adolescente - CMDCA será fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 1º. A Assembleia de eleição será instalada em primeira chamada com 50% (cinquenta por cento) dos votantes ou em segunda chamada, após 10 (dez) minutos, com qualquer número de votantes.

§ 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA dará posse aos conselheiros eleitos no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o término da Conferência, ficando as despesas com a publicação do ato administrativo respectivo a expensas do município.

Seção III

Da Competência

Art. 21 º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

II - Formular, acompanhar, monitorar e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;

III - Conhecer a realidade do município e elaborar o plano de ação anual;

IV - Difundir junto à sociedade local a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, zelando para efetivação do paradigma da proteção integral como prioridade absoluta nas políticas e no orçamento público;

V - Estabelecer critérios, estratégias e meios de fiscalização das ações governamentais e não governamentais dirigidas à infância e à adolescência no âmbito do município que possam afetar suas deliberações;

VI - Registrar as entidades não governamentais que executam programas destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, conforme previsto no art. 91, da Lei Federal nº 8.069/90, bem como as entidades governamentais e não governamentais que executam programas socioeducativos destinados ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, conforme previsto no art. 11, da Lei Federal nº 12.594/2012;

VII - Registrar os programas executados pelas entidades de atendimento governamentais e não governamentais, que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, de acordo com o que prevê o art. 90, da Lei Federal nº 8.069/90, bem como as previstas no art. 430, inciso II da Consolidação das Lei do Trabalho (conforme redação que lhe deu a Lei Federal nº 10.097/2000);

VIII - Definir o número de Conselhos Tutelares a serem empossados no município, solicitando, quando necessário, ao Poder Executivo o encaminhamento à Câmara Municipal, de projeto de lei municipal destinado à sua ampliação;

IX - Regulamentar, organizar e coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis, para a eleição e a posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e dos Conselhos Tutelares do Município;

X - Dar posse aos membros não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA e dos Conselhos Tutelares, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta lei;

XI - Receber petições, denúncias, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito ou descumprimento dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, bem como tomar as providências que julgar necessárias;

XII - Instaurar, por meio de comissão específica, de composição paritária, sindicância administrativa e processo administrativo disciplinar para apurar eventual falta funcional praticada por Conselheiro Tutelar no exercício de suas funções, assegurando ao acusado o exercício ao contraditório e à ampla defesa;

XIII - Gerir o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, no sentido de definir a utilização dos recursos alocados no Fundo, por meio de Plano de Trabalho e Aplicação, fiscalizando a respectiva execução;

XIV - Participar, acompanhar e deliberar sobre a elaboração, aprovação e execução do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, no âmbito da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, zelando para que neles sejam previstos os recursos necessários à execução da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, com a prioridade absoluta preconizada no art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90 e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

XV - Participar, acompanhar e deliberar sobre a elaboração de legislações municipais relacionadas à infância e à adolescência, oferecendo apoio e colaborando com o Poder Legislativo;

XVI - Fixar critérios de utilização das verbas subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes em situação de risco, órfãos ou abandonados, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal;

XVII - Integrar-se com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente, e demais conselhos setoriais.

XVIII - Mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação da comunidade, na solução dos problemas da área da criança e do adolescente;

XIX - Instituir as Comissões Temáticas e/ou Inter setoriais necessárias para o melhor desempenho de suas funções, as quais têm caráter consultivo e vinculação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

XX - Publicar todas as suas deliberações e resoluções no Órgão Oficial do Município, seguindo os mesmos trâmites para publicação dos demais atos do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promoverá no máximo a cada 02 (dois) anos, a reavaliação dos programas destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias em execução no município, observada o disposto no art. 90, §3º, da Lei Federal nº 8.069/90;

§ 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promoverá no máximo a cada 04 (quatro) anos, a reavaliação do registro das entidades de atendimento de crianças, adolescentes e famílias com atuação no município, observada o disposto no art. 91, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA manterá arquivo permanente no quais serão armazenados, por meio físico e/ou eletrônico todos os seus atos e documentos a estes pertinentes.

§ 4º. Constará do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, dentre outros:

I - A forma de escolha do presidente e vice-presidente do órgão, bem como, na falta ou impedimento de ambos, a condução dos trabalhos pelo decano dos conselheiros presentes;

II - As datas e horários das reuniões ordinárias do CMDCA, de modo que se garanta a presença de todos os membros do órgão e permita a participação da população em geral;

III - A forma de convocação das reuniões extraordinárias do CMDCA, comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, Juízo e Promotoria da Infância e Juventude, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Tutelar, bem como à população em geral, inclusive via órgãos de imprensa locais;

IV - A forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberação, com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros, Juízo e Promotoria da Infância e Juventude, Ordem dos Advogados

do Brasil, Conselho Tutelar e à população em geral, que no caso das reuniões ordinárias deverá ter uma antecedência mínima de 10 (dez) dias;

V - A possibilidade da discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos na pauta, desde que relevantes e/ou urgentes, notadamente mediante provocação do Juízo e Promotoria da Infância e Juventude, representante da Ordem dos Advogados do Brasil e/ou do Conselho Tutelar;

VI - O quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do CMDCA, que não deverá ser inferior à metade mais um do número total de conselheiros, bem como o procedimento a adotar caso não seja aquele atingido;

VII - A criação de câmaras ou comissões temáticas em caráter permanente ou temporário, para análise prévia de temas específicos, como políticas básicas, proteção especial, orçamento e fundo, comunicação, articulação e mobilização, disciplinar etc., que deverão ser compostas de no mínimo 03 (três) conselheiros, observada a paridade entre representantes do governo e da sociedade civil;

VIII - A função meramente opinativa da câmara ou comissão mencionada no item anterior, com a previsão de que, efetuada a análise da matéria, que deverá ocorrer num momento anterior à reunião do CMDCA, a câmara ou comissão deverá apresentar um relatório informativo e opinativo à plenária do órgão, ao qual compete à tomada da decisão respectiva;

IX - A forma como ocorrerá à discussão das matérias colocadas em pauta, com a apresentação do relatório pela câmara ou comissão temática e possibilidade da convocação de representantes da administração pública e/ou especialistas no assunto, para esclarecimento dos conselheiros acerca de detalhes sobre a matéria em discussão;

X - Os impedimentos para participação das entidades e/ou dos conselheiros nas câmaras, comissões e deliberações do Órgão;

XI - O direito de os representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Tutelar, presentes à reunião, manifestarem-se sobre as matérias em discussão, querendo;

XII - A forma como se dará a manifestação de representantes de entidades não integrantes do CMDCA, bem como dos cidadãos em geral presentes à reunião;

XIII - A forma como será efetuada a tomada de votos, quando os membros do CMDCA estiverem aptos a deliberar sobre a matéria colocada em discussão, com a previsão da forma solução da questão no caso de empate, devendo ser assegurada sua publicidade, preservado, em qualquer caso, a identidade das crianças e adolescentes a que se refiram as deliberações respectivas;

XIV - A forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão, do CMDCA, de entidade ou de seu representante quando da reiteração de faltas injustificadas e/ou prática de ato incompatível com a função, nos moldes desta Lei;

XV - A forma como será efetuada a avaliação da qualidade e eficiência dos programas e serviços destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, bem como conduzidos os processos de renovação periódica dos registros das entidades e programas, nos moldes do previsto pelo art. 90, §3º, da Lei Federal nº 8.069/90.

Seção IV

Do Mandato dos Conselheiros Municipais do CMDCA

Art. 22 º. Os representantes da sociedade junto ao CMDCA terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição consecutiva, e os representantes do governo terão seus mandatos condicionados à sua permanência à frente das pastas respectivas.

§ 1º. Em caso de vacância, a nomeação do suplente será para completar o prazo do mandato do substituído.

§ 2º. O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será considerado extinto antes do término, nos casos de:

I - Morte;

II - Renúncia;

III - Ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, no período de 12 (doze) meses, a contar da primeira ausência;

IV - Doença que exija licença médica por mais de 06 (seis) meses;

V - Procedimento incompatível com a dignidade das funções ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos pelo art. 4º, da Lei Federal nº 8.429/92;

VI - Condenação por crime comum ou de responsabilidade;

VII - Mudança de residência do município;

VIII - Perda de vínculo com o Poder Executivo, com a entidade, organização ou associação que representa.

§ 3º. Nas hipóteses do inciso V, do parágrafo anterior, a cassação do mandato do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA será precedida de procedimento administrativo a ser instaurado pelo próprio Órgão, observado o disposto nos arts. 77 a 82 desta Lei, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas e penais cabíveis.

§ 4º. Perderá a vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a entidade não governamental que perder o registro, ou o registro de seus programas, bem como aquelas entidades cujos representantes titular e suplente incidirem nos casos previstos no Inciso III do § 2º deste artigo.

§ 5º. Em sendo cassado o mandato de conselheiro representante do governo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA efetuará, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicação ao Prefeito Municipal e Ministério Público para tomada das providências necessárias no sentido da imediata nomeação de novo membro, bem como apuração da responsabilidade administrativa do cassado;

§ 6º. Em sendo cassado o mandato de conselheiro representante da sociedade civil, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA convocará seu suplente para posse imediata, sem prejuízo da comunicação do fato ao Ministério Público para a tomada das providências cabíveis em relação ao cassado.

§ 7º. Em caso de substituição de conselheiro, a entidade, organização, associação e o poder público deverá comunicar oficialmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, indicando o motivo da substituição e novo representante.

§ 8º. Nos casos de exclusão ou renúncia de entidade não governamental integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e não havendo suplente, será imediatamente convocada nova assembleia das entidades para que seja suprida a vaga existente.

Seção V

Da Estrutura e Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 23 º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA reunir-se-á na forma e periodicidade estabelecidas no seu Regimento, no mínimo 01 (uma) vez por mês, e terá a seguinte estrutura:

I - Mesa Diretiva, composta por:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º Secretário;

II - Comissões Temáticas e/ou Inter setoriais;

III - Plenária;

IV - Secretaria Executiva;

V - Técnicos de apoio.

§ 1º. Tendo em vista o disposto no art. 260-I, da Lei Federal nº 8.069/90, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS, dará ampla divulgação de seu calendário de reuniões ordinárias e extraordinárias à comunidade, assim como ao Ministério Público, Poder Judiciário e Conselho Tutelar.

§ 2º. As pautas contendo as matérias a ser objeto de discussão e deliberação nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA serão previamente publicadas e comunicadas aos Conselheiros titulares e suplentes.

§ 3º. As sessões serão consideradas instaladas depois de atingidos o horário regulamentar e o quorum regimental mínimo.

§ 4º. As decisões serão tomadas por maioria de votos, conforme dispuser o regimento interno do Órgão, salvo disposição em contrário prevista nesta Lei.

Art. 24 º. A mesa diretiva será eleita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, dentre os seus membros, nos primeiros 30 (trinta) dias de vigência do mandato, em reunião plenária com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos conselheiros.

§ 1º. Compete à mesa diretiva dirigir os trabalhos e organizar as pautas das plenárias.

§ 2º. A presidência deverá ser ocupada alternadamente por conselheiros representantes da sociedade civil e do governo.

§ 3º. O mandato dos membros da mesa diretiva será de 01 (um) ano, vedada à recondução.

Art. 25 º. As comissões temáticas serão formadas pelos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo respeitada a paridade, e facultada à participação de convidados, técnicos e especialistas.

Parágrafo único. As comissões Inter setoriais terão caráter consultivo e serão vinculadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 26 º. A Plenária é composta pelo colegiado dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo a instância máxima de deliberação e funcionará de acordo com o Regimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Art. 27 º. A Secretaria Executiva terá por atribuição oferecer apoio operacional e administrativo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, devendo para isso ser composta por, no mínimo, 01 (um) agente administrativo. Art. 28 º. Serão também designados para prestar apoio técnico ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA , quando o mesmo julgar necessário, 01(um) assistente social e 01 (um) advogado.

§ 1º. Para o adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, o Poder Executivo Municipal deverá oferecer estrutura física, equipamentos, materiais de expediente e funcionários do quadro do Município de Campo Verde.

§ 2º. Constará da Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao funcionamento regular e ininterrupto do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art. 4º, caput e par. único, da Lei Federal nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

Seção I

Da Criação e Natureza do Fundo

Art. 29 º. Fica criado o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, que será gerido e administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

§ 2º. As ações de que trata o parágrafo anterior referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

§ 3º. Os recursos captados pelo Fundo Especial para a Infância e Adolescência servem de mero complemento ao orçamento público dos mais diversos setores de governo, que por força do disposto nos arts. 4º, caput e parágrafo único, alíneas “c” e “d”; 87, incisos I e II; 90, §2º e art. 259, parágrafo único, todos da Lei Federal nº 8.069/90, bem como art. 227, caput, da Constituição Federal, devem priorizar a criança e o adolescente em seus planos, projetos e ações.

§ 4º. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, será constituído:

I - pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para o atendimento à criança e ao adolescente;

II - pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/90 e nesta Lei;

V - por outros recursos que lhe forem destinados;

VI - pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

§ 5º. As contribuições efetuadas ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, previstas no inciso III poderão ser deduzidas do Imposto de Renda, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 30 º. Para a utilização do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, devem ser observadas as orientações emanadas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, em especial o disposto na Resolução nº 137/2010 daquele órgão.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Especial para a Infância e Adolescência não poderão ser utilizados:

I - para manutenção dos órgãos públicos encarregados da proteção e atendimento de crianças e adolescentes, aí compreendidos o Conselho Tutelar e o próprio Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, o que deverá ficar a cargo do orçamento das Secretarias e/ou Departamentos aos quais aqueles estão administrativamente vinculados;

II - para manutenção das entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, por força do disposto no art. 90, caput, da Lei Federal nº 8.069/90, podendo ser destinados apenas aos programas de atendimento por elas desenvolvidos, nos moldes desta Lei;

III - para o custeio das políticas básicas e de assistência social a cargo do Poder Público.

Art. 31 º. A gestão do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças Públicas, a qual competirá:

I - Registrar os recursos orçamentários oriundos do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou de doações ao Fundo;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV - Autorizar a aplicação dos recursos em benefícios da criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

V - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 32 º. As deliberações concernentes à gestão e administração do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA serão executadas pela Secretaria Municipal de Finanças Públicas, sendo esta a responsável pela prestação de contas. Art. 33 º. Tendo em vista o disposto no art. 260-I, da Lei Federal nº 8.069/90, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças Públicas dará ampla divulgação à comunidade:

I - das ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;

II - dos requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA;

III - da relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

IV - do total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido;

V - da avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA.

Parágrafo único. Em cumprimento ao disposto no art. 48 e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA apresentará relatórios mensais acerca do saldo e da movimentação de recursos do Fundo Especial para a Infância e Adolescência, de preferência via internet, em página própria do Conselho ou da Secretaria Municipal de Finanças Públicas.

Art. 34 º. Na gestão do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA serão ainda observadas às disposições contidas nos arts. 260-C a 260-G, da Lei Federal nº 8.069/90.

CAPÍTULO IV

DA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES

Seção I

Da Criação e Natureza dos Conselhos Tutelares

Art. 35 º. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal nº 8.069/1990 e complementados por esta Lei.

§1º. Permanece instituído o Conselho Tutelar já existente, ficando autorizado o Poder Executivo Municipal a instituir outros Conselhos Tutelares para garantir a equidade de acesso a todas as crianças e adolescentes residentes no município.

§ 2º. O Conselho Tutelar em funcionamento, assim como aqueles a serem criados, são administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS, atuando como órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em Lei Federal nº 8.069/1990 e outras legislações correlatas.

Seção II

Das Atribuições, da Competência e dos Deveres dos Conselheiros Tutelares

Art. 36 º. Incumbe ao Conselho Tutelar o exercício das atribuições previstas nos artigos 95, 136, 191 e 194, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e arts. 18, §2º e 20, inciso IV, da Lei Federal nº 12.594/2012, devendo, em qualquer caso, zelar pelo efetivo respeito aos direitos da criança e do adolescente previstos em lei.

Parágrafo único. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente;

§ 1º. Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou da omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º. O acompanhamento da execução das medidas de proteção poderá ser delegado ao Conselho Tutelar do local da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade em que a criança ou adolescente estiver acolhido.

Art. 37 º. São deveres do Conselheiro na sua condição de agente público, e conforme o previsto na Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº. 8.069/1990, Lei Federal nº 8.429/1992 e outras normas aplicáveis:

I - Desempenhar as atribuições inerentes à função, previstas no art. 136, da Lei Federal nº 8.069/1990;

II - Realizar suas atribuições com eficiência, zelo, presteza, dedicação, e rendimento funcional, sugerindo providências à melhoria e aperfeiçoamento da função;

III - Agir com probidade, moralidade e impessoalidade procedendo de modo adequado às exigências da função, com atitudes leais, éticas e honestas, mantendo espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho, tratando a todos com urbanidade, decoro e respeito;

IV - Prestar contas apresentando relatório trimestral extraído do SIPIA CT WEB até o 5˚ (quinto) dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, contendo síntese de dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes;

V - Manter conduta pública e particular ilibada;

VI - Zelar pelo prestígio da instituição;

VII - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, servidores públicos e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - Identificar-se em suas manifestações funcionais;

IX - Atuar exclusivamente e ilimitadamente à defesa e proteção integral dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, sendo exigida em sua função dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade remunerada pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, desde que haja compatibilidade de horário entre ambas, sob pena de perda do mandato de Conselheiro Tutelar.

Art. 38 º. É vedado aos membros do Conselho Tutelar:

I - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza em razão do exercício da função;

II - Exercer outra atividade remunerada, ressalvado o exercício do magistério, desde que haja compatibilidade de horário entre ambas;

III - Exercer atividade de fiscalização e/ou atuar em procedimentos instaurados no âmbito do Conselho Tutelar relativos a entidades nas quais exerça atividade voluntária, no âmbito da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e/ou atividade político-partidária;

V - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando no exercício da sua função;

VI - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - Valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VIII - Receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - Proceder de forma desidiosa;

X - Desempenhar quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função;

XI - Exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas nos termos da Lei Federal nº 4.898 de 09 de dezembro de 1965;

XII - Deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas, a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis, previstas nos artigos 101 e 129, da Lei Federal nº 8.069/90;

XIII - Descumprir as atribuições e os deveres funcionais mencionados nos Art. 36 º e Art. 37 º desta Lei e outras normas pertinentes.

Seção III

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 39 º. Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, incluindo a remuneração e a formação continuada dos seus membros.

§ 1º. Os Conselhos Tutelares funcionarão em local de fácil acesso à população, no respectivo território de abrangência, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS, e contarão com instalações físicas adequadas, que garanta o atendimento individualizado e sigiloso de crianças, adolescentes e famílias.

§ 2.º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS disponibilizar equipamentos, materiais, combustível, servidor municipal de apoio administrativo.

Art. 40 º. Os Conselhos Tutelares deverão elaborar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei, seu Regimento Interno, observado os parâmetros e as normas definidas na Lei Federal nº 8.069/1990, por esta Lei Municipal e demais legislações pertinentes.

I - O Regimento Interno de todos os Conselhos Tutelares do município será único e deverá estabelecer as normas de trabalho, de forma a atender às exigências da função.

II - O Regimento Interno dos Conselhos Tutelares será encaminhado, logo após sua elaboração, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Ministério Público, a fim de oportunizar a estes órgãos a apreciação e o envio de propostas de alteração, para posterior publicação no Órgão Oficial do Município.

Art. 41 º. Os Conselhos Tutelares funcionarão de segunda a sexta-feira, no horário das 8h ás 11h e das 13h às 18h, sendo que todos os membros deverão registrar suas entradas e saídas ao trabalho no relógio ponto digital e, na falta deste, de maneira manual em cartão ou livro ponto, ambos vistados pelo Presidente do Conselho Tutelar.

I - Haverá escala de sobreaviso no horário de almoço e noturno, a ser estabelecida pelo Presidente do Conselho Tutelar e aprovada pelo seu Colegiado, compreendida das 11h às 13h00m e das 18h às 8h, de segunda a sexta-feira, devendo o Conselheiro Tutelar ser acionado através do telefone de emergência.

II - Haverá escala de sobreaviso para atendimento especial nos finais de semana e feriados, sob a responsabilidade do Presidente do Conselho Tutelar e aprovada pelo seu Colegiado.

III - O Conselheiro Tutelar estará sujeito a regime de dedicação integral, excetuado o disposto no art. 38, inciso II desta Lei, vedados quaisquer pagamentos a título de horas extras ou assemelhados.

§ 1º. O Presidente do Conselho Tutelar encaminhará mensalmente a escala de sobreaviso para ciência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS de Campo Verde.

§ 2º. Todos os membros dos Conselhos Tutelares serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos os períodos de sobreaviso, que deverão ser distribuídos equitativamente entre seus membros, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

§ 3º. Compete ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA fiscalizar o horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 42 º. O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os conselheiros para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas discussões lavradas em ata, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º. Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, se necessário, o voto de desempate.

Art. 43 º. Os Conselhos Tutelares deverão participar, por meio de seus respectivos Presidentes ou pelos Conselheiros indicados de acordo com seu Regimento Interno, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, devendo para tanto serem prévia e oficialmente comunicados das datas e locais onde estas serão realizadas, bem como de suas respectivas pautas. Art. 44 º. Ao procurar o Conselho Tutelar, a pessoa será atendida pelo Conselheiro que estiver disponível, mesmo que o atendimento anterior não tenha sido feito por ele.

Parágrafo único. Fica assegurado o direito a pessoa atendida no Conselho Tutelar à solicitação de substituição de Conselheiro de referência, cabendo à decisão ao Colegiado do Conselho Tutelar.

Art. 45 º. Cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS oferecer condições aos Conselhos Tutelares para o uso do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA CT WEB.

§ 1º. Compete aos Conselheiros Tutelares fazerem os registros dos atendimentos no SIPIA CT WEB e a versão local apenas deverá ser utilizada para encerramento dos registros já existentes, e quando necessário, para consultas de histórico de atendimentos.

§ 2º. Cabe aos Conselhos Tutelares manter dados estatísticos acerca das maiores demandas de atendimento, que deverão ser levadas ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA bimestralmente, ou sempre que solicitado, de modo a permitir a definição, por parte deste, de políticas e programas específicos que permitam o encaminhamento e eficaz solução dos casos respectivos.

§ 3º. A não observância do contido nos parágrafos anteriores, poderá ensejar a abertura de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Seção IV

Processo de Eleição dos Membros dos Conselhos Tutelares

Art. 46 º. A candidatura a Conselheiro Tutelar é individual e sem vinculação a partido político.

Art. 47 º. Somente poderão concorrer ao pleito e uma recondução, os candidatos que preencherem até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I- Ter idoneidade moral, apresentando os seguintes documentos:

a) Certidões negativas dos distribuidores criminais das Justiças Estadual e Federal;

b) Na hipótese de recondução, deverá apresentar Certidão negativa fornecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA.

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos, com cópia de documento de identidade civil;

III - Residir no Município de Campo Verde/MT há mais de 2 (dois) anos, apresentando documento comprobatório idôneo;

IV- Comprovação de diploma de nível superior ou médio, com cópia de documento do certificado de conclusão;

V- Atestado médico comprovante de pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício de Conselheiro Tutelar;

VI- 01 (uma) foto 3x4;

VII- Cópia do comprovante das duas últimas eleições.

VIII– Após ter apresentado a documentação citada acima submeter a uma prova escrita de conhecimento específicos do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, português e informática básica (Windows, Word e Excel), devendo o candidato alcançar uma nota igual ou superior a 60% (sessenta) por cento, a ser formulada por uma entidade competente para o devido fim e fiscalizada por um representante da entidade do Ministério Público Estadual, OAB, Poder Legislativo Municipal e CMDCA.

Art. 48 º. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA iniciará o processo de eleição dos membros dos Conselhos Tutelares até 180 (cento e oitenta) dias antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares em exercício, através da publicação de Resolução específica e Edital de Convocação.

§ 1°. O Edital de Convocação para Eleição dos Membros dos Conselhos Tutelares disporá sobre:

I - A composição da Comissão do Processo Eleitoral;

II - As condições e requisitos necessários à inscrição dos candidatos a conselheiro tutelar, indicando os prazos e os documentos a serem apresentados pelos candidatos, inclusive registros de impugnações;

III - As normas relativas ao processo eleitoral, indicando as regras de campanha, as condutas permitidas e vedadas aos candidatos com as respectivas sanções;

IV - O mandato e posse dos Conselheiros Tutelares;

V - O calendário oficial, constando a síntese de todos os prazos.

§ 2°. No calendário oficial deverão constar as datas e os prazos de todo o processo eleitoral, desde a publicação do Edital de Convocação até a posse dos Conselheiros Tutelares eleitos.

Seção V

Da Composição da Comissão do Processo Eleitoral

Art. 49 º. A Comissão do Processo Eleitoral deverá ser eleita em plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo composta de forma paritária por conselheiros titulares e/ou suplentes.

§ 1º. A Comissão do Processo Eleitoral será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e, na ausência deste, pelo Vice-Presidente, devendo ser eleito um Secretário.

§ 2º. Fica sob a responsabilidade da Comissão do Processo Eleitoral a elaboração da minuta do Edital de Convocação para Eleição dos Conselheiros Tutelares, a qual será encaminhada à apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo a Resolução publicada no Órgão Oficial do Município.

§ 3º. No Edital de Convocação para Eleição dos Membros dos Conselhos Tutelares deverá constar o nome completo dos integrantes da Comissão do Processo Eleitoral, bem como sua representação e o cargo exercido na Comissão.

Seção VI

Da Inscrição

Art. 50 º. Para se inscrever ao cargo de membro do Conselho Tutelar o candidato deverá:

I- Ter idoneidade moral, apresentando os seguintes documentos:

a) Certidões negativas dos distribuidores criminais das Justiças Estadual e Federal;

b) Na hipótese de recondução, deverá apresentar Certidão negativa fornecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA.

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos, com cópia de documento de identidade civil;

III - Residir no Município de Campo Verde/MT há mais de 2 (dois) anos, apresentando documento comprobatório idôneo;

IV- Comprovação de diploma de nível superior ou médio, com cópia de documento do certificado de conclusão;

V- Atestado médico comprovante de pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício de Conselheiro Tutelar;

VI- 01 (uma) foto 3x4;

VII- Cópia do comprovante das duas últimas eleições.

VIII– Após ter apresentado a documentação citada acima submeter a uma prova escrita de conhecimento específicos do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, português e informática básica (Windows, Word e Excel), devendo o candidato alcançar uma nota igual ou superior a 60% (sessenta) por cento, a ser formulada por uma entidade competente para o devido fim e fiscalizada por um representante da entidade do Ministério Público Estadual, OAB, Poder Legislativo Municipal e CMDCA.

Parágrafo único. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ou servidor municipal ocupante de cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá requerer o seu afastamento no ato da inscrição.

Art. 51 º. O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo candidato em requerimento assinado e protocolizado, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA até a data-limite prevista no Edital, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos requisitos estabelecidos no Edital. Art. 52 º. Cada candidato poderá registrar, além do nome, um codinome.

Parágrafo único. Não poderá haver registro de codinomes iguais, prevalecendo o codinome do primeiro candidato a efetuar a sua inscrição.

Art. 53 º. A Comissão do Processo Eleitoral, no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do período de inscrição de candidaturas, homologará as inscrições que observarem todos os requisitos do Art. 50 º desta Lei, publicando edital com a relação dos nomes dos candidatos considerados habilitados e dando ciência pessoal ao Ministério Público. Art. 54 º. Com a publicação do edital de homologação das inscrições será aberto prazo de 05 (cinco) dias para a impugnação dos candidatos que não atendam aos

requisitos exigidos, a qual poderá ser realizada por qualquer cidadão, indicando os elementos probatórios.

§ 1º. Caso o candidato sofra impugnação, este será intimado para que, em 05 (cinco) dias contados da data da intimação, apresente sua defesa.

§ 2º. Decorrido o prazo do parágrafo anterior, a Comissão do Processo Eleitoral decidirá em 03 (três) dias, dando ciência pessoal da decisão ao impugnante, ao candidato impugnado e ao Ministério Público, e também a publicando na sede do CMDCA.

§ 3º. Da decisão da Comissão do Processo Eleitoral caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, composta por no mínimo 2/3 de seus membros, no prazo de 03 (três) dias, que designará reunião extraordinária e decidirá, em igual prazo, em última instância, dando ciência pessoal da decisão ao impugnante, ao candidato impugnado e ao Ministério Público.

Art. 55 º. Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no prazo de 03 (três) dias, publicará em Edital no Órgão Oficial do Município, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.

Seção VII

Do Processo eleitoral

Art. 56 º. Os membros dos Conselhos Tutelares serão eleitos em sufrágio universal e direto, facultativo e secreto dos membros da comunidade local com domicílio eleitoral no Município, em eleição realizada sob a coordenação da Comissão do Processo Eleitoral do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com apoio da Justiça Eleitoral e fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo único. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição dos locais de votação, zelando para que eventual agrupamento de seções eleitorais respeite as regiões de atuação dos Conselhos Tutelares e não contenha excesso de eleitores, que deverão ser informados com antecedência devida sobre onde irão votar.

Art. 57 º. A eleição ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial Art. 58 º. A propaganda eleitoral será objeto de regulamentação específica por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1°. Serão previstas regras e restrições destinadas a evitar o abuso de poder econômico e político por parte dos candidatos ou seus prepostos.

§ 2°. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 3°. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

§ 4º. No dia da eleição é terminantemente proibido o transporte de eleitores e a “boca de urna” pelos candidatos e/ou seus prepostos.

§ 5°. É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 6º. Em reunião própria, a Comissão do Processo Eleitoral dará conhecimento formal das regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação do diploma respectivo.

Art. 59 º. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura do candidato responsável, observado, no que couber, procedimento administrativo similar ao previsto nesta Lei. Art. 60 º. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará, com a antecedência devida, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, assim como de urnas destinadas à votação manual, como medida de segurança.

§ 2°. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Processo Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção.

§ 3º. Compete ainda ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS e outros órgãos públicos:

a) a seleção e treinamento de mesários, escrutinadores e seus respectivos suplentes;

b) a obtenção, junto à Polícia Militar e à Guarda Municipal, de efetivos suficientes para garantia da segurança nos locais de votação e apuração.

§ 4º. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a Conselheiro Tutelar.

§ 5°. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão do Processo Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas.

Art. 61 º. O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Parágrafo único. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição.

Art. 62 º. Encerrada a votação, se procederão a contagem dos votos e a apuração sob a responsabilidade da Comissão do Processo Eleitoral, que acompanhará todo o pleito, que será também fiscalizado Ministério Público.

§ 1°. Poderão ser apresentados pedidos de impugnação de votos na medida em que estes forem sendo apurados, cabendo à decisão à Comissão do Processo Eleitoral, pelo voto majoritário de seus componentes, com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que decidirá em 03 (três) dias, com ciência ao Ministério Público.

§ 2°. Os candidatos poderão fiscalizar pessoalmente ou por intermédio de representantes previamente cadastrados e credenciados, a recepção e apuração dos votos;

§ 3º. Em cada local de votação será permitida a presença de 01 (um) único representante por candidato ou dele próprio;

§ 4º. No local da apuração dos votos será permitida a presença do representante do candidato apenas quando este tiver de se ausentar;

§ 5º. A Comissão do Processo Eleitoral manterá registro de todas as intercorrências do processo eleitoral, lavrando ata própria, da qual será dada ciência pessoal ao Ministério Público;

§ 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA manterá em arquivo permanente todas as resoluções, editais, atas e demais atos referentes ao processo de escolha do Conselho Tutelar, sendo que os votos dos eleitores deverão ser conservados por 04 (quatro) anos e, após, poderão ser destruídos.

Art. 63 º. Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com o número de votos que cada um recebeu.

Parágrafo único. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade.

Art. 64 º. Cada Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) conselheiros titulares e, ao menos, 05 (cinco) suplentes, sendo que por ordem de votação os candidatos eleitos poderão optar em qual dos Conselhos Tutelares irão exercer o seu mandato.

§ 1°. Os candidatos eleitos como suplentes serão convocados pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para assumir no caso de férias e vacância, licenças para tratamento de saúde, maternidade ou paternidade.

§ 2°. Os conselheiros tutelares suplentes serão remunerados proporcionalmente ao período de efetivo exercício da função.

Seção VIII

Do Mandato e Posse dos Conselheiros Tutelares

Art. 65 º. Os Conselheiros Tutelares dos Conselhos Tutelares Regionais serão eleitos simultaneamente para um mandato de 04 (quatro) anos, tomando posse no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento da presente Lei, no caso de criação de novos Conselhos Tutelares Regionais será adequado o mandato para coincidir o período de mandato com o dos atuais Conselheiros Tutelares;

Art. 66 º. Os conselheiros tutelares eleitos como titulares e suplentes, deverão participar do processo de capacitação/formação continuada relativa à legislação específica às atribuições do cargo e dos demais aspectos da função, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA antes da posse, com frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento).

§ 1º. O conselheiro que não atingir a frequência mínima ou não participar do processo de capacitação, não poderá tomar posse, devendo ser substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação/formação continuada, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

§ 2º. O conselheiro reeleito ou que já tenha exercido a função de Conselheiro Tutelar em outros mandatos, também fica obrigado a participar do processo de capacitação/formação continuada, considerando a importância do aprimoramento continuado e da atualização da legislação e dos processos de trabalho.

§ 3º. O Poder Público estimulará a participação dos membros dos Conselhos Tutelares em outros cursos e programas de capacitação/formação continuada, custeando-lhes as despesas necessárias.

Art. 67 º. Serão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar cônjuges, conviventes em união estável, inclusive quando decorrente de união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral, ou por afinidade até o 3º grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento ao Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca de Campo Verde, Estado do Mato Grosso.

Art. 68 º. Os Conselheiros Tutelares eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, com publicação no Órgão Oficial do Município.

Seção IX

Do Exercício da Função e da Remuneração dos Conselheiros

Art. 69 º. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
Art. 70 º. Se o eleito para o Conselho Tutelar for servidor público municipal ocupante de cargo efetivo, poderá optar entre a remuneração do cargo de Conselheiro Tutelar ou o valor de sua remuneração, ficando-lhe garantidos:

I - Retorno ao cargo para o qual foi aprovado em concurso, quando findado o seu mandato de Conselheiro Tutelar;

II - A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Art. 71 º. Sem prejuízo de sua remuneração, o Conselheiro Tutelar fará jus a percepção das seguintes vantagens:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III – licença maternidade;

IV – licença paternidade;

V - gratificação natalina.

§ 1º. A remuneração do Conselheiro Tutelar será na forma de subsídio, constado na Lei Orçamentária Municipal, no valor bruto de R$ 2.355,68 (dois mil trezentos e cinqüenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

§ 2º. A remuneração durante o período do exercício efetivo do mandato eletivo não configura vínculo empregatício.

§ 3º. As férias deverão ser programadas pelos Conselhos Tutelares, podendo gozá-las apenas um Conselheiro em cada período, devendo ser informado por escrito ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, para que seja providenciada a convocação do suplente.

§ 4º. O membro do Conselho Tutelar é segurado obrigatório da Previdência Social, na condição de contribuinte individual, na forma prevista pelo art. 9º, § 15, inciso XV, do Decreto Federal nº 3.048/1999 (Regulamento de Benefícios da Previdência Social).

Seção X

Das Licenças

Art. 72 º. O Conselheiro Tutelar terá direito a licenças remuneradas para tratamento de saúde, licença maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias e licença paternidade, aplicando-se por analogia o disposto no Regulamento da Previdência Social.

§ 1º. O Conselheiro Tutelar licenciado será imediatamente substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação, conforme prevê o Art. 64 º desta Lei, respeitando a ordem de votação.

§ 2º. Não será permitida licença para tratar de assuntos de interesse particular.

Art. 73 º. Será concedida licença sem remuneração ao Conselheiro Tutelar que pretender se candidatar nas eleições gerais para Prefeito, Vereador, Governador, Deputado Estadual ou Federal e Senador.

Parágrafo único. No caso do caput deste artigo, a licença será concedida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da convocação do suplente.

Seção XI

Da Vacância do cargo

Art. 74 º. A vacância do cargo de Conselheiro Tutelar decorrerá de:

I - Renúncia;

II - Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada, ressalvado o disposto no Art. 37 º, inciso IX, desta Lei;

III - Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

IV - Falecimento; ou

V - Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa que comprometa a sua idoneidade moral.

Parágrafo único. Ocorrendo vacância o Conselheiro Tutelar será substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação, conforme prevê o artigo 65 desta Lei, respeitando a ordem de votação.

Seção XII

Do Regime Disciplinar

Art. 75 º. Considera-se infração disciplinar, para efeito desta Lei, o ato praticado pelo Conselheiro Tutelar com omissão dos deveres ou violação das proibições decorrentes da função que exerce elencadas nesta Legislação Municipal e demais legislações pertinentes. Art. 76 º. São sanções disciplinares aplicáveis pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na ordem crescente de gravidade:

I - Advertência por escrito, aplicada em casos de não observância das atribuições e deveres previstos nos Art. 35 º e Art. 36 º e proibições previstas no Art. 37 º desta Lei, que não tipifiquem infração sujeita à sanção de perda de mandato;

II - Suspensão disciplinar não remunerada, nos casos de reincidência da infração sujeita à sanção de advertência, com prazo não excedente a 90 (noventa dias);

III - Perda de mandato.

§ 1º. A pena de suspensão disciplinar poderá ser convertida em pena de multa, desde que haja conveniência para o Conselho Tutelar, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração na mesma proporção de dias de suspensão, com desconto em folha de pagamento.

§ 2º. Ocorrendo a conversão da pena de suspensão disciplinar em pena de multa, o Conselheiro Tutelar fica obrigado a comparecer em serviço.

Art. 77 º. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - For condenado por sentença transitada em julgado, pela prática de crime culposo e doloso ou contravenção penal;

II - Tenha sido comprovadamente negligente, omisso, não assíduo ou incapaz de cumprir suas funções;

III - Praticar ato contrário à ética, à moralidade e aos bons costumes, ou que seja incompatível com o cargo;

IV - Não cumprir com as atribuições conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - Contribuir, de qualquer modo, para a exposição de crianças e adolescentes, em situação de risco, em prejuízo de sua imagem, intimidade e privacidade;

VI - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza, em razão de suas atribuições, para si ou para outrem;

VII - Transferir residência ou domicílio para outro município;

VIII - Não cumprir, reiteradamente, com os deveres relacionados no Art. 37 º desta Lei.

IX - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

X - Exercer outra atividade pública ou privada remunerada, ainda que haja compatibilidade de horário, ressalvado o disposto no Art. 37 º, inciso IX, desta Lei;

§ 1º. Verificada a sentença condenatória e transitada em julgado do Conselheiro Tutelar na esfera do Poder Judiciário pela prática de crime ou contravenção penal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA em Reunião Ordinária declarará vago o mandato de Conselheiro Tutelar, dando posse imediata ao suplente.

§ 2º. Mediante provocação do Ministério Público ou por denúncia fundamentada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a depender da gravidade da conduta, poderá promover o afastamento temporário do Conselheiro Tutelar acusado da prática de alguma das condutas relacionadas no caput deste artigo, até que se apurem os fatos, convocando imediatamente o suplente.

§ 3º. Durante o período do afastamento, o conselheiro fará jus a 50% (cinquenta por cento) da remuneração.

§ 4°. Para apuração dos fatos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA designará uma Comissão Especial, de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade, assegurada o contraditório e ampla defesa ao acusado, conforme previsto na Seção XIII, desta Lei.

Seção XIII

Do Processo Administrativo Disciplinar e sua Revisão

Art. 78 º. As denúncias sobre irregularidades praticadas por Conselheiros Tutelares serão encaminhadas e apreciadas por uma Comissão Especial, instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º. A Comissão Especial terá composição paritária entre representantes do governo e da sociedade, sendo constituída por 04 (quatro) integrantes.

§ 2º. A Comissão Especial receberá assessoria jurídica do advogado/procurador do município designado conforme Art. 28 º desta Lei.

Art. 79 º. A Comissão Especial, ao tomar ciência da possível irregularidade praticada pelo Conselheiro Tutelar promoverá sua apuração mediante Sindicância.

§ 1º. Recebida a denúncia, a Comissão Especial fará a análise preliminar da irregularidade, dando ciência por escrito da acusação ao Conselheiro investigado de apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias de sua notificação, sendo facultada a indicação de testemunhas e juntada de documentos.

§ 2º. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão Especial poderá ouvir testemunhas e realizar outras diligências que entender pertinentes, dando ciência pessoal ao Conselheiro investigado, para que possa acompanhar os trabalhos por si ou por intermédio de procurador habilitado.

§ 3º. Concluída a apuração preliminar, a Comissão Especial deverá elaborar relatório circunstanciado, no prazo de 10 (dez) dias, concluindo pela necessidade ou não da aplicação de sanção disciplinar.

§ 4º. O relatório será encaminhado à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, dando ciência pessoal ao Conselheiro acusado e ao Ministério Público.

§ 5º. O prazo máximo e improrrogável para conclusão da Sindicância é de 30 (trinta) dias.

Art. 80 º. Caso fique comprovado pela Comissão Especial a prática de conduta que justifique a aplicação de sanção disciplinar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA dará início ao processo administrativo destinado ao julgamento do membro do Conselho Tutelar, intimando pessoalmente o acusado para que apresente sua defesa, no prazo de 10 (dez) e dando ciência pessoal ao Ministério Público.

§ 1°. Não sendo localizado o acusado, o mesmo será intimado por Edital com prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação para sua apresentação, nomeando-lhe defensor dativo, em caso de revelia.

§ 2º. Em sendo o fato passível de aplicação da sanção de perda do mandato, e dependendo das circunstâncias do caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá determinar o afastamento do Conselheiro acusado de suas funções, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta), sem prejuízo da remuneração e da imediata convocação do suplente.

§ 3º. Por ocasião do julgamento, que poderá ocorrer em uma ou mais reuniões extraordinárias convocadas especialmente para tal finalidade, será lido o relatório da Comissão Especial e facultada a apresentação de defesa oral e/ou escrita pelo acusado, que poderá ser representado, no ato, por

procurador habilitado, arrolar testemunhas, juntar documentos e requerer a realização de diligências.

§ 4º. A condução dos trabalhos nas sessões de instrução e julgamento administrativo disciplinar ficará a cargo do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou, na falta ou impedimento deste, de seu substituto imediato, conforme previsto no regimento interno do órgão.

§ 5º. As sessões de julgamento serão públicas, devendo ser tomadas as cautelas necessárias a evitar a exposição da intimidade, privacidade, honra e dignidade de crianças e adolescentes eventualmente envolvidos com os fatos, que deverão ter suas identidades preservadas.

§ 6º. A oitiva das testemunhas eventualmente arroladas e a produção de outras provas requeridas observará o direito ao contraditório.

§ 7º. Serão indeferidas, fundamentadamente, diligência consideradas abusivas ou meramente protelatórias.

§ 8º. Os atos, diligências, depoimentos e as informações técnicas ou perícias serão reduzidas a termo, passando a constar dos autos do Processo Administrativo Disciplinar.

§ 9º. Concluída a instrução, o Conselheiro acusado poderá deduzir, oralmente ou por escrito, alegações finais em sua defesa, passando-se a seguir à fase decisória pela plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 10. A votação será realizada de forma nominal e aberta, sendo a decisão tomada pela maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 11. É facultado aos Conselheiros de Direitos a fundamentação de seus votos, podendo suas razões ser deduzidas de maneira oral ou por escrito, conforme dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 12. Não participarão do julgamento os Conselheiros de Direitos que integraram a Comissão Especial de Sindicância.

§ 13. Na hipótese do Conselheiro Tutelar acusado ser declarado inocente, ser-lhe-á garantido o restante do salário devido.

§ 14. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta), a depender da complexidade do caso e das provas a serem produzidas.

§ 15. Da decisão tomada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA serão pessoalmente intimados o acusado, seu defensor, se houver e o Ministério Público, sem prejuízo de sua publicação órgão oficial do município.

Art. 81 º. É assegurado ao investigado à ampla defesa e o contraditório, sendo facultada a produção de todas as provas em direito admitidas e o acesso irrestrito aos autos da sindicância e do processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. A consulta e a obtenção de cópias dos autos serão feitas na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sempre na presença de um servidor público municipal, devidamente autorizado e observadas as cautelas referidas no Art. 78 º , §5º desta Lei quanto à preservação da identidade das crianças e adolescentes eventualmente envolvidas no fato.

Art. 82 º. Se a irregularidade, objeto do Processo Administrativo Disciplinar, constituir infração penal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhará cópia das peças necessárias ao Ministério Público e à autoridade policial competente, para a instauração de inquérito policial. Art. 83 º. Nos casos omissos nesta Lei no tocante ao Processo Administrativo Disciplinar, aplicar-se-á subsidiariamente e no que couber, as disposições pertinentes contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Art. 84 º. Procedimento semelhante será utilizado para apuração de violação de dever funcional por parte de integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO V

DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 85 º. As Entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, previstos no art. 90, assim como aqueles correspondentes às medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, da Lei Federal nº 8.069/90, bem como as previstas no art. 430, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (com a redação que lhe deu a Lei Federal nº 10.097/2000), devem inscrevê-los no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo único. O registro dos programas terá validade máxima de 02 (dois) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA promover sua revisão periódica observada o disposto no art. 90, §3º, da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 86 º. As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

§ 1º. Será negado o registro à entidade que:

I - Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II - Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;

III - Esteja irregularmente constituída;

IV - Tenha em seus quadros pessoas inidôneas;

V - Não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em todos os níveis.

§ 2º. O registro terá validade máxima de 04 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no § 1o deste artigo.

Art. 87 º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA definirá, mediante Resolução específica, os critérios e requisitos necessários à inscrição das entidades e seus respectivos programas de atendimento, estabelecendo os fluxos e os documentos que deverão ser apresentados pelas entidades.

§ 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA terá prazo de ate 60 (sessenta) dias para deliberar sobre os pedidos de inscrição de entidades e de registro de programas, contados a partir da data do protocolo respectivo.

§ 2º. Para realização das diligências necessárias à análise dos pedidos de inscrição e posterior renovação dos registros, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá designar comissão específica, assim como requisitar o auxílio de servidores municipais com atuação nos setores da educação, saúde e assistência social, que atuarão em conjunto com os técnicos de apoio referidos nos Art. 23 º, inciso V e Art. 27 º, desta Lei.

§ 3º. Uma vez cassado ou não renovado o registro da entidade ou do programa, o fato será imediatamente comunicado ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

§ 4º. Chegando ao conhecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que determinada entidade ou programa funciona sem registro ou com o prazo de validade deste já expirado, serão imediatamente tomadas as providências necessárias à apuração

dos fatos e regularização da situação ou cessação da atividade respectiva, sem prejuízo da comunicação do fato ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Art. 88 º. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças, adolescentes e suas famílias.

Parágrafo único. Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas de atendimento serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos e privados encarregados das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura e Lazer, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do art. 4o da Lei Federal nº 8.069/90, sem prejuízo da utilização, em caráter suplementar, de recursos captados pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência, previsto nos Art. 29 º a Art. 34 º desta Lei.

Art. 89 º. As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional deverão cumprir com os princípios dispostos no art. 92 e 93 da Lei Federal nº 8.069/1990. Art. 90 º. As entidades que desenvolvem programas de internação deverão cumprir com os princípios dispostos no art. 94 da Lei Federal nº 8.069/1990, além da Lei Federal nº 12.594/2012.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 91 º. A fim de assegurar maior participação popular no processo de eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a partir da gestão 2015-2016, a eleição será realizada por ocasião da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no ano de 2015. Art. 92 º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança promoverá a revisão de seu regimento interno no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei, de modo a adequá-lo às suas disposições. Art. 93 º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais n.º 1.236/2006, 1.291/2007, 1.501/2009, 1.857/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 23 de abril de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 113/2014, CUJO OBJETO É A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS E CREAS.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACABAMENTOS LTDA.

Objeto: Fica acrescido do contrato originário o valor de R$ 19.247,75 (dezenove mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Data de assinatura: 04 de Fevereiro de 2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 114/2014, CUJO OBJETO É A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACABAMENTOS LTDA.

Objeto: Fica acrescido do contrato originário o valor de R$ 12.721,80 (doze mil setecentos e vinte e um reais e oitenta centavos).

Data de assinatura: 18 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 114/2014, CUJO OBJETO É A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: KASA NOVA CONSTRUÇÕES E ACABAMENTOS LTDA.

Objeto: Fica acrescido do contrato originário o valor de R$ 41.091,69 (quarenta e um mil e noventa e um reais e sessenta e nove centavos).

Data de assinatura: 19 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 104/2014, CUJO OBJETO É A ELABORAÇÃO DE (PSCIP) E (SPDA).

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ATIVA MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP.

Objeto: Fica prorrogado a vigência por 90 (noventa) dias.

Data de assinatura: 10 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 105/2014, CUJO OBJETO É A ELABORAÇÃO DE (PSCIP) E (SPDA).

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ACTUS EMPREENDIMENTOS LTDA EPP.

Objeto: Fica prorrogado a vigência por 90 (noventa) dias.

Data de assinatura: 10 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 011/2013, CUJO OBJETO É LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: DIOGO ALEXANDRE RECH.

Objeto: Fica acrescido do contrato originário o valor de R$ 106,28 (cento e seis reais e vinte e oito centavos) mensais, referente a reajuste de IGPM.

Data de assinatura: 02 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 28/2014, CUJO OBJETO É LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO (CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS – CEM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CANISIO TRAESEL E MANOEL ARAUJO ROCHA

Objeto: Fica prorrogada no prazo de 10 (dez) meses.

Data de assinatura: 28 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 069/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS HIDRÁULICOS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.

PREGÃO: 030/2015

EMPRESA: A. S. MATIAS & CIA LTDA ME, CNPJ 20.065.401/0001-37

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Quantidade	Valor /hora	Valor Total
01	Mão de obra de serviços hidráulicos de veículos e máquinas	2.000 horas	R$ 175,00	R$ 350.000,00
Total do lote: Trezentos e cinqüenta mil reais				

VIGÊNCIA: 23/04/2015 À 23/04/2016

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: www.campoverde.mt.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 064/2014, CUJO OBJETO É LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARAFUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CAMPO VERDE – MT.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ANTONIO FELIZ POZZER.

Objeto: Fica acrescido do contrato originário o valor de R$ 67,45 (sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) mensais, referente a reajuste de IGPM.

Data de assinatura: 04 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 029/2014, CUJO OBJETO É LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DA FARMACIA MUNICIPAL.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ARLINDO PEREIRA.

Objeto: Fica acrescido do contrato originário o valor de R$ 51,16 (cinqüenta e um reais e dezesseis centavos) mensais, referente a reajuste de IGPM.

Data de assinatura: 04 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 103/2013, CUJO OBJETO É A CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: MATERIAL FORTE INCORPORADORA LTDA.

Objeto: Fica prorrogado a vigência por 03 (três) meses.

Data de assinatura: 20 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 089/2014, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTEIRO.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: IMPPACTO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: Fica acrescido do contrato originário o valor de R$ 1.964,20 (um mil novecentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos).

Data de assinatura: 03 de Fevereiro de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO

ORIGEM: RDC Nº 09/2013b.*O* **MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça dos Três Poderes, n° 03, CEP 78840-000, Campo Verde, MT, inscrito no CNPJ no 24.950.495/0002-69, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal**, Fábio Schroeter**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Campo Verde - MT, portador da Carteira de Identidade no 3296068-5 SSP/PR, CPF no 346.080.601-04, e do outro a empresa **CASAALTA CONSTRUÇÕES LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. 77.578.495/0001-88, com sede na Rua Fernando Simas, n° 1222, bairro Merces, cidade de Curitiba, neste ato representado por **WILSON WIECK**, portador do RG n°. 10179125 SSP/SP, inscrito no CPF n° 015.394668-76, residente e domiciliado, considerando a expiração do prazo de vigência do contrato administrativo, assinam o presente termo de rescisão amigável do contrato n.º 124/2013, de acordo com as cláusulas e disposições a seguir expressas:**CLÁUSULA PRIMEIRA –** Pelo presente instrumento, fica rescindido o contrato n.º 124/2013, oriundo do RDC Nº 09/2013b.CLÁUSULA SEGUNDA –A rescisão tem por fundamento o art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.CLÁUSULA TERCEIRA – Verificada a conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à empresa contratada, a rescisão opera-se de forma amigável.CLÁUSULA QUARTA – As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão contratual.CLÁUSULA QUINTA – O foro eleito é o da Comarca de Campo Verde.E, por estarem plenamente ajustada, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e Assessoria Jurídica do Município.Campo Verde-MT, 09 de janeiro de 2015. FÁBIO SCHROETERPREFEITO MUNICIPALWILSON WIECKCASAALTA CONSTRUÇÕES LTDA.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 030/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna público o resultado do PREGÃO Nº 030/2015 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL: a empresa A. S.MATIAS E CIA LTDA ME, CNPJ 20.065.401/0001-37, foi vencedora do certame com o valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Campo Verde, 23 de abril de 2015. Leila Gubert – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2015 JULGAMENTO DOS RECURSOS SOBRE AS INSCRIÇÕES E HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 37, inciso IV, da Constituição Federal, Legislação Municipal Vi-

gente e Demais Legislações Pertinentes, TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2015.

I. Divulgar a Interposição de Recursos de Candidatos (as) quanto a Divulgação da Relação de Candidatos Inscritos:

Nome	Inscrição	*Cargo*
Idonete Rodrigues de França	-	Professor de Pedagogia

Questionamento: A Candidata alega que não foi divulgado o seu nome na Relação de Candidatos Inscritos, sendo que a mesma além de ter feito a Inscrição, ainda apresentou toda a documentação exigida.

Recurso Procedente: Verificado que por um lapso no ato da Inscrição não foi gerado o número (código) de inscrição da Candidata, sendo devidamente corrigido o problema, constando o nome da Candidata na Homologação das Inscrições.

II. Homologar em Definitivo a Listagem Completa dos Candidatos (Anexo I);

III. Divulgar o Mapa Estatístico por Cargo (Anexo II);

IV. Divulgar que o Local de Realização das Provas será na **ESCOLA MUNICIPAL GERMANO LAZARETTI**, com endereço à **Rua Marechal Cândido Rondon, nº 289 E - CEP: 78.307-000 - Centro - Campos de Júlio - MT**, no dia **26 de Abril de 2015** às **08h00min**.

V. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: diariomunicipal.org/mt/amm/, www.camposdejulio.mt.gov.br e www.sydcon.com.br e afixado no Mural da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT.

Campos de Júlio – MT, 23 de Abril de 2015.

Dirceu Martins Comiran Prefeito Municipal	Odila Nelci Krampe Donat Presidenta da Comissão Organizadora

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO MAPA ESTATÍSTICO POR CARGO - ANEXO II PROCESSO SELETIVO 001/2015

Mapa estatístico por cargo, com as seguintes informações: cargo, número de vagas, número de vagas cadastro reserva, número de vagas PNE, número total de vagas, quantidade de candidatos e concorrência.

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 11, 0, 1, 12, 18, 1

PROFESSOR DE CIÊNCIAS, 1, 0, 0, 1, 2, 2

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1, 0, 0, 1, 2, 2

PROFESSOR DE GEOGRAFIA, 1, 0, 0, 1, 1, 1

PROFESSOR DE HISTÓRIA, 1, 0, 0, 1, 4, 4

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA, 1, 0, 0, 1, 2, 2

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1, 0, 0, 1, 3, 3

PROFESSOR DE MATEMÁTICA, 1, 0, 0, 1, 1, 1

PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 14, 0, 1, 15, 39, 2

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES - ANEXO I PROCESSO SELETIVO 001/2015

Relação de candidatos inscritos, com as seguintes informações: nome do candidato e número da inscrição (em ordem alfabética), cargo e data da inscrição.

ALEXANDRINA MARIA PEREIRA DE FARIAS (3890), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 13/04/2015

ALINE LEMES DE MORAES (3837), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 07/04/2015

ANA RITA PEREIRA DE ARRUDA E SILVA (3753), PROFESSOR DE HISTÓRIA, 07/04/2015

ANGELA SOELI BIANCHI KMECIK (3932), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 16/04/2015

BENEDITO FELIX NETO (3885), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 12/04/2015

BERENICE MARGARETE DE JESUS FISCHER (3750), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 07/04/2015

CARMELINDA DALEMOLLE PIENIZ (3845), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 08/04/2015

DAIANE DA SILVA MENDES FERREIRA (3917), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 15/04/2015

DALVORI TEREZINHA BARRETO (3894), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 13/04/2015

DANIELA MORAES LARA DE MELLO (3896), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 14/04/2015

DIANALEIA SCHMITZ PEREIRA (3895), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 13/04/2015

DIANE MARCIA BORGES CHAGAS (3842), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 08/04/2015

DIONETE FATIMA CARVALHO DUARTE (3931), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 16/04/2015

EDINALVA PEREIRA DE OLIVEIRA (3873), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 10/04/2015

EDNA APARECIDA ALVES DOS SANTOS (3847), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 08/04/2015

ELISANGELA CAVALCANTI LAGOA SILVA (3905), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 14/04/2015

ELIZANDRA RAMPANELLI (3889), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 13/04/2015

ELIZANGELA TAVARES DE SOUZA (3902), PROFESSOR DE CIÊNCIAS, 14/04/2015

ELIZIANE GONÇALVES PEREIRA (3882), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 11/04/2015

EMERSANDA DA SILVA MARCOLINO BARROS (3875), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 10/04/2015

FABIANA SATURNINO DA SILVA (3886), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 12/04/2015

FERNANDA BARBOSA FELIX SOARES (3854), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

GERALDA PEREIRA (3933), PROFESSOR DE GEOGRAFIA, 16/04/2015

GIANE PATRICIA SANTOS DE LIMA (3912), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 15/04/2015

GIOMARA CAMARGO DOS SANTOS (3911), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 14/04/2015

IDACI DA APARECIDA MARIANO (3815), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 07/04/2015

IDALINA DE SOUZA PEIXOTO (3860), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

IDONETE RODRIGUES DE FRANÇA (3934), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 16/04/2015

INÊS ALVES DE LIMA (3844), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 08/04/2015

IVANICE ELLVANGER CHALITO (3877), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 10/04/2015

JANET MIRANDA DE CAMPOS (3893), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 13/04/2015

JAQUELINE ALVES DE GUTEMBERG GOMES (3907), PROFESSOR DE HISTÓRIA, 14/04/2015

JOSÉ APARECIDO DA SILVA (3818), PROFESSOR DE CIÊNCIAS, 07/04/2015

JOSÉ AUGUSTO SOARES ABREU (3921), PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, 15/04/2015

JOSÉ RODRIGO VELOSO (3881), PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 11/04/2015

JULIANA DE ALMEIDA MACHADO CORTEZ (3855), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

JULIANA DO NASCIMENTO PISKE CONDACK (3898), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 14/04/2015

KEILA FEITOSA DAS NEVES (3867), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

KÊNIA APARECIDA SILVA DE MORAES (3843), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 08/04/2015

KILZA DA SILVA SOUSA (3792), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 07/04/2015

LÍDIA GARCIA DE FARIA (3858), PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, 09/04/2015

LISIANE DA SILVA MENDES (3919), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 15/04/2015

LUCIANE RIBEIRO BATISTA (3883), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 11/04/2015

LUCICLEIA RIBEIRO BATISTA (3864), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

LUCIVANDRO FREITAS MARTINS (3880), PROFESSOR DE HISTÓRIA, 11/04/2015

MÁRCIA CRISTINA FASSBINDER ZONATTO (3908), PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, 14/04/2015

MARIA CÉLIA MONTEIRO (3916), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 15/04/2015

MARIA DAS GRAÇAS PINHEIRO (3888), PROFESSOR DE HISTÓRIA, 13/04/2015

MARIA DO CARMO SOUZA (3870), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

MARIA HELENA DA SILVA (3869), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

MARIA ONEIDE ALVES DOS REIS (3927), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 16/04/2015

MARINÊS DA SILVA VARGAS (3868), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

MARLENE DA SILVA PANHOSATTO (3876), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 10/04/2015

NILZETE GOMES DE SOUZA (3865), PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA, 09/04/2015

PAMELA DAIANE HOORATO (3853), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

PAULA RODRIGUES STRIESKI (3758), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 07/04/2015

RAIELI CAMILA DA SILVEIRA (3789), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 07/04/2015

REGINA CELIA DE SOUZA CAMPOS (3769), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 07/04/2015

RONAIR RAMOS DA SILVA (3856), PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 09/04/2015

ROSENILDA SILVA ARAÚJO (3814), PROFESSOR DE MATEMÁTICA, 07/04/2015

ROSENILDA UMBELINA (3884), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 12/04/2015

ROSILENE RENI ALESSI (3866), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 09/04/2015

SILMARA HELENA DOS ANJOS (3765), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 07/04/2015

SILVIA VALÉRIA BUENO DA SILVA (3862), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

SIMONE GONÇALVES DA SILVA (3761), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 07/04/2015

SÔNIA MARIA FERREIRA COSTA (3879), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 11/04/2015

SUZANA GARCIA DE FARIA (3859), PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA, 09/04/2015

TAMARA CRISTINA HELEODORO POMPEO DA SILVA (3848), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 08/04/2015

TANIA MEIRE DE MELLO RIBEIRO (3892), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 13/04/2015

TATIANE PINHEIRO DA SILVA (3857), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 09/04/2015

VILMA DA SILVA BERLESI (3903), AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI, 14/04/2015

WELLITA DAS GRAÇAS GOMES (3914), PROFESSOR DE PEDAGOGIA, 15/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ao Banco do Brasil S/A,

Ag. 3989-6, Confresa – MT,

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE**, inscrita no CNPJ/MF: 37.465.200/0001-20, com sede situada na Av. Áurea Tavares de Amorim, S/N, Centro, na cidade Canabrava do Norte – MT, do qual faz parte o *FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE*, inscrito no CNPJ n°. 14.117.983/0001-55, por seu representante legal, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **VALDEZ VIANA NUNES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF 202.416.311-49, portador da Identidade n° 135111, SSP-MT, residente e domiciliado na Av. Ulisses Guimarães, S/N, Centro, também na cidade de Canabrava do Norte-MT, na data de 23 de abril de 2015 concede poderes específicos a Tesoureira, Srta. **LUANA RESENDE NUNES**, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF n° 025.210.531-12, , portadora do RG n° 1573005-0 – SSP/MT, residente e domiciliada na Av. Ulisses Guimarães, S/N, Centro, na cidade Canabrava do Norte-MT, nomeada pela Portaria n° 26/2015 e embasada na Lei Orgânica do Município n° 00001/1993, de 15/08/1993, para assinar CONJUNTAMENTE com o Prefeito as transações bancárias das contas-correntes junto ao BANCO DO BRASIL S/A, conforme critérios abaixo:

SEMPRE CONJUNTAMENTE COM O PREFEITO – Sr. VALDEZ VIANA NUNES

• Abrir e encerrar contas de depósito

• Emitir cheques

• Solicitar saldos e extratos

• Requisitar talonário de cheques

• Endossar cheques

• Cancelar cheques

• Baixar cheques

• Sustar, contra-ordenar cheques

• Efetuar resgates/aplicações financeiras

• Efetuar saques conta corrente

• Cadastrar, alterar e desbloquear senhas

• Efetuar pagamento por meio eletrônico

• Efetuar transferência por meio eletrônico

• Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico

• Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro

• Encerrar contas de deposito

• Consultar contas/aplic. Programas repasse recursos

Canabrava do Norte – MT, 23 de Abril de 2015.

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 036/2015

PORTARIA Nº 036/2015 DE: 22/04/2015

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica o Sr. **VALDISSON SANTOS BARBOSA,** portador da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **14078201** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. sob. nº . 941.353. 471-34,

Exonerado da função de SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de Abril de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 037/2015

PORTARIA Nº 037/2015 DE: 22/04/2015

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. – Fica o Sr. **LEVY CANDIDO LUZIA,** portador da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº 160048

Órgão Expedidor SSP/GO e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. Sob. Nº. 118.491.181-91, Nomeado para exercer a função de SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, deste Município.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de Abril de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao Banco do Brasil S/A,

Ag. 3989-6, Confresa – MT,

A *PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE*, inscrita no CNPJ/MF: 37.465.200/0001-20, com sede situada na Av. Áurea Tavares de Amorim, S/N, Centro, na cidade Canabrava do Norte – MT, do qual faz parte o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ n°. 18.885.733/0001-16, por seu representante legal, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **VALDEZ VIANA NUNES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF 202.416.311-49, portador da Identidade n° 135111, SSP-MT, residente e domiciliado na Av. Ulisses Guimarães, S/N, Centro, também na cidade de Canabrava do Norte-MT, na data de 23 de abril de 2015 concede poderes específicos a Tesoureira, Srta. **LUANA RESENDE NUNES**, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF n° 025.210.531-12, portadora do RG n° 1573005-0 – SSP/MT, residente e domiciliada na Av. Ulisses Guimarães, S/N, Centro, na cidade Canabrava do Norte-MT, nomeada pela Portaria n° 26/2015 e embasada na Lei Orgânica do Município n° 00001/1993, de 15/08/1993, para assinar CONJUNTAMENTE com o Prefeito as transações bancárias das contas-correntes junto ao BANCO DO BRASIL S/A, conforme critérios abaixo:

SEMPRE CONJUNTAMENTE COM O PREFEITO – Sr. VALDEZ VIANA NUNES

• Abrir e encerrar contas de depósito

• Emitir cheques

• Solicitar saldos e extratos

• Requisitar talonário de cheques

• Endossar cheques

• Cancelar cheques

• Baixar cheques

• Sustar, contra-ordenar cheques

• Efetuar resgates/aplicações financeiras

• Efetuar saques conta corrente

• Cadastrar, alterar e desbloquear senhas

• Efetuar pagamento por meio eletrônico

• Efetuar transferência por meio eletrônico

• Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico

• Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro

• Encerrar contas de deposito

• Consultar contas/aplic. Programas repasse recursos

Canabrava do Norte – MT, 23 de Abril de 2015.

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES

ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO DE PODERES

Ao Banco do Brasil S/A,

Ag. 3989-6, Confresa – MT,

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE**, inscrita no CNPJ/MF: 37.465.200/0001-20, com sede situada na Av. Áurea Tavares de Amorim, S/N, Centro, na cidade Canabrava do Norte – MT, por seu representante legal, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal *VALDEZ VIANA NUNES*, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF 202.416.311-49, portador da Identidade n° 135111, SSP-MT, residente e domiciliado na Av. Ulisses Guimarães, S/N, Centro, também na cidade de Canabrava do Norte-MT, na data de 23 de abril de 2015 concede poderes específicos a Tesoureira, Srta. **LUANA RESENDE NUNES**, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF n° 025.210.531-12, , portadora do RG n° 1573005-0 – SSP/MT, residente e domiciliada na Av. Ulisses Guimarães, S/N, Centro, na cidade Canabrava do Norte-MT, nomeada pela Portaria n° 26/2015 e embasada na Lei Orgânica do Município n° 00001/1993, de 15/08/1993, para assinar CONJUNTAMENTE com o Prefeito as transações bancárias das contas-correntes junto ao BANCO DO BRASIL S/A, conforme critérios abaixo:

SEMPRE CONJUNTAMENTE COM O PREFEITO – Sr. VALDEZ VIANA NUNES

• Abrir e encerrar contas de depósito

• Emitir cheques

• Solicitar saldos e extratos

• Requisitar talonário de cheques

• Endossar cheques

• Cancelar cheques

• Baixar cheques

• Sustar, contra-ordenar cheques

• Efetuar resgates/aplicações financeiras

• Efetuar saques conta corrente

• Cadastrar, alterar e desbloquear senhas

• Efetuar pagamento por meio eletrônico

• Efetuar transferência por meio eletrônico

• Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico

• Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro

• Encerrar contas de deposito

• Consultar contas/aplic. Programas repasse recursos

Canabrava do Norte – MT, 23 de Abril de 2015.

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº1.189 DE 22 ABRIL DE 2015

(Projeto de Lei nº 014/2015, autoria do executivo)

"Aprova o loteamento denominado Residencial Fortaleza, localizado no perímetro urbano, e dá outras providências".

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica aprovado o loteamento denominado *RESIDENCIAL FORTALEZA,* de propriedade da ELN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com área total de 226.606,00 m² (duzentos e vinte seis mil, seiscentos e seis metros quadrados) localizado na parte noroeste da cidade, fazendo divisa com os Loteamentos Jardim Tropical (Rua Carazinho e Rua Desemigrados) e Parque Flamboyant II (Rua Campinas), os terrenos da EPAC, e os lotes de Terras do Sr. Antonio Guerra, Valdir Kalkmann, Osmar Kalkmann, Valdir João Lanzarim, Brandão Araújo Neto, bem como da Aurora Incorporadora e Loteadora de imóveis Ltda, tudo conforme Memorial e Mapas que integram o teor da presente lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 22 de abril de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N.º 18/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2015**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, O objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO ATRAVÉS DE EMPRESA PARA ATENDIMENTO NO PSF RURAL E PLANTÕES NO PRONTO ATENDIMENTO** e sagrou-se vencedora a empresa: **SCHULZ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME** inscrito no **CNPJ/MF n.º 09.627.283/001-70** no valor total de **R$ 335.700,00 (trezentos e trinta e cinco mil e setecentos reais).**

Castanheira - MT,24 de abril de 2015.

João Mançano Bruscagin

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇAO PP N.º 17/2015

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO

O Pregoeiro torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2015**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, O objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT** e sagrou-se vencedora a empresa: **SJC EMPRESA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME** inscrito no **CNPJ/MF n.º 03.931.109/0001-30** no valor total de **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).**

Castanheira - MT, 24 de abril de 2015

João Mançano Bruscagin

Pregoeiro

DECRETO N.º 19/2015

DECRETO N.º 019, DE 22 DE ABRIL DE 2015

ALTERA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – COMDIPI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA - MT, , atribuições que lhes são conferidas por Lei Municipal n.º432/2003.

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude de transições do quadro de servidores públicos e representante da sociedade civil, fica recomposta a composição do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – COMDIPI, conforme a seguir:

Representando o Governo Municipal: CPF: 556.455.776-04

Amaziles Eleto Vilarino

Representante do Poder Legislativo: CPF: 000.973.401-54

Valdice Antônia da Silva

Representante Profissionais da Área CPF: 627.114.151-04

Veracilda Calauro de Brito

Representante dos Prestadores de Serviço CPF: 621.456.571-34

Joana Selma de Jesus

Representante dos Usuários CPF: 458.625.241-34

Lucia Vanzella Bertoldi

Representante das Entidades Religiosas: CPF: 531.532.001-49

Zilda Maria de Bona Sártori Stangherlin

Representante de Entidade Filantrópica Clube de Serviços – Léo Clube: CPF: 036.993.031-28

Gabriel Henrique Silva Moura

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 22 de abril de 2015.

Mabel de Fátima Melanezi Almici

Prefeita Municipal

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

REGISTRADO e PUBLICADO na data supra em local de costume

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVI-SERV
PORTARIA 095-2014

PORTARIA N.º 095/2014.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da Srª. BENILDES PEREIRA DE CAMPOS, servidora pública aposentada pelo município de Chapada dos Guimarães."

A Secretaria Municipal de Administração de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art.1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora Srª. BENILDES PEREIRA DE CAMPOS, aposentada no cardo de Professor, conforme certidão de tempo de contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 10001050.1.00055/14-4 e certidão de tempo de contribuição da SAD-MT (Nº. CTC: 019663/2014), perfazendo um total de 5.411 dias líquido, ou seja 14 anos, 10 meses e 01 dia, para fins de revisão do benefício de aposentadoria por invalidez.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Chapada dos Guimarães-MT, 23 de abril de 2015.

JUAREZ BUENO PACHECO

Secretario de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE 5ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA/MT."

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei:

Considerando a necessidade da Administração Pública Municipal em promover os cargos existentes no Plano de Cargos e Carreira e Salários,

Considerando a ordem rigorosa de classificação do Processo Seletivo Publico nº 001/2014, realizado pela Prefeitura Municipal de Claudia /MT,

CONVOCA:

Fica convocado a partir de 23 de Abril de 2015, o candidato aprovado no processo Seletivo Publico 001/2014, abaixo relacionado, a comparecer no departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Claudia-MT, no horário de expediente das 07:00 ás 13:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias a conta da publicação dessa convocação, com a documentação e exames exigidos para serem contratados nos respectivos cargos:

012- AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Clas.	COD.	NOME	PNE
6	0000000000057	Simone Francisca de Oliveira	N

Claudia-MT, 23 de Abril de 2015.

JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RH
DECRETO Nº 031/2015

DATA: 15 DE ABRIL DE 2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO PARCIAL DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA LEI 500/2013.

Excelentíssimo Sr. **JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 263/1996.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os novos representantes do Poder Executivo para fazer parte da Comissão de regularização Fundiária.

Titular: Marissa Lima Puton -

PRESIDENTE

RG: 20322569 SSP/MT

CPF: 044.506.331-09

End: Rua Frederico Campos N°416

Suplente: Célia Regina Toninatto Antoniazzi

RG: 1795728-1 SSP/MT

CPF: 621.938211-00

End: Rua Pedro Celestino N°83.

Art. 2º - Os Componentes da Comissão de Regularização Fundiária, nada pereceberão pela função, somente se responsabilizarão pelos atos praticados a partir da posse.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de abril de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RH
DECRETO Nº 028/2015

DATA: 15 de Abril de 2015

SÚMULA: NOMEIA SECRETÁRIO DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado no cargo de SECRETÁRIO DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS o Senhor JOÃO BATISTA ALMEIDA DOS SANTOS, portador do CPF: nº 617.179.679-49 e RG: nº 4.444.110-1 SSP/PR, residente e domiciliado a Rua José de Mesquita, 295, Bairro Campo Verde - Cláudia/MT.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de Abril de 2015.

Cláudia – MT, 15 de Abril de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

RH
DECRETO Nº 029/2015

DATA: 15 DE ABRIL DE 2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO PARCIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA – MT.

Excelentíssimo Sr. **JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 263/1996.

DECRETA:

Art. 1º**. Fica nomeado os novos representante da Secretária da Saúde para fazer parte da Conselho Municipal da Assistência Social.**

Titular:

Tatiane Ferreira Santos

RG: 1709546-8 SSP/MT

CPF: 744.039.901-34

End: Av. Juscelino Kubitschek, n° 1695

Suplente: Valdenice Galelli

RG: 3052228875 SSP/RS

CPF: 720.408.740-20

End: Rua Hermes da Fonseca , n° 1270.

Art. 2º - Os Conselheiros do Conselho Municipal de Assistencia Social do Municipio de Cláudia – MT, nada pereceberão pela função, somente se responsabilizarão pelos atos praticados a partir da posse.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de abril de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RH
DECRETO N.º: 030/2015.

DATA: 15 de Abril de 2015

SUMULA: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO PARCIAL DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º

. Fica nomeado os novos representante da Secretária da Saúde para fazer parte da Conselho Municipal da criança e adolescente.

Titular: Marissa Lima Puton

RG: 20322569 SSP/MT

CPF: 044.506.331-09

End : Rua Frederico Campos n° 416

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º: Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia, Estado de Mato Grosso, 15 de Abril de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

EDITAL COMPLEMENTAR 007 - SAÚDE

EDITAL COMPLEMENTAR DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SECRETARIA DE SAÚDE Nº 007/2015

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº. 02/2015

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Organizadora de Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria Nº. 008/2015, em conformidade com a Constituição Federal CF/88 Artigo 37, com a Lei Federal Nº. 11.350 de 05 de Outubro de 2006 e com a Lei Municipal Nº. 699/2014 de 10/03/2014, torna público e estabelece normas específicas para o critério de desempate, destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, mediante as condições estabelecidas neste edital.

Onde se lê:

7.2.4 - Persistindo o empate far-se-á sorteio.

Leia-se:

7.2.4 Persistindo o empate será convocado o candidato que tiver maior idade.

Cocalinho, 23 de Abril de 2015.

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

CONTRATO Nº. 169/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ANGELITA LOPES CORBALAN

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

VALOR R$: 3.041,94 (Três mil e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos) mensais

VIGÊNCIA: 04/03/2015 a 13/07/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 184/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ALESSANDRO DE MATTOS MACHADO

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 863,36 (Oitocentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 185/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MARIA DA PENHA DOS SANTOS

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 1.031,76 (Hum mil e trinta e um reais e setenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 180/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: DAYANE DOS SANTOS GONÇALVES

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 1.031,76 (Hum mil e trinta e um reais e setenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 181/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ROSIMEIRE ANACLETO PAIVA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 1.031,76 (Hum mil e trinta e um reais e setenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

CONTRATO Nº. 171/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MARIA TEREZINHA ANDREOTTO COALHO

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

VALOR R$: 938,97 (novecentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos) mensais

VIGÊNCIA: 04/03/2015 a 13/07/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 182/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LUCIANE DE ARAUJO MAGALHÃES

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 1.031,76 (Hum mil e trinta e um reais e setenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2014

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 65/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: ANA LUCIA LOPES CASSEMIRO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 65/2015, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.313,04 (Hum mil e trezentos e treze reais e quatro centavos)

DATA: 31/03/2015

SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2014

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 112/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: MIRIAN RAMOS MARINHO DE SOUZA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 112/2015, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: R$2.297,55 (Dois mil e duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos)

DATA: 31/03/2015

SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

CONTRATO Nº. 173/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MAYARA LUCAS CALDERA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Técnico em Patologia Clinica, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

VALOR R$: 938,97 (novecentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos) mensais

VIGÊNCIA: 04/03/2015 a 13/07/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

CONTRATO Nº. 172/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: VALDIRENE AUGUSTO CARDOSO LACERDA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

VALOR R$: 938,97 (novecentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos) mensais

VIGÊNCIA: 04/03/2015 a 13/07/2015

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2014

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 145/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: MARLENE HERMEL

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 145/2015, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.108,58 (Hum mil e cento e oito reais e cinquenta e oito centavos)

DATA: 31/03/2015

SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2014

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 133/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: ROSANGELA JIZUATO DE PAULO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 133/2015, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: R$849,16 (Oitocentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos)

DATA: 11/03/2015

SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 195/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: CONSTANCIA MARTINS BORGHEZAN

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 1.726,72 (Hum mil e setecentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 24/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 190/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: GEIZE ADRIANA PAZIM

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 16/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2010

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 325/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 325/2010, com fundamento na Clausula Oitava, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: R$3.658,06 (Três mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e seis centavos)

DATA: 13/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2010

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 124/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: ELDER MARTINS SANTANA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 124/2011, com fundamento na Clausula Oitava, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: R$154,01 (Quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2010

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 403/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: DEBORA CRISTINA ALVES

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 403/2010, com fundamento na Clausula Oitava, por iniciativa do contratante.

VALOR RESCISÓRIO: R$422,68 (Quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 142/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ARLENE DAS DORES DE ARRUDA SILVA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 142/2012, com fundamento na Clausula oitava, por iniciativa do contratante.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.168,01 (hum mil e cento e sessenta e oito reais e um centavo)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 202/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LUZIANE NASCIMENTO SILVA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 202/2011, com fundamento na Clausula oitava, por iniciativa do contratante.

VALOR RESCISÓRIO: R$ 493,25 (quatrocentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 189/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: EMILY NAYAN DE JESUS LIMA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 16/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 191/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ADRIANA ALVES ARAUJO

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 16/03/2015 a 10/04/2015

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 153/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: DAINE MARTINS DURCO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 153/2011, com fundamento na Clausula oitava, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: 975,01 (novecentos e setenta e cinco reais e um centavo)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 155/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: VILMA FERREIRA DE SOUZA SILVA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 155/2011, com fundamento na Clausula oitava, por iniciativa do contratante.

VALOR RESCISÓRIO: 156,16 (cento e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 151/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: MARIA AGOSTINHO CARDOSO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 151/2011, com fundamento na Clausula oitava, por iniciativa do contratante.

VALOR RESCISÓRIO: 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 174/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: EDINETE GOMES DA SILVA JOAQUIM

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 15/05/2015

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2010

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 484/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: ROSANGELA DE SOUSA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 484/2010, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: 222,09 (Duzentos e vinte e dois reais e nove centavos)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 194/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LAMARA MARIA GOMES

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 16/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2010

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 487/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT

CONTRATADO: MARINALVA DA SILVA VIANA SOUZA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 487/2010, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: 1.844,01 (Hum mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e um centavo)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 193/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: LUCELIA FERRANTE DOS SANTOS

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 1.031,76 (Hum mil e trinta e um reais e setenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 16/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 192/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: JOSIANE APARECIDA DE OLIVEIRA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 16/03/2015 a 24/03/2015

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 199/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MEIRE HELEN DA SILVA AQUINO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 199/2011, com fundamento na Clausula oitava, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: R$491,68 (Quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 200/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: ODETE JULIANA DA FONSECA ZANE

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 200/2011, com fundamento na Clausula oitava, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.844,01 (hum mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e um centavo)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 002/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: IDENE APARECIDA SILVERIO

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 002/2013, com fundamento na Clausula oitava, por iniciativa do contratado.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.073,52 (hum mil e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 003/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MARIA APARECIDA AGUIAR CAMPOS

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 003/2013, com fundamento na Clausula oitava, por iniciativa do contratante.

VALOR RESCISÓRIO: R$1.618,68 (hum mil e seiscentos e dezoito reais e sessenta e oito centavos)

DATA: 02/03/2015

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 178/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MARIA ELZA FERREIRA DA ROCHA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 179/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: FABIANE CAVEQUIA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 177/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: TANIA ROSA BATISTA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 186/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: SUSANA ISABEL DA SILVA ROYO

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Técnico Administrativo Educacional, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 1.031,76 (Hum mil e trinta e um reais e setenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 10/03/2015 a 01/04/2015

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 046/2015

"Regulamenta o art. 71 da Lei nº 2.408/2012, que dispõe sobre a Ajuda de Custo aos servidores que no interesse do serviço venham a exercê-lo fora da sede do Município de Colider-MT".

Nilson José dos Santos, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica Municipal e pela Lei nº 2.408/2010,

DECRETA:

Art. 1º - A ajuda de custo, instituída pelo art. 71 da Lei nº 2.408/2010, consiste na indenização parcial das despesas realizadas pelo servidor público ativo com alimentação nos seus deslocamentos para exercer suas atividades e prestar seus serviços fora da sede do Município.

Art. 2º -

O pagamento da ajuda de custo será efetivado mensalmente em conformidade com o relatório apresentado pelo servidor e aprovado pelo Secretário Municipal da respectiva pasta.

Art. 3º - O relatório das despesas referente ao mês anterior deverá ser apresentado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao setor competente para a inclusão em folha de pagamento do interessado.

Art. 4º - A ajuda de custo de que trata o presente Decreto fica instituída no valor de R$ 17,00 (Dezessete Reais) por dia de deslocamento e será anualmente atualizado tendo como índice o IPCA do ano anterior.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 049/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, em 23 de abril de 2015.

Nilson José dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 176/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: PATRICIA PEDROSO BARROS

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 175/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: GRACIELA OLIVEIRA SILVA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Professor (a) junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 2.158,42 (Dois mil e cento e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 045/2015

"DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO E A ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS AGENTES POLÍTICOS E AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, FIXA OS SEUS RESPECTIVOS VALORES, E DÁ OUTRAS PROVINDÊNCIAS"

NILSON JOSÉ DOS SANTOS,Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei e:

CONSIDERANDO o que trata o Art. 10 da Lei nº. 2.447 de 31 de março de 2011: "Os valores descritos na tabela o qual menciona o artigo 2º desta Lei será regulamentado através de Decreto do Executivo e poderão ser reajustados anualmente com base no IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado, Fundação Getúlio Vargas) acumulado no período".

CONSIDERANDO que a variação do índice IGP-M/FGV, acumulado no período entre 23 de Abril de 2014 a 23 de Abril de 2015, é de 3,1451%, conforme apresenta o documento colhido do sitio virtual da pagina de internet: www.calculoexato.com.br.

CONSIDERANDO que os valores descritos na tabela do Decreto nº. 048/2014 encontram-se desatualizados:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fixados os valores de diárias a serem pagas aos Agentes Políticos e aos demais servidores do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, quando do deslocamento a serviço fora da sede do Município, conforme tabela prevista no artigo 3º deste decreto:

Art. 2º - As diárias de que tratam o artigo anterior serão pagas para cobrir despesas de alimentação, estadia e locomoção urbana.

Art. 3º - As diárias a serem pagas serão de conformidade com a tabela abaixo, expressa em reais:

CARGO	PARA A CAPITAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	PARA O INTERIOR/MT COM PERNOITE	PARA O INTERIOR/MT SEM PERNOITE	PARA OUTROS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	PARA O EXTERIOR
PREFEITO	**856,00**	**652,00**	**557,00**	**993,00**	**2.234,00**
VICE-PREFEITO	**402,00**	**323,00**	**193,00**	**495,00**	**1.614,00**
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS; CONTROLADOR INTERNO; TESOUREIRO; SECRETARIOS ADJUNTOS; ADVOGADOS; CONTADOR; GERENTE DE PROJETOS;	**309,00**	**185,00**	**123,00**	**371,00**	**993,00**
CARGOS COMISSIONADOS;	**222,00**	**161,00**	**99,00**	**309,00**	**621,00**
OUTROS SERVIDORES; CONSELHEIROS MUNICIPAIS E CONSELHEIROS TUTELAR	**209,00**	**123,00**	**79,00**	**247,00**	**371,00**

Art. 4º - Os servidores que receberem diárias deverão apresentar a prestação de contas com relatórios detalhados sobre o resultado, bem como comprovar bilhete de passagem e outros comprovantes para serem anexados ao processo de despesa.

Parágrafo Único – Não serão concedidas novas diárias a qualquer servidor ou agente político que não tenha apresentado à prestação de contas com o respectivo relatório de viagem, correspondente às diárias percebidas anteriormente.

Art. 5º - As despesas oriundas da aplicação deste Decreto correrão à conta de dotação orçamentária própria, previstas no vigente orçamento e suplementadas se necessário.

Art. 6º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 048 de 23 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder - MT, em 23 de abril de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

CONTRATO Nº. 188/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

VALOR R$: 938,97 (novecentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos) mensais

VIGÊNCIA: 16/03/2015 a 13/07/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

CONTRATO Nº. 187/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: JULIANA PETRUCCI DOS SANTOS

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Ação Social.

VALOR R$: 3.041,94 (Três mil e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos) mensais

VIGÊNCIA: 13/03/2015 a 26/05/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

CONTRATO Nº. 183/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: MARIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA GONZALES

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

VALOR R$: 1.031,76 (Hum mil e trinta e um reais e setenta e seis centavos) mensais.

VIGÊNCIA: 05/03/2015 a 29/06/2015

EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014

CONTRATO Nº. 170/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: PATRICIA DA SILVA ANDRADE

OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

VALOR R$: 938,97 (novecentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos) mensais

VIGÊNCIA: 04/03/2015 a 13/07/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedoras do processo licitatório nº 026/2015 Pregão Presencial 021/2015, cujo objeto é **O REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LUBRIFICANTES, FILTROS E GÁS GLP**, as empresas: Posto Bege Ltda. no valor Global de R$ 293.608,00, Posto Tigrão Ltda. no valor Global de R$ 574. 968,00, Divino Marciano Lopes – ME, no valor Global de R$ 85.218,00 e Geftany Calisto Silva – ME no valor Global de R$ 405.000,00.

Confresa 22/04/2015.

José Carneiro da Silva,

Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 011/2015

EDITAL N.º 011/15

DE 23 DE ABRIL DE 2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGANICA DO MUNICIPIO ART. 83, INCISO 17º.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Prefeito, Sr. **GASPAR DOMINGOS LAZARI**,

TORNA PÚBLICO o Balancete Referente ao Exercício Financeiro, do Mês de Março 2015. O Balanço Mensal do Mês de Março 2015.

Ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade pelo prazo preconizado pela legislação vigente.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

Gabinete do Prefeito

GASPAR DOMINGOS LAZARI

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 010/2015

EDITAL N.º. 010/15

DE 13 DE ABRIL DE 2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 162, PARÁGRAFO 3º E LEI ORGANICA DO MUNICIPIO ART. 83, INCISO 17º, Lei Complementar 101/2000.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo Sr. **GASPAR DOMINGOS LAZARI**,

TORNA PÚBLICO

o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao 1º Bimestre do LRF – do Exercício Financeiro de 2015.

O Relatório de Execução Orçamentária ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de CONFRESA, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

Gabinete do Prefeito

GASPAR DOMINGOS LAZARI

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 02/2015 CISAX

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU – CONFRESA -MT

AVISO DE LICITAÇÃO - ALTERAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

A Comissão Permanente de Licitações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que em razão de interposição de recursos de alguns interessados foi alterado o termo de referência da Tomada de Preços nº 02/2015, alterando também a data de realização para o dia 11/05/2015 às 10:00 horas (horário de Mato Grosso), no endereço Rua 13 de maio, nº 43, Centro, Confresa – MT, os demais termos do edital permanecem inalterados. Processo de licitação. Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço por item para Contratação de prestação de serviços por pessoa jurídica especializada em cardiologia, atendendo na unidade ambulatorial do consorcio intermunicipal de saúde do Araguaia e Xingu, cumprindo uma jornada de (20) horas mensais, conforme especificações que segue no Termo de Referência que é parte integrante do Edital de Convocação. Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos, no CISAX – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu no horário de 7:00 às 11:00 horas, no endereço supra citado, ou no endereço eletrônico www.confresa.mt.gov.br e email: cisaxconfresa@hotmail.com Fone: (66) 3564-2171.

Confresa, 22 de abril de 2015.

Ivanilde Noleto de Lima

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EDITAL N° 002/2015 – CONSELHEIRO TUTELAR

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CONQUISTA D'OESTE - MT – CMDCA/ CONQUISTA D'OESTE - MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 031 faz publicar o Edital de Convocação para o Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016/2019.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal nº 466 de 2015 e Resolução nº 01 do CMDCA, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2 Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

2.3 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e 5 (cinco) vagas para seus conseqüentes suplentes;

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade como disposto editada pelo CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação em Diário Oficial ou equivalente, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

3.1 Reconhecida idoneidade moral;

3.2 Idade superior a vinte e um anos;

3.3 Residir no município a pelo menos 2 anos.

3.4 ser habilitado- CNH – carteira nacional de habilitação

3.5 diploma de conclusão de ensino médio

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais.

4.2. O valor do vencimento será de: 01 salário mínimo, bem como gozarão os conselheiros dos Direitos previstos no art 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6.3. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.4. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.5. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda.

6.6. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada serão organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico (teste seletivo),

IV - Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V - Quinta Etapa: Diplomação e Posse

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição que deve ser feita pessoalmente, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. A inscrição será efetuada pessoalmente no CRAS/Centro de Referencia de Assistência Social, de 07:00 horas de 04 de maio as 17:00 horas de 29 de maio de 2015, de acordo com o prazo estabelecido no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Conquista D'Oeste – Mt.

9.3 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos.

10. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

10.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 20 (vinte) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11.3. No dia 03 de junho de 2015, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

12. DA TERCEIRA ETAPA – (EXAME SELETIVO)

12.1. O exame de conhecimento específico será aplicado no dia 04 de JULHO de 2015, às 08:00 horas, no endereço: Escola Municipal Linda Wagner Guse, rua das laranjeiras s/n centro Conquista D'Oeste - MT.

12.2. A prova teórica será constituída de:

10 questões de conhecimento específicos sobre o ECA(Estatuto da criança e do adolescente); 5 questões de língua portuguesa; 5 questões de conhecimentos gerais; Produção de texto º cada questão terá o valor de 01 ponto e a produção de texto 10 pontos.

13. DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

13.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, horário local, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

13.3. O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

14. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

14.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

15. DO EMPATE

15.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Especifico; com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da criança e do adolescente; e, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada, ressalvado outro critério previsto em Lei Municipal.

16. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

17. DOS RECURSOS

17.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

17.2. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

17.3. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

18. DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

18.1 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme

previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 466/2015 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

19.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

Cronograma Referente ao Edital 001/2015 do CMDCA

EVENTOS BÁSICOS	DATAS
Publicação do Edital	24/04/2015
Inscrições na sede do CMDCA no CRAS - das 7h às 11h e das 13 as 17:00 h	04/05 a 29/05/2015
Análise dos Requerimentos de inscrições	01/06 a 02/06/2015
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferida no mural do CMDCA e outros meios equivalente	03/06/2015
Prazo para recurso	08/05 a 15/05/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos com Inscrição deferida, em ordem alfabética para a realização do teste seletivo	22/06/2015
Divulgação do local e horário de realização da Prova Objetiva(teste seletivo), no mural do CMDCA, CRAS/ PREFEITURA.	24/06/2015
Realização da prova – teste seletivo	04/07/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos classificados para a processo eleitoral, em ordem alfabética .	10/07/2015
Prazo para recurso	13/07 a 17/07/2015
Divulgação do local e horário de realização do PROCESSO ELEITORAL, no mural do CMDCA, CRAS/ PREFEITURA.	04/09/2015
Realização do processo eleitoral unificado	04/10/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos ELEITOS; cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.	05/10/2015

ANGELA DOSA SANTOS

Presidente do Conselho da Criança e Adolescente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 031/2015

Contrato de locação de veículos que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, e **AUTO PEÇAS BACANA LTDA - EPP**.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril de 2015, o *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,* estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1. 248.224. expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07 doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE** e a empresa **AUTO PEÇAS BACANA LTDA - EPP,** com sede na Avenida Rui Barbosa, Centro, na cidade de Jauru, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 03.147. 865/0001-73, neste ato representada pelo seu sócio **José Augusto Eufrazio**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Jauru, portador da cédula de identidade nº 1.532.296 expedida pela SSP – MG e CPF 455.604.636-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e avençado as disposições contidas no presente contrato conforme vontade expressas nas clausulas e condições a seguir, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente instrumento a locação de 07 veículos utilitário tração 4x4, diesel, que será utilizado para apoio no evento do 9º Rally Turístico Jauru/Conquista de 2015 nos dias 18 e 19 de abril de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O presente contrato é celebrado em regime de EXECUÇÃO INDIRETA, por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

3.1 O presente contrato é celebrado com base na Lei 8.666/93 e alterações, dispensado de licitado em razão de seu valor.

CLAUSULA QUARTA – VALOR E PAGAMENTO

4.1 O valor do presente contrato locação é de R$ 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais), valor resultante de 02 diárias dos 07 veículos locados preço esse que será pago em 01 (uma) parcela no valor de R$ 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais), mediante apresentação nota, o pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

08.003 – DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

08.003.0044.2072 – PROM. OU AP. A REAL. DE EVEN. TURÍSTICOS

3390.39.00.00.00 (435) – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ

Valor: R$ 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais)

CLAUSULA SEXTA – PRAZO DE INICIO

6.1 A locação terá inicio em seguida a assinatura do presente instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA – PRAZO DE DURAÇÃO

7.1 A duração deste contrato é de 30 (trinta) dias, com inicio na data de sua assinatura e termino em 30 de abril de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITO E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 O CONTRATANTE obriga-se a:

a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do veiculo locado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao CONTRATADO as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

b) Fornecimento de combustível, que se fizer necessário;

8.2 O CONTRATADO obriga-se a:

a) Manter o veículo objeto do presente contrato em perfeito estado de conservação, em condições de executar os serviços a que se destina, em conformidade com o as orientações do representante da CONTRATANTE;

b) Executar os atendimentos e suporte técnico sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;

c) Comunicar a Administração, pôr escrito e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de seus deveres e responsabilidades, relativos à execução do Contrato ou parcialmente, pôr motivo superveniente.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1.O valor do presente contrato não será reajustado no período de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total e atualizado deste Contrato e dos Aditivos, se for o caso;

10.2 O CONTRATADO se obriga a não interromper a locação ajustada, em qualquer situação, sob pena de ensejar a rescisão unilateral do contrato sujeitando-se ao pagamento dos prejuízos que ocasionar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 Constituem motivos para rescisão deste Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

c) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;

d) Razões de interesse público (Art. 78, XII, da Lei nº. 8.666/93);

e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

11.2 A rescisão do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

c) Judicial, nos termos da legislação.

11.3 Em qualquer hipótese, na rescisão do contrato, se fará sempre um equilíbrio entre o realizado e financeiro.

11.4 No caso de rescisão, o CONTRATADO receberá apenas o pagamento do período locado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

12.1 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no Parágrafo 1º, Art. 65, Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir as questões relativas ou oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e acordados, declaram as partes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas.

Conquista D'Oeste, Mato Grosso, em 17 de abril de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AUTO PEÇAS BACANA LTDA - EPP

José Augusto Eufrazio,

Contratada

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico - OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 30/2015

"Termo de contrato de prestação de serviços que fazem entre si o *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE* e a empresa **G F VIANA EVENTOS – ME.**

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2015, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, WALMIR GUSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI/SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **G F VIANA EVENTOS – ME** Pessoa Jurídica com sede na cidade de Araputanga, estado de Mato Grosso, na Rua Limiro Rosa Pereira, Nº 1.404, Bairro São Sebastião, CEP 78260-000, inscrita no CNPJ sob Nº 11.754.957/0001-40, neste ato representada por **GEONIAS FERREIRA VIANA,** brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Rua Limiro Rosa Pereira nº 1.404, Bairro São Sebastião, CEP 78260-000, município de Araputanga Estado de Mato Grosso, portador da cédula de identidade nº 991307 expedida pela SSP/MT e CPF nº 627.590.431-34, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**. Mediante à

A MENOR PROPOSTA DE

PREÇO, resolvem em comum acordo celebrar o presente contrato de prestação e serviços, que será regido pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 A CONTRATADA prestará para o CONTRATANTE serviço de locação de Portal Temático no evento 9º Rally Turístico Jauru/Conquista, no evento nas noites de 17 a 19/04/2015.

1.2 O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação em razão de seu valor, com base no inciso II do Artigo 24 da Lei 8.666/93, respeitados os demais preceitos da mencionada Lei.

1.1 Os serviços necessários para a realização de eventos, no período consistem em: Pedido 810/2015 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

ITEM	QDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	01	Un.	LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA COM LONA IMPRESSA DE 10X0,5 MTS, COM 01 BANNER 9,90X1,90 E DOIS DE 1,90X2,90MTS E UMA TENTA 09X08 MTS COM RAMPA DE ACESSO, PISO DE 4,40 X 4,40MTS COM 30 CM DE ALTURA.	R$ 7.000,00	R$ 7.000,00
TOTAL					R$ 7.000,00

1.2 Respeitadas as especificações contidas na Proposta, a Contratada, sob nenhum argumento, poderá deixar de atender as solicitações do Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do presente contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base na PESQUISA DE MENOR PREÇO, com regime de menor preço global, subordinando-se ao que dispõe a Lei n° 10.520/2002, Lei nº. 8666/93, Lei Complementar n.º123/2006.

CLAUSULA TERCEIRA– DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor do presente instrumento está estimado em R$ 7.000,00 (Sete mil reais), preço esse que será pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pela prestação dos serviços contratados. 3.2 O valor do presente contrato não será reajustado no período de sua vigência;

CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentária:

Pedido 810/2015

08.003.23.695.0044.2072.3.3.90.39.00.00.00 – PROMOVER OU APOIAR A REALIZ. DE EVENTOS TURÍSTICOS F: 435

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO 5.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias uteis da prestação de serviços mediante a apresentação da **respectiva** NOTA FISCAL, devidamente atestada pelo fiscal do contrato. 5.2 Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE, obrigatoriamente por meio de crédito em conta corrente em Banco, em nome da CONTRATADA. CLAUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA 6.1 O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura, até 30/04/2015, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários.

CLAUSULA SETIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou que venham incidir sobre o objeto deste contrato; 7.2 Prestar os serviços contratados conforme a proposta apresentada e respectivas especificações; 7.3 Cumprir, à suas expensas, todas as clausulas contratuais; 7.4 Arcar com as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com o deslocamento ou transporte até o local de realização dos eventos;

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Efetuar o pagamento do preço avençado, no prazo e forma ao aqui pactuado; 8.2 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades apresentada nos serviços para que sejam adotadas medidas corretivas necessárias; 8.3 Exercer supervisão na execução dos serviços, nomeando para tanto, fiscal que terá faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos serviços.

CLAUSULA NONA– DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o contrato nas datas especificadas, em locais a serem definidos pelo CONTRATANTE; CLAUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

11.1 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

11.2 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93; b) Representação a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS 11.1 Da penalidade aplicada caberá recurso a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito; CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO 12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93; 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93. b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração. c) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E, por estarem acordadas, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, firmando-o em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste, em 17 de abril de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Contratante

G F VIANA EVENTOS – ME.

Contratada

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 SSP/MT RG nº 1.516.051-3 SSP-MT

Visto Assessoria Jurídica

Dr. Hélio José Garcia Mendes

OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 29/2015

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, e **NICOLAU LOPES FILHO –ME**.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril de 2015, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1. 248.224. expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07 doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE** e a empresa **NICOLAU LOPES FILHO-ME,** com sede na Avenida Paraná nº 1.091, Centro, na cidade de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 16. 626.617/0001-57, neste ato representada pelo seu sócio

NICOLAU LOPES FILHO

, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Pontes e Lacerda, portador da cédula de identidade nº 16056507 expedida pela SSP – MT e CPF 006.822.901-14, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e avençado as disposições contidas no presente contrato conforme vontade expressas nas clausulas e condições a seguir, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 A CONTRATADA prestará para o CONTRATANTE serviço de segurança privada para garantir a ordem e a defesa pessoal dos integrantes de conjuntos e/ou de Banda Show que se apresentarem no evento 9º Rally Turístico Jauru/Conquista, a serem realizados da seguinte forma; 10 vigilantes na abertura na noite do dia 17/04/2015 na cidade de Jauru e 10 vigilantes no acampamento do evento na cidade de Conquista D`Oeste na noite do dia 18/04/2015.

1.2 As medidas de segurança inseridas no presente contrato decorre de obrigações assumidas para garantir a integridade física de shows artísticos que serão realizados durante o evento do 9º Rally Turístico Jauru/Conquista.

1.3 O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação em razão de seu valor, com base no inciso II do Artigo 24 da Lei 8.666/93, respeitados os demais preceitos da mencionada Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura, até 30/04/2015, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1 O valor do presente contrato é de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), referente a 20 diárias no valor de R$ 130,00 (cento e trinta reais), que será pago a CONTRATADA em parcela única, em seguida a prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 As despesas decorrentes da contratação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento em vigor:

08. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

08.003 – DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE E TURÍSMO 20.661.0036.2072 – PROMOVER OU APOIAR A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS

3.3.90.39.00.00.00 (435) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica/Fatura, devidamente atestada por funcionário designado pela Contratante. 5.2 O pagamento, pelos serviços efetivamente prestados, será efetuado através de depósito em conta corrente em nome da CONTRATADA em qualquer agência da rede bancária.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO OBJETO

6.1 O valor do presente contrato não será reajustado no período de sua vigência.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3 4 5 6 7 7.1 Para o cumprimento do presente contrato, a CONTRATADA obriga-se a colocar a disposição exclusiva do CONTRATANTE, em local designado, um efetivo de 20 (vinte) vigilantes, devidamente treinados e credenciados a serem distribuídos no evento segundo as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado. 7.2 O número de vigilantes poderá variar, a critério do CONTRATANTE, de acordo com suas necessidades, obrigando-se a CONTRATADA a aumentá-lo ou reduzi-lo rigorosamente nos prazos constantes das correspondentes solicitações. 7.3 Fornecer todo e qualquer transporte de pessoal até o local da execução dos serviços; 7.4 Fornecer equipamentos individuais de proteção ao seu pessoal utilizado na execução dos serviços. 7.5 Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE; 7.6 Responsabilizar-se pela execução dos serviços, na forma e condições definidas neste ajuste, inclusive no que se refere a observância da legislação em vigor. 7.7 Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços objeto deste contrato, inclusive quanto à qualidade dos recursos materiais empregados em treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento. 7.8 Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Município de Conquista D'Oeste - MT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas. 7.9 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, encargos trabalhistas e sociais. 7.10 A CONTRATADA deverá ainda: a) comunicar o CONTRATANTE por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da execução dos serviços solicitados, que deverá ser solucionado imediatamente. b) Manter contato com o CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à execução dos serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso; c) Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com o CONTRATANTE, para o fluxo operacional da execução dos serviços objeto deste contrato; d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇOES DO CONTRATANTE

8.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

8.2 Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula quinta deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

9.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

11.2 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93; b) Representação a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 3 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

NICOLAU LOPES FILHO –ME

Contratada

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico /OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 045/2015

"Decreta ponto facultativo no município de Conquista D'oeste nos dias que menciona".

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a suspensão do expediente nas repartições públicas municipais no próximo dia 20 de abril (segunda feira), que antecede o feriado nacional de 21/04 - TIRADENTES (terça feira), se revela conveniente à Administração e ao servidor.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 20 (segunda feira), do mês de abril de 2015, data que antecede o feriado nacional de Tiradentes.

Art. 2º. O presente Decreto abrange a interrupção do atendimento ao público no Paço Municipal e o funcionamento das Secretarias Municipais, à exceção dos serviços de caráter essenciais, que funcionarão mediante plantão, a ser fixado pelos Secretários das respectivas pastas.

Art. 3º. Os servidores cedidos aos correios, Justiça Eleitoral, INDEA, SEFAZ e DETRAN deverão observar os horários de expediente estabelecidos pelos respectivos órgãos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 13 de abril de 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EDITAL N° 001/2015 – CONSELHEIRO TUTELAR

SELEÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES PARA ATUAREM COMO TITULAR/SUPLENTE NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE-MT.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Conquista D'oeste - MT, através da Comissão Examinadora do Processo Seletivo para suprir 01 (uma) vaga de Titular e 01 (uma) Suplente de Conselheiros Tutelares, torna público a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de seleção e análise de currículos para atuarem como titular e suplente do Conselho Tutelar de Conquista D'oeste - MT.

Considerando o Artigo 132 da Lei 12.696 de o qual ressalta que em cada município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal, haverá no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto por 05 (cinco) membros (...);

Considerando a Resolução da CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 152 de 09 de agosto de 2012 que destaca que o Conselho Tutelar constitui-se órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, tendo sido concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para desjudicializar e agilizar o atendimento prestado à população infanto – juvenil;

Considerando que o Conselho Tutelar é fruto de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pelas liberdades democráticas que buscam efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação das políticas públicas municipais;

Considerando a necessidade do estabelecimento dos parâmetros de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional que ocorrerá em 04 de outubro de 2015 em conformidade com as disposições previstas no Artigo 139 da Lei nº 8.069, de 1990 ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente com redação dada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012.

DELIBERA:

Parágrafo Único - Realizar o Processo Seletivo de Análise de Currículo para preencher a vacância de 01 (um) Titular de Conselheiro Tutelar para o exercício da função até que seja realizada a eleição para novos conselheiros em 04 (quatro) de outubro de 2015 e 01 (um) Suplente de Conselheiro Tutelar para cobrir as férias dos titulares e vacância do cargo caso necessite.

1. DOS REQUISITOS, ATRIBUIÇÕES E DAS VAGAS. 1.2

- O candidato que desejar concorrer ao processo seletivo de currículos e entrevista, deverá comprovar que possui:

a) Ser maior de 21 anos b) Diploma de Conclusão de Ensino Médio. c) Residir no município a pelo menos 02 (dois) anos. d) Idoneidade Moral. 2. SÃO ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS TUTELARES: De acordo com a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente em consonância com o Artigo 136 que dispõe sobre as atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder;

XII - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009).

3. DAS VAGAS 3.1- Os candidatos selecionados para atuarem como Conselheiros Tutelares serão designados para exercer o Cargo de Conselheiro Tutelar no município de Conquista D'Oeste – MT, conforme quadro abaixo:

Conselheiro Tutelar	VAGAS
01 (um) Titular	01
01 (um) Suplente	01

4. DAS INSCRIÇÕES 4.1-As inscrições serão realizadas no CRAS (Centro de Referencia de Assistência Social). No período compreendido entre os dia 24 de abril de 2015 ao dia 30 de abril de 2015 (Horário comercial – 7:00 as 11 e das 13:00 as 17:00 horas). a) No ato da inscrição o candidato deverá entregar cópia impressa do Currículo preenchido e organizado na forma descrita no item 6 deste Edital, pessoalmente. 5. DA SELEÇÃO O processo seletivo será realizado em duas fases. 5.1- PRIMEIRA FASE- Análise dos currículos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo nº 001/2015 para Conselheiros Tutelares de Conquista D'Oeste –MT no dia 04 de maio de 2015. 5.2- SEGUNDA FASE- Entrevista: A segunda fase consistirá em entrevista Psicológica individual dos candidatos selecionados na primeira fase, pela Psicóloga do CRAS. 5.2.1- Na entrevista serão analisados a capacidade de comunicação e expressão, cordialidade, coerência, clareza das idéias, nível de argumentação, senso crítico, criatividade e idoneidade. 5.2.2- A entrevista será realizada no dia 05 de maio de 2015 a partir das 08 (oito) horas (horário de Mato Grosso) no CRAS- Centro de Referência da Assistência Social. Os candidatos serão entrevistados respeitando a ordem de chegada ao local da entrevista (CRAS), sendo respeitado o horário de almoço, para os membros da Comissão Examinadora. 6. DA ANÁLISE DO CURRÍCULO 6.1- O currículo deve ser organizado na seguinte ordem: a) Currículo: devidamente preenchido (digitado) com os dados pessoais; b) Cópia do Diploma de Ensino Médio; Comprovante de residência cópia documentos pessoais: RG e CPF; texto relatando que tipo de experiência possui com o trato de criança e adolescente. 7. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO 7.1- Nota Final (NF) de classificação será a média ponderada das notas obtidas em cada etapa, com os seguintes pesos: I- Análise do Currículo- máximo de 10 pontos. II- Entrevista (EN) máximo de 10 pontos. 7.2 - Ocorrendo igualdade de nota final de classificação, o desempenhe será definido considerando-se os critérios na seguinte ordem: I- Maior idade. II- Maior nota na entrevista; 8 DO RESULTADO FINAL 8.1- O resultado final será obtido através da ordem decrescente da nota final (NF) dos candidatos. 8.2- A divulgação do resultado final ocorrerá no dia 06 de maio de 2015. 9 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 9.1- O não preenchimento dos requisitos dispostos no item 1.2 implicam na eliminação do candidato do presente processo seletivo; 9.2- O prazo de validade do seletivo esgotar - se - à em 31 de dezembro de 2015. 9.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Examinadora do Processo Seletivo n° 001/2013. Conquista D'Oeste - MT, 22 de abril de 2015. Ângela dos Santos Jane da Silva Martins Tavares Couto Presidente do CMDCA Presidente do Processo Seletivo 001/2015 ANEXO I

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº. da Inscrição _____ Cargo: Conselheiro Tutelar

CANDIDATO (A) AO CARGO DE: Conselheiro Tutelar

Nome do Candidato: _____

Identidade: _____ Órgão Expedidor:_____

CPF: _____ Data de Nascimento: _____/_____/_____

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

Título de Eleitor: _____ Zona:_____ Seção: _____

Endereço: _____ Nº _____

Bairro: _____Município _____ UF:

Escolaridade: _____

Tel: ( )_____Celular: ( )_____

E-mail: _____

DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO DE SELEÇÃO DE CURRÍCULOS SIMPLIFICADA PARA DESIGNAÇÃO DO EDITAL N° 01/2015.

DECLARO, TAMBÉM, SOB PENA DA LEI, SEREM VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

Data da Inscrição: _____/_____/2015.

Assinatura do candidato: _____

ANGELA DOS SANTOSPresidente do Conselho da Criança e Adolecente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 028/2015

"Contrato para prestação de serviços artísticos, que entre si fazem o ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE*** *e a empresa* ***BB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. – ME*** *para apresentação da dupla* ***BRENNO & BARRETO"***

Aos 17(dezessete) dias do mês de abril de 2015, **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis, nº 1.654, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominada simplesmente

CONTRATANTE

e de outro lado a dupla BRENNO & BARRETO, neste ato representada por sua representante legal e exclusiva a empresa BB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. - ME, com sede à Rua Pastor Benedito da Silva, nº 974,

centro, na cidade de Jauru, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 18.195.680/0001-01, *neste ato representada por seu representante legal MARCELO ANDREI BERNARDO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres nº 581, portador da cédula de identidade n 0.431.824-2 expedida pela SSP – MT, doravante simplesmente denominado CONTRATADA celebram o presente Contrato mediante as cláusulas e condições as quais mutuamente aceitam e outorgam.*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, de apresentação de show Artístico da dupla BRENNO & BARRETO no dia 18 de abril de 2015, a partir das 23,00 horas, tendo aproximadamente 02:00h (duas horas) de duração, no local denominado Acampamento do Rally Turístico Jauru/Conquista, por ocasião da realização do 9º Rally Turístico Jauru/Conquista. 1.2 A CONTRATADA assume a responsabilidade sobre o comparecimento da "DUPLA" na data e local constante na Cláusula primeira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela contratação artística o valor de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) que se efetivará após a realização do show, através de deposito em conta bancaria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

3.1 O presente contrato tem origem no processo de inexigibilidade nº 001/2015, ratificado homologado em 17/04/2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO

4.1 Considerar-se-á cumprido o presente contrato, única e exclusivamente com a apresentação do Artista sendo vedado ao CONTRATANTE a transmissão da apresentação por Rádio ou TV, a utilização de fotos ou filmes dos Artistas, a não ser na publicidade da própria apresentação, não podendo ainda o CONTRATANTE assumir em nome dos Artistas, qualquer compromisso, jantar, entrevista, passeio ou visita, sem que haja sido previamente acordado entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA SEGURANÇA

5.1 E de inteira responsabilidade do CONTRATANTE a segurança material e pessoal dos Artistas e da CONTRATADA, especialmente no local e durante a apresentação. Em caso de insuficiência dessa segurança, a apresentação poderá ser interrompida, a qualquer tempo, e será considerada realizada para fins de comprimento do presente contrato, eximindo a CONTRATADA de qualquer pena, multa ou indenização. A CONTRATADA também não se responsabiliza por qualquer dano causado pelo público presente à apresentação.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 Qualquer das partes CONTRATADA ou CONTRATANTE que der razão à rescisão do presente contrato, impossibilitando a apresentação dos "ARTISTAS" ou o não cumprimento das cláusulas, deverá pagar à outra parte uma multa contratual no valor integral do preço avençado na cláusula terceira do presente contrato. 6.2 Fica dispensado o pagamento da multa da estipulada se a não realização da apresentação decorrer de caso de decretação de calamidade pública, ou doença no Artista devidamente comprovada por junta médica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LICENCIAMENTO DO EVENTO

7.1 E de inteira responsabilidade do CONTRATANTE a obtenção de alvarás, licenças, autorizações das autoridades públicas do juízo de menores, com pagamento das respectivas taxas e outras providências necessárias à apresentação da Dupla.

CLÁUSULA OITAVA – DO TRANSPORTE

8.1 O transporte da "*DUPLA"* fica por conta da CONTRATADA até o local do show.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 E de inteira responsabilidade do CONTRATANTE a não permanência de pessoas no palco durante a apresentação do Artista exceção feita aos profissionais envolvidos no espetáculo. E ainda vedado ao CONTRATANTE qualquer ingerência no repertório a ser apresentado pelos Artistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização do presente instrumento será exercida por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 10.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, que venha a ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, para dirimir e julgar qualquer dúvida ou litígio originado do presente contrato com renúncia de qualquer outro, sendo que à parte considerada responsável pelos eventuais prejuízos causados, deverá ser condenada também ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

E assim, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas, obrigando as partes e seus herdeiros ou sucessores.

Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BB Produções Artísticas Ltda. – ME

Marcelo Andrei Bernardo,

Contratada

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico - OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 27/2015

"Termo de contrato de prestação de serviços que fazem entre si o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** e a empresa **EVENTUS PRODUÇÕES** *EIRELI* **- EPP**"

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de abril do ano de 2015, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, WALMIR GUSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e por outro lado a empresa **EVENTUS PRODUÇÕES ERELI - EPP** Pessoa Jurídica com sede na cidade de Campos de Júlio, estado de Mato Grosso, na Avenida Adelino José Zamo, S/N, Centro, CEP 78307-000, inscrita no CNPJ sob Nº 10.016.387/0001-28, neste ato representada por **ÁLVARO FABRÍCIO CA-**

VALHEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Adelino José Zamo, S/N, Centro, CEP 78307-000, município de Campos de Júlio estado de Mato Grosso, portador da cédula de identidade nº 1.453.743-5 expedida pela SSP/MT e CPF nº 899.98.631-04, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**. Mediante à

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 027/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014 C/SRP DA PREFEIURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

, resolvem em comum acordo celebrar o presente contrato de prestação e serviços, que será regido pelas seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1 A CONTRATADA **prestará** para o CONTRATANTE, **serviços especializados de locação e montagem de infraestruturas de palcos, de instrumentos de sonorização, iluminação, camarins e painel de LED, necessários para realização de eventos diversos no município de CONQUISTA D' OESTE**, conforme especificações constantes no processo de Adesão à Ata de Registro de Preço nº 027/2014 do Pregão Presencial c/ SRP nº 036/2014 da Prefeitura Municipal de Sapezal. 1.2 Os serviços necessários para a realização de eventos, no período consistem em: Pedido 787/2015 SECRETARIA DE CULTURA DESPORTO E LAZER

ITEM	QDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	4	Un.	LOCAÇÃO DE PALCO TAMANHO PEQUENO 10 X 9, ESTRUTURA METÁLICA, QUE VIABILIZE PLENA SEGURANÇA DURANTE O EVENTO	R$ 5.900,00	R$ 23.600,00
2	4	Un.	LOCAÇÃO DE PALCO TAMANHO MÉDIO, MEDINDO 10 X 10 EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO QUE VIABILIZE PLENA SEGURANÇA DURANTE O EVENTO	R$ 8.950,00	R$ 35.800,00
3	4	Un.	LOCAÇÃO DE PALCO TAMANHO GRANDE 16 X 14, EM ESTRUTURA DE ALUMINIO, DUAS AGUAS, COBERTO EM LONA ANTICHAMAS QUE VIABILIZE PLENA SEGURANÇA DURANTE O EVENTO	R$ 15.500,00	R$ 62.000,00
4	4	Un.	EVENTOS DE GRANDE PORTE, PARA UM PÚBLICO ESTIMADO ACIMA DE 6.000 PESSOAS, EM AMBIENTES EXTERNOS: SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO (INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM), COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 06 HORAS DE EVENTO	R$ 18.800,00	R$ 75.200,00
5	6	Un.	LOCAÇÃO DE CAMARIM COM PAREDES E TETO EM PAINÉIS FORMICADOS OU SIMILAR (CONFORME NEGOCIAÇÃO COM O CONTRATANTE), PODENDO NO TETO SER UTILIZADO PLACAS DE MATERIAL RECICLADO, NA COR BRANCA OU CLARA E EMOLDURADOS POR PERFIS METÁLICOS COM PISO ESTRUTURADO EM BARROTES E COMPENSADOS DE NO MÍNIMO 12MM, REVESTIDO EM CARPETE NA COR CINZA OU PRETA, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O CAMARIM DEVERÁ SER PROVIDO COM PORTA DE ACESSO CONTENDO FECHADURA (COM CHAVE) E MAÇANETA. INSTALAÇÃO ELÉTRICA, DEVERÁ SER COMPOSTA POR 02 (DUAS) LUMINÁRIAS COM DIAS LÂMPADAS FLUORESCENTES 20W CADA, 03 (TRÊS) PONTOS DE TOMADA TRIFÁSICA, 01(UM) APARELHO DE ARCONDICIONADO DE 10.000 BTUS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	R$ 650,00	R$ 3.900,00
6	750	Un.	FECHAMENTO PARA LATERAL E FUNDO DO PALCO 2,50M X 2,20M COM PORTÃO PARA ENTRADA DE VEICULO PEQUENO (VAN) PARA ACESSO AO CAMARIM	R$ 50,00	R$ 37.500,00
7	375	Un.	GRADE INIBIDORA 2M X 1M PARA FRENTE DO PALCO	R$ 50,00	R$ 18.750,00
8	4	Un.	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED DE ALTA DEFINIÇÃO P10 OUTDOOR 4 X 3 COM 32 METROS DE ESTRUTURA P30 PARA MONTAGEM DOS PAINÉIS. ACOMPANHADOS DE NOTEBOOK E DVD REC/PLAY. FILMAGEM DIGITAL COM CÂMERA PROFISSIONAL DE NO MÍNIMO 1.080 LINHAS PARA TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA. (CÂMERAS PARA CAPTURAÇAO DE IMAGENS) SOM AUXILIAR PARA OS TELÕES LONGE DO PALCO (QUANDO FOR O CASO)	R$ 4.900,00	R$ 19.600,00
TOTAL					R$ 276.350,00

Pedido 795/2015 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

ITEM	QDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	3	Un.	LOCAÇÃO DE PALCO TAMANHO PEQUENO 10 X 9, ESTRUTURA METÁLICA, QUE VIABILIZE PLENA SEGURANÇA DURANTE O EVENTO	R$ 5.900,00	R$ 17.700,00
2	7	Un.	LOCAÇÃO DE PALCO TAMANHO MÉDIO, MEDINDO 10 X 10 EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO QUE VIABILIZE PLENA SEGURANÇA DURANTE O EVENTO	R$ 8.950,00	R$ 26.850,00
3	3	Un.	LOCAÇÃO DE PALCO TAMANHO GRANDE 16 X 14, EM ESTRUTURA DE ALUMINIO, DUAS AGUAS, COBERTO EM LONA ANTICHAMAS QUE VIABILIZE PLENA SEGURANÇA DURANTE O EVENTO	R$ 15.500,00	R$ 46.500,00
4	3	Un.	EVENTOS DE GRANDE PORTE, PARA UM PÚBLICO ESTIMADO ACIMA DE 6.000 PESSOAS, EM AMBIENTES EXTERNOS: SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO (INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM), COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 06 HORAS DE EVENTO	R$ 18.800,00	R$ 56.400,00
5	6	Un.	LOCAÇÃO DE CAMARIM COM PAREDES E TETO EM PAINÉIS FORMICADOS OU SIMILAR (CONFORME NEGOCIAÇÃO COM O CONTRATANTE), PODENDO NO TETO SER UTILIZADO PLACAS DE MATERIAL RECICLADO, NA COR BRANCA OU CLARA E EMOLDURADOS POR PERFIS METÁLICOS COM PISO ESTRUTURADO EM BARROTES E COMPENSADOS DE NO MÍNIMO 12MM, REVESTIDO EM CARPETE NA COR CINZA OU PRETA, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O CAMARIM DEVERÁ SER PROVIDO COM PORTA DE ACESSO CONTENDO FECHADURA (COM CHAVE) E MAÇANETA. INSTALAÇÃO ELÉTRICA, DEVERÁ SER COMPOSTA POR 02 (DUAS) LUMINÁRIAS COM DIAS LÂMPADAS FLUORESCENTES 20W CADA, 03 (TRÊS) PONTOS DE TOMADA TRIFÁSICA, 01(UM) APARELHO DE ARCONDICIONADO DE 10.000 BTUS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	R$ 650,00	R$ 3.900,00
6	750	Un.	FECHAMENTO PARA LATERAL E FUNDO DO PALCO 2,50M X 2,20M COM PORTÃO PARA ENTRADA DE VEICULO PEQUENO (VAN) PARA ACESSO AO CAMARIM	R$ 50,00	R$ 37.500,00
7	375	Un.	GRADE INIBIDORA 2M X 1M PARA FRENTE DO PALCO	R$ 50,00	R$ 18.750,00
8	3	Un.	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED DE ALTA DEFINIÇÃO P10 OUTDOOR 4 X 3 COM 32 METROS DE ESTRUTURA P30 PARA MONTAGEM DOS PAINÉIS. ACOMPANHADOS DE NOTEBOOK E DVD REC/PLAY. FILMAGEM DIGITAL COM CÂMERA PROFISSIONAL DE NO MÍNIMO 1.080 LINHAS PARA TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA. (CÂMERAS PARA CAPTURAÇAO DE IMAGENS) SOM AUXILIAR PARA OS TELÕES LONGE DO PALCO (QUANDO FOR O CASO)	R$ 4.900,00	R$ 14.700,00
TOTAL					R$ 222..300,00

1.3 Respeitadas as especificações contidas no termo de referência, a Contratada, sob nenhum argumento, poderá deixar de atender as solicitações do Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do presente contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no ATA DE REGISTRO DE PREÇO 027/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014 C/SRP DA PREFEIURA MUNICIPAL DE SAPEZAL, com regime de menor preço global, subordinando-se ao que dispõe a Lei n° 10.520/2002, Lei nº. 8666/93, Lei Complementar n.º123/2006.

CLAUSULA TERCEIRA– DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor do presente instrumento está estimado em R$ 498.650,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e seiscentos e cinquenta reais), preço esse que será pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pela prestação dos serviços contratados. 3.2 O valor do presente contrato não será reajustado no período de sua vigência;

CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentária:

Pedido 787/2015

05.003.27.813.0022.2037.3.3.90.39.00.00.00 – PROMOVER OU APOIAR A REALIZ. DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS F: 213

Valor: R$ 249.325,00 (Duzentos e quarenta e nove mil trezentos e vinte e cinco reais)

Pedido 795/2015

08.003.23.695.0044.2072.3.3.90.39.00.00.00 – PROMOVER OU APOIAR A REALIZ. DE EVENTOS TURÍSTICOS F: 435

Valor: R$ 249.325,00 (Duzentos e quarenta e nove mil trezentos e vinte e cinco reais)

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO 5.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias uteis da prestação de serviços mediante a apresentação da **respectiva** NOTA FISCAL, devidamente atestada pelo fiscal do contrato. 5.2 Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE, obrigatoriamente por meio de crédito em conta corrente em Banco, em nome da CONTRATADA. CLAUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA 6.1 O contrato terá de 53 (cinquenta e três) dias de vigência, com vencimento em 08/06/2015, que se inicia após sua assinatura, na forma do artigo 57, Caput, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SETIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou que venham incidir sobre o objeto deste contrato; 7.2 Prestar os serviços contratados conforme a proposta apresentada e respectivas especificações; 7.3 Cumprir, à suas expensas, todas as clausulas contratuais; 7.4 Arcar com as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com o deslocamento ou transporte até o local de realização dos eventos;

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Arcar com as despesas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, de alimentação e hospedagem dos contratantes durante a realização dos eventos; 8.2 Efetuar o pagamento do preço avençado, no prazo e forma ao aqui pactuado; 8.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades apresentada nos serviços para que sejam adotadas medidas corretivas necessárias; 8.4 Exercer supervisão na execução dos serviços, nomeando para tanto, fiscal que terá faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento e qualidade dos serviços.

CLAUSULA NONA– DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Os serviços deverão ser prestados em conformidade com o Edital de Pregão e seus anexos, nas datas especificadas, em locais a serem definidos pelo CONTRATANTE; CLAUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES 10.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o CONTRATANTE poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções: a) Multa de 10% (dez por cento) pelo não cumprimento de qualquer cláusula deste contrato, injustificadamente, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso ou fração equivalente; b) Advertência; c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, por prazo não superior a 02 (dois) anos; d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; 10.2 A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades supramencionadas se admitidas as justificativas apresentadas, nos termos do artigo 87, caput da Lei nº 8.666/93. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS 11.1 Da penalidade aplicada caberá recurso a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito; CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO 12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93; 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93. b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração. c) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E, por estarem acordadas, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, firmando-o em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste, em 16 de abril de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Contratante

EVENTUS PRODUÇÕES LTDA - EPP Contratada

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 SSP/MT RG nº 1.516.051-3 SSP-MT

Visto Assessoria Jurídica

Dr. Hélio José Garcia Mendes

OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 032 /2015 – PMCO

"Termo de contrato de prestação de serviços que fazem entre si o *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE*, e a empresa **FABIO RIBEIRO DE ALMEIDA-ME**."

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril de 2015 (dois mil e quinze) o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI–SC e do CPF 060.590.538–07, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**e a **FABIO RIBEIRO DE ALMEIDA -**

ME

, inscrita no CNPJ Nº 05.990.794/0001-00, com sede na Rua Pernambuco, nº 776, São José dos Quatro Marcos, estado de Mato Grosso, neste ato representada por FABIO RIBEIRO DE ALMEIDA, empresário, brasileiro, residente e domiciliado em São José dos Quatro Marcos, portador da cédula de identidade RG nº 15464318 expedida pela SSP–MT, do CPF 001.635.411-75 doravante denominado simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e avençado o presente termo comum, em conformidade com a Lei n. 8666/93, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA prestará para O CONTRATANTE os serviços de locação de banheiros químicos, cadeiras, mesas e tendas, para atender a Divisão de Meio Ambiente e Turismo do município, no 9º Rally Turístico Jauru/Conquista D'Oeste, conforme especificações e quantidades discriminadas abaixo:

COD.	DESCRIÇÃO	QT. EST. UND.	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
36071	LOCACAO DE BANHEIRO QUIMICO PORTATIL, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,15M X 1,20M X 2,30M DE ALTURA, CONTENDO TANQUE PARA DEJETOS COM CAPACIDADE DE 220 LITROS, BOMBA PARA DESCARGA, INCLUSO MANUTENCAO (LOCACAO POR 01 DIA)	20	160,00	3.200,00
37038	LOCACAO DE MESA EM PLASTICO RESISTENTE, COR BRANCA, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 76 X 76 X 32 CM (LOCACAO POR 01 DIA)	150	2,90	435,00
37040	LOCACAO DE TENDA COM MONTAGEM, EM LONA BRANCA NO ESTILO PIRAMIDAL COM BASE EM ESTRUTURA METALICA, MEDINDO 5,00M X 5,00 METROS, COMPOSTA DE CALHAS LATERAIS, INTEIRICA REFORCADA PARA CAPTACAO E ESCOAMENTO DE AGUA (LOCACAO POR 01 DIA)	22	195,00	4.290,00
37702	LOCACAO DE CADEIRAS PLASTICAS, COR BRANCA, MATERIAL RESISTENTE (LOCACAO POR 01 DIA)	600	2,90	1.740,00
41715	LOCACAO DE TENDA COM MONTAGEM, EM LONA BRANCA NO ESTILO PIRAMIDAL COM BASE EM ESTRUTURA METALICA, MEDINDO 10,00M X 10,00 METROS, COMPOSTA DE CALHAS LATERAIS, INTEIRICA REFORCADA PARA CAPTACAO E ESCOAMENTO DE AGUA (LOCACAO POR 01 DIA)	2	1.380,00	2.760,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente CONTRATO fundamenta-se nos pedidos nº 2665/2014, realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 044/2014, adjudicado em 17/12/2014 e homologado em 18/12/2014, que são parte integrante deste instrumento descrição da planilha abaixo.

RELAÇAO DE ITENS SOLICITADO- UNIDADES						
PEDIDOS	SECRETARIA	BANHEIROS	TENDAS 10X10M	TENDAS 5X5M	MESAS	CADEIRAS
2665/2014	CULTURA	20	02	22	150	600
TOTAL UNIDADES		20	02	22	150	600

VALORES DE ITENS SOLICITADOS – R$							
PEDIDOS	SECRETARIA	BANHEIROS	TENDAS 10X10M	TENDAS 5X5M	MESAS	CADEIRAS	TOTAL
2665/2014	CULTURA	3.200,00	2.760,00	4.290,00	435,00	1.740	12.425,00
TOTAL R$		3.200,00	2.760,00	4.290,00	435,00	1.740	12.425,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECULÇÃO

3.1. O presente contrato é celebrado em regime de empreitada por preço global. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente CONTRATO vigorará a partir da data de sua assinatura até 30 de abril de 2015, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até completar doze meses da assinatura do objeto contratado.

CLAUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL

5.1 O valor estimado para a execução dos serviços contratados é de R$ 12.425,00, sendo R$ 11.655,00 (onze mil seiscentos e cinquenta e cinco reais), pago pelo convenio e R$ 770,00(setessentos e setenta reais) pago com recurso proprio.

.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias corridos da prestação de serviços mediante a apresentação da respectiva NOTA FISCAL, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

6.2 Os pagamentos serão efetuados pelo CONTRATANTE, obrigatoriamente por meio crédito em conta corrente em Banco, em nome da CONTRATADA.

CLAUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 O presente contrato não será reajustado no período de sua vigência.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Pedido 2665/2014

08.003.23.695.0044.2072.3.3.90.39.00.00.00 – PROM. OU AP. A REAL. DE EV. TUR. F: 435

8.2 As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta de Dotações Orçamentárias que forem consignadas no orçamento do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

CLÁUSULA NONA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 O CONTRATANTE obriga-se a: a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução das obras, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas; b) Efetuar os pagamentos conforme laudos de medição apresentados pela CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato. 9.2 A CONTRATADA obriga-se a: a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE; b) Comunicar à Administração, pôr escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de seus deveres e responsabilidades, relativos à execução do Contrato ou parcialmente, pôr motivo superveniente; c) Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução do serviço; 9.3 A CONTRATADA ainda se responsabiliza, integralmente: a) Pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE; b) Pelos encargos trabalhistas, fiscais, e previdenciários resultantes da execução deste Contrato, não transferindo ao CONTRATANTE, em caso de inadimplência da CONTRATADA, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste Contrato. 9.4 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato. 9.5 Os serviços extra-orçamentários que se fizerem necessários serão executados pela CONTRATADA, desde que seus preços tenham sido analisados e devidamente aprovados pelo CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco pôr cento), do valor do presente contrato e sempre obedecendo as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8. 666/93 e alterações posteriores.

11.2. O presente CONTRATO poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a

qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

12.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

12.4 Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

CONQUISTA D'OESTE – MT, 17 de abril de 2015.

WALMIR GUSE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

FABIO RIBEIRO DE ALMEIDA

FABIO RIBEIRO DE ALMEIDA - ME

CONTRATADA

Testemunhas

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico

OAB-MT 3383-A

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 006/2015

DATA: 14/04/2015. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO TRANSPORTE ESCOLAR NA LINHA CLARINDO E SEM LIMITE X ESCOLA ALDOVANDRO DA ROCHA SILVA (MATUTINO) E LINHA CUIABANO, LINHA LUIZÃO X ESCOLA ALDOVANDRO DA ROCHA SILVA (MATUTINO). **ALTERA A CLAÚSULA QUARTA (DO VALOR). Valor acrescido: R$ 16.128,00 (Dezesseis mil e cento e vinte e oito reais).**

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2015

PROCESSO 033/2015

Encontra-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CHAMADA PÚBLICA, com a finalidade de: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: PEQUENO CIDADÃO, PAULO FREIRE, SANTA MARIA(CENTRO) E ESCOLA 07 DE SETEMBRO(OURO VERDE DOS PIONEIROS)", cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital. Regem a presente chamada pública, atendendo a Lei nº. 11.947 / 2009, Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta chamada pública ocorrerá **no dia** 14 **(Quatorze) de Maio** *de 2015, às 09:00 (nove) horas,* na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação.

Cotriguaçu, 23 de Abril de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
CONTRATO N° 031/2015

DATA: 14/04/2015 – OBJETO:"**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR COM ÔNIBUS TOCO, FREIO A AR EM NOVA UNIÃO: LINHAS 02 JACARE, LINHA 06 E MEIA QUADRA ATÉ ESCOLA MUNICIPAL** *APARECIDO NÉRI FONSECA E ANDRE MAGGI MATUTINO ,VESPERTINO E NOTURNO) E LINHA 23 ATÉ A ESCOLA APARECIDO NERI E ANDRE MAGGI (MATUTINO)*". Empresa vencedora, **SILVANIR SILVA TRANSPORTE-ME – CNPJ: 19.697.786/0001-76**, localizada na Estrada Linha Vicinal 02, lote 95 KM 10, Pa Nova Cotriguaçu- Nova União- Cotriguaçu-MT Prazo: 31/12/2015. Valor: mensal de R$ 18.662,40 (Dezoito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)**, considerando em média 24 dias letivos, totalizando um valor de** R$ 186. 624,00(Cento e oitenta e seis mil seiscentos e vinte quatro reais).

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº 964/2015

Dispõe sobre Homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado e Processo Seletivo Público Municipal, Edital nº 001/2015, e dá outras providências.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS, Prefeita do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso*,* no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a realização das provas objetivas de múltipla escolha e das provas práticas, com base nas exigências estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica Homologado o Resultado do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2015 e Processo Seletivo Público, Edital 001/2015, para o provimento de vagas no serviço público municipal da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, realizado nos termos dos Editais alterações posteriores, consoantes as listagens anexas, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, no site e mural da municipalidade, que passam a fazer parte integrante deste decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu – MT, em 17 de Abril de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita de Cotriguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AAE-MERENDEIRA/COZINHEIRA-AGROVILA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000246	TANIA RODRIGUES MARQUES BRANBILA	25/02/1979	15.00	10.00	12.00	14.00			51.00	0.00	51	-	Reserva
000313	MARLENE DE SOUZA VALADARES DE OLIVEIRA	10/10/1984	20.00	5.00	6.00	14.00			45.00	5	50	-	Reserva
000353	ADRIANA PEREIRA LOBO	18/07/1987	10.00	0.00	3.00	7.00			20.00	0.00	20	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AAE-MERENDEIRA/COZINHEIRA-N.ESPERANCA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000172	PAMELA CRISTINA FERREIRA BRAGANÇA	18/03/1992	15.00	10.00	3.00	0.00				28.00	28	-	Reprovado
000327	RAQUEL SILVA DE MENESES	15/10/1992	15.00	5.00	6.00	0.00				26.00	26	-	Reprovado
000331	DIANA CARVALHO PEREIRA	09/03/1997	5.00	5.00	6.00	7.00				23.00	23	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AAE-MERENDEIRA/COZINHEIRA-URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000315	CLEIDE MARIA DO NASCIMENTO CRUZ	29/03/1966	15.00	20.00	12.00	28.00			75.00	0.00	75	-	Reserva
000295	CECILIA MARIA DO NASCIMENTO	13/07/1971	10.00	15.00	9.00	35.00			69.00	5	74	-	Reserva
000115	ELIANA MARTINS DE OLIVEIRA	16/10/1993	15.00	10.00	12.00	35.00			72.00	0.00	72	-	Reserva
000192	LUCINEIA RODRIGUES BOMFIM	09/07/1982	10.00	10.00	6.00	28.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000123	FABIANA CRUZ AMORIM	03/07/1988	10.00	5.00	6.00	0.00			21.00	0.00	21	-	Reprovado
000379	LURDES SCOLARI	31/05/1966	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AAE-MERENDEIRA/ZELADORA-E.RURAL/NOVA UNIAO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000311	ELISETE NUNES ALMEIDA	10/06/1971	5.00	10.00	6.00	7.00				28.00	28	-	Reprovado
000404	MARIA GORETE JUVINO RAMOS	23/08/1980	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AAE-MERENDEIRA/ZELADORA-NOVA UNIAO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000215	CLELIANE PORTILHO DA SILVA	14/05/2010	20.00	20.00	12.00	35.00			87.00	0.00	87	-	Reserva
000363	MIRIAN LIMA LOPES	19/02/1986	20.00	10.00	9.00	28.00			67.00	0.00	67	-	Reserva
000457	LEILA SANTOS DE SÁ	23/06/1987	15.00	5.00	6.00	35.00			61.00	0.00	61	-	Reserva
000223	ROSANGELA JOSE DOS REIS	20/08/1977	20.00	10.00	6.00	21.00			57.00	0.00	57	-	Reserva
000300	ELIENE COSTA PAIVA	16/02/1978	20.00	10.00	3.00	21.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000360	DEYSE CRISTINI ALVES SILVA	16/04/1997	10.00	5.00	9.00	28.00			52.00	0.00	52	-	Reserva
000120	ALCELY DE GOIS MOREIRA	05/01/1992	15.00	10.00	6.00	21.00			52.00	0.00	52	-	Reserva
000232	ROSANGELA SERVALOSá	21/04/1980	5.00	5.00	9.00	14.00			33.00	0.00	33	-	Reserva
000291	MARINALVA PEREIRA DOS SANTOS	26/12/1976	10.00	5.00	3.00	7.00			25.00	5	30	-	Reprovado
000480	CLEBERTON DIVINO PEIXOTO	27/10/1982	5.00	15.00	9.00	0.00			29.00	0.00	29	-	Reprovado
000349	CREUZA PEREIRA DOS SANTOS	08/12/1974	-						0.00	5	5	-	Ausente
000423	ANA MARIA DA COSTA DOS SANTOS	17/02/1971	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000364	VANESSA DE ASSIS DA SILVA	04/07/1994	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AF-FISCAL DE TRIBUTOS/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000219	THIAGO SOUZA REIS	08/03/1989	15.00	5.00	15.00	21.00				56.00	56	-	Reserva
000370	EDUARDO CLEVERSON STEFENON	24/11/1989	15.00	5.00	3.00	14.00				37.00	37	-	Reserva
000357	ELIETE DIAS NOGUEIRA	19/01/1977	-							0.00	0	-	Ausente
000100	ANTONIO CARLOS PERINAZZO MIRANDA	06/01/1992	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE ADMINISTRATIVO/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000218	MAGNO LOUGANS FONESI PRANGE	08/07/1992	15.00	10.00	9.00	28.00				62.00	62	-	Reserva
000362	SANDRA ALINE DE LIMA PRANGE	18/03/1985	10.00	10.00	15.00	14.00				49.00	49	-	Reserva
000165	MARINEIDE KRIESER VIEIRA	21/11/1986	5.00	10.00	12.00	21.00				48.00	48	-	Reserva
000474	RAQUEL SILVA DOS SANTOS	07/05/1986	10.00	10.00	12.00	14.00				46.00	46	-	Reserva
000294	ELENICE CORREA	18/02/1986	15.00	0.00	9.00	21.00				45.00	45	-	Reserva
000437	JOSÉ HENRIQUE PEGO DE OLIVEIRA	07/11/1991	20.00	0.00	9.00	14.00				43.00	43	-	Reserva
000247	MARESSA GEOVANA RIBEIRO	17/08/1994	0.00	10.00	9.00	14.00				33.00	33	-	Reserva
000185	GENIVALDO CARLOS VIEIRA	02/02/1987	5.00	5.00	9.00	14.00				33.00	33	-	Reserva
000314	MATHEUS HUNGLY CALIXTO DE OLIVEIRA	26/01/1997	15.00	5.00	6.00	7.00				33.00	33	-	Reserva
000216	ALDA BRAS PIMENTEL	14/09/1994	5.00	10.00	6.00	7.00				28.00	28	-	Reprovado
000479	GEDEON ALVES DE SOUZA	25/04/1978	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AMC-MOTORISTA GRANDE PORTE-URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Prática	Total	Colocação	Resultado
000306	EDIMAR BRAVO BATISTA	09/08/1989	15.00	15.00	6.00	21.00			57.00	100	157	-	Reserva
000114	LEOMAR ADILSON RAUBER	21/10/1986	15.00	10.00	6.00	21.00			52.00	97.5	149.5	-	Reserva
000205	ANTONIO CARLOS DE SOUZA SOLON	20/01/1981	10.00	15.00	12.00	14.00			51.00	97.5	148.5	-	Reserva
000156	EMERSON PEREIRA GREGORIO	10/05/1987	5.00	15.00	3.00	21.00			44.00	100	144	-	Reserva
000413	IVANEI PIRES DA SILVA	20/06/1976	10.00	10.00	6.00	7.00			33.00	87.5	120.5	-	Reserva
000319	GESIEL MOREIRA PONCIANO	13/06/1986	5.00	5.00	3.00	14.00			27.00	100	127	-	Reprovado
000470	ADENILSON DE LIMA	09/08/1983	15.00	5.00	9.00	21.00			50.00	0	50	-	Reprovado
000476	LAUCIONE AZEVEDO ANDRADE	00/00/0000	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000411	ELIZEU FERNANDES DOS ANJOS	11/11/1968	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000478	GEDEON ALVES DE SOUZA	25/04/1978	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AMC-OPERADOR MAQUINA PESADA-URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Prática	Total	Colocação	Resultado
000382	DIRLEI LOURENçO DOS SANTOS	26/05/1957	5.00	0.00	3.00	0.00			8.00	75	83	-	Reprovado
000251	BRUNO SOUZA POLES	15/12/1989	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AO-MOTORISTA VEICULO PEQUENO/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE		Objetiva	Títulos	Prática	Total	Colocação	Resultado
000463	EDERSON RODRIGUES FERREIRA	28/03/1984	10.00	10.00	9.00	28.00		57.00	0	100	157	-	Reserva
000394	RONALDO SILVEIRA	21/12/1979	25.00	10.00	15.00	28.00		78.00	5	70	153	-	Reserva
000427	JANET SOUZA NERY	01/03/1951	10.00	5.00	6.00	14.00		35.00	0	100	135	-	Reserva
000162	RONAILTON PEREIRA DIAS	27/07/1983	15.00	0.00	9.00	7.00		31.00	0	100	131	-	Reserva
000465	ERIVAN ALVES BARBOSA	01/09/1992	0.00	5.00	12.00	7.00		24.00	0	100	124	-	Reprovado
000189	ISAQUE DA SILVA MOURA	02/05/1994	-					0.00	0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AP-AUXILIAR SERVICOS GERAIS/NOVA UNIAO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000405	WELLINGTON PEREIRA	10/03/1098	15.00	10.00	9.00	28.00				62.00	62	-	Reserva
000152	LEIDIANE DO NASCIMENTO	01/03/1994	15.00	5.00	12.00	28.00				60.00	60	-	Reserva
000126	JOSELITO APARECIDO DE CARMO	20/05/1968	10.00	10.00	15.00	14.00				49.00	49	-	Reserva
000416	KELLEN VIEIRA MACHADO	27/04/1980	15.00	10.00	6.00	14.00				45.00	45	-	Reserva
000226	APARECIDA SOARES FERREIRA	11/05/1991	5.00	5.00	6.00	7.00				23.00	23	-	Reprovado
000211	MARIA IVANEIDE VIEIRA DO NASCIMENTO	04/04/1981	10.00	5.00	0.00	0.00				15.00	15	-	Reprovado
000338	PATRICIA DIAS DE OLIVEIRA	02/05/1993	0.00	5.00	3.00	0.00				8.00	8	-	Reprovado
000245	ROSENI SIQUEIRA SILVA	17/11/1983	-							0.00	0	-	Ausente
000459	VANESSA RODRIGUES DE FREITAS	07/11/1990	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AP-AUXILIAR SERVICOS GERAIS/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000344	LUCAS DIAS PEREIRA	06/11/1993	15.00	20.00	15.00	28.00			78.00	5	83	-	Reserva
000287	MARIA APARECIDA BONFA	02/09/1976	15.00	15.00	6.00	35.00			71.00	0.00	71	-	Reserva
000475	HELENA GONÇALVES DA SILVA OLIVEIRA	22/10/1972	15.00	15.00	3.00	7.00			40.00	0.00	40	-	Reserva
000160	SILVIA REGINA VON BORROWSKY	01/03/1984	10.00	10.00	3.00	7.00			30.00	0.00	30	-	Reserva
000278	EDA GOETZ ALVES	00/00/0000	10.00	5.00	9.00	0.00			24.00	0.00	24	-	Reprovado
000224	ANGELICA GENI GONÇALVES	15/06/1989	10.00	5.00	0.00	0.00			15.00	0.00	15	-	Reprovado
000166	MARIA OLINDA WOIGT	17/10/1957	10.00	0.00	3.00	0.00			13.00	0.00	13	-	Reprovado
000343	CEZAR JULIANO ELIAS	17/09/1983	-						0.00	5	5	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

APOIO OPERACIONAL/AGROVILA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Prática	Total	Colocação	Resultado
000250	VANDERLEI FROZZA	25/06/1972	10.00	20.00	0.00	21.00			51.00	100	151	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

APOIO OPERACIONAL/NOVA UNIAO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE		Objetiva	Títulos	Prática	Total	Colocação	Resultado
000212	ALOIR JOSE FACHINI	09/08/1969	15.00	5.00	15.00	35.00		70.00	0	100	170	-	Reserva
000312	RONIVOM MARTINS DOS ANJOS	10/02/1980	10.00	10.00	6.00	35.00		61.00	0	100	161	-	Reserva
000173	CEMAIR DA SILVA DOS REIS	05/06/1989	15.00	10.00	9.00	28.00		62.00	0	97.5	159.5	-	Reserva
000198	SINVAL BAUDSON	21/04/1973	10.00	10.00	12.00	21.00		53.00	5	97.5	155.5	-	Reserva
000175	JOSE ROBERTO DOS REIS	22/07/1979	5.00	20.00	6.00	21.00		52.00	0	97.5	149.5	-	Reserva
000409	ELIZEU FERNANDES DOS ANJOS	11/11/1968	20.00	5.00	9.00	14.00		48.00	0	100	148	-	Reserva
000372	JOSE CARLOS POLETO	09/12/1957	5.00	10.00	9.00	14.00		38.00	0	100	138	-	Reserva
000178	LORIVALDO FERNANDES DE FIGUEIREDO	10/05/1974	5.00	10.00	3.00	21.00		39.00	0	97.5	136.5	-	Reserva
000147	CASSIO POLIANO DOS REIS	17/04/1989	5.00	20.00	9.00	7.00		41.00	0	70	111	-	Reserva
000440	MIQUEIAS DE OLIVEIRA	06/06/1985	-					0.00	0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

APOIO OPERACIONAL/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Prática	Total	Colocação	Resultado
000326	MARCIO MANOEL RODRIGUES	12/07/1983	15.00	5.00	9.00	28.00			57.00	0	57	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ASS-AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS/NOVA UNIAO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000153	LINDALVA DO NASCIMENTO	03/05/1977	15.00	10.00	9.00	35.00				69.00	69	-	Reserva
000138	ADRIANA SCHALAVIN FREITAS	06/09/1985	10.00	5.00	6.00	7.00				28.00	28	-	Reprovado
000200	ELZILAINE MARIA DA SILVA	22/01/1987	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ASS-AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS/OURO VERDE NORTE													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000171	ANGELA FERREIRA DE JESUSOLIVEIRA	29/04/1971	15.00	10.00	6.00	7.00				38.00	38	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ASS-AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000283	SILVONE VAZ MOURAO	25/02/1986	10.00	25.00	9.00	35.00				79.00	79	-	Reserva
000374	MARIA RODRIGUES FERREIRA DE ALMEIDA	22/03/1962	20.00	5.00	9.00	21.00				55.00	55	-	Reserva
000414	EVA CONCEIçãO DOS SANTOS GONçALVES	27/02/1993	15.00	5.00	6.00	28.00				54.00	54	-	Reserva
000292	EDILIA SOARES	08/03/1991	15.00	10.00	3.00	21.00				49.00	49	-	Reserva
000249	JUCINEIA DA SILVA SOBRINHO	27/09/1980	10.00	10.00	3.00	21.00				44.00	44	-	Reserva
000135	SILMARA ROSANIA RODRIGUES DOS SANTOS	07/10/1982	15.00	5.00	9.00	7.00				36.00	36	-	Reserva
000285	ELIANE DE SOUZA RAMOS	28/11/1993	15.00	10.00	3.00	7.00				35.00	35	-	Reserva
000141	NEUSA TERESINHA PILATTI CIRINO	24/03/1967	15.00	5.00	6.00	7.00				33.00	33	-	Reserva
000455	JESSICA SOARES	22/05/1992	15.00	10.00	0.00	0.00				25.00	25	-	Reprovado
000177	CLEUSA DIONIZIO DA SILVA	17/12/1978	15.00	0.00	0.00	0.00				15.00	15	-	Reprovado
000336	ADRIANA CARDOSO	03/03/1980	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ATS-AUXILIAR ENFERMAGEM/NOVA UNIAO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000121	JULIA MOREIRA TOSTA	01/04/1972	5.00	5.00	9.00	14.00				33.00	33	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ATS-TECNICO ENFERMAGEM-SAMU-URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000164	KéNIA ELOISE FRANZEN	03/02/1989	15.00	5.00	9.00	35.00				64.00	64	1°	Aprovado
000347	ELENICE CERINO DE MIRANDA	01/07/1974	10.00	0.00	9.00	28.00				47.00	47	2°	Aprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ATS-TECNICO ENFERMAGEM/NOVA UNIAO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000195	ROSA REIS ALVES DE CARVALHO	09/09/1981	5.00	0.00	12.00	28.00				45.00	45	-	Reserva
000210	VALDIRENE DE JESUS DOS SANTOS	30/12/1985	10.00	5.00	6.00	7.00				28.00	28	-	Reprovado
000242	MARILEUSA FONSECA DE SOUZA	17/08/1980	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ATS-TECNICO ENFERMAGEM/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000240	CLEIDE APARECIDA LOPES DA SILVA	25/12/1985	15.00	5.00	12.00	28.00				60.00	60	1°	Aprovado
000143	BRUNA THAIS DE OLIVEIRA	31/10/1994	10.00	15.00	9.00	21.00				55.00	55	2°	Aprovado
000235	SOLANGE APARECIDA DE LIMA	13/10/1971	0.00	10.00	15.00	28.00				53.00	53	3°	Classificado
000318	ELIZETE SKURA	03/08/1983	5.00	15.00	12.00	21.00				53.00	53	4°	Classificado
000366	ANDREIA MARISA PAGEL	03/05/1983	20.00	10.00	6.00	14.00				50.00	50	5°	Classificado
000418	ROZELI DE SOUZA VALIENTE	07/01/1976	10.00	10.00	6.00	14.00				40.00	40	6°	Classificado
000144	ROZANE DE OLIVEIRA	01/10/1973	5.00	0.00	12.00	21.00				38.00	38	7°	Classificado
000167	ANA PAULA GOMES DA CRUZ	07/10/1983	10.00	0.00	6.00	21.00				37.00	37	8°	Classificado
000320	ANGELITA RIEDEL BEHLING	18/03/1980	10.00	5.00	6.00	14.00				35.00	35	9°	Classificado
000381	MARIA APARECIDA COSTA PEREIRA	05/11/1977	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ATS-TECNICO ENFERMAGEM/VALE VERDE													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000333	DOREDIA MARTINS DE SOUZA	11/07/1970	15.00	10.00	9.00	14.00				48.00	48	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AUXILIAR ADMINISTRATIVO-AGROVILA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000119	TIAGO JOSE ALVES DE OLIVEIRA	09/06/1994	10.00	0.00	0.00	21.00				31.00	31	1°	Aprovado
000473	GISELE DE OLIVEIRA CACHONE	08/05/1993	10.00	5.00	0.00	14.00				29.00	29	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AUXILIAR ADMINISTRATIVO/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000122	ANDRIELY REGINA MACEDO LAGE	17/05/1985	15.00	20.00	3.00	28.00			66.00	5	71	-	Reserva
000275	WALLACE LOPES DE AGUIAR	11/03/1996	15.00	15.00	6.00	28.00			64.00	0.00	64	-	Reserva
000104	GUILHERME OLIVEIRA DE SOUZA	25/04/1997	15.00	15.00	6.00	28.00			64.00	0.00	64	-	Reserva
000469	TAIANE GILIOLLI	17/10/1996	20.00	20.00	3.00	21.00			64.00	0.00	64	-	Reserva
000449	GENIS FELISMINA CUSTÓDIO	28/04/1983	15.00	20.00	0.00	28.00			63.00	0.00	63	-	Reserva
000213	MARYVELTH TORRES DE MOURA	10/01/1979	15.00	10.00	9.00	28.00			62.00	0.00	62	-	Reserva
000410	SOLANGE ROCHA DOS SANTOS	02/05/1986	15.00	20.00	6.00	14.00			55.00	5	60	-	Reserva
000207	KAROLLINE STHEFANY SILVA NASCIMENTO	18/10/1993	20.00	0.00	6.00	28.00			54.00	5	59	-	Reserva
000105	ZENAID RAMOS DA SILVA	31/05/1997	15.00	15.00	3.00	21.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000447	MARCIANA KERBER	23/05/1955	20.00	10.00	9.00	14.00			53.00	0.00	53	-	Reserva
000307	JAQUELINE DIAS BATISTA	20/12/1997	15.00	10.00	6.00	14.00			45.00	0.00	45	-	Reserva
000346	MARIANA DA SILVA PEREIRA	30/12/1998	15.00	10.00	6.00	14.00			45.00	0.00	45	-	Reserva
000430	ESTELA OLIVEIRA AMARAL	16/01/1993	10.00	10.00	3.00	21.00			44.00	0.00	44	-	Reserva
000303	ROSANA BEATRIZ DE MOURA	04/05/1993	10.00	15.00	9.00	7.00			41.00	0.00	41	-	Reserva
000393	CLEUZA ALVES DA SILVA	14/04/1969	10.00	10.00	6.00	14.00			40.00	0.00	40	-	Reserva
000375	RURICK OLIVEIRA SCAFF	31/08/1994	10.00	10.00	12.00	7.00			39.00	0.00	39	-	Reserva
000402	VANESSA PEREIRA DE ARAUJO	24/02/1997	10.00	5.00	6.00	14.00			35.00	0.00	35	-	Reserva
000365	CARINA ALVES DA SILVA	23/02/1992	10.00	5.00	3.00	14.00			32.00	0.00	32	-	Reserva
000450	RUBIA SOUZA DOS SANTOS	16/09/1993	15.00	10.00	0.00	7.00			32.00	0.00	32	-	Reserva
000380	PATRICIA FERREIRA DA SILVA	13/05/1988	10.00	5.00	6.00	7.00			28.00	0.00	28	-	Reprovado
000176	ROGELIO BORGES	28/09/1980	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000442	DEISE MONTEIRO	30/11/1996	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AUXILIAR CONSULTORIO DENTARIO/NOVA UNIAO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000124	DIRLéIA PEREIRA DOS SANTOS	28/08/1980	10.00	0.00	6.00	28.00				44.00	44	-	Reserva
000183	ADELAIDE LOPES SCHIAVI DA SILVA	21/07/1982	10.00	5.00	6.00	7.00				28.00	28	-	Reprovado
000419	JUSSARA AUGUSTO DA SILVA	07/11/1982	5.00	0.00	9.00	7.00				21.00	21	-	Reprovado
000415	ISAMARA ANDRADE MACHADO FONSECA	08/11/1986	-							0.00	0	-	Ausente
000265	ADRIANA TEXEIRA JORGE	17/05/1994	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ES-ASSISTENTE SOCIAL-URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000302	ODELIO CARDOSO DA SILVA	21/03/1976	20.00	20.00	12.00	28.00				80.00	80	-	Reserva
000462	KEILA MARIA GONçALVES	02/07/1987	15.00	15.00	9.00	28.00				67.00	67	-	Reserva
000436	ALCIDES PADILHA DOS SANTOS	29/12/1972	10.00	15.00	9.00	21.00				55.00	55	-	Reserva
000361	ANILEICI DE ALMEIDA	04/09/1986	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ES-ENFERMEIRO-URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000231	SHEILA CRISTINA SILVEIRA	08/08/1989	20.00	15.00	9.00	35.00			79.00	0.00	79	1°	Aprovado
000163	MAIARA BARBOZA TEIXEIRA	10/11/1989	15.00	20.00	9.00	28.00			72.00	0.00	72	2°	Classificado
000112	FABRICIO CINTRA GOMES	23/01/1985	10.00	15.00	9.00	28.00			62.00	10	72	3°	Classificado
000377	MARA LUCIA BETTEGA	14/07/1993	15.00	10.00	9.00	21.00			55.00	0.00	55	4°	Classificado
000101	ÉRICA FABIANY BUCHELT	25/06/1988	10.00	10.00	3.00	14.00			37.00	0.00	37	5°	Classificado
000443	FABIANA PAULA BAUMGARTNER	23/11/1986	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000433	MARI CARLA TIBOLLA	30/03/1988	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000461	BRUNA KAROLINE DE ALMEIDA SANTIAGO	11/12/1991	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000316	DRYELLY BRUNA CESCONETE	08/01/1997	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ES-ENFERMEIRO/NOVA UNIAO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000230	TELíRIO PINTO DE FARIAS	05/07/1978	15.00	20.00	9.00	21.00				65.00	65	-	Reserva
000296	JOSILENE FERREIRA SERPA	07/05/1984	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ES-FARMACEUTIVO/BIOQUIMICO-URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000277	CAROLINE FARIA DE MORAES	11/02/1985	15.00	10.00	6.00	28.00				59.00	59	-	Reserva
000309	RAYANE KELEN DORNELAS	03/05/1990	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ES-ONDONTOLOGO/NOVA UNIAO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000203	ANTONIO SANTANA CORREA MARQUES JUNIOR	19/03/1982	10.00	15.00	6.00	28.00				59.00	59	-	Reserva
000290	FRANCIELE PORCHER	13/06/1988	15.00	10.00	6.00	28.00				59.00	59	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

MOTORISTA-SAMU-URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE		Objetiva	Títulos	Prática	Total	Colocação	Resultado
000209	ELIAS BARBOSA SILVA	10/11/1980	15.00	15.00	12.00	28.00		70.00	5	100	175	-	Reserva
000446	PAULO CESAR DANTAS LIMA	11/06/1973	15.00	20.00	6.00	21.00		62.00	0	100	162	-	Reserva
000452	ADELIR QUEIROZ	05/09/1978	10.00	5.00	3.00	21.00		39.00	0	0	39	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

ORIENTADOR SOCIAL/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000272	VALDETE ALVES MARTINS	03/05/1973	10.00	10.00	9.00	14.00				43.00	43	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-MEDIO-AGROVILA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000149	RHAIANE BRENDA MARILUCE DA SILVA LUIZ	19/12/1992	10.00	5.00	9.00	28.00			52.00	0.00	52	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-MEDIO-ESPAÇO RURAL/NOVA UNIAO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000263	MABIA DO NASCIMENTO MONTEIRO BAZILIO	16/09/1978	5.00	15.00	6.00	28.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000371	SIDMAR CORREA TOMAZ	25/12/1990	5.00	5.00	15.00	21.00			46.00	0.00	46	-	Reserva
000264	NEUZA DE CAMPOS MACHADO	22/04/1985	15.00	10.00	3.00	7.00			35.00	0.00	35	-	Reserva
000169	LILIAN DA SILVA DOS REIS	05/08/1987	10.00	5.00	9.00	7.00			31.00	0.00	31	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-MEDIO-MAGISTERIO/AGROVILA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000129	MARIA DE LOURDES PREUSS	23/08/1953	15.00	10.00	9.00	14.00			48.00	0.00	48	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-MEDIO-MAGISTERIO/NOVA ESPERANCA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000279	MARCIO NATALINO SOARES DA SILVA	24/12/1988	5.00	15.00	12.00	14.00			46.00	0.00	46	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-MEDIO-MAGISTERIO/NOVA UNIAO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000154	ELIENE PEREIRA DA SILVA CÓRES	21/10/1978	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-MEDIO-NOVA ESPERANCA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000233	LUARA MARCHIORI DE SOUZA FERREIRA	15/08/1993	15.00	15.00	6.00	21.00			57.00	0.00	57	-	Reserva
000332	MAYCON DA SILVA PEREIRA	22/01/1993	15.00	10.00	3.00	28.00			56.00	0.00	56	-	Reserva
000441	LINDALVA DA SILVA NASCIMENTO	02/07/1981	5.00	15.00	15.00	21.00			56.00	0.00	56	-	Reserva
000236	CAMYLA MARCHIORI SOUZA FERREIRA	16/05/1995	10.00	10.00	9.00	21.00			50.00	0.00	50	-	Reserva
000227	AILSON VAZ BUENOS AIRES	14/11/1987	10.00	5.00	6.00	28.00			49.00	0.00	49	-	Reserva
000252	FABIELI RAIANI DA SILVA REIS	08/04/1995	10.00	5.00	6.00	28.00			49.00	0.00	49	-	Reserva
000186	ARAILDE DA SILVA RIBEIRO	29/11/1987	5.00	15.00	12.00	14.00			46.00	0.00	46	-	Reserva
000420	LUCAS RENAN AGUIAR DOS SANTOS	09/11/1996	15.00	15.00	6.00	7.00			43.00	0.00	43	-	Reserva
000170	VANIA GUILHERME DE LIMA	09/05/1986	10.00	5.00	6.00	21.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000412	ELZILENE PONTES PICHEK	04/10/1990	10.00	5.00	6.00	21.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000228	CRISTINA ROSA DE OLIVEIRA	29/01/1991	10.00	0.00	9.00	21.00			40.00	0.00	40	-	Reserva
000187	MARIO FRANSCISCO DA SILVA	14/01/1995	5.00	5.00	6.00	21.00			37.00	0.00	37	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-SUPERIOR-LICENCIATURA//NOVA ESPERANCA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000202	SUSANA DE SOUZA RODRIGUES	19/02/1982	10.00	20.00	9.00	28.00			67.00	0.00	67	-	Reserva
000293	EDILSON SOUZA SANTOS	25/06/1995	10.00	10.00	3.00	14.00			37.00	0.00	37	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-SUPERIOR-LICENCIATURA/AGROVILA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000271	ELIANE COSTA CARDOSO DA SILVA	17/01/1984	20.00	20.00	12.00	35.00			87.00	10	97	-	Reserva
000214	FABIANA HONORATO KOLLING	22/12/1987	20.00	15.00	6.00	28.00			69.00	10	79	-	Reserva
000256	TEREZINHA BARBOSA DE SOUZA	23/02/1966	10.00	20.00	12.00	35.00			77.00	0.00	77	-	Reserva
000262	MARCELA CHINOTI	10/03/1984	15.00	15.00	9.00	35.00			74.00	0.00	74	-	Reserva
000259	SAMARA SANTOS OLIVEIRA KLEN	19/08/1991	10.00	25.00	9.00	28.00			72.00	0.00	72	-	Reserva
000103	GILMAR DOS SANTOS DA ROZA	06/09/1988	10.00	15.00	9.00	28.00			62.00	10	72	-	Reserva
000351	EVANDRO CéSAR DE OLIVEIRA	17/03/1984	15.00	20.00	12.00	14.00			61.00	0.00	61	-	Reserva
000110	PATRICIA KOLLING	03/05/1989	25.00	20.00	6.00	7.00			58.00	0.00	58	-	Reserva
000206	ROSANA SANTA FIGUEREDO	01/09/1984	10.00	10.00	6.00	28.00			54.00	0.00	54	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-SUPERIOR-LICENCIATURA/ESPAÇO RURAL/NOVA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000337	CELIO HANCHUK	29/03/1980	10.00	20.00	12.00	21.00			63.00	12	75	-	Reserva
000397	ADILSON PEREIRA DOS SANTOS	08/11/1973	25.00	20.00	6.00	14.00			65.00	10	75	-	Reserva
000328	AMARILDO GONÇALVES FERREIRA	27/09/1981	25.00	20.00	12.00	14.00			71.00	0.00	71	-	Reserva
000373	IRACEMA RODRIGUES POLETO	03/08/1964	10.00	10.00	9.00	14.00			43.00	10	53	-	Reserva
000358	JOSIMAR DE OLIVEIRA ALVES	25/12/1987	5.00	25.00	6.00	14.00			50.00	0.00	50	-	Reserva
000481	VALDECI FERREIRA DE ALMEIDA	07/06/1983	10.00	15.00	9.00	14.00			48.00	0.00	48	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-SUPERIOR-LICENCIATURA/NOVA UNIAO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000282	CIRLENE PEREIRA DA SILVA NUNES	09/01/1974	15.00	20.00	9.00	28.00			72.00	12	84	-	Reserva
000244	DAIANE KELY DA SILVA MAUESKI	22/07/1991	20.00	20.00	12.00	28.00			80.00	0.00	80	-	Reserva
000298	MARIA IMACULADA F.GOMES	30/05/1976	20.00	20.00	9.00	21.00			70.00	10	80	-	Reserva
000453	EMERSON DE OLIVEIRA FERREIRA	31/10/1977	15.00	20.00	9.00	35.00			79.00	0.00	79	-	Reserva
000340	EDIVALDO ALVES CABRAL	18/03/1976	5.00	20.00	15.00	28.00			68.00	10	78	-	Reserva
000267	MIRIAN DE OLIVEIRA SANTOS	13/03/1987	20.00	10.00	6.00	28.00			64.00	12	76	-	Reserva
000323	ALEXSANDRA ROSA DA SILVA VIANA	07/08/1978	20.00	20.00	15.00	21.00			76.00	0.00	76	-	Reserva
000348	ODENIZIA BATISTA DOS SANTOS	27/02/1983	25.00	20.00	6.00	14.00			65.00	10	75	-	Reserva
000329	JEFERSON RIBEIRO DA SILVA	05/01/1990	20.00	20.00	6.00	28.00			74.00	0.00	74	-	Reserva
000299	WANDERSON FERNANDES BENTO	06/09/1975	20.00	25.00	12.00	14.00			71.00	0.00	71	-	Reserva
000204	SANDRA FRANCISCO SALES	03/10/1975	20.00	15.00	9.00	14.00			58.00	10	68	-	Reserva
000237	LLEONICE BARBOSA FONSECA	25/05/1980	20.00	15.00	9.00	21.00			65.00	2	67	-	Reserva
000137	DAYANE FONSECA ALVES	20/12/1987	20.00	10.00	6.00	21.00			57.00	10	67	-	Reserva
000448	ROSALINA PEREIRA DA SILVA	00/00/0000	20.00	15.00	9.00	21.00			65.00	0.00	65	-	Reserva
000321	DANIEL SERVALO	17/08/1985	10.00	20.00	6.00	28.00			64.00	0.00	64	-	Reserva
000396	JOAO BATISTA VENTURA	20/04/1978	10.00	10.00	12.00	21.00			53.00	10	63	-	Reserva
000359	GEUZA ESTEVES GRAPIUNA LOPES	13/06/1984	10.00	10.00	9.00	21.00			50.00	12	62	-	Reserva
000136	NáDIA GONçALVES OLIVEIRA	20/12/1983	20.00	10.00	9.00	21.00			60.00	0.00	60	-	Reserva
000257	MICHELE DOS SANTOS	12/08/1985	20.00	15.00	3.00	7.00			45.00	10	55	-	Reserva
000350	RICARDO GEHM	23/11/1988	10.00	20.00	12.00	7.00			49.00	0.00	49	-	Reserva
000190	ISNÉRIA GERALDA DA SILVA	18/06/1967	10.00	20.00	3.00	14.00			47.00	0.00	47	-	Reserva
000238	EVANILDES DE LIMA FONSECA	14/06/1963	5.00	15.00	9.00	7.00			36.00	0.00	36	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR-SUPERIOR-LICENCIATURA/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000434	DAMIANA BENIGNA DE SOUZA	31/07/1965	25.00	20.00	12.00	21.00			78.00	10	88	-	Reserva
000140	MARIA APARECIDA SOARES SANTOS	09/11/1969	20.00	20.00	9.00	28.00			77.00	10	87	-	Reserva
000477	NOEMI TERESINHA LUDWIG	06/03/1970	15.00	25.00	12.00	28.00			80.00	0.00	80	-	Reserva
000188	MARIA LUCIA RIBEIRO DE BRITO	12/12/1967	5.00	25.00	6.00	28.00			64.00	12	76	-	Reserva
000131	CARLOS PEREIRA DOS SANTOS	29/04/1980	15.00	20.00	12.00	14.00			61.00	12	73	-	Reserva
000139	ELIZABETE TORRES DE MOURA	26/03/1961	20.00	20.00	6.00	14.00			60.00	12	72	-	Reserva
000208	ELEN CRISTINA SILVA NASCIMENTO	08/03/1988	10.00	20.00	9.00	21.00			60.00	10	70	-	Reserva
000268	MARIA DE FATIMA PACHECO DA SILVA	29/04/1982	20.00	15.00	6.00	28.00			69.00	0.00	69	-	Reserva
000118	JULIANA APARECIDA BATISTA	30/05/1985	15.00	20.00	9.00	21.00			65.00	0.00	65	-	Reserva
000284	JUVILDA SALETE GRESPAN	08/10/1959	15.00	15.00	9.00	14.00			53.00	12	65	-	Reserva
000352	LUCINEIDE ABRANTE WUNDER	10/08/1973	10.00	20.00	3.00	21.00			54.00	10	64	-	Reserva
000266	MARA RUSCHEL	22/11/1970	15.00	15.00	9.00	21.00			60.00	0.00	60	-	Reserva
000429	MARLICE MARIA RIPPLINGER	20/04/1974	20.00	10.00	6.00	14.00			50.00	10	60	-	Reserva
000281	SUELI GONÇALINA LOPES	26/05/1980	15.00	15.00	6.00	21.00			57.00	0.00	57	-	Reserva
000310	LILIAN PEREIRA SOUZA	22/08/1980	10.00	15.00	3.00	28.00			56.00	0.00	56	-	Reserva
000180	ANA PAULA ROSIN SCHUSTER	08/07/1985	10.00	15.00	6.00	21.00			52.00	0.00	52	-	Reserva
000102	ANA PAULA MENDES PEREIRA	20/06/1985	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR/A. SALA EDUC. INFANTIL/AGROVILA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000472	VANESSA DE OLIVEIRA CACHONE	25/09/1994	10.00	5.00	9.00	21.00			45.00	0.00	45	-	Reserva
000258	GERCIANE FRANCISCA PAULINO	18/04/1992	5.00	5.00	6.00	14.00			30.00	0.00	30	-	Reserva
000317	ANTONIA AILA AIRES DA SILVA	05/06/1987	5.00	0.00	6.00	14.00			25.00	0.00	25	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR/A. SALA EDUC. INFANTIL/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000322	GISLANIA MACIMO VASCONCELOS DOS SANTOS	24/08/1981	10.00	5.00	12.00	35.00			62.00	0.00	62	-	Reserva
000276	CLAUDIONI SANTA ROSA	29/04/1992	10.00	10.00	6.00	35.00			61.00	0.00	61	-	Reserva
000201	ELENA RITA AGGENS	27/06/1969	10.00	10.00	12.00	28.00			60.00	0.00	60	-	Reserva
000471	CLAUDIA GERTI RODRIGUES SIEBERT	09/06/1977	10.00	10.00	12.00	28.00			60.00	0.00	60	-	Reserva
000439	KEILA I. S. ALTHOFF	30/08/1977	10.00	10.00	15.00	21.00			56.00	0.00	56	-	Reserva
000280	ELLEN APARECIDA RODRIGUES RAMIRES	09/10/1992	5.00	10.00	9.00	28.00			52.00	0.00	52	-	Reserva
000387	PETRONILA RUIZ	19/10/1972	5.00	15.00	9.00	21.00			50.00	0.00	50	-	Reserva
000378	MERCEDES IMACULADA DE SOUZA	22/04/1991	5.00	15.00	9.00	21.00			50.00	0.00	50	-	Reserva
000199	ROSILEIDE BERGER SCHEREDER	25/05/1988	25.00	5.00	6.00	14.00			50.00	0.00	50	-	Reserva
000395	NAIARA LAUREANO THOMAZ	12/08/1997	5.00	15.00	3.00	21.00			44.00	0.00	44	-	Reserva
000324	ERINEIA DE SOUZA GOMES	24/12/1983	0.00	10.00	12.00	21.00			43.00	0.00	43	-	Reserva
000289	MARIA DE JESUS RIBEIRO	20/04/1964	10.00	5.00	6.00	21.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000127	SAMARA GILIOLI	19/04/1995	10.00	5.00	6.00	21.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000401	VIVIANE PEREIRA DE ARAUJO	16/11/1995	15.00	5.00	12.00	7.00			39.00	0.00	39	-	Reserva
000468	BETANIA DE JESUS DA ROCHA	14/01/1986	10.00	5.00	9.00	14.00			38.00	0.00	38	-	Reserva
000388	ANA PAULA DANTAS LIMA	05/10/1991	10.00	10.00	3.00	14.00			37.00	0.00	37	-	Reserva
000367	MARIA DA SILVA CORDEIRO	11/12/1974	10.00	10.00	9.00	7.00			36.00	0.00	36	-	Reserva
000151	SALETE TEREZINHA GILIOLI	21/05/1967	5.00	0.00	9.00	21.00			35.00	0.00	35	-	Reserva
000456	GRACILIA RODRIGUES FERREIRA SOUZA	14/05/1974	5.00	10.00	9.00	7.00			31.00	0.00	31	-	Reserva
000261	MARIA DE LOURDES TEIXEIRA SILVA	04/10/1977	10.00	5.00	9.00	7.00			31.00	0.00	31	-	Reserva
000128	ANDRESSA PRISCILA GILIOLI GRASEL	27/03/1994	5.00	0.00	9.00	14.00			28.00	0.00	28	-	Reprovado
000389	NOELI DE FATIMA PEDRO ALESSI	01/07/1973	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000297	SANDRA MARA CALIXTO	10/05/1976	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000403	ELOISA DA SILVA PINTO	22/05/1981	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000451	ILZA FRANCO PEREIRA	15/11/1987	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000391	TATIANE RITA ALESSI	04/10/1994	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

PROFESSOR/A. SALA EDUCACAO INFANTIL/NOVA UNIAO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000148	ELAINE SANTOS RAMOS	17/06/1996	15.00	15.00	6.00	28.00			64.00	0.00	64	-	Reserva
000217	JOANINHA DOS SANTOS MOREIRA	08/06/1993	10.00	10.00	6.00	21.00			47.00	0.00	47	-	Reserva
000194	BRUNA PESSOA KUROVSKI	30/08/1994	10.00	10.00	6.00	21.00			47.00	0.00	47	-	Reserva
000239	LETICIA MAIARA MARCANTE FRANCK	23/01/1995	15.00	0.00	6.00	21.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000181	JOSIANE DO AMARAL	06/09/1982	0.00	15.00	9.00	14.00			38.00	0.00	38	-	Reserva
000161	JOSICLEIA DA SILVA DOS REIS FREITAS	26/11/1982	0.00	0.00	9.00	21.00			30.00	0.00	30	-	Reserva
000286	LUIZA HETKOSKI BELTER	25/03/1996	5.00	15.00	3.00	7.00			30.00	0.00	30	-	Reserva
000330	GENI MARTINS DOS SANTOS HREZCYK	17/11/1976	10.00	5.00	6.00	7.00			28.00	0.00	28	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/AGROVILA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000408	ANGéLICA MACEDO	02/06/1993	15.00	10.00	6.00	21.00				52.00	52	-	Reserva
000356	DAIANE ALVES PENA	06/08/1993	15.00	5.00	3.00	28.00				51.00	51	-	Reserva
000325	KATIELY SOUZA CHRISTE	27/11/1995	15.00	15.00	3.00	14.00				47.00	47	-	Reserva
000385	JEAN GRANZA DA SILVA	26/12/1993	5.00	5.00	6.00	21.00				37.00	37	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000398	JOAO MARTINS FERREIRA FILHO	12/07/1978	10.00	15.00	9.00	28.00				62.00	62	-	Reserva
000407	FERNANDA PIRES DIAS	14/04/1992	5.00	10.00	6.00	35.00				56.00	56	-	Reserva
000458	EDEUMAM DA SILVA FATEL	26/06/1988	10.00	0.00	9.00	21.00				40.00	40	-	Reserva
000386	TATIANE NASCIMENTO DOS REIS GOMES	29/10/1984	15.00	0.00	9.00	14.00				38.00	38	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

TNM-TECNICO AGRICOLA/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000383	SANDRA REGINA GOMES	24/04/2065	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

TNS-PISICOLOGO/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE				Objetiva	Total	Colocação	Resultado
000426	AMANDA DA SILVA EVANGELISTA	23/10/1990	20.00	10.00	6.00	7.00				43.00	43	1°	Aprovado
000133	ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA	19/08/1980	-							0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO SIMPLIIFICADO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

TNS-VETERINARIO/URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	Títulos	Total	Colocação	Resultado
000116	HELEN CORRADI GUMIERO TEZA	30/07/1987	20.00	25.00	12.00	28.00			85.00	0.00	85	-	Reserva
000460	HELTON LUIS D AGOSTIN	08/11/1978	20.00	25.00	9.00	14.00			68.00	10	78	-	Reserva
000197	ISRAEL JUNIOR TEZA	15/06/1984	20.00	15.00	6.00	21.00			62.00	0.00	62	-	Reserva
000424	RENAN TARTARI	17/02/1988	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

LEGENDA	
CE	Conhecimento Específico
CG	Conhecimentos Gerais
MAT	Matemática
PORT	Português

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMBATE ENDEMIAS-NOVA UNIÃO													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000837	ALEXANDRE LIMA LOPES	01/09/1983	20.00	20.00	15.00	35.00			90.00	5	95	-	Reserva
000709	MARIA VERONICA FERREIRA AMORIM	19/08/1996	20.00	5.00	9.00	35.00			69.00	0.00	69	-	Reserva
000746	ROSINEIDE SERAFIM RODRIGUES	20/06/1994	15.00	10.00	9.00	21.00			55.00	0.00	55	-	Reserva
000768	PABLO DE FREITAS ALMEIDA	18/11/1995	10.00	5.00	6.00	28.00			49.00	0.00	49	-	Reserva
000745	FRANCIELLY NACIMENTO DE PAULA	22/11/1996	15.00	10.00	6.00	14.00			45.00	0.00	45	-	Reserva
000819	POLIANE DAIANE GUIMARAES DA SILVA	29/05/1996	10.00	10.00	9.00	14.00			43.00	0.00	43	-	Reserva
000716	JULIO CESAR ESSER BARBOSA	23/04/1984	10.00	5.00	6.00	21.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000861	ERMISSON FERREIRA DE BARROS	22/05/1994	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMBATE ENDEMIAS-OURO V. PIONEIROS													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000783	MARLY MUSICA DE LIMA	15/09/1977	5.00	5.00	3.00	28.00			41.00	0.00	41	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMBATE ENDEMIAS-ZONA URBANA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000886	ROBERT AUGUSTO DE CERQUEIRA	17/09/1995	15.00	15.00	12.00	28.00			70.00	0.00	70	-	Reserva
000869	MARCIA VIEIRA DA SILVA	03/02/1980	20.00	10.00	0.00	28.00			58.00	0.00	58	-	Reserva
000856	DOUGLAS DIAS DOS SANTOS	27/08/1986	10.00	10.00	3.00	14.00			37.00	0.00	37	-	Reserva
000855	SOLANGE MARIA MATTYE	27/09/1983	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 002-PSF AGROVILA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000715	ROSIANA DOS SANTOS MORAES	05/11/1987	10.00	10.00	0.00	28.00			48.00	5	53	-	Reserva
000821	LUCIANE PILZ	21/10/1981	15.00	10.00	3.00	21.00			49.00	0.00	49	-	Reserva
000832	ELIAS MIRANDA PEREIRA	23/10/1993	10.00	10.00	3.00	21.00			44.00	0.00	44	-	Reserva
000813	MARIA EUGENIA SANTOS SOUZA	26/09/1973	5.00	10.00	3.00	21.00			39.00	0.00	39	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 003-PSF AGROVILA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000775	ITAMAR ROBERTO DE OLIVEIRA	14/01/1980	5.00	5.00	3.00	14.00			27.00	0.00	27	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 004-PSF AGROVILA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000850	MAXSUEL LUIZ STORKI	07/10/1993	15.00	0.00	9.00	14.00			38.00	0.00	38	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 007-PSF AGROVILA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000851	JUCIANA CAMPOS	30/12/1988	20.00	5.00	0.00	21.00			46.00	0.00	46	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 008-PSF AGROVILA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000773	KATIANE REIS SILVA	12/04/1987	10.00	0.00	3.00	7.00			20.00	0.00	20	-	Reprovado
000887	MARIA DA GUIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO	25/01/1973	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 009-PSF AGROVILA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000721	LUCIANA SANTOS DE JESUS	03/11/1994	15.00	5.00	12.00	28.00			60.00	10	70	-	Reserva
000781	GEANE SANTOS DE OLIVEIRA	19/04/1984	10.00	10.00	9.00	28.00			57.00	0.00	57	-	Reserva
000740	KELFY BRONNER RODRIGUES	19/05/1994	10.00	15.00	9.00	14.00			48.00	0.00	48	-	Reserva
000825	ROSELEIDE VIEIRA LIMA	28/02/1990	15.00	5.00	6.00	21.00			47.00	0.00	47	-	Reserva
000833	ALESSANDRA DA SILVA RAMOS DE LIMA	11/03/1985	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 011-PSF AGROVILA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000834	LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS	27/07/1983	5.00	0.00	6.00	14.00			25.00	0.00	25	-	Reprovado
000889	CARLOS HENRIQUE ALVES DOS SANTOS	16/09/1996	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 012-PSF AGROVILA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000741	FABIANA FERREIRA MEDEIROS SOARES	07/11/1984	15.00	20.00	12.00	35.00			82.00	0.00	82	-	Reserva
000841	WESLEY RODRIGUES DE AGUIAR	16/09/1994	15.00	15.00	9.00	7.00			46.00	0.00	46	-	Reserva
000771	CRISTIANE SOUZA REIS	02/10/1993	15.00	10.00	6.00	7.00			38.00	0.00	38	-	Reserva
000840	GILCIMAR COELHO ANDRADE	29/03/1979	5.00	10.00	6.00	7.00			28.00	0.00	28	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 014-PSF I													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000893	GRACIELE TORRENTE SILVA	27/04/1991	15.00	10.00	3.00	14.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000713	DEBORA ODETTE DA SILVA CARMO	28/12/1993	10.00	0.00	6.00	21.00			37.00	0.00	37	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 015-PSF I													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000754	REGIANE DIAS BATISTA	20/07/1989	20.00	15.00	9.00	21.00			65.00	0.00	65	-	Reserva
000801	HEDA MUNIZ BARBOZA	10/08/1984	10.00	15.00	0.00	21.00			46.00	0.00	46	-	Reserva
000787	CLAUDIO DA SILVA BARRETO	28/10/1982	5.00	15.00	3.00	21.00			44.00	0.00	44	-	Reserva
000877	DEISE MONTEIRO	30/11/1996	0.00	0.00	3.00	21.00			24.00	0.00	24	-	Reprovado
000892	CARLA FRANCO DA SILVA	05/02/1991	10.00	0.00	0.00	14.00			24.00	0.00	24	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 016-PSF I													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000860	ROSENILDA DOS SANTOS MARCAL	19/10/1977	10.00	5.00	6.00	28.00			49.00	0.00	49	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 017-PSF I													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000714	CARINA GOMES DA SILVA	02/06/1983	15.00	15.00	6.00	35.00			71.00	2	73	-	Reserva
000799	TALITA DA SILVA	09/01/1979	15.00	5.00	9.00	35.00			64.00	0.00	64	-	Reserva
000802	LIZETE CARMO LANA	22/12/1973	20.00	5.00	3.00	28.00			56.00	0.00	56	-	Reserva
000816	TANIA JUCIELI RIEDEL	02/03/1991	10.00	10.00	3.00	21.00			44.00	0.00	44	-	Reserva
000757	GESICLEIA CERQUEIRA SILVA	28/01/1997	10.00	10.00	6.00	14.00			40.00	0.00	40	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 018-PSF I													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000705	SHEILA APARECIDA MANTOVANI DA SILVA	24/10/1978	15.00	15.00	6.00	7.00			43.00	0.00	43	-	Reserva
000706	LEILA MARCIA SANTANA	07/08/1982	10.00	5.00	6.00	21.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000854	VANESSA NOGUEIRA SANTANA	09/05/1995	10.00	10.00	6.00	7.00			33.00	0.00	33	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 019-PSF I													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000862	ADRIANA VILAS BOAS	10/09/1983	15.00	10.00	3.00	28.00			56.00	0.00	56	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 021-PSF II

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000803	ADRIANA HALMENSCHLAGER DE LIMA	03/11/1986	20.00	20.00	12.00	28.00			80.00	5	85	-	Reserva
000805	SIMONE DANIELA CZYCZA	26/10/1982	15.00	15.00	9.00	35.00			74.00	0.00	74	-	Reserva
000755	REJANE EDELA GLIENKE SILVA	16/11/1984	15.00	5.00	9.00	21.00			50.00	0.00	50	-	Reserva
000099	JULIANO ALVES DA LUZ	14/12/1974	5.00	5.00	3.00	35.00			48.00	0.00	48	-	Reserva
000880	LUCIENE LIMEIRA DOS SANTOS	02/06/1975	5.00	15.00	3.00	21.00			44.00	0.00	44	-	Reserva
000812	NEUZA BRAZ FERREIRA	17/02/1974	10.00	5.00	12.00	14.00			41.00	0.00	41	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 025-PSF II													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000878	VANESSA RODRIGUES FERREIRA	26/08/1982	10.00	15.00	9.00	28.00			62.00	0.00	62	-	Reserva
000890	CLEMILSA GOMES DA CONCEIçAO	21/11/1982	10.00	5.00	3.00	7.00			25.00	0.00	25	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 026-PSF II													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000882	CRISTIANI CECILIA SCHONS	22/11/1985	20.00	10.00	15.00	35.00			80.00	0.00	80	-	Reserva
000814	ALESSANDRO JANDREY	18/10/1979	25.00	20.00	0.00	21.00			66.00	0.00	66	-	Reserva
000758	JUSCILENE SHIPITOSKI RODRIGUES	12/11/1986	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 031-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000724	TALITA ALVES SANTOS	16/10/1994	20.00	10.00	9.00	21.00			60.00	0.00	60	-	Reserva
000762	SIMONE DE QUEIROZ MARTINS BARBOSA	11/08/1988	15.00	5.00	9.00	28.00			57.00	0.00	57	-	Reserva
000864	JOABS BARBOSA FONSECA	13/09/1995	10.00	0.00	6.00	28.00			44.00	0.00	44	-	Reserva
000820	ELIZANGELA CORREA DA SILVA	22/02/1994	10.00	5.00	6.00	14.00			35.00	0.00	35	-	Reserva
000891	GEOVANIA GONçALVES GOUVEIA	25/05/1983	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000888	ANDREIA VASCONCELOS DE FARIA	17/03/1988	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 032-PSF N.ESPERANCA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000707	JOANA DARC PAULA DA SILVA	13/09/1977	15.00	15.00	9.00	21.00			60.00	0.00	60	-	Reserva
000759	CIRLENE DE OLIVEIRA BARBOSA	28/11/1992	15.00	5.00	3.00	21.00			44.00	0.00	44	-	Reserva
000804	JOELMA NEVES DE OLIVEIRA	05/08/1991	5.00	5.00	6.00	7.00			23.00	0.00	23	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 033-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000736	ELIZANGELA VIEIRA PAZ BAUDSON	23/09/1980	15.00	5.00	9.00	28.00			57.00	0.00	57	-	Reserva
000748	EIDINEIA DOS SANTOS RODRIGUES	03/06/1989	20.00	10.00	6.00	14.00			50.00	0.00	50	-	Reserva
000767	EMILY DA SILVA PEREIRA	04/01/1990	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 034-PSF N.ESPERANCA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000725	PRATICIA LOPES DAMACENO	15/01/1979	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 036-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000752	MARIA HELENA CASALI FACHINI	13/10/1979	15.00	10.00	3.00	21.00			49.00	0.00	49	-	Reserva
000831	FATIMA ALVES DE OLIVEIRA	19/09/1978	5.00	5.00	9.00	7.00			26.00	0.00	26	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 037-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000731	LEIDIANA FERREIRA MIESE	10/12/1987	15.00	10.00	6.00	28.00			59.00	0.00	59	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 038-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000830	JOICE LETICIA BECKER DE VIVEIROS	05/02/1991	15.00	20.00	3.00	28.00			66.00	0.00	66	-	Reserva
000827	JOUSE FREITAS DE SOUZA	16/07/1983	15.00	15.00	6.00	28.00			64.00	0.00	64	-	Reserva
000863	JOSE FERREIRA ROCHA	29/12/1963	15.00	5.00	15.00	28.00			63.00	0.00	63	-	Reserva
000808	IRENE RODRIGUES ROCHA	04/03/1973	10.00	15.00	6.00	28.00			59.00	0.00	59	-	Reserva
000852	JONEITON CLEBSON FERREIRA ANTUNES	02/02/1992	15.00	10.00	6.00	21.00			52.00	0.00	52	-	Reserva
000884	CELINA FERREIRA DE ALMEIDA	20/11/1985	15.00	0.00	6.00	28.00			49.00	0.00	49	-	Reserva
000846	DIANA CLEIA ALVES DA SILVA	16/03/1998	5.00	5.00	3.00	21.00			34.00	0.00	34	-	Reserva
000815	GISLAINE DE OLIVEIRA RABELO	23/02/1996	5.00	5.00	9.00	14.00			33.00	0.00	33	-	Reserva
000836	SUELI MARCOS DOS SANTOS	14/04/1971	5.00	10.00	3.00	14.00			32.00	0.00	32	-	Reserva
000849	LINDALVA DO NASCIMENTO	03/05/1977	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000703	RAIANES DO NASCIMENTO CAMPOS	23/04/1991	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 039-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000829	WELMA INACIO DA SILVA	09/10/1982	15.00	20.00	0.00	28.00			63.00	0.00	63	-	Reserva
000726	CELIA MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO	17/11/1973	10.00	15.00	9.00	28.00			62.00	0.00	62	-	Reserva
000718	SONIA LACERDA DOS REIS	14/08/1992	25.00	10.00	6.00	21.00			62.00	0.00	62	-	Reserva
000872	IVANEIDE RODRIGUES DA SILVA	20/12/1990	15.00	15.00	3.00	28.00			61.00	0.00	61	-	Reserva
000756	JHONATAN VICENTE	30/01/1988	15.00	15.00	9.00	21.00			60.00	0.00	60	-	Reserva
000790	ROSANGELA MARIA DE AZEVEDO	08/10/1974	15.00	15.00	6.00	21.00			57.00	0.00	57	-	Reserva
000769	NILZA RODRIGUES DA SILVA	12/05/1972	0.00	10.00	9.00	35.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000727	GLAUCIA FERNANDA RAMOS	26/02/1987	5.00	5.00	9.00	35.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000818	MÁRCIA FERREIRA DA SILVA PEREIRA	02/10/1984	15.00	5.00	6.00	28.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000839	GILMAR RALNIR CORREA TOMAZ	04/04/1988	5.00	15.00	12.00	21.00			53.00	0.00	53	-	Reserva
000719	MARLI LACERDA DOS REIS	04/11/1988	5.00	10.00	6.00	21.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000874	ERMESSON FERNANDO ANDRADE	14/02/1997	20.00	5.00	3.00	14.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000770	NILDA MENDES DE SOUZA	05/03/1980	5.00	10.00	9.00	14.00			38.00	0.00	38	-	Reserva
000796	ANA LUCIA FREITAS	04/04/1990	5.00	5.00	12.00	14.00			36.00	0.00	36	-	Reserva
000789	WELLINTON MARTINS HREZCYK	31/10/1996	0.00	5.00	9.00	14.00			28.00	0.00	28	-	Reprovado
000791	FRANCISCO DE PAULA SILVA	10/03/1997	10.00	5.00	3.00	7.00			25.00	0.00	25	-	Reprovado
000717	BRUNA LIMA DA SILVA	06/08/1990	-						0.00	0.00	0	-	Ausente
000866	HELOAYNE MOTA NASCIMENTO	16/08/1996	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 040-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000871	JONIVAN SANABIA AZEVEDO	07/06/1990	15.00	15.00	15.00	35.00			80.00	0.00	80	-	Reserva
000797	KEILA AMANCIO DA SILVA	23/10/1995	20.00	0.00	9.00	28.00			57.00	0.00	57	-	Reserva
000704	ROSIMEIRE DE LIMA GOIS	23/01/1988	15.00	0.00	3.00	28.00			46.00	0.00	46	-	Reserva
000885	JOILSON SANABRIA AZEDO	03/06/1985	10.00	5.00	9.00	21.00			45.00	0.00	45	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 041-PSF N.ESPERANCA													
Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000793	JUCÉLIO DE GOIS MEDEIROS	30/03/1992	10.00	5.00	9.00	14.00			38.00	0.00	38	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 042-PSF N.ESPERANCA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000712	ALTAIR MOREIRA	05/01/1970	15.00	5.00	6.00	14.00			40.00	0.00	40	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 045-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000847	RUTILEIA SILVA SOUZA	16/07/1978	15.00	5.00	6.00	28.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000879	VINÍCIUS DA SILVA ALMEIDA	26/08/1996	10.00	5.00	12.00	14.00			41.00	0.00	41	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 046-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000739	ISOLINA SOUZA BATISTA	01/02/1997	15.00	15.00	12.00	35.00			77.00	0.00	77	-	Reserva
000742	ALINE DE ARAUJO BEZERRA	08/11/1997	15.00	15.00	9.00	21.00			60.00	0.00	60	-	Reserva
000868	ADOLFO ANTONIO DOS SANTOS	06/08/1991	15.00	10.00	3.00	21.00			49.00	0.00	49	-	Reserva
000744	ANDRÉ ARAUJO BEZERRA	08/05/1996	10.00	5.00	6.00	14.00			35.00	0.00	35	-	Reserva
000737	ADERITHON ALVES DOS ANJOS RAMOS	21/11/1994	-						0.00	0.00	0	-	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 047-PSF N.UNIÃO

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000782	LUCINEIS BAZILIO PEREIRA	21/04/1978	10.00	10.00	3.00	28.00			51.00	0.00	51	-	Reserva
000867	LEANDRO ANTONIO DOS SANTOS	22/10/1982	10.00	15.00	3.00	21.00			49.00	0.00	49	-	Reserva
000766	MARLENE BENEDITA DE SOUZA	03/02/1976	15.00	5.00	0.00	7.00			27.00	0.00	27	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 048-PSF N.ESPERANCA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000859	SONIA RIBEIRO SCHUMACHER	11/04/1985	20.00	10.00	15.00	35.00			80.00	0.00	80	-	Reserva
000751	CELIO SOARES	15/08/1978	20.00	15.00	6.00	28.00			69.00	0.00	69	-	Reserva
000772	ENEDINA PEREIRA DE CARVALHO	21/04/1977	15.00	15.00	6.00	28.00			64.00	0.00	64	-	Reserva
000733	CLESIO BEDONI MEDEIROS	09/02/1990	10.00	10.00	3.00	35.00			58.00	0.00	58	-	Reserva
000807	IVO KUBIAK	08/05/1965	10.00	15.00	12.00	21.00			58.00	0.00	58	-	Reserva
000750	MARIA CONCEIÇÃO PACHECO DA SILVA	08/12/1977	10.00	10.00	3.00	28.00			51.00	0.00	51	-	Reserva
000747	EDIVALDO DE SOUZA QUEIROZ	26/09/1981	10.00	5.00	6.00	21.00			42.00	0.00	42	-	Reserva
000785	CELSO DA SILVA BARRETO	18/05/1992	10.00	15.00	6.00	7.00			38.00	0.00	38	-	Reserva
000809	FABIANA SOUZA RUBIO	03/03/1994	10.00	10.00	0.00	7.00			27.00	0.00	27	-	Reprovado
000844	ELIZEU SOUZA E SILVA	27/10/1992	5.00	5.00	0.00	14.00			24.00	0.00	24	-	Reprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 049-PSF N.ESPERANCA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000794	ELIZANGELA FATIMA DE SOUZA	28/02/1988	15.00	15.00	0.00	28.00			58.00	0.00	58	-	Reserva
000845	LUCINEIA ANGELICA CICHORSKI	21/06/1983	15.00	10.00	9.00	21.00			55.00	0.00	55	-	Reserva
000858	LAISA BRAZ LIMA SOARES	11/09/1995	5.00	10.00	6.00	28.00			49.00	0.00	49	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 050-PSF N.ESPERANCA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000738	DIANDRA SOLEDADE MEDEIROS	09/01/1993	20.00	15.00	6.00	35.00			76.00	0.00	76	-	Reserva
000838	VIVIANE DIAS LOPES DE SOUSA	04/04/1993	15.00	10.00	9.00	35.00			69.00	0.00	69	-	Reserva
000853	NEUZA DA SILVA PEREIRA	12/06/1971	15.00	20.00	6.00	21.00			62.00	0.00	62	-	Reserva
000843	ABENÍCIO CORREA DE ALMEIDA FILHO	07/09/1981	10.00	15.00	9.00	21.00			55.00	0.00	55	-	Reserva
000826	ANDRESSON COSTA DO NASCIMENTO	09/07/1994	10.00	20.00	3.00	21.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000729	PATRICIA VARGAS BARBOSA	27/09/1987	10.00	15.00	6.00	21.00			52.00	0.00	52	-	Reserva
000778	AUDAILDE DA SILVA RIBEIRO	25/12/1989	10.00	5.00	0.00	28.00			43.00	0.00	43	-	Reserva
000870	ANILTON VAS BUENOS AIRES	22/01/1990	10.00	15.00	0.00	7.00			32.00	0.00	32	-	Reserva

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT(PROCESSO SELETIVO PÚBLICO-EDITAL N° 001/2015)

ORGANIZAÇÃO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITARIO SAUDE/MA 051-PSF N.ESPERANCA

Inscrição	Candidato	Data	PORT	MAT	CG	CE			Objetiva	TITULOS	Total	Colocação	Resultado
000881	ELISMAR DA SILVA BARBOSA	09/09/1984	15.00	10.00	9.00	21.00			55.00	0.00	55	-	Reserva
000835	POLLYANA LORRAMY DE ALMEIDA SILVA	04/03/1994	15.00	15.00	3.00	21.00			54.00	0.00	54	-	Reserva
000795	CARLA SOARES DE OLIVEIRA	26/10/1989	15.00	10.00	3.00	21.00			49.00	0.00	49	-	Reserva

LEGENDA	
CE	Conhecimento Específico
CG	Conhecimentos Gerais
MAT	Matemática
PORT	Português

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 011/2015**

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG17.590/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Educação - SME

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para finalização do remanescente da obra de construção do CMEI Residêncial Alice Novack, Creche Tipo “B”, decorren-

tes do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PRONFÂNCIA, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas no Edital e seus Anexos.

Data/Horário: 27/05/2015 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário da Capital.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2015

Magda Rossi

Presidente da Comissão

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 23 de abril de 2015.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PE 010/2015

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS N°010/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 15.907/2015

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal 192 de 05 de outubro de 2009, dos Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011, Decreto Municipal 5.456, de 24 de fevereiro de 2014 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual Aquisição COLCHÃO HOSPITALAR, Densidades: 33, 45 e 28, de acordo com as condições, especificações e quantitativos contidos no edital e seus anexos.

Data da Abertura: 08/05/2015 Horário: 10h00min (Dez horas) Fuso Horário de Brasília.

Local: O PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Através da utilização do aplicativo "Licitações-e" - www.licitacoes-e.com.br.

End. para retirada do Edital: O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Cuiabá, por meio do endereço: www.cuiaba.mt.gov.br, na opção “Serviços”, no link “Licitações”.

Informações: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Telefone: (65) 3645-6252. Atendimento: 14:00 às 18:00hs. E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br

Pregoeiro(a):

Camila Moraes de Oliveira

Pregoeiro(a) Oficial

Diretor/ Secretária:

José Dias de Oliveira

Diretor especial de Licitações e Contratos

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Data da Assinatura: 23/04/2015

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 012/2015**

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG17.599/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Educação - SME

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para finalização do remanescente da obra de construção do CMEI Residencial Avelino Lima Barros, Creche Tipo “B”, decorrentes do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PRONFÂNCIA.

Data/Horário: 28/05/2015 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário da Capital.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2015

Magda Rossi

Presidente da Comissão

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 23 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 037/2015

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **PROFESSOR** Contratado: **VALDINEI RAMOS DA SILVA**; Salário Mensal: R$ 1.438,59; Vigência: 13/04/2015 a 12/05/2015; Lotação: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2015

A Secretária Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, e:

Considerando o que consta no processo nº 9463 de 13 de março de 2015;

Considerando o Parecer Jurídico emitido em 01/04/2015;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pelo Decreto nº 537de 25 de novembro de 2014;

RESOLVE:

I – **Divulgar** o resultado da análise da interposição de recursos, conforme anexo I.

Cáceres, 23 de abril de 2015.

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Presidente da Comissão Paritária

Nelci Eliete Longhi

Secretária Municipal de Educação

Anexo I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2015

RESULTADO DA ÁNLISE DE RECURSO

Insc.	Nome	Situação
024	RONILSON DO COUTO COSTA	INDEFERIDO
046	KLEBER NEI DE CAMPOS SILVA	INDEFERIDO
018	FRANCIANE APARECIDA DA ROSA	DEFERIDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 157 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 10864, de 25 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a senhora **VERA LUCIA DA SILVA ORTEGA** – Professora Licenciada em Geografia, para responder pela Coordenação Pedagógica Escola Municipal Santa Catarina/Núcleo Limão, da Secretaria Municipal de Educação, no período de 12 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de abril de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 10.04.2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 174 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12832, de 13 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras **MICHELA MARCIA CAMARGO EGUES**, como responsável pela fiscalização e acompanhamento da Obra e **ZUBEIDE PEIXOTO AMBRÓSIO**, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do seguinte Contrato Administrativo:

Contrato Administrativo nº 071/2015 – PGM, entre a empresa GM 10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 25 de março de 2015.

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º

Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de abril de 2015.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em:15.04.15.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2015

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, e:

Considerando o que consta no processo nº 9463 de 13 de março de 2015;

Considerando o Parecer Jurídico emitido em 01/04/2015;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pelo Decreto nº 537de 25 de novembro de 2014;

RESOLVE:

I – **HOMOLOGAR** -O resultado da Análise Curricular/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado 004/2015, conforme Anexo I;

Cáceres-MT, 23 de abril de 2015.

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Presidente da Comissão Paritária

Nelci Eliete Longhi

Secretária Municipal de Educação

Anexo I

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015

Cargo: Pedreiro 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	025	SIDNEI GOMES DA COSTA	2,82		CLASSIFICADO

Cargo: Guarda 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	023	JOSE CARLOS FERREIRA	8,86		CLASSIFICADO
2	007	CARLOS ALBERTO DA SILVA BRETAS	8,46		CLASSIFICADO
3	040	EDSON LUIZ DE PAULA COSTA	6,54		CLASSIFICADO
4	002	RICARDO ADRIANO GARCIA	6,38		CLASSIFICADO
5	003	MARCILENE COSTA DA SILVA	6,18		CLASSIFICADO
6	034	JOSE RONALDO DA SILVA	5,68		CLASSIFICADO
7	013	PABLO RODRIGO MENDES	5,52		CLASSIFICADO
8	035	MAIKO DE ARRUDA FREIRE	5,38		CLASSIFICADO
9	012	ADRIANO MIRANDA DOS SANTOS	5,28		CLASSIFICADO
10	006	JOSE NELSON SALES DE ARRUDA	5,14		CLASSIFICADO
11	017	GILMAR DA SILVA CUNHA	5,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
12	008	WANDERSONSANTOS DA SILVA	5,0		CLASSIFICADO
13	044	JOSE REZENDE DA SILVA	4,92		CLASSIFICADO
14	028	OSEIAS SILVA DE OLIVEIRA	4,70		CLASSIFICADO
15	004	ANTONIO CESAR CAETANO FARDIM	4,32		CLASSIFICADO
16	001	ROBSON DIONE LEÃO DA SILVA	4,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
17	018	FRANCIANE APARECIDA DA ROSA	4,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
18	026	JORDAN LUIS ARTIAGA SILVA	4,0		CLASSIFICADO
19	027	WALDEMIR DE ARRUDA VARGAS	3,90		CLASSIFICADO
20	042	VALDIVINO DIAS DOS SANTOS	3,62		CLASSIFICADO
21	043	LUIZ ANTONIO FERREIRA LOPES	3,32		CLASSIFICADO
22	046	KLEBER NEI DE CAMPOS SILVA	3,22		CLASSIFICADO
23	031	JOÃO MANOEL DE OLIVEIRA	3,20		CLASSIFICADO
24	029	BRUNO BERNARDO MAXIMIANO	3,18		CLASSIFICADO
25	024	RONILSON DO COUTO COSTA	3,16		CLASSIFICADO
26	016	WALDIR CONCEIÇÃO DE SIQUEIRA	3,0		CLASSIFICADO
27	010	ELIAS PEREIRA DE SOUZA	2,93		CLASSIFICADO
28	030	ANTONIO CARLOS FERREIRA DIAS	2,58		CLASSIFICADO
29	014	CRISTIANO DOS SANTOS SILVA	2,54		CLASSIFICADO
30	032	JOILTON LUIZ GARCIA	2,54		CLASSIFICADO
31	009	ALINE SOARES DE SOUZA	2,52		CLASSIFICADO
32	037	NILSSEIA BORGES OLIVEIRA SILVA	2,36		CLASSIFICADO
33	036	MARIA APARECIDA FELINTO	2,31		CLASSIFICADO
34	038	RENATO DE JESUS	2,26		CLASSIFICADO
35	019	ANA ROSA DE CARVALHO BATISTA	2,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
36	045	LOURENÇO EDVALDO RIBEIRO	2,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
37	011	MARCOS JOSE DA SILVA	2,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
38	020	LIDIO ORTIZ HURTADO	2,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
39	005	ESTER PEREIRA DE SOUZA	2,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
40	015	EDY CARLOS ALMEIDA BIZERRA	2,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
41	039	LUCAS VINICIUS LOPES MOTTA	2,0	ITEM 9,C	CLASSIFICADO
42	041	LUIZ FERNANDO MENDES RIBEIROS	2,0		CLASSIFICADO
43	033	ADIVANIO GENESIO DA SILVA	1,0		CLASSIFICADO

Anexo II

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Insc.	Nome	Motivo
022	ABELINO FRANCISCO ROSA	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.3
021	MARILZA CHAVES	DESCUMPRIMENTO DO ITEM 5.3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 153 DE 09 DE ABRIL DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 11106, de 27 de março de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Suspender a pedido, o afastamento da servidora **MARIA GISLAINE DE SANTANA** – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concedido através da Portaria nº 200, de 15 de abril de 2013, com efeitos desde 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de abril de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 09.04.15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 168 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 12729 de 13 de abril de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido o senhor **RUBENS MACEDO**, do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de abril de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 13.04.2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°179 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Regulamenta a forma de pagamento das vantagens pecuniárias aos servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO a recomendação contida no Processo 8193-0/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para que os pagamentos observem o disposto no artigo 5º, XIV da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 25/1997;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, XIV da Constituição Federal que estabelece que os acréscimos pecuniários não serão computados e nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 472 do Código de Processo Civil, que veda o efeito erga omnes às decisões judiciais;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 26359 de 17 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1° A ficha financeira dos servidores públicos municipal deverá estar discriminada e individualizada todos os lançamentos e/ou eventos.

Art. 2°

O valor do vencimento básico, não poderá estar acrescido e/ou somado de nenhuma outra vantagem pecuniária, mesmo que incorporada.

Parágrafo único: Considera-se como vencimento básico o disposto no artigo 60 da Lei Complementar nº 25/1997, como sendo a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, conforme símbolos, níveis e referencias com valor fixado em Lei.

Art. 3° **As vantagens pecuniárias incidirão sobre o valor do vencimento básico e não são computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de qualquer outro acréscimo pecuniário ulterior.**

Parágrafo primeiro: Consideram-se vantagens pecuniárias os acréscimos de estipêndio do funcionário, concedidas a título definitivo ou transitório:

I – Adicionais (de vencimento e de função):

a) Pela decorrência do tempo de serviço (ex facto temporis)

b) Pelo desempenho de funções especiais (ex facto officii);

II – Gratificações (de serviço e pessoais):

c) Em razão das condições anormais em que se realiza o serviço (propter laborem);

d) Em razão de condições pessoais do servidor (propter personam).

Parágrafo segundo: O servidor que vier a fazer jus a mais de uma vantagem pecuniária, terá cada uma delas discriminada de forma individualizada.

O servidor que tiver vantagem pecuniária incorporada e vier a fazer jus a vencimentos sob o mesmo título ou identifico fundamento, perceberá apenas a diferença entre a incorporação e a nova vantagem, se esta for maior, conforme estabelece o artigo 138 da Lei Complementar nº 25/1997.

Parágrafo único: Em sendo a nova vantagem de valor inferior ou igual, deverá constar em ficha financeira o referido lançamento/evento, cujo valor deverá ser R$ 0,00 (zero).

Art. 5° O servidor que possui sentença judicial com transito em julgado, a este deverá ser efetuado o pagamento na forma disposta em sentença, não podendo a Administração atribuir efeito erga omnes da decisão judicial aos demais servidores.

Art.6° **Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.**

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de abril de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em 16.04.14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 177 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12832, de 13 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **ANILCE RIBEIRO DA SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para Fiscalizar os contratos relacionados abaixo:

Contrato Administrativo nº 075/2015 – PGM, entre a CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 26 de março de 2015. **Contrato Administrativo nº 076/2015** – PGM, entre a DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 26 de março de 2015. **Contrato Administrativo nº 077/2015** – PGM, entre HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 26 de março de 2015. **Contrato Administrativo nº 078/2015** – PGM, entre a INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 26 de março de 2015.

Contrato Administrativo nº 079/2015

– PGM, entre a TOPMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 26 de março de 2015.

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da servidora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de abril de 2015.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 15.04.15.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 171 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12832, de 13 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **ZUBEIDE PEIXOTO AMBRÓSIO CURVO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para Fiscalizar os contratos relacionados abaixo:

Contrato Administrativo nº 034/2015 – PGM, entre a GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 20 de março de 2015. **Contrato Administrativo nº 072/2015** – PGM, entre a GM 10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 23 de março de 2015.

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da servidora responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de abril de 2015.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 15.04.15.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N°21/2015 COM REGISTRO DE PREÇO-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres – MT.

Objeto: Para eventual contratação de empresa especializada em confecção de material gráfico com garantia e qualidade, confecção de faixas, outdoor e painel de identificação, visando atender à Prefeitura de Cáceres nas Secretarias Municipal de Administração; Industria Comercio e Meio Ambiente e Turismo; Governo; Educação; Ação Social; Saúde; Fazenda e Esporte Cultura e Lazer, conforme descrição e quantitativos.

Realização: 07 de Maio 2015, as 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 23 de Abril de 2015.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 166 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12105, de 08 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a senhora **CALSURAYANA GOMES OLIVEIRA PEREIRA** – Professora Licenciada em Pedagogia, para responder pela Direção da Escola Municipal Fazendo Arte, da Secretaria Municipal de Educação, no período de 09 de fevereiro de 2015 a 09 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de abril de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 14.04.2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 181 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 13488, de 16 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º

Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de abril de 2015.

SILVIA MARA GONÇALVES

Secretária Municipal de Administração

Afixado em: 17.04.2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 169 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 12918 de 14 de abril de 2015,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **JAIR CESTARI**, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 13 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de abril de 2015.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 14.04.2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRONICO N°16/2015- COM REGISTRO DE PREÇO-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria de Esporte Cultura e Lazer.

A prefeitura de Cáceres, através da Coordenação de Licitação vem a publico comunicar a SUSPENSÂO do Pregão Eletrônico 16/2015 referente Aquisição de materiais de consumo (aquisição de materiais esportivos), para atender às necessidades da Secretaria de Esporte Cultura e Lazer. . Considerando alterações no Edital, tão logo sejam feitas as devidas retificações, será publicado nova data de abertura para prosseguimento no referido processo. A data de abertura que seria neste dia 27/04/2015 as 09:00 horas, horário de Brasília-DF, fica suspensa até nova publicação.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 23 de Abril de 2015.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 163 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12832 de 13 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **CATARINA DIMAS DA SILVA FLORES**, como responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato Administrativo nº 027/2015 – PGM, e a Empresa P.C. DA SILVA RESTAURANTE - ME, no Município de Cáceres – MT, com efeitos desde 03 de março de 2015, conforme as especificações abaixo:

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que exceder a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de abril de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 14.04.15.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 161 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12109, de 08 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **JOEL DA SILVA BENEVIDES,** Motorista, para responder pela Coordenação de Transporte Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, em substituição a titular que encontra-se em gozo de férias, pelo período de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de abril de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 14.04.2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 029/2015

A Secretária Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, e:

Considerando o que consta no processo nº 34182 de 10 de dezembro de 2014;

Considerando o Parecer Jurídico nº 02/2015;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pelo Decreto nº 537de 25 de novembro de 2014.

RESOLVE:

I – **CONVOCAR** os**Profissionais da Zona Urbana** aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia **24/04/2015 (sexta-feira)**, a partir das 13h00 para compor o quadro de vagas apresentados por esta Secretaria, conforme Anexo I;

II – Para as vagas dispostas no Anexo II deste Edital, convocamos todos os candidatos classificados no Processo Seletivo nº 001/2015, nos referidos cargos, tanto na zona rural quanto zona urbana,

para que se manifestem quanto ao interesse e disponibilidade nas vagas

apresentadas no referido anexo. A atribuição será realizada de acordo com a quantidade de vagas existentes e a ordem de classificação dos candidatos.

Cáceres-MT, 23 de abrilde 2015.

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Presidente da Comissão Paritária

Nelci Eliete Longhi

Secretária Municipal de Educação

Anexo I

CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO/LOTAÇÃO

PROFISSIONAIS ZONA URBANA e ZONA RURAL

DATA: 24/04/2015 ÀS 13H00

ESCOLA MUNICIPAL DOM MAXIMO BIENNES

Cargo: Professor Licenciado Pedagogia

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
14	620	MEIRELAINE DE OLIVEIRA RIBEIRO	8,0		

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	734	MARIA DA PENHA DE SOUSA RODRIGUES	5,50		

ESCOLA MUNICIPAL JARDIM PARAISO

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
2	1399	FERNANDO VINICIUS RIBEIRO LIMA	2,75		

ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO SABIO

Cargo: Professor Licenciado Pedagogia

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
16	256	VERA DE CAMPOS SILVA	7,21		

E M TANCREDO NEVES

Cargo: Professor Licenciado Pedagogia

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
7	977	ROSANA DA CRUZ ALVES	8,17		

NÚCLEO PAIOL

Cargo: Professor Licenciado em Letras

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
1	652	ROSIMEIRE CRISTINA PEREZ	10,63		

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas

Clas.	Insc.	Nome	Pontuação	Critério de Desempate	Situação
5	1380	EVELIN WILMA RODRIGUES PEDROSA	2,71		
6	1365	LUANA FERRAZ DE MORAIS	2,50		

Anexo II

QUADRO DE VAGAS ZONA RURAL

NÚCLEO CLARINÓPOLIS (SOTECO)

Cargo	Quantidade de Vaga(s)
Auxiliar de Serviços Gerais 40 horas	01

NÚCLEO LIMÃO (ROÇA VELHA)

Cargo	Quantidade de Vaga(s)
Professor Pedagogia	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 173 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12832, de 13 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS**, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, para Fiscalizar os contratos relacionados abaixo:

Contrato Administrativo nº 052/2015 – PGM, entre a empresa APPOLARI IFORMÁTICA LTDA – ME e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 31 de março de 2015. **Contrato Administrativo nº 053/2015** – PGM, entre a empresa ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - ME e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 31 de março de 2015.

Contrato Administrativo nº 054/2015

– PGM, entre a empresa VIVIANE REGINA CLAUDINO e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 31 de março de 2015. Contrato Administrativo nº 055/2015 – PGM, entre a empresa N.E PAPELARIA LTDA - EPP e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 31 de março de 2015. Contrato Administrativo nº 056/2015 – PGM, entre a empresa DIMEP COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA e a Prefeitura de Cáceres – MT, com efeitos desde 31 de março de 2015.

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Ação Social e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de abril de 2015.

SILVIA MARA GONÇALVES

Secretária Municipal de Administração

Afixado em: 15.04.15.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 160 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 12114, de 08 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ANGELICA APARECIDA DA SILVA SVERSUTH** – Professora Licenciada em Pedagogia, para responder pela Direção da Escola Isabel Campos, da Secretaria Municipal de Educação, em substituição a titular que encontra-se em gozo de férias, pelo período de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de abril de 2015.

NELCI ELIETE LONGHI

Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 14.04.2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº. 311/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 311/2015 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ELABORAÇÃO DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS MAP, ELABORAÇÃO DE NORMAS, PROCEDIMENTOS E ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO, PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, PESQUISA DE AMBIENTE DE TRABALHO.**

Contratado**WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS - ME**. ASS: 22/04/2015 – Valor: R$ 21.000,00(Vinte e um mil Reais). Unidade Orçamentária: 677 - Secretaria Municipal Administração – Proj. Ativ.: 1.210; Responsável jurídico: **RAMOM DE OLIVEIRA MARTINS.** Convite 002/2015. Vigência do Contrato: 06 (seis) meses.

DIAMANTINO /MT em 22 de Abril de 2015.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.o 011/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO E A(O) POSITIVO INFORMATICA SA PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Solução Integrada Interativa de Computador e Projeção, denominada Computador Interativo, para atendimento de escolas e instituições públicas, da educação básica, tecnológica e superior, conforme especificações e condições previstas no Edital do Pregão Ele- trônico n.o 71/2013, e nos respectivos, termo de referência e proposta vencedora, independente de transcrição.

Dom Aquino-MT, 23 de abril de 2015

PREFEITO MUNICIPAL

Josair Jeremias Lopes

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.o 010/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO E A(O) IVECO PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículos de trans- porte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico no 63/2013, e nos respectivos termo de referência e proposta vencedora, independente de transcrição.

Dom Aquino-MT, 23 de abril de 2015

PREFEITO MUNICIPAL

Josair Jeremias Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
AVISO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 REGISTRO DE PREÇOS 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2015

*REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DESTE MUNICIPIO DE FELIZ NATAL - MT***.** O Município de Feliz Natal - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que às 08:00 horas do dia 07 de maio de 2015, estará recebendo propostas para a abertura ás 08:00 horas, do Pregão Presencial para a aquisição supra citada. O Edital completo poderá ser retirado com o Departamento de Licitações, sito à Avenida Maravilha s/nº, Praça da Bíblia, na Prefeitura Municipal de Feliz Natal-MT e pelo site: www.feliznatal.mt.gov.br.

Feliz Natal- MT, 23 de abril de 2015.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO 003/2015

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2015

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT torna público para conhecimento dos interessados que *RATIFICOU* processo de Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 003/2014, decorrentes do Pregão Presencial nº. 061/2014, Registro de Preços nº. 050/2014, realizado pela Prefeitura Municipal de Agua Boa - MT, cujo objeto, **CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL,** tendo respectivamente como fornecedores as empresas: TELEFONICA BRASIL S/A.

Feliz Natal – MT, 23 de abril de 2015.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

RH
PORTARIA 073/2015 DE 22 DE ABRIL DE 2015

O Excelentíssimo Sr. Lino Cupertino Teixeira, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ART 1º - Nomearpara Compor a **Comissão Permanente de Julgamento de Registro Cadastral (CPJRC) do Município de Figueirópolis D'Oeste – MT,** a partir de 22 de abril de 2015 nos termos da Lei 8.666/93 os servidores abaixo.

PRESIDENTE: VANESSA RESENDE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO: ADILÉIA PEREIRA DE OLIVEIRA CARDOSO

MEMBRO: LEANDRO DINIZ GOMES

ART. 2º- Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Figueirópolis D'Oeste – MT, em 22 de abril de 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o **Sr. Nilson Francisco Aléssio**, brasileiro, casado, agro-pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaucha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 12R56322 SSP/SC e do CPF nº. 401.167.199-15**, RESOLVE registrar os preços da empresa L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA-ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 13.498.051/0001-37 estabelecida na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, à Av. Xv. de novembro, nº 734, Bairro porto, neste ato representada por **JOSE EMÍLIO CAVALCANTE DIAS**, Carteira de Identidade nº. 369.468 CPF nº 237.164.289 nas quantidades estimadas no **Item 2.1.2** desta Ata de Registro de Preços, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº. 019/2015 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no Decreto da União n.º 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

01 - DO OBJETO

1.1. - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de produtos para artesanato em atendimento às necessidades da secretaria municipal de assistência social, especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 019/2015, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, prestador de serviços e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.1.1 - Empresa Vencedora:

Nome: L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME

CNPJ: 13.498.051/0001-37 Inscrição Estadual: 13.420.105-1

Endereço: Av. XV de Novembro nº 478, Bairro Porto

CEP: 78.020-300 Cidade/Estado: Cuiabá-MT

Representante Legal: JOSÉ EMÍLIO CAVALCANTE DIAS

RG: 369.468 SSP/MT CPF: 237.164.289-49

2.2 - Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R$ UNIT	VALOR TOTAL
1	10,00	UNI	TESOURAS MEDIAS, MULTIUSO,COM 8¹/²”= 21CM, FORJADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE 1ª LINHA.	MUNDIAL	R$ 18,00	R$ 180,00
2	10,00	UNI	TESOURAS PEQUENAS, PONTA FINA, COM 5¹/² = 14 CM, FORJADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE 1ª LINHA.	MUNDIAL	R$ 11,00	R$ 110,00
3	20,00	M	TECIDO P/ TOALHA DE MESA 100% POLIESTER, COM 1,40 M DE LARGURA	EXCIM	R$ 11,00	220,00
4	40,00	M	TECIDO ESTAMPADO TRICOLINE PARA PATCHWORK 100% ALGODÃO, COM 1,40 MT DE LARGURA	PERIPAN	R$ 9,00	R$ 360,00
5	50,00	M	TECIDO DE FLANELA COLORIDA, COM 0,80 MT DE LARGURA	TMG	R$ 5,00	R$ 250,00
6	100,00	M	TECIDO DE FLANELA ESTAMPADO, COM 0,80 MT DE LARGURA	TMG	R$ 8,00	R$ 800,00
7	30,00	M	TECIDO DE LENÇOL P/CRIANÇA LISO, 100% ALGODÃO COM 1,40 MT DE LARGURA	PERIPAN	R$ 6,99	R$ 209,70
8	20,00	M	TECIDO DE LENÇOL P/ CRIANÇA ESTAMPADO, 100% ALGODÃO, COM 1,40 MT DE LARGURA	PERIPAN	R$ 8,00	R$ 160,00
9	100,00	M	TECIDO P/ PANO DE PRATO, ALVEJADO 100% ALGODÃO COM 1,40 MT DE LARGURA	SANTA MARGARIDA	R$ 4,00	R$ 400,00
10	70,00	M	TECIDO DE FRALDAS DUPLO 100% ALGODÃO, COM 0,70 MT DE LARGURA	DOHLER	R$ 5,00	R$ 350,00
11	20,00	M	TECIDO XADREZ VARIAS CORES 100% ALGODÃO, COM 1,40 MT DE LARGURA.	DOHLER	R$ 15,00	R$ 300,00
12	30,00	UND	TOALHA HIGIÊNICA P/ BORDAR, 100% ALGODÃO COM DIMENSÕES: 25CM X 36 CM	DOHLER	R$ 4,00	R$ 120,00
13	100,00	M	TECIDO CAMBRAIA, 100% ALGODÃO, COM 1,40 MT DE LARGURA	IMA TECIDOS	R$ 8,00	R$ 800,00
14	150,00	KG	MALHA COLORIDA FIO 24, 100 %ALGODÃO, COM 0,90 MT DE LARGURA	COSTA RICA	R$ 33,00	R$ 4. 950,00
15	30,00	JG	JOGO DE TOALHA DE BANHO E ROSTO P/ BORDAR,100% ALGODÃO, FELPUDAS, SENDO QUE A TOALHA DE BANHO TEM QUE TER A SEGUINTE DIMENSÃO: 70CM X 1,40 E A DE ROSTO 50CM X 80CM. FABRICAÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA.	DOHLER	R$ 23,00	R$ 690,00
16	20,00	M	FELTRO VARIAS CORES, 100% POLIAMIDA, COM 1,40 MT DE LARGURA. FABRICAÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA	SANTA FÉ	R$ 12,00	R$ 240,00
17	30,00	UNID	PISTOLA DE COLA QUENTE GROSSA, 40W BIVOLT 110/220, COM SELODE SEGURANÇA DO INMETRO.	WESTERN	R$ 17,00	R$ 510,00
18	70,00	UNID	BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSA	UNIBEM	R$ 0,60	R$ 42,00

19	30,00	UNI	E.V.A ESTAMPADO COM DIMENSÃO DE NO MÍNIMO : 35CM X 45 CM, PACOTE COM 10 UNIDADES	MILLIU	R$ 33,10	R$ 993,00
20	15,00	UNI	E.V.A.COLORIDO COM DIMENSÃO DE NO MÍNIMO 44CM X 56 CM, PACOTE COM 10 UNIDADES	BOTO	R$ 12,00	R$ 180,00
21	20,00	UNI	PAPEL CREPON COLORIDO 48 CM X 2,0MT, PACOTE COM 10 UNIDADES	VMP	R$ 5,00	R$ 100,00
22	30,00	M	TECIDO CETIM COLORIDO 100% POLIESTER, COM 1,40 MT DE LARGURA.	EXCIM	R$ 5,00	R$ 150,00
23	20,00	M	TECIDO LISO P/ CORTINA EM LINHO SINTÉTICO 100% POLIESTER, COM 3,00 MT DE LARGURA. FABRICAÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA.	DOHLER	R$ 22,00	R$ 440,00
24	10,00	M0	TULE 100% POLIESTER, COM 1,20 MT DE LARGURA.	DELFIM	R$ 2,60	R$ 26,00
25	PCT	100	BALOES COLORIDOS DE 7 POLEGADAS, ELABORADOS EM LATÉX DE BORRACHA NATURAL, EMBALAGEM COM O SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	SÃO ROQUE	R$ 4,00	R$ 400,00
26	10,00	KIT	KIT DE VARÃO DE FERRO, REVESTIDO EM PVC COM 2,50 MT DE COMPRIMENTO P/ CORTINA	DE VICTOR	R$ 43,00	R$ 430,00
27	10,00	PCT	MASSA P/ BISCUIT NATURAL PACOTE DE 1 KL. COMPOSIÇÃO: POLIACETATO DE VINILA, ALCOOL ETILICO, ÓLEO MINERAL, ÁCIDO CITRICO, AMIDO DE MILHO E ANELINA NÃO COMESTÍVEL.	JL ARTESANATOS	R$ 15,00	R$ 150,00
28	30,00	UNID	PAPEL MICRONDULADO, DIMENSÃO: 50CMX80CM, PACOTE COM 10 UNIDADES.	VMP	R$ 17,00	R$ 510,00
29	10,00	UNID	ESTILETE PROFISSIONAL LARGO COM LAMINA DE 18MM, COM TRILHO DESLIZADOR E TRAVA DE SEGURANÇA.RESERVATÓRIO INTERNO PARA LAMINAS COM CAPACIDADE PARA ATÉ 3 LAMINAS.	GOLLER	R$ 12,00	R$ 120,00
30	6,00	UNI	VERNIZ P/ CREQUELÊ 100 ML. COMPOSIÇÃO: ETERES DE CELULOSE E ÁGUA.	ACRILEX	R$ 3,50	R$ 21,00
31	30,00	UNID	ARRAME COLORIDO LISO C/ 5MT, P/ FLOR DE MEIA DE SEDA	ARANHA	R$ 0,90	27,00
32	70,00	UNI	TINTA DE TECIDO POTE COM 250 ML	ACRILEX	R$ 14,70	R$ 1.029,00
33	100,00	UNI	TINTA DE TECIDO POTE COM 37 ML	ACRILEX	R$ 2,90	R$ 290,00
34	100,00	MT	TECIDO P/ DECOUPAGE 100% ALGODÃO COM 1,40 MT DE LARGURA.	PERIPAN	R$ 13,00	R$ 1.300,00
35	20,00	UNI	PASSA FITA COM 7,5 CM DE LARGURA E 13,70 MT DE COMPRIMENTO. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO	ARTE PUNTO	R$ 21,00	R$ 420,00
36	30,00	KG	PEDRARIAS ARTESANAIS PACOTE COM 500 GRAMAS	BLESSED	R$ 35,00	R$ 1.050,00
37	50,00	UNI	LINHA P/ COSTURA 100% POLIESTER, TUBO COM 1829 MT(2000JD)	SETTA	R$ 2,90	R$ 145,00
38	30,00	M	TECIDO FAILET 100% POLIESTER, COM 1,40 MT DE LARGURA, P/ ALMOFADAS	SPTEX	R$ 3,90	R$ 117,00
39	20,00	KG	RIBANA 100% ALGODÃO COM 0,70CM DE LARGURA ENFESTADO.	COSTA RICA	R$ 62,00	R$ 1.240,00
40	30,00	UNI	ELASTICO 11MM Nº18 COMPOSIÇÃO: 72% ALGODÃO E 28% ELASTODIENO, EMBALAGEM COM 10 MTS. FABRICAÇÃO: INDÚSTRIA BRASILEIRA	REAL	R$ 4,50	R$ 135,00
41	30,00	UNI	ELASTICO 9MM Nº 14 COMPOSIÇÃO: 72% ALGODÃO E 28% ELASTODIENO, EMBALAGEM COM 10 MTS. FABRICAÇÃO: INDÚSTRIA BRASILEIRA	REAL	R$4,50	R$ 135,00
42	30,00	UNI	ELASTICO 6MM Nº 10 COMPOSIÇÃO: 72% ALGODÃO E 28% ELASTODIENO, EMBALAGEM COM 10 MTS. FABRICAÇÃO: INDÚSTRIA BRASILEIRA	REAL	R$ 2,99	R$ 89,70
43	30,00	UNI	TINTA OIL 20ML P/ PINTURA EM TELA	ACRILEX	R$ 5,45	R$ 163,50
44	3,00	UNI	KIT P/ BISCUIT, COMPOSTO DE: 01 EJETOR UNIVERSAL DE 24 PÇS, 01 ROLINHO ARTISTICO P/MASSA, 01 JG DE PINÇAS COM 2 PÇS, 01 KIT ESTECA MARCADORA DE OLHOS COM 4 PÇS,01 KIT DE CORTADOR DE NÚMEROS, 01KT DE CORTADOR DE FLORES E 01 ROLO DE CORTADOR DE TIRAS ONDULADAS. FABRICAÇÃO: INDÚSTRIA BRASILEIRA.	BLUE STAR NET	R$ 139,00	R$ 417,00
45	5,00	UNI	TERMOLINA LEITOSA 250 ML	ACRILEX	R$ 9,45	R$ 47,25
46	3,00	UNI	KIT P/ CRAQUELÊ CONTENDO 02 FRASCOS DE 100 ML CADA, SENDO 01 FRASCO VERNIZ BASE E OUTRO DE CRAQUELADOR. FABRICAÇÃO: INDÚSTRIA BRASILEIRA.	ACRILEX	R$ 38,50	R$ 115,50
47	20,00	UNI	PINCEL Nº 24 P/ PINTURA EM TECIDO. CABO: LONGO COR: AMARELO COMPOSIÇÃO: SINTÉTICO FORMATO: CHATO INDICAÇÃO: ÓLEO E ACRILICA, TINTA PARA TECIDO TÉCNICA: TECIDO E TELA VIROLA: ALUMÍNIO	TIGRE	R$ 12,00	R$ 240,00
48	600,00	RL	LINHA P/ CROCHÊ CLÉA 1000M,TEXTURA 147,5, 100% ALGODÃO MERCERIZADO, VARIAS CORES	CIRCULO	R$ 12,55	R$ 7.530,00
49	20,00	M	TECIDO ETAMINE 100%ALGODÃO, COM 1,40 MT DE LARGURA P/ BORDADO EM FITA. FABRICAÇÃO: INDÚSTRIA BRASILEIRA.	ESTILOTEX	R$ 20,60	R$ 412,00
50	20,00	UNI	MDF TRIO DE POTES 3X1. COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: 8CMX8CMx8CM, 8CMX8CMX10,5CM E 8CMX8CMX13,5CM	DEMETRIOS	R$ 21,05	R$ 421,00
51	20,00	UNI	MDF CESTA COM ALÇA. COM A SEGUINTE DIMENSÃO: 18,5CMX25CM	DEMETRIOS	R$ 30,50	R$ 610,00
52	20,00	UNI	MDF CAIXA PORTA FRALDAS, COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: 15CMX24,5CMX24CM	DEMETRIOS	R$ 24,00	R$ 480,00
53	30,00	UNI	AGULHA DE CROCHÊ VARIOS Nº NÃO NIQUELAD	TULIPA	R$ 2,70	R$ 81,00
54	30,00	UNID	AGULHA DE CROCHÊ P/ BARBANTE	CORRENTE	R$ 2,80	R$ 84,00
55	50,00	UNI	FITA DE CETIM 100% POLIESTER CF 22, COM 70MM DE LARGURA E 10 MT DE COMPRIMENTO, VARIAS CORES	PROGRESSO	R$ 12,00	R$ 600,00
56	50,00	UNI	FITA DE CETIM 100% POLIESTER CF 009,COM 38MM DE LARGURA E 10 MT DE COMPRIMENTO. VARIAS CORES	PROGRESSO	R$ 6,00	R$ 300,00
57	50,00	UNI	FITA DE CETIM 100% POLIESTER CF 001. COM 7MM DE LARGURA E 10 MT DE COMPRIMENTO. VARIAS CORES	PROGRESSO	R$ 2,99	R$ 149,50
58	200,00	RL	LINHA BRISA 100% ACRILICO, TEXTURA 200, COM 500 MT E PESO LIQUIDO DE 100 GR P/ MACRAMÉ	PINGOUIN	R$ 12,35	R$ 2.470,00
59	200,00	RL	LINHA CAMILA 1000MT, TEXTURA 145, 100% ALGODÃO MERCERIZADO. VARIAS CORES	CORRENTE	R$ 13,18	R$ 2.636,00

60	50,00	UNID	TINTA PARA TINGIR TECIDOS FRASCO COM 45 GR VERMELHA E AMARELA	TINGITEX	R$ 3,00	R$ 150,00
61	30,00	UNI	NOVELOS DE LÃ COM 40 GR CORES SORTIDAS	PARAMOUNT	R$ 3,50	R$ 105,00
62	100,00	UNI	ZIPER DE NYLON COMUM. VARIOS TAMANHOS	RUBINHO	R$ 1,00	R$ 100,00
63	200,00	UNI	BOTOES VARIOS TAMANHOS	NYBC	R$ 0,089	R$ 17,80
64	150,00	UNI	RETROS DE LINHA DE COSTURA DRIMA 100% POLIESTER, RETROS COM 91,4 MT DE VARIAS CORES	CORRENTE	R$ 1,70	R$ 255,00
65	70,00	UNI	MEIAS DE SEDA LISA, PARA ARTESANATOS. VARIAS CORES	ORIENTAL	R$ 1,40	R$ 98,00
66	30,00	UNI	BOLAS DE ISOPOR 250MM	STYROFORM	R$ 10,00	R$ 300,00
67	30,00	UNI	BOLAS DE ISOPOR 50MM.	STYROFORM	R$ 0,55	R$ 16,50
68	40,00	UNI	TINTA DIMENSIONAL C/GLITER 3D 35ML P/ TECIDO VARIAS CORES	ACRILEX	R$ 7,10	R$ 284,00
69	20,00	UNI	COLA DE PORCELANA FRIA, COMPOSIÇÃO: POLIACETATO DE VINILA(PVA) EM DISPERSÃO AQUOSA. INDICADA PARA PREPARO DE BISCUIT, ARTESANATO, COLAGEM DE MADEIRA, LAMINADOS DE CORATIVOS, PAPEL, PAPELÃO E MATERIAIS POROSOS EM GERAL. EMBALAGEM DE 1KL.	CASCOREZ/ HENKEL	R$ 26,00	R$ 520,00
71	40,00	RL	BARBANTE COLORIDO, 100% ALGODÃO NAS NUMERAÇÕES: 4/4, 4/6 E 4/8, COM METRAGEM ENTRE 457 MTS E 915 MTS.	ROMA	R$ 15,45	R$ 618,00
72	300,00	UNI	LINHA MEADA 100% ALGODÃO MERCERIZADO PONTO CRUZ . MEADAS DE 8 MTS.	CIRCULO	R$ 1,98	R$ 594,00
73	150,00	UNI	LINHA MEADA TORÇAL 100% ALGODÃO MERCERIZADO P/ BORDAR VAGONITE . MEADAS DE 22 MT	CORRENTE	R$ 5,25	R$ 787,50
74	20,00	M	TECIDO DE ETAMINE 100% ALGODÃO, COM 1,40 MT DE LARGURA, P/ BORDADO PONTO CRUZ	ESTILOTEX	R$ 15,00	R$ 300,00
75	30,00	M	TECIDO BORDADO VAGONITE 100% ALGODÃO, COM 1,40 MT DE LARGURA;	DOHLER	R$ 19,50	R$ 585,00
76	50,00	RL	TECIDO DE TNT COLORIDO DE 50M	NON WOVEN	R$ 49,00	R$ 2. 450,00
77	40,00	PC	BORDADO INGLES 80% POLIÉSTER E 20% ALGODÃO, COM 10,0 CM DE LARGURA E 13,7 MT DE COMPRIMENTO.	ARTEPUNTO	R$ 25,00	R$ 1. 000,00
78	20,00	UNI	AGULHA P TRICO Nº 5 PAR	CIRCULO	R$ 4,50	R$ 90,00
79	20,00	UNID	COLA EXTRA DESIVO PVA P/ DECOUPAGEM. COMPOSIÇÃO: POLIACETATO DE VINILA(PVA) EM DISPERSÃO AQUOSA, INDICADA PARA COLAGEM EM MADEIRA DE MÉDIA E BAIXA DENSIDADES, LAMINADOS DECORATIVOS, PAPEL, PAPELÃO E MATERIAIS POROSOS EM GERAL.	CASCOREZ/ HENKEL	R$ 24,00	R$ 480,00
80	20,00	CX	LAPIS GRAFITE 6B .COMPOSIÇÃO: MATERIAL CERÂMICO, GRAFITE E MADEIRA. MADEIRA 100% DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTAVEL E CERTIFICADO, COM SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO. FABRICAÇÃO: INDUSTRIA BRASILEIRA. CAIXA COM 12 UNIDADES	FABER CASTELL	R$ 19,00	R$ 380,00
81	30,00	UNI	CAIXAS EM MDF C/ TAMPA NA DIMENSÃO: 20CMX20CMX8CM	DEMETRIOS	R$ 12,00	R$ 360,00
82	30,00	UNI	CAIXAS EM MDF C/ TAMPA NA DIMENSÃO: 18CMX18CMX5CM	DEMETRIOS	R$ 9,00	R$ 270,00
83	30,00	UNI	CAIXAS EM MDF C/ TAMPA NA DIMENSÃO: 7CM X 7CM X4CM	DEMETRIOS	R$ 3,50	R$ 105,00
84	30,00	UNI	BOLAS DE ISOPOR 500MM	STYROFORM	R$ 38,00	R$ 1. 140,00
85	30,00	UNI	MDF PORTA RETRATO DE P/3 FOTOS 18CMX 13CM	DEMETRIOS	R$ 16,50	R$ 495,00
86	5,00	UNI	REVISTA VAGONITE	ED. MINUANO	R$ 9,10	R$ 45,50
87	5,00	UNI	REVISTA P/ CROCHÊ	ED. MINUANO	R$ 9,10	R$ 45,50
88	5,00	UNI	REVISTA P/ PONTO CRUZ	ED. MINUANO	R$ 9,10	R$ 45,50
89	5,00	UNI	REVISTA P/ PINTURA EM	ED. MINUANO	R$ 9,10	R$ 45,50
90	5,00	UNI	REVISTA P/ PATCH APLIQUÉE	ED. MINUANO	R$ 9,10	R$ 45,50
91	5,00	UNI	REVISTA P/ PATCHWORK	ED. MINUANO	R$ 9,10	R$ 45,50
92	5,00	UNI	REVISTA P/ CONFECÇÃO DE BONECAS	ED. MINUANO	R$ 9,10	R$ 45,50
93	5,00	UNI	REVISTA P/ PEDRARIAS	ED. MINUANO	R$ 9,10	R$ 45,50
94	30,00	UNI	PESTILO P/ FLOR CAIXA 20X1	ANASTÁCIO BOUGGIOTAKI	R$ 9,00	R$ 270,00
95	20,00	UNI	FITA P/ ACABAMENTO P/ FLOR "FITA FLORAL"	DEMETRIOS	R$ 3,00	R$ 60,00
96	30,00	MT	EMBORRACHADO 100% POLIAMIDA. COM 1,50 MT DE LARGURA.	KELSON	R$ 49,50	R$ 1. 485,00
97	30,00	UNI	GUARDANAPOS E PAPEL P/ DECOUPAGEM COM DIMENSÃO: 33CMX33CM, PACOTE COM 5 FLS.	TOKE E CRIE	R$ 4,00	R$ 120,00

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

3.1. – O órgão gerenciador desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a Secretaria Municipal de *Ação Social do Município de Gaúcha do Norte-MT*.

4. VALIDADE DA ATA

4.1 - O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

4.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Segunda exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - As condições gerais para a execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tais como os prazos para entrega, pagamento e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

5.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

5.2.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao contrato.

5.2.2 - Vinculam-se a este ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 019/2015, seus anexos e a proposta da contratada.

5.2.3 - É vedado caucionar ou utilizar a presente ATA para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Gaúcha do Norte-MT.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia ao órgão gerenciado.

Gaúcha do Norte-MT, 23 de Abril de 2015.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO

Prefeito Municipal

L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME

JOSÉ EMÍLIO CAVALCANTE DIAS

RG: 369.468 SSP/MT

CPF: 237.164.289-49

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público **o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para** *serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva em máquinas leves e pesadas* **a ser realizada na sede do Município de Gaúcha do Norte-MT., conforme especificações do edital,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **08/05/2015 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Retirada do edital:

www.gauchadonorte.mt.gov.br.

Gaúcha do Norte, 23 de Abril de 2.015.

MARTA ELEUZA RAMOS DA SILVA

Pregoeira Oficial

AVISO DE ADESÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ADERENTE: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT

CNPJ/MF: 01.614.539/0001-01

ENDEREÇO: Av. Brasil nº 1298 – Centro – Gaúcha do Norte-MT

ÓRGÃOS ADESOS: Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Infra-Estrutura, Assistência Social, Desenvolvimento e Gabinete do Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 054/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 039/2014

ÓRGÃO REALIZADOR: Prefeitura Municipal de Canarana - MT

CNPJ/MF

15.023.922/0001-91

ENDEREÇO: Rua Miraguaí Nº 228 – Centro – Canarana-MT

FORNECEDOR 01: TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 70.430.558/0001-92 estabelecida na cidade de Cuiabá MT, à Av. Miguel Sutil nº 3031, Bairro Bosque da Saúde, CEP 78.015-650

FORNECEDOR 02: TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº 07.838.209/0001-78, estabelecida na cidade de Várzea Grande de MT, à Av. da FEB, nº 2.222, Bairro Jardim Cerrados, CEP 78.115-000

OBJETO: *registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de* peças originais/genuínas para manutenção preventiva e corretiva da frota.

ADESÃO DOS ITENS: 01 À 07.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 1.140.000,00 (HUM MILHÃO, CENTO E QUARENTA MIL REAIS)

PUBLICAÇÃO DA ATA: 04/11/2014

VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.

GAÚCHA DO NORTE-MT., 22 DE ABRIL DE 2015.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO

Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2015 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2015

JULGAMENTO DOS RECURSOS SOBRE AS INSCRIÇÕES E

HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

NILSON FRANCISCO ALESSIO, Prefeito do Município de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe con-

fere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 458/2011 e 651/2014, e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2015.

I. Que **NÃO HOUVE** a Interposição de Recursos de Candidatos (as) quanto a Divulgação da Relação de Inscrições;

II. Divulgar a Listagem de Concorrência dos Candidatos por Cargo e Relação Geral de Inscritos (Anexo I);

III. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: **www.amm.org.br**, **www.gauchadonorte.mt.gov.br** e afixado no **Mural da Secretaria Municipal de Saúde de Gaúcha do Norte - MT**.

Gaúcha do Norte - MT, 23 de abril de 2015.

NILSON FRANCISCO ALESSIO MARCIA BRUTSCHER

Prefeito Municipal Presidente da Comissão Organizadora do

Processo Seletivo Público 001/2015

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2015

ANEXO I

Listagem de Concorrência dos Candidatos por Cargo

	Nome	Código inscrição
ACS PSF Mario Alievi (Santa Luzia)		
01	Alexandra Pereira Leal	01
ACS PSF Mario Alievi (Zona Urbana)		
01	Eliene dos Anjos Alievi	03
02	Jéssica Santos Pavanati	02
ACS PSF Ernesto Doleys (Zona Urbana)		
01	Isabel Rodrigues dos Santos	23
02	Jordana Santos de Sousa	21
03	Luciana Kessler	22
04	Maria Hilda da Silva	20

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO DE CONTRATO N° 103/2015

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 103/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: CONSTRUTORA ALFER LTDA

OBJETO: REFORMA DO CENTRO DE SAÚDE, EM COLOCAÇÃO DE PORTAS, JANELAS DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURAS E CONSTRUÇÃO DE PISO (CALÇADAS) EM CONCRETO.

VALOR GLOBAL: R$ 8.077,89 (OITO MIL SETENTA E SETE REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 23/06/2015

DATA: 23/04/2015

RENATA CRISTINA DO CARMO PEREIRA

PRESIDENTA DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 205/2015 DE 23/04/2015.

PORTARIANº 205/2015 de 23/04/2015.

"DESIGNA COORDENADORA INTERINA DA SECRETARIA DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - DESIGNA, a Senhora ZULINEIDE DA SILVA RIBEIRO SANTOS, brasileira, portadora do CIRG nº 595.774 SSP/MT e do CPF n° 424.436.441-20, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte/MT, como responsável direta pela COORDENADORIA GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DAS CIDADES.

ARTIGO 2º - Fica autorizado assinar todo e qualquer documento da alçada do Secretário das Cidades na ausência deste, relativo àquela Secretaria enquanto perdurar os efeitos desta Portaria.

ARTIGO 3º - No exercício das atividades aqui previstas, a Senhora ZULINEIDE DA SILVA RIBEIRO SANTOS, exercerá o cargo como COORDENADORA INTERINA DA SECRETARIA DAS CIDADES, sem qualquer ônus remuneratório adicional para esta Prefeitura, recebendo apenas seus vencimentos do cargo que ora ocupa.

ARTIGO 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 23 (Vinte e três) dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 23/04/2015.

NP 324/2015.

MARLU MACHADO DO COUTO

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2015

A Prefeitura Municipal de Guiratinga - MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público que irá realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando aquisição de uma **MOTONIVELADORA,** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, no dia 08 de maio de 2015 às 09h:30min., na sede da Prefeitura Municipal de Guiratinga.

O Edital Completo poderá ser obtido na sede da Prefeitura, na Av. Rotary Internacional, 944, Bairro Santa Maria Bertila, em meio impresso, de segunda a sexta-feira, nos horários entre 07h00min às 11h00min e das 13h:00min às 16h:00min, mediante pagamento de taxa não reembolsável de R$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos), ou gratuitamente pelo endereço eletrônico "www.guiratinga.mt.gov.br". É necessário que, ao se fazer download do Edital, seja informado ao Pregoeiro, via fone ou via fax, (66) 3431-1874 ou 3431-1128, a retirada do mesmo, para que se possam comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. O Pregoeiro não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.

Quaisquer dúvidas, contatar pelo telefone (66) 3431-1874 ou 3431-1128 ou pelo e-mail: licitacao@guiratinga.mt.gov.br.

Guiratinga - MT, 24 de abril de 2015.

Eleusa Ferreira Souza

Pregoeira

Portaria n.º 105/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL 1361-2015 - ABERTURA DE CREDITO

LEI Nº 1361/2015

De20 de abril de 2015

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de *CRÉDITOS ADICIONAIS* e dá outras providências.

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, Prefeito Municipal de Guiratinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais**,** faz saber que a Câmara Municipal e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - De acordo com os artigos. 40, 41 e 42 da Lei nº 4320/64, fica o Poder Executivo Municipal e Legislativo autorizados a proceder a abertura de **CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**, no Orçamento vigente, até o limite de 10% (dez por cento) do montante da Despesa Fixada através da Lei nº 1343/2014 – Lei Orçamentária Anual, considerando-se recursos para fins deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos, da Lei nº 4320/64.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º -

Revogam-se às

disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Guiratinga-MT, 20 de abril de 2015

HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIRATINGA
EDITAL N° 07/2015

EDITAL Nº. 07/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO ANO 2015.

TERMO ADITIVO Nº. 04/2015.

I Termo Aditivo ao Contrato nº. 010/2014. Empresa J. A de Moura - ME), valor total R$... 47.450,00 (quarenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta reais), conforme a Cláusula Quinta do contrato originário nº010/2014, onde prorroga sua vigência para mais 120 (cento e vinte) dias. Guiratinga, 21 de abril 2015.

Objeto:

Prestação de serviços conforme Aditivo.

JOSÉ SERAFIM RIBEIRO DE MORAES

-PRESIDENTE-

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

NOTIFICAÇÃO DE COMPARECIMENTO

A Prefeitura Municipal de Indiavaí, através de sua assessoria jurídica, faz comunicar ao servidor Gilmar Ferreira, que se encontra de licença para tratamento particular conforme art. 102, VI, art. 113 $ 1 e $2, do RJU, pelo período de 2 anos, entre 13/03/2013 a 14/03/2015, após o termino da licença concedida, Notifica a comparecer imediatamente ao setor de RH sob pena de abandono de emprego.

Indiavaí-MT, 23/04/2015

Bruno Leonardo Andrade Rosa

Chefe de Setor RH

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 169/2015, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Readapta a servidora CARLA MICHELON COSSUL em outro cargo/ função com habilitação correlata em função de inspeção médica.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 57, §2º, da Lei nº. 008 de 05 de janeiro de 2005, e demais dispositivos legais pertinentes.

RESOLVE:

Art. 1º. Readapta a servidora **Carla Michelon Cossul***, matrícula nº. 756, ocupante do cargo efetivo de Professora de Pedagogia educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em função de Laudo Médico Pericial, para cargo de atribuição e responsabilidade compatível com suas limitações, passando a exercer sua função na Biblioteca Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte*.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º.

Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 17 de Abril de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT

RESOLUÇÃO Nº 003/CMDCA/2015

Dispõe sobre a criação e composição da Comissão Especial da Eleição do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Ipiranga do Norte/MT em reunião extraordinária, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Convoca e estabelece para fins de regulamentação do processo, a criação e composição da Comissão Organizadora da III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o Parágrafo Único do Artigo 5˚ do Regimento Interno da Conferência.

Capítulo I

Atribuições da Comissão Especial

Art. 2º A Comissão Especial tem composição paritária e sua atribuição principal é a realização do Processo de Escolha que compreende: realizar reuniões, analisar os pedidos de registro de candidatura, e dar publicidade à relação de inscritos, elaborar calendário prevendo etapas, cronograma, regulamentos, infra-estrutura e todas as providências necessárias para sua execução.

Capítulo II

Composição da Comissão Especial

Art. 3˚ A Comissão Especial designada para a Eleição do Conselho Tutelar, terá a seguinte Composição;

Dos representantes Governamentais temos:

- Fernanda Beatriz da Silva Santos, como membro Titular;

- Mariana Machado Brazil Barboza, como membro Suplente;

Dos representantes Não-Governamentais temos:

- Clarinda Mendes Candido, como membro Titular; e

- Regina Scheffel, como membro suplente.

Art. 4º A Comissão terá seu trabalho encerrado após a divulgação no Diário Oficial ou em meio equivalente, do nome dos cinco conselheiros tutelares titulares escolhidos e suplentes em ordem decrescente de votação.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipiranga do Norte/MT, 22 de Abril de 2015.

Mariana Machado Brazil Barboza

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT

RESOLUÇÃO Nº 004/CMDCA/2015

Dispõe sobre a criação e composição da Comissão Organizadora da III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Ipiranga do Norte/MT em reunião extraordinária, no uso de suas atribuições resolve:

Considerando promover a realização da III Conferência Municipal de Direito da Criança e do Adolescente de Ipiranga do Norte – MT. A atribuição de propor estratégias de mobilização dos diversos segmentos: crianças e adolescentes, entidades, instituições, conselhos setoriais e/ou profissionais, programas e serviços públicos e/ou privados e outros segmentos.

Art. 1º Convoca e estabelece para fins de regulamentação do processo, a criação e composição da Comissão Organizadora da III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o Parágrafo Único do Artigo 5˚ do Regimento Interno da Conferência.

Capítulo I

Da Estrutura da Comissão Organizadora

Art. 2º A Comissão Organizadora terá a seguinte Estrutura:

-Coordenador/a Geral;

-Relator/a, Debatedores e facilitadores;

-Grupo de Sistematização: formado pelos/as Relatores, debatedores e facilitadores para a consolidação das propostas que serão apresentadas à plenária;

Capítulo II

Composição da Comissão Organizadora

Art. 3˚ A Comissão organizadora terá a seguinte Composição:

-Cris Meuri da Silva, Sec. Executiva dos Conselhos Municipais como: (coordenadora geral);

-Mariana Machado Brazil Barboza, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente como: (relatora e debatedora);

-Pedro Alessandro, Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal como: (debatedor);

-Elarita Caroline Iurczaki Alves, Psicóloga do Centro de Referência e Assistência Social como: (debatedora e facilitadora);

-Renata Cristiane Gonçalves, Assistente Social do Centro de Referência e Assistência Social como: (debatedora e facilitadora).

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipiranga do Norte/MT, 22 de Abril de 2015.

Mariana Machado Brazil Barboza

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
REGIMENTO INTERNO

Capitulo I

Da Conferência

Artigo 1º- A III Conferência Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes do município de Ipiranga do Norte - MT, convocada através do Decreto Municipal n° 001/2015, será realizada no dia 22 de Maio de 2015 na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Avenida Vitória.

Capitulo II

Da Finalidade

Artigo 2º- A III Conferência Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes tem como tema"*A Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente"*. Objetivandodiscutir o fortalecimento dos espaços e formas de participação das crianças e dos adolescentes, bem como, contribuir com mobilização, implementação das políticas públicas, com foco no Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Artigo 3º- São objetivos específicos desta Conferência:

§ Sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa do Estatuto da

Criança e do Adolescente;

§ Fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial, das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

§ Fomentar a criação e o fortalecimento dos espaços de participação de crianças e adolescentes nos conselhos de direitos, nos serviços, nos programas e nos projetos públicos e privados, destinados à infância e à adolescência;

§ Propor estratégias que promovam o fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente para a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

§ Articular os atores do Sistema de Garantia de Direitos para participarem da elaboração e implementação dos Planos Decenais Municipais dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Artigo 4º- Do Tema da Conferência e seu Objetivos;

A realização da Conferência tem como objetivo a discussão do fortalecimento dos espaços e formas de participação das crianças e dos adolescentes, bem como, a contribuição aos temas relativos às políticas públicas, com foco na Política e no Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

§1º- As pré-Conferências realizadas nas escolas do Município são voltadas para discussão, dentre outros, dos seguintes temas:

§ Direito a brincar;

§ Direito à participação;

§ Direito à educação;

§ Direito à saúde;

§ Direito ao esporte, à cultura e ao lazer;

§ Direito à convivência familiar e comunitária;

§ Direitos das crianças e adolescentes com familiares encarcerados;

§ Medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente que comete ato infracional: contra a redução da idade penal e o aumento do tempo de internação;

§ Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador;

§ Violência letal contra crianças e adolescentes;

§ Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes;

§ Violação de direitos de crianças e adolescentes em situação de rua.

A pré- Conferência é uma das formas de eleição dos delegados para a etapa municipal. Em relação às outras etapas, estaduais/Distrito Federal, regionais e nacionais, cabe aos conselhos, no seu âmbito de atuação, definir a melhor forma de escolha de delegados.

Capitulo III

Da Organização

Artigo 5º- São membros da III Conferência Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes, todas as pessoas, representantes de instituições e movimentos comprometidos com Assistência Social, na condição de:

- Conselheiros/as;

-Convidados/as.

§1º- A III Conferência Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes, será presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do adolescente, e na ausência ou impedimento legal pela/o Vice-Presidente ou por um membro de sua Diretoria.

§2º- Os representantes das escolas (adolescentes e crianças) discutirão os temas expostos, as propostas apresentadas na consolidação dos trabalhos, irão para posterior deliberação em plenária da III Conferência Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes;

§3º- Todos os participantes da Conferência terão direito a voz e voto, podendo manifestar-se oralmente ou por escrito, durante os períodos destinados ao debate dos trabalhos, através de comentários e perguntas pertinentes ao Tema exposto, com intuito de contribuir no processo da conferência;

§4º- Os membros da Comissão Organizadora são responsáveis pela sistematização das propostas para aprovação na Plenária Final. Para cada eixo de trabalho, serão votadas e aprovadas 02 (duas) propostas por eixo, são 05 (cinco) eixos, daí então as 10 (dez) propostas aprovadas em plenária no dia da Conferência, irão para a etapa Estadual.

Parágrafo Único – A Comissão organizadora será estabelecida pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente através de Resolução.

Capitulo IV

Da Estrutura e Composição da Comissão Organizadora

Artigo 6º- A Comissão Organizadora terá a seguinte composição:

-Coordenador/a Geral;

-Relator/a, Debatedores e facilitadores;

-Grupo de Sistematização: formado pelos/as Relatores, debatedores e facilitadores para a consolidação das propostas que serão apresentadas à plenária;

Seção I

Artigo 7º- Da competência da Comissão Organizadora

§1º- Promover a realização da III Conferência Municipal de Direito da Criança e do Adolescente de Ipiranga do Norte – MT. A atribuição de propor estratégias de mobilização dos diversos segmentos: crianças e adolescentes, entidades, instituições, conselhos setoriais e/ou profissionais, programas e serviços públicos e/ou privados e outros segmentos.

§ Divulgação e articulação com organizações, pessoas e empresas interessadas em apoiar a conferência;

§2º- Dar suporte aos Conferencistas, Palestrantes, apresentadores do temário central da III Conferência Municipal de Direito da Criança e do Adolescente;

§3º- Consolidar o Relatório e elaborar a Ata geral da III Conferência Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes;

Capitulo V

Da Realização

Artigo 8º- O tema da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente **"A Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente"** será apresentado em forma de Palestra.

Artigo 9º-Os eixos orientadores desta Conferência são:

Eixo 1- Promoção e mobilização da sociedade para os Direitos das Crianças e Adolescentes.

Eixo 2- Fortalecimento e defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Eixo3 - Participação de Crianças e Adolescentes no fortalecimento das políticas públicas municipais e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Eixo 4- Controle Social da Efetivação do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente.

Eixo 5- Promover a gestão da política municipal e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Capitulo VI

Plenária Final

Artigo 10- O tema e os eixos orientadores serão apresentados em forma de palestra, em seguida, serão apresentadas as propostas aprovadas em grupo, conforme descrito no §4º do Artigo 5º deste Regimento, proporcionado tempo de debate de 10(dez) minutos para qualquer colocação, atentando para a pertinência em relação ao assunto exposto.

Artigo 11- A Plenária Final da III Conferência Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes terá como finalidade a apreciação e aprovação das propostas apresentadas, definindo estratégias para o fortalecimento dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes do Município.

Artigo 12- Os pontos que não destacados serão considerados como aprovados por unanimidade pela Plenária Final.

Seção I

Da Eleição dos/as Delegados/as

Artigo 13- Cada Delegado Titular eleito nas Conferências Municipais tem direito a um Suplente do mesmo segmento. Na etapa Estadual será credenciado como delegado apenas o Titular e na sua ausência, o Suplente, mediante solicitação de substituição encaminhada ao CEDCA, com antecedência à data da Conferência.

§1º- Único- O número de Delegadas/os eleitos na III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Ipiranga do Norte - MT, limita-se a 01(um) delegado/a titular e 01(um) suplente, respeitando a paridade: 01(um) governamental e 01(um) não governamental, sendo ainda, 02(dois) representantes adolescentes.

Artigo 14- Os candidatos/as a Delegados/as, deverão ser Conselheiros/as titulares e suplentes, com representatividade no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Ipiranga do Norte - MT.

Artigo 15- Todos participantes da III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, terão direito ao voto na escolha dos/as Delegados/as para a Conferência Estadual.

Capitulo VII

Dos Recursos para realização da III Conferência Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes

Artigo 16- As despesas com a organização e realização da Conferência, correrão por conta dos recursos orçados na Secretaria Municipal de Assistência Social de Ipiranga do Norte - MT.

Artigo 17- Poderá ser firmado, parcerias com outras entidades e instituição buscando patrocínio para a realização da III Conferência Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes de Ipiranga do Norte - MT.

Capitulo VIII

Das Disposições Gerais

Artigo 18- Os casos omissos a este Regimento Interno serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
PORTARIA N˚ 001/2015

Dispõe sobre a convocação da III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Ipiranga do Norte/MT e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IPIRANGA DO NORTE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei municipal 221/2008 respaldada na Lei Municipal 035 de 19 de maio de 2005 em conformidade com a *Secretaria Municipal de Assistência Social*;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Extraordinariamente a III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ipiranga do Norte, Mato Grosso com o objetivo de discutir o fortalecimento dos espaços e formas de participação das crianças e dos adolescentes, bem como, contribuir com os temas relativos às políticas públicas, com foco na Política e no Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art. 2º A III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no município de Ipiranga do Norte – MT, no dia 22 de Maio de 2015.

Art. 3º A III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente."

Art. 4º Será instituída uma Comissão Organizadora que será coordenada/o pelo coordenador/a eleito/a pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, a ser definida em Resolução do CMDCA - MT.

Art.

5º A III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente será regida por Regimento Interno.

Parágrafo Único – Apoiará a Organização da Conferência unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ipiranga do Norte – MT, 22 de abril de 2015.

Viviane da Luz Radins

Secretária Municipal de Assistência Social de Ipiranga do Norte/MT

Mariana Machado Brazil Barboza

Presidente do CMDCA de Ipiranga do Norte/MT

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
DECRETO DE CONVOCAÇÃO

III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO Nº 001/2015 do CMDCA

A Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte – MT, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições que lhes confere a Lei municipal 221/2008 respaldada na Lei Municipal 035 de 19 de maio de 2005 e, considerando a necessidade de garantir a implementação da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos de direitos da criança e do adolescente.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a III Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 22 de Maio de 2015, tendo como tema central: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipiranga do Norte – MT, 22 de abril de 2015.

Pedro Ferronatto

Prefeito de Ipiranga do Norte – MT

Viviane da Luz Radins

Secretária Municipal de Assistência Social de Ipiranga do Norte – MT

Mariana Machado Brazil Barboza

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Ipiranga do Norte – MT

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 170/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

SÚMULA: "Dispõe sobre a prorrogação do benefício de Licença Maternidade em favor da Srª ARIANE CANOVA".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - prorrogar por mais 60 (sessenta)dias, o benefício de Licença Maternidade em favor da servidora Srª Ariane Canova**,** efetiva no cargo de Professora de Pedagogia Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola Crescer e Aprender, conforme determinada mediante Decisão Judicial.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais para o dia 10 de abril de 2015.

Art. 3º

- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre, Publique e Cumpra-se

Ipiranga do Norte/MT, 23 de Abril de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

LICITAÇÃO E CONTRATOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ / MT. AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2015 BENS MÓVEIS DIVERSOS - LEILÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ/MT, através da Comissão responsável comunica aos interessados que realizará, nos termos da Lei

8.666/93 e suas alterações às 10:00 horas do dia 13 de maio de 2015, 4ª feira, no pátio da Secretaria Municipal de Obras no perímetro urbano da cidade, Leilão Presencial do tipo Maior Lance, para alienação de bens móveis diversos de sua propriedade e que serão vendidos no estado em que se encontram. O leilão será conduzido pelo *Leiloeiro Público Oficial ÁLVARO ANTÔNIO MUSSA PEREIRA*, Matrícula Jucemat 013/2008/Jucemat. Os bens a serem leiloados poderão ser examinados pelos interessados no local do leilão a partir do dia 04/05/15, no horário de 07h30m as 11h00m e das 13h30m as 17h00m. Edital completo com a relação dos bens disponibilizados, informações e outros detalhes com a Comissão (66) 3578.2500 ou com o Leiloeiro (65) 3027.5131 e 9287.9838. Veja mais no site do Leiloeiro: www.kleiberleiloes.com.br.

Itanhangá/MT, 23 de abril de 2015.

Nelson Reinheimer – Presidente da Comissão Especial de Leilão

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 037/2015.

SÚMULA: "NOMEIA O SERVIDOR LUCIO MORELATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Nomear a partir desta data o Sr. LUCIO MORELATO, portador do RG 39998076 SSP/PR e inscrito no CPF 558.329.119-20 para o cargo comissionado de GERENTE DE PROJETOS, CONVÊNIOS E CONTRATOS, lotado na Secretaria Munic. de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Itaúba-MT.

Artigo 2º - Fica revogada a Portaria nº. 071/2012, de 19/06/2012.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba- MT, 16 de Abril de 2015.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 16/04/2015 a 01/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

PORTARIA Nº 08/2015

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA ROSELI DOS REIS PINTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAUBA-MT, EXCELENTÍSSIMA SENHORA GENECI DA SILVA STURMER, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

Artigo 1° - Conceder **Licença Prêmio** (gozo) a servidora **ROSELI DOS REIS PINTO**, servidora efetiva no cargo de Cozinheira, portadora da RG 723684 SSP/MT e do CPF 808.451.501.20, lotada na Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba, Art. 90 da Lei Complem. 01/2005 Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itaúba/MT, referente ao período aquisitivo de 03/01/2010 a 03/01/2015.

Art. 2º

- O pagamento da referida Licença Premio será efetuado em Folha de Pagamento, em 03 parcelas iguais, nos meses de maio/junho/julho/ 2015.

Art. 3º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba-MT, em 20 de abril de 2015.

GENECI DA SILVA STURMER

Presidente – FHSMI

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural desta Fundação Hospitalar no período de 20/ 04/2015 a 20/05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

PORTARIA Nº 07/2015

"NOMEIA ANGELA REGINA DO NASCIMENTO COMO RESPONSAVEL TECNICA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE MUNICIPAL DE ITAÚBA"

A Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itauba-MT, Excelentíssima Senhora **GENECI DA SILVA STURMER**, no uso de suas atribuições legais, e com base no Regimento Interno da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba.

CONSIDERANDO os termos do art.3º. da Lei nº. 2.604/55, e artigos 2º. e 4º. da Resolução COFEN nº. 302/05, dispõe sobre normatização e definição das Atribuições do Enfermeiro **RESPONSÁVEL TÉCNICO** seja acompanhada e fiscalizada por um enfermeiro.

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora ANGELA REGINA DO MASCIMENTO, portadora do CPF nº. 002.266.181.61 e nº. RG 1519765-4 SSP/MT, em observância à legislação vigente, para exercer a função de RESPONSÁVEL TÉCNICA pelas atividades de enfermagem da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba - MT, em 2015, com remuneração de 20% de seu salario base

Art. 2º - O mandato do Responsável Técnico da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba será de 01 ano, podendo ser renomeado se necessário.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba-MT, em 13 de abril de 2015.

GENECI DA SILVA STURMER

Presidente – FHSMI

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural desta Fundação Hospitalar no período de 13/ 04/2015 a 13/05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

PORTARIA Nº 06/2015

"NOMEIA MEMBROS PARA O COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE MUNICIPAL DE ITAÚBA"

A Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itauba-MT, Excelentíssima Senhora **GENECI DA SILVA STURMER**, no uso de suas atribuições legais, e com base no Regimento Interno da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba..

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear os representantes da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), sendo composta pelos seguintes membros:

ØMembros executores;

Clinico Geral (Presidente): Drº. Welington Yuji Nogami

Enfermeira: Angela Regina do Nascimento

ØMembros consultores;

Tecnicos Enfermagem: Jaime Pereira Lima

Julio Cesar de Oliveira

Administração: Sra. Geneci da Silva Sturmer

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba-MT, em 13 de abril de 2015.

GENECI DA SILVA STURMER

Presidente – FHSMI

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural desta Fundação Hospitalar no período de 13/04/2015 a 13/05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Objeto: Audiência Pública para discussão e apresentação informações e aplicações dos Recursos da Saúde .

A Prefeitura Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, comunica que realizará no dia *29***/04/2015**, às **19:00 horas**, na Câmara Municipal, situada na Av. Tancredo Neves s/n, nesta Cidade de Itaúba - MT, **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** relativa a apresentação do **RELATÓRIO DO 1º QUADRIMESTRAL/ 2015**, ocasião em que o gestor(a) estará apresentando informações das ações de Saúde realizada e os recursos aplicados, interessados poderão ter acesso a todas as informações pertinentes, bem como se manifestarem sobre os assuntos envolvidos.

Itaúba (Mt.), 15 de abril de 2015.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 036/2015.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PARTICULAR AO SERVIDOR JOIMIR JOSE BASSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Conceder Licença PARTICULAR ao servidor JOIMIR JOSE BASSO, servidor efetivo no cargo de Assistente Técnico Administrativo, portador da C/I RG 879.782 SSP/MT e do CPF 395.202.501-15, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cfme. Art. 87 da Lei Complem. 01/2005 Estatuto dos Servidores Públicos de Itaúba, a partir de 13/04/2015, pelo período de 01 (um) ano.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba-MT, 13 de Abril de 2015.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 13/04/2015 a 28/04/2015.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 012/2015

A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, torna público aos interessados que o vencedor do Pregão Presencial nº 012/2015, para Contratação de empresa para fornecimento de veículo coletivo, do tipo ônibus, usado, para transporte de interesse do município, sendo transporte de acadêmicos do ensino superior, atletas e munícipes em geral para tratar de assuntos de interesse público, para o município de itaúba-mt, foi vencedora a Empresa: J. R. TRANSPORTES E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº:06.297.670/0001-06

ITAÚBA-MT, 22 de abril de 2015.

OTÁVIO LUIZ FIEL

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 038/2015

SÚMULA: "NOMEIA SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Nomear o servidor abaixo relacionado, em conformidade com o Termo de Posse respectivo, cumprindo a convocação e posse alcançada através de Concurso Público, para o cargo relacionado, a partir de 23/04/2015, nesta Prefeitura Municipal de Itaúba-MT:

NOME	CARGO
ANDERSON FERREIRA OLIVEIRA	PSICOLOGO

Art. 2º

- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba - MT, 23 de Abril de 2015.

RAIMUNDO ZANON Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 23/04/2015 a 08/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: *Nº 008/2015*

Data assinatura: 17/04/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: ALINTEX REPRESENTAÇÕES LTDA – ME CNPJ nº 08. 239.989/0001-00

Valor Global: R$ 85.665,00 (oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e cinco reais)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT.

Data da vigência: **12 meses**

Pregão Presencial nº 011/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: *Nº 009/2015*

Data assinatura: 22/04/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Adjudicatária: STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ nº 00. 995.371/0001-50

Valor Global: R$ 144.506,20 (cento e quarenta e quatro mil quinhentos e seis reais e vinte centavos)

Adjudicatária: PRO - REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELE – ME CNPJ nº 05.159.591/0001-68

Valor Global: R$ 98.321,50 (noventa e oito mil trezentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

Adjudicatária: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ nº 02.520.829/0001-40

Valor Global: R$ 188.157,50 (cento e oitenta e oito mil cento e cinqüenta e sete reais e cinquenta centavos)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT.

Data da vigência: **12 meses**

Pregão Presencial nº 012/2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 033, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 033, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

"Dispõe Sobre Convocação de Candidato Aprovado no EDITAL DE SELEÇÃO DE BOLSA DE ESTAGIÁRIO Nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 847 de 18 de setembro de 2014, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com Instituições de Ensino, para contratação de estagiários;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final da Seleção de Bolsa de Estagiário Nº 001/2015, pelo Decreto N° 017, de 27 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do EDITAL DE SELEÇÃO DE BOLSA DE ESTAGIÁRIO Nº 001/2015;

CONVOCA:

Art. 1° - Fica convocado os candidatos aprovados na Seleção de Bolsa de Estagiário Nº 001/2015, para as Vagas abaixo relacionadas, para se apresentar pessoalmente na Coordenadoria de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração no prazo máximo de até 15 (quinze) dias para assumir a vaga a contar da publicação deste Edital, no horário de 08hs00min às 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são:

ORDEM	CANDIDATO	VAGA	CLASSIFICAÇÃO
1	Lalesca dos Santos Morais	Direito	3º Colocada – Classificada

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria:

1. Cópia da Identidade;

2. Cópia do CPF;

3. Cópia título de eleitor com comprovante da última votação;

4. Certidão de casamento ou certidão de nascimento;

5. Atestado de frequência da faculdade;

6. Carteira de trabalho (página da foto e verso da página da foto)

7. Comprovante de Endereço;

8. Comprovante de abertura de conta.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Parágrafo Único: Antes ou após a convocação, o candidato poderá desistir espontaneamente do direito à vaga, através de requerimento encaminhado à Coordenadoria de Recursos Humanos.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 23 de abril de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 083, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA N° 083, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

*"Dispõe sobre a **concessão do benefício de Pensão por Morte,** aos dependentes, **Pablo Kaue Alves de Souza**, **menor**, representado por sua genitora Sra. Andressa Alves Batista, e **Rita Inácio Corrêa".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Art. 40, §7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº41/2003 e c/c o Art. 28, inciso II e §1º da Lei Municipal nº 675 de 18 de março de 2010, que rege a previdência municipal de Itiquira e Lei Municipal nº 0827/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores municipais de Itiquira;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de Pensão por morte, em decorrência do falecimento na atividade do servidor Sr. Everaldo Martins de Souza, portador do RG nº 117356-1, e do CPF nº 080.807.631-00, efetivo no cargo de Motorista, Nível 5, Classe A, matrícula 151, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos INTEGRAIS, em favor da Sra. Rita Inácio Corrêa , brasileira, companheira do "de cujos", portadora do RG n.º 0359751-2 SJ/MT e do CPF sob o n.º 474.746.451-49, o equivalente a 50% (cinqüenta por cento); e do menor Pablo Kaue Alves de Souza, filho do servidor falecido, nascido em 23/11/2008, hoje com 07 (sete) anos de idade, o equivalente a 50% (cinqüenta por cento), conforme processo administrativo do ITIPREV, n.º 2015.07.00010P, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a data de 10 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira – MT, 15 de abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE HUMBERTO BORTOLINI

Secretário Municipal de Administração Prefeito Municipal

PORTARIA N° 084, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA N° 084, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Corrobora alteração dos membros da Comissão Municipal de Transporte Escolar Rural/PNATE atendendo a Instrução Normativa 013/2014/GS/SEDUC/MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Estadual nº 8.469 de 07 de abril de 2006, e

CONSIDERANDO o cumprimento do imperativo formal e legal, e ser imprescindível e inadiável a existência de condições adequadas para a execução da Política Municipal de Educação, e

CONSIDERANDO o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, implantado pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Corroborar a nomeação dos membros da Comissão Municipal de Transporte Escolar do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE/MT, indicados e empossados conforme ata registrada em livro próprio, para exercerem o mandato referente ao período de 08 de março de 2015 a 08 de março de 2017, consoante membros abaixo relacionados:

I - Representante dos Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Alessandra Rodrigues da Silva

CPF: 059.382.051-64

II - Representante dos Pais da Educação Básica Pública:

Titular: Elenice Soares Velasco

CPF: 996.913.101-04

III - Representante dos Professores Municipais Educação Básica Pública:

Titular: Claudia Venzel Rodrigues

CPF: 861.973.399-00

IV - Representante dos Professores Estadual Educação Básica Pública:

Titular: Gilson Mendonça Batista

CPF: 544.313.791-34

V - Representante do Estado/ Assessoria Pedagógica

Titular: Rosimere Campos Ribeiro

CPF: 274.040.641-04

VI - Representante do Poder Executivo

Titular: Silvana Maria Rossoni

CPF: 424.429.821-53

VII - Representante do Conselho do FUNDEB

Titular: Rosângela de Carvalho Frederico

CPF: 823.026.931-91

Art. 2°. As atribuições dos Membros nomeados, são as estabelecidas na Legislação Municipal pertinente em vigor, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as reuniões e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 15 de abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 044/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO:* "Registro de preço para eventual aquisição de materiais e reagentes para realização de exames no Laboratório Municipal e procedimentos Hemoterápicos do Banco de Sangue da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 26.482,10 (vinte e seis mil e quatrocentos e oitenta dois reais e dez centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 02/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 046/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA; OBJETO:* **"Registro de preço**

para eventual aquisição de materiais e reagentes para realização de exames no Laboratório Municipal e procedimentos Hemoterápicos do Banco de Sangue da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT";VALOR GLOBAL R$ 117.535,70 (cento e dezessete mil e quinhentos e trinta e cinco reais e setenta centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 02/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 039/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *FÊNIX COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - EPP; OBJETO:* "Registro de preços para eventual Prestação de serviço de Recapagens de Pneus, para Manutenção da frota municipal da Prefeitura de Jaciara/MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 155.995,00 (cento cinqüenta e cinco mil e novecentos e noventa e cinco reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 01/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 051/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *CARLINDO R. DE SOUZA E CIA LTDA – ME; OBJETO:* "Registro de preços para eventual aquisição de Grama Esmeralda para o plantio em canteiros e praças da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 13/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 045/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA; OBJETO:* "Registro de preço para eventual aquisição de materiais e reagentes para realização de exames no Laboratório Municipal e procedimentos Hemoterápicos do Banco de Sangue da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 15.892,44 (quinze mil e oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 02/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 052/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *SM GIUSTTI DE ARRUDA E CIA LTDA; OBJETO:* **"Registro de preço para aquisição de roupas de cama, toalhas, travesseiros e roupas hospitalares, para atendimento ao Hospital Municipal, PSF's, Fisioterapia, CIAAS de Jaciara-MT";VALOR GLOBAL** R$ 58.075,60 (cinqüenta e oito mil e setenta e cinco reais e sessenta centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 14/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 055/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *TRASSI COMÉRCIO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA; OBJETO:* "Registro de preços para eventual aquisição de peças e serviços para reposição de suspensão e molejo, sistema de freio, sistema de escapamento para atender aos veículos da frota da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 477.547,83 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos quarenta e sete reais e oitenta e três centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 22/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 053/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *SELMA MARIS MONARI – ME; OBJETO:* "Registro de Preços para eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da zona urbana do Município de Jaciara/MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 14/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 056/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *PARANÁ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA; OBJETO:* "Registro de preços para eventual aquisição de peças e serviços para reposição de suspensão e molejo, sistema de freio, sistema de escapamento para atender aos veículos da frota da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 576.250,00 (quinhentos e setenta e seis mil e duzentos e cinqüenta reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 22/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 040/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *JOSÉ MARGREITER – ME; OBJETO:* "Registro de preços para eventual Prestação de serviço de Recapagens de Pneus, para Manutenção da frota municipal da Prefeitura de Jaciara/MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 26.210,00 (vinte seis mil duzentos e dez reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 01/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 041/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *TROPICAL PNEUS LTDA; OBJETO:* "Registro de preços para eventual Prestação de serviço de Recapagens de Pneus, para Manutenção da frota municipal da Prefeitura de Jaciara/MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 27.990,00 (vinte sete mil e novecentos e noventa reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 01/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 054/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *CENTRO-ESTE AMBIENTAL COELTA, TRANSPORTE E LIMPEZA URBANA LTDA – ME; OBJETO:* "Registro de Preços para contratação de empresa especializada em Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Resíduos dos Serviços de Saúde, para atendimento dos PSF'S (1,2,3,4,5,6,7,8), Hospital Municipal, Banco de Sangue, CAPS, Centro de Fisioterapia e Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 158.000,00 (cento e cinqüenta e oito mil reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 14/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 043/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *DENTAL CENTRO OESTE LTDA; OBJETO:* "Registro de preço para eventual aquisição de materiais e reagentes para realização de exames no Laboratório Municipal e procedimentos Hemoterápicos do Banco de Sangue da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 22.422,46 (vinte e dois mil e quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 02/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 042/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *PAULO RENATO SILVA SANTOS & CIA LTDA – ME; OBJETO:* "Registro de preços para eventual Prestação de serviço de hora técnica Torno e Solda com inclusão de materiais, para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 51.400,00 (cinqüenta e um mil e quatrocentos reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 01/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EDITAL N. 002/ 2015

A COMISSÃO EXAMINADORA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM OBSERVÂNCIA AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A LEI MUNICIPAL N. 1.180/2009, FAZ PUBLICAR O PRESENTE EDITAL PARA CONHECIMENTO PÚBLICO E OBEDIÊNCIA, NA FORMA QUE A SEGUIR SE DETERMINA.

Em cumprimento ao que determina o Edital 001/2015 relativo ao cronograma do processo seletivo simplificado para escolha dos novos conselheiros tutelares da cidade de Jaciara – MT faz publicar a relação dos candidatos inscritos, conforme segue abaixo por ordem alfabética:

01 - Ana Enisia Laudelina Duarte; 02- Ana Paula Rezende; 03- Cristiane Mara Cardozo Bender; 04- Fiama Maria Avelino Vieira; 05- Gilvanete Ferreira Obadowski; 06- Gladys Elisabeth Silveira Araujo; 07- Ilda Augusta da Silva; 08- Juliana Lima da Cruz; 09- Lucia Helena dos Santos Coelho; 10- Maria de Fátima Santos de Aquino; 11- Maria Lúcia de Oliveira; 12- Maria Margarida Cunha Siqueira; 13- Marli Ramos Santos Silva; 14- Meirieli Rodrigues Pereira; 15- Rosimeire Aparecida Shinoca; 16- Rubia Rodrigues da Silva; 17- Sidney Francisco Gomes; 18- Valquiria Neves de Araujo Ruiz.

Publique-se, registre.

Jaciara – MT, 22 de abril de 2015.

Assinatura: Maria Vera Alves - Presidente do CMDCA – Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente. Ana Paula B. Bueno - Presidente do Processo Seletivo 001/2015

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 006/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA:** *EDSON DE ARRUDA BORGES;* **OBJETO:** Prestação de serviços de recebimento e entrega de cartas, atendimento e protocolo de pedidos de CPF no Distrito de Celma.**PRAZO: 6 (MÊS) ; VALOR GLOBAL** R$ 6.000,00 (seis mil reais);**ASSINATURA: 01/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 057/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *CONCEITO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA; OBJETO:* "Registro de Preços para eventual Contratação de empresa para realização de exames preventivos papanicolau (CCO) e anatomopatológicos, para atendimento dos PSF's, Hospital Municipal, Saúde da mulher e Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; **VALOR GLOBAL** R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 22/ 04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 001/2015 AO CONTRATO N.º 001/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO:** *PAULO ROCHA DOS SANTOS E CIA LTDA;* OBJETO:**PRORROGAÇÃO DE PRAZO;** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do contrato nº. 001/2015; **ASSINATURA**: 10/04/2015.

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 047/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *M.S. DIAGNÓSTICA LTDA; OBJETO:* "Registro de preço para eventual aquisição de materiais e reagentes para realização de exames no Laboratório Municipal e procedimentos Hemoterápicos do Banco de Sangue da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 10.525,00 (dez mil e quinhentos e vinte cinco reais); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 02/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 004/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA:** *SANEPAVI SANEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP;* **OBJETO:** "Contratação de empresa para execução de obras relativas à construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta e com Vestiário, na Escola Municipal Magda Ivana, localizada na Avenida Zé de Bia - Jardim Aeroporto, no Município de Jaciara/MT";**PRAZO: 4 (MÊS) ; VALOR GLOBAL** R$ 485. 643,19 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e três reais e dezenove centavos);**ASSINATURA: 17/03/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 005/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA:** *POSITIVO INFORMÁTICA S/A;* **OBJETO:** aquisição de Solução Integrada Interativa de Computador e Projeção, denominada Computador Interativo, para atendimento de escolas e instituições públicas, da educação básica, tecnológica e superior do Município de Jaciara-MT; **PRAZO: 12 (MÊSES) ; VALOR GLOBAL** R$ 15.120,00 (quinze mil e cento e vinte reais);**ASSINATURA: 01/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 048/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP; OBJETO:* "Registro de preço para eventual aquisição de materiais e reagentes para realização de exames no Laboratório Municipal e procedimentos Hemoterápicos do Banco de Sangue da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 24.736,34 (vinte e quatro mil e setecentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 02/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 049/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *HOSPVITA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE SAÚDE LTDA – ME; OBJETO:* "Registro de preço para eventual aquisição de materiais e reagentes para realização de exames no Laboratório Municipal e procedimentos Hemoterápicos do Banco de Sangue da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 7.895,77 (sete mil oitocentos e noventa e cinco reais setenta e sete centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 02/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 050/2015

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO:** *DIAGNO COMÉRCIO E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA; OBJETO:* "Registro de preço para eventual aquisição de materiais e reagentes para realização de exames no Laboratório Municipal e procedimentos Hemoterápicos do Banco de Sangue da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL** R$ 1.462,50 (um mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e cinqüenta centavos); **PRAZO:** 12 (doze) meses**; ASSINATURA: 02/04/2015.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 007/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AREIA E CIMENTO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA/MT

Adjudico os itens abaixo supracitados, objeto desta licitação à empresa:

ODALGIR ANTONIO SCHNNORR-ME
CNPJ N.º 24.960.072/0001-49
Odagir Antonio Schnorr
Rua Natalino Piovisan s/n, Bairro: Centro Jangada - MT

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	V. UNIT	V. TOTAL
02	6.000	Sc	- CIMENTO CP 2 – E – SACO COM 50KG	R$ 26,17	R$ 157.020,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R$ 157.020,00

Jangada – MT, 23 de ABRIL de 2015.

_____

VALDECIR KEMER

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 007/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AREIA E CIMENTO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA/MT

Adjudico os itens abaixo supracitados, objeto desta licitação à empresa:

ODIL FERREIRA JUNIOR-ME
CNPJ Nº 00.897.452/0001-18
ODIL FERREIRA JUNIOR
FAZENDA SÃO PEDRO BAIRRO: ZONA RURAL, ACORIZAL - MT

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	V. UNIT	V. TOTAL
01	4.000	M³	AREIA MEDIA LAVADA DE RIO, MATERIAL NATURAL, DIMENSÃO NOMINAL: MAXIMA INFERIOR A 2,0MM E MINIMA SUPERIOR A 0,075MM.	R$ 75,00	R$ 300.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R$ 300.000,00

Jangada – MT, 23 de ABRIL de 2015.

_____

VALDECIR KEMER

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 007/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AREIA E CIMENTO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA/MT

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, homologo o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Declaro e homologo o objeto deste processo licitatório à empresa abaixo como a vencedora do presente processo licitatório para **OBJETO: AQUISIÇÃO DE AREIA E CIMENTO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA/MT**as empresas,

ODALGIR ANTONIO SCHNNORR-ME

CNPJ N.º 24.960.072/0001-49

ODAGIR ANTONIO SCHNORR

RUA NATALINO PIOVISAN S/N, BAIRRO: CENTRO JANGADA – MT

ODIL FERREIRA JUNIOR-ME

CNPJ Nº 00.897.452/0001-18

ODIL FERREIRA JUNIOR

FAZENDA SÃO PEDRO BAIRRO: ZONA RURAL, ACORIZAL - MT

Jangada – MT, 23 de ABRIL de 2015.

_____

VALDECIR KEMER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 20/2015

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito Municipal, Srº. Edson Miguel Piovesan reconheceu ser dispensa de licitação contratação de topógrafo para prestação de serviços de levantamento topográficos, levantamento dos vértices objetos de limites da área e coletas "in loco" das coordenadas específicas em atendimento a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, no **Valor Global de R$ 8.960,00 (oito mil novecentos e sessenta reais),** da pessoa física de ALZEMIRO VALTER OLIVEIRA, brasileiro, casado, pessoa física inscrita no CPF 270.304.401-10, estabelecida na Rua Rua Fidelis de Queiroz nº 276 – Jardim Santa Clara - CEP 78575-000, no município de Juara/MT. Em atendimento Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, De acordo com o disposto no Art. 24 Inciso X da Lei 8.666/93 e do parecer Jurídico anexo ao processo licitatório.

Juara –MT, 23 de Abril de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 12-C/2015

PREGÃO ELETRONICO nº. 012/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 012/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-C/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 12-C/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 012/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332.219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, RESOLVE registrar os preços da empresa, SOLAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO EIRELI – EPP, inscrita com o CNPJ sob o n. 05.869.012/0001-70, localizada à Rua José Zagueti, n. 401, Parque Conceição II, no município de Piracicaba/SP – CEP: 13.412-148, Telefone (19) 3579-4725, E-mail: ricardo.solab@gmail.com, representada pelo Sr. Ricardo Lucio do Prado, inscrito com o RG: 41.377.850-2 SSP/SP e CPF: 319.769.108-38, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E SEMIPERMANENTES PARA UTILIZAÇÃO EM LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA DE BAIXA COMPLEXIDADE EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, conforme valores, marcas, proposta vencedora e demais condições e especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão n. 012/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
17	90421	GABINETE DE OBSERVAÇÃO C/ LAMPADA UV; GABINETE DE OBSERVAÇÃO DE AMOSTRAS, COM VISOR DE PROTECAO PARA TODAS AS UV ABAIXO DE 385 NM UTILIZADAS COM LANTERNAS DE EMISSAO UV; POSSUI DUAS ABERTURAS LATERAIS PARA COLOCAÇÃO DAS AMOSTRAS E MANUSEIO DAS MESMAS; DESENVOLVIDO PARA PROPORCIONAR UM MELHOR AMBIENTE DE ANALISE PARA O ANALISTA; DIMENSAO ABERTURA LATERAL: 19 X 15 CM; DIMENSAO DO GABINETE: 32X22X17CM; DIMENSAO BASE INTERNA UV: 8,5X14CM; CORPO METAL COM PINTURA ELETROSTÁTICA.; APLICAÇÃO: VISUALIZAÇÃO DE AMOSTRAS E CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO. GARANTIA 12 MESES.	UND	01	1.840,00	1.840,00	SOLAB
19	90423	ESTUFA CULTURA E BACTERIOLOGICA: ESTUFA PARA CULTURA E BACTERIOLOGICA POR MEIO DE CONVECCAO NATURAL, INTERNAMENTE EM ACO INOX E CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA 81 LITROS; CONTROLADORES DE TEMPERATURA: CONTROLE HX AUTOMATICO MICROPROCESSADO, COM SISTEMA PID; INDICADOR DIGITAL (DISPLAY LED), DE TRES DIGITOS; SENSOR DE TEMPERATURA TIPO K, RESOLUCAO DE 1°C; PAINEL DE CONTROLE: UM (01) CONTROLADOR HX E INDICADOR DE TEMPERATURA, CHAVES DE ACIONAMENTO LUMINOSO E UM (01) BOTAO LIGA/DESLIGA. SISTEMA DE AQUECIMENTO: RESISTENCIA DE AQUECIMENTO POR MEIO DE RESISTENCIAS TUBULARES E BLINDADAS EM ACO INOX. SISTEMA DE CIRCULACAO: CIRCULAÇÃO POR MEIO DE CONVECÇÃO NATURAL. FAIXA DE TEMPERATURA: TEMPERATURA REGULAVEL DE (AMBIENTE + 7° C) A 60°C; ESTRUTURA INTERNA: CHAPA DE ACO INOX AISI 430 COM SUPORTES PARA ACOMODACAO DE 03 PRATELEIRAS ESPAÇADAS DE 11 EM 11 CM. EXTRUTURA EXTERNA: CHAPA EM ACO CARBONO SAE 1020 COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, PINTURA ELETROSTATICA A PÓ. PÉS: PÉS NIVELADORES. PORTA EXTERNA: CHAPA DE ACO CARBONO 1020 COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, PINTURA ELETROSTATICA A PO, GUARNICAO MAGNETICA EM TODO PERIMETRO, PUXADOR INJETADO. PORTA INTERNA: VIDRO TRANSPARENTE E MOLDURA EM ACO INOX AISI 430. ISOLANTE TERMICO: ISOLAÇÃO TERMICA EM TODAS AS LATERAIS E PORTA. PRATELEIRAS: ACOMPANHA 03 PRATELEIRAS EM CHAPA PERFURADA; ACOMPANHA: CABO DE FORÇA COM DUPLA ISOLAÇÃO E PLUG COM TRES PINOS, DUAS FASES E UM TERRA NBR 13249; MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUES. MEDIDAS INTERNAS: L 450 X F 400 X A 450 MM; MEDIDAS EXTERNAS: L 575 X F 550 X A 690 MM; CAPACIDADE INTERNA: 81 LITROS; VOLTAGEM: EQUIPAMENTO FORNECIDO EM 220V. GARANTIA 12 MESES.	UND	01	2.700,00	2.700,00	SOLAB

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento para realizar a entrega dos produtos.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Juara/MT, localizado à Avenida Rio Arinos, Lote 06, Quadra 02, S/N, no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da Emissão de Ordem de Fornecimento.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.13. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada e no local indicado, no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir da assinatura da Ordem de Fornecimento.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

12.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

12.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

12.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

12.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

13.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

14.



DAS PENALIDADES

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a seguir discriminadas.

14.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

14.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

I – no atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do contrato;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

14.4. Por atraso injustificado na prestação de serviço:

I – para atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

II – para atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinqüenta centésimos por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

III – no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.5. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

14.6. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

14.7. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 22 de Abril 2014.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

SOLAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO EIRELI – EPP

CNPJ: 05.869.012/0001-70

Sr. Ricardo Lucio do Prado

RG: 41.377.850-2 SSP/SP

CPF: 319.769.108-38

TESTEMUNHA:

José Roberto Pereira Alves

Pregoeiro Oficial

Portaria GP 250/2010

Portaria GP 02/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 12-B/2015

PREGÃO ELETRONICO nº. 012/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 012/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 12-B/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 012/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332.219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, RESOLVE registrar os preços da empresa, MED CALL EQUIPAMENTOS PARA SAUDE LTDA – ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 11.814.130/0001-96, localizada à Avenida Pedro Machado, n. 395, Sala 03, Bairro Mogi Moderno, no município de Mogi das Cruzes/SP – CEP: 08717-720, Telefone (11) 4566-5923/4566-5922, E-mail: vendas@medcallequipamentos.com.br, representada por seu sócio o Sr. Paulo Sérgio Giovacchini, inscrito com o RG: 18.482.869-7 SSP/SP e CPF: 092.155.528-80, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata

de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E SEMIPERMANENTES PARA UTILIZAÇÃO EM LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA DE BAIXA COMPLEXIDADE EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, conforme valores, marcas, proposta vencedora e demais condições e especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão n. 012/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
20	90424	AUTOCLAVE HORIZONTAL 25 LITROS 220 V: CONTROLE CONSTRUIDO COM COMPONENTES DE ALTISSIMA QUALIDADE E CONFIABILIDADE, COM FUNCIONAMENTO TOTALMENTE REALIZADO ATRAVES DE MICROCONTROLADOR; PERMITE SELECIONAR A TEMPERATURA DE TRABALHO (120 A 134°C), O TEMPO DE ESTERILIZACAO (ATE 60 MINUTOS) E O TEMPO DE SECAGEM (ATE 45 MINUTOS) POSSIBILITANDO TOTAL FLEXIBILIDADE AO USUARIO COMOS DIVERSOS MATERIAIS UTILIZADOS; EXCELENTE PRECISAO E MONITORAMENTO NO CONTROLE DA TEMPERATURA OBTIDA ATRAVES DE UMA TERMORESISTENCIA PT-100; FACIL INSTALAÇÃO, NÃO REQUER INSTALAÇÃO HIDRÁULICA; CAMARA INTERNA: EM AÇO INOXIDAVEL AISI 304 COM CAPACIDADE PARA 25 LITROS, MEDINDO 300MM DE DIAMETRO POR 350MM DE PRODUNDIDAE, REVESTIDA EXTERNAMENTE COM MATERIAL ISOLANTE AO CALOR QUE ALEM DE OTIMIZAR O SEU FUNCIONAMENTO REDUZ O CONSUMO DE ENERGIA E CONSERVA A TEMPERATURA AMBIENTE; POSSUI 3 BANDEJAS MEDINDO 220MM (LARG) 330MM (COMP) CONFECCIONADAS EM ACO INOIDAVEL AISI 304 TOTALMENTE PERFURADAS PARA PERMITIR UMA BOA CIRCULACAO DO VAPOR, GARANTINDO QUALIDADE NA ESTERILIZACAO; GARANTIA 12 MESES.	UND	01	3.500,00	3.500,00	STERMAX

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento para realizar a entrega dos produtos.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Juara/MT, localizado à Avenida Rio Arinos, Lote 06, Quadra 02, S/N, no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da Emissão de Ordem de Fornecimento.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.13. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada e no local indicado, no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir da assinatura da Ordem de Fornecimento.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

12.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

12.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

12.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

12.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

13.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

14.



DAS PENALIDADES

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a seguir discriminadas.

14.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

14.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

I – no atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do contrato;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

14.4. Por atraso injustificado na prestação de serviço:

I – para atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

II – para atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinqüenta centésimos por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

III – no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.5. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

14.6. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

14.7. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 22 de Abril 2014.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

MED CALL EQUIPAMENTOS PARA SAUDE LTDA – ME

CNPJ: 11.814.130/0001-96

Sr. Paulo Sérgio Giovacchini

RG: 18.482.869-7 SSP/SP

CPF: 092.155.528-80

TESTEMUNHA:

José Roberto Pereira Alves

Pregoeiro Oficial

Portaria GP 250/2010

Portaria GP 02/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12-A/2015

PREGÃO ELETRONICO nº. 012/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 012/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 12-A/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 012/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332.219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, RESOLVE registrar os preços da empresa, MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA – EPP, inscrita com o CNPJ sob o n. 04.724.729/0001-61, localizada à Rua Presidente Rodrigues Alves, n. 435, Setor Faiçalville, no município de Goiânia/GO – CEP: 74.350-115, Telefone (62) 3945-0350/3945-0351, E-mail: maxlab@terra.com.br, representada por seu Diretor o Sr.Cleuber Acerly de Oliveira, inscrito com o RG: 4.432.702 SSP/GO e CPF: 394.522.801-82, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de

Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E SEMIPERMANENTES PARA UTILIZAÇÃO EM LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA DE BAIXA COMPLEXIDADE EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, conforme valores, marcas, proposta vencedora e demais condições e especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão n. 012/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
01	90405	BICO BUNSEN COM REGISTRO; COM REGULAGEM PARA ENTRADA DE AR; GUIA COM DIÂMETRO DE 7/16 EM LATÃO CROMADO; MANÍPULO PARA REGULAGEM DE GÁS E BASE DE FERRO PINTADA; TAMANHO TOTAL 14 CM.	UND	01	92,00	92,00	RICILAB
04	90408	TERMOHIGROMETRO DIGITAL MÁXIMO E MÍNIMO -50+70; HIGROMETRO: 10 A 99%; TEMPERATURA -10+60C DIV 0,1; FUNÇÃO MÁXIMA E MÍNIMA	UND	02	126,28	252,56	INCOTERM
06	90410	ALÇA NIQUEL CROMO COMPRIMENTO 1M; USADA EM LABORATORIO DE MICROBIOLOGIA ACOPLADA AO CABO KOLLE, A ALÇA COM VIROLA É UTILIZADA PARA TRANSFERIR INÓCULOS SÓLIDOS OU EM SUSPENSÃO E A AGULHA É UTILIZADA PARA SEMEAR MEIO SÓLIDO EM PROFUNDIDADE; FABRICADA EM FIO DE NÍQUEL CROMO; ESPESSURA DE 0,64MM COM VIROLA (RECURVADA EM UMA DAS EXTREMIDADES) OU SEM VIROLA (AGULHA); TAMANHO: 1 METRO.	UND	01	15,68	15,68	RICILAB
07	90411	CABO KOLLE EM ALUMINIO; FABRICA EM ALUMINIO COM 23CM DE COMPRIMENTO E CABO EM FENOLITE;	UND	01	12,80	12,80	RICILAB

		CABO: 3/16 POLEGADAS; CABEÇA: ¼ POLEGADA; FENOLITE 8MM;					
08	90412	ESTANTE ARAME REVESTIDO PVC 24 TUBOS 20MM; FABRICADA EM ARAME REVESTIDA COM PVC BRANCO PARA COLOCAÇÃO DE TUBOS DE ENSAIO; QUANTIDADE DE TUBOS: 24 TUBOS; DIAMETRO DOS TUBOS: 20 MM;	UND	01	13,60	13,60	RICILAB
09	90413	FRASCO PARA COLETA AMOSTRA 100ML C/ TIOSULFATO 1UN; FRASCO PARA COLIFORMES EM AGUA, ESTERIL; MOLDADO EM UMA SÓ PEÇA, COM TAMPA (FLIP TOP); FEITO EM POLIPROPILENO RECICLAVEL; COM TIOSSULFATO: RECOMENDADO PARA TESTES EM AGUA POTAVEL CLORADA; LACRE DE SEGURANÇA INDICA A NÃO VIOLAÇÃO DA ESTERILIDADE; A PROVA DE VAZAMENTO QUANDO FECHADO; ESTERIL; MEDIDAS: VOLUME: 100-120 ML; DIAMENTRO. ALTURA APROX. (MM) 65 X 120.	UND	50	3,48	174,00	COSTAR
10	90414	SACO PLASTICO ESTERIL 120 ML C/ TIOSSULFATO, CX C/100; SACO EM POLIETILENO TRANSPARENTE, APROVADO PELO FDA; CONTEM TIOSSULFATO (1X10MG); DIMENSOES: 76MM X 178MM; VOLUME MAXIMO: 200 ML; VOLUME UTIL: ATE 150 ML (COM MARCACAO DE 100ML); CERTIFICADO DE ESTERILIDADE ACOMPANHA CADA CAIXA; ESTERIL (ESTERILIZACAO POR IRRADIACAO GAMA), DESCARTAVEL, COM TARJA BRANCA PARA ESCRITA E FECHAMENTO DE ARAME; UTILIZADO PARA COLETA DE AMOSTA DE AGUA.	CAIXA	01	200,19	200,19	LABPLAS
11	90415	FRASCO REAGENTE GRAD, TAMPA AZUL ROSQ. AUTOCL 250 ML; TAMPA GL 45, DIAMENTRO INTERNO DA BOCA 30MM; GRADUADO EM 50, 100, 150 E 200 ML	UND	05	13,58	67,90	UNIGLAS
12	90416	PISSETA GRADUADA 250 ML; EM POLIETILENO, TAMPA EM POLIETILENO A PROVA DE VAZAMENTO, DIAMETRO DA BOCA 33 MM, COM GRADUACAO 50/50 ML.	UND	02	4,01	8,02	J. PROLAB
13	90417	PISSETA GRADUADA 500 ML; EM POLIETILENO, TAMPA EM POLIETILENO A PROVA DE VAZAMENTO, DIAMETRO DA BOCA 33 MM, COM GRADUACAO 50/50 ML.	UND	01	4,03	4,03	J. PROLAB
15	90419	COLITAG, CAIXA C/ 200 UND; SUBSTRATO CROMOGENICO DEFINIDO ONPG-MUG, COM RESULTADOS CONFIRMATIVOS PARA PRESENÇA DE COLIFORMES TOTAIS EM 24 HORAS PELO DESENVOLVIMENTO DE COLORAÇÃO AMARELA E RESULTADDOS PARA E.COLI, CONFIRMATIVO EM 24 HORAS PELA OBSERVAÇÃO DE FLUORESCENCIA, SEM NECESSIDADE DE ADIÇÃO DE OUTROS REAGENTES PARA A CONFIRMACAO; METODO APROVADO PELO EBA; METODOLOGIA DE ACORDO COM STANDART METHODS FOR EXAMINANTION OF WATER AND WASTEWATER; APROVADO E REGISTRADO PELO MINISTERIO DA SAUDE; EMBALAGEM CONTEM 200 FRASCONETES PARA 100 ML DE AMOSTRA CADA.	CAIXA	06	1. 399,99	8. 399,94	CPI
16	90420	ESTANTE ARAME REVESTIDO PVC 15 COMPARTIMENTOS 45MM P/SACOS; 15 COMPARTIMENTOS; TAMANHO DO COMPARTIMENTO: 4,5 X 4,5CM; TAMANHO EXTERNO DA ESTANTE: 25 X 15 X 7,6 CM; PARA BOLSAS 29 ML, 58 ML, 100 ML, 118 ML E 207 ML.	UND	08	39,99	319,92	RICILAB

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento para realizar a entrega dos produtos.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Juara/MT, localizado à Avenida Rio Arinos, Lote 06, Quadra 02, S/N, no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da Emissão de Ordem de Fornecimento.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.13. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada e no local indicado, no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir da assinatura da Ordem de Fornecimento.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

12.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

12.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

12.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

12.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

13.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

14. DAS PENALIDADES

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a seguir discriminadas.

14.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

14.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

I – no atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do contrato;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

14.4. Por atraso injustificado na prestação de serviço:

I – para atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

II – para atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinqüenta centésimos por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

III – no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.5. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

14.6. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

14.7. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 22 de Abril 2014.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA – EPP

CNPJ: 04.724.729/0001-61

Sr.Cleuber Acerly de Oliveira – Diretor

RG: 4.432.702 SSP/GO

CPF: 394.522.801-82

TESTEMUNHA:

José Roberto Pereira Alves

Pregoeiro Oficial

Portaria GP 250/2010

Portaria GP 02/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 012/2015

PREGÃO ELETRONICO nº. 012/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n. 012/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 12/2015/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 012/2015/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita com o CNPJ sob o 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Edson Miguel Piovesan, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 949618-1 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 139.332.219-0O, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, RESOLVE registrar os preços da empresa, CONCEITUAL EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA – ME, inscrita com o CNPJ sob o n. 12.349.852/0001-78, localizada à Rua Lindolfo Collor, n. 52, Bairro Guabirotura, no município de Curitiba/PR – CEP: 81.510-010, Telefone (41) 2104-5063, E-mail: comercial@conceituallab.com.br, representada por sua sócia administradora a Sr.ª Tânia Maria Santos Tisotti, inscrita com o RG: 3.270.863-3 SSP/PR e CPF: 447.870.579-87, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E SEMIPERMANENTES PARA UTILIZAÇÃO EM LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÁGUA DE BAIXA COMPLEXIDADE EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, conforme valores, marcas, proposta vencedora e demais condições e especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão n. 012/2015 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.

4.2. **Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.**

4.2.1. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.**

4.2.2. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.**

4.2.3. **Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.**

4.2.4. **Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.**

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	MARCA
02	90406	TERMOMETRO DIGITAL MÁXIMA E MÍNIMA, -50+70C, CABO 2,8 MT.	UND	02	82,00	164,00	EQUITHERM
03	90407	TERMOMETRO ESTUFA -10+110 LV; ENCHIMENTO LIQUIDO VERMELHO.	UND	01	20,00	20,00	EQUITHERM
05	90409	TERMOMETRO INFRAVERMELHO MIRA LASER -50 +550; FAIXA DE TEMPERATURA -50 + 550; DISTANCIA DE 12:1; RESOLUCAO 01ºC / <100 1°C >1000; EXATIDAO DO ALVOS ASSUMINDO QUE A TEMPERATURA OPERACIONAL AMBIENTE ESTEJA 23 A 25°C; +/-2,5° C -50 ~ 20°C; +/- 1,0% +/- 1,0ºC 20ºC ~300ºC; +/- 1,5% 300°C ~550°C; TEMPO DE RESPOSTA: 150MS; TEMPERATURA OPERACIONAL: 0 A 50°C; UMIDADE OPERACIONAL: 10% UR ~ 90% UR.	UND	01	350,00	350,00	EQUITHERM
14	90418	BARRILETE PVC CAPACIDADE 10 L; BARRILETE PARA DEPOSITO DE AGUA DESTILADA, CAPACIDADE 10 LITROS; DIMENSOES: 20 X 45 CM (DIAMETRO X ALTURA) FABRICADO EM PLASTICO PVC RIGIDO.	UND	01	134,48	138,48	UNION
18	90422	CAMARA ASSEPTICA: CAMARA ASSEPTICA PROPRIA PARA TRABALHOS DE BACTERIOLOGIA DE TECIDOS E OUTROS QUE EXIJAM AMBIENTE ASSEPTICO; A ESTERILIZACAO E POR LAMPADA U. V. POSSUEM TAMBÉM LAMPADA FLUORESCENTE BRANCA PARA VERIFICACAO DE ENSAIOS, EM PLASTICO PVC BRANCO COM VISOR ACRILICO TRANSPARENTE NAS DIMENSOES 800X500X490MM. GARANTIA 12 MESES	UND	01	2.196,00	2.196,00	UNION

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento para realizar a entrega dos produtos.

7.1.2. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Juara/MT, localizado à Avenida Rio Arinos, Lote 06, Quadra 02, S/N, no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da Emissão de Ordem de Fornecimento.

7.1.3. Os produtos recusados serão substituídos, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para o Órgão.

7.2. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e estar em linha de produção.

7.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.6. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.9. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.12. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus toda ou parte da remessa devolvida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação.

7.13. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada e no local indicado, no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir da assinatura da Ordem de Fornecimento.

7.14. Da garantia:

7.14.1. De acordo com a especificação do item.

7.15. Os prazos de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão dos termos de recebimento definitivo dos materiais pela CONTRATANTE;

7.16. Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou equipamentos com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.11. O Contrato será fiscalizado pela Sra. Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; 11.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. 11.4. O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. 11.5. No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Lote, número da Nota de Empenho e do Contrato, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores dos produtos contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; 11.9. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; 11.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; 11.11. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; 11.12. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; 11.13. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

12.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

12.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

12.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

12.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

13.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

14. DAS PENALIDADES

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a seguir discriminadas.

14.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

14.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

I – no atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do contrato;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

14.4. Por atraso injustificado na prestação de serviço:

I – para atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

II – para atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinqüenta centésimos por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

III – no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.5. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

14.6. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

14.7. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 22 de Abril 2014.

Edson Miguel Piovesan

Prefeito Municipal

CONCEITUAL EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA – ME

CNPJ: 12.349.852/0001-78

Sr.ª Tânia Maria Santos Tisotti – Sócia Administradora

RG: 3.270.863-3 SSP/PR

CPF: 447.870.579-87

TESTEMUNHA:

José Roberto Pereira Alves

Pregoeiro Oficial

Portaria GP 250/2010

Portaria GP 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO TERMO DE POSSE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO Nº 042/2015

TERMO DE POSSE

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na presença da Prefeita Municipal a Senhora MARIA MANEA DA CRUZ, compareceu a Senhora ROSELANE RODRIGUES ROCA, portadora do RG Nº**1505007-6 SSP – MT**e CPF Nº **981.154.561-87**, para tomar posse no cargo de Técnica em enfermagem, por ter sido classificada em 3º lugar no Concurso Público referente ao Edital Nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste-MT, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso-AMM, Ano IX, Nº 1968, no dia nove de maio do ano de dois mil e quatorze, cuja Homologação do Resultado Final foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso -AMM, Ano IX, Nº 2050, no dia três de setembro de dois mil e quatorze, nomeada através do Decreto 013/2015, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso -AMM, Ano X, Nº 2207, no dia dezesseis do mês de abril do ano de dois mil e quinze, tendo apresentado a documentação exigida no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e assinado o presente termo de posse.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

AMÓS MEDEIROS DOS SANTOS

Sec. Municipal de Administração e Planejamento

ROSELANE RODRIGUES ROCA

EMPOSSADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO TERMO DE POSSE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO Nº 043/2015

TERMO DE POSSE

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na presença da Prefeita Municipal a Senhora MARIA MANEA DA CRUZ, compareceu a Senhora ADRIANA APARECIDA LUIZ SEGANTINI, portadora do RG Nº**1479032-7SESP – MT**e CPF Nº **992.101.261-49**, para tomar posse no cargo de Técnica em enfermagem, por ter sido classificada em 4º lugar no Concurso Público referente ao Edital Nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste-MT, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso-AMM, Ano IX, Nº 1968, no dia nove de maio do ano de dois mil e quatorze, cuja Homologação do Resultado Final foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso -AMM, Ano IX, Nº 2050, no dia três de setembro de dois mil e quatorze, nomeada através do Decreto 015/2015, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso -AMM, Ano X, Nº 2211, no dia vinte e três do mês de abril do ano de dois mil e quinze, tendo apresentado a documentação exigida no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e assinado o presente termo de posse.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

AMÓS MEDEIROS DOS SANTOS

Sec. Municipal de Administração e Planejamento

ADRIANA APARECIDA LUIZ SEGANTINI

EMPOSSADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO LEI MUNICIPAL Nº 522/2015

LEI MUNICIPAL Nº 522/2015,

DE 24 DE ABRIL DE 2015

Autor: Poder Executivo

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2015 e dá outras providências."

MARIA MANEA DA CRUZ, Prefeita do Município de Lambari D`Oeste/MT, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento de 2015, Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Secretaria Municipal de Finanças no valor de R$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de saúde

10.301.0075.2.023 – Manutenção e Encargos com o Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 40.000,00

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..... ...R$ 10.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 02 – Fundo Municipal de saúde

10.301.0075.2.024–Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde- PACS

3.3.90.30 – Material de Consumo.....
.R$ 2.000,00

3.1.90.13 – Obrigações Patronais .....
.R$ 50.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0040.1.036 – Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

3.3.90.30 – Material de Consumo .....
.R$ 10.000,00

4.4.90.51 – Obras e Instalações .....
..R$ 10.000,00

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física .....
.....R$ 5.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
..R$ 27.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0040.2.050 – Manutenção do Salário Educação

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física .....
...R$ 20.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
..R$ 20.000,00

Fonte: 00.01.0015 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Unidade: 02 – Dpto de Viação e Obras

26.782.0101.1.041 – Construção e Reforma de Pontes, Bueiros e Pontilhões

3.3.90.30 – Material de Consumo .....
..R$ 5.000,00

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....
.....R$ 5.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
....R$ 5.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Unidade: 02 – Dpto de Viação e Obras

15.541.0100.1.043 – Construção do Barracão na Secretaria de Infra Estrutura

3.3.90.30 – Material de Consumo .....
...R$ 5.000,00

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....
.....R$ 3.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
....R$ 3.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Unidade: 02 – Dpto de Viação e Obras

15.451.0100.1.047 – Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Urbanas

4.4.90.51 –Obras e Instalações.....
R$ 10.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Unidade: 02 – Dpto de Viação e Obras

15.451.0100.1.048 – Construção e Recuperação de Poços Artesianos

3.3.90.30 –Material de Consumo.....
R$ 2.000,00

3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....
.....R$ 3.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....
....R$ 3.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Unidade: 02 – Dpto de Viação e Obras

04.452.0003.2.066– Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Infra Estrutura

3.1.90.94 Indenizações e Restituições Trabalhistas.....
..R$ 10.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

Unidade: 04 – Dpto. Água e Esgoto

17.512.0076.1.050 – Ampliação da Rede de Água

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....
...R$ 5.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário

04.123.0003.2.074 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Finanças

3.1.91.13 – Obrigações Patronais .....
...R$ 5.000,00

Fonte: 00.01.0000– Recursos Próprios

Art. 2º. Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º. O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N. 070/ 2015-REGISTRO DE PREÇO N. 040/2015

*OBJETO:*Pregão Presencial (Registro de Preços) para contratação de empresa para transporte rodoviário intermunicipal, de Nobres para Lucas do Rio Verde, dos materiais que serão utilizados na manutenção das diversas secretarias e demais obras do município de Lucas do Rio Verde-MT.

Data: 23 de abril de 2015.

Empresa Vencedora: RODOPARAÍSO TRANSPORTES LTDA ME, vencedora do Lote 0001, com o valor de R$ 39,00 (trinta e nove reais).

Lucas do Rio Verde-MT, 23 de abril de 2015.

Károle Graziela Sontag

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DA 1º PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 004/2015

O MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, através da Comissão Permanente de Licitações, **torna público** que o Edital de Concorrência Pública nº 04/2015 que trata da **"**Alienação de 21 (vinte e um) Imóveis Urbanos, localizados no município de Lucas do Rio Verde – Parque das Américas, Bairro Menino Deus e Bairro Cidade Nova, de propriedade do Município de Lucas do Rio Verde, devido à impossibilidade da CPL se reunir para analisar e julgar o referido certame, fica prorrogado o presente certame na forma abaixo delineada:

Data da entrega dos envelopes: Até Às 17hs do dia 04/05/2015

Dia: 05/05/2015

Abertura dos Envelopes: Às 08:00 horas do dia 05/05/2015

Todos os atos praticados até a presente data e que não sofreram interferência das alterações especificadas nesta Prorrogação, permanecerão válidos.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/ 94 e da Lei nº 9.648/98)

Lucas do Rio Verde-MT, 23 de Abril de 2015.

Ramiro Azambuja da Silva

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DO RESULTADO DA PROVA PRÁTICA

A Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado 02/2015 da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna público que encontra-se à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde a partir desta data, bem como no seguinte endereço eletrônico: **www.lucasdorioverde.mt.gov.br** o Resultado da Prova Prática realizada na data de 22/04/2015.

Desta forma, fica valendo a data da publicação deste edital na imprensa oficial como início da contagem de prazo recursal nos termos do edital do Processo Seletivo.

Lucas do Rio Verde/MT, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE LOMBA DE OLIVEIRA

Presidente

FABIANA APARECIDA BOAVENTURA SILVA

Secretária

EDILEUZA JULIA DOURADO

Membro

SAAE -SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015

O SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LUCAS DO RIO VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, C.N.P.J. nº 01.377.043/ 0001-53, localizada na Av. Pará, n° 219 E, Bairro Cidade Nova, por meio de sua comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 002/ 2015, torna público para conhecimento de quem possa interessar o resultado da Concorrência Pública n° 002/2015, que trata da venda **de 02 (dois) Imóveis Urbanos, localizados no município de Lucas do Rio Verde – Bairro Jardim das Palmeiras e Centro, de propriedade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde,**tudo conforme especificações do edital.

Resultado: DESERTO.

Lucas do Rio Verde - MT, 22 de Abril de 2015.

Karine Aparecida Almeida da Silva França

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE MT ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/2015

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de Serviço de Urgência e Emergência Hospitalar para atender Usuários do Sistema Único de Saúde em complemento aos serviços de atenção básica.

ONDE SE LÊ:

5.1 – O presente contrato terá vigência de 60 (sessenta)dias a contar a partir da publicação do extrato do contrato, prorrogável no interesse das partes até o máximo PERMITIDO POR LEI.

PASSA-SE A LER

:

5.1 – O presente contrato terá vigência de 45 (quarenta e cinco) dias a contar a partir da publicação do extrato do contrato, prorrogável no interesse das partes até o máximo PERMITIDO POR LEI.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 e Decreto Federal 5.450/05. Lucas do Rio Verde MT, 23 de Abril de 2015.

Ramiro Azambuja

Presidente da CPL

Otaviano Olavo Pivetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2015 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

O Exmo Senhor *Arnóbio Vieira de Andrade*, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público realizado no dia 25 de maio de 2014 nos termos do Edital 001/2014 e homologado pelo Decreto de nº 74/2014 de 24 de junho de 2014, Convoca pelo presente Edital os candidatos Aprovados, para preenchimento de vagas existente no momento, conforme relação abaixo:

Nº Insc	Candidatos	Cargo	Carga Hora	Classificação

0769	Greycielli Angélica da Silva	Assistente Técnico Administrativo I	40 horas	10º Aprovada
0876	Cleyton Queiroz da Silva	Assistente Técnico Administrativo I	40 horas	11º Aprovado
0152	Elizelia Paulino de Souza	Técnico Desenvolvimento Infantil	40 horas	01º Aprovada
0142	Cristiane Aparecida Bitencourt Corez	Técnico Desenvolvimento Infantil	40 horas	02º Aprovada

Os candidatos convocados por este Edital terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar desta data, 22 de abril de 2015, para tomarem posse no referido cargo.

Os candidatos convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

Documento de Identidade (original) e l (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia) Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	**ORIGINAL** 02 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

Os Candidatos convocados que não apresentarem as documentações no prazo estabelecido será considerado eliminado do Concurso Público.

Os Candidatos deverão apresentar-se também, junto ao Previlândia – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT, para filiar-se a esta Instituição.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, em 22 de abril de 2015.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Sec. Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2015

O MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitação, torna público aos interessados que fará realizar, no dia **11 de maio de 2015, às 08h00min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Rua Guaíra nº. 777, Centro, neste Município de Marcelândia – MT, ***P*regão Presencial nº015/2015 na modalidade Menor Preço por lote,**com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXAMES PRÉ NATAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO,** conforme especificações mínimas constantes no Termo de Referência do Edital.

O edital completo esta disponível no site www.marcelandia.mt.gov.br. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 14h00min, ou através do telefone: (66) 3536-3100.

Marcelândia – MT, 23 de abril de 2015.

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLI

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2015

O MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, através do Prefeito Municipal, torna público aos interessados que fará realizar, no dia **08 de maio de 2015, às 08h00min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Rua Guaíra nº. 777, Centro, neste Município de Marcelândia – MT, ***P*regão Presencial nº014/2015 na modalidade Menor Preço por Item,**com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃES TIPO FRANCÊS E CASEIRO, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MARCELÂNDIA-MT,** conforme especificações mínimas constantes no Termo de Referência do Edital.

O edital completo esta disponível no site www.marcelandia.mt.gov.br. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 14h00min, ou através do telefone: (66) 3536-3100.

Marcelândia – MT, 23 de abril de 2015.

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLI

PREGOEIRA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 114/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **VEIGA & SANTOS LTDA – ME**

OBJETO: **Contratação de empresa de Engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira, para Execução de Obras de Ampliação de um total de 75,83 m² do USF Comunidade União Padovani (Lote 02) do Município de Matupá, contidas nos anexos do edital 145/2013, TOMADA DE PREÇO 020/2013, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços**.

OBJETIVO: Ficando **ADITIVADO o valor de R$ 4.028,65 (Quatro mil e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos),** passando o valor total do contrato para *R$ 123.730,31 (Cento e vinte e três mil e setecentos e trinta reais e trinta e um centavos).*

Assinatura: 01/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 06/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que **fica alterado** em razão da alteração do termo de referência para o próximo dia 11 **de MAIO de 2015 AS 09h00min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bll.org.br** o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será das 08:00 hrs do dia 16/04/2015 as 15:00 hrs do dia 08/05/2015 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital Retificado nº. 051/2015, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia e www.bll.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal

localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 24 de Abril de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2015

SUMULA: Substituição de beneficiários para ocupação de Unidades Habitacionais.

O Conselho Municipal de Habitação do Município de Matupá, cumprindo sua função de órgão consultivo e deliberativo nos termos da Lei 415, de 02 de setembro do ano de 2003 e;

Considerando que cabe ao Conselho Municipal estabelecer as normas municipais para inclusão de famílias de baixa renda;

Considerando que o Conselho Municipal tem a responsabilidade de selecionar/aprovar as famílias e pessoas para serem beneficiárias dos programas de casas próprias e projetos de melhorias habitacionais;

Considerando a necessidade de oferecer maior transparência no processo de substituição de beneficiários de unidades habitacionais produzidas no âmbito da Política Municipal de Habitação do Município de Matupá;

RESOLVE: APROVAR a substituição de beneficiários aprovados conforme Ata nº01/2015/CMH: *Miriã Rodrigues Amorim - Rua 10 nº3407, Bairro Cidade Alta (Residencial Edelmina Marcheti) em substituição à Sra. Fernanda Rodrigues dos Santos.*

Alyne Marlyn dos Santos e **Osmar de Matos.** Programa Minha Casa Minha Vida 2, unidades pulverizadas (Kit de Construção) em substituição à Sra. **Sonia das Graças de Sales** e Sra. **Waldineth de Souza Paiva.**

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matupá/MT, 23 de Abril de 2015.

ADILSON LUIZ LIPPI

Presidente do Conselho Municipal de Habitação

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 07/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 08 de MAIO de 2015 AS 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bll.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DOIS VEICULOS PICK-UP TOTAL FLEX ANO E MODELO 2015 ZERO KM E UMA MOTOCICLETA 160 CILINDRADA ZERO KM ANO E MODELO 2015 EM ATENDIMENTO A VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SANITÁRIA DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será das 08:00 hrs do dia 27/04/2015 as 10:00 hrs do dia 08/05/2015 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 054/2015, que esta disponível no site **www.matupa.mt.gov.br/Transparencia** e **www.bll.org.br** ou deve ser solicitado pelo e-mail *atendimento@matupa.mt.gov.br* oujunto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 24 de Abril de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 023/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que esta declarada FRACASSADA a Licitação realizada em 07 de ABRIL de 2015 às 14h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE AR MEDICINAL E OXIGÊNIO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL E DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICIPIO MATUPÁ" em razão da DESABILITAÇÃO da Empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 23 de Abril de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 028/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2628. 0281488-19/2008 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TURISMO REPRESENTADO PELA CEF E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ.

Contidas nos anexos do Edital 040/2015, TOMADA DE PREÇO 012/2015, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.

CONTRATADA: **MR DEL PAPA & CIA LTDA**

Valor/Global: R$ 637.008,92

Assinatura: 23/04/2015 Vigência: 31/12/2015

Da Dotação Orçamentária:

Cód. Geral 13.130.0.113.392.0041.1109 – Construção do Centro de Eventos – 4490.51.000 – Obras e Instalações. - **R$** 637.008,92

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 025/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeira, comunica a todos os interessados que REALIZOU no dia 15 de ABRIL de 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM HORÁRIO DE PLANTÃO PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT" aonde sagrou-se vencedora a Empresa PICCINI & GIMENEZ LTDA-ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 20.688.033/0001-83 COM VALOR TOTAL DE R$ 16.938,45. Maiores informações pelo e-mail *atendimento@matupa.mt.gov.br* ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 23 de Abril de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 082/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **MR DEL PAPA & CIA LTDA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE MULTIPLO USO, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 042/2012 CELEBRADO ENTRE O MUNÍCIPIO DE MATUPÁ E O ESTADO DE MATO GROSSO**. Contidas nos anexos do Edital 064/2014, TOMADA DE PREÇO 013/2014, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços**.

OBJETIVO: Ficando **ADITIVADO o valor de R$ 17.039.09 (Dezessete mil e trinta e nove reais e nove centavos),** passando o valor total do contrato **R$ 217.795,36 (Duzentos e dezessete mil e setecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos).**

Assinatura: 02/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 075/2014

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **VEIGA & SANTOS LTDA – ME**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA LOCALIZADO NA GLEBA UNIÃO-PADOVANI NA ZONA RURAL DE MATUPÁ/MT – MT, Contidas nos anexos do Edital 057/2014, TOMADA DE PREÇO 10/2014, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços**.

OBJETIVO: Ficando **ADITIVADO o valor de R$ 28.101.28 (Vinte e oito mil e cento e um reais e vinte e oito centavos),** passando o valor total do contrato para **R$ 166.281,05 (Cento e sessenta e seis mil e duzentos e oitenta e um reais e cinco centavos).**

Assinatura: 01/04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE Nº: 001/2015

Aos Vinte e Três Dias do Mês de Abril do Ano de Dois Mil e Quinze, perante o **Sr. ELIAS MENDES LEAL FILHO,** portador do RG n. 0497948-6 SEJSP/MT e CPF n. 354.096.061-91, Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, compareceu para Tomar Posse a Sra. *FERNANDA GOUVEIA DA SILVA LIMA,* brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2077761-2 SSP/MT e CPF nº 024.947.291-06, convocada pelo Decreto n. 2828/2015 e nomeada pela Portaria nº 158/2015, para exercer as funções inerentes ao Cargo de **BIOQUIMICA/FARMACEUTICA,** em razão de sua aprovação em Concurso Público realizado conforme Edital de Classificação Final do Concurso Público nº. 001/2011, que se compromete a exercer com probidade e a cumprir fielmente os deveres, responsabilidades, impostos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Mirassol D'Oeste/MT Lei Complementar nº. 008/1998, a Carga horária 40 horas Semanais e as atribuições necessárias ao desempenho da função: **a) Descrição Sintética:** Pesquisar, desenvolver, manipular as especialidades farmacêuticas em todos os tipos de ações para atender às prescrições médicas e odontológicas e, conforme Descrição Analítica do cargo Anexo V- 33 do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Mirassol D'Oeste/MT, Lei Complementar 010/1999 no qual entrará nesta data. Eu **ALCILENA CASTILHO QUEIROZ BOTELHO, COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS,** lavrei o presente termo que vai assinado pelo Prefeito Municipal e pela servidora empossada. Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho".

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

FERNANDA GOUVEIA DA SILVA LIMA

Servidora Empossada

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 16/2015

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2015 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2798/2015 DE 23/02/2015

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ELIAS MENDES LEAL FILHO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 01/2015, conforme anexo único deste edital.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito a Rua Antônio Tavares 3310, o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 09 de abril de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR DA ÁREA DE LINGUAGEM	
Nome	**Classificação**
NAYARA DOS SANTOS MORAES	8º LUGAR
AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS	
Nome	Classificação
SERGIO REIS DE ALMEIDA	6º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 09 de abril e 2015.

.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 158 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, tendo em vista o resultado do Concurso Público desta municipalidade, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2011 e o disposto do artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital 001/2011;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio de Decreto Nº 2330/2011 do Executivo Municipal;

Considerando a existência de vagas no quadro da Prefeitura Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Decreto de Convocação de candidatos nº 2828/2015 e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte:

PORTARIA

Artigo 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a servidora **FERNANDA GOUVEIA DA SILVA LIMA** para exercer as atribuições do cargo de **BIOQUIMICA/FARMACEUTICA,**conforme Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Mirassol D'Oeste - MT, LC nº 010/99 e resultado final de Concurso Público.

Artigo 2º Será considerada desistente a servidora ora nomeada se não comparecer no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta portaria, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Artigo 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, 23 de abril de 2015. **ELIAS MENDES LEAL FILHO** Prefeito Municipal

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI

LEI Nº 1.303, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE LEI Nº 1.279/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61, inciso II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, APROVOU em Sessão Extraordinária realizada no dia 16 de abril de 2015 e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Artigo 1º -Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente Lei nº 1.279/2014, no valor de R$ 707.000,00 (Setecentos e sete mil reais), conforme segue:

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PEC., IND., COM., TUR. E MEIO AMBIENTE

RENASCENDO AS ÁGUAS EM MIRASSOL D´OESTE

04.003.18.543.0034.1184.3.3.90.30.00.....R$ 240.208,52 FR 0.1.24.110.000

04.003.18.543.0034.1184.3.3.90.39.00.....R$ 459.721,48 FR 0.1.24.110.000

04.003.18.543.0034.1184.3.3.90.30.00.....R$ 2.426,42 FR 0.1.00.110.000

04.003.18.543.0034.1184.3.3.90.39.00.....R$ 4.643,58 FR 0.1.00.110.000

TOTAL.....R$ 707.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulações de dotações orçamentárias e excesso de arrecadação, nos termos do Art. 43, § 1º, incisos II e III da Lei nº 4.320/64 e suas alterações posteriores, conforme segue:

ANULAÇÃO:

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PEC., IND., COM., TUR. E MEIO AMBIENTE

04.003.18.543.0032.1033.3.3.90.30.00.....R$ 2.000,00 FR 0.1.00.110

04.003.18.543.0032.1033.3.3.90.39.00.....R$ 6.070,00 FR 0.1.00.110

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO: Convênio nº 26.28.1022017-87/2014

Agência Nacional das Águas.....R$ 699.930,00

TOTAL.....R$ 707.000,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar as alterações na Lei nº 1.188/2013-PPA2014/2017 e suas alterações posteriores e, na Lei nº 1.232/2014-LDO/2015 e suas alterações posteriores, para inclusão das despesas, projetos e programas previstos no artigo 1º desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 22 de abril de 2015.

Elias Mendes Leal Filho

Prefeito

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 20/2015

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2015 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2798/2015 DE 23/02/2015

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ELIAS MENDES LEAL FILHO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 01/2015, conforme anexo único deste edital.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito a Rua Antônio Tavares 3310, o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 23 de abril de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PROFESSORA DA ÁREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR	
Nome	**Classificação**
VALDINEIA FERREIRA DIDONI	66º LUGAR
ELAINE CIQUEIRA DA COSTA	67º LUGAR
MOTORISTA	
Nome	Classificação
ANTONIO TEODORO RODRIGUES	7º LUGAR
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
Nome	Classificação

JÉSSICA DE OLIVEIRA MARTINS	3º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 23 de abril e 2015.

.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI

LEI Nº 1.302, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE LEI Nº 1.279/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61, inciso II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, APROVOU em Sessão Extraordinária realizada no dia 16 de abril de 2015 e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R$ 1.338.130,20 (Um milhão trezentos e trinta e oito mil, cento e trinta reais e vinte centavos) para inclusão de elemento de despesas e/ou ação no orçamento vigente, conforme segue:

SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA 15 DE NOVEMBRO

07.002.15.451.0013.1175.4.4.90.51.00.....R$ 78.133,17 FR 0.1.00.110.0

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.002.12.361.0012.1039.4.4.90.51.00.....R$ 500.000,00 FR 0.1.15.200

05.001.12.122.0002.2014.4.4.90.52.00.....R$ 10.000,00 FR 0.1.00.110.000

SECRETARIA DE SAÚDE

06.002.10.302.0029.2041.3.3.91.39.00.....R$ 250.000,00 FR 01.14.300.009

UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

06.002.10.302.0012.4.4.90.51.00.....R$ 499.997,05 FR 0.1.23.300.000

TOTAL.....R$ 1.338.130,20

Artigo 2º - Para dar cobertura ao disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação e anulação parcial de dotação orçamentária, conforme segue:

ANULAÇÃO:

SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

07.002.15.451.0013.1060.4.4.90.51.00.....R$ 78.133,17 FR 0.1.00.110.000

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.001.12.122.0002.2014.3.3.90.39.00.....R$ 10.000,00 FR 0.1.00.110.000

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

FNDE/MEC. Obras do PAR.....R$ 500,000,00

Habilitação do CAPS.....R$ 250.000,00

Convênio nº 911240/14-001 Ministério da Saúde.....R$ 499.997,05

TOTAL.....R$ 1.338.130,20

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 22 de abril de 2015.

Elias Mendes Leal Filho

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI

LEI Nº 1.301, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE LEI Nº 1.279/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61, inciso II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, APROVOU em Sessão Extraordinária realizada no dia 16 de abril de 2015 e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R$ 273.960,00 (Duzentos e setenta e três mil novecentos e sessenta reais) para inclusão de elemento de despesas no orçamento vigente, conforme segue:

SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

07.006.04.122.0002.2049.3.3.91.39.00.....R$ 5.000,00

Fonte 0.1.00.110.000

SECRETARIA DE SAÚDE

MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM O PROGRAMA CAPS

06.002.10.302.0029.2041.3.3.91.39.00.....R$ 1.000,00

Fonte 0.1.00.110.000

SECRETARIA DE FAZENDA

MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM A TESOURARIA

08.001.04.123.0023.2053.4.4.93.93.00.....R$ 100.000,00

Fonte 0.1.00.110.000

08.001.04.123.0023.2053.4.4.90.91.00.....R$ 75.000,00

Fonte 0.1.00.110.000

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.003.12.365.0008.2031.4.4.90.52.00.....R$ 92.960,00

Fonte 0.3.19.200.03

TOTAL.....R$ 273.960,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro e anulações das dotações orçamentárias, conforme segue:

ANULAÇÃO:

SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA

07.006.04.122.0002.2049.3.3.90.36.00.....R$ 5.000,00

Fonte 1.00.110.000

SECRETARIA DE SAÚDE

06.002.10.302.0029.2041.3.3.90.36.00.....R$ 1.000,00

Fonte 1.00.110.000

SECRETARIA DE FAZENDA

08.01.28.843.0033.3001.4.6.90.71.00.....R$ 175.000,00

Fonte 0.1.11.110

SUPERÁVIT alocado na conta Fundeb para 2015

Fonte: 0.3.19.200.03 – Recursos de Exercícios Anteriores

TOTAL.....R$ 273.960,00

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 22 de abril de 2015.

Elias Mendes Leal Filho

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 2835, de 22 de Abril de 2015.

Altera a data da realização da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de que trata o Decreto de nº 2817 de 25 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições e, seguindo as orientações da Secretaria dos Direitos Humanos.

Art. 1º A II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa passará a ser realizada nos dias 21 e 22 de Maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mirassol D'Oeste MT., 22 de Abril de 2015.

_____

Elias Mendes Leal Filho

Prefeito

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 17/2015

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2015 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2798/2015 DE 23/02/2015

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ELIAS MENDES LEAL FILHO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 01/2015, conforme anexo único deste edital.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito a Rua Antônio Tavares 3310, o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 17 de abril de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS	
Nome	**Classificação**
PEDRO RIBEIRO	7º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 17 de abril e 2015.

.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 050/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ANA PAULA SANTOS*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 008/1998, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1266 de 11 de novembro de 2014.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ELIAS LEAL MENDES FILHO**, portador do RG 04979486 SEJSP/MT e CPF 354.096.061.91, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. ANA PAULA SANTOS,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 869.014 SSP/MT e CPF 567.791.511-49, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 050/2015, contratada para o cargo de **MONITORA DE CRECHE,**

considerando que a servidora Dayana Cristina Volpato continuará afastada por motivo de doença, conforme resultado médico pericial apresentado e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 23 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até 30/06/2015 o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 040/2014

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas. Mirassol D'Oeste, 02 de abril de 2015

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

MARLI ANDROMEDE FERREIRA

Sec. de Educação e Cultura

ANA PAULA SANTOS

Contratada

Testemunhas:

Alcilena C. Queiroz Botelho

RG: 375911 SSP/MT

CPF 303.820.681-49

RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF: 024.713.901-70

GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 17/2015

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 01/2015 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2798/2015 DE 23/02/2015

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ELIAS MENDES LEAL FILHO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 01/2015, conforme anexo único deste edital.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na Prefeitura Municipal, sito a Rua Antônio Tavares 3310, o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, 15 de abril de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	
Nome	**Classificação**
ANA LIDIA DE CASTRO SANTOS	4º LUGAR
ROZENILDA DE SOUZA TORRES QUEIROZ	5º LUGAR
MARA GLEICER NEVES	6º LUGAR
ANA MARIA GONZAGA BARBOSA	7º LUGAR

Mirassol D'Oeste, 15 de abril e 2015.

.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N.º 002/2015

RESOLUÇÃO Nº. 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOBRES/MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOBRES/MT

O Conselho Municipal de Saúde de Nobres/MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere a Leis Orgânicas da Saúde 8080/19/07/90 e 8142/28/12/90, a Lei Complementar 22/09/92, e pela Lei Municipal nº 1. 051 de 06 de Novembro de 2007, e de acordo com a REUNIÃO ORDINÁRIA de N° Cinqüenta e Três, de 14 de abril de 2015.

RESOLVE:

Art.1° - Aprovar a realização da **V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOBRES/MT**, no período de 17 de junho de 2015 em Nobres/MT.

Art.2° - A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOBRES/MT, desenvolverá seus trabalhos sob o TEMA: - **“Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro”**, cujos subtemas serão abordados com base na realidade loco – municipal/regional e as interfaces com a saúde do Estado de Mato Grosso.

Art.3° - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação;

Registra-se e Cumpra-se.

Nobres/MT, 14/04/2015.

LEUDA VITOY DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Nobres/MT.

Homologada: ----------

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Nortelândia-MT, nomeada pela Portaria nº 416/2015, torna público, que na Licitação Tomada de Preços nº 003/2014, referente “Pavimentação Asfática em TSD com Capa Selante e Drenagem em águas na Rua Nossa Senhora Santana, Rua Geraldo Marques e Rua José L. de Oliveira, no Município de Nortelândia-MT, com um total de 4.011,50 m²”, com recursos de convênio com o Ministério da Saúde e recursos próprios, sagrou-se vencedora a empresa **EE CAMARGO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07. 747.315/0001-46, no valor total de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).**

Nortelândia-MT, 23 de abril de 2015.

Ellen Cristina Desidério de Oliveira Almeida

Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
ANEXO RREO

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	637.000,00	637.000,00	66.875,23	66.875,23	10,50%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	177.000,00	177.000,00	5.946,23	5.946,23	3,36%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	92.000,00	92.000,00	1.556,30	1.556,30	1,69%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	70.000,00	70.000,00	2.954,30	2.954,30	4,22%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	15.000,00	15.000,00	1.435,63	1.435,63	9,57%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	10.404,00	10.404,00	17,34%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	10.404,00	10.404,00	17,34%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	400.000,00	400.000,00	50.525,00	50.525,00	12,63%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	400.000,00	400.000,00	50.526,59	50.526,59	12,63%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	(1,59)	(1,59)	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.306.000,00	8.306.000,00	1.663.546,76	1.663.546,76	20,03%
2.1- Cota-Parte FPM	5.500.000,00	5.500.000,00	1.154.691,95	1.154.691,95	20,99%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.500.000,00	5.500.000,00	1.154.691,95	1.154.691,95	20,99%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	2.500.000,00	2.500.000,00	460.775,12	460.775,12	18,43%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	167,16	167,16	0,42%
2.6- Cota-Parte IPVA	250.000,00	250.000,00	47.912,53	47.912,53	19,17%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.943.000,00	8.943.000,00	1.730.421,99	1.730.421,99	19,35%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	172.000,00	172.000,00	40.771,42	40.771,42	23,70%
5.1- Transferências do Salário-Educação	90.000,00	90.000,00	29.758,95	29.758,95	33,07%
5.2- Outras Transferências do FNDE	75.000,00	75.000,00	9.462,01	9.462,01	12,62%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	7.000,00	7.000,00	1.550,46	1.550,46	22,15%
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	300.000,00	300.000,00	63.057,57	63.057,57	21,02%
6.1- Transferência de Convênios	300.000,00	300.000,00	63.057,57	63.057,57	21,02%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	32.000,00	32.000,00	2.016,19	2.016,19	6,30%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	504.000,00	504.000,00	105.845,18	105.845,18	21,00%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.661.000,00	1.661.000,00	331.723,73	331.723,73	19,97%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.100.000,00	1.100.000,00	230.938,35	230.938,35	20,99%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	500.000,00	500.000,00	91.169,49	91.169,49	18,23%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00			
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	8.000,00	8.000,00	33,42	33,42	0,42%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	50.000,00	50.000,00	9.582,47	9.582,47	19,16%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.667.000,00	1.667.000,00	268.439,18	268.439,18	16,10%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.661.000,00	1.661.000,00	267.812,43	267.812,43	16,12%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	626,75	626,75	10,45%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	0,00	0,00	-63.911,30	-63.911,30	0,00%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	710.000,00	710.000,00	92.556,80	92.556,80	13,04%
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental	710.000,00	710.000,00	92.556,80	92.556,80	13,04%
14- OUTRAS DESPESAS	505.000,00	505.000,00	97.209,38	97.209,38	19,25%
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental	505.000,00	505.000,00	97.209,38	97.209,38	19,25%
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.215.000,00	1.215.000,00	189.766,18	189.766,18	15,62%

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 23/04/2015 09:38:10 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	34,48

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2015[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.235.750,00	2.235.750,00	432.605,50	432.605,50	19,35%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	**Até o Bimestre (e)**	**% (f) = (e/d)x100**
23- EDUCAÇÃO INFANTIL					
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.215.000,00	1.215.000,00	189.766,18	189.766,18	15,62%
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.215.000,00	1.215.000,00	189.766,18	189.766,18	15,62%
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.215.000,00	1.215.000,00	189.766,18	189.766,18	15,62%

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-63.911,30
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	626,75
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-63.284,55
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	253.050,73
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	14,62

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.215.000,00	1.215.000,00	189.766,18	189.766,18	15,62%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	267.812,43	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	189.766,18	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	626,75	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	78.673,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	6.406,12		6.406,12	6.406,12

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

Emissão: 23/04/2015 09:40:01 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A FEVEREIRO/2015 - Bimestre JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	6.530.000,00	6.530.000,00	1.291.632,67	19,78
Impostos	620.000,00	620.000,00	83.108,06	13,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	15.000,00	15.000,00	1.435,63	9,57
Divida Ativa dos Impostos	90.000,00	90.000,00	4.317,34	4,80
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais	5.805.000,00	5.805.000,00	1.202.771,64	20,72
Da Uniao	5.555.000,00	5.555.000,00	1.154.859,11	20,79
Do Estado	250.000,00	250.000,00	47.912,53	19,17
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)	1.529.000,00	1.529.000,00	290.636,65	19,01
Da Uniao para o Municipio	1.192.000,00	1.192.000,00	246.978,53	20,72
Do Estado para o Municipio	337.000,00	337.000,00	43.658,12	12,95
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	12.000,00	12.000,00	653,15	5,44
TOTAL	**8.071.000,00**	**8.071.000,00**	**1.582.922,47**	**19,61**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.788.286,00	2.788.286,00	524.920,98	18,83
Pessoal e Encargos Sociais	1.639.000,00	1.639.000,00	353.471,83	21,57
Juros e Encargos da Divida				
Outras Despesas Correntes	1.149.286,00	1.149.286,00	171.449,15	14,92
DESPESAS DE CAPITAL	181.000,00	181.000,00	2.518,50	1,39
Investimentos	181.000,00	181.000,00	2.518,50	1,39
Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)	**2.969.286,00**	**2.969.286,00**	**527.439,48**	**17,76**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS	
			Até o Semestre (e)	% (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE(V) = (IV)	2.969.286,00	2.969.286,00	527.439,48	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE				
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS				
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos				
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIB ILIDADE FINANCEIRA DE				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	**2.969.286,00**	**2.969.286,00**	**527.439,48**	**100,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2015 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÃOES E SERVIÃOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	326.661,44	0,00

PARTICIPACAO DAS DESPESAS COM AÃOES E SERVIÃOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% ** [(VI - VII f) / I]	40,83

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS	
			Até o Semestre (g)	% (g/total g)
Atencao Basica	2.245.500,00	2.245.500,00	505.689,03	95,87
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	581.786,00	581.786,00	14.810,87	2,80
Suporte Profilatico e Terapeutico	60.000,00	60.000,00		
Vigilancia Sanitaria	51.000,00	50.970,00		
Vigilancia Epidemiologica	31.000,00	31.030,00	6.939,58	1,31
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes				
TOTAL	**2.969.286,00**	**2.969.286,00**	**527.439,48**	**100,00**

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

[2] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Emissão: 23/04/2015 09:42:21 Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015

RREO - ANEXO XIV(LRF , art 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS até o bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESADAS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
Despesas de Capital				
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência				
Regime Próprio dos Servidores Públicos				

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i) - (Ib - (IIe +IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320 / 64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, incritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320 / 64

Emissão: 23/04/2015 09:40:48 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇAO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á FEVEREIRO 2015 / Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados					
Pessoal Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Outras Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial					
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Outras Receitas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					
Demais Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
PREVIDÊNCIA					
Pessoal Civil					
Aposentadorias					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
Pessoal Militar					
Reformas					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)V)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)					

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS					
Plano Financeiro					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					
Recursos para Formação de Reserva					
Outros Aportes para o RPPS					
Plano Previdenciário					
Recursos para Cobertura de Déficit					
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial					
Outros Aportes para o RPPS					

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0

BENS E DIREITOS DO RPPS	MÊS ANTERIOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			
INVESTIMENTOS			
OUTROS BENS E DIREITOS			

Emissão: 23/04/2015 09:10:28 — Page 1 de 2

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇAO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á FEVEREIRO 2015 / Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)					
Receita de Contribuições					
Patronal					
Pessoal Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Militar					
Para Cobertura de Déficit Atuarial					
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					
Receita Patrimonial					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL (IX)					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS INTRA-ORÇAMENTARIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)					

Fonte:PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

[1] Capítulo do artigo 212 da CF/1988
[2] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
[3] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISAO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE JAN/FEV	ATE O BIMESTRE 2015	ATE O BIMESTRE 2014
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	12.357.000,00	2.248.983,44	2.248.983,44	
Receitas Tributárias	820.000,00	120.057,01	120.057,01	
IPTU	92.000,00	1.556,30	1.556,30	
ISS	400.000,00	50.526,59	50.526,59	
ITBI	60.000,00	10.404,00	10.404,00	
IRRF	160.000,00	22.177,47	22.177,47	
Outras Receitas Tributárias	108.000,00	35.392,65	35.392,65	
Receitas de Contribuições	300.000,00	74.776,00	74.776,00	
Receitas Previdenciárias				
Outras Receitas de Contribuições	300.000,00	74.776,00	74.776,00	
Receita Patrimonial Líquida				
Receita Patrimonial	63.000,00	18.773,38	18.773,38	
(-) Aplicações Financeiras	63.000,00	18.773,38	18.773,38	
Transferências Correntes	11.100.000,00	2.047.744,31	2.047.744,31	
FPM	5.500.000,00	1.154.691,95	1.154.691,95	
ICMS	2.500.000,00	460.775,12	460.775,12	
Convênios	328.000,00	64.121,84	64.121,84	
Outras Transferências Correntes	2.772.000,00	368.155,40	368.155,40	
Demais Receitas Correntes	137.000,00	6.406,12	6.406,12	
Dívida Ativa	90.000,00	4.317,34	4.317,34	
Diversas Receitas Correntes	47.000,00	2.088,78	2.088,78	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.830.000,00			
Operações de Crédito (III)				
Amortização de Empréstimos (IV)				
Alienação de Bens (V)				
Transferências de Capital	1.830.000,00			
Convênios	1.830.000,00			
Outras Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.830.000,00			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**14.187.000,00**	**2.248.983,44**	**2.248.983,44**	

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISAO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		NO BIMESTRE JAN/FEV	ATE O BIMESTRE 2015	ATE O BIMESTRE 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.452.867,04	1.807.349,77	1.807.349,77	
Pessoal e Encargos Sociais	7.214.100,00	1.044.409,34	1.044.409,34	
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.200,00			
Outras Despesas Correntes	6.236.567,04	762.940,43	762.940,43	
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.450.667,04	1.807.349,77	1.807.349,77	
DESEPESAS DE CAPITAL (XI)	1.545.104,00	75.492,63	75.492,63	
Investimentos	1.365.004,00	28.470,13	28.470,13	
Inversões Financeiras				
Concessão de Empréstimos (XII)				
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)				
Demais Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida (XIV)	180.100,00	47.022,50	47.022,50	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.365.004,00	28.470,13	28.470,13	
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	480.340,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XIV)	**14.187.000,00**	**1.835.819,90**	**1.835.819,90**	

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-1.109.011,04**	**413.163,54**	**413.163,54**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				

DISCRIMINAÇAO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

Emissão: 23/04/2015 às 08:37 **PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA** Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.821.100,00	-21.688,96	14.799.411,04	2.282.924,22	2.282.924,22	1.765.498,70	1.765.498,70	11,92	13.033.912,34
DESPESAS CORRENTES	12.795.656,00	-21.688,96	12.773.967,04	2.207.431,59	2.207.431,59	1.690.006,07	1.690.006,07	13,23	11.083.960,97
Pessoal e Encargos Sociais	6.535.200,00		6.535.200,00	927.065,64	927.065,64	927.065,64	927.065,64	14,18	5.608.134,36
Juros e Encargos da Dívida	2.200,00		2.200,00						2.200,00
Outras Despesas Correntes	6.258.256,00	-21.688,96	6.236.567,04	1.280.365,95	1.280.365,95	762.940,43	762.940,43	12,23	5.473.626,61
DESPESAS DE CAPITAL	1.545.104,00		1.545.104,00	75.492,63	75.492,63	75.492,63	75.492,63	4,88	1.469.611,37
Investimentos	1.365.004,00		1.365.004,00	28.470,13	28.470,13	28.470,13	28.470,13	2,08	1.336.533,87
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	180.100,00		180.100,00	47.022,50	47.022,50	47.022,50	47.022,50	26,10	133.077,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	480.340,00		480.340,00						480.340,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	678.900,00		678.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	17,28	561.556,30
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	15.500.000,00	-21.688,96	15.478.311,04	2.400.267,92	2.400.267,92	1.882.842,40	1.882.842,40	12,16	13.595.468,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.500.000,00	-21.688,96	15.478.311,04	2.400.267,92	2.400.267,92	1.882.842,40	1.882.842,40	12,16	13.595.468,64
SUPERÁVIT (XIII)						384.914,42	384.914,42		-384.914,42
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.500.000,00	-21.688,96	15.478.311,04	2.400.267,92	2.400.267,92	2.267.756,82	2.267.756,82	14,65	13.210.554,22

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES	678.900,00		678.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	17,28	561.556,30
Pessoal e Encargos Sociais	678.900,00		678.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	17,28	561.556,30
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	678.900,00		678.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	17,28	561.556,30

Emissão: 23/04/2015 09:06:04

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.250.000,00	14.250.000,00	2.267.756,82	15,91	2.267.756,82	15,91	11.982.243,18
RECEITAS CORRENTES	12.420.000,00	12.420.000,00	2.267.756,82	18,25	2.267.756,82	18,25	10.152.243,18
RECEITA TRIBUTARIA	820.000,00	820.000,00	120.057,01	14,64	120.057,01	14,64	699.942,99
Impostos	712.000,00	712.000,00	84.664,36	11,89	84.664,36	11,89	627.335,64
Taxas	108.000,00	108.000,00	35.392,65	32,77	35.392,65	32,77	72.607,35
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	300.000,00	300.000,00	74.776,00	24,92	74.776,00	24,92	225.224,00
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	300.000,00	300.000,00	74.776,00	24,92	74.776,00	24,92	225.224,00
RECEITA PATRIMONIAL	63.000,00	63.000,00	18.773,38	29,79	18.773,38	29,79	44.226,62
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	63.000,00	63.000,00	18.773,38	29,79	18.773,38	29,79	44.226,62
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.100.000,00	11.100.000,00	2.047.744,31	18,44	2.047.744,31	18,44	9.052.255,69
Transferências Intergovernamentais	10.772.000,00	10.772.000,00	1.983.622,47	18,41	1.983.622,47	18,41	8.788.377,53
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	328.000,00	328.000,00	64.121,84	19,54	64.121,84	19,54	263.878,16
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	137.000,00	137.000,00	6.406,12	4,67	6.406,12	4,67	130.593,88
Multa de Juros de Mora	27.000,00	27.000,00	2.088,78	7,73	2.088,78	7,73	24.911,22
Indenizações e Restituições	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Receita da Dívida Ativa	90.000,00	90.000,00	4.317,34	4,79	4.317,34	4,79	85.682,66
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.830.000,00	1.830.000,00					1.830.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.830.000,00	1.830.000,00					1.830.000,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.830.000,00	1.830.000,00					1.830.000,00
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	14.250.000,00	14.250.000,00	2.267.756,82	15,91	2.267.756,82	15,91	11.982.243,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.250.000,00	14.250.000,00	2.267.756,82	15,91	2.267.756,82	15,91	11.982.243,18
DÉFICIT (VI)	1.250.000,00	1.228.311,04	132.511,10	10,78	132.511,10	10,78	1.095.799,94
TOTAL(VII) = (V + VI)	15.500.000,00	15.478.311,04	2.400.267,92	15,50	2.400.267,92	15,50	13.078.043,12

Emissão: 23/04/2015 09:06:03

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais							

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15		
RECEITAS CORRENTES (I)											1.235.758,34	1.031.998,48	2.267.756,82	15.742.000,00
Receita Tributária											85.741,45	34.313,97	120.055,42	820.000,00
IPTU											1.334,30	222,00	1.556,30	92.000,00
ISS											31.040,02	19.484,98	50.525,00	400.000,00
ITBI											7.554,00	2.850,00	10.404,00	60.000,00
IRRF											18.076,47	4.101,00	22.177,47	160.000,00
Outras Rec. Tributarias											27.736,66	7.655,99	35.392,65	108.000,00
Receita Contribuições											54.762,65	20.013,35	74.776,00	300.000,00
Receita Patrimonial											9.684,97	9.088,41	18.773,38	63.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														
Transferências Correntes											1.080.907,96	966.838,91	2.047.746,87	14.422.000,00
Cota Parte do FPM											457.121,31	466.632,29	923.753,60	6.600.000,00
Cota Parte do ICMS											198.138,50	171.467,13	369.605,63	3.000.000,00
Cota Parte do IPVA											1.901,28	36.428,78	38.330,06	300.000,00
Cota Parte do ITR											123,04	10,70	133,74	48.000,00
Transf. LC 87/1966														18.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB											134.118,88	133.693,55	267.812,43	1.661.000,00
Outras Transf. Correntes											289.504,95	158.606,46	448.111,41	2.795.000,00
Outras Receitas Correntes											4.661,31	1.743,84	6.405,15	137.000,00
DEDUÇÕES (I)														
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)											1.235.758,34	1.031.998,48	2.267.756,82	15.742.000,00

Emissão: 23/04/2015 09:09:27

Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇAO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á FEVEREIRO 2015 / Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados					
Pessoal Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Outras Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial					
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Outras Receitas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					
Demais Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
PREVIDÊNCIA					
Pessoal Civil					
Aposentadorias					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
Pessoal Militar					
Reformas					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)V)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)					

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS					
Plano Financeiro					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					
Recursos para Formação de Reserva					
Outros Aportes para o RPPS					
Plano Previdenciário					
Recursos para Cobertura de Déficit					
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial					
Outros Aportes para o RPPS					

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0

BENS E DIREITOS DO RPPS	MÊS ANTERIOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			
INVESTIMENTOS			
OUTROS BENS E DIREITOS			

Emissão: 23/04/2015 09:10:28 — Page 1 de 2

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇAO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á FEVEREIRO 2015 / Bimestre JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)					
Receita de Contribuições					
Patronal					
Pessoal Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Militar					
Para Cobertura de Déficit Atuarial					
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					
Receita Patrimonial					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL (IX)					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS INTRA-ORÇAMENTARIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)					

Fonte:PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

[1] Capítulo do artigo 212 da CF/1988
[2] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
[3] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.821.100,00	-21.688,96	14.799.411,04	2.282.924,22	2.282.924,22	1.765.498,70	1.765.498,70	11,92	13.033.912,34
DESPESAS CORRENTES	12.795.656,00	-21.688,96	12.773.967,04	2.207.431,59	2.207.431,59	1.690.006,07	1.690.006,07	13,23	11.083.960,97
Pessoal e Encargos Sociais	6.535.200,00		6.535.200,00	927.065,64	927.065,64	927.065,64	927.065,64	14,18	5.608.134,36
Juros e Encargos da Dívida	2.200,00		2.200,00						2.200,00
Outras Despesas Correntes	6.258.256,00	-21.688,96	6.236.567,04	1.280.365,95	1.280.365,95	762.940,43	762.940,43	12,23	5.473.626,61
DESPESAS DE CAPITAL	1.545.104,00		1.545.104,00	75.492,63	75.492,63	75.492,63	75.492,63	4,88	1.469.611,37
Investimentos	1.365.004,00		1.365.004,00	28.470,13	28.470,13	28.470,13	28.470,13	2,08	1.336.533,87
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	180.100,00		180.100,00	47.022,50	47.022,50	47.022,50	47.022,50	26,10	133.077,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	480.340,00		480.340,00						480.340,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	678.900,00		678.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	17,28	561.556,30
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	15.500.000,00	-21.688,96	15.478.311,04	2.400.267,92	2.400.267,92	1.882.842,40	1.882.842,40	12,16	13.595.468,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.500.000,00	-21.688,96	15.478.311,04	2.400.267,92	2.400.267,92	1.882.842,40	1.882.842,40	12,16	13.595.468,64
SUPERÁVIT (XIII)						384.914,42	384.914,42		-384.914,42
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.500.000,00	-21.688,96	15.478.311,04	2.400.267,92	2.400.267,92	2.267.756,82	2.267.756,82	14,65	13.210.554,22

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES	678.900,00		678.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	17,28	561.556,30
Pessoal e Encargos Sociais	678.900,00		678.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	17,28	561.556,30
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	678.900,00		678.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	17,28	561.556,30

Emissão: 23/04/2015 09:06:04

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.250.000,00	14.250.000,00	2.267.756,82	15,91	2.267.756,82	15,91	11.982.243,18
RECEITAS CORRENTES	12.420.000,00	12.420.000,00	2.267.756,82	18,25	2.267.756,82	18,25	10.152.243,18
RECEITA TRIBUTARIA	820.000,00	820.000,00	120.057,01	14,64	120.057,01	14,64	699.942,99
Impostos	712.000,00	712.000,00	84.664,36	11,89	84.664,36	11,89	627.335,64
Taxas	108.000,00	108.000,00	35.392,65	32,77	35.392,65	32,77	72.607,35
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	300.000,00	300.000,00	74.776,00	24,92	74.776,00	24,92	225.224,00
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	300.000,00	300.000,00	74.776,00	24,92	74.776,00	24,92	225.224,00
RECEITA PATRIMONIAL	63.000,00	63.000,00	18.773,38	29,79	18.773,38	29,79	44.226,62
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	63.000,00	63.000,00	18.773,38	29,79	18.773,38	29,79	44.226,62
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.100.000,00	11.100.000,00	2.047.744,31	18,44	2.047.744,31	18,44	9.052.255,69
Transferências Intergovernamentais	10.772.000,00	10.772.000,00	1.983.622,47	18,41	1.983.622,47	18,41	8.788.377,53
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	328.000,00	328.000,00	64.121,84	19,54	64.121,84	19,54	263.878,16
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	137.000,00	137.000,00	6.406,12	4,67	6.406,12	4,67	130.593,88
Multa de Juros de Mora	27.000,00	27.000,00	2.088,78	7,73	2.088,78	7,73	24.911,22
Indenizações e Restituições	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Receita da Dívida Ativa	90.000,00	90.000,00	4.317,34	4,79	4.317,34	4,79	85.682,66
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.830.000,00	1.830.000,00					1.830.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.830.000,00	1.830.000,00					1.830.000,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.830.000,00	1.830.000,00					1.830.000,00
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	14.250.000,00	14.250.000,00	2.267.756,82	15,91	2.267.756,82	15,91	11.982.243,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.250.000,00	14.250.000,00	2.267.756,82	15,91	2.267.756,82	15,91	11.982.243,18
DÉFICIT (VI)	1.250.000,00	1.228.311,04	132.511,10	10,78	132.511,10	10,78	1.095.799,94
TOTAL(VII) = (V + VI)	15.500.000,00	15.478.311,04	2.400.267,92	15,50	2.400.267,92	15,50	13.078.043,12

Emissão: 23/04/2015 09:06:03

Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais							

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.025.100,00	13.003.411,04	2.282.924,22	2.282.924,22	1.765.498,70	1.765.498,70	93,76	13,57	11.237.912,34
LEGISLATIVA									
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
Administração Financeira	315.000,00	315.000,00	67.827,53	67.827,53	57.782,15	57.782,15	3,06	18,34	257.217,85
Administração Geral	2.488.500,00	2.461.500,00	679.347,65	679.347,65	568.018,17	568.018,17	30,16	23,07	1.893.481,83
Comunicação Social	68.000,00	64.311,04							64.311,04
Formação de Recursos Humanos	5.000,00	5.000,00							5.000,00
Normatização e Fiscalização	105.000,00	105.000,00	23.563,29	23.563,29	22.597,29	22.597,29	1,20	21,52	82.402,71
Tecnologia da Informatização	38.000,00	38.000,00	7.496,83	7.496,83	7.496,83	7.496,83	0,39	19,72	30.503,17
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
Assistência Comunitária	756.902,00	756.902,00	83.331,94	83.331,94	79.211,16	79.211,16	4,20	10,46	677.690,84
Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00							15.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	5.000,00							5.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	90.000,00	90.000,00	11.655,19	11.655,19	11.655,19	11.655,19	0,61	12,95	78.344,81
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	575.786,00	575.786,00	12.997,67	12.997,67	12.997,67	12.997,67	0,69	2,25	562.788,33
Atenção Básica	2.058.500,00	2.058.500,00	470.592,09	470.592,09	396.864,77	396.864,77	21,07	19,27	1.661.635,23
Suporte Profilático e Terapêutico	60.000,00	60.000,00							60.000,00
Vigilância Epidemiológica	26.000,00	26.030,00	6.071,60	6.071,60	6.071,60	6.071,60	0,32	23,32	19.958,40
Vigilância Sanitária	43.000,00	42.970,00							42.970,00
TRABALHO									
Fomento ao Trabalho	20.000,00	20.000,00							20.000,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	148.470,00	148.470,00	148.470,00	148.470,00	23.637,48	23.637,48	1,25	15,92	124.832,52
EDUCAÇÃO									
Alimentação e Nutrição	60.000,00	60.000,00	6.542,36	6.542,36	6.542,36	6.542,36	0,34	10,90	53.457,64
Educação Especial	60.000,00	60.000,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	3.600,00	0,19	6,00	56.400,00
Educação Infantil	789.600,00	789.600,00	54.161,46	54.161,46	53.373,46	53.373,46	2,83	6,75	736.226,54
Ensino Fundamental	3.125.000,00	3.125.000,00	564.903,84	564.903,84	377.599,80	377.599,80	20,05	12,08	2.747.400,20
CULTURA									
Difusão Cultural	90.002,00	90.002,00	5.272,00	5.272,00	5.272,00	5.272,00	0,28	5,85	84.730,00
DIREITOS DA CIDADANIA									
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSO	36.000,00	36.000,00							36.000,00
URBANISMO									
Infra-Estrutura Urbana	65.000,00	65.000,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	0,09	2,76	63.200,00
Serviços Urbanos	244.000,00	253.000,00	21.884,60	21.884,60	21.884,60	21.884,60	1,16	8,65	231.115,40
HABITAÇÃO									

Emissão: 23/04/2015 09:07:46 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

Habitação Urbana	35.000,00	35.000,00							35.000,00
SANEAMENTO									
Saneamento Básico Rural	10.000,00	10.000,00							10.000,00
Saneamento Básico Urbano	45.000,00	45.000,00							45.000,00
GESTÃO AMBIENTAL									
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00							15.000,00
TURISMO	80.000,00	80.000,00	4.252,00	4.252,00	4.252,00	4.252,00	0,22	5,31	75.748,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ABASTECIMENTO	10.000,00	10.000,00							10.000,00
Administração Geral	417.000,00	417.000,00	35.864,80	35.864,80	33.488,80	33.488,80	1,77	8,03	383.511,20
Extensão Rural	77.000,00	77.000,00							77.000,00
Promoção da Produção Vegetal	19.000,00	19.000,00							19.000,00
Saneamento Básico Rural	10.000,00	10.000,00							10.000,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
Promoção Industrial	112.000,00	112.000,00	4.700,00	4.700,00	2.764,00	2.764,00	0,14	2,46	109.236,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
Promoção Comercial	59.000,00	59.000,00							59.000,00
Turismo	202.000,00	202.000,00	17.101,80	17.101,80	17.101,80	17.101,80	0,90	8,46	184.898,20
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
Energia Elétrica	47.000,00	47.000,00							47.000,00
TRANSPORTE									
Transporte Rodoviário	50.000,00	50.000,00							50.000,00
DESPORTO E LAZER									
Desporto Comunitário	100.000,00	100.000,00	4.465,07	4.465,07	4.465,07	4.465,07	0,23	4,46	95.534,93
ENCARGOS ESPECIAIS									
Serviço da Dívida Interna	189.000,00	189.000,00	47.022,50	47.022,50	47.022,50	47.022,50	2,49	24,87	141.977,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	260.340,00	260.340,00							260.340,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	634.900,00	634.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	6,23	18,48	517.556,30
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 13.660.000,00	R$ 13.638.311,04	R$ 2.400.267,92	R$ 2.400.267,92	R$ 1.882.842,40	R$ 1.882.842,40	100,00	13,80	R$ 11.755.468,64

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	**Inicial**	**Atualizada (a)**	**Despesa Empenhada**		**Despesas Liquidadas**				**Saldo a Liquidar (a - e)**
			No Bimestre (b)	**Até o Bimestre (c)**	**No Bimestre (d)**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/total e)**	**% (c/a)**	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	634.900,00	634.900,00	117.343,70	117.343,70	117.343,70	117.343,70	6,23	18,48	517.556,30
Administração Financeira	25.000,00	25.000,00	7.842,86	7.842,86	7.842,86	7.842,86	0,41	31,37	17.157,14
Administração Geral	90.500,00	90.500,00	23.634,59	23.634,59	23.634,59	23.634,59	1,25	26,11	66.865,41
Assistência Comunitária	17.000,00	17.000,00	5.345,19	5.345,19	5.345,19	5.345,19	0,28	31,44	11.654,81
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.000,00	6.000,00	1.813,20	1.813,20	1.813,20	1.813,20	0,09	30,22	4.186,80
Atenção Básica	187.000,00	187.000,00	35.096,94	35.096,94	35.096,94	35.096,94	1,86	18,76	151.903,06
Vigilância Epidemiológica	5.000,00	5.000,00	867,98	867,98	867,98	867,98	0,04	17,35	4.132,02
Vigilância Sanitária	8.000,00	8.000,00							8.000,00
Educação Infantil	49.400,00	49.400,00	7.047,62	7.047,62	7.047,62	7.047,62	0,37	14,26	42.352,38

Emissão: 23/04/2015 09:07:46 — Page 2 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - JANEIRO a FEVEREIRO de 2015

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

Ensino Fundamental	210.000,00	210.000,00	34.053,86	34.053,86	34.053,86	34.053,86	1,80	16,21	175.946,14
Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00							1.000,00
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSO	1.000,00	1.000,00							1.000,00
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	1.641,46	1.641,46	1.641,46	1.641,46	0,08	8,20	18.358,54
Promoção Industrial	5.000,00	5.000,00							5.000,00
Turismo	8.000,00	8.000,00							8.000,00
Desporto Comunitário	2.000,00	2.000,00							2.000,00

Emissão: 23/04/2015 09:07:46 Page 3 de 3

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15		
RECEITAS CORRENTES (I)											1.235.758,34	1.031.998,48	2.267.756,82	15.742.000,00
Receita Tributária											85.741,45	34.313,97	120.055,42	820.000,00
IPTU											1.334,30	222,00	1.556,30	92.000,00
ISS											31.040,02	19.484,98	50.525,00	400.000,00
ITBI											7.554,00	2.850,00	10.404,00	60.000,00
IRRF											18.076,47	4.101,00	22.177,47	160.000,00
Outras Rec. Tributarias											27.736,66	7.655,99	35.392,65	108.000,00
Receita Contribuições											54.762,65	20.013,35	74.776,00	300.000,00
Receita Patrimonial											9.684,97	9.088,41	18.773,38	63.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														
Transferências Correntes											1.080.907,96	966.838,91	2.047.746,87	14.422.000,00
Cota Parte do FPM											457.121,31	466.632,29	923.753,60	6.600.000,00
Cota Parte do ICMS											198.138,50	171.467,13	369.605,63	3.000.000,00
Cota Parte do IPVA											1.901,28	36.428,78	38.330,06	300.000,00
Cota Parte do ITR											123,04	10,70	133,74	48.000,00
Transf. LC 87/1966														18.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB											134.118,88	133.693,55	267.812,43	1.661.000,00
Outras Transf. Correntes											289.504,95	158.606,46	448.111,41	2.795.000,00
Outras Receitas Correntes											4.661,31	1.743,84	6.405,15	137.000,00
DEDUÇÕES (I)														
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)											1.235.758,34	1.031.998,48	2.267.756,82	15.742.000,00

Emissão: 23/04/2015 09:09:27

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á FEVEREIRO 2015 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
Executivo	R$	R$ 317.627,20	R$ 190.982,41		R$	R$	R$	R$ 510.128,92	R$ 492.496,67		R$
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
Executivo		R$ 49.607,94	R$ 49.607,94								

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA Emissão: 23/04/2015 às 08:38 Page 1 de 1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

O Pregoeiro Oficial juntamente com a equipe de apoio do **MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT,** no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 416/2015, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 009/2015, referente à aquisição de combustíveis: óleo diesel, óleo diesel S10, gasolina, etanol, óleos lubrificantes, filtros e baterias automotivas, destinados aos veículos e maquinários pertencentes ao Patrimônio Municipal, e combustíveis para abastecer os veículos que estarão em trânsito, com destino à capital do Estado e região, conforme anexos do Edital, sagraram-se vencedoras as empresas a seguir, nos respectivos valores: COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NORTELÂNDIA, CNPJ 86.915.048/0001-45, no valor de R$ 796. 236,00; (Setecentos e noventa e seis mil duzentos trinta e seis reais)E ALVES DA SILVA COMBUSTÍVEIS – POSTO DO DIDI, CNPJ 10.560.386/ 0001-40, no valor de R$ 1.482.395,00(um milhão quatrocentos e oitenta e dois mil trezentos e noventa e cinco reais).

Nortelândia-MT, 23 de abril de 2015.

Bruna Beato de Micheli

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2015

Processo: 755/2015

Assunto: "AQUISIÇÃO DE PASSAGEM AÉREA, HOSPEDAGEM PARA CIDADE DE BRASILIA - DF

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a "**Aquisição de passagem aérea, hospedagem para prefeito Carlos Roberto da Costa e Sec. Ação Social Jocinéia Conceição Miranda para cidade de Brasília DF Empresa:** LMTZ VIAGENS E TURISMO LTDA - CNPJ: 04.686.790/0001-61, no valor total contratado de **R$ 2.847,76** (dois mil e oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos)

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	CÓDIGO REDUZIDO	VALOR R$
2089- Manut. Das atividades da secretaria	33.90.39.00.00	49	R$ 2. 847,76

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 2.847,76 (dois mil e oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos), em favor da Empresa - EMPRESA: – LMTZ VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 04. 686.790/0001-61 cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 23 de Abril de 2015

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 111/2015

PORTARIA N° 111/2015

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela

Lei Orgânica Municipal, dispensa o servidor **José Luiz Monteiro,** daobrigatoriedade de registrar Cartão de Ponto no Relógio Digital, por motivo que o mesmo realiza serviços externos.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 02 de Abril de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 113/2015

PORTARIA N° 113/2015

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a senhora **Larissa Raquel de Pina Maulin Kchimel,** do Cargo de Secretaria Municipal de Saúde,

DAS – 5,

nesta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Abril de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2015

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2015

Processo: 717/2015

Assunto: "**Contratação empresa para preparo de refeições para atender as ações coletivas dos programas e serviços sociais desenvolvidas pela sec. de assistência social, os encontros pedagógicos da sec. de educação e as reuniões de Capacitações da sec. de administração**

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a "**Contratação empresa para preparo de refeições para atender as ações coletivas dos programas e serviços sociais desenvolvidas pela sec. de assistência social, os encontros pedagógicos da sec. de educação e as reuniões de Capacitações da sec. de administração_ Empresa:** EMPRESA: JURACI PEREIRA DA SILVA 54527694120 – CNPJ: 21.656.957/0001-60, no valor total contratado de **R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROJETO/ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	CÓDIGO REDUZIDO	VALOR R$
2082- Manut. Do Programa IGDBF Municipal	33.90.39.00.00	213	R$ 900,00
2023-Manut Prog. Ser. De Conv. E fort. de Vinculo	33.90.39.00.00	182	R$ 900,00
2028- Manut do IGD - SUAS	33.90.39.00.00	207	R$ 900,00
2084-Manut. Do Programa PAIF	33.90.39.00.00	217	R$ 900,00
2045- Manut. E Encargos da Educação	33.90.39.00.00	69	R$ 3. 000,00
2004- Manut. Das Atividades da Sec. Administração	33.90.39.00.00	35	R$ 1. 200,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), em favor da Empresa - EMPRESA: JURACI PEREIRA DA SILVA 54527694120 – CNPJ: 21.656.957/0001-60 cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 23 de Abril de 2015

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 114/2015

PORTARIA N° 114/2015

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia a senhora **Larissa Raquel de Pina Maulin Kchimel,** para o Cargo de Secretaria Municipal de Saúde,

DAS – 5,

a partir de 01.04.2015, com ônus do órgão de origem.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Abril de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2015 - MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2015

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2015

Modalidade: PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Avenida Coronel Botelho, 458, Centro, CEP: 78.170-000, Nossa Senhora do Livramento – MT, nos termos do que disciplina o Art. 37, XXI da Constituição Federal e a Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, representada pela comissão de licitação nomeada (a) pela **PORTARIA n.º003/2015**, publicada no Jornal da AMM do dia 08 de janeiro de 2015 e a Portaria nº 093/2015, torna-se público para conhecimento dos interessados na modalidade de Pregão ELETRONICO Nº 021/2015, LOCAL: www.bll.org.br Para todas as referências de tempo será observado o ***horário de Brasília*** (DF). Tipo **Menor preço Global AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) VEÍCULO TIPO FURGÃO, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA, ZERO QUILÔMETRO, COM INCLUSÃO DOS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS.sofreu alterações no projeto original (TERMO DE REFERENCIA), necessitando portanto a retificação no item ANEXO DA TR. PAGINAS 23, 24, 25 E DO ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS PAGINA 26,27,28**

DO EDITAL Nº 021/2015

ANEXO DO TR

DESCRIÇÃO VEICULO AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO

Item	Qtde	Descrição/Especificação
01	01	Veiculo Ambulância, tipo Furgão, Simples remoção, zero quilometro. Especificações Mínimas: Ano de fabricação/modelo: conforme o respectivo ano da licitação; Capacidade Mínima do porta-malas (litros): 10 m³ ; Altura mínima do compartimento de bagagem: 1800 mm;

		Comprimento mínimo do compartimento bagagem: 2860 mm; Cor: Branco; Para-choque na cor do veículo;Pneus : 205 / 75 R16 Potência máxima (cv): 127 á 3.600 rpm; Torque máximo (kgf.m): 32,6 / 1.800 rpm; Capacidade mínima de carga (Kg): 1.620; Porta lateral corrediça; Sistema de combustível (Diesel); Injeção Eletrônica Suspensão Original de Fabrica; Direção Hidráulica; Capacidade mínima do tanque de combustível: 75 L Numero Mancais: 5 ; Motorização mínima: 2.3 ONDE SE Freios: com sistema ESP, ABS, e EBV; LEIA-SE Freios: a disco como dispositivo Drum in Hat (tambor integrado ao disco para bloquear o veiculo durante o estacionamento com freio de Mão acionado) Dianteiro: a disco ventilado, com pinça flutuante e dois cilindros de comando para cada roda. Ângulo de abertura das portas traseiras: 180º; Demais itens básicos exigidos pelas leis de trânsito;Serigrafia padrão Ambulância. ADAPTAÇÃO EM AMBULÂNCIA: REVESTIMENTO INTERNO: Isolamento termo – acústico; Revestimento interno nas laterais e teto em (PRFV) Fibra de vidro; Piso antiderrapante a prova de água. ARMÁRIO: Armário superior na lateral esquerda, confeccionado em madeira, revestido em fórmica na cor clara, com portas de correr em acrílico; **BANCOS:** Banco do assistente com poltrona anatômica fixa com cinto de Segurança;Banco baú para 02 pessoas com cinto de segurança individual, estofamento em curvim de alta resistência e encostos das costas Individuais. MACA: Maca retrátil de alumínio com colchonete e cinto de segurança, confeccionada em alumínio, articulada com pernas retrateis e encosto reclinável, medida mínima 1.95 de comprimento;Cadeira de rodas e suporte para fixação; Prancha de resgate em polietileno SISTEMA ELÉTRICO: 03 tomadas internas 2P+T 110 Vca;01 Tomada Interna 12 Vcc;Inversor de voltagem 400 Watts. SINALIZADOR: Sensor de ré com câmera e sinalizador; Alarme marcha ré;Estroboscópios no para-choque dianteiro e traseiro; Sinalização barra com sirene de 100 watts eletrônica e 01 tom. **OXIGENOTERAPIA:** Sistema de oxigênio com suporte para cilindro de 3 litros;Instalação de um cilindro de oxigênio de 3 litros com válvula e manômetro; Régua de oxigênio de 03 pontas com fluxômetro / aspirador / umidificador. VENTILAÇÃO: Instalação de 01 ventilador / exaustor;Ar condicionado para paciente e motorista. VIDROS: Vidro de correr e com película jateada na porta lateral. **DEMAIS ITENS:** Instalação de 01 suporte para Soro fixado no balaústre; Balaústre fixado no teto; Acabamentos em sicaflex (vedação de todos os cantos existentes);Reforço fixado no piso, embaixo de todas as rodas da maca em alumínio; Alteração Marca Modelo CAT junto ao DENATRAN de furgão para ambulância. O VEÍCULO ADQUIRIDO PELA PREFEITURA DEVERÁ TER TODOS OS ITENS OBRIGATÓRIOS PELAS LEIS DE TRÂNSITO, ALÉM DE ESTAR COM GARANTIA MINIMA SOBRE OS ITENS QUE COMPÕE A TRANSFORMAÇÃO E O VEÍCULO DE NO MINIMO 12 MESES. NÃO DEVERÁ ALTERAR A CARACTERISTICAS ORIGINAIS DO VEÍCULO TAIS COMO: COR E MOTOR.

.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital original. Informações podem ser obtidas pelo fone/fax (065) 3351-1200.

Os interessados poderão tomar conhecimento das condições deste edital completo no http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ e na sede da Prefeitura setor de licitação das 07h00min às 13h00min. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo telefone (65) 3351-1200.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 23 de Abril de 2015.

.

Valquíria Ana de Campos

Pregoeira Portaria 93/2015

PORTARIA N° 115/2015

PORTARIA N° 115/2015

Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, na portaria nº **054/2015** onde sê lê nomeia a Senhora

Marelize de Paula Nascimento,

para responder pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura a partir de 02/03/2015. Le sê, nomeia a Senhora Marelize de Paula Nascimento, para responder pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura a partir de 02/03/2015, com ônus do cargo efetivo.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 01 de Abril de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 14-2015

Estado do Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nossa Srª do Livramento

Gestão 2013/2016

DECRETO SUPLEMENTAR N°: 14/2015

Data: 02 de Fevereiro de 2015.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Carlos Roberto da Costa, Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2014, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

rt. 1§ - Abre Cr,dito Adicional Suplementar no valor de R$ 952.200,00 (Novecentos e cinquenta e dois mil e duzentos reais)

05.002-GESTAO DO TRANSPORTE ESCOLAR

05.002.12.361.0016.2102.3.3.9.0.30.00.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.000,00
05.002.12.361.0016.2264.3.3.9.0.30.00.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
05.002.12.361.0016.2102.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 72.500,00
05.002.12.368.0010.2216.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 73.500,00
05.002.12.361.0016.2264.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 32.700,00
05.002.12.361.0016.2265.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 39.000,00
05.002.12.361.0016.2266.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 170.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 422.700,00**

05.006-GESTAO DO FUNDEB

05.006.12.361.0016.2011.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
05.006.12.365.0014.2104.3.3.9.0.30.00.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 11.650,00
05.006.12.361.0016.2011.3.3.9.0.36.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 23.650,00**

06.002-FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.002.08.244.0007.2084.3.3.9.0.36.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.350,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 1.350,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.002.10.301.0022.2071.3.1.9.0.04.00.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 65.000,00
07.002.10.302.0022.2067.3.1.9.0.04.00.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 52.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 117.000,00**

08.001-SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA

08.001.04.122.0002.2074.3.3.9.0.30.00.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 31.000,00
08.001.04.122.0002.2074.4.4.9.0.52.00.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 215.000,00
08.001.26.451.0019.2278.4.4.9.0.51.00.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 100.000,00
08.001.26.782.0019.2279.4.4.9.0.51.00.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 4.000,00
08.001.04.122.0002.2074.3.3.9.0.36.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.500,00
08.001.04.122.0002.2074.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 10.000,00
08.001.26.782.0002.2276.3.3.9.0.30.00.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 387.500,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 952.200,00**

05.001-GESTAO DE EDUCACAO

05.001.12.361.0016.1007.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 67.650,00
05.001.12.361.0016.1101.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 35.000,00
05.001.12.361.0016.1101.4.4.9.0.52.00.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 135.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 237.650,00**

05.002-GESTAO DO TRANSPORTE ESCOLAR

05.002.12.368.0010.2216.3.3.9.0.30.00.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 72.500,00

05.002.12.361.0016.2265.3.3.9.0.30.00.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 39.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 111.500,00**
05.004-GESTAO DE ESPORTE LAZER		
05.004.27.812.0013.1947.4.4.9.0.51.00.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 95.200,00
05.004.27.813.0013.1950.4.4.9.0.51.00.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 97.200,00**
06.002-FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
06.002.08.244.0007.2084.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.350,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 1.350,00**
07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
07.002.10.301.0022.2071.3.1.9.0.04.00.	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 65.000,00
07.002.10.302.0022.2067.3.1.9.0.11.00.	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 52.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 117.000,00**
08.001-SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA		
08.001.04.122.0002.2074.3.3.9.0.30.00.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 31.000,00
08.001.04.122.0002.2074.4.4.9.0.52.00.	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 20.000,00
08.001.26.451.0019.2278.4.4.9.0.51.00.	OBRAS E INSTALACOES	R$ 200.000,00
08.001.26.451.0019.2278.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 95.000,00
08.001.26.782.0019.2279.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00
08.001.04.122.0002.2074.3.3.9.0.36.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.000,00
08.001.04.122.0002.2074.3.3.9.0.39.00.	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 13.500,00
08.001.26.782.0002.2276.3.3.9.0.30.00.	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00
	SUB-TOTAL:	**R$ 387.500,00**
	TOTAL GERAL:	**R$ 952.200,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Srª do Livramento, 02 de Fevereiro de 2015.

Carlos Roberto da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 581/2015

LEI N.º 581/2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a Abrir Crédito Especial no Orçamento Programa do Exercício de 2015, no Valor de R$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais), para adequação às novas normas do Fundo Estadual de Transportes e Habitação – FETHAB, e dá outras providências.

JAMAR DA SILVA LIMA, Prefeito Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, autorizado a Abrir Crédito Especial na Lei Orçamentária Municipal nº 573/14 de 05/11/14 que trata do Orçamento Programa do Município de Nova Brasilândia para o Exercício de 2015, na forma, a saber:

Programa: 228 - Infraestrutura
Ação: Manutenção de Rodovias Estaduais Não Pavimentadas - FETHAB Produto: Rodovia Estadual Não Pavimentada Recuperada
Unid. de Medida: Km
Meta Física: 200
Função: 26 - Transportes
Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Serviços Urbanos
Unidade: 01 – Gabinete do Secretario da Infra-estrutura

Despesas: 3.3.90.30 Material de Consumo Valor R$: 300.000,00

3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica Valor R$: 200. 000,00

4.4.90.51 Obras e Instalações Valor R$: 220.000,00

4.4.90.52 Equipamento Material Permanente Valor R$: 200.000,00

Programa: 228 – Infra-estrutura
Ação: Manutenção de Rodovias Municipais - FETHAB
Produto: Rodovia Municipal Recuperada
Unid. de Medida: Km
Meta Física: 1.195
Função: 26 - Transportes
Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Serviços Urbanos
Unidade: 01 – Gabinete do Secretario da Infra-estrutura

Despesas: 3.3.90.30 Material de Consumo Valor R$: 360.000,00

3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica Valor R$: 200. 000,00

4.4.90.51 Obras e Instalações Valor R$: 220.000,00

4.4.90.52 Equipamento Material Permanente Valor R$: 300.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto no artigo anterior, fica o Poder executivo autorizado a utilizar os recursos que virão por ocasião de Excesso de Arrecadação municipal, em virtude dos REPASSES DE RECURSOS DO FETHAB autorizados pela Lei nº 10.051, de 09 de janeiro de 2014 com uma previsão de R$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais).

Art. 3º - Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 02 de Janeiro de 2015.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Brasilândia (MT), em 22 de Abril de 2015

Jamar da Silva Lima

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2015

A **Prefeitura Municipal de NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 001/2015, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização em conformidade com as Leis Municipais nº Leis Municipais nº 324/2010 e suas alterações, 577/2015 e Lei Federal n° 11.350/2006 e suas alterações, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 001/2015, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização com finalidade de contratação por tempo indeterminado para preenchimento de vagas e contratação por tempo determinado para substituição e formação de cadastro reserva, visando atender o programa de “Estratégia de Agente Comunitário de Saúde - ACS” e Agente de Combate a Endemias (ACE), sendo este de natureza de excepcional interesse público, nos termos descritos na Constituição Federal de 88 do em especial ao art. 37, IX, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL

QUADRO DE VAGAS GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL

Cargo/Contratação	Vagas	Vagas PNE	Vencimento	Carga Horária Semanal	Requisitos do Cargo
Agente Comunitário de Endemias (Micro área 01 - Coab e Boa Vista)	001	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Endemias (Micro área 02 - Região Central da cidade)	001	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Endemias (Micro área 03 - Ipiranga e Adjacências)	001	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 01)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 02)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 03)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 04)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 05)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 06)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 07)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 08)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 09)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.

Agente Comunitário de Saúde (Micro área 10)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 11)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 12)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 13)	CR	-	1.014,00	40 horas	Ensino Fundamental Completo.

Total de Vagas	**CR**	**-**

MAPEAMENTO DAS AREAS DE ATUAÇÃO DAS ACS

MICRO AREA	LOCALIZAÇAO
001	Micro Área 01: Coab Durval Tomás da Silva compreendendo as ruas Aristides Luiz Ferreira, rua Cuiabá e Avenida Genival Nunes Araújo.
002	Micro Área 02: Bairro Boa Vista compreendendo as ruas Jataí, rua 01 e avenida Cuiabá até o parque de exposição.
003	Micro Área 03: Centro compreendendo as ruas Aristides Luiz Ferreira, Sebastião Domingos Cardoso, Avenida Genival Nunes Araújo e Avenida Cuiabá.
004	Micro Área 04: Centro compreendendo as ruas Avelino Flávio Novaes, Alcides Lima Bonfim, Avenida Brasil, Avenida Lair Porto Ferreira.
005	Micro Área 05: Centro compreendendo ruas Alcides Lima Bonfim, Avenida Lair Porto Ferreira, rua Raimundo Otoni Lima e MT 140.
006	Micro Área 06: Compreendendo as ruas Sebastião Domingos Cardoso, João Jesus Clemente, Raimundo Otoni Lima e Avenida Cuiabá.
007	Micro Área 07: lote onze/Embira Branca.
008	Micro Área 08: Santa Amélia e Corgão.
009	Micro Área 09: Peresopolis e adjacências.
010	Micro Área 10: Santa Rosa.
011	Micro Área 11: Caiana e Adjacências.
013	Micro Área 13: Lagoa Branca e Aguaçu.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1) Siglas:PcD = Pessoas com Deficiência, nos termos da legislação sobre o tema; h/s = horas semanais; CR = Cadastro Reserva; MEC = Ministério da Educação.

2) Escolaridade Mínima Exigida: realizada em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3) Os candidatos aprovados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de classe competente, caso existente, desde que as atribuições do cargo pretendido exijam o respectivo registro.

1.1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.1. O Processo Seletivo Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da EXATA, ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO (site www.exataplanejamento.com.br), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 71.358.766/0001-90, com registro no Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso sob o nº 267 - J e compreenderá: 1ª etapa - provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório; 2ª Etapa - prova de títulos, de caráter apenas classificatório; 3ª Etapa - curso específico de formação a ser realizado pela Administração Municipal (quando for o caso), de caráter apenas eliminatório, após a homologação do Processo Seletivo Público e avaliação psicológica; 4ª Etapa - comprovação de requisitos para a contratação.

1.1.2. O Prefeito através da Portaria nº 112/2015, nomeou Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento deste Processo Seletivo Público.

1.1.3. O presente Processo Seletivo Público destina-se ao preenchimento de vagas para os cargos discriminados no item 1 deste Edital.

1.2. O Regime Jurídico, no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados, será o estatutário de natureza especial e o regime previdenciário o Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

1.3. A Primeira Etapa (provas objetivas de múltipla escolha) será realizada no município de Nova Brasilândia/MT e, eventualmente, se a capacidade das unidades escolares deste não for suficiente para alocar todos os inscritos do Processo Seletivo Público, serão também realizadas nos municípios circunvizinhos a este, que apresentarem estrutura física funcional, atendendo, assim, às necessidades do processo de seleção.

1.4. Os candidatos aprovado no Processo Seletivo Público serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nos cargos para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e apresentação de atestado médico.

1.5. De acordo com o art. 6º da Lei 11.350/2006 é requisito para exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde "residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público" - esta área em que o ACS atuará refere-se à micro-áreas para a qual se inscreveu.

1.6. As vagas serão distribuídas em território definido como micro-áreas, as quais pertencerão à área de abrangência da Unidade de Saúde da Família conforme Portaria GM n 648/2006. O total de vagas é o disposto no Anexo I do presente Edital.

1.7. Ficam os candidatos cientes que para as vagas de cadastro reserva, serão convocados somente aqueles em que os agentes já selecionados e convocados deixarem de atuar e quando servidores estiverem em afastamento será contratado por tempo determinado, sendo convocados pela ordem de classificação obtida neste certame.

1.8. Para todos os fins deste Processo Seletivo Público será considerado o horário oficial o Estado de Mato Grosso.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal/88 - §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19/1998 - art. 3º).

2.2. Ter, na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental.

2.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

2.7. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

2.8. O candidato ao Cargo de Agente Comunitário de Saúde, deverá obrigatoriamente:

a) Comprovar o local onde reside, de acordo com a opção da Unidade de Saúde e o respectivo Local de Trabalho do Item 1 deste Edital, devendo permanecer, durante o período em que estiver vinculado ao Município, residindo no mesmo local, sob pena de demissão.

b) No ato da contratação, o local onde reside, atestando residir na área da comunidade em que irá atuar desde a data da publicação do edital, por meio de comprovante de residência através de cópia autenticada ou cópia simples acompanhada da original, de uma conta de água, luz, telefone fixo, IPTU ou contrato de locação;

c) Possuir comprovante de residência especificado no item anterior em seu nome deverá apresentar uma Declaração de Residência conforme o formulário modelo constante no ANEXO X deste Edital, juntamente com a cópia autenticada ou simples do comprovante de residência em nome do proprietário, ou cópia simples do contrato de locação.

d) Concluir com aproveitamento o curso introdutório de formação inicial e continuada, a ser realizado posteriormente do Processo Seletivo.

e) Avaliação Psicológica.

3. DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

3.1. VIA INTERNET: De 00h00min do dia 27/04/2015 até às 23h59min do dia 15/05/2015, no site: www.exataplanejamento.com.br.

3.1.1. Não será permitido ao candidato fazer mais de uma inscrição no Processo Seletivo Público, previsto neste Edital. Caso o candidato realizar mais de uma inscrição, será considerada a última realizada.

3.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO VIA INTERNET:

3.2.1. Para inscrição, via Internet, o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo Público disponível na página (www.exataplanejamento.com.br) e acessar o link para inscrição correlato ao Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT.

b) cadastrar-se, no período entre 00h00min do dia 27/04/2015 às 23h00min do dia 15/05/2015, observado o horário oficial do Estado de Mato Grosso, através do requerimento específico disponível na página citada;

c) imprimir o boleto bancário, que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica no CANCELAMENTO da inscrição.

d) Não será cobrado taxa de inscrição no processo seletivo.

3.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO:

3.3.1. A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia e a empresa Organizadora do Processo Seletivo não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Quando estes não decorrerem de culpa do candidato ou do equipamento por ele utilizado, não será imputada ao candidato qualquer penalidade.

3.3.2. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.3.3. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.3.4. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.3.4.1. A alteração na opção de cargo só será deferida caso tenha sido transcrita erroneamente do Requerimento de Inscrição realizado via presencial, conforme subitem 3.3.5, caracterizando assim erro material. Neste caso, no dia de realização da prova objetiva, será registrada em Ata de Ocorrência a retificação, sendo imprescindível a apresentação, por parte do candidato, do comprovante de inscrição que ateste que o mesmo fora cadastrado de forma indevida.

3.3.4.2. As alterações de cargo apenas poderão ocorrer no caso de inscrição presencial, considerando que na inscrição via Internet não existe tal possibilidade, pois os campos são de preenchimento obrigatório e de responsabilidade exclusiva do candidato; o não preenchimento desses campos resultará na não efetivação da inscrição.

3.3.4.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.3.5. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a admissão do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.

3.34.6. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.3.8. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.3.9. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Público, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.3.10. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Processo Seletivo do direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

3.3.11. A EXATA PLANEJAMENTO disponibilizará, no site www.exataplanejamento.com.br, a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

3.3.12. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste processo Seletivo.

3.3.13. O candidato inscrito deverá se atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado.

3.3.14. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição via presencial ou Internet, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.3.14.1. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.3.14.2. Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

3.3.14.3. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.3.15. Os candidatos com direito à isenção, conforme previsto nos subitem anterior deverá observar a data limite para efetuarem a inscrição.

3.4.1. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO: As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) e cargo, assim como orientações para realização das provas, estará disponível no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br, no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT e no Jornal Oficial dos Municípios, disponível no endereço eletrônico: (www.diariomunicipal.com.br/amm-mt).

3.4.2. Caso o candidato, ao consultar a relação, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar protocolar Recurso junto a Comissão de Processo seletivo, no prazo de 1 (um) dia útil, após a divulgação do edital complementar.

3.4.2.1. Mesmo no caso de não observância do direito de recurso mencionado no subitem 3.4.14 deste Edital, se a inscrição do candidato não tiver sido deferida em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no site da EXATA PLANEJAMENTO, bem como comunicado diretamente aos candidatos. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.4.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo seletivo Púbico e pela empresa organizadora com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, cabendo recurso por parte do candidato eliminado no dia útil subsequente ao da decisão, mediante requerimento dirigido a Comissão de Processo Seletivo Público. Não provido o recurso, independentemente de qualquer formalidade, serão considerados nulos todos os atos decorrentes da inscrição, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

3.4.3 Os recursos feitos após a data estabelecida no subitem 3.5.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas na relação de candidatos deferidos e a situação de inscrição do mesmo, posto que é dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

3.4.4. Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados apenas no dia e na sala de realização das provas.

3.4.5. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

4. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Os portadores de deficiência, assim entendidos aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Público, desde que a necessidade especial seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorrem.

4.1.1. Do total de vagas oferecidas no processo seletivo, e as vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Público 5% (cinco por cento), nos termos do §1º do art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/1999 que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, ficarão reservadas aos candidatos portadores de deficiência, desde que apresentem atestado médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

4.1.2. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá, obrigatoriamente:

a) protocolar junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia envelope lacrando ou enviar via SEDEX ou CARTA REGISTRADA com Aviso de Recebimento (AR), laudo médico (cópia simples ou original) conforme determinações do subitem 4.1.1 deste Edital, até o dia 15/05/2015, para a Comissão de Processo Seletivo Público, localizada na Rua Vereador Genival Nunes Araújo, 267 - Centro - Nova Brasilândia/MT - CEP: 78.860-000). Obs: Não serão aceitos SEDEX ou CARTA REGISTRADA, com Aviso de Recebimento (AR), posterior a data de 15/05/2015.

4.1.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá declarar:

I. ser portador de deficiência;

II. estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório.

4.1.3. Considerando a existência de apenas uma vaga para provimento imediato no cargo pretendido, essa vaga não será destinada ao candidato portador de deficiência, regendo-se a disputa pela igualdade de condições, atendendo, assim, ao princípio da competitividade. Caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Público, o percentual de reserva será observado, conforme especificado no subitem 4.1.1.

4.1.4. Se na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas a cada cargo resultar número fracionado superior a 0,7 (sete décimos) este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.2. O candidato portador de deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no subitem 3.4.18 deste Edital, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto nº. 3.298/99.

4.2.1. O candidato portador de deficiência que necessite de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo expressamente por ocasião da inscrição no Processo Seletivo Público, com justificativa acompanhada de parecer original ou cópia autenticada em cartório emitido por especialista da área de sua deficiência, nos termos do § 2º do art. 40 do Decreto nº. 3.298/1999. O parecer citado deverá ser enviado e recebido até o dia 15/05/2015, via SEDEX ou CARTA REGISTRADA, com Aviso de Recebimento (AR), para a Comissão de Processo seletivo, no endereço citado no subitem 4.1.2 deste Edital. Caso o candidato não envie o parecer do especialista no prazo determinado, não realizará as provas com tempo adicional, mesmo que tenha assinalado tal opção no Requerimento de Inscrição. Obs: Não serão aceitos SEDEX ou CARTA REGISTRADA, com Aviso de Recebimento (AR), posterior a data de 15/05/2015.

4.2.2. O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, sendo que a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

4.2.3. A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência, será divulgada no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br**.**

4.3. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Processo Seletivo Público, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos portadores de deficiência por cargo.

4.4. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

4.5. O candidato que apresentar atestado médico, porém não for enquadrado como portador de deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Processo Seletivo Público, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

4.6. Se, quando da convocação, não existirem candidatos portadores de deficiência enquadrados como tal, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

5 - DO PROCESSO SELETIVO

5.1. O processo seletivo constará de provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório e prova de títulos de caráter eliminatório e classificatório.

5.1. DAS PROVAS OBJETIVAS (PRIMEIRA ETAPA):

5.1.1. As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

Provas	Números de Questões	Pontuação de cada Questão	Total de Pontos
- Português	05	05	25
- Matemática	05	05	25
- Conhecimentos Gerais	05	03	15
- Conhecimentos Específicos	05	07	35
Total	20	-	100

5.1.2. A prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, constará de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, de acordo com a valoração de pontos acima evidenciada, e terá sua pontuação total variando do mínimo de 0 (zero) ponto ao máximo de 100 (cem) pontos.

5.1.3. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 30% (trinta por cento) de aproveitamento dos pontos na prova objetiva de múltipla escolha.

5.1.4. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.5. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.

5.1.6. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.7. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.8. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

5.1.9. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

5.1.10. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

5.2. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA: A data de realização das provas objetivas de múltipla escolha será realizada na cidade de Nova Brasilândia/MT, no dia 25/05/2015 (domingo), com duração máxima de 02h30min (duas horas e trinta minutos), incluído o tempo despendido com o processo de identificação civil previsto no subitem 5.4.6 deste Edital e a distribuição dos cadernos de provas e cartões de respostas aos candidatos, além de outras orientações a serem dadas pelo fiscal de sala, conforme disposto no quadro a seguir:

5.3. LOCAL: O local e o horário de realização da prova Objetiva, para o qual deverá se dirigir o candidato, será divulgado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br e no jornal oficial dos Municípios (disponível no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/amm-mt**). È de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas Objetivas e comparecimento no horário determinado.**

5.4. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referente a inscrição do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas objetivas, mediante conferência do documento original de identidade quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.4.1. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou fazer alguma reclamação ou sugestão relevante, poderá efetuá-la no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.4.2. O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao processo seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções.

5.4.2.1. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

5.4.2.2. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.4.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, de Comprovante Definitivo de Inscrição - CDI e de documento de identidade original, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição.

5.4.3.1. Para imprimir o Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI o candidato deverá acessar o endereço eletrônico da empresa organizadora - www.exataplanejamento.com.br e proceder da seguinte forma:

a) Acessar a área restrita, denominada “Área do Candidato”, localizada à direita na parte superior da tela principal do site, informando “CPF” e “SENHA” cadastrados no momento da inscrição;

b) Clicar no botão “OK”. (Em caso de esquecimento, clicar na opção “ESQUECEU A SENHA? Clique aqui.”);

c) Será aberta a ÁREA DO CANDIDATO. Logo abaixo você tem a opção “Histórico”; Selecionar o Concurso ou Processo

Seletivo desejado, clicando na opção “SELECIONE UM CONCURSO/PROCESSO SELETIVO”, localizado na parte inferior da tela;

d) Clicar na opção “Comprovante definitivo de inscrição” e em seguida “imprimir”.

5.4.4. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

5.4.5. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas e o candidato portar protocolo de inscrição que ateste que deveria estar devidamente relacionado naquele local de provas.

5.4.5.1. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo seletivo e pela empresa organizadora com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.

5.4.5.2. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, cabendo recurso por parte do candidato eliminado no dia útil subsequente ao da decisão, mediante requerimento dirigido a Comissão de Processo Seletivo Público. Não provido o recurso, independentemente de qualquer formalidade, serão considerados nulos todos os atos decorrentes da inscrição, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

5.4.6. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

5.4.7. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.4.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, con-

selhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, com mesmo valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

5.4.8.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.4.8.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.4.8.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.4.8.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade

vencida, como, por exemplo, passaporte e carteira de identidade/RG emitida para menor de idade.

5.4.8.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 5.4.8. deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Público.

5.4.8.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.9. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.4.10. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc, o que não acarreta em qualquer responsabilidade da empresa organizadora sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo seletivo. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

5.4.11. Não será permitida, durante a realização da prova Objetiva, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

5.4.12. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.4.13. Não haverá segunda chamada para as provas objetivas de múltipla escolha. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que faltar à prova objetiva ou chegar após o horário estabelecido.

5.4.14. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido no subitem 5.2, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.4.15. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas objetivas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

5.4.16. O fiscal de sala orientará os candidatos, quando do início das provas, que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos cartões de respostas. Dessa forma, o candidato que se retirar do local de provas antes do decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término e que, conforme subitem anterior, não poderá levar consigo o caderno de provas, apenas poderá anotar suas opções de respostas marcadas em seu comprovante de inscrição. Não será admitido qualquer outro meio para anotações deste fim.

5.4.17. Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas (provas objetivas);

h) recusar-se a entregar o cartão de respostas (provas objetivas);

i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas (provas objetivas);

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.4.6.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;

m) estiver portando arma, exceto no caso de candidatos que possuam autorização legal para tanto.

5.4.18. O descumprimento de quaisquer das instruções contidas no subitem 5.4.17 implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

5.4.18.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.4.19. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas objetivas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.4.20. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

5.5. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas objetivas e o comparecimento no horário determinado.

5.5.1. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

5.6. DA PROVA DE TÍTULOS (SEGUNDA ETAPA):

5.6.1. Somente serão computados os pontos da Prova de Títulos aos candidatos que obtiverem a nota mínima de 30% (trinta por cento) da prova.

5.6.2. A avaliação de títulos terá a pontuação máxima de até 20,00 (vinte) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

5.6.3. Para efeito de pontuação, somente serão aceitos os documentos que comprovem os títulos abaixo relacionados e os limites de pontos discriminados no quadro a seguir.

Títulos Avaliados	Pontos	Comprovação	Pontuação Máxima
Curso	05 (cinco) pontos.	Certificados de Curso de Formação na área de Saúde com no Mínimo 40 horas.	20 (vinte) pontos.
Curso	05 (cinco) pontos.	Ter concluído o Introdutório em Saúde da Família com no mínimo 40 horas.	20 (vinte) pontos.
Experiência em campo como ACS ou ACE, sendo computado 01 (um) ponto por ano. Obs: O Tempo de serviço no cargo pelo qual está concorrendo, por ano comprovado, desprezando as frações.	10 (dez) pontos.	Mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou outro documento que comprove a condição, fornecido por Secretaria Municipal ou Estadual de Saúde.	20 (vinte) pontos.

5.6.2.1. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas de múltipla escolha.

5.6.3. O candidato, na entrega dos títulos, deverá anexar o Formulário para Entrega de Títulos, conforme modelo no Anexo II deste Edital, já devidamente preenchido e assinado, declarando os títulos entregues, seu nome e cargo pretendido, com letra legível ou de forma. O Formulário deve ser entregue dentro do envelope que contiver os títulos.

5.6.4. Não serão recebidos originais de documentos. As cópias dos documentos entregues somente serão analisadas se autenticadas em Cartório de Notas e não serão devolvidos em hipótese alguma.

5.6.5. A entrega dos documentos referentes aos títulos não faz, necessariamente, que a pontuação postulada seja concedida. Os documentos serão analisados pela Empresa Organizadora e Comissão de Processo Seletivo Público de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.6.6. A não apresentação dos títulos importará na atribuição de nota zero ao candidato na fase de avaliação de títulos, que não possui caráter eliminatório, mas somente classificatório.

5.6.7. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.6.8. Cada título será considerado uma única vez.

5.6.12. O candidato poderá apresentar tantos títulos quanto desejar. No entanto, os pontos que excederem o valor máximo estabelecido em cada item e o estipulado no subitem 5.6.3 deste Edital serão desconsiderados, sendo somente avaliados os títulos que tenham correlação direta com o cargo pretendido pelo candidato.

5.6.13. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não-autenticadas em cartório.

5.6.14. Não serão aceitos títulos encaminhados via fax e/ou via correio eletrônico.

5.7 DO CURSO INTRODUTÓRIO PARA OS CANDIDATOS AO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

5.7.1. O candidato ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, aprovado na Prova Objetiva de Múltipla Escolha prevista neste Edital de Processo Seletivo, deverá participar do Curso Introdutório de formação inicial e continuada conforme determina a Lei Federal nº 11.350/2006 e Emenda Constitucional nº 51/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde.

5.7.2. A duração do curso, carga horária, local de realização, será divulgada em edital complementar.

5.7.3. O candidato que não participar do curso introdutório, está impedido de assumir o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

5.7.4. O candidato que não concluir com aproveitamento de 100% (cem por cento) do curso introdutório de formação inicial e continuada, será automaticamente eliminado do processo seletivo.

5.8 DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA OS CANDIDATOS AO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE ENDEMIAS:

5.8.1. A Avaliação Psicológica é parte integrante do Processo Seletivo Municipal, sendo eliminado o candidato do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, considerado inapto nesta fase.

5.8.2. A Avaliação Psicológica será aplicada aos candidatos aprovados na prova objetiva, devendo o candidato estar apto na avaliação para o exercício da função.

5.8.3. O local, data e horário de realização da Avaliação Psicológica será divulgado por meio de Edital Complementar, publicado no Órgão Oficial do Município, e afixado em mural na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT.

5.8.4. O referido exame consistirá na aplicação de baterias de testes psicológicos, de aptidão, de inteligência geral, de personalidade, visando aferir se o candidato possui perfil adequado ao exercício das atividades inerentes ao emprego público pretendido.

5.8.5. Será considerado inapto o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresente traços indicadores de desvios, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas.

5.8.6. É vedada a saída do candidato do recinto em que estiver sendo aplicada a Avaliação Psicológica.

5.8.7. Não haverá por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da Avaliação Psicológica.

5.8.8. O candidato somente poderá ausentar-se do recinto da aplicação da Avaliação Psicológica após o término da aplicação dos testes.

5.8.9. O candidato não poderá levar consigo os cadernos de testes.

5.8.10. Será considerado habilitado, nesta fase, o candidato que obtiver o resultado de APTO para o emprego público.

5.8.11. A inaptidão nesta avaliação não significa a pressuposição da existência de transtornos mentais, indicando apenas que o candidato não atende aos parâmetros exigidos para o exercício das atribuições do Agente Comunitário de Saúde.

5.8.12. Será desclassificado o candidato que se recusar a responder algum dos testes da Avaliação Psicológica.

5.8.13. Não haverá segunda chamada para a Avaliação Psicológica, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou ausência do candidato.

5.9.9 SERÁ ELIMINADO DO PROCESSO SELETIVO NESTA FASE, O CANDIDATO QUE:

a) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização e não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;

b) Não apresentar a documentação exigida;

c) Não obtiver o mínimo de 30% (trinta por cento) de aproveitamento, no mínimo, na prova objetiva;

d) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;

e) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;

f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

g) Concluir com aproveitamento de 100% (cem por cento) do curso introdutório de formação inicial e continuada para o Agente Comunitário de Saúde;

h) Estar apto na avaliação psicológica.

6. DOS PROGRAMAS

6.1. Os programas/conteúdo programático das provas objetivas para os diversos cargos compõem o Anexo II do presente Edital.

6.2. O Anexo II, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

6.2.1. As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 6.583/2008, poderão ser utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas das questões das provas; no entanto, o conhecimento destas novas regras não será exigido para a resolução das mesmas.

6.3. A Prefeitura e a Empresa Organizadora do Processo Seletivo, não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo no que tange ao conteúdo programático.

6.4. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.5. Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

7. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

7.1. Será classificado o candidato que obtiver aprovação de no mínimo 30% (trinta por cento) no total de pontos do conjunto das provas objetivas de múltipla escolha;

7.2. A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos nas provas objetivas de múltipla escolha e na prova de títulos (se houver).

7.3. Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios, na seguinte ordem:

a) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota na Prova de Matemática;

d) Maior nota na Prova de Conhecimentos Gerais;

c) Maior nota na Prova de Língua Portuguesa;

e) Maior idade;

f) Maior nota na Prova de Títulos.

8. DOS RESULTADOS E RECURSOS

8.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br a partir 16h00min do dia subsequente ao da realização da prova objetiva e no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia.

8.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 01 (um) dia útil, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Processo Seletivo Público no site www.exataplanejamento.com.br.

8.3. A interposição de recursos deverá ser feita junto a Comissão de Processo seletivo, apenas no prazo recursal.

8.3.1. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial, divulgação da pontuação provisória nas provas e divulgação do resultado final, incluído o fator de desempate estabelecido, até 01 (um) dia útil após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

8.4. Os recursos julgados serão divulgados no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

8.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 8.3 deste Edital.

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.7. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 01 (um) dia útil, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

8.8. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

8.10. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

8.11. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.12. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do processo seletivo.

9.2. O candidato será convocado para a realização da 4ª Etapa - Comprovação de Requisitos e Apresentação de Atestado Médico e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF do admitido;

03. CPF do pai e mãe;

04. Certidão de Nascimento ou Casamento;

05. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante);

06. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

07. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

08. Título de eleitor;

09. Certidão de Quitação Eleitoral;

10. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

11. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

12. CTPS (Carteira de Trabalho);

13. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

14. CPF dos dependentes;

15. Comprovante de residência atual;

16. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

17. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

b) Original:

18. Certidão de Antecedentes Criminais;

19. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio;

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração para IRFF e salário família.

22. Estar apto na avaliação psicológica e ter concluído o curso introdutório para o cargo de Agente Comunitário de Saúde;

2ª Fase - Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. Obs: O candidato deverá apresentar-se na unidade de saúde na data agendada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, após a apresentação da documentação exigida.

9.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital.

9.4. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado no prazo de até 30 (trinta) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital, sendo-lhe, ainda, permitido requerer a prorrogação do prazo pelo período improrrogável de mais 30 (trinta) dias.

9.4.1. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções no prazo de até 05 (cinco) dias.

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

9.6. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão chamados para a investidura no cargo, sendo-lhes assegurado o direito subjetivo de contratação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.6.1. A aprovação no processo seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e limites de vagas existentes ou que vierem a vagar ou forem criadas posteriormente, sendo que todas as vagas oferecidas serão obrigatoriamente providas dentro do prazo de validade do certame.

9.6.2. Será constituído Cadastro de Reserva, que no interesse exclusivo da administração, será aproveitado na medida em que forem surgindo novas vagas para contratação, no limite do prazo de validade do processo seletivo.

9.7. A validade deste Processo Seletivo Público é de 01 (um) ano, contados da data de sua homologação.

9.7.1. A homologação do processo seletivo poderá ser efetuada por um único cargo, por alguns cargos ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração Municipal.

9.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Público, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

9.9. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.10. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo da Exata Planejamento, e os pareceres referentes a recursos serão efetuados em conjunto com a Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Público.

9.11. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br.

9.12. A Prefeitura Municipal e a empresa organizadora do processo seletivo se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação da Prefeitura Municipal e/ou da Exata Planejamento.

9.13. Os resultados divulgados no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br, não terão caráter oficial, sendo meramente informativos. Porém, reproduzirão, com estrita observância, a hora e dia de publicação no quadro de avisos da entidade.

9.14. O candidato aprovado e classificado no processo seletivo poderá desistir, definitivamente ou temporariamente.

9.14.1. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado à Prefeita Municipal, até o dia útil anterior à data da contratação.

9.14.2. No caso de desistência temporária, o candidato renunciará a sua classificação e passará a posicionar-se em último lugar na listagem oficial dos aprovados no certame seletivo, aguardando nova convocação, que pode ou não vir a efetivar-se no período de vigência do certame seletivo em tela.

9.14.3. O contratado no cargo de Agente Comunitário de Saúde, poderá ser demitido na hipótese de confirmação de não atendimento da exigência quanto ao candidato residir na micro-área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo Público; ou em função de apresentação de declaração falsa de residência;

9.15. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do processo seletivo.

9.16. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

9.17. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado pela empresa organizadora, com aquiescência da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia e Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Público.

9.18. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo e não se caracterizando óbice administrativo ou legal, é facultada a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo-se, entretanto, durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

9.19. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Público constituído por ato dO Prefeito, assessorados pela Exata Planejamento, empresa organizadora do Processo seletivo.

9.20. Todos os horários fixados no presente edital serão os de Cuiabá/MT.

9.21. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Público estará disponível na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, localizada na Rua Vereador Genival Nunes Araújo, 267 - Centro, s/nº - Centro - Nova Brasilândia/MT e no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br**.**

9.22. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia corridos a partir da sua data de publicação.

9.23. Faz parte deste Edital: ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO, ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS, ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS, ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES, ANEXO V - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS, ANEXO VI - MODELOS DE PROCURAÇÃO, ANEXO VII - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO, ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Brasilândia (MT), 23 de Abril de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA

Prefeito Municipal

Nimercia Ferreira da Silva

Presidente **da Comissão Examinadora**

Vandeilson Batista da Silva

Secretario

Elisangela Florentino Borges

Membro

Eriédina Pinheiro dos Santos

Suplente

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Data	Horário	Evento	Local
24/04/2015	-	Publicação da íntegra do Edital	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e www.exataplanejamento.com.br
24/04/2015	-	Publicação de Extrato do Edital	Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT
27/04/2015 a 15/05/2015	Inicio às 00h00min e encerrando-se às 23h00min	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao Processo Seletivo Público	www.exataplanejamento.com.br
27/04/2015 a 15/05/2015	07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min	Prazo para protocolo dos títulos pelos candidatos.	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT ou Via (AR), com aviso de recebimento.
20/05/2015	16h00min	Divulgação da relação de inscrições	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
22/05/2015	16h00min	Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha e Provas Praticas	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
25/05/2015	A divulgar	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	Local e horário de realização: a divulgar no Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT, Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT e www.exataplanejamento.com.br

26/05/2015	16h00min	Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
04/06/2015	16h00min	Disponibilização do julgamento dos recursos sobre os gabaritos da Prova Objetiva	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
04/06/2015	16h00min	Divulgação do resultado parcial das Provas Objetivas de Múltipla Escolha e de Títulos.	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
10/06/2015	16h00min	Disponibilização do julgamento dos recursos sobre o Resultado Parcial.	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
13/06/2015	16h00min	Divulgação do resultado Geral contendo notas das Provas Objetivas e de Títulos.	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
16/06/2015	16h00min	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito.	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS

CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

_AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

_AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.

_PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...); Classes de palavras (flexões, classificações e emprego); Pontuação (classificação e emprego); Frase (classificações); Período (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Pontuação; Novo acordo ortográfico.

_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS: Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas; frações e números decimais: Operações com números decimais. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Resolução de problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.

_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS: Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos do Brasil, Estado de Mato Grosso e do Município de Nova Brasilândia/MT. Símbolos do Estado. Atualidades Estadual, Nacional e Internacionais.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Competências do ACS; Compreensão em ações comunitárias, cidadania, política e ética; PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde; ESF – Estratégia de Saúde da Família. Saúde e doença: história natural e prevenção; Reforma sanitária e modelos assistenciais; Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e regulamentação; Gerenciamento e planejamento local de saúde; Sistemas de informação em saúde.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Agente Comunitário de Endemias: Saúde Pública: Organização dos serviços de saúde no Brasil. Organização e princípios do SUS. Modelo Assistencial e Financiamento. Planejamento e programação local de saúde. Política Nacional de Humanização. Sistema Único de Saúde - Princípios, Diretrizes e Controle Social. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância ambiental e Doenças de Notificação Compulsória. A Saúde no contexto da Seguridade Social. Saúde Complementar. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Educação em saúde. Políticas Nacionais na área da saúde.

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS

À Comissão Examinadora do Processo Seletivo - Edital nº 001/2015

Nova Brasilândia - Mato Grosso.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo Público, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 5.6 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, TODOS AUTENTICADOS, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo Público.

c. Ainda, DECLARO, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

Candidato		Qte Documentos Entregues			
Inscrição	Cargo				
Avaliação de Títulos	Início do Curso	Término do Curso	Carga Horária	Pontos Solicitados pelo Candidato	Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Nova Brasilândia, _____de _____ de2015.

_____

Assinatura do candidato

ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES

Atesto para os devidos de direito que o Sr. (a) _____ é portador da deficiência _____ código internacional da doença (CID - 10) _____ , sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Processo Seletivo _____ conforme Edital do Processo Seletivo Público nº 001/2015.

Nova Brasilândia, _____de _____ de2015.

_____

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença

do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO V - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

_Agente Comunitário de Saúde: O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação: a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; auxiliar a realização do trabalho na unidade da Saúde em que estiver lotado, por meio da organização de dados e informações; atender aos munícipes usuários dos serviços de saúde; organizar e armazenar os processos administrativos e papéis de trabalho; realizar ações de educação em saúde e de mobilização social. Orientar o uso de medidas de proteção individual e coletiva; mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores; zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes; executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.

_Agente Comunitário de Endemias: Executar atividades de campo na prevenção de epidemias; descobrir, destruir e evitar a formação de focos, impedir a reprodução e desenvolver atividades de orientação à comunidade; realizar pesquisas lavrarias em imóveis para levantamento de índices, descobrimento de focos no município; eliminação de criadouros; executar o tratamento focal e perfocal como medida complementar ao controle mecânico; aplicação de larvicidas autorizados conforme orientação técnica; orientação da população com relação aos meios de evitar a proliferação de vetores; repasse de informações, manter atualizado o cadastro de imóveis e pontos estratégicos de sua zona; registro de informações e encaminhamento de serviços; controle de Aedes Aegypti (dengue), borrachudo, leptospirose, etc.; guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; primar pela qualidade dos serviços executados; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; outras funções afins e cor -relatas ao cargo que lhes forem solicita - das pelo superior hierárquico; executar outras tarefas para o desenvolvimento das atividades do setor, inerentes à sua função.

ANEXO VI - MODELOS DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular, eu _____, portador do CPF nº _____, cédula de identidade nº _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, e-mail _____, nomeio e constituo como meu bastante procurador, para os fins de promover a minha inscrição no cargo de

_____ do Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, Edital nº 001/2015, o Sr(a).

_____, portador da cédula de identidade nº _____, e-mail _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, com os poderes específicos para, em meu nome, firmar o requerimento padrão de inscrição e declaração de que estou de acordo com as normas do contidas no referido edital.

Local e data: _____, _____/_____/_____.

Assinatura: _____

ANEXO VII - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo Público

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT

Ref: Recurso Administrativo - Processo Seletivo Público Edital nº 001/2015.

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome).

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade).

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo) Inscrições (indeferimento de inscrição).

( ) Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário).

( ) Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada).

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação).

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato: _____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura do candidato)

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Eu, (nome completo), brasileiro(a), solteiro/casado(a), portador (a)do RG nº e CPF Nº , para fins de realização de inscrição e participação no PROCESSO SELETIVO PÚBLICO nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de NOVA BRASILÂNDIA/MT, *DECLARO*, sob as penas de lei, para fins de comprovação de endereço, que resido desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo Público supracitado na (nome da rua, nº, bairro, cidade, estado e CEP), em conformidade ao endereço constante no comprovante de residência, que segue anexo a esta declaração.

Nova Brasilândia/MT...., de ..... de 2015.

(nome e assinatura)

(Anexar uma cópia simples de comprovante de residência: água, luz, telefone fixo, IPTU; ou uma cópia simples do contrato de locação).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 112/2015/GABJAMA

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a **Comissão Especial para supervisionar e acompanhar a realização do Processo Seletivo** da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia-MT.

Artigo 2º.

Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo destinado à seleção de candidatos para substituição e formação de cadastro de reserva, ficando designados para sua composição os seguintes servidores:

1. Nimercia Ferreira da Silva – Matrícula nº 4115 – Cargo: Professora – Presidente;

2. Vandeilson Batista da Silva – Matrícula nº 3005 – Cargo: Ag. Administrativo – Secretario;

3. Elisangela Florentino Borges – Matrícula nº 3130 - Cargo: Telefonista – Membro;

4. Eriédina Pinheiro dos Santos – Matrícula nº 3070 - Cargo: Ag. Administrativo – Suplente;

Artigo 3º. Fica autorizada a Comissão do Processo Seletivo, baixar edital e adotar todas as providências necessárias à realização do processo, bem como fiscalizar, supervisionar e dar apoio aos atos da Empresa Contratada e a análise e decisão quanto a eventuais recursos interpostos, mediante parecer emitido pela Empresa contratada.

Artigo 4º. O Processo Seletivo reger-se á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão decidir sobre os casos eventualmente omissos em conjunto com a empresa contratada para realizar o certame.

Artigo 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e será extinta após a homologação do Processo Seletivo.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito em 20 de Abril de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA | Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

A **Prefeitura Municipal de NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, RESOLVE divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização com finalidade de contratação por tempo indeterminado para preenchimento de vagas e contratação por tempo determinado para substituição e formação de cadastro reserva, visando atender para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal/88, que são indispensáveis à prestação de serviços públicos finalísticas para substituições de vagas decorrentes de designação do titular de cargo efetivo para o exercício de funções gratificadas, licenças médicas, licença prêmio, licenças Maternidade, licenças sem remuneração, qualificação profissional, licença eleitoral, bem como para atender convênios ou programas com o Governo Federal na área educacional, assistência social e saúde, vagas abertas decorrentes de aumento de alunos, aposentadoria, exoneração de cargo efetivo ou que não foram preenchidas em concurso público, em conformidade com as Leis Municipais nº 324/2010 e suas alterações, 506/2013 e 577/2015, nos termos descritos na Constituição Federal de 88 do em especial ao art. 37, IX, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL

QUADRO DE VAGAS - LOCALIDADE - AGROVILA

Cargo/Contratação	Vagas	Vagas PNE	Vencimento	Carga Horária Semanal	Requisitos do Cargo
Agente Administrativo	CR	-	1.110,68	40 horas	Ensino Médio Completo.
Agente de Limpeza Pública	CR	-	788,00	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto.
Enfermeiro	CR	-	2.613,37	40 horas	Ensino Superior Específico de Enfermagem, com registo no Coren/MT.
Motorista - Categoria “D”	CR	-	1.149,50	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na Categoria “D”.
Motorista Escolar	CR	-	1.149,50	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na Categoria “D”.
Odontólogo	CR	-	2.613,57	40 horas	Ensino Superior Específico de Odontólogo, com registo no Cro/MT.
Operador de Máquinas Agrícola	CR	-	1.149,50	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na Categoria “C”.
Técnico Administrativo Educacional	CR	-	1.110,68	40 horas	Ensino Médio Completo.
Técnico Desenvolvimento Infantil	CR	-	861,61	40 horas	Ensino Médio Completo.
Técnico em Enfermagem	CR	-	1.110,68	40 horas	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Enfermagem, com registro no Coren/MT.
Técnico em Higiene Dentário	CR	-	1.110,68	40 horas	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Higiene Dentário, com registro no Cro/MT.
Total de Vagas	**CR**	**-**			

NOTAS EXPLICATIVAS:

1) Siglas:PcD = Pessoas com Deficiência, nos termos da legislação sobre o tema; h/s = horas semanais; CR = Cadastro Reserva; MEC = Ministério da Educação; COREN = Conselho Regional de Enfermagem; CRO = Conselho Regional de Odontologia.

2) Escolaridade Mínima Exigida: realizada em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3) Os candidatos aprovados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de classe competente, caso existente, desde que as atribuições do cargo pretendido exijam o respectivo registro.

1.1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da EXATA, ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO (endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 71.358.766/0001-90, com registro no Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso sob o nº 267 - J e compreenderá: 1ª etapa - provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório; 2ª Etapa - prova de títulos, de caráter apenas classificatório; 3ª Etapa - comprovação de requisitos para a contratação.

1.1.2. O Prefeito através da Portaria nº 112/2015 nomeou Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento deste Processo Seletivo Simplificado.

1.1.3. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se ao preenchimento de vagas para os cargos discriminados no item 1 deste Edital.

1.2. O Regime Jurídico, no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados, será o estatutário de natureza especial e o regime previdenciário o Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

1.3. A Primeira Etapa (provas objetivas de múltipla escolha) será realizada no município de Nova Brasilândia/MT e, eventualmente, se a capacidade das unidades escolares deste não for suficiente para alocar todos os inscritos do Processo Seletivo Simplificado, serão também realizadas nos municípios circunvizinhos a este, que apresentarem estrutura física funcional, atendendo, assim, às necessidades do processo de seleção.

1.4. Os candidatos aprovado no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nos cargos para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e apresentação de atestado médico.

1.5.Ficam os candidatos cientes que para as vagas de cadastro reserva, serão convocados somente aqueles em que os agentes já selecionados e convocados deixarem de atuar e quando servidores estiverem em afastamento será contratado por tempo determinado, sendo convocados pela ordem de classificação obtida neste certame.

1.6. Para todos os fins deste Processo Seletivo Simplificado será considerado o horário oficial o Estado de Mato Grosso.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal/88 - §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19/1998 - art. 3º).

2.2. Ter, na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental.

2.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

2.7. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

3.1. VIA INTERNET: De 00h00min do dia 27/04/2015 até às 23h59min do dia 15/04/2015, no site: www.exataplanejamento.com.br.

3.1.1. Não será permitido ao candidato fazer mais de uma inscrição no Processo Seletivo Simplificado, previsto neste Edital. Caso o candidato realizar mais de uma inscrição, será considerada a última realizada.

3.2 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO VIA INTERNET:

3.2.1. Para inscrição, via Internet, o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo Simplificado disponível na página (www.exataplanejamento.com.br) e acessar o link para inscrição correlato ao Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT.

b) cadastrar-se, no período entre 00h00min do dia 27/04/2015 às 23h00min do dia 15/05/2015, observado o horário oficial do Estado de Mato Grosso, através do requerimento específico disponível na página citada;

c) imprimir o boleto bancário, que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica no CANCELAMENTO da inscrição.

d) Não será cobrada taxa de inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

3.3. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

3.3.1. A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia e a empresa Organizadora do Processo Seletivo não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Quando estes não decorrerem de culpa do candidato ou do equipamento por ele utilizado, não será imputada ao candidato qualquer penalidade.

3.3.2. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.3.3. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.3.4. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.3.4.1. A alteração na opção de cargo só será deferida caso tenha sido transcrita erroneamente do Requerimento de Inscrição realizado via presencial, conforme subitem 3.3.5, caracterizando assim erro material. Neste caso, no dia de realização da prova objetiva, será registrada em Ata de Ocorrência a retificação, sendo imprescindível a apresentação, por parte do candidato, do comprovante de inscrição que ateste que o mesmo fora cadastrado de forma indevida.

3.3.4.2. As alterações de cargo apenas poderão ocorrer no caso de inscrição presencial, considerando que na inscrição via Internet não existe tal possibilidade, pois os campos são de preenchimento obrigatório e de responsabilidade exclusiva do candidato; o não preenchimento desses campos resultará na não efetivação da inscrição.

3.3.4.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.3.5. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a admissão do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.

3.34.6. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.34.7. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.3.8. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.3.9. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.3.10. Não serão aceitas inscrições via fax e/ou via e-mail.

3.3.11. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Processo Seletivo do direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

3.3.12. A EXATA PLANEJAMENTO disponibilizará, no site www.exataplanejamento.com.br, a lista das inscrições deferidas e indeferidas (se houver), para conhecimento do ato e motivos do indeferimento para interposição dos recursos, no prazo legal.

3.3.13. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste processo Seletivo.

3.3.14. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição, que será realizada através de pagamentos efetuados na rede bancária por meio de boleto bancário e respectiva comprovação de pagamento pelas instituições bancárias.

3.3.15. O candidato inscrito deverá se atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado.

3.3.16. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição via presencial ou Internet, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.3.16.1. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.3.16.2. Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

3.3.16.3. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.3.17. Os candidatos com direito à isenção, conforme previsto nos subitem anterior deverá observar a data limite para efetuarem a inscrição.

3.4.1. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO: As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) e cargo, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveis no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br, no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT e no Jornal Oficial dos Municípios, disponível no endereço eletrônico: (www.diariomunicipal.com.br/amm-mt).

3.4.2. Caso o candidato, ao consultar a relação, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar protocolar Recurso junto a Comissão de Processo seletivo, no prazo de 1 (um) dia útil, após a divulgação do edital complementar.

3.4.2.1. Mesmo no caso de não observância do direito de recurso mencionado no subitem 3.4.14 deste Edital, se a inscrição do candidato não tiver sido deferida em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no site da EXATA PLANEJAMENTO, bem como comunicado diretamente aos candidatos. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.4.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo seletivo Púbico e pela empresa organizadora com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, cabendo recurso por parte do candidato eliminado no dia útil subsequente ao da decisão, mediante requerimento dirigido a Comissão de Processo Seletivo Simplificado. Não provido o recurso, independentemente de qualquer formalidade, serão considerados nulos todos os atos decorrentes da inscrição, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

3.4.3 Os recursos feitos após a data estabelecida no subitem 3.5.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas na relação de candidatos deferidos e a situação de inscrição do mesmo, posto que é dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

3.4.4. Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados apenas no dia e na sala de realização das provas.

3.4.5. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

4. DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Os portadores de deficiência, assim entendidos aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, têm assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, desde que a necessidade especial seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorrem.

4.1.1. Do total de vagas oferecidas no processo seletivo, e as vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado 5% (cinco por cento), nos termos do §1º do art. 37 do Decreto Federal nº 3.298/1999 que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, ficarão reservadas aos candidatos portadores de deficiência, desde que apresentem atestado médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

4.1.2. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá, obrigatoriamente:

a) protocolar junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia envelope lacrando ou enviar via SEDEX ou CARTA REGISTRADA com Aviso de Recebimento (AR), laudo médico (cópia simples ou original) conforme determinações do subitem 4.1.1 deste Edital, até o dia 15/05/2015, para

a Comissão de Processo Seletivo Simplificado, localizada na Rua Vereador Genival Araújo, 267 - Centro **- Nova Brasilândia/MT - CEP: 78.860-000**). Obs: Não serão aceitos SEDEX ou CARTA REGISTRADA, com Aviso de Recebimento (AR), posterior a data de 15/05/2015.

4.1.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá declarar:

I. ser portador de deficiência;

II. estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório.

4.1.3. Considerando a existência de apenas uma vaga para provimento imediato no cargo pretendido, essa vaga não será destinada ao candidato portador de deficiência, regendo-se a disputa pela igualdade de condições, atendendo, assim, ao princípio da competitividade. Caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, o percentual de reserva será observado, conforme especificado no subitem 4.1.1.

4.1.4. Se na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) do total de vagas a cada cargo resultar número fracionado superior a 0,7 (sete décimos) este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.2. O candidato portador de deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no subitem 3.4.18 deste Edital, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto nº. 3.298/99.

4.2.1. O candidato portador de deficiência que necessite de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo expressamente por ocasião da inscrição no Processo Seletivo Simplificado, com justificativa acompanhada de parecer original ou cópia autenticada em cartório emitido por especialista da área de sua deficiência, nos termos do § 2º do art. 40 do Decreto nº. 3.298/1999. O parecer citado deverá ser enviado e recebido até o dia 15/05/2015, via SEDEX ou CARTA REGISTRADA, com Aviso de Recebimento (AR), para a Comissão de Processo seletivo, no endereço citado no subitem 4.1.2 deste Edital. Caso o candidato não envie o parecer do especialista no prazo determinado, não realizará as provas com tempo adicional, mesmo que tenha assinalado tal opção no Requerimento de Inscrição. Obs: Não serão aceitos SEDEX ou CARTA REGISTRADA, com Aviso de Recebimento (AR), posterior a data de 15/05/2015.

4.2.2. O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, sendo que a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

4.2.3. A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência, será divulgada no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br**.**

4.3. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e, também, em lista específica de candidatos portadores de deficiência por cargo.

4.4. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Processo Seletivo Simplificado, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

4.5. O candidato que apresentar atestado médico, porém não for enquadrado como portador de deficiência, caso seja aprovado na primeira etapa do Processo Seletivo Simplificado, continuará figurando apenas na lista de classificação geral do cargo.

4.6. Se, quando da convocação, não existirem candidatos portadores de deficiência enquadrados como tal, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo.

5 - DO PROCESSO SELETIVO

5.1. O processo seletivo constará de provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório e prova de títulos de caráter eliminatório e classificatório.

5.1. DAS PROVAS OBJETIVAS (PRIMEIRA ETAPA):

5.1.1. As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

Provas	Números de Questões	Pontuação de cada Questão	Total de Pontos
- Português	05	05	25
- Matemática	05	05	25
- Conhecimentos Gerais	05	03	15
- Conhecimentos Específicos	05	07	35
Total	20	-	100

5.1.2. A prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, constará de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, de acordo com a valoração de pontos acima evidenciada, e terá sua pontuação total variando do mínimo de 0 (zero) ponto ao máximo de 100 (cem) pontos.

5.1.3. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 30% (trinta por cento) de aproveitamento dos pontos na prova objetiva de múltipla escolha.

5.1.4. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.5. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.

5.1.6. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.7. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.8. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

5.1.9. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

5.1.10. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

5.2. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA: A data de realização das provas objetivas de múltipla escolha será realizada na cidade de Nova Brasilândia/MT, no dia 15/05/2015(domingo), com duração de 02h30min (duas horas e trinta minutos), incluído o tempo despendido com o processo de identificação civil previsto no subitem 5.4.6 deste Edital e a distribuição dos cadernos de provas e cartões de respostas aos candidatos, além de outras orientações a serem dadas pelo fiscal de sala, conforme disposto no quadro a seguir:

5.3. LOCAL: O local e o horário de realização da prova Objetiva, para o qual deverá se dirigir o candidato, será divulgado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br e no jornal oficial dos Municípios (disponível no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/amm-mt**). È de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas Objetivas e comparecimento no horário determinado.**

5.4. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referente a inscrição do candidato deverão ser corrigidos SOMENTE no dia das provas objetivas, mediante conferência do documento original de identidade quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.4.1. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou fazer alguma reclamação ou sugestão relevante, poderá efetuá-la no termo de ocorrência existente na sala de provas em posse dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.4.2. O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao processo seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções.

5.4.2.1. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

5.4.2.2. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.4.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, de Comprovante Definitivo de Inscrição - CDI e de documento de identidade original, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição.

5.4.3.1. Para imprimir o Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI o candidato deverá acessar o endereço eletrônico da empresa organizadora - www.exataplanejamento.com.br e proceder da seguinte forma:

a) Acessar a área restrita, denominada “Área do Candidato”, localizada à direita na parte superior da tela principal do site, informando “CPF” e “SENHA” cadastrados no momento da inscrição;

b) Clicar no botão “OK”. (Em caso de esquecimento, clicar na opção “ESQUECEU A SENHA? Clique aqui.”);

c) Será aberta a ÁREA DO CANDIDATO. Logo abaixo você tem a opção “Histórico”; Selecionar o Concurso ou Processo

Seletivo desejado, clicando na opção “SELECIONE UM CONCURSO/PROCESSO SELETIVO”, localizado na parte inferior da tela;

d) Clicar na opção “Comprovante definitivo de inscrição” e em seguida “imprimir”.

5.4.4. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

5.4.5. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas e o candidato portar protocolo de inscrição que ateste que deveria estar devidamente relacionado naquele local de provas.

5.4.5.1. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo seletivo e pela empresa organizadora com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.

5.4.5.2. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, cabendo recurso por parte do candidato eliminado no dia útil subsequente ao da decisão, mediante requerimento dirigido a Comissão de Processo Seletivo Simplificado. Não provido o recurso, independentemente de qualquer formalidade, serão considerados nulos todos os atos decorrentes da inscrição, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

5.4.6. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

5.4.7. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.4.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, con-

selhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, com mesmo valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

5.4.8.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.4.8.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.4.8.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.4.8.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade

vencida, como, por exemplo, passaporte e carteira de identidade/RG emitida para menor de idade.

5.4.8.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 5.4.8. deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Simplificado.

5.4.8.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.9. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.4.10. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc, o que não acarreta em qualquer responsabilidade da empresa organizadora sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo seletivo. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

5.4.11. Não será permitida, durante a realização da prova Objetiva, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

5.4.12. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Simplificado e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.4.13. Não haverá segunda chamada para as provas objetivas de múltipla escolha. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que faltar à prova objetiva ou chegar após o horário estabelecido.

5.4.14. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido no subitem 5.2, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.4.15. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas objetivas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

5.4.16. O fiscal de sala orientará os candidatos, quando do início das provas, que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos cartões de respostas. Dessa forma, o candidato que se retirar do local de provas antes do decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término e que, conforme subitem anterior, não poderá levar consigo o caderno de provas, apenas poderá anotar suas opções de respostas marcadas em seu comprovante de inscrição. Não será admitido qualquer outro meio para anotações deste fim.

5.4.17. Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas (provas objetivas);

h) recusar-se a entregar o cartão de respostas (provas objetivas);

i) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas (provas objetivas);

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.4.6.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;

m) estiver portando arma, exceto no caso de candidatos que possuam autorização legal para tanto.

5.4.18. O descumprimento de quaisquer das instruções contidas no subitem 5.4.17 implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

5.4.18.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.4.19. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas objetivas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.4.20. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

5.5. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas objetivas e o comparecimento no horário determinado.

5.5.1. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

5.6. DA PROVA DE TÍTULOS (SEGUNDA ETAPA):

5.6.1 A avaliação de títulos para todos os cargos, de caráter apenas classificatório, valerá até 20 (vinte) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

5.6.2 Os títulos, acompanhados do Formulário de Envio devidamente preenchido e assinado, conforme (ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS):

5.6.2.1. Os títulos poderão ser entregues em envelope lacrado, identificado com nome e CPF, protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT aos cuidados da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado, no endereço localizado na Rua Vereador Genival Araújo, 267 - Centro, Nova Brasilândia/MT, CEP: 78.860-000 até o dia 15/05/2015.

5.6.2.2. Os títulos poderão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT ou enviados via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, impreterivelmente até o dia 15/05/2015, em envelope lacrado, identificado com nome e CPF endereçado para a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado, localizada na Rua Vereador Genival Araújo, 267 - Centro, Nova Brasilândia/MT, CEP: 78.860-000. Não serão aceitos os títulos enviados via SEDEX ou Carta Registrada, com data de recebimento posterior a 15/05/2015. O título enviado via SEDEX ou carta registrada deverá ser obrigatoriamente enviados para o email exata@exataplanejamento.com.br, os respectivos títulos e o comprovante de envio de postagem, pata fins de rastreamento.

5.6.3. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados ou classificados nas provas objetivas de múltipla escolha.

5.6.4. Na entrega dos títulos, o candidato deverá anexar o Formulário de Envio de Títulos, conforme modelo no (ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS), deste Edital, já devidamente preenchido e assinado, declarando os títulos que pretende sejam avaliados, o número de documentos entregues, seu nome e o cargo pretendido, com letra legível ou de forma. O Formulário deve ser entregue dentro do envelope que contiver os títulos, conforme subitem 5.6.2.

5.6.5. Os candidatos deverão entregar cópias dos documentos autenticadas em Cartório de Notas.

5.6.5.1. Não serão consideradas, em nenhuma hipótese, para fins de avaliação, as cópias de documentos que não estejam autenticadas por Cartório de Notas, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.

5.6.6. A entrega dos documentos referentes à fase de títulos não induz, necessariamente, a atribuição da pontuação pleiteada. Os documentos serão analisados pela Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.6.7. A não apresentação dos títulos na forma, no prazo e no local estipulado no Edital, importará na atribuição de nota 0 (zero) ao candidato na fase de avaliação de títulos.

5.6.7.1 Não serão aceitos títulos encaminhados via fax, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não especificado no Edital.

5.6.8. Os títulos especificados neste Edital deverão conter timbre, identificação do órgão expedidor, carimbo e assinatura do responsável e data.

5.6.9. Cada título será considerado uma única vez, valendo o de maior pontuação.

5.6.10. Os títulos considerados neste Processo Seletivo, suas pontuações, o limite máximo por categoria e a forma de comprovação, são assim discriminados:

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
Alínea	Título	Título	Valor Máximo Pontos
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de doutorado (título de Doutor), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	20,00	20,00
B	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (stricto sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de mestrado (título de Mestre), ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR.	15,00	20,00
C	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de pós-graduação (lato sensu), na área específica do cargo pretendido, em nível de especialização, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO HISTÓRICO ESCOLAR, com carga horária mínima de 360 horas.	10,00	20,00
D	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio.	05,00	20,00

Total Máximo de Pontos	20,00

5.6.11 Na impossibilidade do envio do diploma e/ou certificado, o candidato poderá apresentar declaração expedida por instituição de ensino que demonstre, de forma inequívoca, a conclusão do curso de pós-graduação (lato e/ou stricto sensu) e a obtenção do título. A certidão/declaração deverá vir acompanhada do histórico escolar do curso ao qual se refere.

5.6.12 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos deste edital, o certificado deverá informar que o curso de especialização foi realizado de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação.

5.6.12.1 Caso o certificado não informe que o curso de especialização foi realizado de acordo com o solicitado no subitem anterior, deverá ser anexada declaração da instituição, atestando que o curso atende às normas do CNE.

5.6.12.2 Não receberá pontuação na alínea C do quadro de títulos o candidato que apresentar certificado que não comprove que o curso foi realizado de acordo com as normas do CNE sem a declaração da instituição referida no subitem anterior.

5.6.13 Para receber a pontuação relativa ao título relacionado na alínea C do quadro de títulos, serão aceitos somente os certificados/declarações em que constem a carga horária.

5.6.14 Os diplomas (mestrado e doutorado) expedidos por instituição estrangeira deverão ser revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

5.6.15 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado para fim de avaliação e pontuação na fase de títulos, quando traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

5.6.16 Outros comprovantes de conclusão de curso ou disciplina - tais como, comprovantes de pagamento de taxa para obtenção de documentação, cópias de requerimentos, ata de apresentação e defesa de dissertação, ou documentos que não estejam em consonância com as disposições deste Edital não serão considerados para efeito de pontuação.

5.6.17. Não será considerado para contagem de título para o cargo pretendido quando o mesmo for requisito exigido para o exercício do respectivo cargo, bem como outros títulos de formação tais como: língua inglesa, língua espanhola, informática, entre outros.

5.7. SERÁ ELIMINADO DO PROCESSO SELETIVO NESTA FASE, O CANDIDATO QUE:

a) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização e não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;

b) Não apresentar a documentação exigida;

c) Não obtiver o mínimo de 30% (trinta por cento) de aproveitamento, no mínimo, na prova objetiva;

d) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;

e) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;

f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6. DOS PROGRAMAS

6.1. Os programas/conteúdo programático das provas objetivas para os diversos cargos compõem o Anexo II do presente Edital.

6.2. O Anexo II, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

6.2.1. As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 6.583/2008, poderão ser utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas das questões das provas; no entanto, o conhecimento destas novas regras não será exigido para a resolução das mesmas.

6.3. A Prefeitura e a Empresa Organizadora do Processo Seletivo, não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo no que tange ao conteúdo programático.

6.4. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.5. Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

7. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

7.1. Será classificado o candidato que obtiver aprovação de no mínimo 30% (trinta por cento) no total de pontos do conjunto das provas objetivas de múltipla escolha;

7.2. A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos nas provas objetivas de múltipla escolha e na prova de títulos (se houver).

7.3. Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos na soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios, na seguinte ordem:

a) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota na Prova de Matemática;

d) Maior nota na Prova de Conhecimentos Gerais;

c) Maior nota na Prova de Língua Portuguesa;

e) Maior idade;

f) Maior nota na Prova de Títulos.

8. DOS RESULTADOS E RECURSOS

8.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas e de títulos serão divulgados no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br a partir 16h00min do dia subsequente ao da realização da prova objetiva e no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia.

8.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 01 (um) dia útil, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Processo Seletivo Simplificado no site www.exataplanejamento.com.br.

8.3. A interposição de recursos deverá ser feita junto a Comissão de Processo seletivo, apenas no prazo recursal.

8.3.1. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial, divulgação da pontuação provisória nas provas e divulgação do resultado final, incluído o fator de desempate estabelecido, até 01 (um) dia útil após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

8.4. Os recursos julgados serão divulgados no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

8.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 8.3 deste Edital.

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.7. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável de 01 (um) dia útil, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo. E ainda, serão rejeitados aqueles recursos enviados pelo correio, fax-símile, ou qualquer outro meio que não o previsto neste Edital.

8.8. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

8.10. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

8.11. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.12. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do processo seletivo.

9.2. O candidato será convocado para a realização da 4ª Etapa - Comprovação de Requisitos e Apresentação de Atestado Médico e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

1ª Fase - Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF do admitido;

03. CPF do pai e mãe;

04. Certidão de Nascimento ou Casamento;

05. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovante);

06. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

07. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

08. Título de eleitor;

09. Certidão de Quitação Eleitoral;

10. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

11. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

12. CTPS (Carteira de Trabalho);

13. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

14. CPF dos dependentes;

15. Comprovante de residência atual;

16. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

17. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

b) Original:

18. Certidão de Antecedentes Criminais;

19. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio;

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração para IRFF e salário família.

2ª Fase - Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. Obs: O candidato deverá apresentar-se na unidade de saúde na data agendada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, após a apresentação da documentação exigida.

9.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital.

9.4. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado no prazo de até 30 (trinta) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas duas fases previstas no subitem 9.2 deste Edital, sendo-lhe, ainda, permitido requerer a prorrogação do prazo pelo período improrrogável de mais 30 (trinta) dias.

9.4.1. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções no prazo de até 05 (cinco) dias.

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

9.6. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão chamados para a investidura no cargo, sendo-lhes assegurado o direito subjetivo de contratação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.6.1. A aprovação no processo seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e limites de vagas existentes ou que vierem a vagar ou forem criadas posteriormente, sendo que todas as vagas oferecidas serão obrigatoriamente providas dentro do prazo de validade do certame.

9.6.2. Será constituído Cadastro de Reserva, que no interesse exclusivo da administração, será aproveitado na medida em que forem surgindo novas vagas para contratação, no limite do prazo de validade do processo seletivo.

9.7. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano, contados da data de sua homologação.

9.7.1. A homologação do processo seletivo poderá ser efetuada por um único cargo, por alguns cargos ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração Municipal.

9.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

9.9. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.10. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo da Exata Planejamento, e os pareceres referentes a recursos serão efetuados em conjunto com a Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

9.11. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br.

9.12. A Prefeitura Municipal e a empresa organizadora do processo seletivo se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação da Prefeitura Municipal e/ou da Exata Planejamento.

9.13. Os resultados serão divulgados no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br e não terão caráter oficial, sendo meramente informativos. Porém, reproduzirão, com estrita observância, a hora e dia de publicação no quadro de avisos da entidade.

9.14. O candidato aprovado e classificado no processo seletivo poderá desistir, definitivamente ou temporariamente.

9.14.1. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado ao Prefeito Municipal, até o dia útil anterior à data da contratação.

9.14.2. No caso de desistência temporária, o candidato renunciará a sua classificação e passará a posicionar-se em último lugar na listagem oficial dos aprovados no certame seletivo, aguardando nova convocação, que pode ou não vir a efetivar-se no período de vigência do certame seletivo em tela.

9.15. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do processo seletivo.

9.16. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

9.17. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado pela empresa organizadora, com aquiescência da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia e Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

9.18. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo e não se caracterizando óbice administrativo ou legal, é facultada a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo-se, entretanto, durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

9.19. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado constituído por ato da Prefeito, assessorados pela Exata Planejamento, empresa organizadora do Processo seletivo.

9.20. Todos os horários fixados no presente edital serão os de Cuiabá/MT.

9.21. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Simplificado estará disponível na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, localizada Rua Vereador Genival Araújo, 267 - Centro - Centro - Nova Brasilândia/MT e no endereço eletrônico: www.exataplanejamento.com.br.

9.22. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia corridos a partir da sua data de publicação.

9.23. Faz parte deste Edital: ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO, ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS, ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS, ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES, ANEXO V - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS, ANEXO VI - MODELOS DE PROCURAÇÃO, ANEXO VII - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO, ANEXO VIII - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO e ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se,

Nova Brasilândia (MT), 23 de Abril de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA

Prefeito Municipal

Nimercia Ferreira da Silva

Presidente **da Comissão Examinadora**

Vandeilson Batista da Silva

Secretario

Elisangela Florentino Borges

Membro

Eriédina Pinheiro dos Santos

Suplente

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Data	Horário	Evento	Local
24/04/2015	-	Publicação da íntegra do Edital	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e www.exataplanejamento.com.br
24/04/2015	-	Publicação de Extrato do Edital	Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT
27/04/2015 a 15/04/2015	Inicio às 00h00min e encerrando-se às 23h00min	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao Processo Seletivo Público	www.exataplanejamento.com.br
27/04/2015 a 15/04/2015	07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min	Prazo para protocolo dos títulos pelos candidatos.	Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT ou Via (AR), com aviso de recebimento.
20/05/2015	16h00min	Divulgação da relação de inscrições	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
22/05/2015	16h00min	Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha e Provas Praticas	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
25/05/2015	A divulgar	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	Local e horário de realização: a divulgar no Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT, Diário Oficial do Município de Nova Brasilândia/MT e www.exataplanejamento.com.br
26/05/2015	16h00min	Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
04/06/2015	16h00min	Disponibilização do julgamento dos recursos sobre os gabaritos da Prova Objetiva	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
04/06/2015	16h00min	Divulgação do resultado parcial das Provas Objetivas de Múltipla Escolha e de Títulos.	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br

10/06/2015	16h00min	Disponibilização do julgamento dos recursos sobre o Resultado Parcial.	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
13/06/2015	16h00min	Divulgação do resultado Geral contendo notas das Provas Objetivas e de Títulos.	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
16/06/2015	16h00min	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito.	Quadro de avisos da Prefeitura de Nova Brasilândia/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS

CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL

_Agente de Limpeza Pública.

_Motorista - Categoria "D".

_Motorista Escolar.

_Operador de Máquinas Agrícola.

_PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião. ..); Classes de palavras (flexões, classificações e emprego); Pontuação (classificação e emprego); Frase (classificações); Período (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Pontuação; Novo acordo ortográfico.

_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL: Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas; frações e números decimais: Operações com números decimais. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Resolução de problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.

_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL: Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos Mundial, do Brasil, Estado de Mato Grosso e do Município de Nova Brasilândia/MT. Símbolos do Estado. Atualidades Nacionais e Internacionais. Política e Economia mundiais. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...). Descobertas e inovações científicas e tecnológicas. Meio ambiente.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Agente de Limpeza Pública: Limpeza de pisos, tapetes, móveis, paredes, tetos, portas, vidraças e persianas; caixa de gordura, vasos e pias; Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Prevenção de acidentes; Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Materiais utilizados na limpeza em geral; Noções básicas de limpeza de prédios públicos; Higiene Pessoal: Bem-estar físico, mental e social e aparência pessoal; EPIs e EPCs; O que é e como deve ser a limpeza profissional; Tipos de Limpeza; Produtos, máquinas, equipamentos e acessórios de limpeza adequados. Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Motorista - Categoria "D": Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: regras gerais de circulação; regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; advertência e indicação; sinais luminosos; Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Segurança do trabalho e prevenção de acidentes e incêndio.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Motorista Escolar: Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: regras gerais de circulação; regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; advertência e indicação; sinais luminosos; Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Segurança do trabalho e prevenção de acidentes e incêndio.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Operador de Máquinas Agrícola: Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: regras gerais de circulação; regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito

Brasileiro; infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; advertência e indicação; sinais luminosos; Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Segurança do trabalho e prevenção de acidentes e incêndio.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO

_Agente Administrativo.

_Técnico Administrativo Educacional.

_Técnico Desenvolvimento Infantil.

_Técnico em Enfermagem.

_TÉCNICO DE HIGIENE DENTÁRIO.

_PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO: Interpretação de texto; Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; Elementos da comunicação e funções da Linguagem; Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. Ortografia; Classes de palavras; Estrutura e formação de palavras. Acentuação gráfica e tônica. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO: Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Função do 1º grau – função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; PA e PG; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO: Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos Mundial, do Brasil, Estado de Mato Grosso e do Município de Nova Brasilândia/MT. Símbolos do Estado. Atualidades Nacionais e Internacionais. Política e Economia mundiais. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...). Descobertas e inovações científicas e tecnológicas. Meio ambiente.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Agente Administrativo: Controle de estoque de almoxarifado; controle de protocolo, de portaria e de recepção; Atendimento ao público; Noções sobre registros de expedientes; seletividade de documentações e pautas de reuniões; Técnicas de arquivos e conservação de documentos; Elaboração de ofícios; correspondências; técnicas de agendamento; formas de tratamentos; abreviações de tratamentos de personalidades; Noções de técnicas de secretariar; uso de fax e internet; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; normas patrimoniais e seu gerenciamento (tombamento, controle, termos de responsabilidades, baixas, transferências e alienação); Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções básicas sobre licitações e contratos administrativos; Noções básicas sobre elaboração de folha de pagamento e encargos sociais (previdência social e impostos diversos). Conceitos de Internet/Intranet. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet: Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa; Conceitos de proteção e segurança. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software: Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup); Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas (Ex.: Word, Excel).

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Técnico Administrativo Educacional: Conceitos de Internet/Intranet. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet: Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa; Conceitos de proteção e segurança. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software: Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup); Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas (Ex.: Word, Excel).

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Técnico Desenvolvimento Infantil: Breve histórico da educação infantil no Brasil. Perfil do profissional da educação infantil. Desenvolvimento da criança de zero a quatro anos. A importância do brincar para o desenvolvimento da criança. A intervenção do adulto mediando as relações sócio-afetivas na infância. A proposta pedagógica na educação infantil. Aprendizagem significativa. Parceria com a família. O período de adaptação. A educação inclusiva. Avaliação na educação infantil. Noções de higiene e saúde. LDB Lei Federal no 9394/96; princípios e fins da educação nacional; diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem; conhecimento na escola; a organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar; projetos de trabalho e a interdisciplinaridade; cotidiano escolar: relações de poder na escola; currículo e cultura; tendências pedagógicas na prática escolar.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Técnico em Enfermagem: Ética Profissional; Conceito de saúde e doença; Assistência de Enfermagem; conceito e objetivo; Equipe de Enfermagem; Tipos de unidade de saúde; Unidade do paciente; Prevenção e controle de infecção hospitalar; Medidas de assepsia; higienização; desinfecção; anti-sepsia e esterilização; preparo de material para esterilização; Segurança do paciente acamado; movimentação, tipos e objetivos; transporte, precauções e conforto; Pesagem e mensuração; Verificação de temperatura, pulso, respiração e tensão

arterial; Finalidades e cuidados na aplicação quente e fria no cateterismo; Instilação e irrigação vesical na lavagem vaginal e nos puretivos; Conduta e assistência imediata em casos de asfixia, hemorragia, vômito, fratura, lipotimia, convulsão, insolação, corpo estranho, picada de insetos e envenenamentos; Administração de medicamentos por via oral e parenteral; Preparo de drogas e soluções. Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Outras políticas nacionais na área da saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Educação em saúde.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE HIGIENE DENTÁRIO: Educação em saúde Bucal; Conceito; Recursos instrucionais; Recursos utilizados em procedimentos coletivos e individuais; Prevenção em saúde Bucal; Conceito; Métodos e substâncias utilizadas; Medidas de impacto coletivo e individual; Cárie Dentária; Conceito e etiologia; Meios de Controle/prevenção; Doenças Periodontais; Conceito e etiologia; Meios de prevenção; Técnicas de raspagem e polimento supragengival; Epidemiologia. Recuperação/Reabilitação da Saúde Bucal; Notação dentária; Especialidades em odontologia; Noções básicas de Endodontia; Noções básicas de Cirurgia; Noções básicas de Prótese dentária. Materiais Restauradores; Amálgama, resina composta, ionômetro de vidro e outros; Manipulação do material restaurador; Indicação de uso; Cuidado no descarte; Recomendações no acondicionamento. Materiais de proteção do complexo dentino-pulpar; Tipos, indicações e manipulação do material forrador; Cuidado no acondicionamento e no descarte. Biossegurança; Equipamento de proteção individual e coletivo; Normas de controle de infecção(limpeza,desinfecção,esterilização etc.; Precaução Padrão do Ministério da Saúde; Doenças infecto-contagiosas mais prevalentes de interesse odontológico; Radiologia odontológica; Técnicas de obtenção de radiografias periapicais e bitewing; Revelação e encartonamento; Código de ética odontológica; Ergonomia; Trabalho á quatro-mãos; Posições ergonômicas. Administração de consultório; Controle de estoque; Acondicionamento de material de consumo; Técnicas de arquivamento de prontuários. Metas da Organização Mundial da Saúde relacionadas à saúde bucal. Noções sobre as doenças da boca; noções sobre contaminação, desinfecção, anti-sepsia e esterilização; orientações sobre higiene pessoal; orientações sobre alimentação infantil; orientações sobre a dentição infantil; orientações sobre escovação, aplicação de flúor, dentes decíduos, cárie dentária. Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Outras políticas nacionais na área da saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos.

CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

_Enfermeiro.

_Odontólogo.

_PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS: Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. Ortografia. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

_MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR: Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas. Frações e números decimais: Operações com números decimais. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Equações do 2º grau. Resolução de problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.

_CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR: Aspectos Físicos, Aspectos Geográficos, Aspectos Históricos, Aspectos Sociais, Aspectos Culturais, Aspectos Econômicos Mundial, do Brasil, Estado de Mato Grosso e do Município de Nova Brasilândia/MT. Símbolos do Estado. Atualidades Nacionais e Internacionais. Política e Economia mundiais. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...). Descobertas e inovações científicas e tecnológicas. Meio ambiente.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Enfermeiro: Gerenciamento dos Serviços de Enfermagem. Processo de trabalho em Enfermagem; Auditoria em Saúde e em Enfermagem; Supervisão em Enfermagem; Teorias administrativas; Recursos humanos; Mudanças em Enfermagem; Planejamento em Enfermagem. Lei do Exercício Profissional; Atribuições da equipe de Enfermagem conforme a lei; funções privativas do enfermeiro; Conduta profissional segundo a Lei e o Código de Ética. Saúde do trabalhador. Doenças ocupacionais. Biossegurança. A vigilância epidemiológica no contexto da Enfermagem. Semiologia e semiotécnica aplicada à Enfermagem (princípios básicos do exame físico e adequação aos diagnósticos de enfermagem). Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), coleta de dados, diagnóstico de Enfermagem com base na Taxonomia da “Associação Norte-Americana de Diagnóstico em Enfermagem” (NANDA), Classificação de Intervenções de Enfermagem (NIC) e Avaliação da Assistência de Enfermagem (NOC), documentação e registro. Princípios da administração de medicamentos. Cuidados de Enfermagem relacionados à terapêutica me-

dicamentosa. Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de infecção hospitalar. O Processo de Enfermagem na organização da assistência de Enfermagem peri operatória. Planejamento da assistência de Enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Papel do Enfermeiro no centro cirúrgico e central de esterilização. Assistência de Enfermagem a adultos e idosos com alterações clínicas nos sistemas orgânicos, de acordo com as necessidades humanas básicas utilizando o processo de enfermagem. Modelos de intervenção na saúde da população idosa. Assistência de enfermagem a pacientes com doenças crônicas (hipertensão e diabetes) e imunodeficiência. Planejamento da assistência de Enfermagem nas alterações dos sistemas hematopoiético, gastrointestinal, cardiovascular, respiratório, renal, geniturinário, endócrino, nervoso e músculo-esquelético. Assistência de Enfermagem nas alterações clínicas em situações de urgência e emergência. Assistência de Enfermagem a pacientes com lesões por queimaduras. Assistência de Enfermagem em doenças infecciosas. Assistência de Enfermagem na função imunológica. Avanços da imunologia: Engenharia genética e células-tronco. Assistência de Enfermagem em unidade de terapia intensiva adulto, pediátrico e neonatal. Aplicações terapêuticas e procedimentos tecnológicos aos clientes em estado crítico e/ou com intercorrências clínico cirúrgicas (cirurgias gerais, vasculares, ginecológicas, proctológicas, urológicas, e neurocirurgia). Assistência pós-operatória a portadores de: feridas cirúrgicas, cateteres, drenos e balanço hidroeletrolítico. Enfermagem no programa de assistência domiciliar. Planejamento e promoção do ensino de autocuidado ao cliente. Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Outras políticas nacionais na área da saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Educação em saúde.

_CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE Odontólogo: Exame de cavidade bucal; etiopatogenia da cárie dental; semiologia e tratamento da cárie dental; Preparos cavitários; materiais forradores e restauradores; cirurgia menor em odontologia; farmacologia odontológica de interesse clínico; Odontologia preventiva: Epidemiologia e prevenção da cárie dentária; Epidemiologia e prevenção da doença periodontal; níveis de prevenção e aplicação; sistema incremental; Doenças infectocontagiosas de interesse odontológico; Urgência em odontologia;Conhecimento e prevenção de acidentes e infecção no trabalho; Bases farmacológicas para prática clínica. Uso clínico dos antimicrobianos. Pacientes que requerem cuidados especiais. Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Outras políticas nacionais na área da saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Situação de saúde, políticas públicas e organização de programas e serviços para segmentos populacionais estratégicos. Educação em saúde.

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS

À Comissão Examinadora do Processo Seletivo - Edital nº 001/2015

Nova Brasilândia - Mato Grosso.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo Simplificado, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 5.6 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, TODOS AUTENTICADOS, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo Simplificado.

c. Ainda, DECLARO, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

Candidato		Qte Documentos Entregues				
Inscrição	Cargo					
Avaliação de Títulos	Início do Curso	Término do Curso	Carga Horária	Pontos Solicitados pelo Candidato	Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)	

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Nova Brasilândia, _____de _____ de2015.

_____

Assinatura do candidato

ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES

Atesto para os devidos de direito que o Sr. (a) _____ é portador da deficiência _____ código internacional da doença (CID - 10) _____ , sendo compatível a deficiência apresentada pelo paciente com as atribuições do cargo de _____ disponibilizado no Processo Seletivo _____ conforme Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

Nova Brasilândia, _____de _____ de 2015.

_____

Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência/doença

do candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO V - ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

_*Agente Administrativo:* **e**xecutam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem os munícipes, autoridades e fornecedores, fornecendo e recebendo informações; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparam relatórios e planilhas; executam serviços gerais de apoio à Administração.

_Agente de Limpeza Pública: Executa serviços de varrer as vias públicas e próprios municipais e providenciar o acondicionamento do lixo em recipientes para a coleta; coletar o lixo de acordo com o plano estabelecido, cumprindo periodicidade e horários determinados; participar de todos os serviços de melhoria do sistema de limpeza urbana que lhe forem conferidos pelo órgão próprio do município; cuidar da varrição e coleta de lixo dos prédios públicos, mantendo-os em condição de salubridade; movimentar materiais, ferramentas e objetos diversos para a execução de suas atividades, mantendo sua ordem nos locais estabelecidos; executar serviços diversos relacionados à manutenção, limpeza, conservação predial, capinagem, recolhimento de lixo, limpeza de rios e córregos, conservação e recuperação de vias, limpeza e desobstrução de galerias e tubulações em geral; zelar pela guarda e conservação do material de limpeza que lhe for confiado; zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Segurança do Trabalho e pela adequada utilização dos equipamentos de Proteção Individual - EPIs durante o seu turno de trabalho, contribuindo para a redução de riscos e ocorrência de acidentes.

_Enfermeiro: Prestam assistência ao paciente em clínicas, realizando consultas e procedimentos de maior complexidade e prescrevendo ações; coordenam e auditam serviços de enfermagem, implementam ações para a promoção da saúde junto à comunidade.

_Motorista – Categoria “D”: Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas ou valores. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

_*Motorista Escolar:* **e**nvolve atribuições que se destinam ao exercício de serviços elementares de baixa complexidade, porém de muita responsabilidade, tais como: dirigir automóveis e outros veículos destinados ao transporte de servidores da Secretaria Municipal de Educação; dirigir ônibus destinados ao transporte de alunos para as escolas, tratando com muita urbanidade e educação os passageiros e os transeuntes; manter os veículos em perfeito estado de funcionamento, com limpeza e higiene adequadas ao seu uso; zelar pela conservação dos veículos que lhe forem entregues para o trabalho; encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga do interesse do serviço público que lhe for confiada; promover o abastecimento de combustível, a verificação diária da água do radiador e do reservatório para o limpador de pára-brisa e a troca regular de óleo do cárter e dos filtros do veículo sob sua guarda; auxiliar no controle da frota de veículos da instituição; comunicar ao seu superior imediato qualquer problema detectado no desempenho de suas funções; observar e cumprir rigorosamente os horários do transporte escolar; conhecer e obedecer rigorosamente à legislação de trânsito; zelar e responsabilizar-se pela segurança dos alunos e de outras transportadas pelo veículo colocado a sua disposição; ter ciência do uso e porte de toda documentação do veículo e dos documentos pessoais; anotar e comunicar ao chefe imediato quaisquer defeitos que necessitem de serviços mecânicos e reposição de peças do veículo para reparo e conserto; recolher o veículo após o serviço, deixando-o em local apropriado com as portas e as janelas trancadas e entregar as chaves ao responsável pela guarda dos demais veículos e ônibus da instituição; dirigir o veículo e conduzir as pessoas somente mediante autorização da autoridade competente; executar tarefas a fins.

_Odontólogo: Atendem, orientam e executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas.

_Operador de Máquinas Agrícola: Planejam o trabalho, realizam manutenção básica de máquinas agrícolas pesadas e as operam. Removem solo e material orgânico "bota-fora", drenam solos e executam construção de aterros. Realizam acabamento em pavimentos e cravam estacas.

_*Operador de Trator de Esteira:* Conduzem trator de esteira. Realizam manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Removem solo e material orgânico "bota-fora", drenam solos e executam construção de aterros. Realizam acabamento em pavimentos e cravam estacas.

_*Técnico Administrativo Educacional:* auxiliar e exercer o controle dos bens móveis e imóveis da SME; realizar atividades de controle de gastos como combustíveis, peças, pneus e materiais de consumo diversos; realizar atividades de multi-meios didáticos diversos; operar aparelhos de mimeógrafo, de vídeo cassete, de televisor, de data show e de projetor de slides; operar computador, calculadoras, fotocopiadoras, retro projetores, bem como outros recursos didáticos de uso especial; atuar na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, nos laboratórios e nas salas de ciências.

_TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: Auxiliar Professor em sala, cujas principais atividades são: acompanhar os alunos nas suas atividades, participar da elaboração dos projetos e propostas educacionais, utilizar recursos e metodologias disponíveis para atingir os objetivos educacionais, acompanhar e orientar na alimentação das crianças e zelar pela sua qualidade, executar atividades de orientação infantil, executar atividades diárias de recreação com as crianças e trabalhos educacionais de artes, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal, vigiar e manter boa convivência das crianças sob sua responsabilidade, auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora levando-a até sua independência para realizar tarefas simples de acordo com a faixa etária, comunicar a seus pares as ocorrências do dia, qualquer incidente ou dificuldades ocorridas, incentivar a autonomia das crianças, ensinar a criança a conviver com as outras e com o ambiente, auxiliar no desenvolvimento de sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão.

_TÉCNICO em enfermagem: Desempenham atividades técnicas de enfermagem; atuam em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas; prestam assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro; desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental, o qual passa ao cirurgião; organizam ambiente de trabalho, dão continuidade aos plantões. Trabalham em conformidade às normas e procedimentos de biossegurança. Realizam registros e elaboram relatórios técnicos; comunicam-se com pacientes e familiares e com a equipe de saúde.

_TÉCNICO em HIGIENE DENTAL: Planejam o trabalho técnico-odontológico, de nível médio, em consultórios, clínicas, laboratórios de prótese e em órgãos públicos de saúde. Previnem doença bucal participando de projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Confeccionam e reparam próteses dentárias. Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Administram pessoal, recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.

Requisitos para a função: ensino médio profissionalizante e registro em conselho

ANEXO VI - MODELOS DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular, eu _____, portador do CPF nº _____, cédula de identidade nº _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, e-mail _____, nomeio e constituo como meu bastante procurador, para os fins de promover a minha inscrição no cargo de

_____ do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, Edital nº 001/2015, o Sr(a).

_____, portador da cédula de identidade nº _____, e-mail _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, com os poderes específicos para, em meu nome, firmar o requerimento padrão de inscrição e declaração de que estou de acordo com as normas do contidas no referido edital.

Local e data: _____, _____/_____/_____.

Assinatura: _____

ANEXO VII - MODELOS DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo Simplificado

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT

Ref: Recurso Administrativo - Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2015.

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Edital Indeferimento do pedido de isenção da Taxa de inscrição

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome)

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade)

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo) Inscrições (indeferimento de inscrição)

( ) Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário)

( ) Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)

( ) Realização da Prova Prática, se houver

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato: _____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____
_____
_____
_____
_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura do candidato)

ANEXO VIII - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, requeiro a isenção do pagamento da taxa de inscrição:

Identificação do Requerente:

Nome: _____

Cargo Pretendido: _____

Endereço: _____ Nº: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Tel.: (_____)_____

Cidade: _____ UF: _____ CPF: _____

CTPS: _____ Série: _____ Data Exp.: _____

Carteira de Identidade_____E-mail:_____

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

*Serão acatados somente pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que comprovem renda familiar mensal igual ou inferior a um salário mínimo.

*Somente o preenchimento da solicitação de Isenção não implica na efetivação da inscrição, o candidato requerente tem que executar todos procedimentos exigidos no item 4.4.

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT , que apresento condição de Hipossuficiência Financeira e que atendo ao estabelecido no Edital nº 001/2015.

Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão de Processo Seletivo Simplificado, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder o cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do Processo Seletivo Simplificado, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

Assinatura do Candidato: _____

Protocolo:	Para uso exclusivo da Exata Planejamento:
	[ ] PEDIDO DEFERIDO [ ] PEDIDO INDEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº 017/2015

SÚMULA: "Designa funcionários para compor a

equipe do Município de Nova Canaã do Norte/MT

responsável por licitação na modalidade Pregão"

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º - Designar servidores para compor a equipe do Município de Nova Canaã do Norte/MT responsável por licitação na modalidade pregão, nos seguintes termos:

I – Autoridade Competente:

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal

II – Pregoeiro Oficial:

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

III – Equipe de Apoio:

CRISLAINE TAVARES DOS S. MOREIRA

IZARU BELARMINO LEITE

Art. 2.º - Fica designado como suplente da Equipe de Apoio o servidor Alex Junior Pimentel, matricula n° 683.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT

Em, 23 de Abril de 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 018/2015

Dispõe sobre a revogação da suspensão dos direitos de licitar com a Prefeitura Municipal de Nova Guarita- MT e dá outras providências.

Considerando Recurso de Reconsideração interposto pela empresa MS HOSPITALAR LTDA-ME (CNPJ n.° 15.224.444/0001-88);

Considerando a razoabilidade das razões recursais e seu provimento em juízo de retratação administrativa;

Excelentíssimo Senhor **FRANCISCO ENDLER**, Prefeito Municipal de Nova Guarita, no uso das atribuições previstas nos artigos 59 e 60 inciso VI da Lei Orgânica do Município de Nova Guarita/MT:

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogada a suspensão do direito de licitar da empresa MS HOSPITALAR LTDA-ME (CNPJ n.° 15.224.444/0001-88); estando, pois, apta a participar de procedimentos licitatórios e/ou contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Guarita/MT.

Art. 2º.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente o Decreto Municipal n.° 016/2015.

Nova Guarita - MT, 15 de abril de 2014.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º 01/2015- SERVIÇOS MÉDICOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através daComissão Permanente de Licitação,torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade Tomada de Preço n.º 01/2015, cujo objeto é : **contratação de empresa para a prestação de serviços médicos, para atuação junto ao Centro de Saúde e Postos de Saúde, do Município de Nova Guarita – MT, ,**tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital, não houve nenhum interessado em participar do evento, ocasionando uma licitação DESERTA.

Diante do exposto, comunica aos interessados que a nova sessão de abertura da Tomada de Preço 01/2015 realizar-se-á em

11/05/ 2015

as 08:30 horas (horário de Mato Grosso). Cópia do Edital e seus Anexos poderão ser obtidos na Av. dos Migrantes, Travessa Santo Antônio (Centro Administrativo Ganha Tempo), em Nova Guarita – MT, de forma presencial no horário das 08:00 hs as 11:00 hs ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada

do edital devidamente preenchido para o Departamento de Licitações através do fone/Fax (66)3574 1404.

Informações: (66) 3574-1404.

Nova Guarita – MT, em 26 de Março de 2015.

Graciela Schuster

Presidenta da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS CONTRATO Nº. 018/15/SMA/PMNG.

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 018/15/SMA/PMNG.

PRAZO: 23/04/15 A 23/06/15

CONTRATADA: MINAS CONSTRUÇÕES COMERCIO LTDA**.**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE UM LEVANTAMENTO GERAL DA SITUAÇÃO DAS OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA – MT, CONFORME CONVÊNIOS Nº. 1018/2009 E 157/2012, FIRMADOS ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

VALOR: R$ 14.000,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0003.2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS PORTARIA 120/2015 JOICE PEREIRA ALVES DA SILVA

PORTARIA Nº 120/2015

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Nomear a partir desta data **(10/04/2015)** a senhorita **JOICE PEREIRA ALVES DA SILVA,** brasileira, solteira, portadora do RG 2125476-1 SSP/MT e CPF 048.021.391-79, para responder pelo cargo em comissão de **CHEFE DA DIVISÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 10 dias do mês abril de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇO 002-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA-MT

EDITAL RESUMIDO DA TOMADA DE PREÇO 002-2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA CONTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS NO COMPLEXO TURISTICO NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA/MT, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 792393/2013- MINISTÉRIO DO TURISMO/ CAIXA ECONOMICA FEDERAL PROCESSO Nº2628.1009658-09/2013.

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09h00min horas**, do dia **21/05/2015**. Em sua sede na Avenida Tiradentes, nº211N – Bairro Centro – Nova Marilandia- MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Sendo que o Edital está à disposição dos interessados, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de **R$ 100,00 (duzentos reais).**

Nova Marilandia - MT, em 23 de abril de 2015.

ROSA HELENA DADA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 008/2015

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 13 de 26 de Janeiro de 2015, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 001/2015, **MENOR PREÇO GLOBAL, cujo Objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VISANDO À AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA, QUE POSSIBILITE O ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO – IPM, INTEGRADO AO SISTEMA DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, RELATIVO AOS CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT**,a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR: GEXTEC GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA – EPP inscrita no **CNPJ 04.240.771/0001-07.**

Valor de **R$ 72.000,00** (setenta e dois mil reais**)**, valor global.

ONDE SE LÊ: Nova Maringá – MT, 22 de Janeiro de 2015.

LEIA-SE: Nova Maringá – MT, 22 de Abril de 2015.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 25/2014

1.PARTES: *Prefeitura Munic. de Nova Monte Verde e* **CESIRA *BERGAMINI AMANCIO E CIA LTDA ME***

2.OBJETO: Objetiva o presente Aditar o Contrato Administrativo firmado em 17 de março de 2014, cujo objeto trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE MEIO FIO E SARJETA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS PAVIMENTADAS DO MUNÍCIPIO DE NOVA MONTE VERDE, para fins de prorrogação do **Prazo de Vigência** estabelecido na Cláusula Sexta. O Prazo de Vigência deste CONTRATO fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias.

3. DATA ASSINATURA: 18 de abril de 2015.

6.LICITAÇÃO: Tomada de Preços 01-2014

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 58/2013

1.PARTES: *Prefeitura Munic. de Nova Monte Verde e* **CESIRA *BERGAMINI AMANCIO E CIA LTDA ME***

2.OBJETO: Objetiva o presente Aditar o Contrato Administrativo firmado em 30 de julho de 2013, cujo objeto trata da CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA E ILUMINADA, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA, para fins de prorrogação do **Prazo de Execução** estabelecido na Cláusula Quinta. O prazo máximo para a execução e entrega do objeto deste contrato fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, ficando o mesmo vigente por igual período.

3. DATA ASSINATURA: 18 de abril de 2015.

6.LICITAÇÃO: Tomada de Preços 03-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.852, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.852, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"Institui o Conselho Municipal do Trabalho - COMUT e dá outras providências".

O Sr. *Leandro Félix Pereira*, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal do Trabalho de caráter permanente e deliberativo, com a finalidade de estabelecerem diretrizes e prioridades para políticas de trabalho e emprego no Município de Nova Mutum.

Art. 2º. Cabe ao Conselho Municipal do Trabalho:

I. a aprovação de seu Regimento Interno;

II. a promoção e o incentivo à modernização das relações de trabalho;

III. a promoção de ações educativo-preventivas, visando à melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho;

IV. a análise das tendências do sistema produtivo, no âmbito do município, e a proposição de medidas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho;

V.

a proposição de alternativas econômicas e sociais geradoras de emprego e renda;

VI. a promoção de ações voltadas à capacitação de mão-de-obra e reciclagem profissional, em consonância com as exigências, cada vez maiores, da especialização da mão-de-obra;

VII. a análise e o parecer sobre o enquadramento de projetos de geração de emprego e renda, capacitação profissional e outros, nas diretrizes e prioridades do município;

VIII. a indicação e/ou o apoio a medidas de preservação do meio ambiente, no contexto de um desenvolvimento industrial auto-sustentável que assegure, acima de tudo, a qualidade de vida da população;

IX. a articulação com instituições e organizações envolvidas nos programas de geração de emprego e renda e relações de trabalho, visando à integração de ações;

X. a promoção e o intercâmbio de informações com outros Conselhos ou Comissões Municipais, objetivando a integração e a obtenção de dados orientadores para as suas ações;

XI. a proposição a Secretaria Municipal de Assistência Social de medidas para o aperfeiçoamento dos sistemas de intermediação de mão-de-obra, de formação profissional, de geração de emprego e renda, de saúde e segurança no trabalho, de modernização das relações entre capital e trabalho e outras medidas que se fizerem necessárias;

XII. a criação de Grupos Temáticos, temporários ou permanentes, de acordo com as necessidades específicas, com o objetivo de promover estudos ou atividades que subsidiem as deliberações do Conselho;

XIII. a articulação com entidades de formação profissional em geral, inclusive escolas técnicas, sindicatos de pequena e micro empresas e demais entidades representativas de empregados e empregadores, na busca de parceria na qualificação ;

XIV. a indicação de áreas e setores prioritários para alocação de recursos no âmbito dos Programas de Geração de Emprego e Renda.

Art. 3º. O Conselho Municipal do Trabalho compõe-se de forma tripartite e paritária, por:

I. 4 (quatro) representantes indicados pelo Poder Público; sendo 2 (dois) titulares e 2 (dois) respectivos suplentes;

II. 4 (quatro) representantes indicados pelas entidades dos trabalhadores; sendo 2 (dois) titulares e 2(dois) respectivos suplentes;

III. 4 (quatro) representantes indicados pelas entidades patronais; sendo 2 (dois) titulares e 2 (dois) respectivos suplentes.

§ 1º. Os órgãos e demais instituições a que se refere este artigo, indicarão um suplente, para cada membro titular, podendo propor, a qualquer tempo, a substituição dos respectivos representantes.

§ 2º. Os nomes dos membros indicados formalmente pelas instituições e órgãos participantes do Conselho serão encaminhados, após a nomeação feita pelo Prefeito Municipal, ao Presidente do Conselho Estadual do Trabalho para homologação.

§ 3º. O mandato de cada representante será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 4º. Pela atividade exercida no Conselho, os seus membros, titulares ou suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios.

§ 5º. Cabe exclusivamente às entidades de trabalhadores indicar os seus representantes para compor o Conselho Municipal do Trabalho, mediante processo democrático e transparente.

§ 6º. No caso de não haver Sindicatos de trabalhadores organizados com base Municipal, verificar-se-á se existem sindicatos com base supramunicipal ou microrregional, cabendo a esses indicar seus representantes, dentre os associados residentes no Município.

§ 7º. Excepcionalmente, em caso de inexistência de sindicatos com sede no Município e após recusa formal por parte das entidades sindicais, supra municipais, em indicar nomes de associados, residentes no Município, podem ser aceitos representantes de Associações de Moradores, Associações ou Cooperativas de Trabalho e similares.

§ 8º. Compete exclusivamente aos empregadores indicar os seus representantes para o Conselho Municipal do Trabalho, mediante processo democrático e transparente.

§ 9. No caso dos empregadores, comporão o Conselho Municipal do Trabalho, representantes de entidades como: Associação Comercial, Industrial e/ou Agrícola, Sindicatos Patronais, Clube de Lojistas e similares, a crédito dos empregadores.

§ 10. Da parte do poder público, caberá ao governo municipal designar os seus representantes, dentre pessoas que trabalhem no órgão que atue com a questão do emprego ou relações do trabalho e pessoas representativas de outras secretarias municipais afins. Não podem, expressamente,

participar do Conselho Municipal do Trabalho, pelo poder público, os agentes financeiros, seus prepostos e Vereadores.

Art. 4º. A Presidência do Conselho Municipal do Trabalho será exercida em sistema de rodízio, entre as bancadas representativas do poder público, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato do Presidente a duração de 12 (doze) meses e vedada à recondução para o período consecutivo.

Art. 5º. O Conselho Municipal do Trabalho contará com um Secretário Executivo.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o necessário apoio técnico e administrativo às atividades do Conselho Municipal do Trabalho.

Art. 7º. A organização e o funcionamento deste Conselho serão disciplinados em Regimento Interno, a ser aprovado por maioria absoluta de seus membros efetivos, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua instalação, e submetido à homologação do Conselho Estadual do Trabalho.

Parágrafo Único. Poderá ser previsto, no Regimento Interno, a criação de Grupos Temáticos, temporários ou permanentes, de acordo com as necessidades específicas, com o objetivo de subsidiar as deliberações do Conselho, sendo que, em nenhuma hipótese, o número de componentes desses Grupos será superior ao de representantes no Conselho.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, 20 de abril de 2015.

Leandro Félix Pereira

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.853, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.853, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"Dispõe sobre o pagamento de bolsa-jovem para adolescentes participantes do Programa Municipal Jovem do Futuro e dá outras providências."

O Sr. *Leandro Félix Pereira*, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA MUNICIPAL JOVEM DO FUTURO

Art. 1º. O Programa Municipal Jovem do Futuro integra a Política Municipal de Assistência Social, tendo caráter universalizante, que se materializa por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, composto por uma rede articulada e orgânica de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Assistência Social, através do CRAS-Centro de Referência de Assistência Social articula um conjunto de ações dos âmbitos da Proteção Social, buscando desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário.

Art. 3º. As ações desenvolvidas no Programa Municipal Jovem do Futuro buscam a promoção dos jovens para o mercado de trabalho por meio da apropriação de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e reconhecimento de aptidões e interesses, com vistas à construção de um projeto pessoal e/ou coletivo de futuro profissional.

Art. 4º. A gestão do programa inclui três dimensões: técnica, política e financeira: a

sustentabilidade técnica é o planejamento e a avaliação de resultados, a sustentabilidade política é estabelecer redes de cooperação através da articulação com a rede de proteção de direitos à adolescência e à juventude e a sustentabilidade financeiraque garante o alcance dos objetivos e metas de forma continuada.

DA OFERTA

Art. 5º. O Programa Municipal Jovem do Futuro, esta alicerçado na parceria com a sociedade civil organizada, com empresas e comércio local,com acompanhamento e fiscalização pelos Conselhos de Direito, fator preponderante para a permanência dos adolescentes nos processos formativos da educação e a inserção ao mercado de trabalho.

§ 1º. O horário de atendimento é de 15(quinze) horas semanais, com carga horária de três horas diárias, de segunda a sexta-feira, no contra turno escolar.

§ 2º. São realizadas oficinas temáticas, com ações socioeducativas e atividades que visam a transversalidade entre a teoria e a prática, buscando valores significativos para a convivência familiar, comunitária e nas relações de trabalho.

I – São ofertadas aos adolescentes as oficinas de: Inglês, artes urbanas, danças urbanas, musicalização, inclusão digital, técnicas administrativas e outras que sejam de relevância e interesse dos adolescentes.

§ 3º. A equipe de referência que acompanha os adolescentes, tanto no programa quanto no convívio familiar e nas relações de trabalho, é composta de coordenação e técnicos do CRAS- Centro de Referência de Assistência Social e Creas-Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

DO BOLSA-JOVEM

Art. 6º. Os adolescentes participantes do Programa Municipal Jovem do Futuro, receberão um auxílio financeiro, o Bolsa-Jovem, no valor de R$ 100,00 (cem reais) mensais, para custeio de despesas familiares ou pessoais.

§ 1º. Os adolescentes deverão ter frequência de 70% (setenta por cento) da carga horária total das oficinas temáticas, para receber o Bolsa-Jovem.

§ 2º. O pagamento do Bolsa-Jovem foi aprovado pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através da Resolução nº 04/2015 datada de 31/03/2015.

§ 3º. Em 2015, o pagamento do Bolsa-Jovem será concedido pelo prazo de 9(nove) meses, iniciando a partir da competência abril, a ser pago até o último dia útil do mês corrente.

Art. 7º. O pagamento do Bolsa-Jovem, tem como objetivo principal oportunizar aos adolescentes, participar da complementação da renda familiar, uma vez que os mesmos ainda não estão inseridos no mercado do trabalho.

Art. 8º. Os recursos financeiros utilizados para o pagamento do Bolsa Jovem, estão consignados nas dotações orçamentárias do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, 20 de abril de 2015.

Leandro Félix Pereira

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.854, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.854, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

“Dispõe sobre a Política Municipal dos Direito da Pessoa Idosa e cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências”.

O Sr. *Leandro Félix Pereira*, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

OBJETIVO

Art. 1º. A Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa tem por objetivo gerar condições para a proteção e a promoção da autonomia da integração e da participação efetiva da pessoa idosa na sociedade.

Art. 2º. Considera-se pessoa idosa, para os efeitos desta Lei, a pessoa com mais de 60 (sessenta) anos de idade.

Art. 3º. A participação de entidade beneficente e de Assistência Social na execução de programa ou projeto destinados às pessoas idosas dar-se-á com a observância do disposto nesta Lei, bem como nas demais legislações pertinentes.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 4º. São princípios da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I – cooperação da sociedade, da família e do Município na promoção da autonomia, integração e participação da pessoa idosa na sociedade;

II – direito à vida, à cidadania, à dignidade e ao bem-estar social;

III – proteção contra discriminação de qualquer natureza;

IV – prevenção e educação para um envelhecimento saudável;

V – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar a pessoa idosa, atendidas pelas políticas sociais; e

VI – igualdade no acesso ao atendimento.

Art. 5º. São diretrizes da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I – descentralização político-administrativa dos programas, projetos, serviços e benefícios de atenção a pessoa idosa;

II – participação da sociedade por meio de suas organizações representativas; e

III – planejamento de ações a curto, médio e longo prazo, com metas exequíveis, objetivos claros, aferição de resultados e garantia de continuidade.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO

Art. 6º. Compete ao Órgão Municipal responsável pela Assistência Social coordenar a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e, especialmente:

I – executar e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

II – promover as articulações entre órgãos municipais, e entre estes e entidades beneficentes e de assistência social, necessárias à implementação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; e

III – elaborar proposta orçamentária no âmbito da assistência social e submetê-la ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parágrafo Único. As Secretarias e demais Órgãos Municipais de direção superior que promovam ações voltadas para apessoa idosa devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de sua competência, visando ao financiamento de programas compatíveis com a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como com as diretrizes estatuídas pelo órgão referido no “caput”.

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS GERAIS

Art. 7º. Na implementação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, os órgãos e entidades municipais envidarão esforços para:

I - Na área da Assistência Social:

a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas da pessoa idosa, com a participação da família, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais;

b) estimular a criação de alternativas para atendimento ao idoso, como centros de convívio e de saúde especializados, formados por equipes multidisciplinares;

c) promover a capacitação de recursos humanos para atendimento a pessoa idosa;

d) promover simpósios, seminários e encontros específicos sobre o tema;

e) planejar, coordenar e supervisionar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social da pessoa idosa;

f) desenvolver mecanismos que impeçam a discriminação da pessoa idosa no mercado de trabalho do setor privado; e

g) estimular programas de preparação para aposentadoria no setor público e privado.

II - Na área de Saúde:

a) garantir a universalidade do acesso da pessoa idosa aos serviços de saúde do Município, buscando atendimento integral que contemple ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, visando à manutenção da sua autonomia;

b) organizar a assistência a pessoa idosa na rede municipal de saúde, nos níveis básico, secundário e terciário, buscando a manutenção da pessoa idosa em seu lar;

c) realizar estudos para detectar o perfil epidemiológico das pessoas idosas, com vistas à reabilitação destes e ao tratamento de doenças;

d) capacitar e atualizar os profissionais de saúde na forma de sensibilização, educação continuada e treinamento, visando atenção integral às pessoas idosas;

e) garantir, na Política de Assistência Farmacêutica do Município, os medicamentos que atendam às necessidades da pessoa idosa;

f) estabelecer e aplicar normas mínimas de funcionamento para os serviços geriátricos da rede hospitalar municipal, de instituições geriátricas e similares; e

g) desenvolver formas de coordenação com a Secretaria de Estado da Saúde para treinamento de equipes multiprofissionais.

III - Na área de Educação:

a) possibilitar a criação de cursos abertos para alfabetização da pessoaidosa, bem como para propiciar a ele acesso continuado ao saber;

b) inserir, nos currículos do ensino fundamental, conteúdos que tratem do processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto; e

c) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, sobre o processo de envelhecimento.

IV - Na área de Indústria e Comércio:

a) desenvolver programas que assegurem condições gerais de sobrevivência e elevação do padrão de qualidade de vida da pessoa idosa, por meio de ações de geração de renda; e

b) promover discussões acerca da reinserção da pessoa idosa no mercado de trabalho. V - Na área de Habitação e Urbanismo:

a) incluir, nos programas de assistência, alternativas de adaptação e de melhoria das condições de moradia da pessoa idosa, levando em conside-

ração seu estado físico e visando garantir-lhe independência de locomoção;

b) estabelecer critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular; e

c) diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas.

VI - Na área Jurídica, fornecer orientação à pessoa idosa, na defesa de seus direitos e na formação de organizações representativas de seus interesses.

VII - Na área de Direitos Humanos e de Segurança Social:

a) disponibilizar canais de denúncia com relação a maus tratos e a violação dos direitos e garantias fundamentais da pessoa idosa;

b) propor aos órgãos competentes medidas que visem melhorar as condições de segurança da pessoa idosa; e

c) promover estudos relativos à segurança da pessoa idosa no Município.

VIII - Na área de Cultura, Esporte e Lazer:

a) garantir a pessoa idosa a participação no processo de produção, elaboração e fruição dos bens culturais;

b) facilitar à pessoa idosa o acesso a locais e a eventos culturais, no âmbito municipal;

c) incentivar, no âmbito dos movimentos de pessoas idosas, o desenvolvimento de atividades culturais;

d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades da pessoa idosa aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; e

e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa e estimulem sua participação na comunidade.

§ 1º. Na promoção das ações a que se refere este Capítulo, os Órgãos Municipais competentes deverão observar o disposto no "caput" do Art. 5º desta lei.

§ 2º. Quaisquer ações governamentais relativas a pessoa idosa deverão ser promovidas de forma descentralizada e integrada, e com a participação das administrações regionais.

CAPÍTULO V

DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS ESPECÍFICAS

SEÇÃO I

FÓRUNS REGIONAIS

Art. 8º. O órgão a que se refere o "caput" do Art. 6º desta Lei, em conjunto com as administrações regionais, envidará esforços para promover periodicamente fóruns regionais, com a finalidade de estimular parcerias, aproximação e troca de experiência entre as pessoasidosas. Art. 9º. O Órgão Municipal competente envidará esforços para realizar, a cada dois anos, a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com o objetivo de discutir e propor soluções para os problemas que afetam a pessoa idosa.

SEÇÃO II

SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Art. 10. A Secretaria Municipal de Assistência Social envidará esforços para manter atendimentos e informações para as pessoas idosas, identificando e planejando, em articulação com as demais esferas de governo, a rede comunitária de atendimento a pessoa idosa, visando facilitar e aprimorar a prestação dos serviços que lhe são destinados.

Parágrafo Único. Para implementação do disposto no “caput”, os órgãos municipais atuarão em conjunto com hospitais, instituições de longa permanência, associações comunitárias, organizações representativas de pessoas idosas e demais entidades públicas ou privadas que trabalham coma questão de envelhecimento.

SEÇÃO III

PROGRAMAS DE INCENTIVO À ATIVIDADE PRODUTIVA E DE GERAÇÃO DE RENDA

Art. 11. Os Órgãos Públicos Municipais com atuação nas áreas de assistência social e nos setores de indústria e de comércio envidarão esforços para estabelecer, em articulação com as administrações regionais, programas de incentivo à atividade produtiva e de geração de renda para as pessoas idosas economicamente carentes.

Art. 12. Na área de abrangência de cada administração regional, é conveniente que exista uma ou mais pequenas unidades produtivas, instituídas para desempenho de atividades definidas conforme a vocação profissional predominante na região e segundo estudos de viabilidade econômica.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 13. Fica criado junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com as seguintes atribuições:

I – Formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o município deve prestar às pessoas idosas, nas áreas de sua competência;

II – Estimular estudos, debates e pesquisas, objetivando prestigiar e valorizar as pessoas idosas;

III – Propor medidas que visem a garantir ou ampliar os direitos das pessoas idosas, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

IV – Incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa;

V – Estimular a elaboração de projetos que tenham como objetivo a participação das pessoas idosas nos diversos setores da atividade social;

VI – Participar da elaboração do orçamento do município, no que se refere à política de atendimento à pessoa idosa;

VII – Elaborar e supervisionar a implementação da política da pessoa idosa para o município;

VIII – Examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvam problemas relacionados às pessoas idosas;

IX – Fiscalizar o cumprimento do Estatuto do Idoso; e

X - Elaborar seu regimento interno.

Art. 14. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será paritário, deliberativo e composto por membros, designados pelo Prefeito, sendo:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - Um representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

IV - Um representante do SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto;

V - Um representante do Clube do Idoso e da Amizade;

VI - Um representante da ACENM / CDL;

VII - Um representante do Rotary Club; e

VIII - Um representante da Defensoria Pública.

§ 1º. Os Conselheiros de que trata os Incisos I, II, III e IV serão indicados pelos secretários municipais dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos das pessoas idosas.

§ 2º. Os Conselheiros de que trata o inciso V, VI, VII e VIII serão indicados pelas Instituições representadas no Conselho dentre pessoas de comprovada atuação no âmbito da organização a que pertence.

3º. Os Membros do Conselho não serão remunerados, considerado, porém, seu trabalho, como serviço público relevante;

§ 4º. O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 15. Os conselheiros terão as seguintes atribuições:

I - Conhecer a Política Nacional, Estadual e Municipal da Pessoa Idosa e todas as outras Políticas que tenham interface com a problemática da pessoa idosa;

II - Conhecer o papel do Conselheiro representante do Poder Público;

III - Conhecer a realidade da pessoaidosa no Município;

IV -Manter contatos com Entidades, Sociedade de Amigos do Bairro, Asilos e pessoas dedicadas às pessoas idosas;

V - Promover e participar de atividades e iniciativas de interesse da pessoa idosa;

VI - Apresentar relatórios escritos e, oralmente, nas reuniões sobre as atividades realizadas;

VII - Representar a pessoa idosa, muitas vezes, excluído e impossibilitado de exercer a sua cidadania;

VIII - Levar ao conhecimento da pessoa idosa do Município propostas e soluções legais de interesse comum;

IX - Apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa as propostas e os projetos de interesse Municipal, para a devida apreciação;

X - Participar das decisões tomadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, tendo em vista o interesse do idoso em nível municipal;

XI - Participar dos grupos de trabalho e de comissões instituídas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

XII - Representar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa quando este for convidado para atos oficiais e solenes de interesse da pessoa idosa, desde que designado pelo Presidente; e

XIII - Conhecer profundamente o que diz a lei sobre a pessoa idosa na área representada.

Art. 16. A primeira designação do Conselho dar-se-á dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 501/1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, 20 de abril de 2015.

Leandro Félix Pereira

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.855, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.855, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial no orçamento vigente no valor de até R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), e dá outras providências".

O Sr. *Leandro Félix Pereira*, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no orçamento vigente, nos termos do Art. 41, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de até R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) à seguinte rubrica orçamentária.

DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.004 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

11.004.08 Assistência Social

11.004.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente

11.004.08.243.0145 Alegria de Viver

11.004.08.243.0145.2.123 Manutenção do Plano do Plano de Aplicação do FMDCA

33.90.48.00.00.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários R$ 58.000,00

Fonte 0.3.00.000000 Recursos Ordinários R$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R$ 108.000,00

Art. 2º. Para atender ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial – Anexo 14 do Exercício de 2014 da Prefeitura, nos termos do Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei n.º 4.320/64, no montante de até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e recursos provenientes de anulação parcial de dotações do orçamento vigente, de acordo com o previsto no Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, no montante de até R$ 58. 000,00 (cinquenta e oito mil reais), aos códigos:

DOTAÇÕES A REDUZIR

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.001 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.001.08 Assistência Social

11.001.08.122 Administração Geral

11.001.08.122.0100 Gestão Administrativa

11.001.08.122.0100.2.098 Manutenção e Encargos com a Secretaria

3390.30.00.00.00 (461) Material de Consumo R$ 8.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

3390.36.00.00.00 (462) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 6.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

4490.52.00.00.00 (466) Equipamentos e Material Permanente R$ 5.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.001 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.001.08 Assistência Social

11.001.08.243 Assistência a Criança e ao Adolescente

11.001.08.243.0100 Gestão Administrativa

11.001.08.243.0100.2.100 Manutenção do Conselho Tutelar

3390.30.00.00.00 (472) Material de Consumo R$ 2.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

3390.39.00.00.00 (474) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 2.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.002 Fundo Municipal de Assistência Social

11.002.08 Assistência Social

11.002.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente

11.002.08.243.0143 Proteção Social Básica

11.002.08.243.0143.2.108 Manutenção do Programa Jovem do Futuro

3390.36.00.00.00 (508) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 2.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.002 Fundo Municipal de Assistência Social

11.002.08 Assistência Social

11.002.08.244 Assistência Comunitária

11.002.08.244.0143 Proteção Social Básica

11.002.08.244.0143.2.103 Manutenção e Encargos com a Proteção Social Básica - CRAS

3390.36.00.00.00 (515) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 2.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.002 Fundo Municipal de Assistência Social

11.002.08 Assistência Social

11.002.08.244 Assistência Comunitária

11.002.08.244.0143 Proteção Social Básica

11.002.08.244.0143.2.104 Manutenção do PAIF

3390.30.00.00.00 (520) Material de Consumo R$ 10.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

3390.39.00.00.00 (522) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 6.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.002 Fundo Municipal de Assistência Social

11.002.08 Assistência Social

11.002.08.244 Assistência Comunitária

11.002.08.244.0144 Proteção Social Especial

11.002.08.244.0144.2.120 Manutenção do Programa “A Vida não é uma Droga”

3390.30.00.00.00 (554) Material de Consumo R$ 3.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

3390.39.00.00.00 (556) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 3.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.003 Fundo Partilhado de Investimento Social - FUPIS

11.003.08 Assistência Social

11.003.08.244 Assistência Comunitária

11.003.08.244.0100 Gestão Administrativa

11.003.08.244.0100.2.101 Manutenção do FUPIS

3390.39.00.00.00 (566) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 3.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

4490.52.00.00.00 (567) Equipamentos e Material Permanente R$ 6.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

TOTAL REDUZIDO

R$ 58.000,00

Parágrafo Único. Fará parte da presente Lei o Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal.

Art. 3º. O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de decreto emitido pelo Poder Executivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 20 de abril de 2015.

Leandro Félix Pereira

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 089, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 089, DE 31 DE MARÇO DE 2015. *“Exonera a pedido o Senhor*José Carlos de Almeida e dá outras providências”.

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido do Cargo em Comissão de

Secretario Municipal de Esportes e Lazer

, o Sr. José Carlos de Almeida, nomeado pela Portaria Municipal nº 003, de 2 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 31 de março de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Adriano Xavier Pivetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 090, DE 1º DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº 090, DE 1º DE ABRIL DE 2015

“Nomeia para Cargo em Comissão o Sr. *Toshio Onghero Takagui,* e dá outras providências”.

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o Cargo em Comissão de **Secretario Municipal de Esportes**, o Sr. **Toshio Onghero Takagui.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º.

Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 1º de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

.

Adriano Xavier Pivetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 098, DE 013 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 098, DE 013 DE ABRIL DE 2015.

“Nomeia a Diretora do *Centro Municipal de Educação* Infantil Integral “Monteiro Lobato”e dá outras providências”.

O Sr.

Leandro Félix Pereira

, Prefeito Municipal em exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora Maria de Fátima Matias Miranda Genz, Servidora Pública Municipal, inscrita no CPF/MF sob o 968.446.559-91 para a função de Diretora – 40 horas, do Centro Municipal de Educação Infantil Integral “Monteiro Lobato” em substituição a diretora nomeada através da Portaria nº 187/2014, que se encontra em licença médica.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 13 de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Leandro Felix Pereira

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 099, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 099, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

“**Nomeia o Sr. *Felipe Mistrelo Volpato,* como fiscal de contratos e dá outras providências”.**

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Felipe Mistrelo Volpato,** Matricula n° 6143, por tempo indeterminado, para fiscalização na execução de serviços nas instalações elétricas das escolas municipais visando à instalação dos condicionadores de ar – Contrato 163/2014.

Art. 2º. Na ausência do servidor nomeado conforme Art. 1°, fica o Sr. **Calebe Benjamim da Silva,** Matricula n° 8006, responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

Art. 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 101, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 101, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

“**Nomeia o Sr. *Felipe Mistrelo Volpato,* como fiscal de contratos e dá outras providências”.**

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Felipe Mistrelo Volpato,** Matricula n° 6143, por tempo indeterminado, para fiscalizar a reforma de ponte de madeira sobre o Rio Ranchão (interior do Município- divisa com Município de Lucas do Rio Verde) – Contrato 024/2015.

Art. 2º. Na ausência do servidor nomeado conforme Art. 1°, fica o Sr. **Calebe Benjamim da Silva,** Matricula n° 8006, responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

Art. 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 100, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 100, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

“**Nomeia o Sr. *Felipe Mistrelo Volpato,* como fiscal de contratos e dá outras providências”.**

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Felipe Mistrelo Volpato,** Matricula n° 6143, por tempo indeterminado, para fiscalização na execução de ponte de madeira sobre o Rio Papagaio – Vazão 2 (interior do Município) – Contrato 023/2015.

Art. 2º. Na ausência do servidor nomeado conforme Art. 1°, fica o Sr. **Calebe Benjamim da Silva,** Matricula n° 8006, responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

Art. 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 102, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 102, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

“Nomeia o Sr. *Edvaldo Pereira da Silva,* como fiscal de contratos e dá outras providências”.

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Edvaldo Pereira da Silva,** Matricula n° 6262, por tempo indeterminado, para dos serviços de limpeza, higienização e manutenção de prédios públicos – Contrato 020/2015.

Art. 2º. Na ausência do servidor nomeado conforme Art. 1°, fica o Sr. **Rui Carlos Kich,** Matricula n° 7497, responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

Art. 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 103, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 103, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

"**Nomeia o Sr. *Djoni Carlo Demozzi,* como fiscal de contratos e dá outras providências".**

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Djoni Carlo Demozzi**, Matricula n° 1.940, por tempo indeterminado para fiscalização de serviços para levantamento cadastrais, processos de retificação administrativas de áreas, desmembradas, fusões, elaboração de mapas, memoriais, a fim de dar inicio a regularização fundiária no Município – Contrato 122/2014.

Art. 2º. Na ausência do servidor nomeado conforme Art. 1°, fica o Sr. Sr. **Felipe Mistrelo Volpato,** Matricula n° 6143, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

Art. 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 104, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 104, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

"**Nomeia o Sr. *Djoni Carlo Demozzi,* como fiscal de contratos e dá outras providências".**

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Djoni Carlo Demozzi**, Matricula n° 1.940, por tempo indeterminado para fiscalização de serviços de topografia para desenvolvimento do mapa descritivo do plano diretor participativo, compreendendo a área de expansão urbana do Município – Contrato 022/2015.

Art. 2º. Na ausência do servidor nomeado conforme Art. 1°, fica o Sr. Sr. **Felipe Mistrelo Volpato,** Matricula n° 6143, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

Art. 3º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 105, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 105, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

"**Nomeia o Sr. *Wagner Rodrigo da Luz Lima,* como fiscal de contratos e dá outras providências".**

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Wagner Rodrigo da Luz Lima,** Matricula n° 7789, por tempo indeterminado, com início em 18/03/2015, para fiscalização na prestação de serviços de telefonia móvel (serviço móvel de pessoal –SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, a fim de atender à demanda da Prefeitura Municipal de Nova Mutum – Contrato 137/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 106, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 106, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

"**Nomeia o Sr. *Wagner Rodrigo da Luz Lima,* como fiscal de contratos e dá outras providências".**

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Wagner Rodrigo da Luz Lima,** Matricula n° 7789, por tempo indeterminado, com início em 18/03/2015, para fiscalização de serviço especializado (aprovado pelo COSINT) sobre demanda de administração de infraesttrutura em T.I hora – Contrato 168/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 107, DE 22 DE ARIL DE 2015.

PORTARIA Nº 107, DE 22 DE ARIL DE 2015.

"Nomeia o Sr. *Calebe Benjamim da Silva*, como fiscal de contratos e dá outras providências".

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Calebe Benjamim da Silva,** Matricula n° 8006, por tempo indeterminado, com início em 17/03/2015, para fiscalização de empresa na elaboração do projeto do plano de segurança contra incêndio e pânico nas edificações pertencentes ao Município, de acordo com as normas estabelecidas pelo corpo de bombeiros do Estado de Mato Grosso – Contrato 110/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º.

Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 108, DE 22 DE ARIL DE 2015.

PORTARIA Nº 108, DE 22 DE ARIL DE 2015.

"Nomeia a Sra. *Flávia Terezinha Franz Andolfatto*, como fiscal de contratos e dá outras providências".

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Sra. **Flávia Terezinha Franz Andolfatto,** matricula nº 5892, por tempo indeterminado, com início em 31/03/2015, para fiscalização dos serviços técnicos especializados na realização do concurso público para atendimento das necessidades do Município de Nova Mutum, compreendendo as seguintes etapas: planejamento, elaboração dos editais e editais resumidos para publicação, realização das inscrições, confecções e aplicações provas teóricas e praticas, correção, orientação para julgamento de recursos, resultado final, coordenação geral na execução do concurso e relatório final – Contrato 025/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º.

Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 109, DE 22 DE ARIL DE 2015.

PORTARIA Nº 109, DE 22 DE ARIL DE 2015.

"Nomeia a Sra. *Leila Denise Locatelli Souza*, como fiscal de contratos e dá outras providências".

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Sra. **Leila Denise Locatelli Souza,,** matricula nº 153, por tempo indeterminado, com início em 02/03/2015, para fiscalização na execução de serviços de limpeza, higienização e manutenção de prédios públicos – Contrato 020/2015.

Art. 2º

. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 110, DE 22 DE ARIL DE 2015.

PORTARIA Nº 110, DE 22 DE ARIL DE 2015.

"Nomeia o Sr. *Samuel Nascimento Carvalho*, como fiscal de contratos e dá outras providências".

O Sr. **Geder Luiz Genz**, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 080, de 06 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Sr. **Samuel Nascimento Carvalho,** matricula nº 6937, por tempo indeterminado, com início em 31/03/2015, para fiscalização da empresa contratada para assessoria na regulamentação dos dispositivos do Código Tributário Municipal de acordo com as peculiaridades e necessidades locais, observando –se as atuais manifestações jurisprudenciais, de tal forma que seja otimizada a fisvalização e a arrecadação dos tributos municipais, dentro dos parâmetros da legalidade – Contrato 027/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º.

Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se e afixe-se.

Geder Luiz Genz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA N° 111, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA N° 111, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

"Dá nova constituição ao ***Conselho Municipal do Idoso*** *e dá outras providências*".

O Sr. **Leandro Félix Pereira**, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o Art. 6º, da Lei Municipal nº 949/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do **Conselho Municipal do Idoso - CMI** de acordo com o disposto no Art. 6º, da Lei Municipal nº 949 de 19 de outubro de 2006, ficando assim constituído:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

· Titular: Marilda de Lurdes T. Cocato

· Suplente: Elma da Conceição

· Titular: Reginaldo Luiz de Oliveira

· Suplente: Juliana Bacoli Fadini Almeida

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

· Titular: Danielle Toazza Grossi

· Suplente: Elisane Maria Della Mea

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAZER

· Titular: Cleneci Onghero Takagui

· Suplente: Emanuela Salamoni

REPRESENTANTES DA ACENM/CDL (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE NOVA MUTUM E CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS)

· Titular: Paulo Jose dos Anjos

· Suplente: Rodrigo Rigone

REPRESENTANTES DO CLUBE DO IDOSO E DA AMIZADE

· Titular: Aldair Dalla Libera

· Suplente: Dirce Valdameri

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

· Titular: Anselmo Stefller

· Suplente: Rui Daniel Faccio

REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO MUTUENSE DE SAÚDE

· Titular: Marcia Frey

· Suplente: Sandra Benedita Neves.

Art. 2º. O Conselho Municipal do Idoso, será regido pela Política Nacional do Idoso e a Lei Municipal nº 501/99, e posteriores alterações.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria N° 105/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Leandro Félix Pereira Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 112, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 112, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

"Prorroga a Portaria nº 009/2015, e dá outras providências".

O Sr.,*O Sr. Leandro Félix Pereira,* Prefeito Municipal em Exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo da Portaria nº 009, de 12 de janeiro de 2015, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, para conclusão dos trabalhos.

Parágrafo único - Ficam ratificados todos os atos praticados até a presente data em decorrência do objeto do Processo Administrativo nº 004/2015

.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Leandro Felix Pereira

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
DECRETO Nº 031, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 031, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"Abre crédito adicional especial no valor de até R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), no orçamento do Município de Nova Mutum e dá outras providências".

O Sr. Leandro Félix Pereira, Prefeito Municipal em

Exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições

legais, atendendo o contido da Lei Municipal nº 1.855,

de 20 de abril de 2015, em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial, nos termos do Art. 41, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento vigente do Município, no valor de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), à seguinte rubrica orçamentária:

DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.004 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

11.004.08 Assistência Social

11.004.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente

11.004.08.243.0145 Alegria de Viver

11.004.08.243.0145.2.123 Manutenção do Plano do Plano de Aplicação do FMDCA

33.90.48.00.00.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários R$ 58.000,00

Fonte 0.3.00.000000 Recursos Ordinários R$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R$ 108.000,00

Art. 2º. Para atender ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial – Anexo 14 do Exercício de 2014 da Prefeitura, nos termos do Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei n.º 4.320/64, no montante de até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e recursos provenientes de anulação parcial de dotações do orçamento vigente, de acordo com o previsto no Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, no montante de até R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), aos códigos:

DOTAÇÕES A REDUZIR

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.001 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.001.08 Assistência Social

11.001.08.122 Administração Geral

11.001.08.122.0100 Gestão Administrativa

11.001.08.122.0100.2.098 Manutenção e Encargos com a Secretaria

3390.30.00.00.00 (461) Material de Consumo R$ 8.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

3390.36.00.00.00 (462) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 6.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

4490.52.00.00.00 (466) Equipamentos e Material Permanente R$ 5.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.001 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.001.08 Assistência Social

11.001.08.243 Assistência a Criança e ao Adolescente

11.001.08.243.0100 Gestão Administrativa

11.001.08.243.0100.2.100 Manutenção do Conselho Tutelar

3390.30.00.00.00 (472) Material de Consumo R$ 2.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

3390.39.00.00.00 (474) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 2.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.002 Fundo Municipal de Assistência Social

11.002.08 Assistência Social

11.002.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente

11.002.08.243.0143 Proteção Social Básica

11.002.08.243.0143.2.108 Manutenção do Programa Jovem do Futuro

3390.36.00.00.00 (508) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 2.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.002 Fundo Municipal de Assistência Social

11.002.08 Assistência Social

11.002.08.244 Assistência Comunitária

11.002.08.244.0143 Proteção Social Básica

11.002.08.244.0143.2.103 Manutenção e Encargos com a Proteção Social Básica - CRAS

3390.36.00.00.00 (515) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 2.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.002 Fundo Municipal de Assistência Social

11.002.08 Assistência Social

11.002.08.244 Assistência Comunitária

11.002.08.244.0143 Proteção Social Básica

11.002.08.244.0143.2.104 Manutenção do PAIF

3390.30.00.00.00 (520) Material de Consumo R$ 10.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

3390.39.00.00.00 (522) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 6.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.002 Fundo Municipal de Assistência Social

11.002.08 Assistência Social

11.002.08.244 Assistência Comunitária

11.002.08.244.0144 Proteção Social Especial

11.002.08.244.0144.2.120 Manutenção do Programa “A Vida não é uma Droga”

3390.30.00.00.00 (554) Material de Consumo R$ 3.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

3390.39.00.00.00 (556) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 3.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.003 Fundo Partilhado de Investimento Social - FUPIS

11.003.08 Assistência Social

11.003.08.244 Assistência Comunitária

11.003.08.244.0100 Gestão Administrativa

11.003.08.244.0100.2.101 Manutenção do FUPIS

3390.39.00.00.00 (566) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 3.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

4490.52.00.00.00 (567) Equipamentos e Material Permanente R$ 6.000,00

Fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

TOTAL REDUZIDO R$ 58.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 20 de abril de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leandro Félix Pereira

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL - DEP. DE RH
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DO MÊS DE MARÇO DE 2015

A Prefeitura Municipal de Nova Mutum (MT), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.162/0001-06, com sede à Avenida Mutum nº 1250 N, Jardim das Orquídeas, nesta cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao princípio da publicidade, **PUBLICA** as Nomeações e Contratações de Servidores referentes ao mês de ***MARÇO*** conforme abaixo relacionados, estando as mesmas integralmente a disposição no átrio desta municipalidade:

CONTRATAÇÕES:

Nome	Cargo	Admissão	Contrato	Ingresso
BRUNA JORGE CORREA	BIOQUIMICO	02/03/2015	098/2015	Substituição
BRUNA MAYARA DE SOUZA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	11/03/2015	114/2015	1817/2014
EDERSON SILVA PEREIRA	OPERADOR DE MAQUINAS	07/03/2015	108/2015	Substituição
ELENI FATIMA MARMENTINI	MERENDEIRA	02/03/2015	105/2015	1820/2014

ELENICE APARECIDA DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS	02/03/2015	115/2015	1817/2014
ELIZETE DOMINGAS DE SOUZA BORSATTI	PROF. EDUC. BASICA	02/03/2015	104/2015	1820/2014
FRANCILEIDE SERAPIAO DOS SANTOS	PROF. EDUC. BASICA	19/03/2015	122/2015	Substituição
GILMAR RODRIGUES DA SILVA	INST. DE PROGRAMAS VI	10/03/2015	113/2015	1817/2014
JANDIRA DIAS DE SOUZA BRITO	INST. DE PROGRAMAS V	02/03/2015	110/2015	1817/2014
JOAQUINA FERREIRA CELLA	INST. DE PROGRAMAS V	02/03/2015	107/2015	1817/2014
JOSE CARLOS R. DA SILVA	INST. DE PROGRAMAS VI	10/03/2015	100/2015	1817/2014
JOYCE ALMEIDA BORGES DE CAMPOS	MONITOR DE CRECHE	10/03/2015	118/2015	Substituição
JOYCE MENDEL ALVES	ENFERMEIRO	16/03/2015	119/2015	Substituição
KARINA MACEDO MOREIRA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	10/03/2015	117/2015	1817/2014
KATHLEEN DA CONCEIÇÃO GABRIELLE	MERENDEIRA	12/03/2015	120/2015	1820/2014
LUIZ ALBERTO DA SILVA ALCANTARA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	09/03/2015	111/2015	1817/2014
MARIA APARECIDA FAGUNDES DA SILVA	PROF. DE EDUCAÇÃO FISICA	17/03/2015	123/2015	Substituição
MARIA DO ROSARIO BORGES JARDIM	PROF. EDUCAÇÃO BASICA	02/03/2015	101/2015	Substituição
NERISSA MARIA DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	02/03/2015	102/2015	Substituição
ONEIDE DE FATIMA DOS SANTOS	MONITOR DE CRECHE	18/03/2015	121/2015	Substituição
REGINA APARECIDA DA SILVA	ZELADOR FAXINEIRO	16/03/2015	112/2015	Substituição
SERGIO ANTONIO SANTIN	MOTORISTA DE VEICULOS ESPECIAIS	02/03/2015	103/2015	Substituição
VAUDETE MARCOS	MERENDEIRA	02/03/2015	106/2015	1820/2014

NOMEAÇÕES: Efetivos

Nome	Cargo	Admissão	Concurso	Portaria
ADILENE HELENA DA SILVA	MONITOR DE CRECHE	02/03/2015	001/2014	155/2015
CRISTIANE KNORST	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	02/03/2015	001/2014	156/2015
EDUARDA DAL BEM GUERRA	DENTISTA/ODONTOLOGO	02/03/2015	001/2014	157/2015
ELISABETH SILVA DE OLIVEIRA	PROF EDUC. BAS - N. SUP. PED.	19/03/2015	001/2014	193/2015
ELZA MARIA DO AMARAL PIANESSO	PROF EDUC. BAS - N. SUP. PED.	19/03/2015	001/2014	194/2015
FERNANDA DE LURDES TORRES SAMPAIO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	02/03/2015	001/2014	160/2015
ISOLETE TEREZINHA DE SOUZA CAVALHEIRO	TECNICO DE ENFERMAGEM	02/03/2015	001/2014	161/2015
JULIANA MANFROI	ENFERMEIRO	16/03/2015	001/2014	181/2015
KATIA APARECIDA MARTINS SOARES	PROF EDUC. BAS - N. SUP. PED.	19/03/2015	001/2014	195/2015
KATIA GONÇALVES DE ARAUJO	MONITOR DE CRECHE	02/03/2015	001/2014	162/2015
KELLER APARECIDA LERIAS	MONITOR DE CRECHE	02/03/2015	001/2014	163/2015
LOURDES GOMES	PROF EDUC. BAS - N. SUP. PED.	16/03/2015	001/2014	182/2015
LUCIANA SILVESTRE DOS SANTOS FERREIRA	PROF EDUC. BAS - N. SUP. PED.	23/03/2015	001/2014	198/2015
MARCIA FREY	AGENTE ADMINISTRATIVO I	16/03/2015	001/2012	186/2015
MARINALVA PEREZ DOS SANTOS	MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR	12/03/2015	001/2014	178/2015
SERGIO DA SILVA PIRES	AJUDANTE GERAL	23/03/2015	001/2014	199/2015
SUELY LINHARES	PROF EDUC. BAS - N. SUP. PED.	20/03/2015	001/2014	196/2015
TAMARA ARAUJO BELEM	MONITOR DE CRECHE	09/03/2015	001/2014	172/2015
VALQUIRIA DA SILVA PEDRO	MONITOR DE CRECHE	02/03/2015	001/2014	164/2015
VILLIAN CARDOZO DOS SANTOS	ANALISTA ADMINISTRATIVO	03/03/2015	001/2014	166/2015

NOMEAÇÕES: Comissionados

Nome	Cargo	Admissão	Ingresso	Portaria
JUCILENE MARIA DE MORAES LIMA	**AJUDANTE DE CUIDADOR**	16/03/2015	Comissionado	179/2015

Nova Mutum – MT, 31 de Março de 2015.

ADRIANO XAVIER PIVETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - DEP. DE RH
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DAS RESCISÕES DO MÊS DE MARÇO DE 2015

A Prefeitura Municipal de Nova Mutum (MT), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.162/0001-06, com sede à Avenida Mutum nº 1250 N, Jardim das Orquídeas, nesta cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao princípio da publicidade, **PUBLICA**, as **Rescisões** e *Exonerações* do mês de **MARÇO** dos servidores conforme abaixo relacionados, estando as mesmas integralmente a disposição no átrio desta municipalidade:

Nome	**Cargo**	**Afastamento**	**Port/Ato Demissão**
EXONERAÇÕES/EFETIVOS			
ARIELE CARDOSO LEMES	AGENTE ADMINISTRATIVO I	31/03/2015	202/2015
CRISTIANE DE ALMEIDA B. SOTANO	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	11/03/2015	176/2015
EDUARDA DAL BEM GUERRA	DENTISTA/ODONTOLOGO - 40 HORAS	09/03/2015	173/2015
FLAVIO MARTINS RIBEIRO	AJUDANTE GERAL	06/03/2015	170/2015
IVONETE FERREIRA LUIS	AGENTES COMUNITARIOS(AS) DE SAUDE	04/03/2015	169/2015
JUCIELI GOMES ROSA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	09/03/2015	174/2015
LUELY MARIA PINTO DA SILVA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	20/03/2015	197/2015
MONICA CRISTINA BARRETO DA SILVA	ZELADOR (FAXINEIRO)	04/03/2015	167/2015
THAISA FERNANDES DOS SANTOS	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	01/03/2015	158/2015
VALMIR ASSIS DA SILVA	AJUDANTE GERAL	04/03/2015	168/2015
EXONERAÇÕES/COMISSIONADOS			
EVANDRO FREDO	ASSESSOR TECNICO - 40 HORAS	02/03/2015	159/2015
JOSE CARLOS DE ALMEIDA	SECRETARIO(A) MUNICIPAL	31/03/2015	089/2015
JOSE CLAUDINEI DE AVILA	COORDENADOR(A) DE DEPARTAMENTO	10/03/2015	175/2015
JUCEMARA BATISTA DE OLIVEIRA	COORDENADOR(A) DE DEPARTAMENTO	16/03/2015	184/2015
LUCIANA DE FATIMA ALVES DA SILVA	ASSESSOR TECNICO - 40 HORAS	16/03/2015	185/2015
MARCIA FREY	COORDENADOR(A) DE SECRETARIA	16/03/2015	183/2015
MAYCON GHIZZI	COORDENADOR(A) DE SECRETARIA	17/03/2015	189/2015
RESCISÕES DE CONTRATO			
ALIDIR DE OLIVEIRA NONATO	INSTRUTOR DE PROGRAMAS IV	17/03/2015	090/2015
ANGELICA IGNACIO DE SOUZA	MERENDEIRA	02/03/2015	056/2015
CLEILDE OLIVEIRA DA SILVA	MONITOR DE CRECHE	03/03/2015	1534/2013
DANIELA CHAVES	INSTRUTOR DE PROGRAMAS IV	25/03/2015	260/2014
EDERSON SILVA PEREIRA	OPERADOR DE MAQUINAS	06/03/2015	088/2014
EDEVANICE LUZIA DOS ANJOS	ZELADOR (FAXINEIRO)	16/03/2015	061/2015
FAGNER MATEUS DE MATOS	AJUDANTE GERAL	16/03/2015	089/2015
GILMAR RODRIGUES DA SILVA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	09/03/2015	005/2015

ILZA DE SOUZA COSTA	ZELADOR (FAXINEIRO)	16/03/2015	096/2015
JACILDA SOUZA SILVA ALBUQUERQUE	PROF EDUC. BASICA - NIVEL SUP. PEDAG.	02/03/2015	067/2015
KATIA APARECIDA MARTINS SOARES	PROF EDUC. BASICA - NIVEL SUP. PEDAG.	19/03/2015	071/2015
KATIA CONC. DE PINHO NEPONOCENO	ZELADOR (FAXINEIRO)	09/03/2015	072/2015
LUCIANA S. DOS SANTOS FERREIRA	PROF EDUC. BASICA - NIVEL SUP. PEDAG.	09/03/2015	1488/2013
LUCIMAR TERESINHA RODRIGUES	MERENDEIRA	25/03/2015	073/2015
LUIZ ALBERTO DA SILVA ALCANTARA	INSTRUTOR DE PROGRAMAS V	31/03/2015	111/2015
MARIA APARECIDA F. DA SILVA	ZELADOR (FAXINEIRO)	16/03/2015	074/2015
MARIA IZABEL DE LIMA	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	03/03/2015	210/2014
MIRIAN APAR. DA BATISTA DE SENNA	PROF EDUC. BASICA - NIVEL SUP. PEDAG.	29/03/2015	1524/2013
NERISSA MARIA DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	23/03/2015	102/2015
ONEIDE DE FATIMA DOS SANTOS	MERENDEIRA	03/03/2015	076/2015
PATRICIA DOS SANTOS SILVA	MONITOR DE CRECHE	11/03/2015	1540/2013
REGINA SALES DE CARVALHO	ZELADOR (FAXINEIRO)	16/03/2015	077/2015
TASSIA REGINA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	02/03/2015	250/2015
THIAGO APARECIDO CAVALCANTE	INSTRUTOR DE PROGRAMAS VI	31/03/2015	249/2015

Nova Mutum – MT, 31 de Março de 2015

ADRIANO XAVIER PIVETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 114, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 114, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

"Prorroga prazo da Portaria nº 082/2015, e dá outras providências".

O Sr.,*Leandro Félix Pereira,* Prefeito em exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo da Portaria nº 082, de 23 de março de 2015, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 23 de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Leandro Félix Pereira

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 115, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 115, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

"Prorroga prazo da Portaria nº 083/2015, e dá outras providências".

O Sr.,*Leandro Félix Pereira,* Prefeito em exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo da Portaria nº 083, de 23 de março de 2015, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 23 de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Leandro Félix Pereira

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 113, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 113, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

"Prorroga prazo da Portaria nº 081/2015, e dá outras providências".

O Sr.,*Leandro Félix Pereira,* Prefeito em exercício de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo da Portaria nº 081, de 23 de março de 2015, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos.

Art. 2º.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 23 de abril de 2015.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Leandro Félix Pereira

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 075 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DEALIMENTAÇÃO ESCOLARDE NOVA OLÍMPIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CRISTÓVÃO MASSON,PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO INERENTES POR LEI.

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam nomeados como Membros do **Conselho deAlimentação Escolarde Nova Olímpia-MT,** para o Biênio compreendido *o período de 15/04/2015 a 15/04/2017,* nos termos da Lei Municipal nº463/2001, e alterações promovidas pela Lei Municipal nº 984/2013osabaixo relacionados :

NOMES	SEGMENTO DE REPRESENTATIVIDADE	CPF
Carmem Lúcia Rodrigues Moura Taysa Campos Fontoura	PODER EXECUTIVO	781 521. 511-49 774.072. 531-53
Josefa Claudicéia Xavier de Lima Antonio Veras Nunes Rosimeire de Oliveira Rosa Melo Célia Soares	PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	815.294. 143-34 488.488.751.49 076.993. 358-05 206.239. 411-04
Elizangela Feitosa de Alencar Cleide Alves Aldair Morais da Silva Rosinei Valério da Silva	PAIS DE ALUNOS	000.756. 951-38 482.731. 391-15 925.298. 521-20 159.314. 796-19
Marilena Tomaz dos Santos	SOCIEDADE CIVIL	378 484 881 87

Rosenilda Lima Almeida Ezequiel Silva de Figueiredo Ernesto de Souza Filho		792.651. 035-15 481.881.401- 63 303.554. 941-91

Art. 2º - Os Membros do Conselho deAlimentação Escolar de Nova Olímpia-MT,não serão remunerados, devendo os serviços serem 3considerados de relevante interesse Público.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SEE CUMPRA.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, em15 de abril de 2015.

CRISTÓVÃO MASSON

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA – MT.

CONTRATADA: **SUZI PINHEIRO – COMERCO - ME**, cadastrada no CNPJ sob o N.º11.671107/0001-88

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER PACIENTES POR MEIO DE ORDENS JUDICIAIS."

VIGENCIA: 22/04/2015 ATE 22/10/2015

VALOR: R$ 36.338,97 (trinta e seis mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos).

NOVA OLÍMPIA- MT 22 DE ABRIL DE 2015

Cristovão Masson

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 001 DE 06 MARÇO DE 2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA MESA DIRETORA.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Nova Olímpia – MT, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal N° 205 de 22 de Dezembro de 1994, e conforme o que foi deliberado em Reunião Ordinária do dia 06 de Março de 2015 e ata de nº 001/2015.

CONSIDERANDO:

A Gestão deste Conselho Municipal de Assistência Social que compreende o período de Março de 2015 a Março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a seguinte composição da mesa diretora do CMAS**.**

- Presidente: Sandra Lemes Duarte

- Vice-presidente: Iranilde Alves da Conceição Santos

- Secretária: Janne Marques Santana

Art. 2 °. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Olímpia-MT, 06 de Março de 2015.

SANDRA LEMES DUARTE

Presidente do CMAS

DECRETO MUNICIPAL Nº. 024 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

QUE EXONERA E NOMEIA MEMBROSDA**COMISSÃO EXECUTIVA E AS SUB-COMISSÕES DA EDUCAÇÃO PARA ORGANIZAR A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA OLÍMPIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CRISTOVÃO MASSON, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Fica exonerada a senhora **Patrícia Alexandra Guilherme,da Sub-Comissão do Ensino Médio,** nomeada através do Decreto Municipal nº 009 de 30 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Fica nomeada a senhora **Cristiane de Freitas Alves**, para fazer parte da **Sub-Comissão do Ensino Médio.**

Art. 3º- Ficam exoneradas as senhorasMaria Aparecida Moreira Fernandes e Madir Alves Rocha, da Sub-Comissão de Jovens e Adultos, nomeadas através do Decreto Municipal nº 009 de 30 de janeiro de 2014.

Art. 4º -Ficam nomeados o senhor José Espedito Mariano da Silva e a senhora Anne Graciela França Campos, para fazerem parte da Sub-Comissão de Jovens e Adultos .

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/MT, em 22 de abril de 2015.

CRISTOVÃO MASSON

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

SUZANY PASSARELLO ARAUJO

Secretária Mun. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO PP 019/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", onde a data prevista para o Credenciamento das empresas participantes será realizado das 08h30min às 09h00min do dia 07 de maio de 2015, e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues ao pregoeiro no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital Completo estará disponível no horário comercial, gratuitamente, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS NA CONFECÇÃO DE MANILHAS e TUBOS, NECESSÁRIOS NAS REDES DE ESGOTO DESTE MUNICÍPIO. Nova Santa Helena,**23** de abril de 2015. JEFFERSON A. S. do NASCIMENTO – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.717, DE 23 DE ABRIL DE 2014

PORTARIA N.º 6.717, DE 23 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a nomeação de nova Comissão Permanente para Recebimento de Medicamentos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

- Considerando o que dispõe o Art. 15, § 8º da Lei Federal n.º 8666 de 21 de junho de 1993; **resolve:**

Art. 1º Nomear **Comissão Permanente para Recebimento de Medicamentos**, destinados a Farmácia Básica, junto Secretaria Municipal de Saúde, composta pelos seguintes membros:

José Ironaldo Araújo Pinto

- Matrícula Funcional n.º 3419, Maria Aparecida Moreira Pinto - Matrícula Funcional n.º 45 e Anita Juliana Machado Coelho de Mello, que sob a presidência do primeiro procederá ao recebimento dos referidos materiais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 5.913/2013.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 23 de abril de 2014.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.719, DE 23 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N.º 6.719, DE 23 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação Valdivino Antonio da Costa, para atuar na fiscalização de contrato, e dá outras providências.

O

Prefeito do Município de Nova Xavantina

, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Contrato nº 18/2.015, firmado entre o Município de Nova Xavantina e a empresa Antonio Alves de Souza e Cia Ltda para a aquisição de gêneros alimentícios, produtos de panificação, utensílios domésticos e materiais de consumo, referente ao Pregão Presencial n.º 004/2. 015, resolve:

Art. 1º Nomear Valdivino Antonio da Costa**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional n.º 22, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, para atuar na fiscalização do Contrato n.º 18/2.015 em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria.**

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do Pregão Presencial n.º 004/2.015, Contrato n.º 18/2.015 e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação com o fito de fiscalizar o Contrato especificado no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 23 de abril de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.715, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA N.º 6.715, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração de Liana Maria Valle dos Santos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

resolve

:

Art. 1º A pedido, exonerar a servidora pública municipal Liana Maria Valle dos Santos – Matrícula Funcional n.º 1180, que exercia a função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a sua nomeação constante da Portaria n.º 3.788/2006.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 23 de abril de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.716, DE 23 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N.º 6.716, DE 23 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação de

João Carlos Santana

, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de acordo com o resultado final do Concurso Público Municipal n.º 001/2014, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 21de outubro de 2014, que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Nomear João Carlos Santana, brasileiro, portador da CI/RG n.º 4235063, inscrito no CPF sob o n.º 000.288.061-07, para exercer em estágio probatório a função de Motorista, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 23 de abril de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.718, DE 23 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N.º 6.718, DE 23 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a nomeação de nova Comissão Permanente para Recebimento de Materiais Licitados, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

- Considerando o que dispõe o Art. 15, § 8º da Lei Federal n.º 8666 de 21 de junho de 1993; **resolve:**

Art. 1º Nomear Comissão Permanente para Recebimento de Materiais Licitados - geral - destinados a Secretaria Municipal de Saúde, composta pelos seguintes membros: **Paulo Henrique Oliveira Barbosa** - Matrícula Funcional n.º 3728,

Tiago Jocelio Moreira Sales

- Matrícula Funcional n.º 3410 e Fabiana Mara Barzotto – Matrícula Funcional n.º 797, que sob a presidência do primeiro procederá ao recebimento dos referidos materiais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. º 5.915/2013.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 23 de abril de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

8º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 010/2014

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ***CONVOCA*** a candidata aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 010/2014** para comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal na **Divisão de Gestão de Pessoas**, apresentando os documentos de habilitação conforme determina o Edital de Processo Seletivo Simplificado 010/2014.

PROFESSOR 6º AO 9º ANO (ZONA RURAL) CLASSE B		
Ordem	inscrição	Nome
12	123	REGIANA RIBEIRO DOS SANTOS
13	17	ROSANA CRISTINA FARIAS

Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina, 23 de abril de 2015.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 6.714, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA N.º 6.714, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Grupo de Trabalho, e dá outras providências.

O *Prefeito do Município de Nova Xavantina*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que **dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT**; **resolve**:

Art. 1º Nomear Grupo de Trabalho, conforme discriminado abaixo, com a finalidade de elaborar e apresentar projeto com vistas à readequação e edição de novas tabelas salariais dos Servidores Públicos Municipais:

I – Representantes do Executivo Municipal

- Adelcimeire Bispo Sirqueira – Secretária de Administração - Matrícula Funcional n.º 3712;

- Welton Magnone Oliveira dos Santos – Auditor - Matrícula Funcional n.º 3536;

- Edivaldo Celestino Barbosa – Assistente Administrativo – Matrícula Funcional n.º 79;

- Mirian Ferreira dos Santos – Agente Administrativo – Matrícula Funcional n.º 590.

II — Representantes do Legislativo Municipal

- André Mobiglia Mesquita;

- Evaldo Euzébio de Freitas.

III – Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SISPUMNOX

- Aderivalcio Silva Benevides – Agente Administrativo – Matrícula Funcional n.º 17;

- Leony Alves de Oliveira – Fiscal de Tributos – Matrícula Funcional n.º 97;

- Adão Carvalho Costa – Agente Administrativo – Matrícula Funcional n.º 001;

- Sebastião Felipe de Oliveira – Técnico em Contabilidade – Matrícula Funcional n.º 21;

- Wander da Silva Guerreiro – Auxiliar de Serviços Gerais - Matrícula Funcional n.º 215

- Cleusa Mara Kasper – Assistente Administrativo - Matrícula Funcional n.º 10;

- Wilmar Teixeira Lima – Auxiliar de Serviços Gerais – Matrícula Funcional n.º 353.

Art. 2º Após concluído os trabalhos o Grupo apresentará ao Chefe do Executivo Municipal, para as providências cabíveis.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 23 de abril de 2015.

Gercino Caetano Rosa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CONTRATO 008/2015

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 008/2015

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**CLAUDEMIR MENDES BARRANCO & CIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.927.325/0001-01, com sede na cidade de Terra Nova do Norte/MT, daqui por diante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo CLAUDEMIR MENDES BARRANCO, brasileiro, médico, portador da Carteira de Identidade RG nº 1136315-0/SJ-MT e inscrito no CPF nº 894.682.441-72**
Objeto	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO PSF NOVO MUNDO. 40 horas semanais
Valor	O valor global para a execução do contrato é de R$ 166.500,00(Cento e Sessenta e Seis Mil e Quinhentos Reais) divididos em 09(nove) parcelas iguais e mensais de R$ 18.500,00 (Dezoito Mil e Quinhentos Reais).
Vigência	A vigência do presente contrato será de 20 de março de 2015, até o dia 20 de Dezembro de 2015
Dotação Orçamentária	099 – 06.002.10.301.0016.2041.3390.36.00 100 – 06.002.10.301.0016.2041.3390.39.00 Orgão: Secretaria de Saúde Local: Fundo Municipal de Saúde
Origem	Processo Licitatório Pregão Presencial nº 007/2015

Novo Mundo/MT, 20 de Março de 2015.

Jose Helio Ribeiro da Silva

Pref

LICITIÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade "**Pregão Presencial nº 011/2015"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 23 de abril de 2015, objetivando a **Aquisição de Tubos de Concreto Circular, Modelo Macho e**

Fêmea, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame a seguinte licitante: *PEDRO QUIRINO DOS SANTOS COMERCIO ME,* com o valor de R$ 228.500,00 (Duzentos e Vinte e Oito Mil e Quinhentos Reais). Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

Novo Mundo MT, 23 de abril de 2015.

Roberta Mezalira Venturoso

Pregoeira Oficial

LICITIÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 003/2014, de 06/01/2014, torna público a adesão por parte da Secretaria de Saúde à Ata de Registro de Preços nº 053/2015, nos termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2015, gerenciado pela Prefeitura de Sorriso – MT, tendo como empresa detentora da Ata de Registro de Preços BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA., objetivando a aquisição de: 01 VEÍCULO POPULAR NOVO ZERO QUILOMETROS CHEVROLET CELTA 1.0.

Novo Mundo – MT, 23 de abril de 2015.

Roberta Mezalira Venturoso

Pregoeira Oficial

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2015

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº. 17/2015, com o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BASICAS PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM. Obteve o seguinte resultadoa empresa**: A. G. SILVA MERCADO - ME** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 02: R$ 11.232,00; ITEM 09: R$ 3.197,20; ITEM 10: R$ 1.675,20; ITEM 11: R$ 595,20; ITEM 12: R$ 1.056,00; ITEM 13: R$ 993,60; ITEM 14: R$ 662,40; Com o valor total de **R$ 19.401,60; (dezenove mil quatrocentos e um reais e sessenta centavos),** e a empresa: **VILMAR A DE OLIVEIRA COMÉRCIO - ME** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 1.689,60; ITEM 03: R$ 3.960,00; ITEM 04: R$ 1.838,40; ITEM 05: R$ 1.737,60; ITEM 06: R$ 1.540,80; ITEM 07: R$ 4.867,20; ITEM 08: R$ 1.622,40; ITEM 15: R$ 326,40; Com o valor total de **R$ 17.582,40; (dezessete mil quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos),** Foram recebidos os documentos de Habilitação das empresas vencedoras onde foi julgada e consideradas devidamente HABILITADAS as empresas **A. G. SILVA MERCADO – ME e VILMAR A DE OLIVEIRA COMÉRCIO - ME.** O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua Cachoeira. Da Fumaça, 77 Bairro Jardim das Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público. Novo São Joaquim - MT, 23 de Abril de 2015.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2015

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, *RATIFICA* a presente Inexigibilidade de Licitação enquadrada no Inciso III, do Art. 25, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação dos serviços da empresa **CARREIRO E CAPATAZ PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA** representada neste ato pelo Sr. LEONARDO GARCIA DOS REIAS, devidamente inscrito junto ao CPF/MF sob o nº. 780.006.881-15 e RG nº 1054995-1/SSP-MT no valor global de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), correndo tal despesa á conta específica constante da Lei Orçamentária do Município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015. Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - MT, em 24 de Abril de 2015.

LEONARDO FARIAS ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
CANCELAMENTO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

CANCELAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu *Prefeito Municipal,* torna público, que foi **CANCELADO** o Processo de Licitação nº 23/2015 – Pregão Presencial nº 15/2015 com o **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FUTURA AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RELÓGIO DE PONTO BIOMÉTRICO PARA SECRETARIAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA,** conforme condições constantes no Item 22.1 – Disposições Gerais. O processo fica cancelado para que sejam feitas alterações no processo em si e readequação do Termo de Referência, para posterior publicação. **Novo São Joaquim - MT, 24 de Abril de 2015.**

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
DECRETO 019/2015 - CONVOCAÇÃO DA III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DECRETO Nº 019/2015

22/04/2015

"Dispõe sobre a Convocação da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Novo São Joaquim e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, Sr. LEONARDO FARIAS ZAMPA, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr.ª ROZANIA NEVES ROSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal Nº 646/2012, de 12 de Dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º

Fica convocada a III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Novo São Joaquim com o Tema: "Política e Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 2º A III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á no Plenário da Câmara Municipal, no município de Novo São Joaquim, no dia 19 de Maio de 2015 (terça-feira), das 07h00min às 17h00min.

Art. 3º A III Conferência Municipal terá a participação dos seguintes segmentos:

I - representantes do Poder Público Municipal;

II - representantes das entidades e organizações da sociedade civil;

III - crianças e adolescentes da Escola Estadual Diniz Alves de Toledo e Escola Municipal Joaquim Rodrigues Soto.

Art. 4º Ficam instituídas as seguintes atribuições da Comissão Organizadora:

I - elaborar o Regimento Interno da III Conferência que trata esta Resolução, que deverá estabelecer os critérios de eleição dos delegados para a 9ª Conferência Estadual e regras para o funcionamento da presente Conferência;

II - garantir as condições logísticas para a realização da III Conferência;

III - definir e organizar subcomissões de trabalho para auxiliar suas atividades.

Art. 5º A Comissão Organizadora será nomeada por ato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e terá a seguinte composição:

I - representantes do CMDCA;

II - representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho e

III - adolescentes.

Art. 6º Os casos omissos e os conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Organizadora Municipal.

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho - SMDST, adotará as providências necessárias para o fiel cumprimento deste decreto.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal aos vinte e dois dias do mês de Abril de 2015.

Leonardo Faria Zampa

Prefeito Municipal

Rozania Neves Rosa

Presidente do CMDCA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu PREGOEIRO, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fica prorrogado prazo para a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, às 09h00 horas (Brasília) do dia 07 de Maio de 2015, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O credenciamento será feito das 08h30 às 09h00. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro até às 09h00 horas (Brasília) do dia 07 de Maio de 2015. OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO (PÃO FRANCÊS, BOLOS, LANCHES, ROSCA, E OUTROS) PARA ATENDIMENTO AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. RETIRADA DO EDITAL: sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3479-1158. Novo São Joaquim - MT, 23 de Abril de 2015.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO CONTRATO Nº 044 PORTARIA 044A/2015

Onde se lê: ...

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor *Hildo João Malacarne* Matrícula nº 4832, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Leia – se: ...

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Janaina Souza Menezes** Matrícula nº 3929, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Paranatinga/MT, 17 de Abril de 2015.

Lucia Aparecida de França Correa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 025/2015, tendo por objetoRegistro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Material de Consumo para Manutenção e Preservação das vias públicas do Município é será adquirido com recurso do FETHAB, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Paranatinga.

O *MUNICÍPIO DE PARANATINGA*, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 025/2015** para Registro de Preços, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preços da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTE-

MA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Empresa vencedora:

Empresa: C.G.N. DE OLIVEIRA COMERCIO-ME

CNPJ: 13.158.179/0001-51

Endereço: Av. Brasil, nº 1907 Centro, Paranatinga-MT, CEP:78870-000.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Quant.	Total
1	341259	AREIA GROSSA (TONELADA)	UNIDADE	R$ 80,000	2. 000,000	R$ 160. 000,000
2	339887	BRITA N. 0 (TONE-LADA)	UNIDADE	R$ 98,000	2. 000,000	R$ 196. 000,000
3	339886	BRITA N. 01 (TONE-LADA)	UNIDADE	R$ 98,000	1. 000,000	R$ 98. 000,000
4	333995	PO DE PEDRA (TO-NELADA)	Unidade	R$ 98,000	3. 000,000	R$ 294. 000,000

TOTAL DO VENCEDOR R$ 748.000,00 (setecentos e quarenta e oito mil reais).

Paranatinga, 08 de Abril de 2015.

Lúcia Aparecida de França Correa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 024/2015, tendo por objetoRegistro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis (*óleo diesel comum, óleo diesel S-10*) Adquiridos com recursos do **FETHAB**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga-MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Vilson Pires**, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 024/2015** para Registro de Preços, homologada pelo Prefeito Municipal,

RESOLVEM

registrar os preços da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Empresa vencedora:

Empresa: ALVERI DA SILVA NETO & CIA LTDA – EPP

CNPJ: 04.386.724/0001-76

Endereço: Avenida XV de Novembro nº1230-Setor Industrial, Paranatinga-MT, CEP:78870-000.

Seq.	Código	Descrição	Unidade.	Valor Unit.	Quant.	Total
1	339942	OLEO DIESEL S-10	LITRO	R$ 3,460	200. 000,000	R$ 692. 000,000
2	340988	OLEO DIESEL COMUM	LITRO	R$ 3,360	200. 000,000	R$ 672. 000,000

TOTAL DO VENCEDOR R$ R$ 1.364.000,000 (Um Milhão trezentos e sessenta e quatro mil reais).

Paranatinga, 08 de Abril de 2015.

Lúcia Aparecida de França Correa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO CONTRATO Nº 045 PORTARIA 045/2015

Onde se lê: ...

I - NOMEAR, o servidor *Luiz Antônio Machado*, Matricula nº3376, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Fiscal do **Contrato nº 046/2015...**

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor **Hildo João Malacarne** Matrícula nº 4832, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Leia – se: ...

I - NOMEAR, o servidor

Luiz Antônio Machado

, Matricula nº3376, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Fiscal do Contrato nº 045/2015...

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora Janaina Souza Menezes Matrícula nº 3929, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Paranatinga/MT, 17 de Abril de 2015.

Lucia Aparecida de França Correa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO CONTRATO Nº 044 PORTARIA 044B/2015

Onde se lê: ...

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor *Hildo João Malacarne* Matrícula nº 4832, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Leia – se: ...

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora**Benvinda Rodrigues Galdino**, Matrícula nº 3929, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Paranatinga/MT, 17 de Abril de 2015.

Lucia Aparecida de França Correa

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

No Extrato de AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2015, Publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Estado de Mato Grosso no dia 23/04/2015, pag. 169/170, nº. 2.211.

Onde se lê: ..., Objeto: Aquisição de máquinas pesadas de fabricação nacional: (02 (duas) escavadeiras hidráulica, 01 (uma) motoniveladora, 01 (uma) pá carregadeira e 01 (um) rolo compactador), com pagamento parcelado, sendo 30% de entrada e 11 parcelas mensais iguais, para atender as necessidades do Município de Paranaíta/MT.

Leia-sê: ..., Objeto: Aquisição de máquinas pesadas de fabricação nacional: (02 (duas) escavadeiras hidráulica, 01 (uma) motoniveladora, 01 (uma) pá carregadeira e 01 (um) rolo compactador), com pagamento parcelado, mínimo de 30% de entrada no ato da entrega e o saldo devedor dividido em 11 (onze) parcelas mensais iguais, para atender as necessidades do Município de Paranaíta/MT.

Paranaíta/MT, 23 de Abril de 2015.

Lizandra Bertolini

Pregoeira

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2015 - RP

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 020/2015, regido pela Lei nº. 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 153/2009 e Decreto Municipal nº. 837/2011, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de Material Filtrante, para atender as necessidades do Município de Paranaíta/MT. Início da Sessão: dia 11/05/2015 - Horário: 08:00 horas. Credenciamento: das 07:30 às 08:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.

Paranaíta/MT, 23 de Abril de 2015.

Luciane Raquel Brauwers

Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT, no uso de suas atribuições legais, *CONVOCA* os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Concurso Público da Câmara Municipal de Paranaíta - MT, destinado ao preenchimento de vagas, a comparecerem à Câmara Municipal de Paranaíta - MT, no Departamento de Recursos Humanos, situada a Rua Alceu Rossi, nº 186, Centro, **no prazo de 30 dias, no horário das 08h00min às 13h00min,** portando os documentos originais e fotocópia ou fotocópia autenticada em cartório abaixo relacionado:

I - Documentos pessoais: Cédula RG e Comprovante do CPF;

II - Titulo de Eleitor e Certidão de regularidade expedida pelo TRE;

III - Cartão do PIS/PASEP se possuir;

IV - Carteira Profissional CTPS/MTE;

V - Reservista se possuir (se masculino);

VI

- Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

VII - Avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental expedido pelo Médico do Trabalho indicado pelo município ou Junta Médica - (as expensas dos exames correrão por conta dos candidatos convocados para a posse).

VIII - Comprovante de endereço atualizado;

IX - Comprovação do grau de instrução e registro nos conselhos pertinentes no Estado de MT.;

X - Certidão de Nascimento (se solteiro);

XI - Comprovação do estado civil (casado, união estável etc..e cópia de CPF.);

XII - Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente.

XIII - Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 matricula escolar;

XIV - Certidão da justiça (cível e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos; (site TJ/MT);

XV - Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; (Declaração a punho).

XVI - Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; (IRPF ou declarar o que possui)

XVII - Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

XVIII - Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal; (Declaração a punho).

XIX - 2 fotos 3x4 recentes;

XX - Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado ou declaração da faculdade (original) mais Histórico Escolar (original) 2 (duas) cópias;

XXI - Registro no Conselho profissional de classe (se for o caso);

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Gabinete da Presidência, em 23 de Abril de 2015.

José Domingos Nunes

Presidente

ANEXO ÚNICO

Cargo: SECRETARIO LEGISLATIVO			
Candidato	Inscrição	Colocação	Edital
ELUCINETE PRADO DOS SANTOS	168	2º	001/2015

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT

PORTARIA N.º **018/2015**

"Dispõe sobre a CONVOCação dOS CANDIDATOS APROVADOS do *Concurso Público nº 001/2014 da câmara Municipal de paranaíta - MT."*

O Presidente da Câmara Municipal de Paranaíta Estado de Mato Grosso, Sr. José Domingos Nunes (Biro), no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º- Fica convocada a partir de 23 de Abril de 2015, a candidata classificada no Concurso Público nº 001/2014, abaixo relacionada, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Paranaita/MT, **no prazo de 30 dias, no horário das 08h00min às 13h00min**, a contar da publicação desta Portaria, para serem nomeados e empoçados no respectivo cargo.

Cargo: **SECRETARIO LEGISLATIVO**

Candidato	Inscrição	Colocação	Edital
ELUCINETE PRADO DOS SANTOS	168	2º	001/2015

§1

º - A candidata convocada terá até 30 (trinta) dias para apresentar a

documentação exigida no ato convocatório que deverá conter no mínimo os

seguintes documentos que deverão ser apresentados em via original ou cópia

autenticada em cartório e 02 (duas) cópias para autenticação pelo Departamento

de Recursos Humanos:

CONTINUAÇÃO PORTARIA N.º 018/2015

I - Documentos pessoais: Cédula RG e Comprovante do CPF;

II - Titulo de Eleitor e Certidão de regularidade expedida pelo TRE;

III - Cartão do PIS/PASEP se possuir;

IV - Carteira Profissional CTPS/MTE;

V - Reservista se possuir (se masculino);

VI - Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

VII - Avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental expedido pelo Médico do Trabalho indicado pelo município ou Junta Médica - (as expensas dos exames correrão por conta dos candidatos convocados para a posse).

VIII - Comprovante de endereço atualizado;

IX - Comprovação do grau de instrução e registro nos conselhos pertinentes no Estado de MT.;

X - Certidão de Nascimento (se solteiro);

XI - Comprovação do estado civil (casado, união estável etc..e cópia de CPF.);

XII - Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente.

XIII - Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 matricula escolar;

XIV - Certidão da justiça (cível e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos; (site TJ/MT);

XV - Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; (Declaração a punho).

XVI - Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; (IRPF ou declarar o que possui)

CONTINUAÇÃO PORTARIA N.º 018/2015

XVII - Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

XVIII - Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal; (Declaração a punho).

XIX - 2 fotos 3x4 recentes;

XX - Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado ou declaração da faculdade (original) mais Histórico Escolar (original) 2 (duas) cópias;

XXI - Registro no Conselho profissional de classe (se for o caso);

§ 2º – O descumprimento de prazo acarretará a exclusão do candidato no concurso e será substituído pelo candidato subseqüente.

§ 3º – O candidato empossado deverá se apresentar imediatamente ao local de trabalho.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e/ou afixação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidente, em 23 de Abril de 2015.

José Domingos Nunes (Biro) – Presidente

Câmara Municipal de Paranaíta- MT

Biênio 2.015/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO N.º 021-2015-CONSELHO DE MEIO AMBIENTE

DECRETO N° 021/2015.

DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação dos componentes para o Conselho Municipal de Meio Ambiente CMMA do município de Pedra Preta e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, Prefeita de Pedra Preta/MT, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

ARTIGO 1° - Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA de Pedra/MT, os cidadãos abaixo elencados, em conformidade com a Lei 615/2011, que passa a ter a seguinte composição:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

:

Titular: Caio Flávio Xavier Monteiro

Suplente: Olavo Carvalho dos Santos

Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Lázaro Manoel Porfírio Vieira

Suplente: Maria Auxiliadora Rezende

Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Maria da Cruz Martins Arruda

Suplente: Valteir Rodrigues Gomes

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB:

Titular: Reynaldo Oliveira Ruy

Suplente: Gilberto Machado Custódio

Associação Comercial e Industrial de Pedra Preta (ACIPP):

Titular: Paulo Roberto Carvalho

Suplente: Heber Vinícius de Oliveira

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA:

Titular: Mariana Carvalho Araújo

Suplente: Cássie Correia Damacena

III – REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTAIS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Titular: Maria Aparecida da Silva Souza

Suplente: Stace Konno Tosta Bereta

Titular: Lindomar Moreira da Silva

Suplente: Uerlen de Toledo Efigênio

Titular: Iraci Ferreira de Souza

Suplente: Edvaldo Pereira Mandinga

Artigo 2° - Os trabalhos prestados pelo CMMA terão serão gratuitos, porém devem ser considerados como relevante serviço presado à municipalidade.

Artigo 3° - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, Cumpra-se.

Pedra Preta/MT, 13 de abril de 2015. MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar de costume na data supra.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

DECRETO N.º 024- 2015 - PROGRESSÃO FUNCIONAL

DECRETO Nº 024/2015

DE 22 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre concessão de progressão funcional conforme o disposto no artigo 55 da Lei Municipal 075/98 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98 e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO *o* disposto no artigo 55 da Lei Municipal nº 075/98 regulamentado pela Lei 351/2003 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98, que tratam da Progressão Funcional;

CONSIDERANDO

a conclusão favorável ao pedido de progressão emitido pela comissão de avaliação de desempenho nomeada pela portaria nº 011/2013 de 01 de janeiro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional aos servidores:

01-ADALTO MACEDO DA SILVA

02- ANTONIO DE LIMA DA SILVA

03- CLADSON BERBEL

04- DIASSIS MOREIRA DE AZEVEDO

05- JOSE ALEXANDRE DA SILVA

06- LEILA AMORIM DE MELO

07- NAPOLEÃO PEREIRA DE OLIVEIRA

08- TEREZINHA DE SOUZA MOREIRA

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa.

EXTRATO CONTRATO 004/2015 (RETIFICAÇÃO)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015 (RETIFICAÇÃO)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: DISPENSA Nº 003/2015	**DATA**: 30/01/2015
CONTRATADO:nobre seguradora do brasil s.a	
OBJETO: contratação de empresa ESPECIALIZADA EM SEGURO DE VEÍCULOS PARA AS SECRETÁRIAS DO MUNICÍPIO.	
VALOR: 23.843,24	**VIGÊNCIA**: 30/01/2016
DOTAÇÃO : 02.001.2004.3390.39 04.001.2017.3390.39 07.001.2139.3390.39 07.001.2040.3390.39 09.001.2085.3390.39 11.001.2050.3390.39 11.001.2050.3390.39	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 004/2015 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é **"REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA e alienação de UM terreno público DENOMINADO LOTE Nº 05, DA QUADRA 55, COM AREA DE 1.054,36m2 (Um mil e cinquenta e quatro metros e trinta e seis centimentros QUADRADO) SITUADO NO LOTEAMENTO NOVA ESPERANÇA, REGISTRADO SOB MATRICULA 9.272, DO LIVRO 02, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TITULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, em cumprimento a Lei Federal nº 11.952/2009 e a Lei Municipal nº 813/2011, conforme CROQUI E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO"** Onde sagrou-se vencedor o Senhor *GILBERTO LUIS BRUN, CPF nº 180.390.731-20,* com o valor a vista, após desconto de **R$ 6. 327,74 (Seis mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos)**. Peixoto de Azevedo-MT, 23 de Abril de 2014.

MARCOS JUNEOR CERVANTES

Presidente – CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

AVISO DE REDEZIGUINAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. AVISO DE REDEZIGUINAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DO CERTAME. PROCESSO Nº 014/2015- PR 007/2015.

O Município de P. da Serra- MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos int., a redeziguinação, da data de abertura do certame do dia **04/05/2015** para o dia **08/05/2015 ás 14:00** horas (horário local), tendo em vista que ocorreu um atraso na publicação do aviso da licitação no Diário Oficial de Contas –DOC/TCE-MT .*CLÁUDIA M S RODRIGUES - PREGOEIRA*

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Poconé – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Nº 006/2015, torna pública a contratação realizada em 14/04/2015, através de DISPENSA DE LICITAÇÃO, cujo fundamento legal é o artigo 24, inciso V da Lei 8.666/93, cujo objeto trata-se de: FORNECIMENTO DE 2.000 L (DOIS MIL LITROS) DE GASOLINA E 700 L (SETECENTOS LITROS) DE ÁLCOOL PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ/MT, com a Empresa AUTO POSTO CRUZEIRO LTDA, no valor Global de R$ 8.150,00 (Oito Mil Cento e Cinqüenta Reais).

Poconé – MT, 16 de abril de 2015.

Juscelino José de Oliveira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SETOR DE LICITAÇÕES
SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO PREGÃO N°06/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria N° 106/2015, de 15/04/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE PONTES DE MADEIRA EM ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ, foi:

Empresa: **URBANO TEODORO DE CAMPOS**

CNPJ:33.654.575/0001-87

POCONÉ - MT, 24 de Abril de 2015

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 111/2015

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Fica prorrogado o prazo por mais (60) sessenta dias o vencimento da Portaria 049/2015, uma vez que houve mudanças nos componentes da "Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar Exercício 2.015", Portaria Nº 076/2015.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 17 de abril de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPALDE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 004/2015

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 004/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ – MT

CONTRATADO: AUTO POSTO CRUZEIRO - LTDA

VALOR GLOBAL: R$ 8.150,00 (OITO MIL E CENTO E CINQUENTA REAIS)

VIGÊNCIA: ABRIL A DEZEMBRO DE 2015

OBJETO: FORNECIMENTO DE 2.000 L (DOIS MIL LITROS) DE GASOLINA E 700 L (SETECENTOS LITROS) DE ÁLCOOL PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ/MT.

PREÇO POR LITRO DE GASOLINA R$ 3,34 (TRÊS REAIS E TRINTA QUATRO CENTAVOS);

PREÇO POR LITRO DE ALCOOL R$ 2,10 (DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS).

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a (o) Portaria N° 106/2015, de 15/04/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 06/05/2015, às 08h00min, na Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz s/n, Centro, Poconé/MT, a reunião de recebimento e abertura dos envelopes de documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação N° 09/2015, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto tia Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, LABORATORIAL E RAIO-X, EM ATENDIMENTO AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO E LABORATÓRIO, DO MUNICIPIO DE POCONÉ.

DIA DA ABERTURA: 06/05/2015 ÀS 08h00min.

POCONÉ - MT, 24 de Abril de 2015.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

A Câmara Municipal de Poconé – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Nº 006/2015, torna público aos interessados o resultado da Dispensa de Licitação n° 001/2015, cujo objeto trata-se de: FORNECIMENTO DE 2.000 L (DOIS MIL LITROS) DE GASOLINA E 700 L (SETECENTOS LITROS) DE ÁLCOOL PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ/MT, com a Empresa AUTO POSTO CRUZEIRO LTDA, no valor Global de R$ 8.150,00 (Oito Mil Cento e Cinqüenta Reais), sendo: Item 01 R$ 3,34 (Três Reais e Trinta Quatro Centavos) por litro de gasolina; Item 02 R$ 2,10 (Dois Reais e Dez Centavos) por litro de álcool.

Poconé – MT, 16 de abril de 2015.

Juscelino José de Oliveira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 009/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 009/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, o RESULTADO, do Pregão Presencial nº 009/2015, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando aquisição de de material de expediente e outros para as secretarias do município, realizado no dia 23/04/2015, às 08h00min, tendo por vencedoras do certame as empresas SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO – ME CNPJ 14.010.264/0001-30LOTES: 01,03,07,08,09,15,16,17,18 e 20, a empresa SONIA MARTINS BARROS – ME CNPJ 07.931.417/0001-17 LOTES : 02,04,05,06,10,11,12,13,14 e 19.

Ponte Branca - MT, 23 de Abril de 2015.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

DECRETO EMERGENCIAL Nº 013/2015

DECRETO EMERGENCIAL Nº 13 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A LIMPEZA DE IMÓVEIS PARTICULARES EDIFICADOS OU NÃO, LINDEIROS ÀS VIAS OU LOGRADOUROS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município e ainda considerando o disposto no artigo 225, da Constituição Federal, "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

Considerando a obrigatoriedade dos Gestores Públicos zelarem pela predominância dos princípios constitucionais da universalidade, impessoalidade e sobretudo da continuidade administrativa, no que tange à prestação dos serviços de limpeza urbana;

Considerando que o serviço de limpeza urbana se faz indispensável quanto a saúde pública, pois a falta de limpeza dos terrenos poderá colocar em risco a comunidade e seus visitantes, pois colabora com a proliferação de diversas doenças;

Considerando a responsabilidade do Município em proteger o bem comum, fim maior do Direito Público, eis que o serviço de limpeza urbana, irrenunciavelmente se faz para se evitar a proliferação de roedores, infestações de mosquito transmissor de "dengue" sendo a época de proliferação acentuada, caramujos africanos, problema este enfrentado há vários anos, sendo também um transmissor de doenças.

Considerando que a administração pública deve resolver de forma enérgica os problemas dos terrenos privados que foram utilizados irregularmente como depósito de lixo, como também nos mesmos houve o crescimento da vegetação, servindo de criadouro para roedores, caramujos africanos e o mosquito transmissor da "dengue";

Considerando que o Município não possui tempo hábil para localizar e notificar os proprietários de acordo com devido processo legal;

Considerando que a realização da limpeza urbana neste caso pelo Município se faz devido a saúde pública, sendo fator preponderante para prevenção da dengue, tendo em vista a situação de calamidade pela qual passa a nossa região, em especial o município vizinho de Ribeirãozinho e demais da mesma área;

Considerando que a não realização deste serviço de limpeza pública em caráter emergencial, poderá ensejar em graves consequências em prejuízo principalmente à população, em razão da disseminação do mosquito da dengue o Aedes aegypti e as doenças ocasionadas pelos caramujos africanos; Considerando a necessidade de executar os serviços essenciais de limpeza urbana especificamente destes terrenos, inerentes ao relevante interesse público, DECRETA:

Art. 1º – Fica declarada situação de emergência no serviço de limpeza urbana dos terrenos que estejam sendo utilizados irregularmente como depósitos de lixo e/ou tomados por vegetação, contrariando a legislação vigente.

Art. 2º – Fica autorizado o Município a realizar a limpeza emergencial destes terrenos. Art. 3º – Fica autorizada a Secretaria de Saúde a realizar o trabalho emergencial destes terrenos urbanos, procedendo à contratação temporária de pessoal, pelo prazo de 30 (trinta) dias prorrogável por igual período de tempo, desde que devidamente justificada e com a finalidade de atender às atividades deste Decreto, com anuência e autorização do Prefeito Municipal.

Art. 4º – A declaração de emergência se caracteriza pela excepcionalidade da situação, especialmente a saúde pública, sendo que dar-se-á por prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste ato, para após ser restabelecido os procedimentos inerentes a este tipo de limpeza.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE BRANCA, EM 22 DE ABRIL DE 2015.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 010/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

REGISTRO DE PREÇOS – SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando o Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Executar o Serviço de Transporte de Alunos da Zona Rural do Município de Ponte Branca, durante o ano letivo de 2015, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ponte Branca-MT. Apenas com a presença dos membros da Equipe de Apoio e Pregoeiro, foi dado inicio a sessão. Após um período de 30 (trinta) minutos, nenhuma empresa compareceu ao certame ou enviou envelopes de proposta e habilitação, sendo que o pregoeiro, na oportunidade, declarou **DESERTO** o certame. O Pregoeiro, no uso de suas atribuições, determinou a **PRORROGAÇÃO** do certame. As propostas deverão ser entregues à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no dia 04/05/2015, às 08h00min, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311 ou via e-mail: licitacaopb@hotmail.com

Ponte Branca - MT, 23 de Abril de 2015.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

RETIFICAÇÃO AVISO PREGÃO N.045/2015

AVISO PREGÃO N.045/2015- PMPL

REGISTRO DE PREÇOS

(PROCESSO N.096/2015-PMPL)

PREGÃO Nº. 045/2015 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELETRICA NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO.

CREDENCIAMENTO: das 07h 30m às 08h do dia 07 de maio 2015.

INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 07 de maio de 2015 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚ-

BLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 23 de abril de 2015.

Lucelia Martos Alves – Pregoeira Interina

AVISO PREGÃO N.045/2015

REGISTRO DE PREÇOS

(PROCESSO N.096/2015-PMPL)

PREGÃO Nº. 045/2015 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELETRICA NAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO.

CREDENCIAMENTO: das 09h 30m às 10h do dia 05 de maio 2015.

INICIO DA SESSÃO: às 10h do dia 05 de maio de 2015 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 23 de abril de 2015.

Lucelia Martos Alves – Pregoeira Interina

RESULTADO CHAMADA PUBLICA 002/2015

PROCESSO N.º068/2015

O Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna publica para conhecimento de interessados que os seguintes snhores foram vencedores da Chamada Publica para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, sendo vencedores NOEL ANTONIO VIEIRA, com valor total de R$19.397,25 (dezenove mil, trezentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), CELISMAR LEAL RAMALHO, com valor total de R$18.425,70 (dezoito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), WEBERSON FERNANDO DA SILVA VIEIRA, com valor total R$11.743,55 (onze mil, setecentos e quarenta e tres reais e cinquenta e cinco centavos),ANTONIO ANGELO DE SOUZA, com valor total de R$18.380,00 (dezoito mil e trezentos e oitenta reais) e REGINALDO ALMEIDA DE SOUZA, com valor total de R$6.390,00 (seis mil e trezentos e noventa reais). Conforme respectiva edital. Pontes e Lacerda/MT, 23 de março de 2015.

José Berion – Presidente da CPL

PREVI LACERDA
PORTARIA N.º 63/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de

***Aposentadoria por Invalidez*, conforme Emenda Constitucional**

n.º 70/2012ao servidor Sr. Paulo Laudelino da Silva."

O Prefeito Municipal do Município de Pontes e Lacerda Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Com fundamento no Art. 6º-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela EC. nº 70/2012, que estabeleceu os critérios para o cálculo de proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, data da publicação da EC n.º 41/2003, c/c o Art. 12, inciso I, e Art. 13 da Lei n.º 1.391 de 26 de junho de 2013, que rege a Previdência Municipal de Pontes e Lacerda, c/c o anexo I da Lei Complementar nº 095/2011 e Decretos: nº 019/2011, nº 069/2012, nº 082/2013 e nº 020/2014, que dispõem sobre a reposição salarial dos servidores municipais;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Invalidez com Proventos INTEGRAIS ao Sr. Paulo Laudelino da Silva, brasileiro, casado, portador do RG n.º 00.773 SSP/MT e do CPF sob o n.º 175.802.001-63, servidor público efetivo no cargo de Professor, Classe "C", Referência "16", lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o n.º 570, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º 2015.03.00039P, a partir de 1º de abril de 2015 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Pontes e Lacerda-MT, 17 de abril de 2015.

Anderson da Silva Lima

Secretário Municipal de Administração

Homologo

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA ABRIL/2015

PORTARIA Nº. 128/2015

Dispõe sobre a exoneração do Sr. Carlos Henrique Carriel do Nascimento, do cargo de Assistente Administrativo e da outras providências

Data: 17/04/2015

GABINETE
LEI Nº. 1.579/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO, Prefeito de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender às necessidades **Orçamentárias do Poder Executivo**, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Especial** ao Orçamento do Município no valor total de **R$ 80.000,00**

(oitenta mil reais)

, na seguinte dotação:

06–SECRETARIA DE SAÚDE

08–FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10–SAÚDE

301–ATENÇÃO BÁSICA

1014–Saúde Melhor Para Todos

1.142–Aquisição de Ambulância

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valor.....R$ 80.000,00

FONTE DE RECURSO: 2201 **– Recursos - Saúde 15%**

Art. 2º - Os recursos orçamentários para dar cobertura ao Crédito Especial aberto no Art. 1º com a fonte de recursos 2201, serão resultantes da anulação parcial das seguintes dotações:

06–SECRETARIA DE SAÚDE

08–FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10–SAÚDE

301–ATENÇÃO BÁSICA

1014–Saúde Melhor Para Todos

2.065–Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Valor.....R$ 80.000,00

FONTE DE RECURSO: 2201 **– Recursos - Saúde 15%**

Art. 3º - Ficam autorizadas as alterações do PPA 2014/2017, Lei 1.432/2013, bem como do Anexo de Prioridades e Metas da LDO/2015 Lei 1.493/2014, que se fizerem necessárias para a abertura do crédito especial descrito no Art. 1º desta lei.

Art. 4º - Fica autorizado, se necessário, a suplementação ou anulação da dotação criada nesta lei, utilizando o limite estabelecido no Art. 4º alínea "b" da Lei 1.548/14 Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de abril de 2015.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO Prefeito

GABINETE
LEI Nº. 1.580/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO, Prefeito de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER- que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender às necessidades **Orçamentárias do Poder Executivo**, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Especial** ao Orçamento do Município no valor total de **R$** ***110.000,00*** **(cento e dez mil reais)**, na seguinte dotação:

12–SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

04–Coordenadoria GERAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS RURAIS

26–

TRANSPORTE

782–TRANSPORTE RODOVIÁRIO

1024 – Expansão, Melhoria e Manutenção da Infraestrutura e Serviços Públicos

1.066 – Aquisição de Caminhão Comboio (Melosa)

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 110.000,00

FONTE DE RECURSO: 2801 **– Recursos - Cota Parte FETHAB**

Art. 2º - Os recursos orçamentários para dar cobertura ao Crédito Especial autorizado no Art. 1º serão resultantes da anulação da seguinte dotação:

12–SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

05–FUNDO DE INVESTIMENTOS DE PONTES E LACERDA

26–TRANSPORTE

782–TRANSPORTE RODOVIÁRIO

1024 – Expansão, Melhoria e Manutenção da Infraestrutura e Serviços Públicos

1.080– Pavimentação/Drenagem/Galerias Pluviais e Obras Complementares

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 110.000,00

FONTE DE RECURSO: 2801 **– Recursos - Cota Parte FETHAB**

Art. 3º - Ficam autorizadas as alterações do PPA 2014/2017, Lei 1.432/2013, bem como do Anexo de Prioridades e Metas da LDO/2015 Lei 1.493/2014, que se fizerem necessárias para a abertura do crédito especial descrito no Art. 1º desta lei.

Art. 4º - Fica autorizado, se necessário, a suplementação ou anulação da dotação criada nesta lei, utilizando o limite estabelecido no Art. 4º alínea "b" da Lei 1.548/14 Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de abril de 2015.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO Prefeito

GABINETE
COMUNICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, inscrita no CNPJ nº 15.023.989/0001-26, torna-se público que REQUEREU da **Secretaria Estadual do Meio ambiente – SEMA**, a *Manifestação Ambiental* – **Construção de Pontes Mistas nas Estradas Rurais**, sito no Município de Pontes e Lacerda - Zona Rural

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO DE CONTRATO/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 020/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA CONSTRUTORA PANAMERICANA LTDA

OBJETO: FICA RESCINDIDO UNILATERALMENTE O CONTRATO Nº. 020/2012 E TODOS OS ADITIVOS DECORRENTES, FACE À EMPRESA CONSTRUTORA PANAMERICANA LTDA, QUE SE REFERE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO INFANTIL – PROJETO PROINFÂNCIA, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2012

.

DISPOSIÇÕES GERAIS: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2012, VINCULA AO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO O CONVÊNIO PAC II 118/2011

DATA: 17/04/2015

RESULTADO PREGÃO N.037/2015

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º080/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO, VASILHAME DE GAS, AGUA MINERAL, VASILHAME DE AGUA E MANGUEIRAS PARA BOTIJAO DE GAS PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA.

A Pregoeira Interina, regido pela Portaria n.º 115/2015 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2015, cujo certame se deu às 09h do dia 23/04/2015; sagrou a Empresa A. TAFAREL-GAS-ME, vencedor dos itens 01 a 06, com valor total de R$194.981,80 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta centavos). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, Lucelia Martos Alves ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 23 de abril de 2015.

Lucelia Martos Alves – Pregoeira Interina

AVISO INEXIGIBILIDADE N.003/2015

PROCESSO N.º 095/2015

O Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a Inexibilidade de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSINATURA DE REVISTA NOVA ESCOLA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, com valor total de R$1.188,00 (um mil e cento e oitenta e oito reais), visto a Empresa FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, que detem a representação comercial exclusiva, preencher as condições previstas no caput do artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93, com alterações havidas pela Lei Federal 8.883/94. Pontes e Lacerda/MT, 23 de abril de 201.

José Berion

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUB DE RESULTADO PREGÃO 09/2015 AQ. UMA ACADEMIA

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 35/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

A prefeitura municipal de Porto Esperidião através do pregoeiro e equipe de apoio, torna publico aos interessados, o resultado do **pregão 09/2015**, objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA ACADEMIA AO AR LIVRE.**

Que teve como vencedor dos itens do único lote a empresa:

P.O. ZIOBER EIRELI-ME CNPJ: 11.152.901/0001-15

Porto Esperidião–MT, 23 de Abril de 2015-Eliel Pereira Alves-Pregoeiro.

LICITAÇÃO
PUB DE EDITAL TOM DE PREÇO 03/2015- REFORMA DA QUADRA VILA CARDOSO

PUB DE EDITAL TOM DE PREÇO 03/2015- REFORMA DA QUADRA VILA CARDOSO

PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36/2015

TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2015

O Município de Porto Esperidião/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL THEODORO JOSÉ DUARTE-VILA CARDOSO.

NO SEGUINTE LOCAL DATA E HORÁRIO:

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES

DATA: 07/05/2015

HORÁRIO: 09 HORAS (horário de Mato Grosso).

Edital Completo: Afixado no endereço Rua Arnaldo Jorge da Cunha n.º 444, Centro, CEP 78.260-000 – Porto Esperidião – MT.

Quaisquer informações sobre este certame poderão ser obtidas junto ao Presidente da CPL de Segunda a Sexta-feira, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal ou pelo fone (065) 3225-1139-Porto Esperidião -MT, 17 de Abril de 2015. JOSÉ GALVÃO DA SILVA SEBALHO PRESIDENTE DA CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA N° 083/2015

(**REVOGA A PORTARIA N° 080/2015 DE 22 DE Abril 2015**)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º) Fica revogada a Portaria n° **080/2015** DE 22 DE Abril 2015.

Artigo 2º) – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de Abril de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 343/2015

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze (22/04/2015), nesta cidade e comarca de Porto dos Gaúchos/MT, no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, localizado no prédio da Prefeitura Municipal, sito a Praça Leopoldina Wilke nº 19, compareceu, **DIRCE FÜLBER,** brasileira, divorciada, portadora da RG nº 2533705-0 SJSP/MT e do CPF. nº 535.811.721-00, residente e domiciliada na Av. Theodoro Rezer n° 489, Centro, neste município de Porto dos Gaúchos/MT, classificada no concurso público 001/2013 realizado em 08 de dezembro de 2013, homologado pelo Decreto 002/2014 em 07 de janeiro de 2014 e nomeada pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 186/2015 de 22 de abril de 2015, para tomar posse com exercício no cargo de **Recepcionista 40 horas – PCCS Saúde,**lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

No ato foi observado que todas as exigências legais para investidura foram satisfeitas com a apresentação da documentação exigida no ato de convocação. E por meio deste compromete-se de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo.

Para constar, eu Adriana Silverio de Almeida Krepsz, com exercício no Departamento de Pessoal, lavrei o presente Termo de Posse e Compromisso, que após lido vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Porto dos Gaúchos/MT, 22 de Abril de 2015.

_____

Dirce Fülber

Empossada

_____

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 184/2015

De: 22 de Abril de 2015

"Eleva Classe do servidor Aparecido de Jesus Pacheco e dá outras providências"

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 383/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar a Classe do servidor **Aparecido de Jesus Pacheco** de (C/A – N/6) para (C/B – N/6) cuja remuneração passará ser R$ 1.532,52 (Hum mil quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos), nomeado no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 22 de Abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 186/2015

De: 22 de Abril de 2015

"Nomeia Dirce Fülber e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, usando de suas prerrogativas legais e ainda, em conformidade com o que preceitua o Artigo 18 da Lei Municipal nº. 018/91 (Estatuto do Funcionário Público Municipal).

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Dirce Fülber,** a partir de 22/04/2015 no cargo de Recepcionista **40 horas – PCCS Saúde,** classificada no concurso público 001/2013, homologado através do Decreto nº. 002/2014, de 07 de Janeiro de 2014 a qual será lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 22 de abril de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: A PECUARISTA TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA EPP - CNPJ N° 16.822.510/0001-84

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREESTAR SERVIÇOS EM LOCAÇÃO DE CAMINHÕES E MAQUINÁRIOS.

DATA DA ASSINATURA: 16 DE ABRIL DE 2015.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL DE: 138.000,00 (CENTO E TRINTA E OITO MIL REAIS)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 005/2015

PREGÃO PRESENCIAL 006/2015

REGISTRO DE PREÇOS 004/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: CONSTRUTORA BRASIL CENTRO OESTE - LTDA - CNPJ N° 03.013.425/0001-23

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREESTAR SERVIÇOS EM LOCAÇÃO DE CAMINHÕES E MAQUINÁRIOS.

DATA DA ASSINATURA: 16 DE ABRIL DE 2015.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL DE: 1.119,000, 00 (HUM MILHÃO CENTO E DEZENOVE MIL REAIS).

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL 008/2015

REGISTRO DE PREÇOS 006/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: GONÇALVES E CAMILO GONÇALVES LTDA - CNPJ N° 02.287.594/0001-99

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A REALIZAÇÃO DE ANALISES DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO COM FORNECIMENTO DE QUIMICO NO MUNICIPIO DE POXORÉU.

DATA DA ASSINATURA: 13 DE ABRIL DE 2015.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL DE: R$ 60.968,70 (SESSENTA MIL NOVECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E SETENTA CENTAVOS).

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL 005/2015

REGISTRO DE PREÇOS 003/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: W. S. CAVALLARI EPP -CNPJ: 01.115.168/0001-05

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA AQUISIÇÃO FUTURA DE LUMINÁRIA DE LED E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E PRAÇAS PÚBLICAS, INCLUINDO DESMONTAGEM, ACONDICIONAMENTO DAS LÂMPADAS RETIRADAS EM EMBALAGEM PRÓPRIA A TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO, SUBSTITUINDO AS LÂMPADAS DAS LUMINÁRIAS EXISTENTES.

DATA DA ASSINATURA: 07 DE ABRIL DE 2015

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ **1.441.543,12**(UM MILHÃO QUATROCENTOS E QUARENTA E UM MIL QUINHENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E DOZE CENTAVOS).

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 020/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT

CONTRATADA: JOÃO NOGUEIRA LUNA

OBJETO:

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL

VALOR: R$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS)

DATA: 01/04/2015

VIGÊNCIA: 31/12/2015

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 052/2011.

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato de prestação de serviços n. 052/2011 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa AÇOEX CONSTRUTORA LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 052/2011 de 13/09/2011, referente ao processo licitatório nº 046/2011.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Originário.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 Fica alterado o prazo de vigência do contrato, sendo acrescido de mais 60 (sessenta) dias corridos, contado a partir da data de assinatura deste termo, vencendo no dia **18 de Junho de 2015.**

Querência – MT, 17 de Abril de 2015.

_____

Município de Querência - MT

Prefeitura Municipal

_____

AÇOEX CONSTRUTORA LTDA

CONTRATADA

LICITAÇÕES
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2015

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O *MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO*, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Av. Cuiabá, Qd. 01 Lote 09, Setor C, CEP: 78643-000, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.465.002/0001-66, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. GILMAR REINOLDO WENTZ**, nomeado por meio de instrumento de mandato, inscrito no CPF sob n. 437.706. 300-68, residente e domiciliado nesta cidade, no uso da atribuição que lhe confere o instrumento de mandato, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado **MARIO FULANETTI FILHO**, inscrito no CPF sob n.º 158.132.248-82, residente e domiciliado no Assentamento P.A Brasil Novo, lote 263, Sítio Paulista, CEP: 78.643-000, Município de Querência - MT, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública Processo nº 013/2015, modalidade Dispensa de Licitação nº 003/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 013/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEXTA: 6. - Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) apresentou a proposta no valor total de R$ 5.057,00 (cinco mil e cinquenta e sete reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unid.	6. Quant.	7. Preço Proposto	8. Valor Total
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**BANANA MAÇÃ IN NATURA**	**KL**	**400**	**R$ 4,00**	**R$ 1.600,00**
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**MELÂNCIA**	**KL**	**500**	**R$ 1,73**	**R$ 865,00**
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**ABOBORA CABOTIA**	**KL**	**300**	**R$ 2,50**	**R$ 750,00**
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**ABOBRINHA VERDE**	**KL**	**250**	**R$ 3,00**	**R$ 750,00**
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**MELÃO**	**KL**	**260**	**R$ 4,20**	**R$ 1.092,00**
					TOTAL:		R$ 5.057,00

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

22. - O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até **15 de Dezembro 2015**.

Querência – MT, 24 de Abril de 2015.

_____

Contratante

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

_____

Contratado

MARIO FULANETTI FILHO

CPF sob n.º 158.132.248-82

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 028/2015

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 028/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 028/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial 019/2015

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para aquisição de letreiros e painéis para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Querência – MT.

Vencedora:

A presente licitação foi fracassada.

Querência - MT, 23 de abril de 2015.

Daniel Stefanello

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 031/2015

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 031/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 031/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 021/2015

OBJETO: Registro de preços para futura e fracionada aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza uso de diversas secretarias deste Município.

Vencedoras:

CELESTINO BITTENCOURT DOS SANTOS, CNPJ: 92.971.597/0001-30**.** Foi a vencedora de 58 itens com um valor R$ 362.605,10 (trezentos e sessenta e dois mil e seiscentos e cinco reais e dez centavos).

CREMONESE WANDSCHEER & CIA LTDA-ME, CNPJ: 08.822.539/0001-38. Foi a vencedora de 37 itens com um valor R$ 351.119,00 (trezentos e cinquenta e um mil e cento e dezenove reais).

GARANTIA COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ:05.945.825/0010-93. Foi a vencedora de 02 itens com um valor R$ 174.150,00 (cento e setenta e quatro mil e cento e cinquenta reais).

Querência - MT, 23 de abril de 2015.

Daniel Stefanello

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 013/2015

O Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 013/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 013/2015

MODALIDADE: Chamada pública 01/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE do Município de Querência – MT.

Vencedores:

Mario Fulanetti Filho, CPF: 158.132.248-82**.** Foi a vencedora dos itens 02, 08, 14 e 19 com um valor R$ 18.722,00 (dezoito mil e setecentos e vinte e dois reais).

Flavia Ruwer, CPF: 886.992.180-87. Foi a vencedora dos itens 1 e 11 com um valor de R$ 8.053,00 (oito mil e cinquenta e três reais).

Idemar Jacó Klein, CPF: 854.287.019-00. Foi a vencedor do item 21 com um valor de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Querência - MT, 27 de março de 2015.

Daniel Stefanello

Presidente da CPL

LICITAÇÕES
CONTRATO DE VENDA DE SERVIÇO DE CONSULTORIAS Nº 023/2015

I – SEBRAE/MT – Serviço de Apoio de Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso, com sede ao foro em Cuiabá/MT, sito na Avenida Rubens de Mendonça, 3.999, inscrito no CNPJ sob o nº 03.534.450/0001-52, neste ato, representado pelo seu Diretor Superintendente, Sr. José Guilherme Barbosa Ribeiro, portador da Carteira de Identidade nº 2.342.563 SSP/RJ e do CPF/MF nº 056.933.227-34, e por sua Diretora, Sra. Eneida Maria de Oliveira, portadora da Carteira de Identidade nº 0153 CRA/MT, e do CPF nº 178.006.331-87, doravante denominado de **CONTRATADO**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- O **CONTRATADO** se compromete a executar para o CONTRATANTE, a tarefa indicada a seguir:

“PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BALDE CHEIO NO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA/MT, ONDE SERÃO CAPACITADOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DE ACORDO COM A METODOLOGIA DESENVOLVIDA PELA EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE”

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 – O(A) CONTRATADO(A) se compromete a executar a tarefa indicada na “Cláusula Primeira”, no período de 09/04/2015 à 31/12/2015;

CLÁUSULA QUINTA – DOS HONORARIOS

5.1 – O preço ajustado é de R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), que pagará o CONTRATANTE ao CONTRATADO(A) em 01(uma) parcela, sendo:

Parcela única no valor de R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) a ser quitada em até 03 meses (90 dias) após a assinatura do mesmo;

Querência/MT – 09 de Abril de 2015.

CONTRATANTE (S):

_____ _____

GILMAR REINOLDO WENTZ ELEANDRO MARIANI RIBEIRO

CPF: 437.706.300-68 CPF: 738.117.690-49

CONTRATADO (S):

_____ _____

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO ENEIDA MARIA DE OLIVEIRA

Diretor Superintendente Diretora

LICITAÇÕES
ERRATA AO AVISO DE RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO – 013/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, da Prefeitura Municipal de Querência, torna Público a errata ao contrato de prestação de serviço do Processo nº **013/2015**.

"ONDE SE LÊ: **Mario Fulanetti Filho, CPF: 158.132.248-82. Foi a vencedora dos itens 02, 08, 14 e 19 com um valor R$ 14.822,00 (quatorze mil e oitocentos e vinte e dois reais).**

LEIA-SE:Mario Fulanetti Filho, CPF: 158.132.248-82**. Foi a vencedora dos itens 02, 08, 14 e 19 com um valor R$ 18.722,00 (dezoito mil e setecentos e vinte e dois reais)."**

Querência – MT., 23 de outubro de 2015.

Daniel Stefanello.

Pregoeiro

GILMAR REINOLDO WENTZ

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2015

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O *MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO*, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Av. Cuiabá, Qd. 01 Lote 09, Setor C, CEP: 78643-000, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.465.002/0001-66, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. GILMAR REINOLDO WENTZ**, nomeado por meio de instrumento de mandato, inscrito no CPF sob n. 437.706. 300-68, residente e domiciliado nesta cidade, no uso da atribuição que lhe confere o instrumento de mandato, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado **MARIO FULANETTI FILHO**, inscrito no CPF sob n.º 158.132.248-82, residente e domiciliado no Assentamento P.A Brasil Novo, lote 263, Sítio Paulista, CEP: 78.643-000, Município de Querência - MT, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública Processo nº 013/2015, modalidade Dispensa de Licitação nº 003/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 013/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEXTA 6. - Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) apresentou a proposta no valor total de R$ 13.665,00 (treze mil seiscentos e sessenta e cinco reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unid.	6. Quant.	7. Preço Proposto	8. Valor Total
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**BANANA MAÇÃ IN NATURA**	**KL**	**1600**	**R$ 4,00**	**R$ 6.400,00**
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**MELÂNCIA**	**KL**	**700**	**R$ 1,73**	**R$ 1.211,00**
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**ABOBORA CABOTIA**	**KL**	**1200**	**R$ 2,50**	**R$ 3.000,00**
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**ABOBRINHA VERDE**	**KL**	**500**	**R$ 3,00**	**R$ 1.500,00**
MARIO FULANETTI FILHO	**158.132.248-82**	**SDW0158132248820503130819**	**MELÃO**	**KL**	**370**	**R$ 4,20**	**R$ 1.554,00**
					TOTAL:	R$	13.665,00

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

22. - O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 15 de Dezembro 2015.

Querência – MT, 24 de Abril de 2015.

_____

Contratante

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

_____

Contratado

MARIO FULANETTI FILHO

CPF sob n.º 158.132.248-82

LICITAÇÕES
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2015

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O *MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO*, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Av. Cuiabá, Qd. 01 Lote 09, Setor C, CEP: 78643-000, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.465.002/0001-66, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. GILMAR REINOLDO WENTZ**, nomeado por meio de instrumento de mandato, inscrito no CPF sob n. 437.706.300-68,

residente e domiciliado nesta cidade, no uso da atribuição que lhe confere o instrumento de mandato, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado **FLAVIA RUWER**, inscrita no CPF sob n.º 886.992.180-87, residente e domiciliada na Estrada R-23, nº 1C – Chácara Hidroquer, CEP: 78. 643-000, Município de Querência - MT, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública Processo nº 013/2015, modalidade Dispensa de Licitação nº 003/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

- É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 013/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEXTA:

6. - Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) apresentou a proposta no valor total de R$ 1.820,00 (um mil oitocentos e vinte reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unid.	6. Quant.	7. Preço Proposto	8. Valor Total
FLAVIA RUWER	**886.992.180-87**	**SDW0886992180870605140801**	**ALFACE IN NATURA**	**KL**	**300**	**R$ 3,74**	**R$ 1.122,00**
FLAVIA RUWER	**886.992.180-87**	**SDW0886992180870605140801**	**RÚCULA**	**KL**	**200**	**R$ 3,49**	**R$ 698,00**
					TOTAL:		R$ 1.820,00

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

22. - O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 15 de Dezembro 2015.

Querência – MT, 24 de Abril de 2015.

_____

Contratante

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

_____

Contratada

FLAVIA RUWER

CPF sob n.º 886.992.180-87

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 033/2015

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 033/2015, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 033/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial 023/2015

OBJETO: Pregão Presencial para registro de preços de Emulsão Asfáltica RL-1C e Emulsão Asfáltica RM – 1C para uso da Administração Pública do Município de Querência- MT.

Vencedora:

DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO S/A – CNPJ: 26.917.005/0001-77. Foi a vencedora dos itens 01 e 02 com um valor de R$ 680. 500,00 (seiscentos e oitenta mil e quinhentos reais).

Querência - MT, 23 de abril de 2015.

Daniel Stefanello

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2015

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O *MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO*, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Av. Cuiabá, Qd. 01 Lote 09, Setor C, CEP: 78643-000, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.465.002/0001-66, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. GILMAR REINOLDO WENTZ**, nomeado por meio de instrumento de mandato, inscrito no CPF sob n. 437.706.300-68, residente e domiciliado nesta cidade, no uso da atribuição que lhe confere o instrumento de mandato, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado **IDEMAR JACÓ KLEIN**, inscrito no CPF sob n.º 854.287.019-00, residente e domiciliado no Assentamento P.A Pingo D'Água, lote 485, zona rural, CEP: 78.643-000, Município de Querência - MT, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública Processo nº 013/2015, modalidade Dispensa de Licitação nº 003/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

- É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 013/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEXTA

:

6. - Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) apresentou a proposta no valor total de R$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unid.	6. Quant.	7. Preço Proposto	8. Valor Total
IDEMAR JACÓ KLEIN	**854.287.019-00**	**SDW08542870190022091410 46**	**MELÂNCIA**	**KL**	**2400**	**R$ 1,30**	**R$ 3.120,00**
					TOTAL:		R$ 3.120,00

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

22. - O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 15 de Dezembro 2015.

Querência – MT, 24 de Abril de 2015.

_____

Contratante

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

_____

Contratado

IDEMAR JACÓ KLEIN

CPF sob n.º 854.287.019-00

LICITAÇÕES
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2015

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O *MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO*, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Av. Cuiabá, Qd. 01 Lote 09, Setor C, CEP: 78643-000, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.465.002/0001-66, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. GILMAR REINOLDO WENTZ**, nomeado por meio de instrumento de mandato, inscrito no CPF sob n. 437.706.300-68, residente e domiciliado nesta cidade, no uso da atribuição que lhe confere o instrumento de mandato, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado **FLAVIA RUWER**, inscrita no CPF sob n.º 886.992.180-87, residente e domiciliada na Estrada R-23, nº 1C – Chácara Hidroquer, CEP: 78. 643-000, Município de Querência - MT, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública Processo nº 013/2015, modalidade Dispensa de Licitação nº 003/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

- É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 013/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEXTA

:

6. - Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) apresentou a proposta no valor total de R$ 6.233,00 (seis mil duzentos e trinta e três reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unid.	6. Quant.	7. Preço Proposto	8. Valor Total
FLAVIA RUWER	**886.992.180-87**	**SDW08869921808706051408 01**	**ALFACE IN NATURA**	**KL**	**1200**	**R$ 3,74**	**R$ 4.488,00**
FLAVIA RUWER	**886.992.180-87**	**SDW08869921808706051408 01**	**RÚCULA**	**KL**	**500**	**R$ 3,49**	**R$ 1.745,00**
					TOTAL:		R$ 6.233,00

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

22. - O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 15 de Dezembro 2015.

Querência – MT, 24 de Abril de 2015.

_____

Contratante

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

_____

Contratada

FLAVIA RUWER

CPF sob n.º 886.992.180-87

LICITAÇÕES
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2015

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O *MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO*, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Av. Cuiabá, Qd. 01 Lote 09, Setor C, CEP: 78643-000, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.465.002/0001-66, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. GILMAR REINOLDO WENTZ**, nomeado por meio de instrumento de mandato, inscrito no CPF sob n. 437.706.300-68, residente e domiciliado nesta cidade, no uso da atribuição que lhe confere o instrumento de mandato, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado **IDEMAR JACÓ KLEIN**, inscrito no CPF sob n.º 854.287.019-00, residente e domiciliado no Assentamento P.A Pingo D'Água, lote 485, zona rural, CEP: 78.643-000, Município de Querência - MT, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/ 2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública Processo nº 013/2015, modalidade Dispensa de Licitação nº 003/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

- É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015**, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 013/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEXTA

:

6. - Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) apresentou a proposta no valor total de R$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unid.	6. Quant.	7. Preço Proposto	8. Valor Total
IDEMAR JACÓ KLEIN	**854.287.019-00**	**SDW0854287019002209141046**	**MELÂNCIA**	**KL**	**600**	**R$ 1,30**	**R$ 780,00**
					TOTAL:		R$ 780,00

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

22. - O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 15 de Dezembro 2015.

Querência – MT, 24 de Abril de 2015.

_____

Contratante

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

_____

Contratado

IDEMAR JACÓ KLEIN

CPF sob n.º 854.287.019-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 15 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO E O DESCONTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, EXERCÍCIO 2015 , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam **NOTIFICADOS** todos os contribuintes e proprietários de imóveis urbanos, sobre o lançamento e desconto do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, exercício 2015.

Art. 2º
. – Notificar, ainda, que o prazo para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU obedecerá aos seguintes prazos:
I- I - Pagamento até o dia 05/08/2015, terá o desconto de 15% (quinze por cento), e ou
II – pagamento em três parcelas sem desconto, sendo a primeira parcela com vencimento em 05/08/2015; a segunda parcela com vencimento em 04/09/2015; e a terceira parcela com vencimento em 05/10/2015.
Art. 3º - O Carnê para pagamento será entregue no domicílio dos contribuintes.
Art. 4º - O contribuinte que não receber o Carnê, deverá retirá-lo no Setor de Tributação da Secretaria da Fazenda do Município.
Art. 5º- Qualquer correção sobre o IPTU deverá ser requerida até o dia 19 de Junho de 2015.
Art. 6º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 14 de Abril de 2015.
Registra-se
Publique-se
Cumpra-se
TARCISIO FERRARI
Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 081 /2015 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

"CONCEDE 20 HORAS AULAS ADICIONAIS A PROFESSORA EFETIVA HELENA MARIA PEDRO DE SOUZA EM SUBSTITUIÇÃO AO PROFESSOR MANOEL EVANGELISTA DOS SANTOS QUE SE ENCONTRA EM DESVIO DE FUNÇÃO".

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º– Conceder 20 horas aulas adicionais a professora efetiva Helena Maria Pedro de Souza em substituição ao professor Manoel Evangelista dos Santos que se encontra em desvio de função.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 13 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 083/2015 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO, O SERVIDOR ALEX LEOPOLDINO NEGRES DE OLIVEIRA DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o Servidor ALEX LEOPOLDINO NEGRES DE OLIVEIRA do Cargo de Diretor de Departamento de Cultura desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT a partir de 22 de Abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 22 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETA

Art.1º Ficam NOMEADOS E CONVOCADOS, os candidatos classificados no concurso público, abaixo citados e relacionados, para comparecerem pessoalmente ou por procurador, munido de instrumento de Procuração, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de **RESERVA DO CABAÇAL/MT**, localizada na **Avenida Mato Grosso nº 221 – Centro – CEP 78265000,** no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, no horário de 08h às 11h30min e de 13h30min as 17h, munidos da documentação especificada no Anexo I.

Paragrafo Único: o quadro abaixo, contendo nº de vagas, classificação, nº de inscrição, nomes e pontuação dos candidatos nomeados e convocados, será incorporado e fará parte integrante do quadro de servidores públicos efetivos estabelecido no Plano de Cargos Carreira e Salários do Município, Lei nº 61 de 26 de outubro de 2010.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE						
Class	Situação	Inscrição	Nome do Candidato	Pt.	Títulos	Pt. Total
8º	Classificado	399951	Marilda de Jesus Rosa	52,00	0,00	52,00

Art.2º Os candidatos, aqui nomeados e convocados, deverão estar munidos da documentação especificada no Anexo I, para tomar posse no cargo.

Parágrafo único. Não serão admitidos os exames médicos exigidos no Anexo I, que tenham sido realizados há mais de 30 (trinta), contados da publicação do presente decreto.

Art.3º Se o candidato nomeado e convocado pelo presente decreto não se apresentar para fazer a entrega de toda a documentação, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado SEM EFEITO o ato de nomeação para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público de Reserva do Cabaçal, nº 001/2013.

Art. 4º Os nomeados pelo presente Decreto, uma vez empossados em seus respectivos cargos, entrarão em efetivo exercício na Administração Municipal em até 15 dias, sendo considerado SEM EFEITO o ato nomeação, bem como o seu termo de posse, se não ocorrer o efetivo exercício em tal prazo.

Art.5º O Candidato aprovado, nomeado e empossado, submeter-se-á ao Regime Jurídico, Estatuto do Servidor Público e demais Legislação Municipal e Regulamento em vigor no Município de Reserva do Cabaçal/MT, inclusive quanto às atribuições e vencimentos nesta Legislação estabelecida, bem como constantes nos Editais de Concurso de nº. 001/2013.

Art.6º Este Decreto Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, em 23 de Abril de 2015.

_____

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 082/2015 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

"EXONERA A PEDIDO, A SERVIDORA POLLYANNA ANDRADE DO CARGO DE PROFESSORA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a Servidora POLLYANNA ANDRADE do Cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 17 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 10/2015 PREGÃO: N° 10/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Mato Grosso nº 221, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367788/0001-31, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISO FERRARI**,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Av A: Mato Grosso s/n, Centro, nesta cidade de Reserva do Cabaçal – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 648.139 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 567.672.001-82, doravante denominado de *GERENCIADORA*, e a empresa ART FINAL COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA EPP**, cadastrada no CNPJ nº 05.292.804/0001-25** instalada na Av. Marechal Rondon. nº 455, Bairro Centro, na cidade de Araputanga/MT, representada neste ato pelo(ª) seu(ª) sócio(ª) proprietário(ª) Agnaldo da Silva Alvarez, portadora do CPF nº 915.127.271-72 e do RG nº 1273298-2 SSP/MT, residente e domiciliado(ª) no Município de Araputanga - MT, doravante denominada **FORNECEDOR**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão Tipo Registro de Preços nº 10/2014, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS VALORES

A presente licitação tem por objeto **registro de preços para futura e eventual serviços de confecção de camisetas, banner's, placas e adesivos em geral para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de saúde e Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT.**

	LOTE 01				
Item	Descrição	UNIDADE	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
01	CAMISETAS MALHA PP COM IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E COSTA TAM. P – M – G	UNIDADE	2.000	R$ 9,00	R$ 18.000,00
02	CAMISETAS MALHA PP COM IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E COSTA TAM. GG - EXGG	UNIDADE	850	R$ 8,00	R$ 6.800,00
03	CAMISETAS MALHA PIQUE GOLA POLO COM SERIGRAFIA NA FRENTE E NAS COSTA TAM. P – M – G – GG – EXGG	UNIDADE	650	R$ 14,00	R$ 9.100,00
04	CAMISETAS GOLA POLO MALHA PP – TAM. P – M – G – GG	UNIDADE	600	R$ 14,00	R$ 8.400,00
05	CAMISETAS MALHA PIQUE COM BORDADO NO BOLSO E NAS COSTAS TAM . P – M – G - GG	UNIDADE	650	R$ 14,00	R$ 9.100,00
06	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CALÇA DE BRIM PESADO PROFISSIONAL TAM 38-40-42-44-46-48-50	UNIDADE	200	R$ 21,50	R$ 4.300,00
07	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE JALECOS DE BRIM LEVE PROFISSIONAL TAM P – M – G	UNIDADE	200	R$ 20,00	R$ 4.000,00
08	UNIFORMES ESPORTIVOS EM GERAL COM GOLA POLO OU GOLA REDONDA, COM NUMERAÇÃO FRENTE E COSTA TAM P – M – G – GG.	UNIDADE	600	R$ 8,50	R$ 5.100,00
09	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE BERMUDAS ESPORTIVAS PERSONALIZADAS DE ACORDO COM IMPRESSÃO	UNIDADE	600	R$ 8,50	R$ 5.100,00

TOTAL DO LOTE R$ 69.900,00

LOTE 02

01	CONFECÇÃO DE ADESIVOS MULTICOLORIDO COM BOA DURABILIDADE EM M²	UNID	150	R$ 20,00	R$ 3.000,00
02	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE BANNER EM LONA 380gm COM IMPRESSÃO COLORIDA COM BOM ACABAMENTO TAM. 120 X 90 CM	UNID	30	R$ 30,00	R$ 900,00
03	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE FAIXAS EM LONA 440 COM IMPRESSÃO COLORIDA COM BOM ACABAMENTO TAM. 7M X 80 CM	UNID	30	R$ 120,00	R$ 3.600,00
04	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO EM LONA COLORIDA PARA OUT DOOR TAM. 9 X 3	UNID	10	R$ 745,00	R$ 7.450,00
05	CONFECÇÃO DE PLACAS COM CHAPAS GALVANIZADAS EM M²	UNID	20	R$ 135,00	R$ 2.700,00
06	ADESIVOS PARA ENVELOPAMENTO DE VEÍCULO COM BOA DURABILIDADE EM M²	UNID	10	R$ 50,00	R$ 500,00
07	ADESIVOS PERFURADOS PARA VEÍCULOS	UNID	10	R$ 44,90	R$ 449,00
08	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E CONFECÇÃO EM PLACA DE PVC INAUGURAÇÃO DE OBRA	UNID	30	R$ 130,00	R$ 3.900,00

VALOR DO LOTE R$ 22.499,00

1.2. O valor total desta Ata de Registro de Preços fixa em R$ 92.399,00 (Noventa e dois mil Trezentos e Noventa e nove Reais).

1.3. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. O fornecimento dos serviços deverão ser entregues em até 05 (dias) dias úteis, mediante ordem de serviços, emitida pela secretaria solicitante.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações para aquisição dos produtos e serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os Serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através da assinatura do contrato ou emissão da autorização de fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da autorização de fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir o fornecimento do objeto, não sendo aceito, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob qualquer pretexto.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante o fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de entrega dos produtos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A FORNECEDORA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, obriga-se a:

I – emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.

II - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à FORNECEDORA, através de crédito em conta corrente mantida pela FORNECEDORA, preferencialmente em, até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente autorização de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Por ocasião do pagamento, o fornecedor, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

9.3. Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Reserva de Cabaçal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto desta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a FORNECEDORA ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Reserva do Cabaçal, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A FORNECEDORA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

13.3. No caso de atraso no fornecimento dos produtos por mais de 15 (quinze) dias após a emissão da requisição, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a FORNECEDORA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a FORNECEDORA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a FORNECEDORA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da FORNECEDORA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das dotações orçamentárias:

Secretaria de Finanças	(075) 03.001.2.013-3390.30 (078) 03.001.2.013-3390.39
Secretaria de Educação Ensino Fundamental	(224) 06.002.2.039-3390.30 (227) 06.002.2.029-3390.39
Secretaria de Educação Ensino Infantil	(281) 06.002.2.029-3390.30 (283) 06.002.2.042-3390.39
Secretaria de Saúde	(359) 07.002.2.055-3390.30 (363) 07.002.2.055-3390.39
Saúde Pab. Fixo	(377) 07.002.2.059-3390.39 (378) 07.002.2.059-3390.39
Saúde Bucal	(387) 07.002.2.061-3390.30 (388) 07.002.2.061-3390.39
Vigilância Sanitária	(397) 07.002.2.064.3390-30 (398) 07.002.2.064.3390.39
Endemias e Controle de Doenças (ECD)	(404) 07.002.2.066-3390-30 (406) 07.002.2.066-3390.39
Reordenamento e Fortalecimento de Vinculo	(437) 08.002.2.070-3390.30 (439) 08.002.2.070-3390.39
IGD-SUAS	(457) 08.002.2.094-3390.30 (458) 08.002.2.094-3390.39
PAIF	(460) 08.002.2.100-3390.30 (463) 08.002.2.100-3390.39
IGD	(465) 08.002.2.101-3390.30 (466) 08.002.2.101-3390.39
FUPIS	(468) 08.002.2.104-3390.30 (470) 08.002.2.104-3390.39
Conselho Tutelar	(483) 08.003.2.079-3390.30 (485) 08.003.2.079-3390.39
Secretaria de Agricultura (Encontro da Mulher Rural)	(537) 11.001-2.068-3390.30 (539) 11-001.2.068-3390.39

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 10/2014 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.0 As partes contratantes elegem o foro de Araputanga/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Reserva do Cabaçal - MT, 17 de abril 2015.

TARCISIO FERRARI Prefeito Municipal GERENCIADOR	ART FINAL COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA EPP FORNECEDOR CONTRATADO)

Fiscal de Contratos

Leticia Venâncio F. Lima

Visto Assessor Jurídico

Delair Teixeira de Alcântara

OAB-MT Nº 15351

TESTEMUNHAS: Nome: RG nº: CPF nº: Assinatura:	Nome: RG nº: CPF nº: Assinatura: .....

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

TERMO RETIFICAÇÃO

PROCESSO: 10/2015

ADESÃO: 001/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO VALOR GLOBAL

O Município de Ribeirão Cascalheira, através da Pregoeira, designada por força das disposições contidas na Portaria nº 004/2015 de 09/01/2015, torna público a retificação do valor global referente ao processo em epígrafe. Onde se lê **Valor Global: R$ 75.230,00**(Setenta e cinco mil, duzentos e trinta reais). Leia-se **Valor Global:R$: 82.530,00** (Oitenta e dois mil, quinhentos e trinta reais).

Ribeirão Cascalheira, 23 de Abril de 2015.

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º ADITIVO PRAZO CONTRATO 80/2013

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 080/2013 –

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2013

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa Josicleia dos Santos - ME, inscrita no C.N.P.J n.º 18.157.020/0001-36.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO BÁSICO E DA OBRA

O prazo de execução dos serviços do contrato será prorrogada por mais 02 (dois) meses, passando a expirar em 24/04/2015.

DATA DA ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2015.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal a empresa Josicléia dos Santos - ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITACAO Nº 001/2015

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental Portal do Araguaia – CIDESAPA, representada pelo presidente Aparecido Marques Moreira, RATIFICA a homologação do processo de Dispensa de licitação 001/2015, emitida pela Comissão Permanente de Licitação de Ribeirãozinho – MT, determinando a celebrar Contrato para a Locação de um imóvel para funcionamento do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental Portal do Araguaia – CIDESAPA, imóvel este pertencente à Srª **DORALICE FERREIRA DE ABREU**, inscrita no CPF sob o nº 304.500.981-68, residente e domiciliada na Av. Ministro João Alberto, Centro – Barra do Garças – MT, o valor global ajustado para contratação será de R$ 14.400,00 (treze mil e duzentos reais), amparados pelo caput e inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93.

Gabinete do Presidente, em 23 de janeiro de 2015.

Aparecido Marques Moreira

Presidente CIDESAPA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE PUBLICIDADE DE LEILÃO Nº 001/2015

AVISO DE PUBLICIDADE DE LEILÃO Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, em 23 de Abril de 2015, através da Comissão Permanente de Licitação torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 12 de Maio de 2015 as 08h30min, a Licitação na Modalidade **LEILÃO, do tipo MAIOR LANCE ou OFERTA, que tem por objeto a alienação de bens imóveis/áreas publicas urbanas e rural, conforme edital e seus anexos. A referida licitação ocorrerá no dia 12 de maio de 2015, a partir das 08h30min, nos locais que se encontram os imóveis a serem leiloados no Município de Rio Branco - MT. Quaisquer informações sobre a licitação bem como o edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Rio Branco/ MT (www.riobranco.mt.gov.br) ou cópia obtida no setor de licitações e contratos no paço da prefeitura, mediante o pagamento das taxas de serviços, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 12h30min.**

Rio Branco-MT, 23 de Abril de 2015.

GABRIEL LIZIERI DOS SANTOS

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

RESOLUÇÃO CMAS Nº 01/2015

Dispõe sobre a aprovação do instrumento eletrônico plano de ação do exercício de 2015.

Considerando a Ata de nº07 da reunião ordinária do dia 15 de Abril de 2015;

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições, que lhe conferem a Lei Municipal nº13 de 26 de fevereiro de 2001,

RESOLVE:

I – Aprovar o instrumento eletrônico plano de ação, composto, além de outras abas, por previsões de atendimento físico e de financiamento da área de Assistência Social para o exercício de 2015.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rondolândia/MT, 23 de Abril de 2015.

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

DIANA DOS SANTOS NERES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 16 - 2015

Decreto Nº 016/2015

De 23 de Abril de 2015

"Dispõe sobre convocação para V Conferência Municipal de Saúde de Rosário Oeste – MT, e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO** Rosário Oeste, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de criar Comissão Organizadora, que se responsabilizará por todas as atividades referentes à realização da V Conferência Municipal de Saúde de Rosário Oeste – MT.

RESOLVE:

Art. 1ª.

Fica convocada a V Conferência Municipal de Saúde de Rosário Oeste – MT.

Art. 2º. A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Coordenador Geral da Conferência.

Art. 3º. A conferência será realizada no dia 09 de Julho de 2015, neste município de Rosário Oeste – MT no Cinema Municipal.

Art. 4°. A conferência terá uma Comissão Organizadora com designação e prerrogativas definidas através de Portaria Administrativa, que se responsabilizará por todas as atividades de sua execução.

Art. 5°. Os delegados serão indicados paritariamente pelas entidades legalmente constituídas no conselho municipal num total de 4 delegados.

Art. 6° A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário para desenvolvimento das atividades das Comissões.

Art. 7° Os demais casos omissos serão regulamentados através de Portaria Administrava.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou fixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 23 de Abril de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO 15 - 2015

DECRETO Nº. 15/2015,

De 23 de Abril de2015

"Dispõe sobre convocação para a VI Conferência Municipal de Assistência Social, e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, *Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO*, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a **VI Conferência Municipal de Assistência Social**, a ser realizada no dia **27 de Maio de 2015**, tendo como tema central: **"CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026"**.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 23 de Abril de 2015.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

Presidente do Conselho Municipal de

Assistência Social de Rosário Oeste - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 002/2015

OBJETO: Contratação de Combustível, óleo lubrificante e filtros de ar

Adjudico o item a A. ALVES VIEIRA - EPP

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: Contratação direta de Combustível, óleo lubrificante e filtros de ar para Câmara Municipal; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) *Processo: Nº 002/2015*; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 01.031.0001.2002.339030; f) Valor: R$ 14.408,00 (quatorze mil, quatrocentos e oito reais; g) **Autorização: em 23/04/2015**, por Valdeir Aparecido Bastos h) **Ratificação: em 23/04/2015**, por Valdeir Aparecido Bastos.

VANDERLEI MARTINS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 002/2015

OBJETO: Contratação de Combustível, óleo lubrificante e filtros de ar

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, homologo o presente processo, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

VALDEIR APARECIDO BASTOS

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2015

CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2015

Contratante: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT*

Contratada: **GLOBAL GESTÃO PÚBLICA LTDA – ME – CNPJ: 20592197/0001-02**

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COM APOIO TÉCNICO NOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, ENVIO DAS CARGAS DO APLIC, LRF, SICONFI, SIOPS, SIOPE, REALIZAÇÃO DE AUDIENCIAS PUBLICAS, ELABORAÇÃO DO PPA, LDO E LOA, SUPORTE TECNICO NOS PROCEDIMENTOS E ROTINA DE RECURSOS HUMANOS, TRIBUTOS, PATRIMONIO E CAPACITACAO E TREINAMENTO DAS REFERIDAS EQUIPES EM ROTINAS E PROCEDIMENTOS por um período de 12 (doze) meses, conforme termo de referência, anexo i deste edital.**

Vigência: 16/04/2015 a 15/04/2016.

Santa Rita do Trivelato, 22 de Abril de 2015.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 078/2015 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 078/2015

DE 17 DE ABRIL DE 2015.

SÚMULA: "REGULAMENTA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR RENDERSSON GABRIEL FIGUEIREDO LEMES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

conceder gratificação a servidor RENDERSSON GABRIEL FIGUEIREDO LEMES.

Art. 1º - Fica acrescido o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do servidor RENDERSSON GABRIEL FIGUEIREDO LEMES portador do RG nº: 20139861 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 039.824.851.69

Art.2º- O percentual acima esta dentro do previsto art. 20 § 1º da lei complementar nº 38 de cargos e salários do município de Santa Rita do Trivelato.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
CONVOCAÇÃO E POSSE EDITAL 22/2015 DO PROCESSO SELETIVO 001/2015

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 22/2015 DO PROCESSO SELETIVO 001/2015

O Sr. **HUGO GARCIA SOBRINHO**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015**, realizado no dia 29/03/2015 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

MONITOR DE ONIBUS ESCOLAR – PONTE DE BARRO

NOME	CLAS
SUZANA DA SILVA PEREIRA	1º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 23 de Abril de 2015.

_____

_____

MONIQUE EMANUELLA MARCANZONI HUGO GARCIA SOBRINHO
Presidente da Comissão Organizadora Prefeito Municipal

CONTRATOS E CONVENIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2015

CONVÊNIOS E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2015

Contratante: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT*

Contratada: **V. E. MAUSOLF TRANSPORTES – ME – CNPJ: 10.881.165/0001-73**

Objeto: **objeto Registro de preços para Contratação de empresa (s) para prestação de serviços de máquinas pesadas e caminhões basculantes e se faz necessário para manutenção de estradas, carregamentos de terra, cascalhos, lixo facilitando a manutenção dos serviços da Secretaria**

Vigência: 16/04/2015 a 15/04/2016.

Santa Rita do Trivelato, 22 de Abril de 2015.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 077/2015 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 077/2015

DE 17 DE ABRIL DE 2015.

SÚMULA: "REGULAMENTA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR ADRIANO LUIZ CECCHIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

conceder gratificação a servidor ADRIANO LUIZ CECCHIN.

Art. 1º - Fica acrescido o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do servidor ADRIANO LUIZ CECCHIN portador do RG nº: 28743415 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 038.580.459-85

Art.2º- O percentual acima esta dentro do previsto art. 20 § 1º da lei complementar nº 38 de cargos e salários do município de Santa Rita do Trivelato.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 17/2015

Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, Tipo Menor Preço global, com a finalidade de selecionar propostas para contratação de dois profissionais médicos para atender nas seguintes unidades: Hospital Municipal (Urgência/Emergência- Plantões 24hs). Unidade do PSF Rural (40 hs semanais) Unidade do PSF Urbano (40 hs semanais) realizações e acompanhamentos de exames de ultrassonografia. Cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520 e demais legislação pertinente. **A abertura desta licitação ocorrerá no dia 05/05/2015 às 14:00 horas, (horário oficial de Brasília), na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação.** O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, de segunda a sexta-feira no horário de 12:00 a 18:00 horas. (horário de Brasília)ou solicitado no e-mail compras@santaterezinha.mt.gov.br . Santa Terezinha – MT, 20 de abril de 2015.*JUSAMY PEREIRA SILVA* Pregoeira Oficial.

LEI 363/2003

LEI MUNICIPAL Nº 363/03

DE 19 DE SETEMBRO DE 2.003

Autoriza o Município de Santa Terezinha, a participar do Consórcio Intermunicipal de Saúde e dá outras providencias.

OLIVAN FERREIRA TRINDADE, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo a promover a participação de Santa Terezinha no consórcio Intermunicipal de saúde constituído por municípios do Estado de Mato Grosso, para consecução das seguintes finalidades.

I – Realizar ações conjuntas de promoção, prevenção e Recuperação da saúde.

II – Planejar, adotar, executar e controlar programas e medidas e consonância com as diretrizes do Sistema de Único de Saúde.

III- Integrar pessoa jurídica, se assim for deliberado e convir ao bom desempenho do consórcio.

Art. 2º - O Consórcio será constituído somente por município regularmente autorizado pelas respectivas Câmaras Municipais.

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial na importância de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) para atender despesas iniciais decorrentes da execução da presente Lei, podendo ser suplementada se necessário, devendo ser consignados nos orçamentos futuros, dotações próprias para mesma finalidade.

Art. 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a destinar a importância de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais de acordo com o consubstanciado no Plano Executivo do Consórcio e deliberado pelo Colegiado de Prefeitos envolvidos.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal, 19 de setembro de 2.003

OLIVAN FERREIRA TRINDADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 168/2015.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Serviço, não concomitante, em favor do Sr. *Domingos Rodrigues da Costa*, servidor público deste município."

O Prefeito Municipal de Administração de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º

- Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pelo servidor, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS e Certidão Original de Tempo de Contribuição expedida pela Secretaria de Estado de Administração - SAD, perfazendo um total de 18 anos e 03 dias, para fins de aposentadoria.

Art. 2º - Compete ao Secretário Municipal de Administração de Santo Antonio do Leste, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Santo Antonio do Leste/MT, 17 de Abril de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 022/2015

Objeto: Este contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) Veículo tipo ambulância (simples remoção), duas portas, ano correspondente ao da emissão da nota fiscal ou ano da linha de produção correspondente, Zero KM, montada em veículo tipo pick-up, motorização de no mínimo 2.4, ar condicionado no compartimento do motorista e do paciente, bi-combustível (gasolina-etanol) potência mínima 140 cv; Air bag duplo, com ABS nas quatro rodas; tanque de combustível com capacidade mínima de 80 litros; pneus 245/70 R16; ignição eletrônica digital incorporada ao sistema de injeção, câmbio e embreagem transmissão cinco à frente e 01 a ré; tração traseira; direção hidráulica; cor branca; maca retrátil em alumínio com encosto reclinável de no mínimo 1,75 metros de comprimento com rodízios; colchonete com perfil alto revestido com courvin mais cinto de segurança; banco para acompanhantes com cinto de segurança; janela de comunicação; piso revestido em material resistente antiderrapante; suporte de soro e sangue sobre a cabeceira da maca; suporte fixação para cilindro de oxigênio (7 litros); sinalizador com sirene e adesivo de caracterização de ambulância com o logotipo do município e com todos osequipamentos exigidos pelo CONTRAM, consoante anexo I do edital de licitação Pregão Presencial nº 008/2015.

Período: 08/04/2015 a 08/07/2017

Valor Global: R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

Data de Assinatura: 08/04/2015

Contratado: **CARRERO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - EPP**

Contratante: *PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE*

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 021/2015

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de empresas para prestação de produtos a serem realizados de confecção de prótese dentaria para pacientes deste Município de Santo Antônio do Leste - MT, consoante anexo I do edital de licitação Pregão Presencial nº 007/2015.

Período: 08/04/2015 a 08/04/2016

Valor Global: R$ 93.840,00 (noventa e três mil, oitocentos e quarenta reais).

Data de Assinatura: 08/04/2015

Contratado: **DENISE CALDAS LIMA DOS SANTOS - ME**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 020/2015

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de Empresa para serviços de produção de material informativo vt´s e jornais, conforme solicitação, consoante anexo I (Gabinete do Prefeito – item 04) do edital de licitação Pregão Presencial nº 006/2015.

Período: 08/04/2015 a 08/04/2016

Valor Global: R$ 31.104,00 (trinta e um mil, cento e quatro reais).

Data de Assinatura: 08/04/2015

Contratado: **KG PRODUÇÕES - ELI GOMES DE OLIVEIRA MEI**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 023/2015

Objeto: Este contrato tem por objetivo a **Prestação de técnicos especializado na Elaboração de Projeto de Licenciamento Ambiental, nas modalidades de LP – (Licença Prévia), LI – (Licença de Instalação), destinadas a pavimentação asfáltica e drenagem de todas as vias urbanas ainda não pavimentada desta cidade totalizando um total de 20. 094,21 (vinte mil noventa e quatro metros e vinte e um centímetros linear) e LO-(Licença de Operação) para jazidas e canteiros de obras, objetivando a regularização ambiental junto a SEMA**

Período: 08/04/2015 a 08/07/2017

Valor Global: R$ R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Data de Assinatura: 08/04/2015

Contratado: **GVO ENGENHARIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI**

Contratante: *PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE*

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
RELATÓRIO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO ATÉ ABRIL DE 2015

SEQ	DESCRIÇÃO	*INICIO*	VALOR R$	EXECUTADO	A EXECUTAR
01	**Projeto:** Construção do Prédio para sede da Prefeitura Municipal.	2005	R$ 820.011,00	R$ 460.020,45	R$ 359.990,55
02	Reforma e Ampliação do Posto de Atendimento Municipal	2012	R$ 589.625,00	R$ 476.685,54	R$ 112.939,46
03	**Projeto: Obra** Reforma e Ampliação do Prédio da Secretaria de Educação	2012	R$ 246.532,80	186.393,78	R$ 60.139,02
06	**Ampliação do Sistema de Abastecimento de Agua**	2011	R$ 1.148.000,00	R$ 746.481,85	R$ 401.518,15
07	Construção de uma Praça recreativa no Jardim Bem Viver	2014	R$ 440.033,37	R$ 68.536,71	R$ 371.496,66
08	Construção de uma Praça Recreativa no Centro	2014	R$ 440.033,37	R$ 68.536.71	R$ 371.496,66
09	Construção de Quadra Esportiva Coberta na Reserva Indígena Aldeia Água Limpa	2014	R$ 509.500,00		R$ 509.500,00
10	Cobertura da Quadra da Escola Municipal Domingos Azzolini	2015	R$ 175.350,42		R$ 175.350,42

Santo Antonio do Leste – MT, em 23 de Abril de 2.015.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATO CONTRATO Nº 019/2015

Objeto: A Contratação da empresa acima é a especialização para realizar análises em amostras de água para abastecimento público, provenientes dos poços artesianos do Município, através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santo Antônio do Leste – MT, com recursos próprios a saber: Realização de análises microbiológicas em amostras de água provenientes dos poços artesianos, e rede de distribuição do Município, de acordo com a Portaria 2914/GM. Os itens a serem analisados são coliformes totais, coliformes fecais.

Período: 01/04/2015 a 31/12/2015

Valor Global: R$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinqüenta reais).

Data de Assinatura: 01/04/2015

Contratado: **GONÇALVES & CAMILO GONÇALVES LTDA**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA N.º 169/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade ao servidorSr. Domingos Rodrigues da Costa."

O Prefeito do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 40, §1º, III, alínea "b" da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei n.º 162 de 31 de outubro de 2005, que rege a previdência municipal, Lei Complementar nº. 053 de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o plano de cargos e carreiras dos servidores públicos efetivo, ativo e inativo de Santo Antônio do Leste e; Lei n° 523 de 31 de março de 2015 que dispõe sobre revisão anual geral na remuneração dos Servidores Públicos de Santo Antônio do Leste;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade, ao Sr. Domingos Rodrigues da Costa, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 043.058 - SSP-MT, inscrito no CPF sob o nº. 304.469.881-20, servidor efetivo no cargo de Operador de Patrola, Nível "XX", Classe XX, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do PREVISAL, n.º 2015.02.00004P, a partir da data de 01/04/2015, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 01 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Santo Antônio do Leste/MT, 17 de abril de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 064/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 064/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Adriana Marcia Ossaka, Portador (a) do CPF nº 010.124.531-97, residente e domiciliado na Rua da Carpa, s/nº, bairro Jardim Ipe, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Adriana Marcia Ossaka

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 063/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 063/2015

Dotação Orçamentári05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Delícia de Andrade, Portador (a) do CPF nº 006.655.281-83, residente e domiciliado na Rua das Violetas nº 671, bairro Popular, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Merendeira**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.066,16 (um mil e sessenta e seis reais e dezesseis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Delícia de Andrade

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 068/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 068/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20090.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Bianca Carmelia Luna, Portador (a) do CPF nº 032.447.821-67, residente e domiciliado na Avenida Jaú nº 1340, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Bianca Carmelia Luna

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 062/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 062/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Ivanize Edilene Ribeiro Carrijo

de Lima, Portador (a) do CPF nº 016.461.641-13, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Jose da Silva Tiago, s/nº, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Ivanize Edilene R. C. de Lima

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 061/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 061/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Regiane Floriano Lira, Portador (a) do CPF nº 032.127.901-80, residente e domiciliado na Rua dos Girassóis nº 1080, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Regiane Floriano Lira

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 069/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 069/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Adriana Aparecida Oenning, Portador (a) do CPF nº 012.169.711-88, residente e domiciliado na Rua do Barbado, nº 60, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Adriana Aparecida Oenning

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 060/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 060/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20090.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Bianca Carmélia Luna, Portador (a) do CPF nº 032.447.821-67, residente e domiciliado na Avenida do Jaú nº 1340, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Bianca Carmélia Luna

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 059/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 059/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Lucieli Liscoski, Portador (a) do CPF nº 981.931.201-91, residente e domiciliado na Rua do Cascudo nº 1469, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.260,60 (um mil duzentos e sessenta reais e sessenta centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Lucieli Liscoski

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 070/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 070/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20090.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Ana Cristina Ferreira de Souza, Portador (a) do CPF nº 993.677.261-04, residente e domiciliado na Rua Jose Lanzari nº 1992, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Ana Cristina Ferreira de Souza

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 071/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 071/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Aparecida Barros de Oliveira, Portador (a) do CPF nº 942.988.821-87, residente e domiciliado na Rua das Azaléias,s/nº, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Aparecida Barros de Oliveira

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 072/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 072/2015

Dotação Orçamentária: 05.007.12.361.0017.20075.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Cleia Macia Alves dos Santos, Portador (a) do CPF nº 029.607.665-12, residente e domiciliado na Rua Piapara, s/nº, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de

qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Cleia Macia Alves dos Santos

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 073/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 073/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Dorvalina de Assunção Ribeiro, Portador (a) do CPF nº 514.441.601-25, residente e domiciliado na Rua Três Quadra 35 Lote 04 s/nº, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Dorvalina de Assunção Ribeiro

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 074/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 074/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Edna da Silva Moreira, Portador (a) do CPF nº 706.003.922-87, residente e domiciliado na Rua do Cascudo, nº 990, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Edna da Silva Moreira

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 075/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 075/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Elisangela da Gloria G. P. Sampaio, Portador (a) do CPF nº 264.798.618-50, residente e domiciliado na Fazenda Água Clara, zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Elisangela da Glória G. P. Sampaio

Testemunhas:

.

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 076/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 076/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Elizete Alves Ferreira, Portador (a) do CPF nº 960.535.691-00, residente e domiciliado na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade de temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Elizete Alves Ferreira

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 077/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 077/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20090.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Fabiana Bisler Klomfass, Portador (a) do CPF nº 003.059.481-21, residente e domiciliado na Avenida André Antonio Maggi s/nº, bairro Setor Industrial, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Fabiana Bisler Klomfass

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 078/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 078/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Francisca da Conceição Fi-

alho, Portador (a) do CPF nº 965.873.003-59, residente e domiciliado na Fazenda Agro Sam, Zona Rural, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Francisca da Conceição Fialho

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 079/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 079/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Jeusa Cristina Castro de Oliveira, Portador (a) do CPF nº 001.683.143-80, residente e domiciliado na Rua 04 s/nº, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Jeusa Cristina Castro de Oliveira

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 080/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 080/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.122.0008.20045.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Jociele Pedroso Ferreira, Portador (a) do CPF nº 008.859.611-70, residente e domiciliado na Rua Projetada 01 Quadra 55 Lote 10 s/nº, bairro Paulino Abatti, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Jociele Pedroso Ferreira

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 081/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 081/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Joelma Vicente da Silva, Portador (a) do CPF nº 030.385.931-84, residente e domiciliado na Rua 03 de Junho nº 1740, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Joelma Vicente da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 082/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 082/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Lilian Evangelista Poiatin Brandão, Portador (a) do CPF nº 024.824.001-39, residente e domiciliado na Rua do Cara, nº 309, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Lilian Evangelista Poiatin Brandão

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 083/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 083/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Marcia Ferreira Rodrigues, Portador (a) do CPF nº 957.073.791-34, residente e domiciliado na Rua 06 s/nº, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Marcia Ferreira Rodrigues

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 084/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 084/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Marcia Regina de França Pinheiro, Portador (a) do CPF nº 699.895.081-00, residente e domiciliado na Avenida das Hortencias nº 1384, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Marcia Regina de França Pinheiro

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 085/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 085/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20086.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Maria Jose dos Santos da Silva, Portador (a) do CPF nº 030.596.164-00, residente e domiciliado na Rua Jundia, nº 1812, bairro Bosque, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer

indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Maria Jose dos Santos da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 086/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 086/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Maria Vilma da Silva, Portador (a) do CPF nº 030.596.164-00, residente e domiciliado na Avenida Pirambé, nº 1790, bairro Jardim Ipe, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Maria Vilma da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 112/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 112/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Raiany Oliveira de Abreu, portador(a) do CPF nº 035.176.871-89, residente e domiciliado na Rua dos Girassóis s/nº, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/04/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser igno-

radas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de abril de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Raiany Oliveira de Abreu

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 087/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 087/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20090.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Mayara Campos Costa, Portador (a) do CPF nº 026.669.691-00, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon s/nº, zona rural - Chácara do Manezinho, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº 1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Mayara Campos Costa

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 111/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 111/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Adeilda Gomes da Silva Pereira, portador(a) do CPF nº 051.361.005-75, residente e domiciliado na Rua dos Girassóis nº 519, bairro Popular, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Adeilda Gomes da Silva Pereira

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 110/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 110/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Mileide Iara Cebalho da Silva, portador(a) do CPF nº 046.682.091-71, residente e domiciliado na Avenida Primavera nº 1638A, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Mileide Iara Cebalho da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 109/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 109/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Patricia Fernandes Ribeiro, portador(a) do CPF nº 039.039.041-04, residente e domiciliado na Rua 28 de Julho s/nº, bairro Bosque, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Patricia Fernandes Ribeiro

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 108/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 108/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Larissa Bertocco Gimenez, portador(a) do CPF nº 366.888.188-09, residente e domiciliado na Avenida Modesto Paludo nº 1612, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Larissa Bertocco Gimenez

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 107/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 107/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Josiane Avila Henrique, porta-

dor(a) do CPF nº 048.135.631-20, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon s/nº, bairro Chácara do Manezinho, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **18/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 18 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Josiane Avila Henrique

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 106/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 106/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Taciane Cristina Maximiano Maciel, portador(a) do CPF nº 055.405.731-02, residente e domiciliado na Rua Piapara nº 2219, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Taciane Cristina Maximiano Maciel

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 105/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 105/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Gessiani Cristiane de Souza, portador(a) do CPF nº 011.170.802-85, residente e domiciliado na Rua dos Lírios nº 1265, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Gessiani Cristiane de Souza

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 104/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 104/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Edinéia Ferreira da Silva, portador(a) do CPF nº 650.804.401-40, residente e domiciliado na Rua 28 de Julho nº 1617, bairro Bosque, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Merendeira**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.132,58 (um mil cento e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Edinéia Ferreira da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 103/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 103/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Edinéia Dias da Silva Salapata, portador(a) do CPF nº 070.696.829-80, residente e domiciliado na Rua 03 de Junho nº 1530, bairro Jardim Ipe, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e catorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Edinéia Dias da Silva Salapata

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 102/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 102/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Débora Naiany Neves da Silva, portador(a) do CPF nº 033.296.021-80, residente e domiciliado na Avenida Corimba nº 1220, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e catorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Debora Naiany Neves da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 101/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 101/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Patricia Cristina Rodrigues, portador(a) do CPF nº 031.200.621-70, residente e domiciliado na Avenida Antonio Andre Maggi nº 1159, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e catorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Patricia Cristina Rodrigues

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 100/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 100/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Nayane Cristina Sampaio Simon, Portador (a) do CPF nº 012.794.571-71, residente e domiciliado na Avenida Surubim nº 1179, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e catorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer

indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Nayane Cristina Sampaio Simon

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 099/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 099/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Mirian dos Santos Ferreira, Portador (a) do CPF nº 023.211.411-07, residente e domiciliado na Avenida Silvestre Domingos Borbon nº 3165, bairro Paulino Abatti, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e catorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Mirian dos Santos Ferreira

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 094/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 094/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20086.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Vanessa Vieira Monteiro , Portador (a) do CPF nº 119.731.897-63, residente e domiciliado na Avenida Jaú, Nº 1529, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Vanessa Vieira Monteiro

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 098/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 098/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.122.0008.20045.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Maria Cristina Oriani Soares, Portador (a) do CPF nº 912.463.501-49, residente e domiciliado na Rua Projetada 15, nº 1672 A, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor de Informática**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.917,99 (um mil novecentos e dezessete reais e noventa e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº 1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Maria Cristina Oriani Soares

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 093/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 093/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Sandra Mara da Silva Pinto, Portador (a) do CPF nº 598.553.632-72, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, Nº 1749, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Sandra Mara da Silva Pinto

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 097/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 097/2015

Dotação Orçamentária: 05.005.13.122.0008.20094.3.1.90.11.00.0.0.01.000000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Marcilene Lima da Silva, Portador (a) do CPF nº 023.402.821-10, residente e domiciliado na Avenida Modesto Paludo s/nº, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e catorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **17/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 17 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Marcilene Lima da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 096/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 096/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.122.0008.20045.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Jose Tiago da Silva Abreu, Portador (a) do CPF nº 028.265.013-05, residente e domiciliado na Rua 03 Quadra 36 Lote 04, s/nº, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor de Informática**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.917,99 (um mil novecentos e dezessete reais e noventa e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **13/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 13 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Jose Tiago da Silva Abreu

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 095/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 095/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Vanilza Maria Pereira da Silva, Portador (a) do CPF nº 024.016.201-33, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, Nº 1823, bairro Jardim Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e catorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Vanilza Maria Pereira da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 092/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 092/2015

Dotação Orçamentária: 05.007.12.361.0017.20075.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Rosangela Vasque Prata, Por-

tador (a) do CPF nº 588.553.632-72, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, Nº 1749, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico de Desenvolvimento Infantil**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e catorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Rosangela Vasque Prata

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 091/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 091/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20086.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Rosana Magalhães da Silva , Portador (a) do CPF nº 882.404.281-34, residente e domiciliado na Avenida Primavera, Nº 2669, bairro Jd Sapezal, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Rosana Magalhães da Silva

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 090/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 090/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.365.0017.20090.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Roberia Carvalhido Candeias, Portador (a) do CPF nº 895.217.902-10, residente e domiciliado na Rua Projetada nº 2059, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.506,76 (um mil quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Roberia Carvalhido Candeias

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 089/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 089/2015

Dotação Orçamentária: 05.001.12.361.0017.20150.3.1.90.11.00.0.0.01.010000

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Nilza Helena da Silva Levy, Portador (a) do CPF nº 386.360.772-49, residente e domiciliado na Rua Piratantã nº960, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Nilza Helena da Silva Levy

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 088/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 088/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Neiva Gomes da Cruz, Portador (a) do CPF nº 003.076.391-69, residente e domiciliado na Rua 13 nº 2247, bairro Águas Claras, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1185/2015, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Técnico em Desenvolvimento Infantil - Monitor**, com carga horária de **40 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.339,14 (um mil trezentos e trinta e nove reais e quatorze centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1185/2015

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1185/2015.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Neiva Gomes da Cruz

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 066/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 066/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Elenir Vieira, Portador (a) do CPF nº 643.543.342-91, residente e domiciliado na Avenida Prefeito Andre Antonio Maggi nº 1049, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Elenir Vieira

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 067/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 067/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Marlene Aparecida de Souza, Portador (a) do CPF nº 579.059.912-53 , residente e domiciliado na R Das Violetas nº 1570, bairro Cidezal II, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE Ilma Grisoste Barbosa	CONTRATADO (A) Marlene Aparecida de Souza

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani CPF 065.101.258-97	Cleia Karaziaki dos Santos CPF 550.815.501-59

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 065/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO Nº 065/2015

Dotação Orçamentária: 05.002.12.361.0017.20089.3.1.90.11.00.0.0.01.180053

O Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF sob nº 01.614.225/0001/09, com sede a Avenida Antônio André Maggi, nº 1400, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Ilma Grisoste Barbosa, brasileira, divorciada, portador do CPF nº 365.515.891-20, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro o(a) Sr.(a) Juliana Souza Felix Fortunato, Portador (a) do CPF nº 006.994.231-55, residente e domiciliado na Avenida Rotary nº 1220, bairro Centro, em Sapezal, neste ato denominado CONTRATADO(A), celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do regime administrativo especial previsto na Lei Municipal nº 1054/2013, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 60, IX da LOM, mediante as cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (A) CONTRATADO (A) acima qualificado(a), exercerá as funções de **Professor Graduado**, com carga horária de **20 horas semanais.**

CLÁUSULA SEGUNDA: O (A) CONTRATADO (A) receberá pelos serviços prestados, a importância mensal de **R$ 1.418,39 (um mil quatrocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos)** pagos na mesma época dos demais componentes do quadro de pessoal do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato vigorará pelo prazo de no máximo um ano, com início em **01/03/2015 e término até 31/12/2015**, somente prorrogável por escrito, nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº

1054/2013

, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA QUARTA: O (A) CONTRATADO (A) sujeitar-se-á às normas gerais do CONTRATANTE, que em nenhum momento poderão ser ignoradas, obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem confiadas.

CLÁUSULA QUINTA: Nenhuma das partes contratantes poderá alegar desconhecimento dos preceitos constitucionais retro mencionados ou de qualquer espécie de indenização ou qualquer outro direito que não esteja previsto na Lei Municipal nº 1054/2013.

CLÁUSULA SEXTA: A presente contratação fica automaticamente rescindida, independente de notificação ou interpelação, sem direito a qualquer

indenização além da prevista na legislação municipal, caso o contratado assuma cargo e função pública efetiva ou cargo comissionado.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Regime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, não sendo cabível ao contratado(a) a estabilidade no emprego.

CLÁUSULA OITAVA: As partes elegem o Foro da Comarca de Sapezal – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões advindas do presente instrumento.

Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sapezal, 01 de março de 2015.

CONTRATANTE	CONTRATADO (A)
Ilma Grisoste Barbosa	Juliana Souza Félix Fortunato

Testemunhas:

Edilson Luiz Miani	Cleia Karaziaki dos Santos
CPF 065.101.258-97	CPF 550.815.501-59

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

PROCESSO Nº 012/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial nº 004/2015, cujo objeto e a elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PEÇAS E SERVIÇOS para a frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT- conforme minuta do contrato e demais anexos, e de acordo ainda com os ditames da Lei Federal nº10. 520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e demais leis pertinentes, vencedora do certame lote 1,2 e 3 a Empresa: AUTO PEÇAS CANAA -EPP, no valor de $ 322.700,00 (trezentos e vinte e dois mil e setecentos reais) vencedora do certame lote 4,5,6,7,8 e 9 a Empresa: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA – ME, no valor de R$: 444.100,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem reais) SENDO QUE OS LOTES de 10 A 21 Serviços mecânicos não compareceu empresa para os referidos lotes.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3473.1012

Serra Nova Dourada - MT, 22 de abril de 2015

Meudra Pereira dos Santos

pregoeira

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

PROCESSO Nº 012/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial nº 004/2015, cujo objeto e a elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PEÇAS E SERVIÇOS para a frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT- conforme minuta do contrato e demais anexos, e de acordo ainda com os ditames da Lei Federal nº10. 520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e demais leis pertinentes, vencedora do certame lote 1,2 e 3 a Empresa: AUTO PEÇAS CANAA -EPP, no valor de $ 322.700,00 (trezentos e vinte e dois mil e setecentos reais) vencedora do certame lote 4,5,6,7,8 e 9 a Empresa: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA – ME, no valor de R$: 444.100,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem reais) SENDO QUE OS LOTES de 10 A 21 Serviços mecânicos não compareceu empresa para os referidos lotes.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3473.1012

Serra Nova Dourada - MT, 22 de abril de 2015

Meudra Pereira dos Santos

pregoeira

EXTRATO CONTRATO 10 E 11/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 10/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA –

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS

ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES,

MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS,

MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, MOTOR EM GERAL, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, CONFORME TERMO DE

REFERÊNCIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R$ 444.100,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem reais)

DATA: 23/04/15 - EDSON YUKIO OGATHA - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 11/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: AUTO PEÇAS CANAA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, MOTOR EM GERAL, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R$ 322.700,00 (trezentos e vinte e dois mil e setecentos reais)

DATA: 23/04/15 - EDSON YUKIO OGATHA - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO 10 E 11/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 10/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA –

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS

ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES,

MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS,

MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, MOTOR EM GERAL, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, CONFORME TERMO DE

REFERÊNCIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R$ 444.100,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem reais)

DATA: 23/04/15 - EDSON YUKIO OGATHA - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 11/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: AUTO PEÇAS CANAA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, MOTOR EM GERAL, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R$ 322.700,00 (trezentos e vinte e dois mil e setecentos reais)

DATA: 23/04/15 - EDSON YUKIO OGATHA - Prefeito Municipal.

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

PROCESSO Nº 012/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial nº 004/2015, cujo objeto e a elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PEÇAS E SERVIÇOS para a frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT- conforme minuta do contrato e demais anexos, e de acordo ainda com os ditames da Lei Federal nº10. 520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e demais leis pertinentes, vencedora do certame lote 1,2 e 3 a Empresa: AUTO PEÇAS CANAA -EPP, no valor de $ 322.700,00 (trezentos e vinte e dois mil e setecentos reais) vencedora do certame lote 4,5,6,7,8 e 9 a Empresa: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA – ME, no valor de R$: 444.100,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem reais) SENDO QUE OS LOTES de 10 A 21 Serviços mecânicos não compareceu empresa para os referidos lotes.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3473.1012

Serra Nova Dourada - MT, 22 de abril de 2015

Meudra Pereira dos Santos

pregoeira

EXTRATO CONTRATO Nº 11/15

EXTRATO CONTRATO Nº 11/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: AUTO PEÇAS CANAA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, MOTOR EM GERAL, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R$ 322.700,00 (trezentos e vinte e dois mil e setecentos reais)

DATA: 23/04/15 - EDSON YUKIO OGATHA - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 10/15

EXTRATO CONTRATO Nº 10/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA –

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS

ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES,

MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS,

MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, MOTOR EM GERAL, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, CONFORME TERMO DE

REFERÊNCIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R$ 444.100,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem reais)

DATA: 23/04/15 - EDSON YUKIO OGATHA - Prefeito Municipal.

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

PROCESSO Nº 012/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial nº 004/2015, cujo objeto e a elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PEÇAS E SERVIÇOS para a frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT- conforme minuta do contrato e demais anexos, e de acordo ainda com os ditames da Lei Federal nº10. 520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e demais leis pertinentes, vencedora do certame lote 1,2 e 3 a Empresa: AUTO PEÇAS CANAA -EPP, no valor de $ 322.700,00 (trezentos e vinte e dois mil e setecentos reais) vencedora do certame lote 4,5,6,7,8 e 9 a Empresa: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA – ME, no valor de R$: 444.100,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem reais) SENDO QUE OS LOTES de 10 A 21 Serviços mecânicos não compareceu empresa para os referidos lotes.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3473.1012

Serra Nova Dourada - MT, 22 de abril de 2015

Meudra Pereira dos Santos

pregoeira

EXTRATO CONTRATO 10 E 11/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 10/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA –

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS

ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES,

MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS,

MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, MOTOR EM GERAL, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, CONFORME TERMO DE

REFERÊNCIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R$ 444.100,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem reais)

DATA: 23/04/15 - EDSON YUKIO OGATHA - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 11/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/15

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/15

CONTRATADO: AUTO PEÇAS CANAA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUN. DE SERRA NOVA DOURADA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, MOLEJO, BOMBAS INJETORAS, MOTOR EM GERAL, BOMBAS HIDRAULICAS E MOTOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R$ 322.700,00 (trezentos e vinte e dois mil e setecentos reais)

DATA: 23/04/15 - EDSON YUKIO OGATHA - Prefeito Municipal.

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

PROCESSO Nº 012/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT, através da sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial nº 004/2015, cujo objeto e a elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PEÇAS E SERVIÇOS para a frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT- conforme minuta do contrato e demais anexos, e de acordo ainda com os ditames da Lei Federal nº10. 520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e demais leis pertinentes, vencedora do certame lote 1,2 e 3 a Empresa: AUTO PEÇAS CANAA -EPP, no valor de $ 322.700,00 (trezentos e vinte e dois mil e setecentos reais) vencedora do certame lote 4,5,6,7,8 e 9 a Empresa: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA – ME, no valor de R$: 444.100,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e cem reais) SENDO QUE OS LOTES de 10 A 21 Serviços mecânicos não compareceu empresa para os referidos lotes.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3473.1012

Serra Nova Dourada - MT, 22 de abril de 2015

Meudra Pereira dos Santos

pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

ERRATA DECRETO N° 062/2015

Publicado no Jornal Oficial AMM de 10/04/2015, Página: 330 – Edição nº. 2203.

Onde se lê:

“DECRETO Nº 062/2015 DATA: 08 de abril de 2015”

Leia-se:

“DECRETO Nº. 062/2015

DATA: 07 de abril de 2015”

Onde se lê:

“GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de abril de 2015.”

Leia-se:

“GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 07 de abril de 2015.”

DECRETO Nº 074/2015

DATA: 16 de abril de 2015

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 267.527, 26 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e, especialmente, a Lei nº 2087/2014 e a Lei nº 2006/2014;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 267.527,26 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos) para atender as seguintes dotações:

10 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLSUSTENTÁVEL

10.010.0.0 - SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLSUSTENTÁVEL

10.010.0.0.18.122.0025.2050 - MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS AÇÕES DA SDS

3.3.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 14.527,26

- (quatorze mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos)

10.010.0.0.18.451.0026.1085 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4.4.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 55.000,00

- (cinqüenta e cinco mil reais)

10.010.0.0.18.541.0024.1038 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AS QUEIMADAS

4.4.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 118.000,00

- (cento e dezoito mil reais)

10.010.0.0.18.541.0026.1087 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.3.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 22.677,82

- (vinte e dois mil, seiscentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos)

3.3.90.00.00.00 - 0394000000- Aplicações Diretas R$ 17.322,18

- (dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e dezoito centavos)

4.4.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações Diretas R$ 40.000,00

- (quarenta mil reais)

T O T A L R$ 267.527,26

Art. 2º. Servirão de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar mencionado no art. 1º, em conformidade com os artigos 14 e 15 da Lei nº 2006/2014, os recursos no montante de R$ 267.527,26 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos), provenientes de superávit financeiro, recursos do FAMUS - Fundo Ambiental do Município de Sinop, apurados conforme planilha elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em anexo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros desde 16/04/2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 16 de abril de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

ERRATA DECRETO N° 063/2015

Publicado no Jornal Oficial AMM de 10/04/2015, Página: 334 – Edição nº. 2203.

Onde se lê:

“DECRETO Nº 063/2015 DATA: 08 de abril de 2015”

Leia-se:

“DECRETO Nº. 063/2015

DATA: 07 de abril de 2015”

Onde se lê:

“GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de abril de 2015.”

Leia-se:

“GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 07 de abril de 2015.”

RESOLUÇÃO Nº 01/2015/CME

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SINOP – MT, no uso de suas atribuições legais, considerandoas disposições contidas nas Resoluções nº 01/2007/ nº 09/2008 do CME/Sinop e do Parecer 04/2015 aprovado na Plenária do CME de 11 de março de 2.015.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a Educação Básica, ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, por um período de 5 (cinco) anos, período de 02 de janeiro de 2.015 a 31 de dezembro de 2.019 ofertado pelo “**COLÉGIO CRISTHIANE ARCHER DAL BOSCO",** situada na Rua das Macieiras, 966 – Bairro Jardim Maringá no Município de Sinop e mantido pela cooperativa de Educadores de Sinop.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA

Sinop – MT, 23 de março de 2.015

Maria Socorro Aissa

Presidente do CME

HOMOLOGO

JUAREZ COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2015/CME

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SINOP

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SINOP – MT, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições contidas na Resolução nº 01/2007 e na Resolução 09/2.008 do CME/Sinop, e tendo em vista o que consta no Processo nº 10/2.014 e do Parecer nº 02/2.015 aprovado na Plenária do CME de Sinop em 11 de marçode 2.015.

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a Educação Básica Etapa da Educação Infantil, de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, por um período de 5 anos compreendido de 02 de janeiro de 2.015 a 31 de dezembro de 2.019, ofertado pelo “COLÉGIO JEAN PIAGET", sediado na AV. dos Jacarandás, 667 e mantida pelo Centro Educacional SUREC LTDA CNPJ.05.456.526/0001 – 02.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA

Sinop – MT, 23 de março de 2.015.

Maria Socorro Aissa

Presidente do CME

HOMOLOGO

PRFEITO MUNICIPAL

JUAREZ COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO RESULTADO DA NOTA FINAL – CONCORRENCIA PÚBLICA N.º 001/2015

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de sua Presidente Comissão de Licitação, torna público para o conhecimento dos interessados, que a nota final da empresa: **S. F. SEVERO, CNPJ** 10.496.618/0001-48**, com a nota final 98,07, e fica designado o dia 04/05/2015 às 11:00 horas** para

prosseguimento do certame com apresentação do envelope de Habilitação.

MARISETE M. BARBIERI

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO – MT ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 036/2015

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pela Lei 8.666/1993, resolve por **ANULAR**, o Procedimento Licitatório na modalidade Pregão Presencial n.º 036/2015, cujo objeto é "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de fardamento e equipamentos para os Agentes Municipais de Trânsito, a ser utilizado no trabalho em campo, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Governo, conforme termo de referencia. **"** Está anulação é motivada tendo em vista que após abertura do certame, constatou-se vicio no termo de referência, o que impossibilitou andamento, devendo, oportunamente, após, revisado o termo de referência, lançar novo edital.

Dilceu Rossato

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 2/2013 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 18 - 12ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 18 AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 2/2013

12ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS

O Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando o Decreto Municipal nº 14, de 3 de fevereiro de 2014, que **HOMOLOGOU** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 2/2013;

Considerando a publicação do Decreto nº 14/2014 no Diário Oficial Municipal de 4 de fevereiro de 2014, Edição nº 1904, páginas 235-236, código identificador D63D350E disponível no **site** www.diariomunicipal.com.br/amm-mt;

Considerando também o que dispõe o Decreto Municipal nº 7, de 22 de janeiro de 2015, que **PRORROGOU** o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 2/2013 para 4 de fevereiro de 2016;

Considerando ainda a publicação do Decreto nº 7/2015 no Diário Oficial Municipal de 26 de janeiro de 2015, Edição nº 2151, página 90, código identificador F7B65674 disponível no **site** www.diariomunicipal.com.br/amm-mt;

RESOLVE

:

Art. 1º Convocar para apresentação da documentação e assinatura de contrato, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 2/2013, na forma do Anexo Único.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, na Avenida Araguaia, nº 248 - Bairro Centro, na Sede do Município, até o dia **30 de abril de 2015**, no horário oficial de Mato Grosso, das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas.

§ 1º Nos termos do caput deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no item 10.1 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado;

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no caput e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital de Abertura.

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, do Decreto nº 14/2014 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, do Decreto nº 7/2015 de Prorrogação do PSS 2/2013 e da legislação municipal aplicável.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 23 de abril de 2015.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

==========

ANEXO ÚNICO AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 18 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 2/2013

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL (LOTAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO
OLGA RODRIGUES BRITO	Professora	ATRIBUIÇÃO DE ACORDO COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (Creche Dona Elza, Creche Dona Tunica ou Pré-Escola)	9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº12

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** comunica aos interessados, que realizara o **PROCESSO LICITATÓRIO** abaixo relacionado, nos termos da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.

MODALIDADE*:* **PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2015**

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTO DA PATROL 140 NEW HOLLAND E PÁ CARREGADEIRA 12 B NEW HOLLAND DA SECRETRARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DE SÃO JOSÉ DO POVO**

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTA E JULGAMENTO: **Dia 6 de Maio de 2015 às 16:00.**

Os envelopes com a documentação e proposta serão recebidos até o horário e data acima especificados, na sala de licitações, situada na

SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO

.

Para participação deste certame licitatório, deverá ser obtido o convite pelas empresas e ou pessoas cadastradas no ramo pertinente com antecedência de até 24 horas da apresentação dos envelopes, no endereço SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO no horário das 12:00 às 17:00 horas, ou pelo email: llgaguaviva@hotmail.com. O edital completo encontra-se a disposição no site www.saojosedopovo.mt.gov.br

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 23/04/2015.

_____

Maria Irandi Duarte

Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL Nº. 02/2015 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, juntamente com a **CÂMARA MUNICIPAL,** atendendo ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000; torna público que realizará *AUDIÊNCIA PÚBLICA,* com o objetivo de discutir com a comunidade **o PROJETO DE LEI** sobre a **LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA** no dia **27 de Abril de 2015,** com inicio **às 16h00min, no Plenário "Antônio Ângelo Medeiros" na Câmara Municipal;** sito á Rua Governador Castelo Branco - 715 – Centro – São José do Povo-MT; **para discussão da proposta da LDO, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões acerca do assunto em pauta.**

O presente edital será disponibilizado no site desta Prefeitura Municipal **www.saojosedopovo.mt.gov.br .**

São José do Povo-MT, 23 de Abril de 2015.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no Mural desta Prefeitura

_____

No Mural da Câmara Municipal_____

E No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____, e no Site www.saojosedopovo.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

LEI N° 1.051, DE 22DEABRIL DE 2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, COM OBJETIVO DE TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A REALIZAÇÃO DA18ª EXPOCLARO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar transferência de recursos financeiros, à titulo de cooperação financeira, para a ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, inscrita no CNPJ sob nº 24.977.415/0001-88, localizada na Rodovia MT 010, Zona Rural, KM 02, em São José do Rio Claro-MT.

Art. 2º O valor do convênio a ser celebrado entre as partes para a transferência de recursos financeiros no importe de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser financiado pelo tesouro Municipal, no exercício de 2015.

§ 1º A liberação dos valores referidos no presente artigo será efetuada em única parcela a ser depositado em conta indicada no termo de convênio.

§ 2º Os recursos financeiros de que dispõe este artigo serão destinados exclusivamente para a realização da **18ª EXPOCLARO,** no Município de São José do Rio Claro – MT.

Art. 3º. Para atender as despesas de que trata o Artigo 2º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

07.004.13.392.0034.1122.3.3.60.41.00.00 - Contribuições

Art. 4º. Os recursos decorrentes destas contribuições sociais serão liberados duas parcelas, sendo em 50%de até 10 (dez) dias após a assinatura do convênio e o restante no prazo máximo de 20 dias, após o primeiro pagamento.

Art. 5º A Conveniada deverá prestar contas dos recursos recebidos, conforme previsto no próprio Termo de Convênio a ser celebrado.

§ 1º A prestação de contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverá ser assinada pelo representante da entidade Conveniada.

Art. 6º Para viabilização da presente Lei, o Poder Executivo fica autorizado a celebrar o respectivo Convênio com a ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, onde serão estabelecidos os direitos, deveres, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 22 de abril de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

LEI N° 1.050, DE 22 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF, BEM COMO, DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS, VAGAS E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA O NASF, NOS TERMOS DO ART. 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação e votação da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Para apoiar e auxiliar as ESF´s do Município fica criado o Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, em parceria com o Governo Federal, regido pela Portaria nº 2488 de 21 de Outubro de 2011 e nº 548 de 04 de Abril de 2013 do Ministério da Saúde, composto por no mínimo 05 (cinco) dos profissionais constantes do art. 2º desta Lei.

§ 1º - Fica o Município autorizado a criar cargos e vagas de Psicólogo do NASF; Médico Psiquiatra do NASF; Farmacêutico do NASF; Nutricionista do NASF; Terapeuta Ocupacional do NASF; Educador Físico do Nasf; Fisioterapeuta do NASF, Fonoaudiólogo do NASF e Assistente Social do Nasf, por tempo determinado, para execução dos serviços desempenhados pelo Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, conforme quadro constante do anexo I.

§ 2º - Esta lei estabelece às condições de contratação, remuneração, direitos e deveres dos profissionais que compõem a equipe funcional do NASF, no âmbito do Município de São José do Rio Claro – MT.

§ 3º - As contratações serão feitas através de Processo Seletivo Simplificado, realizado pela Prefeitura de São José do Rio Claro.

§ 4º - A criação dos cargos estabelecidos no § 1º deste artigo tem fundamento no artigo 37, inciso I e IX da Constituição da República Federativa do Brasil e visa exclusivamente às necessidades estabelecidas para a execução do Núcleo de Apoio da Saúde da Família (NASF) criado pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º

- Compete ao Secretário Municipal de Saúde e Saneamento a definição da composição numérica da equipe do NASF, devendo observar, obrigatoriamente, a presença dos seguintes profissionais de saúde: I. Psicólogo do NASF; II. Nutricionista do NASF; III. Educador Fisico do NASF; IV. Fisioterapeuta do NASF. V. Fonoaudiólogo do NASF VI. Assistente Social do NASF

Art. 3º - O número de vagas e a remuneração mensal a ser paga aos profissionais componentes da equipe do NASF, bem como os requisitos necessários às contratações, vantagens pecuniárias e exigências de dedicação aos programas, são as definidas no Anexo I desta Lei, até o limite do valor previsto na Portaria nº 3124 de 28/12/12 do Ministério da Saúde.

Parágrafo Único – As atribuições dos cargos acima criados constam do anexo II desta Lei.

Art. 4º - Além da remuneração prevista no artigo anterior, os profissionais competentes da equipe do NASF farão jus a:

I. Gozo de férias anuais de 30 (trinta) dias, observados os mesmos requisitos e condições de concessão para os servidores públicos municipais; II. Pagamento de gratificação natalina, correspondente a um mês de remuneração, no mês de Dezembro, à razão de 1/12 a cada mês efetivamente trabalhado, ou fração superior a 15 (quinze) dias.

Art. 5º - A vinculação dos profissionais componentes da equipe do NASF com a Administração Municipal de São José do Rio Claro se dará mediante celebração de contrato individual temporário, regido pelo direito administrativo, podendo ser observado, quanto aos deveres e obrigações, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, no que couber e for aplicável.

Art. 6º - Os contratos a serem celebrados com os profissionais contratados por esta lei terão a duração de 01 (um) ano, podendo ser renovado por igual período.

§ 1º - Devido à duração indeterminada dos programas tratados nesta lei, os contratos a que se refere o artigo 5º terão sua duração limitada ao período de existência do Programa, renovando-se o prazo mediante a celebração de termos aditivos.

§ 2º - Caso haja a extinção do Programa, o contrato poderá ser rescindido, mediante comunicação prévia ao contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

Art. 7º - Ao servidor ocupante de cargo efetivo no quadro de pessoal da municipalidade, quando designado para atuar no NASF, a ele será deferido uma gratificação pelo exercício da função, em valor correspondente à diferença entre a remuneração de seu cargo efetivo ou da função pública ocupada e a prevista para o Programa, constante do Anexo I desta Lei.

§ 1º - Também se aplica o estabelecido no “caput” deste artigo, aos servidores da União e do Estado que se encontra em disponibilidade no Município de São José do Rio Claro.

§ 2º - Sobre a gratificação definida no “Caput” deste artigo incidem todos os descontos previstos em Lei.

Art. 8º - O pagamento da gratificação pelo exercício da função no NASF prevista no artigo 7º anterior não configura a existência de novo vínculo jurídico, para efeito de aplicação dos incisos XVI e XVII, ambos do artigo 37 da Constituição da República.

Art. 9º - O planejamento, coordenação, supervisão, controle e responsabilidade do NASF ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 10 – As dotações para cobertura orçamentária das despesas decorrentes dessa lei são aquelas consignadas no orçamento vigente.

Art. 11 – A extinção do contrato temporário poderá ocorrer nos seguintes casos:

I. Término do prazo contratual; II. A pedido do contratado, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias; III. Interrupção do programa; IV. Falta grave cometida pelo contratado; e V. Por interesse da administração pública.

Parágrafo Único – Em qualquer das formas de extinção do contrato somente será devido ao contratado a remuneração prevista no artigo 3º e as verbas do artigo 4º.

Art. 12 - O Chefe do Poder Executivo Municipal, objetivando ao atendimento do “NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF”, poderá firmar Termo de Convênio, Ajustes, Acordos e outros que se fizerem necessários para o desenvolvimento do mesmo, com qualquer esfera de Governo, inclusive com outros Municípios.

Art. 13 - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta do orçamento oriundo de Convênios/Repasses do Ministério da Saúde efetuados à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 14 - Fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber, mediante Decreto.

Art. 15- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 22 de abril de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

ANEXO I - TABELA DE CARGOS, ESCOLARIDADE, VAGAS, CARGA HORÁRIAE REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO NASF

CARGO	ESCOLARIDADE	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL (horas)	REMUNERAÇÃO MENSAL R$
Psicólogo do NASF	Nível Superior – Formação em Psicologia e inscrição no CRP	01	30	R$ 2.002,78
Nutricionista do NASF	Nível Superior – Formação em Nutrição e inscrição no CRN	01	40	R$ 2.670,38
Educador Físico do Nasf	Nível Superior – Formação em Educação Física (Licenciatura) e inscrição no CREF	01	30	R$ 2.386,43

Fisioterapeuta do NASF	Nível Superior – Formação em Fisioterapia e inscrição no CREFITO	01	40	R$ 2.670,38
Fonoaudiólogo do NASF	Nível Superior, Formação em Fonoaudiologia e inscrição no CRF	01	30	R$ 2.002,78
Assistente Social do NASF	Nível Superior E Registro no Conselho	01	30	R$ 2.670,38

ANEXO II - FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES

PSICÓLOGO DO NASF: Identificar, em conjunto com as Equipes Saúde da Família e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas; identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações; atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Internação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos; acolher os usuários e humanizar a atenção; desenvolver coletivamente, com vistas à intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras; promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde; elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades do NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, e outros veículos de informação; avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implantação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos; elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção do NASF; elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas ESF e o NASF do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada; realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional; discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas; criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dosgrupos de maior vulnerabilidade; evitar prática que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos, bem como desenvolver ações que visem à difusão da cultura de atenção não-manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura; desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial; ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.

NUTRICIONISTA DO NASF: Realizar ações de promoção de práticas alimentares saudáveis em todas as fases do ciclo da vida e respostas às principais demandas assistenciais quanto aos distúrbios alimentares, deficiências nutricionais e desnutrição, bem como aos planos terapêuticos, especialmente nas doenças e agravos não-transmissíveis; conhecer e estimular a produção e o consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente; promover a articulação Inter setorial para viabilizar o cultivo de hortas e pomares comunitários; capacitar as ESFs e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição; elaborar em conjunto com as ESFs rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à alimentação e nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra-referência do atendimento.

EDUCADOR FÍSICO DO NASF: O Profissional deverá possuir Curso Superior em Educação Física devidamente validado e possuir Registro no Conselho Regional Competente; Os serviços do Educador Físico serão realizados nas dependências das Unidades Saúde da Família, no NASF e junto aos equipamentos públicos, como escolas, creches, igrejas, pastorais etc; Realizar atividades físicas e orientações com Grupos como: hipertensos, diabéticos, gestantes, idosos, dentre outros grupos existentes nas Unidades Básicas de Saúde; Os atendimentos deverão ser compartilhados, para uma intervenção interdisciplinar, com ênfase em estudo e discussão de casos e situações, realização de projeto terapêutico singular, orientações, espaços de reuniões, bem como intervenções conjuntas. Intervenções específicas do profissional Educador Físico com os usuários e/ou famílias. O atendimento individualizado pelo NASF será realizado quando indicado e necessário quando o atendimento coletivo não obter respostas satisfatórias; Os serviços deverão ser planejados com as ESF, deverão estar integrados com as ações da equipe e compartilhados com os profissionais da atenção básica; O Prestador deverá manter uma escala fixa de atendimento, não podendo alterá-la em período inferior a 30 dias, tendo como referência o horário de funcionamento das ESF; Os relatórios mensais obrigatórios deverão ser entregues mensalmente até o último dia útil do mês, com período compreendido do 1º ao último dia do mês da realização dos atendimentos; Os relatórios mensais obrigatórios deverão seguir o modelo definido pela Secretaria Municipal de Saúde; O profissional deverá manter atualizados os prontuários ou fichas de acompanhamento dos pacientes em local seguro, e somente acessível aos profissionais diretamente envolvidos em seu tratamento/reabilitação; O Prestador será avaliado pela Secretaria Municipal de Saúde e deverá disponibilizar sempre que solicitado, os prontuários/fichas de acompanhamento dos pacientes.

FISIOTERAPEUTA DO NASF: Proporcionar ações que propiciem a redução de incapacidades e deficiências com vistas à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, favorecendo sua reinserção social, combatendo a discriminação e ampliando o acesso ao sistema de saúde; realizar diagnóstico, com levantamento dos problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termos de reabilitação, na área adstrita às ESF; desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF, incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao autocuidado; desenvolver ações para subsidiar o trabalho das ESFs no que diz respeito ao desenvolvimento infantil; desenvolver ações conjuntas com as ESFs visando ao acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento; realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos; acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESFs; desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos; desenvolver ações integradas aos equipamentos sociais existentes, como escolas, creches, pastorais, entre outros; realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos; capacitar, orientar e dar suporte às ações dos Agentes Comunitários de Saúde; realizar, em conjunto com as ESFs, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares; desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência; orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e Agentes Comunitários de Saúde sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo; desenvolver ações de Reabilitação Baseada na Comunidade - RBC que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão; acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes; acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário; realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção

à saúde; e realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.

FONOAUDIÓLOGO DO NASF: - O profissional deve desenvolver suas atividades/ações nos espaços das Unidades Básicas de Saúde e na comunidade; - Trabalhar de acordo com as diretrizes do SUS, conforme as políticas públicas de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Rio Claro e as Diretrizes do Ministério da Saúde para o NASF, - Prestar assistência integral à todos os ciclos de vida, - Ter habilidade para trabalho em equipe interdisciplinar colaborando na construção do projeto terapêutico do serviço - Realizar atendimento levando em consideração os diversos aspectos que compõem o sujeito e sua dinâmica biopsicossocial através de novo olhar para clínica ampliada, - Cumprir horário conforme especifico em contrato, - Disponibilidade para o trabalho com as famílias nas diferentes transformações em que elas sofrem e estão inseridas, - Preencher os impressos da unidade para o registro de produção conforme solicitado pela gerência, - Realizar apoio matricial às equipes de saúde adstritas ao Núcleo de Apoio a Saúde da Família, - Diagnosticar casos na população atendida especifica e propor ações necessárias seja no atendimento individual ou grupo, - Participar das atividades junto à secretaria municipal de saúde quanto solicitada, - Apoiar a Equipe de saúde da Família na construção de estratégicas educativas sistêmicas para famílias no cuidado dos portadores de distúrbios da comunidade, - Desenvolver, ações de promoção à saúde através de atividades, grupos , palestras, consultas e visitas domiciliares.

ASSISTENTE SOCIAL DO NASF - participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita; - planejar ações e desenvolver educação permanente; - acolher os usuários e humanizar a atenção; - trabalhar de forma integrada com as ESF; - realizar visitas domiciliares necessárias; - desenvolver ações intersetoriais; - participar dos Conselhos Locais de Saúde; - realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos; - desenvolver ações coletivas, utilizando os espaços públicos para fortalecimento da cidadania, trabalho comunitário e prevenção de violência, abuso de álcool e outras drogas; - desenvolver ações intersetoriais, mantendo a integração com a rede de suporte social, fortalecendo e implementando as ações na comunidade; - realização de ações preventivas e promocionais pertinentes à área, junto aos grupos programáticos desenvolvidos pelas ESF; - desenvolver ações de caráter social junto às ESF, elaborar processos de solicitação de procedimentos de média e alta complexidade; - integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados; - realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF dependendo das necessidades.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 019/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000, fone (65) 3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para **futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes originais de primeira linha, para atendimento da frota de veículos do Município de São José do Rio Claro - MT. Data de Abertura**: às **08h00min,** do dia *08 de Maio de 2015*, no endereço acima. **Fundamento Legal:** Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 07h00min as 11h00min e das 13h00min às 17h00min horas, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo email: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br.

São José do Rio Claro – MT, 23 de Abril de 2015.

TATIANA DOCKHORN – Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2015

CONTRATANTE: **PMSJQM/MT**, CONTRATADA: **MARCIA FERRARI DOS SANTOS MARIANO**. OBJETO: Prestação de Serviço Temporário como Facilitador na Oficina de Bordado Vários Pontos. Local: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Valor**: R$ 8.865,00** (Oito mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais). Início do Contrato: **01/04/2015**; Término: **31/12/2015**.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2015

CONTRATANTE: **PMSJQM/MT**, CONTRATADA: **ILDA FERREIRA DO NASCIMENTO DOS SANTOS**. OBJETO: Prestação de Serviço Temporário como facilitador na Oficina de Corte e Costura. Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na faixa etária de 07 a 17 anos. Valor**: R$ 8.865,00** (Oito mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais). Início do Contrato: **01/04/2015**; Término: **31/12/2015**.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2015

CONTRATANTE: **PMSJQM/MT**, CONTRATADA: **SORAYA CORREA DA SILVA**. OBJETO: Prestação de Serviço Temporário como Facilitador na Oficina de Informática. Local: Tele Centro Comunitário. Valor**: R$ 8.865,00** (Oito mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais). Início do Contrato: **01/04/2015**; Término: **31/12/2015**.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2015

CONTRATANTE: **PMSJQM/MT**, CONTRATADA: **ROSILEI ALVES DE AGUIAR.** OBJETO: Prestação de Serviço Temporário como Facilitador na Oficina de Pintura em Tecido, Tela e Crochê. Local: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Valor*:* **R$ 8.865,00** (Oito mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais). Início do Contrato: **01/04/2015**; Término: **31/12/2015**.

SECRETARIA DE FAZENDA
ADITIVO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 26/2013, que fazPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, CNPJ N° 15.024.029/0001-80, *e a Empresa RITA DE CÁSSIA DA SILVA-ME*. Tendo por objeto prorrogação de prazo.

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE CONTRATO 53/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº. *53/2015*, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, CNPJ N° 15.024.029/0001-80, CONTRATADA a empresa: TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.601.924/0001-60, sediada na rua Martin Pescador, nº 04 em Cuiabá – MT, Pregão Presencial Carona 17/2015 com o valor total de R$ 264.600,00 (Duzentos e Sessenta e Quatro Mil e Seiscentos Reais). Objeto: Implantação do sistema informatizado de Gestão da Saúde e informatização de Agentes de Saúde, e Locação mensal do sistema informatizado de Gestão de Saúde".

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2015

CONTRATANTE: **PMSJQM/MT**, CONTRATADA: **LETICIA AFFONSO BIROLIN**. OBJETO: Prestação de Serviço Temporário como facilitador na Oficina de Informática. Local: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Valor**: R$ 8.865,00** (Oito mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais). Início do Contrato: **01/04/2015**; Término: **31/12/2015**.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2015

CONTRATANTE: **PMSJQM/MT**, CONTRATADA: **ELAINE APARECIDA MARTINEZ.** OBJETO: Prestação de Serviço Temporário como facilitador na Oficina de Dança. Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na faixa etária de 07 a 17 anos. Valor*:* **R$ 8.865,00** (Oito mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais). Início do Contrato: **01/04/2015**; Término: **31/12/2015**.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2015

CONTRATANTE: **PMSJQM/MT**, CONTRATADA: **LARISSA OLIVEIRA ROSA.** OBJETO: Prestação de Serviço Temporário como Facilitador na Oficina de Esporte e Lazer. Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na faixa etária de 07 a 17 anos. Valor*:* **R$ 8.865,00** (Oito mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais). Início do Contrato: **01/04/2015**; Término: **31/12/2015**.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2015

CONTRATANTE: **PMSJQM/MT**, CONTRATADA: **TALITA RANIELLE OLIVEIRA DA SILVA.** OBJETO: Prestação de Serviço Temporário como Facilitador na Oficina de Teclado. Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na faixa etária de 07 a 17 anos. Valor*:* **R$ 8.865,00** (Oito mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais). Início do Contrato: **01/04/2015**; Término: **31/12/2015**.

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE CONTRATO 55/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº. **55/2015**, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, CNPJ N° 15.024.029/0001-80, CONTRATADA a empresa: **CONSTRUMANA CONSTRUÇÕES LTDA EPP**, inscrita sob o n.º C.N.P.J. 03.744.864/0001-06, estabelecido na Rua Ceará, n.º 920, Bairro Centro, na cidade de São José dos Quatro Marcos - MT, o valor total de R$ 805.934,09 (Oitocentos e Cinco Mil, Novecentos e Trinta e Quatro Reais e Nove Centavos). Objeto: "PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
EDITAL DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA DE TABAPORA-MT

EDITAL DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: PREGAO NA FORMA PRESENCIAL Nº 12/2015.

TIPO MENOR PREÇO.

A Prefeitura de Tabaporã, através da comissão de licitação, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial **n°12/2015**, cuja abertura ocorrerá as 08:00 horas locais, do dia 07 de Maio de 2015, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, Avenida Comendador José Pedro Dias nº 979-N, objeto é, Contratar profissionais de fisioterapeuta para prestar serviços no Municipio de Tabaporã/MT. Conforme descrição e quantitativo no anexo (I) do edital. Maiores esclarecimento deverá ser retirado o edital na Prefeitura Municipal, no horário de atendimento das 07:00hs as 12:00hs local ou no site WWW.tabapora.mt.gov.br, contatos pelo fone (oxx66) 3557.1415/1505 R 39. Município de Tabaporã/MT. 23 de Abril de 2014.

Antonio Batista Mota

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA- 3ª CHAMADA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

AVISO DE REABERTURA- 3ª CHAMADA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015. Objeto:**AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO** a fim de atender necessidades da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento deste município,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira nomeada pela Portaria nº 136/GP/2015 de 10.02.2015, torna público que o certame acima foi considerado **DESERTO** tendo em vista a ausência de licitantes interessadas. Assim, divulga para conhecimento dos interessados, a realização da **3ª CHAMADA** do Pregão referenciado, cuja sessão para recebimento dos documentos de habilitação e propostas dar-se-á no dia **11 DE MAIO DE 2015, às 08:00 horas** na sala de licitação da Prefeitura, localizada à Avenida Brasil nº 2.350-N - 2º Piso - Jardim Europa. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 27 de Abril de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 14 de Março de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações. Tangará da Serra- MT, 23 de Abril de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA Nº 002/2015

CONCORRÊNCIA Nº 002/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, através do Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 136/GP/2015 de 10 de Fevereiro de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **25 de Maio de 2015, às 08:00 horas** na sala de licitação da Prefeitura, localizada à Avenida Brasil nº 2.350- N, 1º Piso, Jardim Europa, Licitação, na modalidade Concorrência do tipo **Menor Preço por Item**. *OBJETO:* **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO EXTERNA DE QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA e IMPLANTAÇÃO DE POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DE 300 KVA no Hospital Municipal de Tangará da Serra-MT**, conforme Projetos, Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro e demais Anexos do Edital, consoante as disposições da Lei n. º 8.666/93.O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 24 de ABRIL** através do site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Tangará da Serra- MT, 23 de Abril de 2015. Laídes Glovacki- Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 136/GP/2015 de 10.02.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **12 DE MAIO DE 2015, às 09:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350-N, 2º

Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço Unitário. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS XEROGRÁFICAS, IMPRESSÃO, ENCADERNAÇÃO E PLOTAGENS,** a fim de suprir necessidades das Secretarias deste Município, conforme especificações constantes dos Anexos II e III do presente edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 27 de Abril de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 23 de Abril de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

SERRAPREV
PORTARIA N.º 22/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição *a servidor*a Sra. Ceni Ângela Krug."

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT – SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c o Art. 40 § 5º, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998, c/c o Art. 92, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência municipal, Art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, Lei Complementar n.º 019 de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Magistério Público Municipal, alterada pela Lei Complementar n.º 072 de 30 de abril de 2002, Anexo I – Tabela de Progressão da Lei Complementar n.º 163 de 16 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra, Estado de Mato, com posterior reajuste concedido pela Lei n.º 4.215 de 28 de maio de 2014;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de

Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora Sra. Ceni Ângela Krug, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 753. 256 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 488.747.791-00, servidora efetiva no cargo de Professor das Séries Finais – Língua Portuguesa e Estrangeira - SFEF – 20horas, Classe "F", Nível "III", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo administrativo do SERRAPREV, N.º 2015.04.00046P, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a data de 23 de abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 20 de abril de 2015.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo:

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º025/2015

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de contratos firmados junto à Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte"

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n° 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1°: Designar a servidora Raquel Arbo Spnelli, CPF nº 915.944. 561-00, para acompanhamento e fiscalização do Contrato n° 047/2013, firmado com a empresa Agenda Assessoria Planejamento e Informática LTDA.

Artigo 2°: O Contrato n° 047/2013, tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços Técnicos de Assessoria para atendimento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de TERRA NOVA DO NORTE – PREVITER.

Artigo 3°: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Terra Nova do Norte – MT 23 de Abril de 2015.

Milton Jose Toniazzo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 67/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 67/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: JANDERSON TOMASELLI - ME

OBJETO:O PRESENTE TEM, POR OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBO DE CONCRETO ARMARIO CA1 MACHO E FEMEA COM TELA DE 100X100 CM, PARA QUE SERA UTILIZADO NOS BUEIROS DAS ESTRADAS VICINAIS. CONFORME CONSTA NO TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015 E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, OS QUAIS SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO, COMO SE TRANSCRITO ESTIVESSE

VALOR: R$ 14.700,00

VIGÊNCIA 22/04/2015 A 17/03/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF RECIBO DE DECLARAÇÃO HOMOLOGADA

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
	Ministério da Fazenda - MF
	Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (MT)
Declaração:	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Periodicidade:	Bimestral
Período:	1º bimestre
Exercício:	2015
Assinatura(s):	• Nome: MILTON JOSE TONIAZZO *Titular do Poder Executivo* CPF: 227.896.930-72 Data: 16/04/2015 14:46:43 • Nome: PAULA WYARA VICENTE DA SILVA *Contador Responsável* CPF: 015.260.281-07 Data: 16/04/2015 14:43:02

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **16/04/2015, às 14:46:56** , é:

00.1J.2B-J

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 16/04/2015 14:46:56 Página 1 de 1

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO PUBLICADO PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE

EXTRATO PUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

No Edital Alterado de Concorrência Publica 01/2015, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Munícipios do Estado de Mato Grosso, Diário Oficial de Mato Grosso e no Diário Oficial da União, veiculou-se incorretamente:

Onde se lê: *RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:* DIA 23/02/2015 HORAS: 13:00.

Leia - sê: **RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:** DIA 11/05/2015 HORAS: 13:00.

Terra Nova do Norte-MT, 23 de abril de 2014.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT (PODER EXECUTIVO) CNPJ: EXERCÍCIO: 2015 PERÍODO DE REFERÊNCIA: 1º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.865.000,00	33.865.000,00	3.925.659,66	11,59	3.925.659,66	11,59	29.939.340,34
RECEITAS CORRENTES	30.225.000,00	30.225.000,00	3.917.012,12	12,96	3.917.012,12	12,96	26.307.987,88
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.975.000,00	1.975.000,00	262.969,23	13,31	262.969,23	13,31	1.712.030,77
Impostos	1.730.000,00	1.730.000,00	254.432,68	14,71	254.432,68	14,71	1.475.567,32
Taxas	240.000,00	240.000,00	8.536,55	3,56	8.536,55	3,56	231.463,45
Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00					5.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.015.000,00	1.015.000,00	42.226,87	4,16	42.226,87	4,16	972.773,13
Contribuições Sociais	715.000,00	715.000,00					715.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	300.000,00	300.000,00	42.226,87	14,08	42.226,87	14,08	257.773,13
RECEITA PATRIMONIAL	615.000,00	615.000,00	49.874,52	8,11	49.874,52	8,11	565.125,48
Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.000,00	250,00	5,00	250,00	5,00	4.750,00
Receitas de Valores Mobiliários	610.000,00	610.000,00	49.624,52	8,14	49.624,52	8,14	560.375,48
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	321.000,00	321.000,00	31.214,98	9,72	31.214,98	9,72	289.785,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.049.000,00	26.049.000,00	3.506.144,39	13,46	3.506.144,39	13,46	22.542.855,61
Transferências Intergovernamentais	23.910.000,00	23.910.000,00	3.366.075,09	14,08	3.366.075,09	14,08	20.543.924,91
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.839.000,00	1.839.000,00	140.069,30	7,62	140.069,30	7,62	1.698.930,70
Transferências para o Combate à Fome	300.000,00	300.000,00					300.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	24.582,13	9,83	24.582,13	9,83	225.417,87
Multas e Juros de Mora	100.000,00	100.000,00	12.769,21	12,77	12.769,21	12,77	87.230,79
Indenizações e Restituições	45.000,00	45.000,00	2.986,49	6,64	2.986,49	6,64	42.013,51
Receita da Dívida Ativa	95.000,00	95.000,00	8.826,43	9,29	8.826,43	9,29	86.173,57
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00					10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.640.000,00	3.640.000,00	8.647,54	0,24	8.647,54	0,24	3.631.352,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00					0,00

Documento gerado em 16/04/2015 14:42:32

Página 1 de 11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	400.000,00	400.000,00	8.647,54	2,16	8.647,54	2,16	391.352,46
Alienação de Bens Móveis	400.000,00	400.000,00	8.647,54	2,16	8.647,54	2,16	391.352,46
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.240.000,00	3.240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.240.000,00
Transferências Intergovernamentais	800.000,00	800.000,00					800.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.440.000,00	2.440.000,00					2.440.000,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00					0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.135.000,00	1.135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.135.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.925.659,66	11,22	3.925.659,66	11,22	31.074.340,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.925.659,66	11,22	3.925.659,66	11,22	31.074.340,34
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	35.000.000,00	35.000.000,00	3.925.659,66	11,22	3.925.659,66	11,22	31.074.340,34
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	35.000.000,00	35.994.165,36	4.208.945,23	4.208.945,23	31.785.220,13	4.031.925,73	4.031.925,73	31.962.239,63	2.956.428,15	0,00
DESPESAS CORRENTES	30.806.600,00	30.753.289,00	3.933.934,07	3.933.934,07	26.819.354,93	3.765.991,55	3.765.991,55	26.987.297,45	2.715.842,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.446.000,00	16.445.990,00	2.352.564,34	2.352.564,34	14.093.425,66	2.352.564,34	2.352.564,34	14.093.425,66	1.802.264,31	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	20.000,00			20.000,00			20.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.340.600,00	14.287.299,00	1.581.369,73	1.581.369,73	12.705.929,27	1.413.427,21	1.413.427,21	12.873.871,79	913.577,69	
DESPESAS DE CAPITAL	3.646.000,00	4.693.476,36	275.011,16	275.011,16	4.418.465,20	265.934,18	265.934,18	4.427.542,18	240.586,15	0,00
INVESTIMENTOS	3.240.000,00	4.287.476,36	152.051,76	152.051,76	4.135.424,60	142.974,78	142.974,78	4.144.501,58	127.194,07	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	406.000,00	406.000,00	122.959,40	122.959,40	283.040,60	122.959,40	122.959,40	283.040,60	113.392,08	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	547.400,00	547.400,00			547.400,00			547.400,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	35.000.000,00	35.994.165,36	4.208.945,23	4.208.945,23	31.785.220,13	4.031.925,73	4.031.925,73	31.962.239,63	2.956.428,15	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	35.000.000,00	35.994.165,36	4.208.945,23	4.208.945,23	31.785.220,13	4.031.925,73	4.031.925,73	31.962.239,63	2.956.428,15	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	35.000.000,00	35.994.165,36	4.208.945,23	4.208.945,23		4.031.925,73	4.031.925,73		2.956.428,15	

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.135.000,00	1.135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.135.000,00
RECEITAS CORRENTES	1.135.000,00	1.135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.135.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.030.000,00	1.030.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.030.000,00
Contribuições Sociais	1.030.000,00	1.030.000,00		0,00		0,00	1.030.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Multas e Juros de Mora	105.000,00	105.000,00		0,00		0,00	105.000,00
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	35000000,00	35990655,36	4208945,23	4208945,23	100,00	31781710,13	4031925,73	4031925,73	100,00	31958729,63	
Legislativa	984000,00	984000,00	0,00	0,00	0,00	984000,00	0,00	0,00	0,00	984000,00	
Ação Legislativa	984000,00	984000,00			0,00	984000,00			0,00	984000,00	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	120000,00	120000,00	8239,70	8239,70	0,20	111760,30	8239,70	8239,70	0,20	111760,30	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	120000,00	120000,00	8239,70	8239,70	0,20	111760,30	8239,70	8239,70	0,20	111760,30	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	4714000,00	4714000,00	713741,40	713741,40	16,96	4000258,60	601257,73	601257,73	14,91	4112742,27	
Planejamento e Orçamento	876000,00	876000,00	208697,12	208697,12	4,96	667302,88	124885,17	124885,17	3,10	751114,83	
Administração Geral	3391000,00	3391000,00	441058,26	441058,26	10,48	2949941,74	416483,22	416483,22	10,33	2974516,78	
Administração Financeira											
Controle Interno	150000,00	150000,00	23964,18	23964,18	0,57	126035,82	23964,18	23964,18	0,59	126035,82	
Normatização e Fiscalização	15000,00	15000,00	767,37	767,37	0,02	14232,63	767,37	767,37	0,02	14232,63	
Tecnologia da Informação	80000,00	80000,00	6460,00	6460,00	0,15	73540,00	6460,00	6460,00	0,16	73540,00	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	12000,00	12000,00				12000,00				12000,00	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	190000,00	190000,00	32794,47	32794,47	0,78	157205,53	28697,79	28697,79	0,71	161302,21	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	3000,00	3000,00	0,00	0,00	0,00	3000,00	0,00	0,00	0,00	3000,00	
Policiamento											
Defesa Civil	3000,00	3000,00				3000,00				3000,00	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	974000,00	974000,00	149465,43	149465,43	3,55	824534,57	139870,43	139870,43	3,47	834129,57	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	160000,00	160000,00	16327,96	16327,96	0,39	143672,04	16137,76	16137,76	0,40	143862,24	
Assistência Comunitária	814000,00	814000,00	133137,47	133137,47	3,16	680862,53	123732,67	123732,67	3,07	690267,33	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	2222000,00	2222000,00	0,00	0,00	0,00	2222000,00	0,00	0,00	0,00	2222000,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	2222000,00	2222000,00				2222000,00				2222000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	9122000,00	9122270,00	1384059,40	1384059,40	32,88	7738210,60	1368029,86	1368029,86	33,93	7754240,14	
Atenção Básica	4617000,00	4651000,00	669954,82	669954,82	15,92	3981045,18	660584,00	660584,00	16,38	3990416,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4030000,00	3996270,00	702843,77	702843,77	16,70	3293426,23	696441,83	696441,83	17,27	3299828,17	
Suporte Profilático e Terapêutico	315000,00	315000,00	8291,52	8291,52	0,20	306708,48	8034,74	8034,74	0,20	306965,26	
Vigilância Sanitária	20000,00	20000,00				20000,00				20000,00	
Vigilância Epidemiológica	140000,00	140000,00	2969,29	2969,29	0,07	137030,71	2969,29	2969,29	0,07	137030,71	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	310380,00	310380,00	44967,60	44967,60	1,07	265412,40	40861,13	40861,13	1,01	269518,87	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	295380,00	295380,00	44967,60	44967,60	1,07	250412,40	40861,13	40861,13	1,01	254518,87	
Relações de Trabalho	15000,00	15000,00				15000,00				15000,00	
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	8500000,00	8496490,00	945895,21	945895,21	22,47	7550594,79	934949,88	934949,88	23,19	7561540,12	
Ensino Fundamental	7220000,00	7216490,00	846403,39	846403,39	20,11	6370086,61	837223,39	837223,39	20,76	6379266,61	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	55000,00	55000,00				55000,00				55000,00	
Educação Infantil	875000,00	875000,00	97916,62	97916,62	2,33	777083,38	97726,49	97726,49	2,42	777273,51	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	100000,00	100000,00				100000,00				100000,00	
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções	250000,00	250000,00	1575,20	1575,20	0,04	248424,80				250000,00	
Cultura	264000,00	264000,00	13410,64	13410,64	0,32	250589,36	13410,64	13410,64	0,33	250589,36	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	264000,00	264000,00	13410,64	13410,64	0,32	250589,36	13410,64	13410,64	0,33	250589,36	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	1938000,00	1938930,00	328214,62	328214,62	7,80	1610715,38	311444,61	311444,61	7,72	1627485,39	
Infra-Estrutura Urbana	1938000,00	1938930,00	328214,62	328214,62	7,80	1610715,38	311444,61	311444,61	7,72	1627485,39	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	11000,00	11000,00	0,00	0,00	0,00	11000,00	0,00	0,00	0,00	11000,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	11000,00	11000,00				11000,00				11000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	510000,00	1504165,36	155969,75	155969,75	3,71	1348195,61	152650,30	152650,30	3,79	1351515,06	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	510000,00	1504165,36	155969,75	155969,75	3,71	1348195,61	152650,30	152650,30	3,79	1351515,06	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	58000,00	58000,00	0,00	0,00	0,00	58000,00	0,00	0,00	0,00	58000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	50000,00	50000,00				50000,00				50000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	8000,00	8000,00				8000,00				8000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

Documento gerado em 16/04/2015 14:42:32

Página 8 de 11

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	1093000,00	1092070,00	151775,33	151775,33	3,61	940294,67	148075,30	148075,30	3,67	943994,70	
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal	1093000,00	1092070,00	151775,33	151775,33	3,61	940294,67	148075,30	148075,30	3,67	943994,70	
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	10000,00	10000,00	0,00	0,00	0,00	10000,00	0,00	0,00	0,00	10000,00	
Promoção Industrial	10000,00	10000,00				10000,00				10000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	207000,00	207000,00	14121,87	14121,87	0,34	192878,13	14121,87	14121,87	0,35	192878,13	
Promoção Comercial	172000,00	172000,00	14121,87	14121,87	0,34	157878,13	14121,87	14121,87	0,35	157878,13	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	35000,00	35000,00				35000,00				35000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	210000,00	210000,00	19914,89	19914,89	0,47	190085,11	19844,89	19844,89	0,49	190155,11	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	210000,00	210000,00	19914,89	19914,89	0,47	190085,11	19844,89	19844,89	0,49	190155,11	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	3155000,00	3154730,00	105138,40	105138,40	2,50	3049591,60	105138,40	105138,40	2,61	3049591,60	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	3155000,00	3154730,00	105138,40	105138,40	2,50	3049591,60	105138,40	105138,40	2,61	3049591,60	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	150000,00	150000,00	51071,59	51071,59	1,21	98928,41	51071,59	51071,59	1,27	98928,41	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	150000,00	150000,00	51071,59	51071,59	1,21	98928,41	51071,59	51071,59	1,27	98928,41	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

Documento gerado em 16/04/2015 14:42:32

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	430000,00	430000,00	122959,40	122959,40	2,92	307040,60	122959,40	122959,40	3,05	307040,60	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	430000,00	430000,00	122959,40	122959,40	2,92	307040,60	122959,40	122959,40	3,05	307040,60	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	14620,00	14620,00				14620,00				14620,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	35000000,00	35990655,36	4208945,23	4208945,23	100,00	31781710,13	4031925,73	4031925,73	100,00	31958729,63	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by MILTON JOSE TONIAZZO:22789693072 Date: 2015.04.16 13:46:10 AMT Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT
Assinatura: 2

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

EXTRATO DE CONTRATO 67/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 67/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: JANDERSON TOMASELLI - ME

OBJETO:O PRESENTE TEM, POR OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBO DE CONCRETO ARMARIO CA1 MACHO E FEMEA COM TELA DE 100X100 CM, PARA QUE SERA UTILIZADO NOS BUEIROS DAS ESTRADAS VICINAIS. CONFORME CONSTA NO TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015 E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES APRESENTADAS EM SUA PROPOSTA, OS QUAIS SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO, COMO SE TRANSCRITO ESTIVESSE

VALOR: R$ 14.700,00

VIGÊNCIA 22/04/2015 A 17/03/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 29, DE 01 DE ABRIL DE 2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTENÇÃO DE DESPESAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **MILTON JOSÉ TONIAZZO**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de:

- manter o equilíbrio das contas públicas, dando cumprimento a todos os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

- cumprir os desembolsos com as despesas decorrentes de vinculações constitucionais e legais de receitas nos limites estabelecidos;

- manter a realização de despesas nos valores das receitas realizadas, dando-se pleno cumprimento ao Anexo de Metas Fiscais estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias -LDO- e às demais normas legais em vigor;

- continuar efetuando em dia os repasses necessários para pagamento das despesas com pessoal e encargos, e para a execução dos programas sociais do Município e os destinados à manutenção, aí consideradas prioritárias aquelas indispensáveis ao funcionamento de cada órgão ou entidade;

D E C R E T A

Art. 1º. Este decreto estabelece medidas para contenção de despesas de custeio e de pessoal, para o exercício de 2015, que deverão ser observadas e efetivadas pelos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Redução das despesas de custeios e despesas de pessoal, da seguinte forma:

I – Despesas de custeio:

a) redução de despesas com divulgação e publicidade;

b) conferencia das publicações legais e demais publicidades quanto ao espaço e tamanho da fonte utilizada, quando o pagamento for por centímetro de coluna;

c) revisão de contratos de prestação de serviços celebrados com meios de imprensa;

d) controle dos almoxarifados visando a racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática, devendo haver redução de consumo;

e) controle rigoroso sobre a utilização dos veículos, visando a racionalização do uso da frota de veículos em todos os setores da administração municipal, ficando o usuário do veículo obrigado a registrar na caderneta de bordo, o motivo de deslocamento do mesmo, devendo ser feita verificação periódica das cadernetas de bordo;

f) controle rigoroso do uso de linhas telefônicas, ficando vedada a realização de ligações particulares, exceto em casos urgentes, autorizados pelos Secretários Municipais;

g) redução de 30% do limite estabelecido nas contas telefônicas dos celulares da municipalidade, utilizados no serviço público;

h) contenção do consumo de energia elétrica em todas as unidades administrativas, utilizando somente a energia estritamente necessária para a realização das atividades de rotina;

i) redução do fornecimento de gêneros alimentícios (café, chá, açúcar, etc) e material de limpeza em todas as unidades administrativas.

II. Despesas de Pessoal:

a) nomeação de servidores efetivos e em comissão, contratações ou renovações de contratos temporários, convocações para regime especial, ressalvadas as situações de realocação de pessoal e de necessidade excepcional devidamente justificada, com a despesa prevista no orçamento, mediante autorização expressa do Prefeito;

b) as solicitações de contratos temporários somente serão autorizadas com a previsão orçamentária expressa na solicitação;

c) racionalização das diárias, concessão somente com autorização do Prefeito;

d) seleção dos cursos, treinamentos e seminários, de acordo com o interesse público, inscrição e participação de servidores somente com autorização expressa do Prefeito Municipal;

e) fica proibida a realização de serviço extraordinário no serviço público municipal, excetuando-se somente os serviços essenciais, realizados pelos servidores lotados nas secretarias de saúde e educação, e eventuais em casos de extrema necessidade, com prévia autorização do(a) respectivo Secretário(a) Municipal;

Art. 3º. Fica expressamente determinado aos secretários municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente decreto, ficando sob sua responsabilidade a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 03/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Lucineia Batista do Nascimento Pereira Rocha – CPF: 036.581.531-48.

Cargo/função: Prestação de Serviços no cargo de Agente de Combate as Endemias, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base: R$ 1.014,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2015.

Data assinatura:

20/04/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

LUCINEIA BATISTA DO N. PEREIRA DA ROCHA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 04/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Francivan Batista Lima – CPF: 044.981.761-03.

Cargo/função: Prestação de Serviços no cargo de Agente de Combate as Endemias, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base: R$ 1.014,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2015.

Data assinatura:

20/04/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

FRANCIVAN BATISTA LIMA

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 05/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Gislene Ferreira da Silva Costa – CPF: 723.497.603-59.

Cargo/função: Prestação de Serviços no cargo de Agente Comunitário de Saúde -lotada na Micro Área 03**,** vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base:

R$ 1.014,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2015.

Data assinatura: 20/04/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

GISLENE FERREIRA DA SILVA COSTA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 06/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Rosineia da Costa de Oliveira – CPF: 025.074.161-06.

Cargo/função: Prestação de Serviços no cargo de Agente Comunitário de Saúde -lotada na Micro Área 06**,** vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base:

R$ 1.014,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2015.

Data assinatura: 20/04/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ROSINEIA DA COSTA DE OLIVEIRA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 10/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Fernando Rodrigo Mafra – CPF: 038.291.501-13.

Cargo/função: Prestação de Serviços no cargo de Condutor de Veículo Escolar**,** vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.078,00 p/ mês.

Prazo:

Até 31/12/2015.

Data assinatura: 20/04/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

FERNANDO RODRIGO MAFRA

Contratado.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 019/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2015, de 02/01/2015, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos do Decreto nº 593 de 12/01/2010 e Decreto nº 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 019/2015, cujo objeto trata de Registro de Preços para futuras e eventuais Contratações de Profissionais Médicos Clínico Geral, Neuropediatra, Terapeuta Ocupacional Convencional e Terapeuta Ocupacional de Reabilitação Neurológica com Protocolo Pediasuit, durante o prazo de vigência da respectiva ata de registro de preços, de conformidade com a descrição do Anexo I - Termo de Referência do Edital.

Data de Expedição do Edital: 23/04/2015.

Data de abertura/julgamento: 08/05/2015.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: 0xx 66 9292-4768 ou 9292-4781.

União do Sul – MT, 23 de abril de 2015.

ADRIMONE MARIA HELBING

Pregoeira Substituta

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 07/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Elaine Prado da Cruz Serena – CPF: 000.237.391-26.

Cargo/função: Prestação de Serviços no cargo de Agente Comunitário de Saúde -lotada na Micro Área 09**,** vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base:

R$ 1.014,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2015.

Data assinatura: 20/04/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ELAINE PRADO DA CRUZ SERENA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 08/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: João Maria Franco Saldanha – CPF: 274.875.980-04.

Cargo/função: Prestação de Serviços no cargo de Condutor de Veículo Escolar**,** vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.078,00 p/ mês.

Prazo:

Até 31/12/2015.

Data assinatura: 20/04/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

JOÃO MARIA FRANCO SALDANHA

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 02/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Leopoldo Correa – CPF: 502.969.220-72.

Cargo/função: Gari, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 803,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2015.

Data assinatura:

20/04/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

LEOPOLDO CORREA

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 09/2015.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Eziquiel Dias dos Santos – CPF: 568.175.171-68.

Cargo/função: Prestação de Serviços no cargo de Condutor de Veículo Escolar**,** vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.078,00 p/ mês.

Prazo:

Até 31/12/2015.

Data assinatura: 20/04/2015.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

EZIQUIEL DIAS DOS SANTOS

Contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2015 VILA RICA MT, 17 DE ABRIL DE 2.015

O Sr.º Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 001/2015, a comparecem, nos termos do Item 8 do edital, no prazo máximo de 05 **(cinco) dias** uteis na Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital e no item 8. 4 do edital do Processo Seletivo nº 001/2015, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

AGENTE DE SERVICO DE LIMPEZA HOSPITALAR

Nome
MARIA DAS GRAÇAS FEITOSA
CREUZA SOUZA DE ARRUDA

AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR - PROJETO BELEZA I

Nome
SIBERI MARIA SEIFFERT OLIVEIRA

AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO

Nome
TATIANE BARBOSA

MONITOR DE CRECHE - LAR MENINO JESUS

Nome
EVANILDE ALVES DE OLIVEIRA

FISCAL TRIBUTARIO

Nome
PAULO VALDIVINO MUNIZ
ALINE ALENCAR MIRANDA
RICARDO FIGUEIRA ANDRADE

AGENTE DE VIGILANCIA ESCOLAR - RUI RAMOS

Nome
ADRIANO DA SILVA TABOSA

PROFESSOR I A IV - CAXANGA

Nome
MANUELA GOMES FONSECA FELICIANO
VANESSA SOARES BORGES

MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - P. BELEZA I

Nome
ALICE ALVES GALVAO
DILSON DE FREITAS ALVES

MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - VILA DA PAZ

Nome
LEONI BISPO

PROFESSOR I A IV - SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Nome
MAGNAR DOMINGOS MOURA

TRABALHADOR BRACAL

Nome
JOSE RAIMUNDO SOUSA SANTOS

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

Anexo I

Documentação exigida,

Ø Cédula de Identidade; Ø Certidão de Casamento ou Nascimento; Ø Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); Ø Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); Ø Cartão do PIS/PASEP; Ø Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados Ø Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse; Ø Título

de Eleitor; Ø Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); Ø CPF dos dependentes; Ø CPF do Pai e Mãe (vivos); Ø Declaração negativa de acumulo de cargo publico; Ø Declaração contendo endereço residencial; Ø Declaração de Bens: Ø Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico Ø Declaração de que não é aposentado por invalidez; Ø Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital; Ø Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função; Ø Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. Ø Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; (Drº Silvio C. C. Rogowski- Av. Perimetral Sul nº 415 – Vila Rica Fone: (66) 3554-1609) Ø Conta corrente no Banco do Brasil S/A; Ø Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade; Ø Comprovante de Escolaridade conforme exigência do cargo

PORTARIA N.º 116/2015 DE 17 DE ABRIL DE 2015

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Exonerar por falecimento** a Sr ª. **MARIA ELEUZA DA SILVA,** portadora do CPF sob o nº 968.221.981-72 lotada na Secretaria Municipal de Educação, matricula nº 1594,**do** cargo de **AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA 205/CPSPAD/SAD/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010 e considerando o contido na Portaria 824/CPSPAD/SAD/2014 que determina a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 112/2014 que investiga possível enquadramento do servidor **B. E. R.** nos artigos 148 e 149 da Lei Municipal 1.164/91 em conjunto com o artigo 126, I, II, III, IV, IX, X e artigo 127, I, XIV e artigo 142, II, III todos da mesma Lei Municipal e Portaria 074/CPSPAD/SAD/2015;

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia **02 de abril de 2015,** o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar 112/2014, Instaurado para apurar as supostas infrações estatutárias, relacionadas ao mesmo servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de abril de 2015.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 02 de abril de 2015.

Celso Alves Barreto Albuquerque

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA 007/2015

PORTARIA Nº 007/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE/DAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.66/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos conatos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2912 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2015

TERMO DE CONTRATO N.º 001/2015

Objeto: Locação de parte do imóvel rural, denominado "Capão do Piqui", registrado no 1º Serviço Notarial e de Registro de Várzea Grande através da matrícula nº 19.134, Livro nº 02, localizado na zona rural desta cidade, inclusive das benfeitorias decorrente da perfuração de poço tubular profundo existente na propriedade, durante todo o período de vigência do mesmo.

Fiscal: Cezar Clemente Pires dos Santos

RG N.º 1313543-0 SSP/MT CPF N.º 897.225.071-68

END.º: AV. A Quadra 13 Casa 15 Bairro: Asa Bela Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.215

Suplente de Fiscal: Acelino Pedro do Espirito Santo

RG N.º 105517 SSP/MT CPF N.º 106.960.751-72

END.º: Rua Ministro Mario Machado n.º 32 Bairro: Cristo Rei Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 604

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2015

TERMO DE CONTRATO N.º 002/2015

Objeto**: Locação de parte do imóvel rural, denominado "Souza Lima", registrado no 1º Serviço Notarial e de Registro de Várzea Grande através da matrícula nº 49.845, Livro nº 02, localizado na zona rural desta cidade, inclusive das benfeitorias decorrente da perfuração de poço tubular profundo existente na propriedade, durante todo o período de vigência do mesmo.**

Fiscal**: Cezar Clemente Pires dos Santos**

RG N.º 1313543-0 SSP/MT CPF N.º 897.225.071-68

END.º: AV. A Quadra 13 Casa 15 Bairro: Asa Bela Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.215

Suplente de Fiscal: Acelino Pedro do Espirito Santo

RG N.º 105517 SSP/MT CPF N.º 106.960.751-72

END.º: Rua Ministro Mario Machado n.º 32 Bairro: Cristo Rei Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 604

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2015

TERMO DE CONTRATO N.º 003/2015

Objeto**: Locação de parte do imóvel rural, denominado "Chácara Santa Marta", registrado no 1º Serviço Notarial e de Registro de Várzea Grande através da matrícula nº 16.132, Livro nº 02, localizado na zona rural desta cidade, inclusive das benfeitorias decorrente da perfura-**

ção de poço tubular profundo existente na propriedade, durante todo o período de vigência do mesmo.

Fiscal**: Cezar Clemente Pires dos Santos**

RG N.º 1313543-0 SSP/MT CPF N.º 897.225.071-68

END.º: AV. A Quadra 13 Casa 15 Bairro: Asa Bela Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.215

Suplente de Fiscal: Acelino Pedro do Espirito Santo

RG N.º 105517 SSP/MT CPF N.º 106.960.751-72

END.º: Rua Ministro Mario Machado n.º 32 Bairro: Cristo Rei Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 604

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2015

TERMO DE CONTRATO N.º 004/2015

Objeto**: Prestação de serviços emergencial com fornecimento dos materiais elétricos na Captação II e na Estação de Tratamento de Água – ETA II, obedecendo as normas técnicas vigentes, durante todo o período de vigência do mesmo.**

Fiscal**: Cezar Clemente Pires dos Santos**

RG N.º 1313543-0 SSP/MT CPF N.º 897.225.071-68

END.º: AV. A Quadra 13 Casa 15 Bairro: Asa Bela Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.215

Suplente de Fiscal: Sergio Vieira

RG N.º 532118 SSP/MT CPF N.º 063.751.541-20

END.º: Rua Nadaf n.º 10 Bairro: Cohab Nova Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.373

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 23 de abril de 2015

ZELANDES SANTIAGO DOS SANTOS Diretor Presidente do DAE-VG

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 27/2015

O Fundo Municipal de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pelas portarias n. 763/2014**,** torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por lote, cujo objeto*:* Registro de preços para futura e eventualaquisição de equipos para bomba de infusão bem como extensor e seringas para bomba de seringa, com cessão de 200 (duzentas) bombas de infusão e 75 (setenta e cinco) bombas de seringas em regime de comodato para atendimento das necessidades do hospital e pronto socorro municipal mantido pelo fundo municipal de saúde de saúde de várzea grande,conforme edital e seus anexos. A realização esta prevista para o dia08de maio de 2015, às 10h00min (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante recolhimento da taxa de R$ 50,00 - não restituível e gratuitamente, no sitio: www.bll.org.br. Várzea Grande-MT, 23 de abril de 2015. Landolfo LVilela Garcia, Pregoeiro, Deusdel Ferreira de Souza Filho, Secretário de Saúde.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE PORTARIA 008/2015

PORTARIA Nº 008/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE/DAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.66/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos conatos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2912 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015

Objeto: Contratações de empresas especializadas para aquisições de materiais de consumo para copa, cozinha e higienização, obedecendo as normas técnicas vigentes, durante todo o período de vigência do mesmo.

Fiscal: **Armindo da Cruz Botelho**

RG N.º 360693 SSP/MT CPF Nº 080.012.191-00

END.º: Rua F Quadra 14 Casa 07 Bairro: Cohab Cristo Rei Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 561

Suplente de Fiscal: Marcus Vinicius de Barros Abes

RG N.º 0754460-0 SSP/MT CPF N.º 890.926.941-34

END.º: Rua Ministro João Alberto n.º 170 Bairro: Araes Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 1.191

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 23 de abril de 2015

ZELANDES SANTIAGO DOS SANTOS

Diretor Presidente do DAE-VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE 1º ADENDO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015

1º ADENDO AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2015

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, no uso de suas atribuições legais, torna publico para conhecimento dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à Administração resolve promover as seguintes RETIFICAÇÕES:

O presente adendo tem por finalidade retificar o TERMO DE REFERENCIA, conforme abaixo:

Onde se Le:

Lote 02.

ITEM	*Produto*	Unidade	Mês	Quantidade estimada por mês
1	**Cloro em pastilha de 200g.** Nome Químico.....Tri Cloro Formula.....C3-Cl3N3O3 Teor de Cloro Ativo.....Mínimo 90%	Kg	Estoque Regulador	600,00
			Janeiro	600,00
			Fevereiro	600,00
			Março	600,00
			Abril	600,00

	Peso Molecular..... 232,56g/mol Aspecto Físico.....Solido em Pastilhas de 200g Cor.....Branco (Não deve conter substâncias minerais ou orgânicas que tornem a água tratada, imprópria para o consumo, isto é, fora dos padrões de portabilidade, prescritos pelo Ministério da Saúde.)		Maio	600,00
			Junho	600,00
			Julho	600,00
			Agosto	600,00
			Setembro	600,00
			Outubro	600,00
			Novembro	600,00
			Dezembro	600,00
Total geral estimado				78.000 Kg/ano

Leia-se:

Lote 02.

ITEM	*Produto*	Unidade	Mês	Quantidade estimada por mês
1	**Cloro em pastilha de 200g.** Nome Químico.....Tri Cloro Formula.....C3-Cl3N3O3 Teor de Cloro Ativo.....Mínimo 90% Peso Molecular..... 232,56g/mol Aspecto Físico.....Solido em Pastilhas de 200g Cor.....Branco (Não deve conter substâncias minerais ou orgânicas que tornem a água tratada, imprópria para o consumo, isto é, fora dos padrões de portabilidade, prescritos pelo Ministério da Saúde.)	Kg	Estoque Regulador	600,00
			Janeiro	600,00
			Fevereiro	600,00
			Março	600,00
			Abril	600,00
			Maio	600,00
			Junho	600,00
			Julho	600,00
			Agosto	600,00
			Setembro	600,00
			Outubro	600,00
			Novembro	600,00
			Dezembro	600,00
Total geral estimado				7.800 Kg/ano

Ficam inalterados os demais itens do referido Edital

Várzea Grande, 23 de abril de 2015.

CLAUDIO VINICIUS DE ARRUDA GOMES

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAEVG, estabelecido na Av. Gov. Júlio Campos, nº 2.599, bairro Jardim dos Estados, município de Várzea Grande – MT, inscrito no CNPJ sob o nº 02. 555.079/0001-42, denominada ADERENTE, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. Zelandes Santiago dos Santos, inscrito no CPF sob nº 161.464.761-53 portador do RG nº 0066668-8 SSP/MT, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 1.733/97 e suas alterações posteriores.

Considerando o deferimento do pedido de adesão a 144 itens da Ata de Registro de Preços nº. 001/2014, referente ao Pregão Eletrônico nº 011/2014, do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exercito Brasileiro, entidade gestora e detentora do registro de preços decorrente do Pregão, conforme autorização do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exercito Brasileiro - MT, datado de 12 de março de 2015 e aceite da empresa INDÚSTRIA E COM. DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP.

Considerando, o teor do artigo 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

RESOLVE HOMOLOGAR E ADERIR a **Ata de Registro de Preços nº. 001/2014**, oriundo do *Pregão Eletrônico nº 011/2014,* do **44º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exercito Brasileiro - MT**, cujo objeto é a **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, ANEXO, E AS DEMAIS CONDIÇÕES E ANEXOS DO PROCESSO.**

Estando regulares os procedimentos autorizo a contratação e emissão da respectiva ordem de fornecimento dos produtos/serviços.

Publica-se e cumpra-se

Várzea Grande 23 abril de 2015.

ZELANDES SANTIAGO DOS SANTOS

DIRETOR PRESIDENTE

AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA PUBLICA N. 04/2015

O Município de Várzea Grande MT, por Intermédio da comissão Permanente de Licitação – CPL, faz saber aos interessados o resultado do julgamento da Concorrência Pública n.04/2015, onde a comissão decidir por INABILITAR todas as concorrentes, tendo em vistas que todas deixaram de atender itens do Edital. Com Supedâneo no art.48,53 da lei 8.666/93, fica estabelecido o prazo de 08(oito) dias úteis á partir da data desta Publicação, para quê as empresas inabilitadas apresentem, novamente os documentos de Habilitação, assim fica definido para o dia 07/de maio de 2015 ás 09h00 o recebimento dos novos envelopes de Habilitação, caso não haja interposição de recurso pelas licitantes. Várzea Grande-MT, 23 de abril de 2015, Landolfo Vilela, Presidente da CPL.

PORTARIA 184/CPSPAD/SAD/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010 e considerando o contido na Portaria 822/CPSPAD/SAD/2014 que determina a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 114/2014 que investiga possível enquadramento do servidor **J. M. N. de S.** nos artigos 148 e 149 da Lei Municipal 1.164/91 em conjunto com o artigo 126, I, II, III, IX, X e artigo 127, I, XIV e artigo 142, II, III todos da mesma Lei Municipal e Portaria 075/CPSPAD/SAD/2015;

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia **02 de abril de 2015,** o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar 114/2014, Instaurado para apurar as supostas infrações estatutárias, relacionadas ao mesmo servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de abril de 2015.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 02 de abril de 2015.

Celso Alves Barreto Albuquerque

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAEVG, estabelecido na Av. Gov. Júlio Campos, nº 2.599, bairro Jardim dos Estados, município de Várzea Grande – MT, inscrito no CNPJ sob o nº 02. 555.079/0001-42, denominada ADERENTE, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. Zelandes Santiago dos Santos, inscrito no CPF sob nº 161.464.761-53 portador do RG nº 0066668-8 SSP/MT, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 1.733/97 e suas alterações posteriores.

Considerando o deferimento do pedido de adesão a 60 itens de serviços da Ata de Registro de Preços nº. 09/122014, referente ao Pregão Eletrônico nº 012/2014, do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exercito Brasileiro, entidade gestora e detentora do registro de preços decorrente do Pregão, conforme autorização do 44º Batalhão de Infantaria Motorizada

do Exercito Brasileiro - MT, datado de 12 de março de 2015 e aceite da empresa INDÚSTRIA E COM. DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP.

Considerando, o teor do artigo 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

RESOLVE HOMOLOGAR E ADERIR a **Ata de Registro de Preços nº. 009/122014**, oriundo do *Pregão Eletrônico nº 012/2014,* do **44º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exercito Brasileiro - MT**, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO 44º BI Mtz, NA MEDIDA DAS NECESSIDADES E MEDIANTE SOLICITAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, ANEXO, E AS DEMAIS CONDIÇÕES E ANEXOS DO PROCESSO.**

Estando regulares os procedimentos autorizo a contratação e emissão da respectiva ordem de fornecimento dos produtos/serviços.

Publica-se e cumpra-se

Várzea Grande 23 abril de 2015.

ZELANDES SANTIAGO DOS SANTOS

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA 186/CPSPAD/SAD/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010 e considerando o contido na Portaria 826/CPSPAD/SAD/2014 que determina a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 116/2014 que investiga possível enquadramento do servidor **M. O. R.** nos artigos 148 e 149 em conjunto com o artigo 126, I, II, III, IX, X e artigo 127, I, XIV da Lei Municipal 1.164/91 e artigo 142, II, III todos da mesma Lei Municipal, e a Portaria 077/CPSPAD/SAD/2015;

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia **02 de abril de 2015,** o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar 116/2014, Instaurado para apurar as supostas infrações estatutárias, relacionadas ao mesmo servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de abril de 2015.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 02 de abril de 2015

Celso Alves Barreto Albuquerque

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 167/CPSPAD/SAD/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010 e considerando o contido na Portaria 819/CPSPAD/SAD/2014 que determina a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 111//2014 que investiga possível enquadramento de **L. E. F. G.**, nas determinações dos artigos 148 e 149 em conjunto com o artigo 126, I, II, III, IX, X e artigo 127, I, XIV e 142, incisos II, III, todos da Lei Municipal 1.164/1991 e o que consta na Portaria de prorrogação 048/CPSPAD/SAD/2015;

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia **31 de março de 2015** o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar 111/2014, Instaurado para apurar as supostas infrações estatutárias, relacionadas à mesma servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de março de 2015.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 31 de março de 2015.

Celso Alves Barreto Albuquerque

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 182/CPSPAD/SAD/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010 e considerando o contido na Portaria 817/CPSPAD/SAD/2014 que determina a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 108/2014 que investiga possível enquadramento da servidora **M. A. S.** nos artigos 148 e 149 da Lei Municipal 1.164/91 e artigo 137, III e V e artigo 142, II, III todos da mesma Lei Municipal e Portaria 045/CPSPAD/SAD/2015;

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia **31 de março de 2015,** o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar 108/2014, Instaurado para apurar as supostas infrações estatutárias, relacionadas à mesma servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de março de 2015.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 30 de março de 2015.

Celso Alves Barreto Albuquerque

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE PRORROGAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 03/2015

Processo n. **283495/2015**. O Município de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, por meio da nova Comissão Especial de Licitação do PAC, instituída pela portaria n. 189215/2015, faz saber aos interessados que resolveu prorrogar a sessão que seria na data de (22/04/2015) as 9h30m, para o próximo dia 06 de maio de 2015, no mesmo horário, para que possa se atentar ao processo, bem como proceder o devido conhecimento do seu teor, procedendo assim seu saneamento, assim baseado no artigo 21, parágrafo 4, entendeu assim que não há modificações relevantes e substanciais no corpo do edital que possam afetar a proposta de preços e habilitação. Várzea Grande., 22 de abril de 2015.Pedro Paulo Nogueira Nicolino,Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2015 - REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO EM ARMAZENAMENTO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (PAINEL ELETRÔNICO) E SISTEMAS DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO PROCESSUAL VIRTUALIZADO, SISTEMA WEB DE CONSULTA DE ACERVO LEGISLATIVO ON-LINE.

A Pregoeira Oficial da Câmara Municipal de Várzea Grande – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial n.º 02/2015 com Registro de Preço, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cuja abertura ocorreu no dia 15/04/2015 às 09:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, sagrou-se vencedora a empresa:

ELETROVAG SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA-ME vencedora dos Lotes 01 e 02 no valor total de R$ 482.400,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais).

Sendo que a Empresa vencedora apresentou todos os documentos exigidos no Edital.

SUELEN CRISTINA ALVES DE MORAES

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA 006/2015

PORTARIA Nº 006/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE/DAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.66/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos conatos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2912 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS N.º 0019/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 079/2013/PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES

TERMO DE CONTRATO N.º 014/2013

Objeto

: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel rede corporativa, com fornecimento de aparelhos em comodato, durante todo o período de vigência do mesmo.

Fiscal**: Maria Lúcia de Andrade**

RG N.º 1103542-0 SJ/MT CPF N.º 861.083.871-49

END.º: Trav. Manoel Dias n.º 54 Bairro: Manga Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 568

Suplente de Fiscal: Marcus Vinicius de Barros Abes

RG N.º 0754460-0 SSP/MT CPF N.º 890.926.941-34

END.º: Rua Ministro João Alberto n.º 170 Bairro: Araes Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 1.191

ATA REGISTRO DE PREÇOS N.º 006/2013

TERMO DE CONTRATO N.º 004/2013, 005/2013, 006/2013, 007/2013, 008/2013, 011/2013, 012/2013, 003/2014 e 005/2014.

Objeto**: Contratações de empresas especializadas para futuras e eventuais na prestação de serviços de locação de veículos leves, utilitários, motocicletas e maquinas pesadas com operador, durante todo o período de vigência do mesmo.**

Fiscal**: Eliezer Jorge de Campos**

RG N.º 15053458 SSP/MT CPF N.º 003.009.971-40

END.º: Rua M Quadra 06 Casa Bairro: Jardim Paula I Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.652

Suplente de Fiscal: Jesse Henrique Moi

RG N.º 180847 SSP/MT CPF N.º 934.927.401-97

END.º: Rua Professor João de Mesquita n.º 4 Bairro: Jardim das Flores

Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º510

PROCESSO DECOMPRA DIRETA N.º 84/2014

CONTRATO N.º 012/2014

Objeto**: Por esse contrato a Contratada hospedará o site especificado pelo Contratante no Termo de Contratação, ficando a cargo da Contratada a escolha de contratar a empresa de hospedagem terceirizada, devido não possuir "data center" em sua sede, durante todo o período de vigência do mesmo.**

Fiscal**: Maria Lúcia de Andrade**

RG N.º 1103542-0 SJ/MT CPF N.º 861.083.871-49

END.º: Trav. Manoel Dias n.º 54 Bairro: Manga Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 568

Suplente de Fiscal: Marcus Vinicius de Barros Abes

RG N.º 0754460-0 SSP/MT CPF N.º 890.926.941-34

END.º: Rua Ministro João Alberto n.º 170 Bairro: Araes Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 1.191

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 23 de abril de 2015

ZELANDES SANTIAGO DOS SANTOS Diretor Presidente do DAE-VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE/MT

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 004/2015

Contratada: ENGELETRICA ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ/CPF: 14.827.607/0001-54

Objeto: O contrato tem como objeto a Prestação de serviços emergencial com fornecimento dos materiais elétricos na CAPTAÇÃO II E NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA EAT II, obedecendo as Normas Técnicas vigentes.

Fundamentação Legal: Art. 24, inciso X, da Lei n° 8.666/93

Valor:

R$ 82.513,60

Prazo: 30/03/2015 à 30/04/2015

Assinatura: 30/03/2015

ZELANDES SANTIAGO DOS SANTOS

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE-VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório: 040/2015.

Pregão Eletrônico: 012/2015.

Objeto: Contratação de empresa para Futura e eventual aquisição de peças de reposições genuínas ou originais para a frota Municipal.

Conforme Art. 21 § 4 da Lei 8.666/93, informamos alterações no objeto do edital, do processo citado e comunicamos que a abertura dos envelopes de proposta de preço e habilitação será no mesmo dia e horário já divulgados.

Água Boa, 23 de abril de 2015.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

TOMADA DE PREÇO Nº. 008/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 008/2015.

OBJETO: Contratação de Empresa para Construção e Urbanização do Espaço Ecológico de Lazer Vale dos Ipês, Município de Água Boa-MT**.**

REALIZAÇÃO: 14/05/2015.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e dos emails licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 23 de abril de 2015.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 006/2015.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Tomada de Preços nº. 006/2015 realizada no dia 23/04/2015, teve como vencedores: **Item 1: Aline Favaretto, Item 2: Claudinei de Oliveira Rosa e Item 3: Jailson Baumgartner.**

Água Boa, 23 de abril de 2015.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação

Esse documento foi assinado por

	Signatário	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Apr 23 22:32:16 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)